



Natália Corazza Padovani

SOBRE CASOS E CASAMENTOS:

Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e
Barcelona

Campinas, 2015



UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Natália Corazza Padovani

SOBRE CASOS E CASAMENTOS:

**Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e
Barcelona.**

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Gracia Piscitelli

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas para a obtenção do
Título de Doutora em Antropologia Social.

Este exemplar corresponde à versão final da tese
defendida pela aluna Natália Corazza Padovani,
orientada pela Prof^a. Dr^a Adriana Gracia Piscitelli.
Aprovada dia 18 de junho de 2015.

Campinas, 2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P136s Padovani, Natália Corazza, 1982-
Sobre casos e casamentos : afetos e "amores" através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona / Natália Corazza Padovani. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Adriana Gracia Piscitelli.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prisões - São Paulo (Estado). 2. Prisões - Barcelona (Espanha). 3. Migração. 4. Gênero. 5. Sexualidade. I. Piscitelli, Adriana Gracia. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: About affairs and marriages : affections and "loves" through female prisons in São Paulo and Barcelona

Palavras-chave em inglês:

Prisons - Sao Paulo (State)

Prisons - Barcelona (Spain)

Migration

Gender

Sexuality

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutora em Antropologia Social

Banca examinadora:

Adriana Gracia Piscitelli [Orientador]

Adriana de Resende Barreto Vianna

Gabriel Santis Feltran

Maria Filomena Gregori

Ronaldo Rômulo Machado de Almeida

Data de defesa: 18-06-2015

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 18 de junho de 2015, considerou a candidata NATÁLIA CORAZZA PADOVANI aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profª. Dra. Adriana Gracia Piscitelli

Profª. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

Profª. Dra. Maria Filomena Gregori

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida

Resumo

Esta tese analisa relacionamentos afetivos e sexuais tecidos a partir das penitenciárias femininas das cidades de São Paulo e Barcelona. O trabalho considera a prisão como espaço produtivo de relações ponderando, ainda, sobre como os vínculos tecidos a partir da experiência prisional modificam as trajetórias das vidas dos sujeitos que tramam redes familiares, ou fazem família, através de relações de “ajudas” (Piscitelli, 2008) e produção de “substâncias” (Carsten, 2004) trocadas pelas fissuras dos dentro/foras das prisões. A análise está ancorada numa etnografia que, ao longo de sua realização, se tornou multissituada. Preocupada em seguir as redes afetivas das interlocutoras da pesquisa, o campo etnográfico, inicialmente centrado numa penitenciária feminina da cidade de São Paulo, foi incluindo outras unidades penitenciárias desta cidade e ainda da cidade de Barcelona. Tal ampliação, decorrente da significativa presença de espanholas detidas em unidades prisionais paulistas, introduziu novas problemáticas da pesquisa articuladas com as agendas dos estudos sobre migrações e trânsitos transnacionais. A ampliação deste espectro analítico conduziu à realização de parte significativa do trabalho de campo feito com brasileiras detidas em penitenciárias femininas catalãs.

A análise do conjunto do material etnográfico revelou que para as interlocutoras desta pesquisa, as redes de afeto produzem articulações possíveis frente às relações de poder das prisões. Prisões às quais são agregadas camadas de processos de estado para controle das fronteiras e trânsitos migratórios além de outras formas de gestão das relações, tal como as articuladas através do coletivo de presos do Primeiro Comando da Capital (PCC). As redes de afetos tecidas por entre “casos e casamentos” vividos nas prisões são, portanto, parte constitutiva da articulação política produtora destas instituições.

Palavras-Chave: Prisões, redes de afeto, fluxos transnacionais, ilegalismos, gênero e sexualidade.

Abstract

The research which this dissertation is based upon sought to analyze the sexual and affective relationships created in female penitentiaries in the cities of São Paulo and Barcelona. The dissertation looks at prisons as a space which produces relationships, focusing in particular on how the linkages created in the prison system modify the life trajectories of those who create or reinforce family networks through the exchange of “help” (Piscitelli, 2008) and “substances” (Carsten, 2004) within the multiple spaces of the prison system (both within and outside of the actual walls of the prison itself). My fieldwork resulted in an ethnography which became multi-sited in its development. Seeking to follow the affective networks created by the women I engaged with during my research, my ethnographic field expanded from one female penitentiary in São Paulo to other prison units in the same city and, finally, to Barcelona. This widening was due to the significant presence of Spanish women detained within the São Paulo system. It ended up creating new research problems linked to migrational and transnational movement studies. The resultant widening of my analytical spectrum, however, also allowed me to carry out significant ethnographic research among Brazilian women in Catalanian prisons.

My analysis of this ethnographic material reveals that, for my research interlocutors, affective networks produce possible escapes or axes of agency within the power relations of the prison system – a system which aggregates layers of state control over borders and migratory flows, as well other forms of relationship management, such as those exercised by the First Capital Command (Primeiro Comando da Capital (PCC)) prisoner collective. The affective networks woven between and during the “sentences and marriages” lived while in prison are thus an extremely relevant part of the productive political processes of these institutions.

Key words: Prisons, affective networks, transnational flows, illegalisms, gender and sexuality.

Resumen

Esta tesis es el resultado de una investigación que tuvo el objetivo analizar relaciones afectivas y sexuales entretejidas en las prisiones de las ciudades de São Paulo – Brasil – y Barcelona – España. La tesis se centra en analizar la cárcel como un espacio productor de relaciones, ponderando cómo los vínculos entretejidos a partir de la experiencia de la prisión modifican las trayectorias de vida de los sujetos que traman redes familiares, o construyen familia, a través de “ayudas” (Piscitelli, 2008) y “substancias” (Carsten, 2004) intercambiadas por las fisuras de los adentros/afueras de las cancelas.

El trabajo de campo se produjo por medio de una etnografía que se fue transformando en multisituada. Preocupada en seguir las redes afectivas de las interlocutoras de la investigación, el campo etnográfico, antes delimitado en una única cárcel femenina de la ciudad de São Paulo, se fue extendiendo hacia otras unidades de esta ciudad y a la ciudad de Barcelona. La expansión, debida a la significativa presencia de españolas detenidas en las unidades carcelarias de São Paulo, trajo nuevas problemáticas a la investigación, articuladas a las agendas de los estudios sobre migración y tránsitos transnacionales. La ampliación de este espectro analítico permitió que gran parte del trabajo de campo se realizara con brasileñas detenidas en penitenciarías femeninas catalanas.

El análisis del conjunto del material etnográfico reveló que, para las interlocutoras de la investigación, las redes de afecto producen escapes, o agencias, posibles frente a las relaciones de poder en las prisiones, a las cuales son agregadas capas de procesos de estado para el control de las fronteras y tránsitos migratorios, además de otras formas de gestión de las relaciones como las articuladas al colectivo de presos del Primer Comando de la Capital (PCC por sus siglas en portugués). Así, las redes de afecto entretejidas entre “aventuras amorosas y matrimonios” vividos en las cárceles son, por lo tanto, una parte de extrema relevancia en la articulación política de estas instituciones.

Palabras clave: Cárceles, redes de afecto, flujos transnacionales, ilegalidades, género y sexualidad.

Sumário

Agradecimentos	xvii
Lista de siglas	xxxi
Introdução	1
Da literatura sobre prisões: situando os afetos	7
Organização dos capítulos.....	22
PARTE I Na Caminhada.....	27
Capítulo I. Começar o trajeto.....	35
I.i A Penitenciária Feminina da Capital.....	35
I.ii. Da prisão à presó: Das rotas aos Módulos de Dones de Wad Raz e Brians.....	53
I.iii. Voltar à prisão: dos caminhos da Penitenciária Feminina de Santana.....	65
Capítulo II. Das caminhadas do campo: relações em trama	73
II.i. Fazer família: das substâncias dos corpos (in)dignos	82
II.ii. Nas trocas da estrada: notas sobre a antropólog(i)a na caminhada	97
PARTE II Dos corpos dos papéis: cartas de amor e documentos de relações	111
Capítulo III.Enredando muros e fronteiras: cartas e documentos de migração entre prisões de São Paulo e Barcelona	123
III. i. Marta Téllez e Eduardo Deán: escrevendo documentos, tramando familiaridades.....	127
III. ii. Quem mora na lagoa não perde pra sapo: Cristal (i)legibilizando relações	136
III. iii. Enquanto o marido não vem: Luz e Marta sendo imigrantes “ilegais”.....	141
III. iv. Entre cartas e documentos: prisões, migrações e amores.....	161

Capítulo IV. Cartas na juntada: (re)escritas dos trâmites e provas de amor nas torres do Comando.....	171
IV.i. Da Caminhada reta por pés quebrados: Adelina, advogada da vida.....	177
IV.ii. Joias da família: trançando comandos entre irmãos....	191
IV.iii. Nas tramas das palavras: da regulação dos afetos nas gestões do estado e dos Comandos.....	210
PARTE III De casos e casamentos: tramando afetos entre prisões, mercados e liberdades.....	227
Capítulo V. O terreiro de Almodóvar: amores nos (des)caminhos de duas redes familiares.....	237
V.i. Pelos caminhos de Lola e Rosa.....	243
V.ii. “Você sabe o que significa?”: partidos, torturas, santos e amores de Mãe Bonita e irmã Lúcia.....	258
V.iii. O terreiro de Almodóvar: embaralhando redes familiares e amores que (re)arranjam/(i)legitimam.....	277
Capítulo VI. Mercados e afetos: das relações tecidas por brasileiras em Barcelona.....	291
VI. i. Da prisão à liberdade: as trocas de Flor e Maria.....	295
VI. ii. Linda só queria casar por amor.....	301
VI. iii. Luz e Marcela: irmãs de caminhada entre as redes de afetos dos mercados ilegais.....	308
VI.iv. Nas tramas dos mercados, afetos e prisões transnacionais.....	314
Desfecho. Mañana en la batalla piensa en mí: as “voltas para a casa” de Marta Téllez, Eduardo Deán e Luz.....	321
Considerações finais: Pra não dizer que não falei de “amores”	341
Referências bibliográficas.....	349

À Paula Christofolletti Togni. Uma antropóloga genial, uma mulher estonteante, uma pessoa brilhante.

À Paula Frô. Das melhores amigas que alguém poderia desejar ter. Um dos grandes amores dessa minha caminhada tão justa. À frô mais linda desse cerrado grande. A mais bunita daquele nosso mundão que pensávamos ter todas nós assim, juntinhas! O mundo meu amor, só é melhor porque você passou por aqui. A vida inteira frô, a vida inteira eu vou dançar contigo. Rodopiar ao som daquela menina veneno que faz ecoar tuas gargalhadas mais gostosas.

E nenhuma dedicatória será suficiente.

Ah frô, que saudades imensas. Ah que saudades d'ocê...

Agradecimentos

Esta é uma tese sobre afetos. E diferente não poderia ser, afinal esta é uma tese produzida por muitos afetos.

A começar pelo modo como Adriana Gracia Piscitelli acolheu a mim e a minha pesquisa mesmo antes deste doutorado. Mais do que uma orientadora presente e uma leitora cuidadosa (o que já não seria pouco), Adriana é mestre na produção de redes, sejam estas de pesquisa, de estudos e/ou afetivas. Por meio de Adriana conheci pessoas imprescindíveis para o processo do campo, mas também pessoas que se tornaram grandes ou melhores amigas. Pessoas imprescindíveis para a vida. Adriana não só é uma destas pessoas imprescindíveis como é uma professora, uma antropóloga e uma pesquisadora admiravelmente ímpar. À Adriana Gracia Piscitelli agradeço pela honra de poder ter sido sua orientanda. Ser aluna de Adriana significa ter todo o privilégio da segurança de sua acolhida para poder ampliar os horizontes desta caminhada.

À Adriana de Resende Barreto Vianna agradeço pelas suas leituras, conversas, arguições e sugestões de leituras. Como já disse Letícia Ferreira, Adriana Vianna tem o dom de “voltar seu olhar certo para as fabulações e efeitos mágicos que os objetos de estudo podem despertar”. Empréstimo as palavras de Letícia para agradecer à Adriana Vianna por todas as fagulhas mágicas que ela fez ascender nas palavras de cada texto meu e nas outras tantas trocas nossas. Poder contar com sua força fabular durante todo este processo foi ter a chance de acessar um bocadinho de sua admirável alquimia feita “não só” de textos e palavras, mas dos seus múltiplos carinhos “fraternos”. Tecer dádivas com Adriana é uma daquelas grandes honras que, ainda por cima, vêm recheadas de prazeres divertidos! Agradeço também a Letícia não só pelas palavras que aqui empréstimo, mas por muitas outras que tivemos oportunidade de intercambiar ao longo destas cirandas cheias de cuidados e intensidade intelectual.

Ao lado de Adriana Vianna, Bibia Gregori levou sua densidade analítica para o exame de qualificação que antecedeu a tese. À Bibia agradeço por outras muitas giras. Pelo seu cuidado imenso em destrinchar textos e apreciações em suas aulas sempre primorosas, pelos debates calorosos que incitava em seus cursos. Mas agradeço também, pela disponibilidade carinhosa para conversar sobre o meu trabalho e muito mais. As dúvidas

levantadas, assim como suas palavras de incentivo, foram sempre imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos professores Gabriel Feltran e Ronaldo Almeida por aceitarem o convite para participar da Banca de Defesa desta tese. Por disponibilizarem tempo para a leitura deste material. Ao Ronaldo agradeço também por sua solicitude para conversar sobre meu material etnográfico, pelos debates de aula produtivos e por suas sempre profícuas sugestões. Ao Gabriel agradeço por sempre topar trocar ideias da maneira mais franca, pela disponibilidade de tempo para fazer um segundo exame de qualificação informal na cantina da UFSCar. Por sempre estar absolutamente disponível para conversar e auxiliar, por escapar dos ranços hierárquicos acadêmicos, por fazer ver que as relações de troca intelectual são muito mais importantes do que qualquer titulação, pelos intercâmbios sinceros, por ser amigo no pior e nos melhores momentos. Por tudo isso agradeço à Gabriel Feltran.

É uma honra imensa poder contar com Adriana, Bibia, Ronaldo e Gabriel na banca de defesa de tese e mais ainda por poder contar com vocês pelo caminho. À Vera Telles agradeço por compor esta banca como examinadora suplente. Suas aulas de sociologia que assisti ainda durante minha graduação, certamente estão presentes nas linhas desta tese.

Às companheiras da caminhada deste campo etnográfico. Sem elas não haveria tese, mas também não haveria a tessitura fina das nossas relações de interlocutoras, amigas ou deparceiras nas muitas ajudas que possibilitaram todo o trajeto da pesquisa. Àquelas que no decorrer desta tese aparecem com “nomes fictícios” são, na verdade, personagens principais e, muitas vezes, coautoras destas linhas.

Agradeço a todas e a todos que toparam compartilhar comigo suas histórias e trajetórias, suas caminhadas que não terminam com o ponto final. Agradeço especialmente aos que aparecem nesta tese com os nomes de Marta Téllez e Eduardo Deán, Luz, Marcela, Cristal, Lola, Rosa, Raimunda, Mãe Bonita e Lúcia. À Marta e Eduardo agradeço pela nossa amizade, pelo carinho imenso daqueles que fazem família por meio dos afetos compartilhados. À Raimunda, agradeço pelas muitas vezes em que fui tão bem recebida em sua casa, pelo cuidado das sopas, dos banhos e das camas quentes, cuidados de quem me adotou um bocadinho. À Luz agradeço por ter aberto os caminhos da minha pesquisa em Barcelona,

por ter me levado pelas mãos em ruas, forrós, kebabs e prisões catalãs, por ler tudo o que eu escrevo e sempre me retribuir com suas mais sinceras opiniões. Já te disse mais de uma vez Luz, você é uma das melhores companheiras de campo que eu poderia ter. Você é mesmo uma etnógrafa! À Cristal, Marcela, Lola e Rosa agradeço pelas (des)venturas. Por nossas risadas em meio aos percalços. O trabalho de campo não teria a menor graça sem vocês. À Mãe Bonita agradeço pelos orixás. Pela sabedoria que me passa sempre que vou a sua casa. Agradeço por seus búzios, por seus conselhos. À Lídia agradeço pelos anos de histórias e segredos compartilhados.

Agradeço ainda às funcionárias das prisões por onde passei. Às assistentes sociais e diretoras Marcela, Marta, Nina, Norma e Aparecida. Às agentes de segurança, em especial à Joaquina e Gil. Obrigada por me receberem, por atenderem às minhas solicitações e responderem sempre que possível às minhas perguntas. Agradeço também à Secretaria de Administração Penitenciária, à Coordenadoria dos Estabelecimentos Penais da Região Metropolitana de São Paulo e à Juíza Corregedora Nídia Rita Coltro Sorci. Sem suas assinaturas, timbres e carimbos eu não poderia ter concluído este trabalho. Da Secretaria de Administração Penitenciária agradeço à André Luzzi de Campos e Gisela Geraldi, ambos do Centro de Políticas Específicas, por preocuparem-se em produzir espaços de debate que levam em conta os muitos fios da trama que produz os sujeitos das instituições penais paulistas.

Mas não poderia seguir sem antes agradecer àqueles que me receberam por tantos anos e com os quais dividi angústias, militâncias, percalços e crenças. Agradeço imensamente à Pastoral Carcerária de São Paulo por todos os anos em que fui orgulhosamente agente pastoral. Agradeço pelas muitas vezes que tive a quem recorrer nas demandas por direitos como atendimento médico ou até penas vencidas. Agradeço, aqui, à apenas alguns dos que fizeram ou fazem da Pastoral Carcerária uma importante organização civil de luta pelos direitos humanos. Às Irmãs Sirley e Margareth, à Heidi Cerneka, à Eliana Rocha, aos advogados José de Jesus Filho e Rodolfo Valente, ao sempre amigo David e a todas e todos com quem junto, visitei as penitenciárias femininas da cidade de São Paulo durante as visitas dos sábados pela manhã e à tarde.

Da parte da pesquisa de campo produzida em Barcelona, agradeço ao Padre Jesus, da Pastoral Carcerária espanhola, por possibilitar minha entrada aos módulos femininos da prisão de Brians. Mais do que isso, agradeço ao Padre Jesus por toda sua paciência com meu pouco ou nenhum conhecimento religioso, pelo seu interesse na minha pesquisa, pela sua abertura às longas conversas sobre prisões daqui e de lá. Por me ensinar tanto. À Julio Zino, professor da Universitat de Barcelona, pela generosidade em trocar ideias e pelo esforço em mapear quantas e onde estavam as brasileiras presas na Catalunha. Sem estas informações não seria possível realizar esta parte da pesquisa.

Aos funcionários do Consulado-Geral do Brasil em Barcelona, agradeço pela solicitude em atender minhas demandas e pelo auxílio com informações gerais sobre brasileiros vivendo na Catalunha. Agradeço principalmente ao cônsul Sérgio Maurício da Costa Polazza e ao agente consular Flávio Carvalho por abrirem as portas do consulado para esta pesquisa, por disponibilizarem informações e fazerem importantes conexões com grupos de brasileiros em Barcelona. Agradeço especialmente ao vice-cônsul Emílio Fonta Fábregas com quem passei os primeiros dias de campo em Barcelona conversando longamente sobre leis penais e a situação dos brasileiros nas penitenciárias catalãs. Nossas conversas foram absolutamente imprescindíveis para a organização desta etapa.

Agradeço ainda, à Yolanda Bodoque Puerta, Monteserrat Soronellas Masdeu e à Jodi Roca i Girona por me receberem à Universitat Rovira i Virgili para o período de estágio doutoral feito em Barcelona. À Yolanda em especial, agradeço por todo cuidado e carinho. Pelos almoços durante os quais passamos conversando, pelas tardes falando sobre filmes, antropologia, quadrinhos e sapatos. Agradeço imensamente pela preocupação em me enviar pelo correio desde Tarragona até Santo André, livros sobre estrangeiros nas prisões catalãs que ela encontrava nas livrarias. Sem o aconchego de Yolanda, Barcelona seria muito sóbria e hostil.

Aos amigos Joyce Gotlib e Marcos Pires, agradeço por terem me recebido na casinha do casal em Barcelona durante todos os meses que precisei morar ali. Muito obrigada por terem facilitado tanto a minha vida longe da minha casa.

Agradeço ao Guilherme Mansur pelo compartilhamento sincero do nosso trabalho de campo em Barcelona. Pelos cafés que tomamos com os diários abertos e a cabeça cheia de

ideias. Muito bom poder ter repartido com você esta etnografia. Muito bom poder contar com você nos descaminhos de Barcelona entre CIEs, consulados e o bairro de Santa Coloma.

Guilherme é amigo que veio com as tessituras afetivas delicadamente costuradas por Adriana Piscitelli. Aos membros seletos destas, agradeço agora. À Iara Beleli por todas as noites de pouso confortável, pelas risadas gostosas, pelas lágrimas querepartimos. Pelos carteados, pelos sapatos, pelos golpes de vento na janela da sala, pelo cigarrinho e o chocolate a tira colo, pelo sofá, pelo quartinho, pelo jantar, pelas histórias intermináveis, pelo cuidado, por todo amor que temos. À Dona Iná agradeço pelo mau-humor matinal que logo se deixa vencer pelo bom dia afetuoso, pela força e alegria que deixa soltar ao falar de samba e de dor. Ao Rafael Salazar, pois nem só de mulheres são feitas estas tramas de afeto poderosas, agradeço por topar ser onosso “produção”. Pela abertura da tua casa, pela alegria tranquila, pela calma e malemolência que fazem mais leves os dias difíceis. À Ana Fonseca agradeço pela acolhida na contação de histórias infinitas, à Luciana Camargo Bueno pela voz musical, pelo abraço carinhoso, pelo alento. À Antonia Pedroso de Lima agradeço pelas redes de cuidados transnacionais, por sempre estar disposta a ouvir e debater de dados do campo às nossas mais valorosas malhas de afetos, por estas sou grata também à Monique Montenegro. À Mônica Tarducci agradeço pelo doce de leite, pela ácida biblioteca feminista, pela deliciosa acolhida. À Dolores Juliano, madrinha do campo em Barcelona, agradeço pelas conexões com todos os contatos necessários a uma antropóloga estrangeira na Catalunha. Mas os agradecimentos à Dolores Juliano vão além de qualquer “amadrinhamento”. A ela agradeço pela preciosa oportunidade de escutá-la em suas palestras ou durante uma tarde tomando café com leite. Sinto-me das pessoas mais privilegiadas deste mundo por ter compartilhado com Dolores dados de campo e cafés com leite.

Agradeço também a todas as funcionárias e funcionários do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade Pagu, em especial à Lu, ao Jadeson e à Karina Gama que com muita delicadeza e competência tanto me auxiliaram nos processos burocráticos dessa larga vida acadêmica. Agradeço também às professoras e professores vinculados ao Núcleo, particularmente à Guíta Debert, Maria Lygia Quartim de Moraes, Mariza Côrrea, Isadora

Lins França, Larissa Pelúcio e Richard Miskolci pelas muitas colaborações à minha formação acadêmica e pessoal. Ao Richard agradeço também pelos passeios e conversas em São Francisco, pela colaboração vinda desde o meu mestrado. Aos que conheci por meio de eventos e seminários do Pagu, Julio Simões, Thaddeus Blanchette e Ana Paula Silva também agradeço por colaborarem com o resultado desta pesquisa por meio de seus ótimos comentários. À Thaddeus agradeço ainda pelas traduções e revisões dos meus artigos e resumos.

Mas não poderia falar do Pagu sem agradecer a outro grupo de orientação com o qual produzi trocas de ideias imprescindíveis para o resultado desta tese. Agradeço à Regina Fachinni pela qualidade de suas aulas, pelos seus esforços incansáveis, pelo interesse que tem em meus textos e meus trabalhos. Mais do que isso, agradeço aos seus sorrisos afetuosos, aos seus ensinamentos quando eu apenas esboçava aprender sobre gênero e sexualidade. Espero um dia estar apta para retribuir a você Rê, por todo o rumo que me deste em muitos momentos em que eu estava perdida. Agradeço também pelas trocas com suas orientandas e seus orientandos. Especialmente a Bruna Mantese, Roberto Efrem Filho, Bruno Puccinelli, Marcelo Perillo pela qualidade das nossas discussões.

Pela oportunidade de inserir minha pesquisa e inquietações neste centro de excelência acadêmica, agradeço ao PPGAS da UNICAMP que acolheu meu projeto de doutorado. Agradeço especialmente ao professor John Monteiro (*in memoriam*) pelas suas aulas de antropologia (e de reparação histórica) primorosas. As inquietações que suas aulas cutucavam se fazem presentes nas linhas desta tese, mas também, na vida. Agradeço também à técnica administrativa do PPGAS, Márcia Goulart, por todo o suporte que me deu ao longo deste processo.

Além disso, ao longo de todo o doutorado tive os prestimosos financiamentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES com a bolsa dos primeiros quatro meses de doutorado e, depois, com a bolsa de estágio doutoral na Espanha com a qual pude fazer o período de campo em Barcelona. Agradeço a CAPES pelo financiamento destes meses de pesquisa sem o qual não poderia ter desenvolvido grande parte deste trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo/FAPESP, agradeço pela bolsa de doutorado concedida a minha pesquisa durante quatro anos deste doutorado. Gostaria de destacar que o processo de financiamento e de exame da pesquisa feito pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo foi imprescindível para o resultado desta tese. Esta foi mais uma conquista tributária dos esforços em elaborar bons projetos de pesquisa que Adriana Piscitelli tem com todos os seus orientandos.

Às amiguinhas reunidas pelas teias carinhosas da orientação de Adriana.

À Carolina Branco, meu alter ego certo e cuidadoso, diva cheia de glamour que eu quero copiar. Quando te conheci Carolita, queria ser igual a você quando eu crescesse, aí um dia percebi que estávamos crescendo juntas! Obrigada amada, por revisar a minha tese inteira, por me avisar dos meus surtos, por sempre segurar as minhas mãos e me fazer respirar. Obrigada Carolita linda, por topar viajar junto comigo neste balão e me puxar para o chão sempre que o hélio me leva para longe. À Laura Lowenkron, pelo privilégio das tuas leituras e comentários cuidadosos, pela tua presença solar, pela risada inconfundível, por trazer de supetão à minha vida a energia da tua amizade. Laurinha, obrigada pelas mãos dadas nos melhores e piores momentos. Obrigada pelas tuas conchinhas que carregam todo o oceano, pelas aventuras das nossas travessias.

À Paula Christofolletti Togni, companheira das noites dormidas longe de casa, cúmplice dos sentimentos mais fundos, parceira das danças todas. Obrigada Frô, por ter vindo à minha vida, por ter feito parte de cada cantinho dela, por ter acreditado tanto neste trabalho, por sempre dizer que tudo ia “ficar lindo como ocê”. Obrigada pelos sonhos, pelos cigarros de puta presa, pelos nossos olhares que nos diziam tudo, por tocar minhas mãos quando sentia a apreensão dos momentos, por se entregar aos dias mais felizes. Até pelas nossas brigas eu te agradeço. Pelo Racionais, pelo Criolo, pelo Jorge Ben tocando no rádio do carro. Pelas tardes de trabalho juntas, pelos enroladinhos de salsicha que você queria comer na “padaria chique” de Campinas, pelas nossas caminhadas de fim de tarde, pelas nossas quebradas, nossas lembranças inacabadas... Mil vezes viver com a dor imensa dessas saudades do que ter vivido sem a exuberância da tua presença, Frô.

Agradeço também à Kiko. Ao Dr. Aranha por quem veio tal alcunha das “amiguinhas”. Por verdadeiramente cuidar de nós. Pelo bom humor das tuas histórias e pelo abraço mais

acolhedor de todo este mundo. Pela amplidão da vista que temos desde a tua varanda, pela empatia imediata, pelas palavras de acalanto, pelas risadas libertadoras. Por querer arranjar tudo sobre comidinhas e festejos de encerramentos. Por fazer possível a existência de um aquariano com ascendente em virgem doce neste mundo. Ao Kiko e ao Nenê por sempre nos receberem em casa com tanta tranquilidade e carinho.

Aos parceiros de orientação. Àquelas que toparam se sentar uma vez por semana durante quatro horas ou mais para dissecar os nossos trabalhos, relatórios, artigos e capítulos. A todas as pessoas que em algum momento passaram pelo produtivo grupo de orientação de Adriana Piscitelli que, como disse Paula Togni, é como deveria ser toda a academia. À Aline Tavares, Fernanda Leão, Bruna Bumachar, José Miguel Olivar e Andréa Skackauskas. A todos agradeço pelos debates sempre primorosos. É um luxo poder trocar ideias com vocês. À Anna Paula Moreira de Araújo, Ana Paula Luna Sales e Carolina Pavajeau Delgado, que chegaram ao final deste processo, agradeço pelas colaborações com suas leituras, com suas sugestões sempre cuidadosas e seus carinhos tão divertidos. Nossas novas redes de afeto. À Paula Luna em especial, agradeço pela ajuda com alguns dos *insights* que pautaram grande parte desta tese durante nossas leituras de Carsten.

Àquelas amigas que vêm de longe nessa caminhada da vida (acadêmica ou não). Àquelas para quem se envia a tese para ser lida, para quem se pode telefonar a qualquer hora do dia ou da noite, daquelas de quem se sente muitas saudades durante o período da escrita. Ou seja, as irmãs de caminhada com quem a gente faz família (e bolo, e café, e antropologia), as cúmplices nessas pedaladas.

À Larissa Nadai, minha irmã de caminhada irretocável, meu também alter ego caprichoso, cabrocha com quem a cerveja fica mais gostosa e a vida muito mais azul. À Larissa em todas as suas camadas. Porque Lari, se “sem eu não existe Chico”, sem você não existe o samba e o futebol! Sem você não existem muitas das melhores coisas dessa vida! Obrigada Lari, por ser sempre a primeira leitora destas linhas, por tantas vezes me acudir, por chorar no cantinho com as histórias desta tese, por saber do que eu digo antes mesmo que eu precise falar alguma coisa, por ler meus pensamentos, por ser quem às vezes conhece mais de mim do que eu.

À Fabiana Andrade pela elegância dos teus toques, pela simpleza das tuas palavras sempre certas, pelo teu companheirismo no indizível. Por emaranhar comigo teus trajetos, por experimentar as nossas alquimias culinárias que nos deslocam das escritas por apenas um instante. Por ser uma dessas irmãs que se ama de graça. Por estar sempre presente. À Fabi, pelo sol em capricórnio que fala com a minha lua.

À Mariana Petroni pelo sorriso enorme que acalanta qualquer dor ou angústia, pela alcunha de “mamita” que lhe cai tão bem, pela organização bem-humorada dessa vida de tesista, por revisar meu espanhol macarrônico, por me deixar feliz sempre que a vejo. À Ernenek Mejía Lara por também me deixar feliz sempre que o vejo, por ser o “papito” a quem se deve explicar sobre “o bem” e “o mal” do mundo e de quem é impossível não gostar. Ao Julian Simões Cruz de Oliveira pelo café com bolo que sempre vai ter, pelas maluquices do menino nada maluquinho, pelas palavras de carinho quando eu mais precisava, por estar sempre por perto nesses nossos trajetos tortos, por saber onde fica Mauá e onde fica Santo André. Por isso agradeço também à Katiuscia Moreno, minha mais nova amizade andreense deste doutorado.

À Patrícia Carvalho Rosa por estar comigo desde o começo. Por compartilhar dos nervosismos e entusiasmos, por compartilhar do pôr do sol bem diante ao rio Solimões. À Pati por me apresentar a Amazônia urbana, pelas trocas de olhares sem mais, pela grande admiração que eu sinto quando leio os teus textos sobre amor. Pela sincronicidade.

Ao Igor Scaramuzzi pela companhia nas disciplinas, por me ensinar um tantinho sobre a sua etnologia, por me ensinar um monte sobre carinho, por sempre me receber com um baita sorriso e um abraço forte, por compartilhar dos chorumes e cervejas dessa vida. Pelas (des)venturas intelectuais. Por ser um amigo tão querido!

Aos amigos e colegas de turma de doutorado com quem fiz disciplinas e debati muitos dos textos sobre os quais se fundamenta esta tese. Um privilégio ter podido compartilhar com vocês leituras de textos, cafés e discussões sempre densas e às vezes nervosas. Agradeço especialmente à Ana de Francesco, Desirée Azevedo, Bernardo Curvelano Freire, Liliana Sanjurjo, Hugo Soares, Inácio de Carvalho, Aline Smanioto Tiene, Máira Vale, Mateus Amoedo, Franciele de Almeida e Vilênia Porto. Àqueles que vêm desde o mestrado e que

não deixaram a distância e o tempo tornarem desimportantes as nossas trocas, especialmente Taís Viutes de Freitas, Victor Kanashiro e Livia de Cássia Godói.

Àqueles que os temas de pesquisa aproximou e que conheci entre mesas de congressos. Aos que se tornaram parte importante de todo este processo. Dani de Luca, Adalton Marques, Taniele Rui, Gwenola Ricordeau, Sara Antunes, Rafael Godói, Guilherme Boldrin, Fábio Mallart, mas especialmente Fernanda Emy Matsuda e Bruna Angotti. Obrigada pelas trocas de e-mails, textos em produção, esboços de ideias, incentivos. À Ines Hasselberg agradeço por ter inserido meu trabalho em uma rede de estudos preocupada com a articulação de análises que embaralham fluxos migratórios transnacionais e prisões, pelo seu cuidado em ler e auxiliar na publicação de meus textos fora do Brasil.

Agradeço também a todos os pesquisadores e alunos no Núcleo de Pesquisas urbanas NaMargem da UFSCar. Mais do que um núcleo de pesquisas absolutamente intenso em sua produção intelectual, o NaMargem é um coletivo de gente do bem. É sempre muito gostoso estar na companhia de todos do NaMargem. Agradeço especialmente a José Douglas dos Santos Silva, Deborah Fromm, Evandro Cruz, Domila do Prado, Roselene Breda e Mariana Medina pelas boas conversas sobre antropologia urbana e pelas trocas maravilhosas feitas entre a energia dos nossos encontros em seminários e cervejadas. Aos que conheci através do NaMargem e que foram parceiros imprescindíveis numa noite indocumentada na cidade de São Carlos, mais uma vez José Douglas Silva e, também, Marcos Vinícios Guidotti e Erick Rodrigo. Valeu por cuidarem de mim e passarem horas numa delegacia em uma noite fria!

Por fazer a ponte com o NaMargem, por possibilitar que eu conhecesse todas estas pessoas incríveis, agradeço ao Gabriel Feltran. O NaMargem só poderia ser coordenado por você, Gabriel.

Aos amigos de muitas dádivas acadêmicas, algumas cervejas e infinitas risadas. Aos companheiros de gira da Adriana Vianna. Juliana Farias, Letícia Ferreira, Silvia Aguião, Angela Facundo, Paula Lacerda, Tomás Melo, Alexandre Magalhães, Anelise Gutterres, Adriana Fernandes e também, Raquel Sant'ana, Tássia Santos de Mendonça, Camila Pierobon e professora Lia Rocha. É inestimável o prazer que dá passar tardes inteiras debatendo processos de estado e tecnologias de (ins)escrituras, dentre tantas outras coisas,

com vocês. Fazer parte destas cirandas é partilhar de momentos de verdadeiro êxtase. Grande parte desta tese foi pensada a partir dos nossos intercâmbios. Por juntar estas giras todas, agradeço mais uma vez à Adriana Vianna e à Maria Gabriela Lugones. À Negra Lugones agradeço por compartilhar destas redes de trocas e por abrilhantá-las ainda mais com todo teor dramático de tuas análises. Agradeço-a ainda, pelas sugestões e leituras de meus textos. Pela delicadeza em encontrar saídas para os problemas que meus esboços apresentavam.

Pelas trocas e produção de ideias compartilhadas a partir dos problemas de campo que traziam as muitas intersecções entre prisões e gênero, agradeço a um grupinho tão seletivo que para participar quase todas as integrantes tinham de ter o mesmo nome. Ao grupo “das Natálias e da Adriana”. Nosso grupinho de reuniões regadas por cafés e carinhos para as leituras de nossos textos e exposição de problemas das muitas ordens. Agradeço imensamente à Natália Lago, Natália Negretti e Adriana Taets não só pelos intercâmbios de dados etnográficos, mas pela produção privilegiada de laços de amizades com cada uma de vocês. À Nati Lago agradeço pela força de seus olhos azuis, pelo acalanto sempre oferecido, pelas histórias de gatose pelas letras de Daniel Galera. À Nati Negretti agradeço pelo entusiasmo, pela vibração dos primeiros dias de campo, pelas descobertas que fizemos juntas, pelas dores de crescimento que repartimos, por rearticular os sentidos de MadaLena para sempre. À Adriana Taets, “minha sócia nesta vida”, agradeço pelos brigadeiros, pelos poemas, pelos cafés, pelas rosas e todos os jardins que me ensinaste a plantar. Pela paciência em me escutar e sempre arranjar uma solução prática para os problemas mais derretidos. Às Natis e à Dri agradeço pelo amor. Por este, mais recentemente agradeço também à Isadora Lins França, pela amizade que cresce vinda por meio destes amores.

É também pelo amor da acolhida e da grande amizade que agradeço à Betânia, ao Júnior, à Ciça e ao Tomás. Por terem me recebido tantas vezes na casa da família em Madri, por vocês serem um pedaço imenso da minha família e da minha vida. Não há agradecimentos à altura de tudo o que vocês são e já fizeram por mim. Ainda assim agradeço à Betânia pelas noites comendo chocolates e debatendo antropologia e vida. Por me acompanhar no campo de Barcelona, por me ajudar a compreender políticas de estado espanholas. Agradeço também à Clara e ao Rê. Os amigos daquela graduação da UNESP de Marília

que tenho tido o orgulho de acompanhar pela vida. Mais do que isso, à Clara agradeço pelas minhas primeiras visitas a uma prisão. Se não fossem as nossas aventuras etnográficas na Penitenciária masculina de Marília talvez esta tese jamais teria sido feita. Agradeço ainda pelas tuas palavras às vezes duras, mas sempre carregadas de aconchego. Ao Rê agradeço pelos cuidados dos teus bolinhos de chuva com café nos dias tristes. Teu acalanto Rê é dos mais preciosos!

Aos amigos que são família! Agradeço a Alan, Débora, Jeferson, Eric e Dona Mariá por serem parte da minha família que eu quis tecer. O suporte cotidiano de vocês faz a vida mais fácil! A vocês agradeço por estarem comigo sempre. Ao Alan agradeço especialmente pela delicadeza de pagar a cerveja e a pizza sem que eu percebesse. Por nestes últimos meses de doutorado sem bolsa, se fazer ainda mais cuidadoso do que já é.

Por fim, não poderia terminar estes agradecimentos sem falar dos que trocam comigo os fluídos mais viscerais. Os que compartilham dos anseios de uma vida toda, dos que torcem por mim e fazem de tudo para que ao final, tudo dê certo.

Ao pai Rafael, muito obrigado pelas vezes que me emprestou o carro para as viagens para Campinas e pelas panelas novas que me ajudaram um monte a descansar a mente nestes dias de escrita. Ao meu cunhado André agradeço pelos almoços divertidos e pelas risadas persistentes. A vocês agradeço por serem sinceros entusiastas do meu trabalho. Sinto suas torcidas e admiração a cada um de nossos encontros. À minha irmã Marina agradeço pelos livros que trocamos, pelos anseios que compartilhamos, pelos desejos de felicidade que dividimos. Pelos nomes que repartimos e por muito mais. Agradeço pela aproximação, pelo orgulho mútuo, pela travessia dessa estrada.

À minha linda sobrinha Ju, agradeço por abrilhantar meus dias com suas aventuras e descobertas. Pela sua vibração de vida. Por me fazer uma tia babona de uma mulher de mais de vinte!

À minha mãe Angélica, a grande bruxa desta estrada que aprendemos a construir juntas. Mãe, te agradeço por cada livro que lemos, por você ter me introduzido nas tuas filosofias místicas para que eu assim, pudesse escolher com liberdade as minhas filosofias desta terra. Por toda forma de cuidado comigo mesmo quando é difícil que você consiga tempo e recursos para cuidar de si. Pelos nossos cafés da tarde em que o tempo para. Nossos

tesouros de um mundo secreto em que somos felizes juntas. Obrigada pelos mapas que tecemos com os astros. Obrigada.

Ao meu amor. Ao meu caso, meu casamento. À Douglas Gonçalves por tudo o que topamos passar juntos. Pela nossa casinha construída dia-a-dia, nosso cafofo na nossa favela cheia de histórias para contar. Pelo amor aos nossos bichos Mike e Nina, os companheirinhos das longas caminhadas, leituras e escritas. Sem eles a vida seria muito triste. Agradeço pelo todo dia com você, Douglas. Nosso caminho aconchegante trilhado longe dos mapas desenhados por preconceitos. Agradeço a você por fazer suas as minhas grandes amigas, por fazer felicidade brotar do concreto duro, por fazer seus os meus sonhos. Agradeço pelos dias que me acompanhou no campo e pelo modo como trouxe seu ponto de vista tão certo e original para os meus embaralhamentos etnográficos. Pela doçura dos teus cuidados comigo, mas também com todas as crianças da rua. Pela poesia que você vive enquanto eu apenas tento escrevê-la. Por fim, agradeço pelo presente de você ter me dado o suporte financeiro necessário para que eu escrevesse esta tese com toda tranquilidade. Não consigo deixar de agradecer pelas suas palavras: “nem que eu precise voltar a entregar pizza de final de semana, você vai escrever a tua tese!”. Nós dois sabemos o que isso significa. Obrigada meu amor.

Lista de siglas

- **PFC** – Penitenciária Feminina da Capital
- **PFS** – Penitenciária Feminina de Santana
- **SAP** – Secretaria de Administração Penitenciária
- **SSP** – Secretaria de Segurança Pública
- **PCC** – Primeiro Comando da Capital
- **INFOPEN** - programa de coleta de dados do Sistema Penitenciário brasileiro, administrado pelo Ministério da Justiça. Este sistema permite a criação dos bancos de estatísticas federal e estaduais sobre os estabelecimentos penais e populações penitenciárias.
- **LEP** – Lei de Execução Penal
- **CIE** – Centro de Internamento de Estrangeiros (Barcelona / Espanha)
- **ALESP** – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Introdução
Redes de afetos transitivos, as prisões e suas porosidades possíveis: considerações preliminares.

Que estas palavras encontrem você e os teus com saúde e na paz do Senhor. Assim começavam algumas das cartas que recebi ao longo do tempo em que fiz trabalho de campo, voluntário e/ou visitas em penitenciárias femininas de São Paulo. Mais do que enunciar votos, as palavras anunciavam o início das histórias a serem compartilhadas e dos favores a serem pedidos. As palavras anunciavam que as trocas começadas dentro dos pavilhões das prisões seriam estendidas para os cômodos da minha casa.

Fábio Mallart (2014: 15) já chamou atenção para o fato de a cadeia mudar a vida. De entrar nos sonhos e nos poros de quem a visita e de quem fica preso. De todos aqueles que saem de lá carregando seus cheiros que misturam comida com produtos de limpeza, creme hidratante com processos de desintoxicação do crack, fumaça de cigarro paraguaio com acetona e esmalte. Não poucas vezes senti esses cheiros em mim, nas roupas que vestia. As cartas que chegavam a minha casa também os carregavam. Os votos de saúde e paz postos no topo das páginas eram o protocolo necessário do anúncio das trocas vindas em camadas de sentidos, ajudas e interesses (Piscitelli, 2011). Camadas de afetos.

Esta tese encerra um trabalho de muitos anos¹ durante os quais sentidos de afetos foram tecidos com a cadeia. E a cadeia muda a vida. É desta perspectiva que trata o presente trabalho: dos vínculos de afeto, assim como das relações sexuais/amorosas, vivenciados a partir das experiências prisionais. Os argumentos que desenvolvo aqui ponderam acerca de como estas vinculações aparecem, no campo etnográfico das penitenciárias femininas, como espaços privilegiados de agência e regulação e, além disso, de como estas relações mudaram as trajetórias das interlocutoras desta pesquisa dentro/fora da prisão.

¹ A primeira vez que entrei em uma penitenciária feminina foi em 2003 para a realização de minha pesquisa de iniciação científica sobre oficinas de trabalho na agora desativada, Penitenciária Feminina de Tatuapé, sob orientação do Professor Rui Gomes Braga Neto (Padovani, 2006). No mestrado, segui com o trabalho de campo em prisões na Penitenciária Feminina da Capital, também em São Paulo, sob a orientação de Maria Lygia Quartim de Moraes (Padovani, 2010). Neste período, fiz visitas às Penitenciárias Femininas da Capital e de Santana como voluntária da Pastoral Carcerária. Minha última visita a prisões femininas foi em junho de 2013. As atividades de campo seguiram fora da prisão com as interlocutoras da pesquisa que estavam em liberdade ou regime semiaberto.

Desenvolvo estes argumentos levando em conta “experiências de conjugalidade” e “relações sexuais/amorosas”, mas também outras redes de afeto que foram acrescidas à análise ao longo do trabalho etnográfico. Afinal, as “irmãs de caminhada”, as amigadas mantidas ao longo da pena de prisão, também enredavam narrativas e trajetórias das personagens a comporem o corpo deste texto. O faziam, contudo, de modo muito mais sutil e capilarizado.

Foram os vínculos de amigadas que tornaram possível a elaboração desta pesquisa. A relação tecida com uma interlocutora levava-me a estabelecer relações com suas amigas da prisão. Uma apresentava-me à outra e as redes de confiança eram assim tramadas. De mesmo modo, uma amiga apresentava à outra seu irmão ou o companheiro de cela do marido também em cumprimento de pena. Por meio destas intermediações, alguns dos “casos e casamentos” que aparecem no corpo desta pesquisa aconteciam. As constituições de redes de afeto enredadas ou não por relações sexuais/amorosas mostraram-se, portanto, significativas no campo etnográfico sobre o qual me debrucei. As palavras postas no topo das cartas recebidas em minha casa ilustram o lugar dessas redes no cotidiano prisional. São elas produzidas a partir do reconhecimento de que os votos de “saúde e paz do Senhor” devem ser direcionados pelo remetente não só ao destinatário, mas também aos “seus”. Àqueles que constituem os elos afetivos de quem recebe a carta que carrega não só cheiros, mas cadeias de relações justapostas, como diria Strathern (2010).

A pesquisa da qual resulta esta tese partiu do processo etnográfico iniciado na Penitenciária Feminina da Capital. Campo de que trata a minha dissertação de mestrado defendida em março de 2010, foi somente nesta unidade em que entrei portando papéis que comprovassem todas as autorizações para realização deste trabalho de doutorado. Papéis portando as assinaturas da direção da unidade, do coordenador dos estabelecimentos penitenciários da região metropolitana de São Paulo, do Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo e, por fim, da Juíza da Corregedoria dos Presídios Femininos da

Capital – 2ª Vara de Execuções Criminais do Fórum da Barra Funda.² Todas as interlocutoras da parte da pesquisa feita nas penitenciárias de São Paulo estiveram inicialmente presas na Penitenciária Feminina da Capital. Nesta unidade, a pesquisa foi divulgada via cópias do projeto que eram distribuídos nos quatro pavilhões da unidade através de pessoas em cumprimento de pena que eu já conhecia desde o mestrado ou que passava a conhecer por meio das visitas como voluntária da Pastoral Carcerária. Anexado às cópias dos projetos havia uma folha avulsa onde as interessadas em participar da pesquisa poderiam assinalar seus nomes. Esta lista era entregue a mim por meio das mesmas meninas que distribuía o projeto pelos pavilhões. Eu organizava os nomes em dias de “rodas de conversa” que aconteciam nas salas da escola e repassava a lista e os dias para as assistentes sociais da unidade que, por sua vez, liberavam as meninas de suas oficinas de trabalho para que elas pudessem participar da atividade de pesquisa.

Cada roda de conversa era composta por até dez meninas do mesmo pavilhão. Durante essas rodas de conversa, as pessoas diziam se queriam ou não continuar participando como interlocutoras da pesquisa. Aquelas que seguiriam como interlocutoras foram sendo definidas através da manifestação das vontades, ou não, em seguir me encontrando na sala de aula da escola para conversar sobre seus casos e seus casamentos. Sobre seus vínculos amorosos. Participaram das rodas de conversa e entrevistas individuais – atividades de início da pesquisa na Penitenciária Feminina da Capital – trinta e oito

² O pedido de autorização para realização da pesquisa foi feito em março de 2010, antes da implementação do Comitê de Ética da Secretaria de Administração Penitenciária que existe desde abril de 2010. Este é, atualmente, responsável por deferir ou não a realização de pesquisas em unidades prisionais do Estado de São Paulo. O projeto apresentado para a efetivação desta pesquisa listava três unidades a serem levadas em conta como campo: A Penitenciária Feminina da Capital (PFC), a Penitenciária Feminina de Santana (PFS) e a Penitenciária Feminina do Butantã. Naquele momento, o trâmite de pedido para efetivação de pesquisas em prisões passava, primeiro pelas diretorias das unidades, depois pela Coordenaria do sistema prisional da região metropolitana de São Paulo, após pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e, por fim, pela Juíza Corregedora da Vara de Execuções Criminais do Fórum da Barra Funda. Obtive autorização para a realização da pesquisa em todas as instâncias com exceção da jurídica. A juíza corregedora Nídia Rita Coltri Sorci alegou que, “todas as prisões são iguais” e, portanto, pediu-me para escolher uma das três unidades penitenciárias listadas no projeto para que ela pudesse autorizar minha entrada como pesquisadora naquela. Elegi seguir a pesquisa na Penitenciária Feminina da Capital, unidade onde realizei o campo etnográfico de meu mestrado.

pessoas ao todo. Todas elas assinaram termo de consentimento e esclarecimento tal como demandado pela Juíza Corregedora no ato de deferimento da pesquisa naquela unidade ³.

Ocorre, contudo, que paralelamente a pesquisa, minha entrada tanto na Penitenciária Feminina da Capital como na Penitenciária Feminina de Santana também se dava por meio de meu envolvimento com a Pastoral Carcerária, organização na qual atuei como voluntária dentre os anos de 2009 a 2013. De outro modo, algumas das interlocutoras desta pesquisa que ficaram presas na Penitenciária Feminina da Capital foram sendo transferidas para a Penitenciária Feminina de Santana ou ainda para unidades de cumprimento de regime semiaberto⁴, como é o caso da Feminina de Butantã. Nesta última, meu nome foi colocado em um dos rols de visitas familiares, ou seja, em umadas listas com os nomes dos familiares que podem visitar as pessoas presas.⁵ Disso implicou que em alguns momentos pude visitá-las através de outros estatutos relacionais que não o de pesquisadora, mas o de agente pastoral e o familiar.

As múltiplas formas por meio das quais me inseri no campo enfatizam que o fato de a pesquisa ter partido da Penitenciária Feminina da Capital não significa que ela ficou restrita àquela unidade como campo etnográfico específico. Afinal, o processo prisional é sustentado pela circulação das pessoas que aprisiona.

A prisão não inibe o trânsito, ao contrário. A instituição prisional funciona a partir de uma lógica que prevê transferências e, portanto, movimentos recorrentes das

³ Esta etapa da pesquisa contou com o auxílio valoroso da amiga Natália Negretti, mestre pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUCSP, que participou de todas as rodas de conversa me ajudando a registrar dados do campo e a intermediar os debates.

⁴ Regime semiaberto é uma progressão de pena. A sentenciada cumpre parte da pena em regime fechado e, após este, passa para o regime semiaberto. O tempo da pena a ser cumprido em regime fechado depende do tipo de crime do qual a sentenciada é acusada, se crime comum, hediondo ou equiparado a hediondo, tal como é definido o “tráfico de drogas” (Ver: Lei 11.353/06, artigo 33). São definidos como hediondos pelo Código Penal os crimes de homicídio doloso, estupro, assalto seguido de morte, sequestro dentre outros. De acordo com a redação do artigo 5º XLIII da Constituição, assim como aos acusados de cometerem crimes hediondos, aos acusados por tráfico de drogas são vetados os direitos de fiança e indulto. A progressão ao regime semiaberto é atribuída aos sentenciados pela Lei de Drogas, após cumprimento de 2/5 do tempo da pena em regime fechado. Aos acusados de crimes comuns, como furto, assalto e estelionato, a progressão ao regime semiaberto pode ocorrer após o cumprimento de 1/6 do total da pena em regime fechado. Importante salientar, contudo, que a progressão de pena depende de avaliações de comportamentos das presas produzidos pelas assistentes sociais de cada unidade prisional assim como do julgamento dos juízes da vara de execução criminal. Ter cumprindo o tempo necessário de pena em regime fechado não é, portanto, único requisito para a progressão. A Penitenciária Feminina do Butantã é uma unidade penal de cumprimento do regime semiaberto.

⁵ Falarei especificamente das visitas comuns ou familiares no segundo capítulo.

pessoas que arrastam seus vínculos de uma unidade prisional à outra. A lógica das transferências entre prisões possibilita tráfego de informações e logo, a constituição de redes de focos e controles entre todas as instituições prisionais. A circulação de pessoas entre as unidades penitenciárias abre caminhos para o estabelecimento de redes informais de comunicação. Deste modo, conversas iniciadas entre os muros da Penitenciária Feminina da Capital foram inevitavelmente continuadas entre os corredores da Penitenciária Feminina de Santana, por exemplo.

Tendo em vista que a pesquisa etnográfica fundamenta-se em relações interpessoais que aos poucos passam a compor o espectro de redes de ajuda, amizade e afeto, como medir seus meandros e fronteiras? Os fluxos que permitiram a efetivação do meu trabalho de campo são os mesmos que permitem a constituição de relações nas portarias, pátios, celas e corredores das prisões. Por meio do estabelecimento e da manutenção das relações, esta pesquisa passou a ser uma etnografia multissituada (Marcus, 1995), pois na medida em que eu acompanhava as transferências, saídas e entradas das prisões, aprendia que cada unidade possui funcionamentos distintos com os quais minhas interlocutoras teriam de lidar para seguir o cumprimento de suas penas e suas trajetórias: seus campos de possibilidades (Velho, 2013). Aprendia que de minha parte, teria de situar-me em cada campo desta.

Mesmo que não houvesse como etnografar todas as unidades penitenciárias por onde as interlocutoras desta pesquisa transitavam, as diferentes prisões passaram a compor o espectro narrativo da pesquisa por meio das falas e opiniões sobre facilidades e dificuldades implicadas em estar longe ou perto dos centros das cidades, as preferências e diferenças no estilo dos diretores, dos psicólogos, dos regulamentos internos, assim como as marcas de cigarros permitidas e proibidas nas diferentes penitenciárias, a tendência do juiz da comarca em deferir ou não os benefícios. A circulação das interlocutoras desta pesquisa intensificou, por fim, a minha circulação. Deste modo, o campo passou a ser pensado a partir da importância em visitar espaços que articulavam sentidos nas narrativas e trajetórias. Mais do que isso, a elaboração de um campo etnográfico sobre redes de afeto e amores vivenciados através das prisões femininas permitia pensar em formas de ocupar o mundo: formas de vivenciar liberdades a partir da instituição prisional. Afinal,

as narrativas eram carregadas de casas, ruas, cidades e bairros fora do estado de São Paulo ou até fora do Brasil.

Com o decorrer da etnografia, mundão ganhou conotação transnacional. Ganhou acentos em inglês e em espanhol. O mundão se apresentava no pátio da prisão, nas ponderações sobre fusos horários, na Festa das Nações organizada pelas assistentes sociais da Penitenciária Feminina da Capital todos os finais de ano. Mais do que isso, o mundão era articulado e acessado nos pavilhões da penitenciária por meio de cartas vindas com selos e carimbos de correspondências internacionais, pelos endereços de e-mails que me eram entregues recorrentemente junto dos pedidos de escaneamento de alguma carta e o seu envio em anexo pelo correio eletrônico para mães, namorados, filhas que aguardavam notícias na Espanha, África do Sul, Bolívia⁶...

O comércio internacional de drogas trouxe para as prisões brasileiras, especialmente para as da região sudeste, pessoas vindas de outros países da América do Sul, assim como da África, da Europa e da Ásia. Dados produzidos pelo Ministério da Justiça do Brasil e publicados pelo InfoPen em dezembro de 2012⁷ indicam que, nas prisões paulistas (masculinas e femininas) o maior contingente de presos europeus é espanhol. Em números absolutos, as espanholas somam a quinta principal nacionalidade de estrangeiras em unidades prisionais femininas de São Paulo ficando atrás, somente, das bolivianas, angolanas, sul-africanas e tailandesas. Chamava atenção o grande número de espanholas que circulavam pelos corredores das penitenciárias femininas paulistas e as histórias de amor que eram narradas sobre relações estabelecidas entre brasileiras e espanholas (Padovani, 2013). Estes dados eram tangenciados ainda, pelo fato de os fluxos migratórios

⁶ Os que visitam a Penitenciária Feminina da Capital, pesquisadores ou voluntários da Pastoral Carcerária, por exemplo, recorrentemente enviam e-mails ou mensagens eletrônicas através de redes sociais aos familiares de estrangeiras presas na unidade. O Instituto Terra Trabalho e Cidadania – ITTC, entretanto, desenvolve desde 2001 um projeto nesta penitenciária para atender especificamente a demanda de escrita de e-mails e manutenção do contato com as famílias das estrangeiras detidas na PFC. O trabalho etnográfico de Bruna Bumachar (2011 e 2012) é feito através de seu trabalho como voluntária no ITTC.

⁷ O InfoPen é um programa de coleta de dados do Sistema Penitenciário brasileiro administrado pelo Ministério da Justiça. Tal sistema permite a criação dos bancos de estatísticas federal e estaduais sobre os estabelecimentos penais e populações penitenciárias. Ver: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=&params=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Última visita 02 de abril de 2015.

entre Brasil e Espanha comporem uma importante seara dos estudos sobre mercados do sexo e matrimoniais em ambos os países (Piscitelli, 2013; Girona, 2007; Bodoque e Soronellas, 2010 e Pelúcio, 2009). Com o desenvolvimento da pesquisa, tornou-se imperativo problematizar o trânsito de brasileiras e espanholas a partir do mercado transnacional de drogas levando em conta os dois sentidos dos trajetos: Espanha – Brasil / Brasil – Espanha. Parte do mapa do mercado transnacional de drogas, assim como sua vinculação a relacionamentos amorosos e matrimoniais, traçou os rumos da minha pesquisa por entre prisões de São Paulo e de Barcelona⁸.

Foi a partir deste enredamento etnográfico – das relações sexuais, conjugais e amorosas vivenciadas por brasileiras e espanholas dentro das prisões – que a pesquisa, antes circunscrita às penitenciárias femininas da cidade de São Paulo, foi ampliada para muitos outros endereços em que transitavam as narrativas. Endereços que comunicavam defensorias públicas, embaixadas, polícias de imigração, residências, ruas, bairros, cafés, *lanhous* e correios do Brasil e da Espanha. Penitenciárias que antes não faziam parte do cenário descritivo da pesquisa, como o Centro de Ressocialização de Itapetininga e as masculinas de Itaí e de Getulina, mas principalmente, as prisões catalãs Wad Raz e Brians foram, pouco a pouco, trazidas para o campo semântico da etnografia escrita a partir dos nós que tencionam afetos e encarceramentos com fluxos, por vezes, transnacionais. Nós tecidos por meio da produção de relações que atam prisões e mundões.

Da literatura sobre prisões: situando os afetos

Grande parte dos estudos sobre prisões que levam em conta relações afetivas tratam das redes familiares e dos efeitos do encarceramento nas conjugualidades a partir de prisões masculinas (Buoro, 1998; Braman, 2004; Carmo, 2008; Duarte, 2013; Fishman, 1990; Goetting, 1982; Simões e Alarcão, 2010). Neste campo, Megan Comfort (2003, 2007 e 2008) argumenta que as vivências de vínculos conjugais atravessados pelas instituições

⁸ Por meio deste recorte etnográfico, minha pesquisa de doutorado passou a integrar o projeto de Cooperação Internacional firmado entre o Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade da UNICAMP / PAGU, o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP e o Departamento de Antropologia Urbana e Fluxos Migratórios da Universitat Rovira i Virgili de Tarragona / Catalunha. O projeto previa pesquisas que seriam realizadas no Estado de São Paulo e na Comunidade Autônoma da Catalunha, fato que abriu precedentes para que eu pudesse ampliar o trabalho de campo para prisões femininas em Barcelona com foco nas trajetórias de brasileiras em cumprimento de pena na Catalunha, fluxo inverso àquele que eu estava habituada a encontrar em São Paulo.

penitenciárias, ou seja, vivenciados através do “tubo”,⁹ modificam as vidas das mulheres que as visitam. Esposas, namoradas, noivas de homens em cumprimento de pena na Penitenciária de San Quentin, na Califórnia, articulam seus horários, seus trabalhos, suas alimentações e finanças em função dos regulamentos que regem a vida dentro da prisão. Por meio do conceito de “aprisionamento secundário”, cunhado a partir das noções de “prisonização” de Clemmer (1958) e “instituições totais” de Goffman (2005), Comfort ilustra que a experiência prisional escapa dos limites da penitenciária e muda a vida daquelas que com ela se relacionam. Nas descrições desta autora, a penitenciária passa a ocupar espaços das casas das famílias ou ainda, a prisão passa a ser “a casa do papai” (Comfort, 2008).

No que tange a bibliografia brasileira recente, os dados etnográficos de Jacqueline de Lima (2013), expostos em sua dissertação de mestrado sobre mulheres de homens presos em penitenciárias específicas do estado de São Paulo,¹⁰ dialoga com as análises de Comfort. Sua etnografia também ilustra que vocabulários, assim como códigos de etiquetas e comportamentos (“proceder”, “disciplina”) socialmente reconhecidos como próprios das prisões, as transcendem ao serem levados em conta os vínculos conjugais e familiares dos presos. Por meio de suas descrições, Lima faz ver que a prisão está significativamente presente na vida das mulheres com as quais ela conversa. Ao contrário de Comfort, contudo, Lima não reconhece aí aspectos de “aprisionamento secundário” que poderiam acometer suas interlocutoras, antes esta autora analisa as agências que elas fazem do conhecimento acerca das regulações que gerenciam as relações e a vida na prisão.

De modo similar é o que faz Rafael Godói (2010). Este, ao focar sua pesquisa nos sujeitos e objetos que entram e saem da prisão – visitas, funcionários, encomendas, cartas – elucida que “vasos comunicantes” entre fora/dentro são, simultaneamente, produtos

⁹ O tubo é o corredor que dá acesso às dependências da Penitenciária San Quentin em São Francisco/Califórnia na qual Comfort fez sua etnografia com esposas de homens presos em segurança mínima, média, prisão perpétua ou sentenciados à pena de morte. A imagem de atravessar “o tubo” e a descrição das vivências que se dão por meio de suas passagens é especialmente emblemática para o argumento da autora que elucida elos entre dentro e fora da prisão.

¹⁰ A dissertação de Jacqueline de Lima é feita com base nas visitas de mulheres de homens presos nas prisões do Primeiro Comando da Capital – PCC, quer dizer, nas unidades penitenciárias onde o coletivo de presos assim denominado se faz presente por meio da organização do convívio dos que cumprem pena naquelas instituições de São Paulo. Falarei sobre este coletivo ao longo de toda a tese.

e produtores da instituição carcerária. As descrições de Godói são primorosas no tocante da materialidade das porosidades prisionais e das agências que as pessoas em relação com a prisão fazem destas. Levando em conta as contribuições deste autor, parto de sua abordagem para focar as relações de afeto que atravessam os “vasos comunicantes” que ele propõe analisar.

Gwenola Ricordeau (2012; 2014), por sua vez, ao tratar das redes de solidariedade tecidas pelos e entre os visitantes de prisões masculinas francesas, também chama atenção para os fluxos concernentes às instituições prisionais. Suas análises, entretanto, sublevam que dimensões afetivas não só estão presentes na prisão como são substanciais para o controle e gerência daqueles que estão presos e de seus familiares¹¹. A autora etnografa espaços reservados ao encontro das visitas com os presos, além da circulação dos objetos que vinculam casas de visitantes às instituições prisionais. Ricordeau faz uso dos crachás de identificação dos visitantes, das cartas trocadas entre eles e os presos, das autorizações de registros dos dias da visita e, inclusive, das transações que envolvem “artefatos clandestinos” – como isqueiros e chaveiros - para falar das trocas que compõem a prisão. Assim como eu argumento ao longo desta tese, Ricordeau ilustra que os elos afetivos são objetos privilegiados de agenciamento e regulação da vida de todos os que se relacionam com a prisão a qual, em sua etnografia, é masculina. Os materiais por ela utilizados para análise passam, ainda, pelo fato de serem eles registros de sua própria relação afetiva. Gwenola Ricordeau iniciou o seu trabalho de campo nas prisões masculinas francesas a partir do encarceramento de seu marido.

Conheci Gwenola durante o congresso da Associação Européia de Antropologia Social que ocorreu na Estônia em julho de 2014. Falamos em um mesmo grupo que abordava o tema das prisões a partir das relações de intimidade. O paralelo entre a sua inserção no campo e a inserção no campo de Karina Biondi (2009), autora brasileira que também iniciou sua etnografia em prisões masculinas a partir do aprisionamento de seu marido, era evidente. Significativo notar que os desenvolvimentos das pesquisas de

¹¹ Megan Comfort (2007) também argumenta que a manutenção dos vínculos afetivos dos presos são compósitos dos dispositivos de controle das prisões. Gwenola Ricordeau afirma que seu trabalho é bastante tributário da análise de Megan Comfort. Ricordeau, contudo, ao manejar seus dados não reitera a noção de “aprisionamento secundário” proposta por Comfort.

Ricordeau e de Biondi, contudo, distinguem-se. Enquanto a primeira focou os laços de afeto estabelecidos pela rede de pessoas que visitam as prisões, Biondi se debruçou na organização política dos presos.¹²

As distintas perspectivas de análise adotadas nos trabalhos de Gwenola Ricordeau e de Karina Biondi, assim como as divergências que Jacqueline de Lima expõe em sua dissertação no que se refere ao trabalho de Megan Comfort (Lima, 2013: 65), elucidam disparidades entre a produção bibliográfica brasileira e internacional nos estudos sobre prisões. Tendo em vista que os quatro trabalhos citados produzem suas etnografias desde as “filas das visitas” às penitenciárias masculinas, é significativo notar que Comfort e Ricordeau centralizam, em suas produções, as redes afetivas e de solidariedades que são atravessadas pelas instituições prisionais. Por outro lado, Biondi e também Lima, lançam luz às operações políticas que enredam os cotidianos das pessoas em cumprimento de pena em penitenciárias masculinas (Biondi) e de suas famílias (Lima).

As produções recentes sobre prisões no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, têm se debruçado sobre relações de poder (Dias, 2011), narrativas e negociações das violências (Castro e Silva, 2008, Taets, 2012), etiquetas e códigos articulados nas trajetórias que atravessam prisões e periferias (Mallart, 2014; Marques, 2009), suas porosidades (Godói, 2010) e os processos de encarceramento em massa (Sinhoreto, Silvestre & Melo, 2013). Nestas, quase todas produzidas a partir de prisões masculinas, pouco se fala sobre redes de afeto e, ao ser chamada atenção para vínculos tecidos a partir ou atravessados pelas experiências prisionais tratam, majoritariamente, dos “desafetos”, quer dizer, de relações que inviabilizam o convívio de duas ou mais pessoas dentro dos pavilhões prisionais.

Ainda referente a este campo da literatura brasileira recente e suas (des)análises sobre afetos, os trabalhos de Antônio Rafael Barbosa (1998 e 2005) merecem ser destacados. Este autor, ao tratar das redes do mercado de drogas no Rio de Janeiro analisa

¹² A despeito de qualquer “diferença de abordagem da pesquisa”, era imprescindível colocar Gwenola em contato com Karina Biondi. Gwenola, por sua vez, ficou bastante aliviada em saber que outra pessoa havia produzido sua pesquisa sob a mesma condição que a dela: a de “esposa de preso”. As críticas de Gwenola no que tange a produção bibliográfica europeia sobre prisões passam, justamente, pela noção de serem estas “instituições fechadas” de modo que grande parte da literatura europeia, segundo ela, eclipsa os fluxos que atravessam a prisão.

as interconexões entre “favelas e prisões” chamando atenção para as “cadeias de afetos” que as atravessam. Barbosa, partindo do referencial proposto por Foucault (2001) de ser a prisão produtora de sujeitos (e de subjetividades), desenvolve o argumento de que os mercados de drogas e suas inflexões com a prisão são produtoras de alianças e amizades. Mais do que isso, Barbosa elucida que as redes de alianças, nomeadas por seus interlocutores por meio do termo “amizade”, são vínculos sem os quais os mercados de drogas não poderiam existir.

O autor desenvolve sua análise ilustrando que estas alianças são tecidas por meio de fluxos que ligam “prisões às favelas e comunidades pobres da cidade”. Fluxos que não se dão apenas pela materialidade de objetos e pessoas que entram/saem das prisões/favelas, mas antes pela imaterialidade dos direitos humanos, das gírias, das risadas, das novelas e notícias veiculadas na TV; “ondas de calor” em suas palavras (Barbosa, 2005: p.18). No trabalho de Antônio Rafael Barbosa há o enunciado sensível acerca do fato de serem “as linhas dos afetos” (2005: 22) ou as “cadeias de ligação” (1998:150) centrais para as operações que viabilizam mercados ilegais e suas punições nas penitenciárias: espaços “das alianças no sofrimento. Espaço da ‘forma-Estado’” (Barbosa, 2006: 131). Com esta formulação o autor delineia que é nas prisões que os vínculos entre aliados se tornam mais estritos. Segundo ele, a cadeia é o espaço no qual as relações são significativamente articuladas, onde alianças e amizades são fortalecidas. O trabalho de Barbosa, portanto, enreda afetos à prisão de modo a evidenciar como ambos se produzem e se articulam mutuamente.

Não é o que constata Guilherme Boldrin (2014) em sua monografia sobre as relações sexuais/afetivas entre “monas e entendidos”¹³ em uma penitenciária masculina do estado de São Paulo. Nesta, ele argumenta que amor aparece como tessitura entre “cadeia e rua”. Segundo ele, por meio do amor a rua se faz tangível dentro da prisão. Em suas palavras, as “vidas amorosas agenciam uma performance dos relacionamentos da *rua*. Os modos de existência a dois, como um núcleo familiar que se conecta às famílias do lado de fora gera um simulacro da *rua* dentro da cadeia” (Boldrin, 2014: 69).

¹³ Monas são travestis presas em penitenciárias masculinas. Entendidos são os homens que se relacionam com elas dentro das prisões.

Diferentemente do que argumenta Antônio Rafael Barbosa, portanto, para Boldrin o aspecto produtivo dos vínculos tecidos na prisão relaciona-se não a ela, mas à sua tensão com a rua. O amor entre “monas” e “entendidos” na prisão, segundo Boldrin, “contém em si a potencialidade de determinados aspectos da rua” (p. 73).

Alinhado à literatura brasileira recente sobre prisões, Boldrin costura rua e cadeia sem, com isso, deixar de reconhecer os limites deste enredamento tecido, ainda segundo ele, por meio dos vínculos afetivos. Estes, porém, aparecem em seus dados etnográficos vivenciados na prisão a partir das ausências. O que produz os elos afetivos a serem articulados dentro da penitenciária são os afetos que não estão contidos ali, mas sim na *rua*. A prisão, na análise de Boldrin, não aparece como produtora das relações amorosas, mas tampouco é uma instituição de fratura dos vínculos de afeto.

Fratura para a qual Sabrina Rosa Paz (2009) chama atenção em sua dissertação de mestrado sobre os sentidos atribuídos aos relacionamentos sexuais/afetivos vivenciados a partir de uma penitenciária do Rio Grande do Sul que comporta módulos masculinos e femininos. As descrições de Paz acerca desta unidade passam, principalmente, pelas trocas entre homens e mulheres presos nos distintos módulos. Por meio do exame destas trocas, alinhavadas em narrativas sobre relações amorosas, a autora argumenta que os relacionamentos vividos por suas interlocutoras de pesquisa dentro da prisão decorrem da “fratura” com os “laços consanguíneos” das mesmas. Laços deixados fora da prisão. Para Paz, a prisão emprega uma quebra nos vínculos familiares e amorosos o que, portanto, resultaria no estreitamento dos afetos estabelecidos dentro da instituição penitenciária durante o cumprimento da pena. Mas este estreitamento não está relacionado àquele o qual Antônio Rafael Barbosa chama atenção. Ao contrário, nas descrições de Sabrina a prisão é ilustrada como uma instituição pouco, ou nada, porosa. Se distantes da produção recente sobre prisões masculinas no Brasil, as análises desta autora vão, contudo, ao encontro de parte da bibliografia internacional sobre vínculos afetivos vivenciados por pessoas em cumprimento de pena em penitenciárias femininas.

Rafaela Granja (2012), por exemplo, argumenta que as relações amorosas das mulheres em cumprimento de pena em Portugal estão conectadas às malhas da justiça e do sistema penal. Segundo ela, estes vínculos resultam do apoio que as mulheres, antes de

serem presas, prestavam aos seus companheiros durante a pena deles. As análises de Granja, ao conectarem os vínculos tecidos “atrás e através das grades” permitem, por um lado alinhar as redes afetivas das visitas feitas às penitenciárias masculinas aos vínculos amorosos vivenciados pela intermediação e regulação da vida presentes nas prisões femininas. Mas, por outro, respondem a uma ideia de circuitos fechados entre bairro e prisões. Ideia fortemente desenvolvida por Manuela Ivone da Cunha, sua orientadora de doutorado.

No que tange ao trabalho de referência para os estudos sobre prisões femininas, Cunha (2002), através de etnografia realizada na prisão feminina de Tires em Portugal, desenha o que ela chama de circulação de pessoas entre bairros e prisão. A palavra “circulação”, nesse registro, faz-se significativa dado que a autora a diferencia de outra: “mobilidade”. Segundo ela, nos trânsitos caracterizados pelas “mobilidades” parece haver certa abertura dos percursos, o que não acontece naqueles que se dão por meio de um “script”, um “itinerário” balizado previamente a partir da contínua “circulação” entre as instituições prisionais e os “bairros mais precarizados das grandes áreas metropolitanas”.

Manuela Ivone da Cunha chama atenção para o fato de que nos bairros onde há forte atuação de repressão policial incidida, principalmente, ao mercado ilegal de drogas, são mais recorrentes processos de criminalização que levam ao aprisionamento das pessoas de várias gerações de uma mesma família – avó, mãe e neta, por exemplo – e também de vizinhos e amigos. Sobre a recorrência de aprisionamentos dos moradores dos mesmos bairros, a autora diz ainda que o fato termina por produzir efeitos de “redes criminosas”, “bandos”, ou como se tornou usual nas mídias brasileiras: “facções”. Por meio de sua argumentação, ela retira a carga de “organização criminosa” atribuída às famílias, amigos, vizinhos moradores de bairros das periferias lisboetas e as coloca em relações de ajuda que passam pela instituição prisional.

As análises de Cunha dialogam com a vasta produção internacional sobre processos de aprisionamentos femininos. Estas têm focado no recente e substancial aumento da população carcerária feminina (Juliano, 2012; Almeda, 2003),¹⁴

¹⁴ Para bibliografia brasileira ver: Soares e Ilgenfritz, 2002 e, mais recentemente a dissertação de Natália Bouças Lago (2014) sobre a qual falarei adiante.

principalmente no tocante à criminalização dos trânsitos de pessoas oriundas de países do continente africano e das Américas do Sul e Central em direção à Europa e aos Estados Unidos (Sudbury, 2005; Díaz-Cotto, 2005; Angel-Ajani, 2005; Imas e Martín-Palomo, 2007). Estas abordagens têm possibilitado desenvolver o estimulante campo de estudos da “criminologia das mobilidades” (Pickering, Bosworth & Aas 2015; Bosworth, 2011), no qual os controles de fronteiras nacionais e técnicas de aprisionamento são alinhavados nas análises. O campo da “criminologia das mobilidades” intersecta estudos sobre migrações e punição desenvolvendo, por meio de pesquisas empíricas, noções relacionadas à difusão da operacionalização prisional norte-americana sobre a qual trata o ensaio de Wacquant (2001).

Desta forma, mesmo que o argumento se dê a partir da palavra “mobilidade”, este campo de estudos fala dos mesmos pressupostos teórico-metodológicos que balizam o argumento de Manuela Ivone da Cunha: os trânsitos que atravessam as prisões se apresentam como “circuitos fechados” que relacionam instituições punitivas e “comunidades desprovidas” (Granja, 2012). Estas comunidades ou “bairros depauperados” (Cunha, 2002), são manejados nas análises através de dados articulados como fluxos transnacionais que são levados a cabo por meio das noções de “sul e norte globais” (Sudbury, 2005).

Assim se vincula a pouca porosidade presente no trabalho de Sabrina Rosa Paz e o escopo da literatura internacional sobre prisões femininas. Em ambos, as relações de afeto, conjugalidades e amor aparecem, quando analisadas, inseridas em um circuito – “um script” para seguir usando as palavras de Cunha – que, atravessado por marcadores sociais, tais como classe, raça, gênero e nacionalidade, determinam as possibilidades dos vínculos a serem produzidos. Como argumenta Rafaela Granja em Portugal e Andréa Leverentz (2006) nos Estados Unidos, as mulheres se envolvem com o tráfico de drogas por meio de suas relações conjugais, vão presas e ao saírem em liberdade, retornam para suas casas nos bairros, ou contextos, onde há “concentração de desvantagens” (Leverentz, 2006). Desta forma, ainda que por meio da fratura ou mediação a experiência prisional possibilite rearranjar relações conjugais, no argumento destas autoras tais vínculos respondem a vivências inseridas em ciclos de “violência” e “vulnerabilidades”.

Na maior parte das bibliografias citadas nas páginas que se seguiram, as redes de afeto, quando levadas em conta nas análises sobre prisões masculinas, apareceram no nó que ora faz a prisão ser vivenciada na rua (Comfort, 2003), ora faz a rua ser atualizada na prisão (Boldrin, 2014). Em se tratando de prisões femininas, as análises pouco consideram tal articulação. Antes falam de vínculos de afetos fraturados (Paz, 2009) ou ainda, de um mercado matrimonial (Piscitelli, 2008) circunscrito no fluxo fechado composto pelos bairros pobres e as instituições prisionais (Cunha, 2002; Leverentz, 2006; Granja, 2012).

Não pretendo negar que as relações tecidas por entre dentro/fora da prisão recaiam significativamente sobre determinadas populações. Afinal, como dissertou Foucault (2001), a forma-prisão não pretende reprimir ações ilegais, mas sim estabelecer uma ordem econômica, ou seja, uma diferenciação e uma gestão das ilegalidades segundo os interesses de uma classe. Não por acaso, portanto, as personagens desta tese são todas oriundas de “periferias”. Estas são narradas a partir de bairros das regiões metropolitanas de São Paulo, dos subúrbios espanhóis, das ocupações irregulares nos centros de grandes cidades ou, ainda, das zonas de garimpo de Roraima. Articuladas a partir de suas polissemias, entretanto, as “periferias” (Feltran e Cunha, 2013; Togni, 2014) passam a ser mais facilmente elencadas às noções de “margens” de que fala Veena Das e Deborah Poole (2004) do que à ideia de bairros “pauperizados” ou “comunidades desprovidas” como nomeiam Cunha (2002), Leverentz (2006) e Granja (2012).

Por “margens” Das e Poole não compreendem regiões ou populações sobre as quais o estado atua apenas de modo debilitado. Tal concepção estaria vinculada a uma ideia de “estado-nação” centralizada e racionalmente ordenada. Noção vinculada à imagem de perda de sua força nas zonas periféricas que, por serem distantes, são mais dificilmente atendidas pelas políticas estatais. Percepção vinculada aos termos de “vulnerabilidade” e “vitimização” que têm balizado a caracterização dos bairros postos em relação à prisão em parte da literatura sobre o tema. Ao contrário, as margens de que falam Veena Das e Deborah Poole tratam de espaços territoriais e de práticas em que leis e processos de estado são colonizados por outras formas de regulação articulados pelos sujeitos em suas agências e suas relações (Das & Poole, 2004: 24).

A partir dessa noção de margem, a qual se vincula às práticas estatais (e não à ausência destas) nas periferias (Hirata, 2010; Feltran, 2011; Telles, 2011), passa a ser possível pensar a prisão como margem mesmo que esta seja o arquétipo de uma instituição de estado balizada na concepção de monopólio da violência (Weber, 1982). As análises desta tese são tributárias da concepção de margens do estado a qual coloca prisões e periferias (ou ruas) em relação não por suas quebras (Paz, 2006; Leverentz, 2006) ou por suas atualizações de uma pela outra (Comfort, 2011; Boldrin, 2014), mas antes pelos processos de encadeamentos que as vinculam (Barbosa, 2005). Processos tramados nas prisões femininas, principalmente por meio das redes de afeto recorrentemente nomeadas no campo das prisões femininas como relações amorosas: os casos e casamentos que configuram o objeto deste trabalho.

Nas penitenciárias femininas de São Paulo e de Barcelona, afeto e amor são produzidos pelas e são produtores das práticas de estado porque se emaranham na governamentalidade (Foucault, 2008) que gesta a vida nas prisões. As relações respondem aos processos de regulação da intimidade administrados pelos funcionários das unidades penitenciárias que negociam cotidianamente com os arranjos produzidos pelos sujeitos e suas redes postas nos entres/sais que comunicam (Godoi, 2010; Ricordeau, 2014) a cadeia com o mundo. Falar de redes de afetos e relações amorosas vivenciadas a partir de instituições prisionais é se debruçar em como dispositivos de gêneros (Butler, 2008) e de sexualidades (Foucault, 1979), assim como de demais categorias de diferenciação que são materializados nos corpos por meio de cheiros e roupas (Bourdieu, 2006; Piscitelli, 1996),¹⁵ são postos nas disputas e vinculações estabelecidas entre presas, funcionárias, visitantes: entre os sujeitos que tramam o dispositivo prisional e os fluxos que o atravessam.

¹⁵ Laura Lowenkron tem produzido reflexões potentes sobre a materialização de categorias de diferenciação e suas intersecções nos corpos de “vítimas” e “acusados” do crime de tráfico internacional de pessoas. Por meio de sua etnografia com policiais federais, a autora analisa como os atributos de “fedorento”, “feio”, “bonita”, “acabada” aparecem nas narrativas (e não na produção de inquérito) que povoam o dia-a-dia da repartição. Suas análises ainda não foram publicadas. Em outro momento, Larissa Nadai (2012) e Fabiana Andrade (2012), também se debruçaram sobre como outros atributos relacionados à beleza e às vestimentas interferiam, ou não, no cotidiano de trabalho de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Campinas.

Diante deste ponto de análise, a prisão aparece como espaço produtivo de relações. De tal modo que os vínculos tecidos a partir da experiência prisional modificam as trajetórias das vidas. Retomando a frase de Fábio Mallart (2014), a cadeia muda a vida, mas ela só o faz através dos elos de afeto fortemente enredados pelos cotidianos das celas, pavilhões, filas de visitas. Espaços embaralhados com a caixa de correio de minha casa na qual o carteiro deposita as cartas que anunciam os votos de saúde e paz do Senhor a mim e aos meus.

Nesse registro, o argumento central desta tese se alinhava às sofisticadas considerações de Antônio Rafael Barbosa sobre alianças e amizades que são produzidas em meio ao “sofrimento da prisão”. Vínculos que são também segundo este autor, constituidores das “ondas de calor” que encadeiam os afetos que atravessam prisões e mercados ilegais. Considerações acerca das redes afetivas que têm de mesmo modo, balizado os argumentos de Bruna Bumachar (2011 e 2012) e Natália Lago (2014). Estas têm produzido análises acerca de enlaces que “emaranham” (Bumachar) a prisão às redes familiares das mulheres em cumprimento de pena.

No que tange a pesquisa de doutorado de Bruna Bumachar, o emaranhamento entre o “nem dentro, nem fora das prisões” se dá por meio da etnografia com estrangeiras presas na Penitenciária Feminina da Capital e o modo como estas vivenciam, ou articulam, a prisão em suas dobraduras com a maternidade transnacional. A pesquisa de Bumachar ilustra que os “cortes com o mundo exterior”, ocasionados pelo aprisionamento, não implicam na inexistência de fluxos que garantam, de alguma forma, a presença destas mulheres em suas casas e suas famílias. Por meio de um arcabouço teórico informado pelos estudos sobre das maternidades transnacionais (Parreñas, 2002), a autora elucida camadas de presença – envios de dinheiro, atribuição de cuidados e afetos – que são produzidas pelas estrangeiras presas desde São Paulo até suas casas as quais, no que tange ao trabalho de Bumachar, estão principalmente nos continentes africano e asiático.

Desde um campo etnográfico feito com brasileiras presas em uma penitenciária feminina de São Paulo¹⁶, é o que também faz Natália Lago. Esta autora, ao focar narrativas e vivências das relações familiares de mulheres presas, analisa, se não o emaranhado de

¹⁶ A autora não nomeia a unidade prisional em que desenvolveu o seu campo.

afetos que articula a prisão e a rua, os enredos que relacionam a casa à prisão. A partir de pesquisa que dialoga significativamente com o trabalho de Manuela Ivone da Cunha (1994), Lago se debruça no circuito estabelecido entre prisões e bairros de São Paulo sem, com isso, deixar de ponderar que “algumas relações são constituídas e reposicionadas diante – e a despeito – da experiência da prisão” (Lago, 2014: 16).

No tocante desta tese, as redes de afeto, analisadas por meio dos casos e casamentos vivenciados através da prisão, configuraram o objeto da pesquisa. A partir delas foi possível ponderar sobre os encadeamentos das experiências prisionais com o mundão que está fora (e dentro) da prisão (e da liberdade).

Liberdade e mundão foram palavras que durante todo o trabalho de campo apareceram entrelaçadas com sentimentos de alegria e medo. Desde as falas de quem está preso, o mundão é “lá fora”, “do outro lado do portão”. O mundão é onde está a liberdade, mas é também onde estão filhos, mães, maridos, vizinhos. Personagens que carregam camadas de afetos e, por que não, de obrigações. A liberdade, portanto, é enredada pelas experiências daqui e de lá. Os imponderáveis que recaem sobre as vidas nos bairros (países) e nas casas das ruas tramadas por meio do dia-a-dia nos pátios e nos “cafofos”¹⁷. Do mesmo modo, eram imponderáveis os caminhos que levariam os vínculos de afeto tecidos por meio da prisão. Relações por meio das quais a vida no mundão era rearticulada.

Ao considerar que imponderáveis são produzidos por meio das cadeias de afetos que atravessam prisão e mundão, não proponho negar que vínculos amorosos sejam mantidos frente a circuitos específicos enredados por meio das intersecções entre classes, gêneros, raças e nacionalidades, mas o faço através de uma fundamentação teórica preocupada em mensurar os trânsitos a partir das relações e negociações que são agenciadas pelos sujeitos (Simmel, 2005; Ruggiero & South, 1997).

De modo similar, é o que faz Vera da Silva Telles (2011) ao analisar trajetórias pessoais que lidam cotidiana e simultaneamente com mercados legais e ilegais nas periferias da grande São Paulo. Telles, fala de trajetórias que descortinam uma “economia política dos ilegalismos” por meio de deslocamentos das “fronteiras do formal e do informal, do lícito e do ilícito”. Saber caminhar por entre estes imbricamentos que

¹⁷ “Cafofo” é o nome carinhoso dado à cela, pequeno espaço de moradia.

atravessam bairros e prisões significa, dentre outras coisas, ter clareza dos riscos corridos em cada situação. Conhecer os códigos acionados por agentes produtores dessas tênues tramas (i)legais que terminam por resultar em redes de confiança ou na produção das alianças de que fala Barbosa (2005).

Estas relações podem ser cunhadas nos circuitos de que fala Manuela Ivone da Cunha, mas não podem ser tão fechadas quanto supõe o uso da ideia de scripts. Se Cunha fala em circulação em oposição à mobilidade, Adalton Marques (2009) usa a palavra movimento para caracterizar “o crime” que, segundo ele não pode ser territorializado porque se efetua em continuidade às trajetórias de vida das pessoas que “entram e saem do movimento”. Não é dizer com isso que Marques não considera circuitos de trânsitos entre bairros e prisões, mas antes, é dizer que dentre estes mesmos circuitos há escapes intangíveis de serem localizados por eles e que, de outro modo, são produtores de mobilizações somente possíveis a partir de vínculos de confiança e do reconhecimento dos “inimigos”. Ou nas palavras do *rapper* Edi Rock: “Assino um 12¹⁸ pelo tráfico de informação que eu te ensino, sem vacilo comigo, pois eu sei quem é amigo. Eu conheço a expressão a intenção do inimigo”.

Movimento, palavra retirada dos campos feitos em bairros, prisões, ruas, bares e letras de *rap*, é como são chamadas ações e relações tecidas por entre tramas legais/ilegais. Saber caminhar pelos pavilhões de moradia das penitenciárias, assim como pelas vielas dos bairros de São Paulo (e de Barcelona), é saber identificar o “movimento” que não se define pelos pontos de venda de droga, de serviços sexuais ou pelas garagens de recepção de automóveis roubados, mas sim pela ponderação acerca de quem e com quem pode haver relações de confiança ou não.

É sobre essa familiaridade multifacetada de que falam as relações amorosas e os elos tecidos entre “irmãs de caminhada” através das experiências de aprisionamento nas penitenciárias femininas: do (re)conhecimento de umas pelas outras a partir não só das regiões de moradia, do nome da mãe, do marido, mas principalmente da familiaridade em reconhecer quem, nessa complexa trama de relações, são aliadas – irmãs, conhecidas de

¹⁸ Edi Rock faz referência ao artigo 12 da parte penal da Lei 6.368/76 de repressão ao tráfico de entorpecentes que foi revogada em 2006 pela “nova lei antitóxicos”, 11.343. Nesta o artigo 33 trata dos processos penais e, por meio dele, a pena mínima sentenciada ao tráfico de drogas foi aumentada de três para cinco anos.

confiança, amores da vida – e quem são inimigas.

Ao longo de todo o período de trabalho de campo frases como “fulana é minha irmã, fizemos nossas “tacadinhas”¹⁹ juntas na rua, só a gente sabe o que passamos juntas nessa caminhada” ou, “cicrana é o grande amor da minha vida, só com ela conheci o amor”, foram bastante recorrentes. “Irmãs de caminhada”, “amores da vida”, na rua e/ou na prisão, não se abandonam quando uma vai para o castigo, está doente ou deprimida pelo tempo de pena que ainda tem a cumprir, pelo término de um relacionamento, pelas saudades dos filhos ou até pela falta de dinheiro para manter-se dentro da prisão ou para pagar advogados. Laços de irmãs e de amor são relacionamentos de ajuda mútua enredados por trocas de afeto, cuidados e dinheiro. São laços nutridos pela manutenção na dura caminhada na prisão. Quer dizer, pela manutenção da vida em sentido amplo. Nesse registro, os vínculos da caminhada são definidos pelo ordinário. São laços criados pelas trocas das substâncias que produzem a vida cotidiana. A comida, o dinheiro, os segredos, os gozos e os afetos são como o *relatedness* de que fala Carsten (2004). Substâncias que produzem família.

Por meio da proposta de que “substância” passe a ser utilizada como uma categoria analítica flexível, a teoria de Carsten permite borrar fronteiras que separam o que é socialmente considerado essencial/natural/genético do que é pensado a partir das relações de nutrição/códigos/leis (Schneider, 1980). A autora, ao pensar substâncias a partir dos embaralhamentos possíveis produzidos entre corpos e relações, assim como por meio das transformações de uns pelos outros, torna mais frutíferos os seus usos como categoria analítica.

As análises, tecidas sobre as redes de afeto que são tramadas através das prisões femininas de São Paulo e de Barcelona, balizam-se nas ponderações de Carsten no que

¹⁹ “Tacadinhas”, termo usado para referir-se a pequenas ações ilegais, ilustra as tramas de relações que atravessam bairros e prisões. Um furto de moto, um assalto a um ônibus ou a um estabelecimento comercial, uma pequena viagem carregando cocaína ou maconha são ações que não configuram envolvimento com mercado ilegal de drogas ou com uma profissionalização na atuação de assaltos e sequestros, por exemplo, mas são “tacadinhas”, “bicos” pontuais que ajudam a incrementar os ganhos financeiros em determinadas circunstâncias. Os borrões das fronteiras entre “trabalho” e “crime” não são exatamente novos. Vinicius Caldeira Brant em seu livro *O trabalho encarcerado*, de 1994, já mostrava enredamentos entre “trabalho” e “crime” nas trajetórias dos presos do sistema carcerário paulista.

tange ao modo como trocas de substâncias, efetivadas por meio das relações, transformam e produzem sujeitos. As relações amorosas e as redes afetivas de que trata esta tese falam de anos passados por entre os muros das prisões. Anos enredados ao mundão, mas ainda assim vividos desde os pátios prisionais. Pátios que se não fraturam os vínculos com o exterior, estreitam os elos com aqueles que estão juntos nos percalços da caminhada da pena. No fim da visita afinal, o portão bate nas costas de quem sai e diante dos olhos de quem fica. Neste duro instante, a prisão parece ser nada porosa.

Mas é nesta saída/permanência que está a “pequena fenda”²⁰ por onde dentro e fora se entrecruzam. Quem deixa a prisão ao final da pena, carrega-a por meio dos vínculos que passam a alinhar as vidas. Se “amores eternos” nem sempre duram para sempre, as substâncias trocadas na caminhada transformam as trajetórias.

Parafraseando Judith Butler, para quem os poemas são redes de afetos transitivos de tal modo que “sua escrita e sua divulgação – são atos críticos de resistência, interpretações insurgentes, atos incendiários que, de certo modo e incrivelmente, vivem através da violência a que se opõem (Butler, 2010a: 94)”, argumento que as redes de afetos são poemas transitivos. Se não necessariamente atos críticos de resistência, são tramas em formas de substantivo e verbo que agenciam fronteiras e que por elas transitam. As redes de afeto são as saídas pelos portões da prisão. São elas as suas porosidades possíveis. Ignorar as redes de afetos tecidas por entre histórias de amor vividas nas prisões – sejam elas

²⁰ A expressão “pequena fenda” faz referência aos argumentos de Maria Elvira Díaz-Benitez (2013), sobre as tensões produzidas entre erotismo e violência no set de filmagem de pornografia bizarra, mais especificamente de filmes nos quais práticas de humilhação são trabalhadas como fetiche erótico. Segundo a autora, nestes filmes, classe, idade e raça são traduzidos em diferenças corporais de tal modo que desigualdades passam a ser materializadas na relação sexual. Díaz-Benitez argumenta que nestes sets são produzidos cenários em que se abre uma “pequena fenda” através da qual a representação do ato sexual se torna violência (Díaz-Benitez, 2013: 84). Vale destacar ainda, que a produção deste argumento de Díaz-Benitez é tributário do modo como Maria Filomena Gregori (2010) utiliza o termo “fissura” em suas análises sobre o mercados eróticos e limites da sexualidade. Nas palavras de Gregori, materiais (e práticas) pornográficas, “antes de ameaçarem, expõem e registram tensões, ressignificações e fissuras das normatividades de gênero de sexualidade” (Gregori, 2010: 47). Nesse registro, a autora argumenta que por meio do mercado erótico e da pornografia é possível analisar o campo normativo das relações inclusive no que tange aos seus limites, por vezes encenados em palcos de teatros BDSM ou nos sets de filmagem de que fala Díaz-Benitez. Ambas as autoras preocupam-se com as ranhuras que colocam em relação “abuso e consentimento” (Gregori), “violência e representação (ato) sexual” (Díaz-Benitez). O que interessa para o meu argumento, é que o modo como estas autoras trabalham os termos permite pensar as relações por meio das quais dentro/fora da prisão são colocadas em tensão. As fissuras ou fendas através das quais são negociadas e tramadas prisão, mundão, saídas, entradas, visitas, presos.

femininas ou masculinas – significa ignorar parte extremamente relevante da articulação política produtora destas instituições.

Organização dos capítulos

Esta tese está organizada em três partes. A primeira parte, chamada *Na Caminhada*, aborda processos de entrada no campo e analisa estes de modo a problematizá-los metodologicamente. Mais do que isso, a primeira parte ilustra minha incursão etnográfica por meio da descrição de como as relações são arranjadas no campo. *Na Caminhada* aprofunda as discussões anunciadas nesta introdução.

Por meio da descrição do trajeto que eu fazia para chegar às prisões de São Paulo e de Barcelona, no primeiro capítulo – I. “Começar o trajeto” – são descritos contextos, contendas, divisão de pavilhões e parte do funcionamento de ao menos duas penitenciárias. Através de dois subcapítulos, são expostos, especialmente, processos concernentes à Penitenciária Feminina da Capital, no bairro do Carandiru, São Paulo, e da penitenciária de Brians em Barcelona. Neste, explicito ainda, as especificidades de minha inserção no campo via as Pastorais Carcerárias de São Paulo e de Barcelona.

No capítulo dois, II. “Das caminhadas do campo: relações em trama”, são analisadas as relações tecidas entre as interlocutoras e eu durante o processo deste trabalho etnográfico. Mas ao fazer tal análise, ilustro como esta relação específica se coaduna a outras tramas que produzem diferenças entre sujeitos por meio de assimetrias e processos de sujeição/subjetivação (Foucault, 1979) que fazem de uns “pessoas” e de outros “vermes”. O segundo capítulo explora as tensões entre relações e assimetrias, “aliados” e “inimigos”, ilustrando como estas têm produzido a instituição prisional.

A segunda parte, *Dos corpos dos papéis: Cartas de amor e documentos de relações*, analisa as tramas tecidas entre regulação e agenciamento das relações por meio de cartas e documentos tomados, aqui, como objetos privilegiados para o exame destas mediações. Esta sessão da tese tem como objetivo analisar o modo como papéis são tramados em meio às negociações das interlocutoras da pesquisa com os processos de regulação e gerenciamento das relações. Nesse registro, cartas são vasos comunicantes (Godói, 2010) que circulam através de postos fiscalização, ou de *checkpoints* (Jeganathan,

2004). Cartas são agenciadas como documentos das relações. Os processos de exame dos vínculos através das cartas que os documentam, são calcados em dispositivos de estado que são apreendidos também pelas tecnologias de controle tecidas pelas próprias presas. A gestão das relações por meio dos exames que justapõe estado e ingerências conduzidas entre pessoas presas é o fio condutor iniciado na primeira parte da tese e analisado, aqui, através da circulação dos papéis que legibilizam (Das e Poole, 2004) casos e casamentos. A especificidade do modo como a palavra trama é utilizada ao longo de toda a tese e se faz, nesta sessão, mais evidente.

Aqui, trama refere-se especialmente aos usos do termo feitos por Hélio Silva e Claudia Milito (1995) e, mais atualmente, por Vera Telles (2011). Na etnografia de Silva e Milito, as personagens da pesquisa, ou “os meninos de rua” da zonal sul e centro da cidade do Rio de Janeiro, aparecem enredados por fios produzidos por todos aqueles que os objetificam como “tema das ruas”. Segundo os autores, estes fios tecem “malhas sociais” as quais são suprimidas na experiência cotidiana de modo a produzir uma aparente figura singular: “o menino de rua”. Resultado das complexas tessituras de fios, o “menino de rua” passa a ser o único ponto aparente da trama a qual, Silva e Milito se esforçam em desembaraçar para fazer ver ao final, as muitas texturas, cores e materiais que são embaraçadas. Telles, por sua vez, ao analisar a concomitância de mercados legais e ilegais em bairros de periferia da cidade de São Paulo, ilustra como ambos são interconectados por redes de confiança e vizinhança que sustentam a manutenção diária de indivíduos habituados a lidar com a tênue fronteira dos comércios legais/ilegais. Segundo Telles, tráfico e mercado são enredados tramados pelos acionamentos que os sujeitos, moradores das periferias, fazem dos códigos da polícia e “do crime”. Códigos agenciados segundo a situação.

A partir dessas ponderações é que resgato a palavra trama e passo a utilizá-la não só como substantivo, mas como verbo. As interlocutoras desta pesquisa, assim como os “meninos de rua” de Silva & Milito são produzidas pelas linhas que recheiam as papeladas jurídicas. Em seus processos criminais, são definidas segundo leis e artigos do Código Penal ou da Constituição brasileiras: se traficantes, estelionatárias, assaltantes. Nos prontuários assinados pelas psicólogas e assistentes sociais das unidades penitenciárias são

avaliadas de acordo com procedimentos comportamentais, frequência no trabalho, escola, manutenção ou não de vínculos familiares. As personagens que trago nesta tese são aquelas utilizadas como pontos singulares para as produções de estatísticas do InfoPen. Letras, carimbos, assinaturas e números que configuram tempo da pena, progressão para regimes semiaberto, aberto além de uma profusão de saberes e discursos que produzem o campo prisional. Campo o qual passam a assimilar e a enredar em suas narrativas e em suas práticas, assim como os moradores das periferias de que fala Vera Telles. Nesse registro, fazer uso do termo trama como verbo, concerne à apreensão de que os fios enredados e produtores de sujeitos podem ser por eles acionados e agenciados segundo suas possibilidades e expertises. Expertises calcadas nas trajetórias atravessadas pelos trânsitos em meio a espaços de fronteiras das legalidades/ilegalidades.

Na segunda parte, composta por dois capítulos – III. “Enredando muros e fronteiras: cartas e documentos de migração entre prisões de São Paulo e Barcelona” e IV. “Cartas na juntada: (re)escritas dos trâmites e provas de amor nas torres do Comando” –, as tramas dos papéis ou dos dispositivos de regulação dos vínculos afetivos, são articulados nas negociações com o estado e com os envolvidos nas relações. O fio condutor que atravessa segunda e terceira sessões da tese apresenta-se na relação tecida pelas interlocutoras desta pesquisa entre as produções de diferenciações e redes de ajuda.

Enquanto os dois capítulos da segunda parte ilustram como as agências estão fundamentadas nos reconhecimentos de direitos calcados na aquisição ou articulação de papéis, os dois capítulos da última parte da tese, junto de um desfecho que a encerra, descrevem as possibilidades de ação que as interlocutoras desta pesquisa, aí já egressas do sistema prisional, se deparam em liberdade. Esta análise recai, especificamente, aos (re)arranjos das redes de afeto e familiares que atravessam e são atravessados pelas prisões femininas.

Os capítulos que compõem a terceira parte, intitulada *De casos e casamentos: tramando afetos entre prisões, mercados e liberdades*– V. “O terreiro de Almodóvar: amores nos (des)caminhos de duas redes familiares”; VI. “Mercados e afetos: das relações tecidas por brasileiras em Barcelona” e o desfecho “Mañana en la batalla piensa en mí: as ‘voltas para a casa’ de Marta Téllez, Eduardo Deán e Luz” – falam de como os casos e

casamentos mudaram as trajetórias de vida das pessoas que, ao serem presas, tramaram redes de afetos, produziram familiaridade, (des)amaram.

Os capítulos da última parte desta tese falam das polissemias de “voltar para casa”. Polissemias que podem indicar que a casa de antes da prisão permanece fincada no bairro em que gerações de uma mesma família viveram, mas também que a prisão, por meio das relações nela tecidas, tornou-se uma porta de acesso para a migração transnacional - para melhorar ou aproveitar a vida (Togni, 2014). Por fim, polissemias que dizem que o tempo passado na prisão transformou a cidade e as redes de confiança, o comércio e o trabalho que nela eram articulados. Que falam que “voltar para casa” implica em não mais reconhecê-la, mas que ainda assim, voltar para a casa é ao menos “voltar a viver com o grande amor” em seus caminhos rotos.

Parte I. Na caminhada



Imagem retirada do acervo fotográfico produzido para o concurso cultural “O direito de olhar”, promovido pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa em penitenciárias e antigas FEBEMs do Estado de São Paulo no ano de 2005.

Caminhos de ferro e pedra que levam à prisão

O trem de manhã é silencioso e frio. Dos ruídos deste silêncio escapam evidências da vida que senta encolhida nos bancos do vagão lendo, ouvindo música, falando baixo ao celular. Da janela pode ser visto um cachorro correndo pelos trilhos e alguns pássaros ocupando os galhos das árvores da linha férrea. Depois da estação Brás, o que se vê são os vestígios da “Feirinha da Madrugada”²¹ que pouco a pouco vai sendo desmontada. O ar condicionado do trem soa constante o suor do dia anterior e o apito de avisos lembra que o cachorro e a feirinha ficaram para traz. A estação é a que chega: Luz.

Era com alguma recorrência que embarcava no trem metropolitano em Santo André, cidade onde moro, e desembarcava na Estação Luz.²² Este percurso, entretanto, ficava diferente sempre que eu ia às penitenciárias femininas da Capital (PFC) ou de Santana (PFS). O caminho tinha ares de observação etnográfica desde o embarque. Primeiro desembarque na Luz, estação da baldeação. Desde lá, seguia por corredores subterrâneos que me levavam em menos de cinco minutos à Estação Carandiru.

Não poderia ser outra a estação de minha descida. Para quem caminha em direção a qualquer instituição prisional do estado de São Paulo, o bairro do Carandiru é endereço emblemático. Cenário do “Massacre do Carandiru” – como passou a ser chamada a intervenção policial feita durante uma rebelião em 1992 naquela prisão, cujo resultado foi a morte de pelo menos, cento e onze presos – era ao lado da saída do metrô que se situava até 2002, a maior cadeia da América Latina. Sobre ela foram feitos filmes, escritos livros e letras de música que vão do MPB ao *Rap*. Ainda hoje, mais de dez anos depois de sua desativação e da implosão de seus pavilhões, é este o endereço do ponto de encontro de muitos dos ônibus que saem da cidade de São Paulo levando familiares para os dias de visita às penitenciárias masculinas no interior do estado. Filas com dezenas de mulheres e crianças levando sacolas, caixas e bolsas com comida e roupas podiam ser vistas por quem,

²¹ “Feirinha da Madrugada” é uma feira tradicional em São Paulo na qual são vendidas, principalmente, roupas. Ela ocorre de terças a sábados durante a madrugada e termina às dez horas da manhã. Nesta feira legalizada e dentro de um terreno cedido pela prefeitura da cidade, os impostos são baixos e os artigos vendidos mais baratos.

²² Desde 2012 este trajeto foi reformulado em decorrência da desativação do trecho Brás - Luz da linha Turquesa da CPTM – SP. A linha que tinha como estações finais Rio Grande da Serra, cidade da região do ABC Paulista, e Luz, agora tem como um de seus destinos a estação Brás.

como eu, descia na Estação de metrô do Carandiru e caminhava em direção à Penitenciária Feminina da Capital ou à de Santana pelo Parque da Juventude. É este, em muitos sentidos, o endereço afetivo que atravessa histórias e narrativas sobre prisões em São Paulo.

Na entrada do agora Parque da Juventude, além das filas de familiares esperando os ônibus que os levariam de viagem até as longínquas unidades prisionais masculinas, realocadas do centro da capital para pequenas cidades do interior, estavam também, meninos andando de skate e alguns estudantes da Escola Técnica de Artes do Instituto Paula Souza, que junto com a Biblioteca São Paulo, ocupa hoje o terreno onde estava construída a Casa de Detenção. Dela sobraram apenas as ruínas do chamado Carandiru II, um projeto de ampliação daquele complexo prisional que foi interrompido com a sua total desativação e implosão. O antigo Centro Hospitalar Penitenciário também continua erguido. Ele compõe o cenário do Parque por onde as pessoas passam, correm, brincam e fazem piquenique, indiferentes aos muros e aos guardas armados que caminham sobre eles. Em um sábado ensolarado me fiz de turista e perguntei a algumas das pessoas que jogavam bola e caminhavam com cachorros ao redor do edifício o que era aquele prédio. Todas me responderam que era “o museu do Carandiru”. Não deixa de ser.

Para Karina Biondi (2009), a desativação da Casa de Detenção congrega importantes mudanças ocorridas no sistema prisional paulista pós “Massacre do Carandiru”: o aumento vertiginoso da população carcerária – que de 1992 a 2002 passou de 52.000 presos para 110.000 –, a transferência das prisões masculinas das regiões centrais para cidades do interior ou para as periferias da Grande São Paulo e, por fim (ou em decorrência), a articulação de um coletivo de presos, o Primeiro Comando da Capital, também chamado de “partido”, “quinze”, “comando”, “família”.²³

Biondi argumenta que as mudanças das penitenciárias de regiões centrais para o interior do Estado procuravam ocultar, simultaneamente, o crescimento da população

²³ O Primeiro Comando da Capital e o processo de interiorização das prisões masculinas para o interior do Estado são temas recorrentes nas narrativas das interlocutoras dessa pesquisa pelo impacto que causam em suas decisões e no modo como organizam suas vidas. Por essa razão, estes elementos serão explorados ao longo de toda a tese. No que tange ao PCC, em decorrência das polissemias que o atravessam, não há como contar “uma história” ou, ainda, defini-lo. O trabalho de Karina Biondi é resultado de uma análise complexa acerca do coletivo. Ainda sobre PCC em prisões, sugiro ver: Marques, 2009; Dias, 2011 e Lima, 2013.

carcerária e o próprio PCC.²⁴ As novas prisões, construídas em cidades distantes da capital, eram maiores do que as carceragens situadas na zona norte da cidade de São Paulo, de modo que poderiam ao mesmo tempo, atender a demanda crescente de vagas no sistema penitenciário e camuflar a triste cena exibida aos passageiros do metrô da linha um da rede metroviária da maior cidade do país. O drama da superpopulação carcerária, entretanto, permaneceu em exposição na estação Carandiru. As obras das novas penitenciárias eram mais morosas do que os processos de aprisionamento e, assim, o déficit de vagas prisionais tornava-se crônico e inviabilizava o fechamento da Casa de Detenção. Os projetos das Secretarias de Administração Penitenciária (SAP) e de Segurança Pública (SSP) maquiavam e escancaravam a insustentabilidade do sistema penitenciário no Estado de São Paulo.

Os pavilhões do Carandiru foram, contudo, implodidos em 2002, um ano depois de um grande levante que unificou vinte e nove unidades prisionais em motins simultâneos. A chamada “megarrebelião”, articulada pelo PCC, o publicizou e inviabilizou que agentes das duas secretarias, SAP e SSP, continuassem o qualificando como “balela”, “ficção” ou “grupo de presos sem expressão” em entrevistas dadas à imprensa (Biondi, 2009). Ao contrário, como forma de contenção e reconhecimento da forte presença do coletivo nas penitenciárias paulistas, a desativação da Casa de Detenção do Carandiru, na época considerada o ponto nevrálgico dos motins, foi realizada de modo urgente.

Caminhar pelas alamedas de terra do Parque da Juventude sem conseguir encontrar uma menção clara de que naquele terreno esteve erguida a já considerada maior prisão da América Latina causa estranhamento. Impressão de que, como serragem, a terra

²⁴ Sobre a massificação da população prisional e a interiorização das penitenciárias, Rafael Godói (2010) tem posicionamento distinto de Karina Biondi no que tange a datação e, principalmente, a centralidade do PCC nos acontecimentos. Em sua dissertação, Godói mostra que a massificação da população encarcerada pelo sistema prisional paulista vem em um crescente desde a década de 1950. Mais do que isso, as análises históricas de Godói mostram que as penitenciárias paulistas sempre foram construídas, preferencialmente, longe dos centros da cidade. Segundo Godói, o processo é inverso, não são as prisões que saem dos centros, mas os centros da cidade que expandem-se de tal modo que encontram os edifícios penitenciários construídos em bairros, antes, afastados. Nesse registro, as prisões masculinas, sempre foram interiorizadas e a transferências delas para cidades afastadas da região metropolitana é expressão de uma prática de estado histórica. Godói, entretanto, não ignora em sua análise as diferentes formas e tecnologias que são introduzidas aos métodos de administração prisional, como as prisões de segurança máxima, em decorrência do PCC. Falarei mais sobre as perspectivas deste autor no segundo capítulo.

foi jogada sobre o sangue ainda úmido que escorria pelo asfalto do pátio da prisão para esconder o cheiro e a cor da carne queimada. O parque permite que os passageiros do metrô vejam de suas janelas fechadas, paisagens mais tranquilas. Permite que o trânsito continue a andar.

É pelo parque que eu ando, mas alguns funcionários das Penitenciárias Femininas da Capital e de Santana, remanejados da Casa de Detenção implodida, não têm coragem de passar pelo Parque da Juventude: “parque mal assombrado”, dizem. Talvez os fantasmas sejam assombrações do trauma que não morre junto com aqueles que o viveram. O trauma revive nas ausências e silêncios deixados pelos espaços vazios dos corpos mortos, dos edifícios destruídos. As implosões dos pavilhões da Casa de Detenção do Carandiru não os tiraram da memória daqueles que não conseguem dizer o que viram e o que viveram ali. As implosões não apagaram a experiência do trauma, mas a atualizou através dos fantasmas que assombram as testemunhas que mantêm encarnados os mortos em seus corpos. Afinal, como argumenta Gracie Cho (2008), fantasmas são sujeitos da vida social. Por meio das presenças dos fantasmas em acontecimentos cotidianos, como pode ser a caminhada pelo parque, por exemplo, aqueles que estão ausentes, os mortos, se fazem presentes. Ainda segundo Cho, as narrativas e experiências sobre/com fantasmas não são da ordem do passado e não remetem apenas às lembranças. Antes é por meio dos fantasmas que passado e presente se tocam. Os fantasmas são, portanto, a encarnação do trauma nos corpos dos vivos. O Parque da Juventude fazia assim, presente os assombros dos traumas vividos pelos vivos (e pelos mortos) no(do) Carandiru. Era um “parque mal assombrado”.

Foi no caminho pelo Parque da Juventude que segui em direção a Penitenciária Feminina da Capital onde algumas das “viúvas do Carandiru”²⁵ continuavam vivas. Estas testemunham não o que sofreram com a morte de seus maridos, mas antes o que viram eles

²⁵ A expressão “viúvas do Carandiru” não faz referência a um movimento civil organizado de familiares das vítimas da violência policial na Casa de Detenção como é, por exemplo, o coletivo das “Mães de Maio” (Vianna e Farias, 2011). “Viúvas do Carandiru” antes se refere ao modo como algumas das personagens desta tese, em particular Lídia sobre a qual falarei abaixo, produziam narrativas sobre suas trajetórias. Significativo apontar que por mais que não faça referência a um grupo de movimento político civil, a expressão “viúvas do Carandiru” agrega sentidos de reconhecimento coletivo intersectado pela experiência de aprisionamento e morte de maridos e namorados. A expressão faz dos corpos destas mulheres, presas ou não, presenças permanentes dos corpos mortos de seus companheiros.

sofrerem até as suas mortes²⁶. Minha caminhada, naquela manhã de terça-feira de 2010 foi, entretanto, interrompida pelo portão da área verde do parque que mantém a geografia da antiga Casa de Detenção. O espaço é dividido em três grandes áreas separadas por pesados portões de ferro e guaritas nas quais guardas civis metropolitanos se alternam em plantões. A primeira parte é composta por uma área em que estão construídas a Escola Técnica do Instituto Paula Souza e a Biblioteca São Paulo. A segunda parte, chamada de área verde, é composta por bosques e playgrounds. É nesta onde ficam, também, as ruínas do Carandiru II e o Centro Hospitalar. A terceira parte é a área esportiva, composta por seis quadras de esportes, pistas de skate, mesas de tênis de mesa e salas para aulas de artes marciais. A saída da terceira parte do parque é vizinha dos portões de entrada da Penitenciária Feminina da Capital. Meu destino final daquela manhã era uma unidade prisional que teve seus muros encostados aos da Casa de Detenção e que hoje divide a paisagem com grandes áreas verdes e de lazer.

A chuva da noite anterior havia sido tão forte, contudo, que o Parque por onde eu seguia estava alagado e interditado. A caminhada para a Penitenciária Feminina da Capital teria de ser feita contornando a grande quadra, passando em frente à Coordenadoria dos Estabelecimentos Penais da Região Metropolitana de São Paulo, em frente à Penitenciária Feminina de Santana, à Secretaria de Administração Penitenciária e ao Prédio da FUNAP²⁷ para, enfim, chegar ao meu destino final. Bebi um gole de água e desviei meu caminho. Às nove e meia da manhã cheguei aos portões da Penitenciária Feminina da Capital.

²⁶ Fiona Ross (2003), ao analisar os testemunhos dados para a comissão de reconciliação da África do Sul, chama atenção para a recorrência de testemunhos feitos por mulheres sobre sofrimentos vividos por homens. A autora ilustra, assim, a produção de processos em que as mulheres passam a ser sujeito do testemunho e da fala sobre a dor e os homens sujeitos da dor, do sofrimento. A autora problematiza esta questão analisando os interditos dos testemunhos ponderando que os sofrimentos auferidos às mulheres não poderiam ser ditos frente à forma narrativa demandada pela comissão de reconciliação, ou ainda, que os sofrimentos vivenciados pelas mulheres que ali testemunham não são levados em conta como traumas possíveis de serem articulados politicamente. O trabalho de Ross é significativo no que tange a análise da produção de narrativas sobre a dor e a produção dos sujeitos de sofrimento. As falas das “viúvas” do Carandiru são, também, testemunhos justapostos à vivência de dores sentidas por elas, mas só ditas através do sofrimento infligido a seus maridos (filhos, irmãos, sobrinhos, netos).

²⁷ A Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel, ou FUNAP, é vinculada a Secretaria de Administração Penal e tem como atribuições a gestão das assistências jurídicas, assim como dos programas de educação, da cultura, de capacitação profissional e de trabalho nas penitenciárias do estado de São Paulo. Ver: www.funap.sp.gov.br

O primeiro portão foi aberto sem cerimônias por um antigo e conhecido funcionário. Fato que me permitia tocar a campainha do segundo portão que dá acesso à área de entrada da penitenciária. Toquei-a e o “olho mágico”, ou melhor, a portinhola de visualização do portão de ferro maciço se abriu. Paula, chefe do plantão daquela semana, me viu e deixou-me entrar. Cumprimentei as agentes de segurança do plantão e a elas entreguei meus documentos: cédula de identidade, carteirinha da universidade e autorização para a realização da pesquisa devidamente assinado pelo Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e pela Juíza Corregedora do Fórum da Barra Funda. Os papéis já amassados em decorrência das constantes saídas da mochila, chuvas e arquivamentos nos registros de entrada da Penitenciária eram, mais uma vez, deixados no balcão e em seguida colocados dentro do livro de capas pretas e folhas pautadas onde as funcionárias escreviam meu nome logo abaixo da coluna com a data do dia. “Natália, não é mesmo?”, perguntavam sem esperar minha resposta enquanto atentavam para a hora do dia que devia ser escrita ao lado direito do meu nome que ficaria esperando, ainda, o registro de outra hora: a de minha saída.

Passei pela revista que naquele dia, consistia somente em abrir cadernos, canetas, fiscalizar o gravador de voz, guardar minha bolsa no armário e pedir que eu passasse pelo detector de metais. Como pesquisadora, não teria de tirar a roupa e fazer revistas íntimas sobre o espelho no chão do vestiário: processo clássico da revista auferida aos familiares de presos e presas. Ao menos naquele dia eu era pesquisadora, antropóloga. Outros dias, porém, seria voluntária da Pastoral Carcerária, ou “agente pastoral”. Noutros ainda, seria família, amiga, suspeita, ou mais um corpo nu agachado sobre um espelho.

Mas estes foram outros dias. Por ora, vale apenas continuar a caminhada do mesmo modo que ela se apresentou nas torções desta etnografia: partindo da Penitenciária Feminina da Capital, seguindo para as prisões de Barcelona, voltando para a Penitenciária Feminina de Santana, terminando nas ruas e estradas de São Paulo, Madrid e Catalunha.

I. Começar o trajeto

I.i. A Penitenciária Feminina da Capital

Naquela terça-feira de 2011, ao final de uma revista burocrática e branda, recolhi meus pertences, passei pelo detector de metais (que estava desligado) e segui para a área dos pavilhões administrativos. Entrei no departamento de reabilitação para avisar às assistentes sociais, psicólogas e pedagogas que compunham o setor, que eu havia chegado. Perante aos diretores de disciplina e segurança daquela instituição, e frente à Secretaria de Administração Penitenciária do estado, estas profissionais estavam responsáveis pela minha presença na unidade. Eu, portanto, devia me reportar a elas quando chegava e quando saía da prisão. Após este trâmite, faltava ainda mais um portão para atravessar, o último antes de acessar o pátio externo aos pavilhões de moradia da Penitenciária Feminina da Capital.

Apresentei-me mais uma vez na guarita. Já não portava nenhum documento em mãos, apenas caderno, canetas e o gravador de voz, tudo previamente revistado. Cumprimentei Joaquina, agente de segurança em plantão na portaria que dividia administração e convívio da PFC. Funcionária antiga, Joaquina era uma das que diziam nunca transitar pelos caminhos de terra do assombrado Parque da Juventude. Como de costume, perguntou-me de conhecidas em comum, voluntárias da Pastoral Carcerária, de minha família e comentou acerca das liberdades e prisões que haviam ocorrido durante a semana. “A Maria foi embora. Você sabia? Estou preocupada, ela não tem família em São Paulo. Está dormindo na rua. Eu até levei um cobertor para ela no posto de gasolina onde ela dorme à noite. Agora, essa semana chegaram umas chinesas aí. Elas não sabem falar nada de língua nenhuma. Você conhece alguém que fale a língua delas? Ah, e você não sabe quem saiu e já tá de volta!...”. A passagem por aquela guarita, guichê de registros dos nomes e identificações das pessoas que entram e saem da prisão, não dependia do porte de papéis e cédulas, mas de repertórios de conhecimentos acerca da própria prisão. A revista de Joaquina era mais demorada e sofisticada a seu modo. Ao final, o êxito no processo imposto por Joaquina traduzia-se pela abertura do portão e pelo som de sua voz desejando um bom trabalho enquanto suas mãos entregavam uma filipeta de Santo Expedito, o santo

das causas impossíveis. Joaquina, contudo, ainda tinha de cumprir os roteiros institucionais. Como as agentes de segurança do balcão de entrada, ela anotava meu nome e os horários de entradas e saídas em um livro de registros de capa preta.

Com a filipeta do Santo Expedito em mãos, segui enfim para a escola. Era lá o espaço que eu ocupava quando entrava na unidade penitenciária a partir das documentações que me atestavam como pesquisadora/antropóloga da UNICAMP. Naquele mesmo dia, Lola me aguardava ansiosa e com os olhos vermelhos bem na porta da escola. Eu não pretendia falar com ela. Queria dar continuidade às conversas com as irmãs Denise e Danielle, pois em decorrência de um castigo auferido a mais velha por porte de celular,²⁸ havia ficado impossibilitada de encontrá-las por mais de um mês. Assim que vi Lola, entretanto, deixei o gravador de lado. Não haveria condições de encaixá-lo em nossa conversa, não haveria condições de outras conversas. Lola queria desabafar. Entramos em uma das salas vazias da escola e fechamos a porta. Ela foi logo dizendo que já fazia um mês que não recebia cartas de Manuela e que já não tinha mais certeza se elas seguiam sendo um casal. Disse que Manuela ainda mantinha contato com Estevão e que continuava escrevendo para Lúcia, filho e mãe de Lola respectivamente.

Estevão disse à mãe que Manuela mantinha fotos do casal no site da rede social do *Orkut* e por isso o filho achava que o relacionamento não estava terminado. Lúcia, presa junto com Lola, aconselhava que a filha esquecesse a companheira. Lola, por outro lado, pedia minha opinião e perguntava se eu tinha mais notícias de Manuela. Respirei fundo. Ainda aturdida, tomei um gole de café fresco que Marta Tellez, espanhola presa na Penitenciária Feminina da Capital e, então, funcionária da escola, havia acabado de passar. Sentei-me diante de Lola e comecei a caminhada.

²⁸ Aparelhos celulares são proibidos em todas as unidades prisionais da federação brasileira. Como é de conhecimento público, contudo, os telefones são artefatos comuns entre grande parte dos corredores penitenciários. As políticas de repressão ao uso de aparelhos celulares nas prisões coadunam com as políticas de repressão ao tráfico de drogas já que, segundo Polícia Civil e Militar, o celular funciona como tecnologia que possibilita a administração do mercado de drogas dentro das prisões. O campo etnográfico, entretanto, desvela que o aparelho é usado também para outros fins: falar com mães, filhos, namorados, maridos, esposas. Ou seja, manter a comunicação entre “dentro e fora” das prisões como chamam atenção os trabalhos de Bruna Bumachar, 2011; Karina Biondi, 2014 e Rafael Godoi, 2010 e 2015.

Campo etnográfico de minha pesquisa de mestrado²⁹, a Penitenciária Feminina da Capital é a mais antiga unidade prisional feminina do Estado de São Paulo. Planejada a partir do então Presídio de Mulheres fundado em onze de agosto de 1941, a unidade foi administrada pelas freiras da Congregação do Bom Pastor, ordem da Igreja Católica, até 1977. A história de sua fundação explica a arquitetura do edifício da PFC. Após passar pelos dois primeiros portões de entrada à penitenciária, o que se vê são jardins e bancos de cimento dispostos de modo a configurarem uma larga passarela com paralelepípedos. Do lado esquerdo desta, o pavilhão administrativo e o refeitório dos funcionários. Do direito, almoxarifados e salas de estoque com rações para os cachorros que circulam pelos vãos formados entre as paredes e as grades que separam os muros dos pavilhões das altas muralhas da penitenciária, além de estoques de uniformes e materiais de jardinagem. À frente, mais um portão e uma guarita que dividem os espaços administrativos dos pavilhões de moradia e convívio das pessoas que ali cumprem penas: o condomínio, como ironizam suas moradoras.

Diante deste portão, bem em frente à guarita onde fica Joaquina, em agosto de 2004 Quitéria Silva, então presa, foi morta durante uma rebelião que posicionou a unidade como uma das prisões integradas ao Primeiro Comando da Capital. Pelos caminhos e corredores da Penitenciária Feminina da Capital, durante todos os anos que fiz campo nesta unidade prisional, escutei funcionárias e voluntárias da Pastoral Carcerária falarem da morte de Quitéria. Das facadas enterradas no corpo levado para frente do portão que, naquele dia, exacerbava a divisão do caminho de paralelepípedos que atravessa toda a unidade. A lembrança de Quitéria, de seu corpo negro esfaqueado, pouco atravessava, todavia, as grades daquele mesmo portão. Eram funcionárias e voluntárias que me falavam dela, pessoas que em vinte e quatro de agosto de 2004 estavam do lado de fora, bem diante do portão e em frente ao pavilhão administrativo. Eram aquelas que assistiam a tudo sem terem possibilidades reais de intervirem nos fatos que ocorriam do lado de lá.

²⁹ Por meio de campo feito com prontuários, documentos e entrevistas com diretoras, funcionárias e pessoas presas ou egressas da instituição, em meu mestrado analisei a produção de discursos sobre o sexo e as sexualidades em trinta anos da história da mais antiga unidade prisional feminina do Estado de São Paulo. Sobre a história da implementação de penitenciárias femininas no Brasil recomendo, também, o trabalho de Angotti, 2011.

Seguindo por este caminho, atravessando grades e guarita, estão enfermaria, capela e uma quadra de esportes situados bem diante de uma pequena praça com flores onde repousa a estátua de Maria, mãe de Jesus, vestida com sua costumeira túnica azul. Ao menos até os meus últimos dias de campo na unidade, em abril de 2012, ficavam na enfermaria, principalmente, presas grávidas ou com bebês recém-nascidos.³⁰ Ao lado da enfermaria, situado bem entre ela e a capela, um prédio mais novo: o “motelzinho”, construído para as visitas íntimas, que na Penitenciária Feminina da Capital ocorrem, desde 2011, todos os últimos sábados do mês em dois períodos – das nove às onze da manhã e das treze às quinze horas.

Logo em frente, do outro lado da rua, estão escola e oficinas de trabalho além, claro, dos quatro pavilhões de moradia onde viviam, durante o período do trabalho de campo, aproximadamente, oitocentas mulheres. Segundo conversas informais com assistentes sociais da penitenciária, atualmente mais de noventa por cento das presas da PFC são estrangeiras.³¹ Vindas de países como Peru, África do Sul, Tailândia e Portugal, elas foram acusadas, na maior parte das vezes, de tentarem embarcar desde os aeroportos internacionais de São Paulo para países da Europa levando cápsulas ou pasta de cocaína na bagagem ou no corpo. Para muitas destas ocupantes das celas da mais antiga penitenciária feminina de São Paulo com quem eu conversava, o nome de Quitéria pouco ou nada dizia, assim como os “chamados” do Primeiro Comando da Capital que, ao longo dos anos de trabalho etnográfico, foram fazendo cada vez menos sentido entre os corredores da PFC.

³⁰ Em abril de 2012, a Penitenciária Feminina da Capital estava em reforma. Funcionárias e presas da unidade diziam que o primeiro pavilhão da unidade iria ser transformado em setor exclusivo para grávidas e mães com bebês no período de amamentação de seis meses durante os quais podem ficar com os filhos dentro da penitenciária. Esta expectativa não foi concretizada, o berçário e a maternidade permaneceram na Penitenciária Feminina do Butantã para onde nem todas as mães são encaminhadas. Não é incomum que visitas às penitenciárias femininas de São Paulo vejam mães e bebês nas enfermarias das unidades prisionais. Ao final do período de seis meses reservado para amamentação as crianças são encaminhadas para familiares ou abrigos. Sobre o assunto ver: Bruna Bumachar, 2012; Braga e Angotti, 2015.

³¹ Segundo dados colhidos no site da Secretaria de Administração Penitenciária, em dezoito de abril de 2014 há na Penitenciária Feminina da Capital, atualmente, 540 pessoas presas em um edifício com capacidade para abrigar 604. O site indica que a última atualização foi em quatorze de abril de 2014. As conversas informais com assistentes sociais da unidade, a que faço referência, se deram tanto presencialmente nos dias em que eu visitava a unidade como pesquisadora ou voluntária da Pastoral Carcerária, como por telefone. Por ter feito pesquisa de campo na Penitenciária Feminina da Capital entre os anos de 2008 até 2012, criei com algumas funcionárias da unidade uma relação de confiança que me permitiu telefonar para elas e expor dúvidas.

Lídia, mãe de Lola, contudo, sabia dos sentidos atribuídos ao nome de Quitéria nos corredores daquela prisão específica. Mais do que isso, Lídia, assim como os paralelepípedos, o motelzinho e a imagem de Maria cercada por flores no jardim interno da PFC, materializava em seu corpo e em suas narrativas, parte da história recente do sistema prisional do Estado de São Paulo. Apresentava-se como uma das “viúvas do massacre do Carandiru” e contava que seu marido não constava dentre os cento e onze nomes oficialmente reconhecidos como vítimas da ação policial na Casa de Detenção em dois de outubro de 1992. Seu companheiro morreu meses depois, no hospital. Para Lídia, entretanto, ele havia morrido naquele dia dois de outubro após vivenciar as dores pelos sofrimentos infligidos a ele e a seus parceiros da prisão. Em nossas conversas, Lídia descrevia as horas de espera por notícias do lado de fora dos portões da Casa de Detenção e, depois, nos corredores do hospital. Aos cinquenta anos, ela se reconhecia como parte da “velha guarda do crime” e dizia não gostar dos rumos que as “meninas novas” estavam tomando. Em sua fala, ilustrava uma marcação geracional do crime qualificando-o ora por “daquele tempo” no qual se tinha clareza “do certo e do errado”, no tempo em que bandida tinha “proceder” – quer dizer, que atendia às expectativas de comportamento ou “etiquetas” nas prisões ou no cotidiano do “crime” (Marques, 2009) – e ora pelo “crime de hoje, das joventinhas que só querem ser mulher de bandido, mas não sabem ser bandidas”.

As observações de Lídia reverberavam as diferenciações de cada um dos quatro pavilhões da Penitenciária Feminina da Capital feitas, cotidianamente por funcionárias, voluntárias da pastoral carcerária e presas. No início de 2010, a Penitenciária Feminina da Capital era dividida de modo a concentrar, no primeiro pavilhão, a maior parte de estrangeiras presas na unidade vindas, principalmente, de Angola, África do Sul, Bolívia, Tailândia. No segundo, presas brasileiras mais novas, casadas ou com algum tipo de envolvimento com “os homens” do Primeiro Comando da Capital. O terceiro, por sua vez, também concentrava brasileiras, mas estas estavam em cumprimento de pena acusadas, majoritariamente, pelo envolvimento com o pequeno comércio local de drogas fosse do centro da cidade ou, ainda, de municípios do interior de São Paulo. Dito de outro modo, nas falas das assistentes sociais o terceiro pavilhão era caracterizado pelas “usuárias de crack”, às quais as presas relacionavam ao termo “nóia”. Por fim, o quarto pavilhão era ocupado

por brasileiras e estrangeiras, estas, por sua vez, provenientes, principalmente, de Espanha, Portugal, Colômbia, e, também, Bolívia e Tailândia. Todas diziam conviver de modo, relativamente, harmônico. Além disso, parte das moradoras do quarto pavilhão se imbuíam de serem antagônicas ao segundo pavilhão, ou em suas palavras, ao “QG do PCC”. Com a tomada deste posicionamento, não queriam dizer que eram antagônicas ao Comando, ao contrário, diziam que eram antagônicas ao modo como as “novinhas” do segundo pavilhão compreendiam o que era o PCC e o que era o “crime”.

Lídia, por exemplo, era “cunhada” do partido, quer dizer, era casada com um dos “irmãos” do PCC, este “batizado”³² pelo coletivo no início da década de 2000. O casamento de Lídia a fazia ser socialmente reconhecida como integrante do Primeiro Comando da Capital e naquele momento, ela era, ainda, a “disciplina” do quarto pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital. Era ela quem fiscalizava comportamentos e intermediava conflitos das moradoras do último prédio de moradia da unidade. Durante os anos de convívio com Lídia na Penitenciária Feminina da Capital, a vi disparar ordens de modo rápido e discreto, para que meninas vestidas de *short doll* ou camisolas fossem trocar de roupas, ou para que se portassem de modo que ela considerasse adequado ao trânsito nos corredores do pavilhão. Mas a mãe de Lola dividia a liderança do pavilhão com um antigo conhecido seu.

Pedro Paulo cresceu no Jardim Elba, bairro do distrito de Sapopemba onde toda família de Lídia se estabeleceu ainda na década de 1970.³³ Ele era amigo de infância de sua filha Lola sendo que, com o tempo, Lola e Pedro Paulo se afastaram em decorrência das inúmeras passagens dele pelas antigas FEBEMs³⁴ e prisões. Os dois amigos se reencontraram anos depois, durante o cumprimento de pena de ambos na Penitenciária

³² Batismo é como é chamado o processo pelo qual alguém passa a integrar o coletivo do PCC como irmão/irmã. A partir da nomenclatura irmão/irmã são feitas outras nomeações tais como cunhada, que indica que a mulher é casada com um irmão e primos/as, uma pessoa envolvida com o “partido”, mas que não foi batizada. Falarei mais sobre esta gramática familiar no capítulo seguinte.

³³ Falo, especificamente, da família de Lídia e Lola no quinto capítulo da tese.

³⁴ FEBEMs ou Fundação Estadual do Bem-Estar Social do Menor como eram chamadas, até 2006, as Fundações Casa, eram fundações fechadas para onde crianças e adolescentes de doze a vinte e um anos incompletos acusados de terem “praticados atos infracionais” eram encaminhados. <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/medidas-socioeducativas>. Sobre o tema ver: Mallart, 2014.

Feminina da Capital. Pedro Paulo era “sapatão”,³⁵ quer dizer, um dos muitos “homens”, ou uma das muitas pessoas presas nas penitenciárias femininas que corporificam atributos socialmente vinculados ao masculino (Fachinni, 2008 e Lacombe, 2005).

Ser sapatão dentro da Penitenciária Feminina da Capital podia significar, dentre outras coisas, estar constantemente sob um foco de tensão e desejo. Assim estava Pedro Paulo quando o conheci. Forte, trabalhava na manutenção do edifício prisional e andava pelo caminho de paralelepípedo carregando enxada, carrinho de mão e outros materiais pesados que evidenciavam seu corpo negro e musculoso. Pedro Paulo era casado com uma mulher que o esperava do lado de fora da prisão sem nunca tê-lo visitado. Sua relação, como muitas, era mantida pela troca de cartas e telefonemas clandestinos além, claro, dos envios de remessas de dinheiro, ora por parte de Pedro Paulo e ora por parte de sua esposa, dependendo das contingências de trabalho e emprego a que cada um estava submetido durante o longo período de pena dele, pouco menos de dezoito anos. Do lado de fora, toda semana ela o encaminhava, também, caixas de *sedex*, ou “jumbos”, contendo comida, material de higiene pessoal dentre outras coisas que chegavam ao endereço da penitenciária tendo o nome de batismo de Pedro Paulo, feminino, portanto, escrito abaixo da palavra destinatário.

Como Lídia, aos trinta e cinco anos, Pedro Paulo se dizia bandido velho e era discreto em seus casos e flertes. Primava por manter seu casamento. A liderança por ele exercida, diferente da de Lídia, não passava pelos ordenamentos³⁶ daquilo que ele entendia como PCC, mas sim, por ordenamentos chamados por Pedro Paulo, do que é “correr pelo certo”. Ao contrário de Lídia, ele não se imbuía de nenhum título de/o comando e não se considerava líder apesar de reconhecer que, os anos passados nas cadeias, o faziam ter de, algumas vezes, tomar as rédeas das situações. Desse modo, Pedro Paulo não se furtava de

³⁵ Sapatão é um termo que decorre da inversão da carga pejorativa da palavra, amplamente presente nas falas da polícia e de guardas das unidades penais femininas que costumavam chamar todas as internas que mantinham relações homossexuais por sapatões. O termo, relacionado a uma imposição violenta, foi sendo cooptado pelo vocabulário das presas (Padovani, 2010).

³⁶ Uso a palavra ordenamentos inspirada por uma palestra de Ronaldo Almeida proferida durante o seminário interno CEM/CEBRAP em 18 de maio de 2012. Nesta, Almeida utiliza ordenamento como forma de tipificar moralidades por meio das quais os “crimes” são balizados em variados contextos históricos na favela de Paraisópolis. Para o autor, certa moralidade definida por enredamentos da prática religiosa, familiar, por exemplo, aponta sentidos aos tipos de empreendimentos a que o “crime” se vincula nos específicos contextos e datas.

enfrentar o “debate”³⁷ com as novinhas do segundo pavilhão nem de falar com seus maridos, irmãos, cunhados desde as celas da prisão, por meio dos aparelhos celulares, quando considerava que alguma coisa errada estava sendo promovida pelas bandidas novas. Do mesmo modo, não se furtava de posicionar-se perante a direção da unidade para demandar melhorias na alimentação e nas condições de trabalho, por exemplo.

Por meio do nó atribuído ao peso de ser bandido velho, o qual sedutoramente Pedro Paulo carregava pelo pátio e através do qual Lídia atribuía suas ordenações, eram tecidas as pendengas entre os pavilhões dois e quatro daquela prisão. Nó tramado por geração, sexualidade, gênero, nacionalidade e vínculos afetivos que costuravam, no período do trabalho de campo, distintas e simultâneas percepções de “proceder”, de “certo” e de “PCC” na Penitenciária Feminina da Capital.

Situando o caminho: penitenciárias entre PCCs, africanas e sapatões.

Em sete de outubro de 2008, ano em que iniciava minha pesquisa de mestrado, estrangeiras presas na PFC fizeram um ato em frente aos prédios das oficinas de trabalho da prisão³⁸. Paralisaram suas atividades de trabalho e escola por um dia em protesto às agressões e sessão de espancamento a que uma sul-africana havia sido gravemente acometida. Ela teve um de seus braços quebrados e foi violentada sexualmente com pedaços de pau (Padovani, 2010). Naquele momento, os desentendimentos se davam pelo fato de que nem todas as estrangeiras reconheciam no Primeiro Comando da Capital uma instância de poder dentro da prisão, mais do que isso, elas cotidianamente recorriam aos aparatos administrativos e estatais, ou seja, aos funcionários da prisão e aos representantes de seus consulados. Como consequência, passavam a ser vistas por algumas das brasileiras

³⁷ “Debates” são discussões promovidas pelas disciplinas ou “pilotas” de pavilhão do PCC que são feitas com o objetivo de “esclarecer” problemas, pendengas que possam ocorrer dentro dos pavilhões ou, fora das prisões, nos bairros. Nas penitenciárias femininas, fazer “debate” implica “em ir pra linha”, quer dizer, chamar por meio de telefones celulares os irmãos nas penitenciárias masculinas. Falarei mais sobre o tema no quarto capítulo da tese. Sobre o tema ver: Marques, 2009 e Feltran 2010b.

³⁸ Ver: Jornal da Tarde, 14 de outubro de 2008. *Agentes temem rebelião após agressão a presas estrangeiras. Presas supostamente ligadas ao PCC teriam agredido detentas estrangeiras na Penitenciária Feminina da Capital.* <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,agentes-temem-rebeliao-apos-agressao-a-presas-estrangeiras,259488,0.htm>

como “caguetas”, quer dizer, informantes das decisões tomadas dentro dos pavilhões de moradia às funcionárias da unidade.

Em setembro de 2009, quase um ano após o ato de paralisação, fui abordada durante uma das minhas visitas à Penitenciária Feminina da Capital pela funcionária de plantão na portaria da revista que, sussurrando, contou-me que as “líderes do PCC” haviam sido transferidas para as penitenciárias de Franco da Rocha e de Santana, “coisa que já devia ter acontecido há muito tempo! Nossa prisão vai virar exclusiva para estrangeiras. Elas já até tem um pavilhão exclusivo!”. Passei pela revista e fui em direção ao pavilhão da administração onde encontrei as assistentes sociais comentando sobre as mesmas transferências de que havia ouvido falar ao pé do ouvido na portaria. Uma psicóloga ainda brincou, “a gente tá virando um braço da Polícia Federal, bem que podíamos começar a ganhar tão bem como os agentes da PF! Nós temos de falar umas cinco línguas para se virar nessa unidade!”. Caminhando para fora do pavilhão administrativo, encontrei a Diretora de Disciplina e Segurança no corredor e perguntei sobre as mudanças que estavam ocorrendo na penitenciária ao que ela me respondeu: “É tudo mentira! Não tem nada de pavilhão exclusivo e presa é transferida todos os dias!”.

A despeito da normalidade do procedimento a que a diretora de disciplina e segurança se apegava, as versões das funcionárias eram mantidas nas conversas e encontros com as presas de todos os pavilhões que passaram a ser, desde então, diferenciados através de atributos relacionados à concentração de estrangeiras ou brasileiras vindas de bairros ou países específicos. Especificidades distribuídas pelos quatro edifícios de moradia da penitenciária. Este processo reverberou, inclusive, no modo como as coordenadoras da Pastoral Carcerária atuavam dentro da unidade. Estas chegaram a me pedir que durante as visitas à PFC, feitas junto à organização religiosa, eu ficasse responsável pelo segundo pavilhão o qual era considerado por elas o “mais difícil” por abrigar as “novinhas do crime” das quais também ouvia Lúcia e Pedro Paulo falar.

Na avaliação das coordenadoras da Pastoral, eu estaria mais bem preparada que as demais voluntárias para lidar com as “difíceis novinhas do crime do pavilhão dois” por ter, naquela época, a mesma idade que elas e não ser religiosa. Aceitei o pedido e todos os sábados à tarde, dias de visita dos voluntários e religiosos nas penitenciárias femininas de

São Paulo, dividia meu tempo entre os segundo e quarto pavilhões. Entre os dois polos de uma contenda que foi, com o tempo e com as transferências, se dissipando. Minhas visitas feitas aos sábados em ambos os pavilhões pares da PFC, contudo, fizeram com que eu compreendesse que as novinhas não eram assim chamadas por terem, necessariamente, a minha ou menos idade que Lola, por exemplo. De mesmo modo, Pedro Paulo não se considerava bandido velho por ter trinta e cinco anos. Eram antes, posicionamentos e interpretações específicas e diferentes acerca das mesmas palavras acionadas por Lídia – “proceder”, “certo”, “errado” – que pareciam definir os contornos por que passavam as categorias geracionais. Interpretações sustentadas por tramas produzidas a partir de considerações distintas sobre sexualidade, religião, família. A categorização geracional aparente na nomeação das novinhas e das bandidas velhas nesse contexto, assim como em outros (Togni, 2014), não se referia fundamentalmente a faixa etária, mas a articulação de outros atributos.

O pedido das coordenadoras da Pastoral Carcerária teve, ainda, outra significativa implicação em minha pesquisa de doutorado, pois o processo de trabalho de campo na Penitenciária Feminina da Capital terminou por focar as histórias daquelas que transitavam pelos dois pavilhões em que estavam concentradas as minhas visitas, sendo que minha relação com as moradoras do último edifício de moradia da PFC havia sido cultivada pelos anos de trabalho de campo na unidade. Afinal, conheci Lídia, Lola e Pedro Paulo ainda durante a pesquisa de mestrado. De mesmo modo, algumas interlocutoras dos dois períodos de trabalho de campo, do mestrado e do doutorado, cumpriam pena no terceiro pavilhão.

Ao fazer essas observações, chamo atenção para o fato de eu ter feito pesquisa de campo em uma Penitenciária Feminina da Capital específica. A pesquisa que resultou nesta tese decorre do meu trânsito por entre os segundo, terceiro e quarto pavilhões daquela unidade penitenciária. Mais do que isso, trânsito que ocorreu dentre os anos de 2008 e 2012, período de intensos rearranjos organizacionais empreendidos pela Secretaria de Administração Penitenciária nas prisões femininas de São Paulo das quais se destaca, além da reforma da Penitenciária Feminina da Capital – que resultou na ampliação de vagas e na manutenção, quase exclusiva, de estrangeiras presas na unidade –, a massiva transferência

das brasileiras que antes cumpriam pena na PFC para a penitenciária de Santana. Estas observações intentam explicar que, por mais significativa que fosse a presença de mulheres oriundas de países do continente africano na Penitenciária Feminina da Capital no momento de meu trabalho de campo, em decorrência do processo etnográfico desta pesquisa, há uma invisibilidade em relação a elas que ocupavam, principalmente, o primeiro pavilhão da PFC, edifício que poucas vezes visitei. Não quero dizer com isso que não havia angolanas, sul-africanas ou moçambicanas em outros pavilhões, nem que nenhuma italiana, espanhola ou até brasileira ocupasse as celas do primeiro pavilhão, mas antes que os espaços por mim frequentados durante minhas visitas ao campo eram ocupados, majoritariamente, por brasileiras ou espanholas ou bolivianas, por exemplo. Mais do que isso, que as relações das interlocutoras desta pesquisa passavam pelas definições das diferenças, acima descritas, sobre cada espaço de moradia da PFC.

O primeiro pavilhão era o pavilhão exclusivo de que falavam as assistentes sociais, psicólogas e agentes de segurança em 2009. Para este pavilhão foram transferidas, naquele momento, aquelas que estavam em destaque nas contendas com um PCC também específico: “o das novinhas”. As “africanas” eram, principalmente, as que haviam cruzado os braços durante a emblemática paralisação de 2008. Paralisação decorrente das agressões empreendidas a uma sul-africana.

De modo similar à polissemia dos usos do termo PCC, é significativo destacar que por africanas (assim como por bolivianas, espanholas, brasileiras) entende-se uma produção de nomenclatura nativa que aciona nacionalidade(s) e raça(s) de modos específicos e contingências. Em sua pesquisa, Bruna Bumachar (2012) toma como objeto as produções discursivas e práticas que atravessam a “maternidade das estrangeiras” na Penitenciária Feminina da Capital. Em suas descrições etnográficas, a autora ilustra como as nacionalidades são tecidas nas relações internas aos pavilhões de modo estratégico. Segundo Bumachar, no espectro das que identificam-se /são identificadas como angolanas no cotidiano da unidade, por exemplo, há toda uma rede de produção que agrega pessoas vindas, desde lugares outros, como Moçambique. O trabalho de Bruna ilustra que as nacionalidades na PFC são construídas em meio a negociações que intersectam categorias de diferenciação de modo a tramá-las segundo interesses, possibilidades e agências. Ser

“africana” na Penitenciária Feminina da Capital, assim como ser “novinha” ou “bandida velha”, responde às demandas de diferenciação do campo que conformam redes de relações.

Eram as africanas as estrangeiras a serem mantidas no pavilhão exclusivo da PFC. Eram sobre elas que recaíam as formulações de diferenciação dos pavilhões da prisão. Afinal, se era o “PCC das novinhas” que espancava e agredia os corpos estrangeiros das que recusavam atender aos seus chamados, era o PCC de Lídia, da “bandida velha”, que atendia, naquele contexto, à recusa de uma atuação homogênea do Coletivo. O acontecimento da paralisação de 2008, decorrente de múltiplas formas de agressões, principalmente espancamentos, empreendidas às estrangeiras por parte do PCC, distendeu contendas outras vinculadas aos diversos modos de compreensão dos ordenamentos que balizavam as ações dos muitos PCCs presentes na Penitenciária Feminina da Capital daquele contexto. Para as novinhas, por exemplo, o corpo de Pedro Paulo era, também, um corpo se não estrangeiro, marcado por justaposições sexuais, raciais e de gênero que ameaçavam os ordenamentos do “partido”, ou melhor, da “família” tal qual elas e seus homens compreendiam. Em alguma medida, Pedro Paulo e outros sapatões ameaçavam as novinhas tanto quanto as desobediências das “africanas”. A contenda entre segundo e quarto pavilhões, entre “novinhas do crime” e “bandidas velhas”, não necessariamente se fez por meio de posicionamentos diversos que integrantes do PCC tinham em relação às “africanas”, mas sim, pelas muitas rachaduras sobre as quais estava fundamentada a aparente unicidade do “comando”.

Compreender a Penitenciária Feminina da Capital a que esta pesquisa se refere, implica em compreender os múltiplos processos de diferenciação por meio dos quais relações eram produzidas e tensionadas nos caminhos daquela unidade.

Numa das salas de aula da escola da PFC, as irmãs Denise e Danielle ignoravam as cartolinas rosa com brilhos de purpurinas que, grudadas nas paredes, desenhavam foneticamente o alfabeto português. Na classe preparada para as aulas de português direcionadas às estrangeiras, eu conversava com as duas irmãs, sobrinhas, esposas de homens presos em unidades masculinas.

Denise e Danielle foram presas juntas, detidas e julgadas no mesmo processo, acusadas por envolvimento com comércio de drogas. A pena da irmã mais velha, todavia, era maior. Não era a primeira vez que Danielle ia presa e, além disso, ambas estavam em sua casa na ocasião do flagrante policial. Denise, a irmã, mais nova, foi presa como cúmplice de uma rede de gerenciamento e comércios de drogas que envolvia toda sua família. Desde então, as duas passaram a viver no segundo pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital. Por mais que fosse a primeira vez que Denise ia presa, não era a primeira vez que ela entrava na prisão. As instituições penitenciárias sempre foram recorrentes no curso de vida das duas irmãs que diziam ter passado infância e adolescência visitando irmãos, tio, amigos, vizinhos e depois, namorados, esposo. Foi, inclusive, durante uma das visitas aos seus irmãos mais velhos que Danielle conheceu seu marido, pai de seus três filhos. Vínculo que, na ocasião daquela conversa, durava pouco mais de doze anos sendo que destes, em apenas durante três o casal viveu de modo a estarem ambos em liberdade. Desde aquela sala de aula na PFC, Danielle dizia temer pelo fato de a liberdade de seu marido estar próxima. Dizia nunca ter ficado presa com ele “solto na rua” e repetia que a “liberdade do homem é o fim do casamento com a mulher presa”.

O marido de Denise, por sua vez, também estava preso. Naquela mesma quinta feira em que as irmãs foram presas, ele também almoçava com elas e foi preso junto delas. Assim como Denise, seu marido nunca havia sido preso e foi arrolado ao flagrante policial ocorrido na casa de sua cunhada, encaminhado para cumprir pena junto aos parentes de sua esposa. A irmã mais nova de Danielle, contudo, não temia por seu casamento. Ao contrário, era ela quem dizia estar disposta a terminar o relacionamento de pouco mais de quatro anos e expunha suas razões às quais, segundo ela, poderiam servir para pôr fim em qualquer casamento de mulheres presas: os “sapatões”. “É a maior insegurança que os homens têm em relação às mulheres. Que elas transem com sapatões, os machos das cadeias femininas”. Enquanto Denise falava, Danielle ria balançando afirmativamente a cabeça. Completava o que a caçula dizia, “a gente não fica com ninguém aqui dentro não é porque a gente não quer. Porque ter caso aqui é uma tentação! Os sapatões são a tentação. Eles são lindos, arrumados, cheirosos, usam chinelo de homem, perfume de homem, são gostosos, sabem chegar”... Apesar de resistirem à tentação e não ficarem com ninguém, como dizia Danielle,

a irmã mais velha não se furtava de manter correspondentes, quer dizer, namoros por cartas com outros homens presos que não o seu marido. Nesse ponto, Denise e Danielle discordavam, pois enquanto uma achava que a troca de correspondências não poderia ser considerada uma traição, a outra dizia: “traição é sempre traição”.

De minha parte, eu tentava compreender quais seriam os problemas que um caso com um sapatão ou um namoro por cartas poderiam trazer a duas mulheres que, afinal, passariam anos presas em unidades penitenciárias femininas sem, portanto, contato físico com seus maridos que de mesmo modo, também estavam presos. Às minhas ingênuas dúvidas as irmãs contestaram contando que pediam para as amigas, visitas de outros homens presos nas mesmas penitenciárias de seus maridos, os vigiarem e as enviarem cartas contando tudo o que viam, “por que você sabe... cadeia³⁹ de homem é cheia de mulher! Prima de um, amiga do outro... dá prá ter um casinho com a vizinha do amigo”. As questioneei então se o medo, ou a tentação, passava pela possibilidade de seus maridos usarem subterfúgios parecidos que os delas para as vigiarem; “eles nem precisam fazer isso!”, responderam, “em cadeia de mulher sempre tem cagueta, ninguém sabe quem é, mas tudo o que acontece aqui chega à cadeia masculina. Não tem como fugir... Se a gente não fica com ninguém aqui dentro não é porque a gente não quer. Porque ter um caso aqui é uma tentação!”.

Implícitas na conversa estavam postas tensões estabelecidas entre redes de comunicação marido-mulher que transcendiam cartas e conversas do casal e que, portanto, tencionavam também com a suspeição permanente de todas as relações mantidas dentro das prisões. Relações de todas policiadas por todas. A produção das cartas de amigas visitantes nas prisões de seus maridos e a produção da ameaça constante de que toda informação do que ocorre dentro das rijas paredes dos pavilhões possa vazar para as celas de seus esposos, localizadas a quilômetros de distância, era o que dava forma à sombria figura da “cagueta” nas falas de Denise e Danielle. Figura primordial para entender a relação entre esposas e

³⁹ Nas falas, cadeia e prisão são utilizadas como sinônimos de penitenciária. Não há diferença entre estas no modo como os termos são empregados por grande parte das interlocutoras desta pesquisa. Juridicamente, porém, cadeia está vinculada à carceragem de delegacias e prisões provisórias. Penitenciárias, ao menos idealmente, é para onde as pessoas sentenciadas (julgadas e condenadas) são encaminhadas para o cumprimento de pena.

maridos presos de um dos Primeiro(s) Comando(s) da Capital na penitenciária feminina, a “cagueta” é quem revela os segredos, tornam públicos os casos extraconjugais que, no que tange às tentações de Denise e Danielle, passavam pelos “sapatões”.

A revelação do segredo, da relação estabelecida entre “as mulheres do PCC” e os “sapatões” ocasiona rupturas e retaliações⁴⁰. A rede de comunicação extraconjugual costurava, naquele momento da Penitenciária Feminina da Capital, não só tensões entre maridos e mulheres presas, mas também tentações e ameaças que balizavam os esforços em produzir diferenciações e conflitos entre os pavilhões dois e quatro da penitenciária. Entre “bandidas velhas” e “novinhas”. Se por um lado pouco ou nada era dito acerca do fato de ser a sala de aula um dos muitos recintos reservados, gradativamente, ao atendimento de demandas específicas das estrangeiras, por outro, muito era falado sobre as interdições impostas às mulheres que como elas eram, em duplo sentido, “esposas”, “cunhadas”, “irmãs” do Primeiro Comando da Capital. Denise e Danielle eram “irmãs de sangue” de “irmãos de batismo” do partido. Danielle era ainda, esposa de um irmão do comando o que a tornava, também, “cunhada” do coletivo.

Contidas nas bem humoradas observações de Denise e Danielle estavam os descontentamentos carregados no corpo de Pedro Paulo em relação ao PCC, pois, agregado ao atributo de “bofe” da prisão feminina passou a estar, também, a tensão permanente de ser a tentação da prisão para as mulheres envolvidas com homens, também, presos. Nesse registro, aos “sapatões” foram sendo paulatinamente conferidos ainda outros sentidos, como o de ameaça e, portanto, de expurgo. Não é dizer com isso que os espaços da penitenciária eram produzidos a partir de exílios e separações estritas entre os pavilhões, entre “sapatões”, “novinhas”, africanas, bandidas velhas. Ao contrário. Antes, é dizer que as relações eram produzidas a partir de processos de diferenciações constantemente tensionados, e, portanto, entrelaçados. Afinal, só é possível tencionar nós enredados em uma mesma trama.

A despeito de possíveis interdições, “esposas do comando” e “novinhas do crime” criam vínculos sexuais, afetivos, de ajuda e de amor com os “sapatões” que, por outro lado, não mantém posicionamentos unívocos ou de grupo frente aos ordenamentos do

⁴⁰ Falarei sobre estas e também, mais detalhadamente, sobre Denise e Danielle no quarto capítulo desta tese.

PCC. Se por um lado, Pedro Paulo opunha-se ao Comando do pavilhão dois por ser este antagônico a sua liderança, trabalhada nos longos anos percorridos na cadeia, por outro, mantinha-se aliado à Lídia e ao “partido das antigas” enredado por laços de afeto familiar e de vizinhança trazidos desde sua infância em Sapopemba, subdistrito da zona leste da cidade de São Paulo do qual o Jardim Elba é parte (Feltran, 2011). De mesmo modo, ao longo do cumprimento de sua pena Denise separou-se do marido para viver um romance com Patrick, sul-africano preso no mesmo pavilhão dois em que estavam as duas irmãs do interior do estado, acusado de tentar transportar drogas para fora do Brasil logo após ter deixado uma penitenciária feminina paquistanesa. Patrick, como tantos, era um dos muitos “sapatões” em acordo com, se não as interdições sexuais do PCC, as ordenações de pouco falar e manter contato com as funcionárias da prisão. Os enlaces de sua história com a de Denise serão trabalhados adiante, no quarto capítulo.

Por ora vale dizer, somente, que carregar as breves linhas acima, de modo pontual, com alguns dos nomes e personagens que irão compor o corpo etnográfico e analítico dessa tese, advém do esforço em situar um dos múltiplos trajetos por meio dos quais se fez o campo desta pesquisa. Trajetos complexificados cotidianamente pelas produções de diferenças por meio das quais as relações são estabelecidas. Relações mantidas por pessoas que articulam em seus corpos, falas e práticas atributos que as permitem ser classificadas como “novinhas”, “bandidas velhas”, “sapatões”, “africanas”, “nóias”. Categorizações enredadas pelos contextos de cada prisão e principalmente, de cada momento ou cada pavilhão. Contextos que olhados de perto, permitem distender uma mesma unidade penitenciária em variações de especificidades. Afinal, se ser “novinha” não é ter determinada idade, ser “africana”, também não é ser oriunda de um país do continente Africano e ser “sapatão” não é ser masculina. Como analisam Piscitelli (2008) e Paula Togni (2014),⁴¹ os arranjos classificatórios são articulados a partir dos modos como os grupos produzem categorias de diferenciação. No caso da Penitenciária Feminina da

⁴¹ A pesquisa de doutorado de Paula Togni, defendida na Universidade de Lisboa em julho de 2014, analisa fluxos migratórios de jovens como idades entre dezoito e vinte e quatro anos, saídos de Mantena e do Morro do Margoso em Minas Gerais que vão a Lisboa em busca de “melhorar a vida” deles e de seus familiares. Recomendando fortemente o trabalho de Togni, principalmente, no que tange ao modo como ela analisa categorias de diferenciação no contexto de seu trabalho de campo.

Capital, entre os anos de 2008 e 2012, nacionalidade, geração, sexualidade, raça e vínculos familiares apresentavam-se como elementos imprescindíveis por meio dos quais laços e contendas eram (re/des)feitos.

Certamente, resultante de outros muitos arranjos, a Penitenciária Feminina da Capital é agora outra.

No início de 2012 a Penitenciária Feminina da Capital estava em reforma. O objetivo era transformar o primeiro pavilhão da unidade em uma maternidade/berçário onde presas grávidas e com bebês recém-nascidos pudessem cumprir o período da pena com atendimento adequado à mãe e ao bebê. A reforma foi concluída em fins de 2013, mas assistentes sociais e voluntárias da Pastoral Carcerária contaram-me que por falta de equipe, o pavilhão um estava atendendo somente grávidas presas naquela unidade. Em abril de 2014 havia apenas três bebês no berçário da PFC que passara a atender, quase exclusivamente estrangeiras. Segundo egressas da unidade, estavam presas naquele momento trinta brasileiras em meio de mais de quinhentas estrangeiras cumprindo pena ali. Em maio de 2014, por outro lado, agentes da pastoral carcerária contaram-me que o pavilhão dois estava sendo esvaziado com vistas a atender brasileiras presas na unidade penitenciária de Franco da Rocha. A Penitenciária Feminina da Capital voltaria a ter seus pavilhões divididos entre estrangeiras e brasileiras enquanto que o projeto do berçário seguia sem conclusão. Sobre esta última informação, a desconfiança que tangenciava as falas era a de que seria necessário aumentar o número de vagas para atender as demandas da Segurança Pública decorrente do aumento de encarceramentos que inevitavelmente iria ocorrer durante os processos preparatórios para a Copa do Mundo de Futebol naquele mesmo ano. Os encarceramentos ocorridos em decorrência dos programas de combate ao crack lançados pela prefeitura de São Paulo (Rui, Frúgoli Jr, Feltran e Fromm, 2014) eram citados como principais causas dos rearranjos e transferências de sentenciadas/os de uma unidade para outra.

Feita a partir de dados difusos e conhecimentos capilares, esta nota objetiva somente evidenciar a rapidez com que mudanças implicadas pelas decisões administrativas das Secretarias de Segurança Pública, Administração Penitenciária e outras, afetam o cotidiano daquelas que vivem presas em uma unidade como a PFC. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, em 28 de abril de 2014 a Feminina da Capital era ocupada por 623 pessoas em cumprimento de pena, enquanto que as demais unidades penitenciárias femininas da região metropolitana mantinham mais de mil pessoas presas. A Feminina de Santana, por exemplo, atendia uma população de mais de 2550 mulheres em cumprimento de pena.

Pequena para os padrões edificados pela política carcerária paulista e ainda sem a presença significativa do Primeiro Comando da Capital como vetor de força antagônico ao Estado, a Penitenciária Feminina da Capital aparece como espaço prisional com mais possibilidades de manejo da rotina segundo os interesses administrativos penitenciários e de segurança pública. Deste modo, a Penitenciária Feminina da Capital torna-se um espaço produzido permanentemente pela profusão de falas que a cercam e que acompanham os trâmites de modificações administrativas. Visitar a Penitenciária Feminina da Capital é sempre visitar uma unidade prisional em projeto, em processo de reformulação. O mesmo não ocorre, com a mesma intensidade, na Feminina de Santana.

I.ii Da prisão à presó: Das rotas aos Módulos de Dones de Wad Raz e Brians

Como explicitado na introdução desta tese, para seguir a caminhada por onde fluíram os enredos desta pesquisa é necessário deixar a Penitenciária Feminina da Capital e passar a transitar por outros endereços que compuseram a feitura desta etnografia multissituada. Cabe agora embarcar para Catalunha e visitar outras prisões nas quais não são as “africanas” as estrangeiras presas, antes são estas as “brasileiras”.

Barcelona, novembro de 2011. Acordei sete e meia da manhã. O sol ainda não havia nascido, mas achei que tinha de correr. Imaginava que as presas em regime aberto deveriam começar a sair da prisão nove horas da manhã. Peguei o metrô na estação Tetuam e saltei na Passeig de Gràcia onde fiz baldeação para linha amarela em direção à La Pau. O trem estava tão lotado como os trens de São Paulo e aquela linha naquele horário, não era tão turística como a outra. Desembarquei na estação Bogatel. Das escadas da estação dava para ver a praia, mas ao mesmo tempo a cidade parecia outra. Os prédios eram mais modernos, muitas obras nas ruas e havia um viaduto de estrutura metálica bem atrás de mim. Não pude deixar de pensar que pelos próximos meses, aquele seria um caminho recorrente: a caminhada que me levaria para, senão à prisão, ao menos para os seus portões. Pelo mapa, antes de chegar à Wad Raz, teria de passar por um colégio na Carrer Pamplona. Quando cheguei próximo ao colégio vi dois prédios grandes, um de cada lado da rua. Por um instante não consegui distinguir qual era a escola e qual era a prisão, mas logo percebi que em um deles havia uma torre com uma cabine de vidro. Aquele definitivamente era Wad Raz. Cheguei à porta da prisão poucos minutos antes das nove horas. Olhei para o portão bem menor do que os das prisões de São Paulo. O prédio também era menor e bem menos imponente do que os edifícios penitenciários paulistas, sempre cercados de muros e placas com a indicação: “área de segurança”. Só ao lado do portão, tinha uma minúscula placa de cobre com os emblemas da *Generalitat da Catalunya*, do *Ministério da Justicia* e o nome: *Prisión de Dones de Barcelona*. Tudo escrito em catalão.

Não havia ninguém nos portões, nenhum guarda. Ninguém. Não havia nenhuma mulher também. Atravessei a rua com a proposta de fotografar e observar, mas assim que

saquei a máquina fotográfica da mochila escutei a voz do guarda de plantão na cabine de vidro em cima do alto muro da penitenciária: “no se puede fotografiar!”. Guardei a câmera e esperei. Em minutos, duas mulheres brancas e maquiadas aparentando ter mais de cinquenta anos abriram os portões. Levavam bolsas e sacolas. Atravessaram a rua e pararam na esquina oposta a que eu estava. Logo, a elas se juntaram mais outras duas, uma de calça de moletom e boné e a outra carregando um grande saco de lixo. Acenderam cigarros e se fecharam em uma roda para conversar. Aproximei-me e perguntei se aquele prédio era a “Prisión de Dones de Barcelona” ao que responderam afirmativamente. Perguntei se elas conheciam alguma brasileira presa ali, uma delas então disse: “tiene muchas”, e outra: “busca a alguien?”. Expliquei quem eu era e o que eu estava fazendo ali, a primeira que havia falado virou-se para mim e disse em português com sotaque nordestino: “pois eu sou brasileira”. As outras mulheres foram embora sem se despedir.

Durante os meses passados em Barcelona, convivi com uma intensa rede de brasileiras presas em regime aberto, semiaberto ou fechado na Catalunha, ou seja, presas em *tercero*, *segundo* ou *primero grados*. Nomenclatura dada pela Lei de Execução Penitenciária da Catalunha aos diferentes regimes de prisão: *primero grado*, *segundo grado*, *tercero grado*, são bastante similares ao fechado, semiaberto e aberto da Lei de Execução Penitenciária brasileira, sendo que, o *primero* e o *segundo grados* da lei catalã referem-se ao regime fechado. *Primero* e *segundo grados* são distintos pelas condições de aprisionamento: tipos de trabalho oferecidos, pavilhão e celas. O *primero grado* é mais restrito e empreende normas de reclusão mais duras que o segundo. O *tercero grado*, por sua vez, é equivalente aos regimes semiaberto e aberto das leis brasileiras.

Este campo foi iniciado a partir de espaços externos à prisão, tal como o Consulado Geral do Brasil em Barcelona, o Departamento de Justiça da Catalunha e a Pastoral Carcerária de Barcelona. O primeiro dado colhido desse esforço de reconhecimento do campo foi o de ser a estrutura carcerária da cidade de Barcelona fundamentada em leis e regulações específicas à Catalunha, única comunidade autônoma espanhola com leis de execução penal distintas das leis nacionais. Deste modo, todos os elementos descritivos do sistema prisional de Barcelona fazem referência

especificamente às prisões e às leis catalãs, não espanholas. Assim também são as palavras usadas ao longo desse texto. Presó (prisão), carrer (rua) e dones (mulheres), por exemplo, são palavras catalãs, não castelhanas. O uso do idioma catalão, ao invés do espanhol, em todo o sistema prisional denota a especificidade de falar em prisões e leis catalãs.

Em dezoito de outubro de 2011 participei como ouvinte do evento de conferência de lançamento do relatório da investigação realizada pelo Departamento de Justiça do governo catalão: “Estrangers a les presons catalanes”.⁴² O relatório apresentava resultados da pesquisa feita durante o ano de 2010 sobre o “perfil de estrangeiros presos nas penitenciárias catalãs”. Os responsáveis pelo relatório, Manel Capdevila i Capdevila e Jordi Garreta Bochaca,⁴³ classificaram estrangeiros presos em perfis que graduavam do bom ao mal prognóstico, sendo o bom prognóstico relacionado às “boas possibilidades de retorno ao país de origem” e o mal prognóstico à “fraqueza dos vínculos com o mesmo”. O documento, que analisava separadamente perfis de homens, de mulheres e de jovens estrangeiros em “situação de cárcere na Catalunha”, apontava para o fato de setenta e dois por cento das mulheres serem da Américas Central e do Sul (não havia separação entre as duas regiões do continente americano ou especificação dos países). Destas, mais de oitenta por cento estavam, no momento daquela pesquisa, presas por “crimes contra a saúde pública”, ou seja, acusadas de envolvimento com o mercado internacional de drogas.

Contatei os pesquisadores responsáveis pela pesquisa e Ramon Parés Galles, diretor geral dos serviços penitenciários da Catalunha,⁴⁴ mas minha entrada nas instituições penitenciárias femininas de Barcelona como pesquisadora foi vetada por Ramon que disse ser “o trabalho de investigação realizado pelo Departamento de Justiça da Catalunha suficiente para os objetivos dos Serviços de Execução Penitenciária da comunidade”. Entrei em contato, portanto, com Julio César Zino Torraza, técnico da subdireção geral de reabilitação dos Serviços Penitenciários e professor titular de antropologia da Universidade

⁴² Estrangeiros nas prisões catalãs (tradução livre).

⁴³ Manel Capdevila i Capdevila é o responsável por investigações da área social e criminológica do Centro de Estudos Jurídicos e Formação Especializada da Generalitat de Catalunya. Jordi Garreta Bochaca é professor titular da Faculdade de Geografia e Sociologia da Universidade de Lleida e integra o Grupo de pesquisa sobre interculturalidade e desenvolvimento (GRID).

⁴⁴ Cargo equivalente ao de Secretário Geral da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

de Barcelona. Julio Zino me ajudou a mapear quantas brasileiras estavam, naquele momento, presas nas instituições penitenciárias da Catalunha. Em quatro de novembro de 2011 havia vinte e três brasileiras nas prisões catalãs: oito em regime fechado na Penitenciária de Brians (Barcelona); nove em regime aberto (apenas dormem na penitenciária) na Penitenciária Wad Raz (Barcelona); quatro à espera de julgamento no setor de presos provisórios de Wad Raz (Barcelona); uma em regime aberto na penitenciária de Ponent (Lleida) e uma em regime aberto na penitenciária de Tarragona (Tarragona). A partir deste mapeamento comecei a pesquisa etnográfica com brasileiras presas em regime aberto na Penitenciária de Wad Raz.

Uma das mais antigas unidades prisionais de Barcelona, Wad Raz fica localizada em Bogatel, próximo ao centro e à praia. Na manhã do dia cinco de novembro de 2011, fui até os portões da penitenciária e aguardei que comessem a sair pessoas presas em regime aberto na Presó de Dones de Wad Raz. Começava ali a pesquisa. Conheci a primeira das oito brasileiras presas em Wad Raz que, por sua vez, apresentou-me a toda uma rede formada pelas pouco mais de vinte brasileiras detidas em Barcelona, dezenove acusadas de comércio transnacional de drogas, uma acusada de administrar um apartamento para atendimento de serviços sexuais e outra por falsificação de documentos para recebimento de benefícios, como aposentadoria, de pessoas mortas.

Mas até então eu apenas poderia conversar com aquelas que passavam o dia na rua e voltavam à Wad Raz para jantar e dormir. Com elas, frequentei *kebabs*, ou seja, os restaurantes árabes baratos da cidade, cafés, locutórios ou *lanhouses* e por fim, a igreja do Padre Jesus, capelão nos módulos femininos da Pastoral Carcerária de Barcelona. Foi durante um encontro com Padre Jesus que apresentei a pesquisa em andamento e propus que entrasse na unidade penitencial de Brians junto com a Pastoral Carcerária, tal qual vinha fazendo nas prisões paulistas. A proposta foi aceita por ele e por fim, de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, realizei visitas às unidades penitenciais femininas de regime fechado de Brians: Dones I e II.

Mais um sábado. A cena se repetia tal qual em São Paulo. Às nove horas da manhã teria de estar em frente à igreja da qual Padre Jesus é encarregado. O inverno

deixava escuras as ruas de Barcelona e o trajeto não precisaria ser de metrô. Seria uma caminhada de vinte minutos que passaria obrigatoriamente pelo grande prédio do Palácio da Justiça de Barcelona e pelos pequenos escritórios de atendimento a pessoas presas e egressas do sistema prisional catalão. Naquele dia ainda não tinha clareza de que meu quarto alugado em um apartamento próximo ao Arc Del Trioumf estava cercado de todas as repartições públicas responsáveis pelas produções de prontuários, fichas criminais, pesquisas jurídicas, entre outros serviços necessários para a manutenção do aparelho penitenciário da Catalunha. Diferente das penitenciárias de São Paulo, em Barcelona, assistentes sociais, psicólogos e juristas não trabalham em um pavilhão administrativo dentro da prisão, mas em escritórios separados e específicos para cada atendimento das pessoas em cumprimento de pena que, em segundo ou terceiro grau, vão até eles. Nos escritórios situados às margens do Palácio da Justiça – onde ocorrem julgamentos e são proferidas sentenças – são definidos os “destinos”, como a Lei de Execução Penitenciária da Catalunha nomeia os resultados das avaliações criminológicas e comportamentais das presas (e presos). Destino é o nome dado à definição do lugar que cada pessoa presa ocupa na penitenciária: seu pavilhão, sua cela, seu trabalho, suas funções e horários cotidianos, os cursos que pode ou não fazer, enfim, o destino de sua vida durante a pena. Destinos veem impressos em boletins que, como os escolares, apontam conceitos do “A” ao “F”. Notas atribuídas aos indivíduos por meio de avaliações bimensais feitas sobre critérios como: “comprometimento com as atividades da prisão” e “comportamento”. São estas notas que definem os graus do cumprimento da pena, se em *primero* ou em *segundo grado* e de mesmo modo, são estas graduações que definem a qualidade dos trabalhos e atividades disponíveis a cada pessoa sentenciada. As avaliações bimensais podem significar tanto progressão ao *segundo grado*, como regressão ou permanência no primeiro.

Seguindo o trajeto pela ampla passarela cercada de edifícios da justiça, das assistências sociais e das avaliações psicológicas, encontrei um dos já conhecidos moradores de rua da região. O alemão, que escolhera viver nas ruas de Barcelona por ser mais quente, levava em seu carrinho de supermercado o cachorro e o gato, ambos bem agasalhados, e bebia café para afugentar o frio. A estátua viva também se preparava para receber os turistas que começariam a chegar em poucas horas. Maquiava-se e vestia a

pesada fantasia do dia. Ele seria o alienígena de um dos tantos filmes futuristas norte-americanos: o alién que não falava inglês ou catalão.

Cheguei à igreja da Plaça Universitat e esperei pelo horário marcado. Em poucos minutos a garagem eletrônica se abriu. De lá saiu o carro que levava o Padre Jesus e o seminarista que o acompanhava em todas as suas ações religiosas. Entrei no carro do Padre que conversava com o seminarista sobre os altos preços da gasolina. “Quando eram pesetas tudo era mais barato. Os preços da gasolina no Brasil estão melhores do que aqui, Natália?”. Todos os sábados, durante os mais de vinte e cinco quilômetros da Igreja até a estação de trem Martorell, na cidade de Sant Esteve, Padre Jesus vinha conversando comigo sobre economia, política, igreja católica e a atuação da Pastoral Carcerária. Parecia estar em busca de uma perspectiva comparada entre “Brasil” e “Catalunha”. Quando chegávamos à Martorell, entretanto, a conversa mudava para enfoques bem mais locais. Naquela estação, juntavam-se a nós a enfermeira Ana e a produtora de cinema independente Ignez, as duas únicas voluntárias da Pastoral Carcerária da Catalunha a fazerem visitas semanais aos módulos femininos da Penitenciária Brians II situada a outros mais vinte quilômetros dali. O carro cheio sinalizava que era momento de discutir os afazeres de cada um naquele dia de visita. Ignez sempre era responsável por tocar violão durante as missas, Ana ficava incumbida de conversar com as meninas internadas na enfermaria para averiguar se elas precisavam de remédios, roupas, cartões telefônicos. Padre Jesus pediu que eu fizesse o mesmo que Ana, mas com as brasileiras presas em regime fechado na principal penitenciária da Catalunha. O Padre esforçava-se em unir habilidades e interesses de cada um dos ocupantes do carro que com ele visitavam as amplas instalações da penitenciária a qual, como algumas prisões paulistas, estava construída no quilômetro vinte e três de uma estrada vicinal, sem fácil acesso a nenhuma cidade vizinha. As atribuições eram feitas durante um longo percurso de serra que nos distanciava da paisagem urbana. Em troca ao acesso à penitenciária, Padre Jesus pedia que acompanhássemos a missa.

O carro parou no estacionamento com vagas demarcadas em frente ao edifício de Brians II. Retiramos do porta-malas violão, artefatos para a improvisação de um altar nas salas de aula dos pavilhões e por fim, a pesada mochila recheada com cartões

telefônicos internacionais, cadernos, canetas, roupas, sapatos e produtos de higiene pessoal. Todos os artigos que acompanhavam Padre Jesus durante suas visitas e que eram dados, principalmente, às recém-chegadas em Brians. Seguimos caminhando até a primeira portaria da unidade prisional. O Padre, o seminarista, Ana e Ignez mostraram suas identificações e eu, meu passaporte. Apesar de haver um livro de registros de capas duras sobre o balcão da portaria, nenhum nome, nenhuma data ou horário foram registrados, apenas o cordial cumprimento de Padre Jesus ao funcionário da penitenciária foi suficiente para que nossa entrada pelas primeiras catracas fosse liberada.

Andamos pelo curto corredor que liga a entrada ao salão onde familiares, amigos, namoradas(os) esperavam pacientemente serem chamados pelo alto-falante aos turnos das visitas semanais que ocorrem aos sábados e domingos. Em Brians, familiares passam o dia aguardando pelo turno do módulo(ou dos módulos) a que pretendem visitar. Os encontros semanais duram vinte minutos e são feitos em cabines com vidros perfurados que separam e comunicam visitantes e visitados. O sempre cheio salão de espera comporta também, os guichês de pecúlio de Brians, quer dizer, guichês de recebimento e pagamento de dinheiro, já que muitas das pessoas em cumprimento de pena são empregadas em oficinas de trabalhos prisionais.

As oficinas e o oferecimento de trabalho dentro das prisões catalãs são fartos e muito representativos para manutenção da vida cotidiana. O que chamava atenção nas narrativas sobre os trabalhos nas prisões eram os salários a eles atribuídos. No caso das oficinas dos módulos masculinos, as interlocutoras dessa parte da pesquisa diziam que os pagamentos podiam ultrapassar mil euros. Ainda segundo elas, muitos presos tinham mais condições de sustentar suas famílias de dentro da prisão do que fora dela. E, de fato, os contrastes entre as possibilidades de sustento familiar vivenciadas dentro e fora da prisão ficaram ainda mais patentes durante a visita às casas de familiares de espanholas presas no Brasil. Em duas dessas famílias todos os filhos estavam desempregados e por essa razão, haviam retornado à casa dos pais com seus filhos e cônjuges. Outro dado sobre as oficinas de trabalho e os salários se apresenta como ainda mais significativo para o objeto desta pesquisa: a diferença entre salários nas oficinas de trabalho dos módulos masculinos e femininos.

Enquanto a remuneração nos módulos masculinos podia alcançar o patamar de mil euros, nos femininos o soldo máximo era de setecentos euros. As interlocutoras declaravam receber no momento da pesquisa, entre setenta e trezentos euros. A relação heterossexual, nesse registro, representava incremento dos ganhos financeiros. No hall de entrada de Brians, era comum ver esposas, namoradas, filhos e companheiras indo sacar alguma quantia do salário pago aos presos empregados em oficinas de trabalho no guichê do pecúlio. Ao contrário do que via acontecer em São Paulo, em Brians a fila para depósitos era menor que a fila para saques.

O salão era ocupado por mulheres, homens e crianças ciganas, bolivianas, romenas, brasileiras, marroquinas... A fila da visita de Brians ilustrava por quais endereços passavam as políticas de aprisionamento espanholas e catalãs. As portarias das prisões de Barcelona mostravam-se extensões dos portões de imigração dos aeroportos espanhóis e, também, zonas de contenção das tradicionais incômodas populações europeias que intersectam raça, classe, língua, localidade e mobilidade de modo a borrar as fronteiras tão caras às formações dos “Estados Nacionais europeus” (Wacquant, 2001). Nada muito diferente das penitenciárias paulistas.

Segundo relatório sobre estrangeiros presos em centros penitenciários da Catalunha, produzido pelo Centro de Estudos Jurídicos do Governo Catalão, ficaram presas em prisões da Catalunha dentre os anos de 2008 e 2011, seiscentas e vinte e três pessoas provenientes de países do Norte da África, como Marrocos e Argélia, quatrocentas e quinze pessoas oriundas das Américas Central e do Sul, como El Salvador e Bolívia, e duzentas e noventa e sete vindas de outros países da União Europeia, como Romênia. Significativo dizer que o relatório não faz apontamentos específicos acerca das nacionalidades, mas baliza suas análises a partir de dados formulados por meio de “regiões geográficas”. Não há como saber, portanto, o número de equatorianas presas em Barcelona e compará-lo ao de brasileiras ali detidas, por exemplo. O relatório indica que há um significativo número de mulheres “latinas” – tal como são identificadas naquele documento – presas nos módulos femininos das penitenciárias catalãs. Tal dado remete às análises de Díaz-Cotto (2005) sobre o impacto das políticas de “guerra às drogas” em populações específicas. A autora analisa o aumento de “latinas” nas prisões norte americanas e europeias. Ela argumenta que

se as políticas de criminalização dos governos das Américas do Sul e Central recaem, principalmente sobre as populações pobres e racializadas dentro dos próprios países, o incremento das políticas transnacionais de combate ao mercado de drogas acaba por criminalizar toda a América Latina. Este processo, segundo Díaz-Cotto, leva ao encarceramento em massa de mulheres oriundas dessas regiões, assim como do continente africano (Sudbury, 2005). De mesmo modo, Dolores Juliano (2012) argumenta que o crescente número de “latinas” presas na Espanha resulta de incisivos processos de criminalização das ações e das redes de ajuda, como são a prestação de serviços sexuais e o mercado de drogas, acionados pelas mulheres imigrantes. A estes processos, Juliano relaciona práticas de encarceramento nacionais e catalãs que afetam estrangeiras/os, mas também, ciganas/os: população sobre a qual historicamente recaí altos índices de aprisionamento na Espanha (Imaz e Martín-Palomo, 2007).

Naquele sábado, em companhia do Padre Jesus e dos voluntários da Pastoral Carcerária de Barcelona, para entrar no módulo de Dones da penitenciária de Brians seria necessário atravessar, portanto, o hall lotado de pessoas que materializam em seus corpos, por meio de seus idiomas, suas raças, seus países “de origem”, intersecção entre processos de estado e criminalização de populações específicas. Naquele hall de entrada, ficava claro que ser brasileira na Catalunha significava antes, ser “latina” na Europa. Sobre esta produção de diferença iria recair a rotina de minha entrada na penitenciária através da apresentação de meu passaporte na principal portaria daquela instituição.

Localizada no salão de recepção dos visitantes, a portaria principal dava acesso aos pátios externos dos pavilhões das moradias. Não havia filas. Ao contrário dos dias de visitas religiosas nas prisões de São Paulo, em Barcelona a “missão evangelizadora” consistia, quase que exclusivamente, na atuação dos três padres da Pastoral Carcerária que se dividiam como capelães de todas as penitenciárias catalãs. Éramos, portanto, os únicos a passarem pelo guichê de atendimento que, revestido com vidros blindados, reservava uma gaveta passa-volumes para entrega e devolução dos documentos. Nesta, Padre Jesus, o seminarista, Ana e Ignez, depositaram suas DNIs (Documentos Nacionais de Identidade) e

eu o passaporte, documento que implicava em maiores explicações por parte do Padre Jesus e especial atenção por parte do atendente da guarita.

O Padre explicava que minha presença havia sido autorizada pela direção da penitenciária e que havia um papel no arquivo da portaria onde estavam registrados todos os sábados em que eu estaria presente nas visitas da Pastoral Carcerária Catalã. O funcionário, contudo, teria de buscar este documento em meio à infinidade de papéis que se acumulavam sobre o balcão. Padre Jesus esticava o pescoço e procurava a autorização impressa desde o lado de fora da cabine envidraçada e, por conhecer bem o formato do documento, timbres, carimbos e marcas de caneta que a folha levava, o encontrava de modo a, rapidamente, o indicar ao plantonista da portaria: “aí está, aí está!”. Todos os sábados, de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, a cena se repetiu. Da afobação do Padre em encontrar o papel que autorizava minha entrada a desconfiança do examinador daquele raro documento que permitia a uma brasileira entrar naquela prisão em companhia da Pastoral. A revista em Brians consistia neste processo de folhas, carimbos, canetas e nacionalidades que não tocavam o corpo, mas ainda assim o fiscalizavam.

Passadas as entradas, restava agora o costumeiro café da manhã oferecido pelo Padre aos seus acompanhantes. Subíamos pelas estreitas escadas do pavilhão de suporte e manutenção dos funcionários da instituição e íamos à cafeteria da penitenciária, uma lanchonete privada. Juntos, e por vezes em companhia dos funcionários e diretores de Brians, comíamos Donet's com café “para termos energia!”, dizia o Padre. Somente após este pequeno ritual é que acessávamos aos espaços de convivência que uniam os moradores dos módulos masculinos e femininos da penitenciária. Brians é uma prisão mista. Em suas dependências estão presos homens e mulheres que, apenas se cumprindo pena em “segundo grado”, podem se encontrar em um grande pátio central que dá acesso a todos os pavilhões de moradia. Era por este mesmo pátio que caminhávamos em direção ao módulo Dones I; módulo para presas em *primero grado*, enquanto que pessoas em cumprimento de pena nos módulos masculinos e femininos de “segundo grado” faziam aulas de ginástica postural e dança.

Chegamos ao primeiro portão de Dones I. Padre Jesus tocou a campainha, e logo em seguida as grades foram abertas. Teríamos de atravessar mais um pequeno

corredor com câmeras até o próximo portão que se abriu sem que fizéssemos qualquer movimento se não nos aproximarmos. Ao passarmos por ele, estaríamos, aí sim, sujeitos a um processo de revista mais conhecido por mim: nossas bolsas e mochilas foram abertas e revistadas pela guarda de plantão na guarita de entrada do pavilhão de mulheres presas em *primero grado* em Brians. Enfim estávamos aptos para passarmos pelas últimas grades de acesso à prisão que encontrei pintada de rosa e equipada com telefones públicos e baldes de lixo.

Diferente das prisões paulistas, onde nota-se quem está preso pela camiseta branca e a inconfundível calça amarela, presas e funcionárias, todas sem uniformes, se espalhavam pelas dependências do edifício. Nas primeiras visitas eu, ainda desembarcando das penitenciárias paulistas, perguntava para o padre enquanto entrávamos no prédio: já estamos no pavilhão? Já estamos dentre as celas? Já chegamos à prisão? Havíamos chegado à *presó*, respondia-me enquanto me apontava às celas nos andares de cima que, com as portas abertas, deixavam ver o mobiliário: beliches e mesinhas.

Nas paredes do pavilhão, cartazes lembravam às moradoras de tudo o que era permitido fazer e vestir dentro daquele espaço. Dentre os sapatos, constavam saltos altos e, dentre as vestimentas, jaquetas de couro. A uma paulistana desavisada como eu, Brians não parecia uma prisão, mas sim um colégio interno por onde transitavam meninas com cabelos, roupas e maquiagens impecáveis enquanto que no pátio, os homens se exercitavam. Módulos masculinos e femininos eram prédios cinzas e rosas que, construídos próximos uns aos outros, permitiam espiadelas e vigílias de todos por todos.

Durante as visitas ao módulo de *Dones* com o padre Jesus, contatei as brasileiras presas em regime fechado além de conhecer outras duas que haviam recém ingressado naquela penitenciária. Em todo o período, cinco assinaram a liberdade, sendo que destas, somente uma voltou prontamente ao Brasil. Acompanhar seus processos de ganho de liberdade permitiu acessar mudanças nas narrativas e perspectivas que eram, em larga medida, referenciadas pelos estágios dos processos penais a que respondiam e as contingências ou circunstâncias de vida decorrentes dos mesmos. Cumprir pena em *primero* ou *segundo grado* significava dormir, trabalhar e se relacionar quase integralmente com

pessoas, objetos, espaços, comidas, horários e com toda a organização ordinária particular à prisão. Esta vivência, certamente implicava em um maior controle da vida, mas resultava também, em certa segurança.

Em regime fechado, presas que não sabiam falar espanhol ou catalão tinham oportunidade de aprender as duas línguas e, de mesmo modo, oportunidade de trabalhar e caminharem com mais tranquilidade pelos ambientes prisionais percebendo, inclusive, seus lugares de frouxidão. No caso de Brians, eram os relacionamentos heterossexuais grandes indicadores dos lapsos de liberdade: das oportunidades de trocas, da constituição de novas redes de ajuda e da possibilidade de mudança de perspectiva da prisão para migração por meio da constituição de um matrimônio com um preso “europeu”, “espanhol” ou “catalão”.⁴⁵ Desta forma, para as brasileiras presas em Baelona, o cumprimento da pena em *primero grado* denotava que menos saídas aos dispositivos de controle da prisão poderiam ser acionadas.

Todas as pessoas que entram em Brians para cumprir uma sentença são, a princípio, direcionadas aos pavilhões de *primero grado*. A avaliação feita periodicamente por uma “junta de tratamento” composta por assistentes sociais, psicólogos, funcionários da penitenciária e antropólogos,⁴⁶ define a progressão ou não para os pavilhões de *segundo grado* nos quais são mais e melhores as atividades de trabalho, escolares e de lazer. Cumprir pena em *primero grado* na Catalunha é análogo a cumprir a pena em castigo em São Paulo. A prisão em *segundo grado* oferece mais trânsito pelas dependências do edifício penitenciário e, por isso mesmo, mais acesso às informações que possam ser agenciadas na negociação da vida cotidiana dentro da prisão. Poder fazer aulas de dança ao lado das atividades de ginástica oferecidas aos homens, por exemplo, é, nesse contexto, poder

⁴⁵ Abordarei especificamente esta questão no sexto capítulo.

⁴⁶ A posição ocupada por antropólogos nas juntas de tratamento do sistema penitenciário catalão é análoga a dos psicólogos e assistentes sociais nos setores de reabilitação das penitenciárias paulistas. Mais do que isso, os antropólogos podem ocupar cargos de chefia dentro das juntas de tratamento sendo incumbidos, por exemplo, de avaliarem o próprio trabalho de seus colegas. Este é o caso de Julio Zino Torrazza de quem falei acima e quem muito me ajudou no desenvolvimento desta pesquisa. A atividade dos antropólogos nesta pesquisa tornou-se um dado curioso inclusive no que tange a possibilidade de análise do lugar que eu, como antropóloga, ocupo nos corredores e celas das prisões paulistas. Procuro fazer uma breve consideração sobre o assunto no capítulo a seguir.

manter mais facilmente relações de trocas que intersectam sexo, afeto, dinheiro, prisão e liberdade.

Em fevereiro de 2012, completava cinco meses do período de etnografia feito em Barcelona. O campo, contudo, seguiria por meio das trocas de mensagens eletrônicas, dos retornos ao Brasil, dos novos encontros na Espanha possibilitados por uma viagem minha ao país em setembro de 2013. Naquele momento, entretanto, a mim, só restava embarcar.

I.iii. Voltar à prisão: dos caminhos da Penitenciária Feminina de Santana

Março de 2012. Voltei à Penitenciária Feminina da Capital. Passei algumas vezes mais pelos portões, entrei nos pavilhões em frente à capela e ao motelzinho. Mas Lídia, Lola, Pedro Paulo, Denise e Danielle já não estavam lá. Mãe e filha, assim como as duas irmãs haviam sido transferidas, junto com a grande maioria das brasileiras presas na PFC, para a Penitenciária Feminina de Santana. Pedro Paulo, após anos e muitos cumprimentos de penas reincididas, havia ido para Penitenciária Feminina do Butantã para terminar de cumprir sua pena em regime semiaberto. Outras tantas, minhas conhecidas, haviam ganhado a liberdade ou sido transferidas para o Centro de Ressocialização de Itapetininga.

Campo dinâmico este das prisões que circulam. Na Penitenciária Feminina da Capital, cada vez menos se escutava português. Nos pavilhões, quando muito, as palavras eram proferidas com o esforço particular daqueles que se empenham em ser compreendidos. Falava-se inglês. Muitos ingleses mediados pelas interlocuções feitas a partir das multiplicidades possíveis das línguas. Falava-se castelhano. Muitos castelhanos enredados pelas complexidades fronteiriças das Américas do Sul. Afinal, na Penitenciária Feminina da Capital, as estrangeiras oriundas de países como Bolívia, Colômbia e Peru não eram todas equalizadas através do genérico termo “latinas”.

Como traduzir, portanto, para as muitas línguas faladas nos pátios da PFC o nome de Quitéria, de Pedro Paulo, de Lídia? Como tramar as “disciplinas” e os “procederes” do polissêmico Primeiro Comando da Capital? Certamente tramava-se, traduzia-se. Mas fato que eu me transferi com Lola, Lídia, Denise e Danielle para outra

prisão. Fato que transferências e liberdades me fizeram circular pelas ruas da cidade de São Paulo junto com aquelas que, agora, iam mensalmente à Defensoria Pública assinar a liberdade condicional. Deixei Quitéria e tantos outros nomes naquela que foi o ponto de partida destas histórias de prisões, de vínculos e desvínculos. Circulando com quem me levava a transitar, saí de Brians e entrei na Penitenciária Feminina de Santana construída logo ao lado da Feminina da Capital. No mesmo terreno, mesmo quarteirão. Tão distante, contudo, encontraria Lola entre os corredores em que “mulher de bandido” é, sim, “bandida” e onde Lídia não era mais a “disciplina do pavilhão”, mas só mais uma velha que, escondida, fumava um baseado nos cantos do pátio. Encontrei-a entre paredes construídas pelos concretos das torres por onde não andam guardas armados, mas por onde o PCC se faz na forma-prisão.⁴⁷

Cumprimentei o agente de segurança da primeira portaria: “pode entrar menina”. Não pediu que me identificasse, ao contrário. Veio logo me dizer que a cachorra havia morrido. Uma vira-latas velha e gorda que morava no pátio externo da prisão. Farejava os visitantes e às vezes até abanava o rabo. Costumava brincar com os cachorros dos moradores de rua que buscam guarida da chuva na ostentosa entrada da Penitenciária Feminina de Santana. Tinha pouco mais de dez anos e parecia estar cansada. Já não corria de um lado para o outro das dependências administrativas da penitenciária. Havia semanas em que eu a via sempre deitada, aproveitando a sombra dos portões da PFS. Por fim, tinha morrido. “Melhor assim”, respondi ao agente, “ela estava mesmo cansada”. O agente de segurança consentiu enquanto tomava café quente no copo plástico, “mas ela faz falta”, contestou.

Continuei o caminho pelo amplo corredor que liga a entrada da penitenciária à portaria de revista do edifício desenhado pelo arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo em 1911. No passeio entre as duas portarias é possível observar as marcas da história do prédio que até hoje é conhecido por funcionários do sistema penitenciário, assim como por quem ocupa, ocupou, visita ou visitou suas celas e pavilhões de Penitenciária do

⁴⁷ Falarei especificamente da trajetória de Lídia e Lola, assim como de outras personagens que compõe com elas uma complexa trama familiar, no quinto capítulo da tese. Além disso, as pontas soltas deste parágrafo, a relação (justaposição) entre PCC e gestão da forma-prisão, serão analisadas no quarto capítulo.

Estado. A falta de especificação de gênero no antigo nome da instituição revela que aquela era uma das mais importantes penitenciárias masculinas do Estado de São Paulo. Acompanhando o processo de interiorização das instituições prisionais masculinas a então Penitenciária do Estado deu lugar, em 2005, à Penitenciária Feminina de Santana que viria ser a maior penitenciária feminina da América Latina, com aproximadamente duas mil e quinhentas pessoas distribuídas em seis raios dos três pavilhões de moradia.

Naquele sábado, antes mesmo de chegar ao setor das revistas da PFS, percebi que o processo de entrada à prisão seria especialmente moroso. Estacionado no passeio externo, estava um ônibus branco escrito em vermelho: “Igreja Universal do Reino de Deus. Mutirão evangelizador”. Se costumeiramente os missionários das diversas igrejas evangélicas demoravam durante a revista devida grande quantidade de instrumentos musicais e pequenos púlpitos de madeira com que cada “evangelizador” pleiteava entrar na capela, nos pátios e corredores da penitenciária, o que esperar em um dia de “mutirão evangelizador”? Sentei em um dos bancos de cimento em frente ao guichê de atendimento aos visitantes e aguardei por pouco mais de uma hora até que todos os integrantes do mutirão tivessem entrado. A minha frente havia mais três voluntários da Igreja Batista, um senhor, sua esposa e seu filho que, juntos, faziam visitas às prisões femininas de São Paulo levando com eles um violão e músicas gospels. Como sempre, enquanto aguardávamos, trocamos algumas palavras que, simultaneamente, desviavam e tencionavam o tema pungente em nosso encontro: as religiões de cada um dos ocupantes da fila.

Minhas entradas pelos portões da Penitenciária Feminina de Santana, diferente de minhas caminhadas à Penitenciária Feminina da Capital, foram sempre perpassadas pelo fato de que ali eu era uma representante da Pastoral Carcerária cadastrada e portadora de documento emitido pela Secretaria de Administração Penitenciária que me identificava como “agente pastoral”. Por mais que tentasse desviar do tema, era a inscrição religiosa que me possibilitava atravessar as sequências de portarias até alcançar os pavilhões de convívio e moradia da prisão. A cédula de identificação de “agente pastoral”, assim como meu corpo e os materiais que eu carregava para minhas visitas semanais àquela unidade prisional eram, entretanto, polissêmicas. Diferente dos missionários das diversas igrejas evangélicas

e do pequeno grupo de espíritas kardecistas, os “agentes pastorais” não se apresentam ao guichê de entrada das prisões de modo uniformizado.

Para ser “agente pastoral” é necessário fazer um curso de dois dias nos quais são feitas leituras e debates de trechos da bíblia e esclarecimentos sobre a LEP – Lei de Execução Penal. O conteúdo e o cronograma do curso já ilustram demandas de atuação desses “agentes pastorais” que não são, obrigatoriamente, católicos. Demandas de atuação que por vezes são contraditórias entre si.⁴⁸ Dentre as agentes, que todos os sábados vão às visitas religiosas nas Penitenciárias Femininas de Santana e da Capital, estão mães, beatas, missionárias, senhoras moradoras de bairros da periferia que ingressaram na Pastoral devido à experiência passada de aprisionamento de filhos, filhas ou amigos. Também estão advogadas e advogados (aposentados e na ativa), ativistas de defesa dos direitos humanos, estudantes de direito, voluntários sem qualquer relação aparente direta com as prisões ou com a religião católica, estudantes de pós-graduação, como eu, que realizam pesquisa nas prisões, entre outros. Nenhuma dessas categorias, criadas por meio de primeiras impressões ou estatutos de atuação definem, entretanto, quem são as pessoas que se dispõem a visitar semanalmente prisões femininas, masculinas, centros hospitalares, de custódia e unidades prisionais para policiais. A tentativa de separar o curso em dois dias, um religioso e outro jurídico, assim como de especificar indivíduos “agentes pastorais”, nada mais é do que a tentativa de visibilizar linhas de uma complexa trama de relações estabelecidas entre religião, política, militância, pesquisa, voluntarismo, amizade, interlocução e biografia. Nenhuma dessas instâncias se faz mais ou menos forte na atuação da Pastoral Carcerária como “entidade social”. A tensão entre os fios e quais dentre eles se destacam é dada pelas relações interpessoais estabelecidas entre agentes e entre agentes e presas ou presos.⁴⁹

Era minha vez de entregar à revista os documentos e qualquer outra coisa com a qual intencionasse entrar na prisão. Do lado esquerdo do balcão deixei minha mochila que

⁴⁸ Uma das missionárias mais ativa da Pastoral Carcerária e da Pastoral da Mulher contou-me, por exemplo, que a Pastoral da Mulher comprava com o dinheiro vindo da arquidiocese, grandes montantes de camisinha para distribuir às trabalhadoras do sexo e moradoras das ruas do centro de São Paulo.

⁴⁹ Presas e presos, por vezes, tornam-se “agentes pastorais” ao preparar lista de inscritos para a missa, organizar dossiês com denúncias de abusos, torturas e insalubridade dos espaços físicos da prisão, por exemplo.

foi guardada junto a inúmeras outras no chão da sala das revistas. Do lado direito coloquei meu caderno, uma caneta bic transparente, minha carteirinha da pastoral carcerária e minha carteira nacional de habilitação. Tudo foi verificado pelos agentes de segurança sendo que caderno e caneta passaram, ainda, pela máquina de raios-x. Enquanto os objetos eram examinados, passei para o posto seguinte, local onde pegaria o caderno com pouquíssimas anotações: nomes e pavilhões, além da caneta transparente. Com posse de meus pertences, minha carteirinha e minha cédula de identidade, passei para a sala seguinte na qual seria eu a examinada.

A uma terceira agente de segurança entreguei a carteirinha da Pastoral Carcerária que a arquivou junto de um livro de capas pretas onde meu nome foi anotado abaixo da data daquele dia e ao lado do horário de minha entrada. Tirei brincos e anéis, os coloquei sobre o meu caderno de capas verdes no segundo balcão bem ao lado do detector de metais. Passei por ele que, por fim, não emitiu qualquer som, afinal, após tantas idas às prisões aprendi que, para não haver problemas na portaria de entrada, é necessário vestir-se com calças ou bermudas (abaixo do joelho) lisas, ou seja, sem botões ou zíper de metais que não sejam das cores bege ou amarela – cores das calças que, usadas junto às camisetas brancas, compõem o uniforme de identificação das pessoas em cumprimento de pena em regime fechado no estado de São Paulo.

Sem percalços na revista, recolhi minhas coisas no balcão e segui por um corredor estreito até a terceira portaria onde entregaria minha carteira de habilitação ao agente de segurança responsável pelo arquivamento de todos os documentos dos visitantes. Mais um portão foi aberto e, por fim, cheguei ao grande largo da antiga Penitenciária do Estado onde vivem patos e gansos que, tranquilamente, se refrescam numa pequena fonte de água – composição do cenário arquitetônico do edifício no qual estão registradas, bem no topo, as seguintes palavras: “Aqui o trabalho, a disciplina e a bondade resgatam a falta cometida e reconduzem o homem ao convívio social”.

Sob estes dizeres, neste mesmo pátio, meninas vestidas com calças beges ou amarelas e camisetas brancas passavam levando pesados carrinhos carregados com pás, materiais de jardinagem, de limpeza e lixo. Trabalhavam na manutenção da prisão. Alheias a todo o movimento estava, ainda, um grupo de voluntárias da Igreja Deus é Amor que,

reunidas em um círculo hermeticamente fechado, realizavam as orações para darem início aos trabalhos de evangelização daquele sábado. Minha caminhada até o portão térreo do prédio de entrada aos pavilhões passava por patos, gansos, evangelizadoras e meninas presas. Naquela penitenciária, como “agente pastoral”, diferente do que ocorria na PFC, não precisava apresentar-me às assistentes sociais e psicólogas no setor de reabilitação da instituição situado nos primeiros e segundos andares daquele prédio. Na Penitenciária Feminina de Santana, de porte de minha relação com a Pastoral Carcerária, segui o caminho para os raios, corredores e celas de convívio. Teria, entretanto, de passar ainda por outros muitos portões.

O edifício da Penitenciária do Estado foi construído de modo a distribuir paralelamente três pavilhões cortados por um amplo corredor central que os divide em seis raios. O trajeto pelo corredor implica, portanto, nas passagens pelos portões de acesso de todos os pavilhões da carceragem. Como naquele sábado iria para o terceiro prédio de moradia da prisão, teria de passar pelos portões de entrada e saída da enfermaria, entrada e saída dos primeiros e segundos pavilhões para enfim, chegar ao terceiro. Em cada uma dessas passagens teria de informar meu destino às agentes de segurança das “gaiolas” formadas pelas grades que interrompem a caminhada dos visitantes.

Passei pelas portarias da enfermaria e segui pela parte mais silenciosa do longo caminho de ligação entre todos os espaços internos da penitenciária. Nas paredes daquela passagem estavam banheiros, salas de depósitos ou outras de aspecto abandonado. Um corredor vazio se comparado aos demais nos quais, nas paredes, estavam as janelas de ligação entre os raios par e ímpar de cada pavilhão. Divertia-me quando, no caminho de um pavilhão para o outro, podia ouvir conversas, brigas e cobranças de dívidas.

Cheguei ao primeiro portão do primeiro pavilhão e apresentei-me à agente de segurança que o abriu e o fechou logo em seguida. Como de costume, velas acesas iluminavam a imagem da Santa Maria. A cena se repetia em todos os vãos de entrada dos pavilhões: duas agentes de segurança, uma em pé e de guarda para abrir e fechar os portões, a outra sentada atrás de uma mesa, responsável pelo livro de capas pretas recheadas com folhas pautadas nas quais entradas e saídas, assim como datas e horários, deviam ser anotadas em meio ao frenético trânsito de funcionários, visitantes, presas indo e vindo do

trabalho, da escola, do atendimento médico, psicológico... Bem acima da mesa, pregados na parede, um relógio de ponteiros e um altar com a imagem de Santa Maria e velas, sempre acesas. Após perguntarem para onde eu estava indo, abriram o segundo portão para que eu pudesse seguir até o hall do segundo pavilhão e fazer a mesma parada para só então seguir a caminhada que seria interrompida, ainda, pelos maços de cigarro arremessados de uma janela do raio par a outra do raio ímpar do pavilhão dois. Por fim, quase duas horas depois de ter sido informada da morte da cachorra vira-latas nos portões da Penitenciária Feminina de Santana, me posicionei na fila que formava diante da mesa da agente de segurança portadora do caderno preto do pavilhão três.

“Raio par ou raio ímpar?”, perguntou. “Raio par”, respondi apontando para os portões de grade à esquerda. “Nome?”; “Natália Corazza Padovani”. Anotou abaixo da data, ao lado da hora. Deixou-me entrar.

II. Das caminhadas do campo: relações em trama

Era o segundo dia que ia ao terceiro pavilhão, raio par da Penitenciária Feminina de Santana. Mesmo indo com a Pastoral, sempre que entrava ficava sozinha no raio. Quase sempre me via procurando algum rosto conhecido dentre os mais de dois mil e quinhentos que compõem a população total da PFS. No pátio, sentada no balanço preparado para as crianças que visitam as mães aos domingos, encontrei Elza, moradora de rua da região central da cidade de São Paulo a quem, recorrentemente, eu (re)encontrava nos corredores da antiga Penitenciária do Estado para onde/de onde a vi sair e entrar durante os anos em que atuei como voluntária da Pastoral Carcerária. Fui até ela e pedi para sentar-me no balanço ao lado. Outras meninas faziam as unhas sentadas no escorregador. Uma delas, negra com longos cabelos encaracolados e os olhos grandes bem pretos me olhou e disse: “você quer fazer as unhas? Quando quiser é só falar, chega mais cedo que a gente faz pra você. Obrigada por vir nos visitar. Sabemos que você não é irmã nem nada, mas já é nossa irmã.” Começamos a conversar, Juliana, Elza e eu. Logo, Juliana foi pegar creme para o cabelo. Como todos os sábados, era dia de salão.

Chamar alguém por “irmã” na Penitenciária Feminina de Santana pode significar dar a esta pessoa várias possíveis conotações. “Irmã” faz referencia às “agentes pastorais” e às pastoras ou visitantes das Igrejas Evangélicas que visitam as presas aos sábados. “Irmã” é também a presa que foi “batizada” pelo Primeiro Comando da Capital e que é, portanto, reconhecida como integrante (representante) do partido na unidade: a “disciplina”, por exemplo. Dizer saber que eu não sou “irmã, nem nada”, nesse registro, significava dizer que compreendiam que eu não partilhava dos mesmos códigos corporais e religiosos comumente compartilhados por beatas, freiras, pastoras, assim como, certamente, não compartilhava dos códigos das “irmãs do Comando”. Certamente porque na cena descrita acima, ninguém fazia menção a esta última conotação do uso do termo “irmã”, mas sim ao uso religioso. Afinal, eu era alguém que as visitava aos sábado, durante os trabalhos evangelizadores das “irmãs religiosas”. Não ser “irmã”, entretanto, implicava em um primeiro momento em ser “nem nada”. Saber que eu não sou irmã era o mesmo que não saber quem eu sou.

A relação se iniciava a partir deste vazio. Do hiato que se fazia pelo não ser, este breve momento em que impera a necessidade das apresentações que “identificam”⁵⁰. Apresento-me: “estudo antropologia na UNICAMP; pesquiso casos e casamentos, ou seja, relações amorosas, sexuais, afetivas hetero e ou homossexuais vividas através dos espaços das prisões femininas”. O hiato se desfazia e a antropologia, na maioria das vezes, “desaparecia”. Casos e casamentos passavam facilmente a ser pauta da conversa. Conversa que não terminava quando minha visita acabava, mas que era passada de uma para outra.

Fiquei assim uma manhã inteira conversando com Elza e Juliana sobre seus casos, sobre seus casamentos. Na visita do sábado seguinte, as meninas que pintavam as unhas sabiam que eu não era “irmã”, mas consideravam-me “irmã” para falar, fofocar, rir e pintar as unhas falando de casos, mais do que de casamentos, falando também de filhos, de mães, de pais, de parceiras de cela, de horóscopo, de Deus, de crime. Contando causos. Assim tramadas, as relações passavam a ser transversais e os substantivos com os quais me nomeavam, polissêmicos.

À “irmã”, nesse registro, estava sendo atribuído ainda outro sentido não relacionado à religião ou ao PCC, mas sim aos vínculos afetivos fomentados no espaço do pátio, do parquinho, do salão, da cela em meio a esmaltes, cremes e fofocas. “Irmã”, termo cunhado pelas relações familiares, tecia ali laços de conhecimento ou amizade. O uso feito por Juliana do termo “irmã”, pode ser pensado a partir da perspectiva de *relatedness* por meio da qual Janet Carsten (2004) propõe analisar relações produzidas por vínculos que extrapolam consanguinidade, linhagem e que, ainda assim, produzem redes de relações familiares.

Segundo Carsten, laços mantidos por entre os enredos da vida cotidiana produzem, socialmente, parentes. O título “irmã”, proferido nos pavilhões da Penitenciária Feminina de Santana, não passava naquele contexto pela produção de vínculos sociais de parentela, mas antes acionava a minha familiaridade com códigos cotidianos que produziam

⁵⁰ Uso o termo identificação aqui, tal como feito por Valentin Groebner (2007). O autor difere “identificação” de “identidade” por compreender que o primeiro revela que os sujeitos são classificados e reconhecidos a partir das relações, enquanto que o segundo parte da pressuposição do autorreconhecimento a qual, para o autor está equivocada, afinal, não somos nós que produzimos nossas identidades, mas as autoridades que definem e emitem os documentos de identificações. Para Groebner, portanto, identificação partilha de processos de diferenciação ao invés das produções de “identidades” autoatribuídas.

nossas ligações nas prisões. De mesmo modo, era o que fazia a agente de segurança Joaquina ao realizar sua sofisticada revista na última portaria da Penitenciária Feminina da Capital. Ela acionava a linguagem comum, acontecimentos comuns, amizades em comum e somente liberava minha entrada quando eu demonstrava familiaridade com todos os fatos e sujeitos sobre os quais ela dizia. Tanto Juliana como Joaquina, portanto, se não me colocavam no rol familiar, ao menos, me registravam como alguém relacionada a um rol de relações de confiança específico.

Especificidade essa atravessada por informações acerca de minhas relações anteriores – com quem eu já falei no campo, quem me conhece -, acerca de meus conhecimentos sobre códigos e dados da prisão e ainda, de meu endereço de moradia. Informação esta, que se mostrou primordial nas tessituras das relações em campo. Em Barcelona, por exemplo, em meio aos meus esforços em produzir uma rede de interlocutoras entre brasileiras presas na Catalunha, me contaram em tom jocoso que, durante uma conversa entre o grupo de egressas daquele sistema penitenciário, umas perguntavam às outras “quem afinal era eu”. Quando a resposta veio carregada pelas nomeações que me definiam como “pesquisadora da UNICAMP”, algumas disseram que não iriam conversar comigo porque eu deveriaser muito “patricinha”. Neste momento, as que já haviam me conhecido, conversado comigo e estabelecido uma forma de relação riram e contestaram, “ela é favelada igual que *nóis*! Mora na Vila Suíça. Em Santo André!”.

A partir desta informação, dos dados de meu endereço de moradia, foi que todas aceitaram falar comigo. Afinal, havia quem morasse em Diadema, em Mauá, em Sapopemba e em Cidade Tiradentes, cidades e bairros próximos à Vila Suíça⁵¹. Havia ainda, dentre todas elas, uma vizinha que conhecia meu esposo e que tinha estudado com ele na escola estadual da região. No que tange as relações cunhadas a partir das

⁵¹ Vila Suíça é o nome de um dos bairros de periferia mais antigos da cidade Santo André. Por ser antigo, ele nomeia, reconhecidamente, uma vasta quantidade de bairros que foram sendo estabelecidos em seu entorno. Este é o caso do bairro onde eu moro, chamado oficialmente de Condomínio Maracanã/ Jardim Carla, conhecido até meados da década de 2000 de favela Nova Maracanã. Um terreno da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (antigo CECAP) que começou a ser ocupado irregularmente há, aproximadamente, vinte e cinco anos. O bairro fica a cerca de quinze quilômetros de Sapopemba, e a vinte quilômetros de Cidade Tiradentes, bairros da Zona Leste de São Paulo. Vizinho das divisas das cidades de Santo André e Mauá, o bairro está trinta quilômetros de Diadema, cidades da região metropolitana de São Paulo.

penitenciárias de São Paulo, ou melhor, a partir da Penitenciária Feminina de Santana, havia quem me conhecesse desde um dos inúmeros salões de beleza do bairro ou quem já havia pegado “perua da Coop”⁵² em minha companhia. Mais do que isso, parte de minhas atribuições como agente pastoral na Penitenciária Feminina de Santana passava por levar recados de um vizinho meu que pedia para avisar ou perguntar à sua mãe, presa naquela unidade, sobre se ele iria ou não visitá-la no domingo, sobre que comidas ela queria que ele a levasse. De mesmo modo, eu saía da penitenciária levando bilhetes ou salmos que esta mesma mãe endereçava ao filho o qual, ao receber os papeizinhos de minhas mãos (ou das mãos de meu marido) perguntava-nos sobre o estado de saúde da senhora que respondia pena por matar o seu pai quando ele ainda era criança.

Como explicitado na introdução da tese, todas as interlocutoras da pesquisa feita em São Paulo estiveram, em algum momento, presas na Penitenciária Feminina da Capital. Não é o caso desta senhora, minha vizinha. Não posso, portanto, descrever mais detalhes acerca de suas relações familiares ou mesmo de seu processo criminal. Esta, dentre tantas outras, configura uma das muitas relações que extrapolaram as redes de interlocução formadas para a pesquisa de campo. O enfoque dado a ela, contudo, possibilita ilustrar sobre quais tessituras se fundamentavam os laços por meio dos quais a presente pesquisa era impressa em urdiduras que atravessavam celas, pavilhões, unidades prisionais e, claro, bairros.

Aquelas que aceitavam tomar parte do processo de pesquisa, contando-me acerca de seus casos e casamentos, assim faziam por confiarem, se não em mim, na trama relacional a mim agregada. Dito de outro modo, no que tange a produção desta pesquisa, as informações sobre redes de relações e endereços configuravam os dados por meio dos quais eu era posta na rede de relações de minhas interlocutoras. Redes de relações que faziam de mim uma “pessoa” (Strathern, 2010) confiável. Se não uma “irmã nem nada”, ao menos “irmã” para fofocar e pintar as unhas. Com base nas reflexões de Janet Carsten, é possível

⁵² Perua da Coop (ou do Nagumo) é um serviço prestado pelos supermercados da região, tal como a Coop – Cooperativa de Consumo. O serviço consiste em levar de van ou Kombi, pessoas com despesas que ultrapassam determinado valor às suas residências. Um serviço muito utilizado nos bairros da Vila Suíça em decorrência da ausência de transporte público que ligue as partes residenciais (construídas nas regiões mais altas dos morros) ao pequeno centro de consumo localizado na Vila Luzita (parte baixa ligada ao centro de Santo André por uma intensa rede de ônibus que passa pelo terminal da Vila Luzita).

dizer que as informações acerca das redes de relações e endereços, neste campo, configuravam as substâncias pelas quais os sujeitos eram postos em relação e se relacionavam. Dentre estas, eram os bairros de moradia pontos nevrálgicos por onde passavam as narrativas e, portanto, por onde as relações no campo prisional eram tramadas.

Como expus na introdução desta tese, autores como Vera Telles (2011) e Antônio Rafael Barbosa (2006) analisam trajetórias que lidam, cotidiana e simultaneamente, com mercados legais e ilegais nas periferias da grande São Paulo. Telles, mais especificamente, fala de trajetórias que descortinam uma “economia política dos ilegalismos” por meio de deslocamentos das “fronteiras do formal e do informal, do lícito e do ilícito”. Nesse registro, a autora expõe que etnografar as tênues tramas (i)legais termina por resultar na constatação descrita nos cadernos de campo de tantos pesquisadores preocupados em olhar para as periferias da cidade: “de que hoje é quase impossível encontrar uma família que não tenha contato e familiaridade, direta ou indireta (conhecidos, vizinhos, parentes) com a experiência do encarceramento” (Telles, 2011, p.166). É dessa familiaridade multifacetada que falam os termos “irmã” ou “favelada que nem que nós” quando dito no balanço do pátio da Penitenciária Feminina de Santana ou do “Kebab do indiano” das periferias de Barcelona. Da familiaridade com os códigos que atravessam muros das casas e das celas nos bairros e nas prisões de onde saem e para onde vão as interlocutoras desta pesquisa. Familiaridade com o movimento, a caminhada.

Caminhada, utilizado aqui tal qual o termo é utilizado no campo etnográfico, faz referência à “vida pregressa” (termo policial) “dos ladrões, dos bandidos”. Por caminhada, entende-se, ainda, o “caminhar” ou “correr junto” com alguém que está preso ou, dentro da prisão, no castigo. Dito de outro modo, “caminhar junto”, ajudar, levar comida, mandar cartas, visitar, conversar, acompanhar o companheiro, a companheira, a parceira de cela, a amiga, a namorada, a esposa durante a pena. Alguém que envia cartas, “jumbos”⁵³ ou faz visitas está “no pedal, no corre, pedalando, correndo junto”. “Caminhar junto” é ser os “pedals” uns dos outros.

⁵³ Jumbo é o nome dos pacotes enviados pelas famílias a presos e presas por *sedex* ou entregues pessoalmente nos portões das unidades. Os jumbos, normalmente, carregam comidas, materiais de higiene pessoal e roupas. Documentos e fotos, por exemplo, são enviados por cartas comuns.

Se caminhar é, portanto, estabelecer relações de ajudas mútuas, torna-se necessário conhecer a caminhada daquele com quem se almeja pedalar. Os múltiplos sentidos da palavra caminhada, o de “história pregressa” e o de vínculo, cria, assim, um nó semântico. Só é possível ser aliado daqueles de quem se tem confiança, com quem se tem expectativas de reciprocidade⁵⁴. A “caminhada”, assim como os documentos apresentados nas portarias de entrada, estabelece-se, dentro dos pavilhões, como instrumento de exame da “qualidade” dos sujeitos com os quais se pretende seguir no “movimento”, “na correria”, “na pedalada”.

Volto-me agora ao modo como Juliana termina por me localizar como “irmã” naquela manhã de sábado. Palavra polissêmica: não sou “irmã” nem nada, mas ainda assim tornei-me, circunstancialmente, “irmã”. Juliana convidou-me para fazer as unhas com elas e, logo depois agradeceu minha visita.

Juliana sabia que, para sentar-me nos balanços do parquinho e realizar a visita, tinha de me identificar por meio de cédulas e nome completo, informar meus destinos; atravessar portarias, corredores, grades para, enfim, permanecer duas ou mais horas dentre pavilhões de moradia, da escola, da capela, conversar/trocar/levar/trazer. Juliana sabia que iria me despedir; levantar-me das cadeirinhas, cangas ou balanços improvisados nos pátios de convivência; das “pedras”, ou “camas”, nas celas em que vivem duas ou três pessoas; das carteiras escolares alinhadas frente a frente para um bate-papo. Que iria me levantar e ir embora. Que atravessaria grades, corredores, portarias. Que iria me identificar pelas mesmas cédulas e nome completo. Juliana sabia também que eu voltaria dias depois para repetir o trajeto, ou melhor, “a visita”. Ela sabia que eu voltaria porque já haviam lhe contado que me conheciam, que passaram uma manhã conversando comigo, que me pediram que eu telefonasse para a mãe de uma e que assim o fiz, que eu era de um bairro específico de Santo André, que carregava comigo notícias de lá para cá. Juliana sabia que apesar de eu não responder às expectativas atribuídas a corporalidade das “irmãs” religiosas,

⁵⁴ Não pretendo, aqui, analisar o termo reciprocidade frente aos usos que dele tem sido feitos ao longo de toda história da antropologia desde a publicação do Ensaio Sobre a Dádiva de Marcel Mauss (2003 [1925]). O termo reciprocidade, entretanto, não foi posto no texto aleatoriamente. A manutenção das relações passa, seguramente, pela reciprocidade dos cuidados. Uma economia das relações. Falarei mais sobre essa questão ainda neste capítulo e ao longo de toda a tese.

evangelizadoras, eu era integrante da Pastoral Carcerária, uma organização civil que, desde 1986, além de prestar serviços religiosos, fiscaliza o funcionamento das penitenciárias de todo o Brasil (e de outros países, tal como Espanha) encaminhando “denúncias de violações de direitos, organizando movimentos, fazendo reivindicações” (Godói, 2010: 93)⁵⁵.

E por meio dessa tessitura de informações que Juliana tramou minha caminhada e me localizou como uma possível aliada, em suas palavras, “irmã”. A visita rastreada por uma história pregressa fez assim com que ela me posicionasse. O hiato por meio do qual eu considerava iniciar a nossa relação, portanto, não era um completo vazio. As informações dadas por mim na sequência de nossa conversa, “estudo antropologia na UNICAMP; pesquiso casos e casamentos”, preencheu sulcos dos conhecimentos capilares que, naquele parquinho, eram articuladas para formular redes estrategicamente fundamentadas aqui, principalmente pelo fato de eu ser visita. Mais ainda, uma visita especificada pelos documentos da Pastoral Carcerária, pela carteirinha da universidade, pelas autorizações de pesquisa assinadas pela juíza corregedora, pelo comprovante de residência. O trajeto de minha caminhada até a prisão, a sequência de documentos, registros e revistas pelos quais eu atravessava para acessar os pavilhões, me colocavam em um entrelaçamento institucional que as ofereciam acessos à comunicação entre “dentros” e “foras” das prisões.

A imagem de transitar por entre corredores de ligação dos pavilhões e raios para enfim acessar o pátio de convívio, portanto, coaduna com as reflexões feitas por Rafael Godói (2010) acerca de pessoas e dispositivos produtores de “vasos comunicantes” que atravessam as rachaduras dos muros prisionais e possibilitam a relação, ainda que truncada, das meninas sentadas nos balanços do parquinho no pátio da Penitenciária Feminina de Santana, por exemplo, com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com a loja de cosméticos do bairro em que elas moravam, com o abrigo, ou casa da vizinha, ou da mãe onde estão seus filhos, dentre outros espaços de socialidade que comunicam prisão,

⁵⁵ A Pastoral Carcerária ocupa, desde 2005, uma das vagas do Conselho da Comunidade que atua junto aos Conselhos Penitenciário de São Paulo e do Nacional de Política Criminal e Penitenciária por meio das seguintes atribuições: “visitar, pelo menos, mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na Comarca; entrevistar presos; apresentar relatórios ao Conselho Penitenciário e relatórios mensais, com a especificação das contas, ao Juiz da Execução; e, diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou ao internado, em harmonia com a direção do estabelecimento” (Trecho da Cartilha do Conselho da Comunidade produzido pelo Ministério da Justiça, 2008, p. 19).

bairro, ruas, arredores, instituições. Espaços de que comunicam “prisão e mundão”. Em sua dissertação, Godói enfoca a análise nos agentes e processos que não estão dentro ou fora das instituições prisionais, mas que entram e saem delas, tais como jumbos, cartas, funcionários, presos em saídas temporárias, familiares, advogados, enfim, todos e tudo aquilo que efetiva comunicabilidade entre as prisões e espaços fora delas e que, por meio desta comunicabilidade, produzem práticas e discursos que configuram as cognições da instituição prisional (Godói, 2010: 100).

Na roda de conversa, em meio a esmaltes e cremes de cabelo, Juliana me articulava como agente operador desses vasos comunicantes de que fala Godói. Aí o teor estratégico das relações tramadas a partir do termo “irmã”. Eu, como tantos outros, entrava e saía da prisão, tinha acesso às publicações dos movimentos nos processos de execução criminal publicados no site do tribunal de justiça de São Paulo, ou ao acionamento de redes que passavam não só por bairros e familiares, mas também por organizações de defesa de direitos humanos, universidade, consulados, fóruns. Eu entrava e saía da prisão carregada de informações que poderiam ser, por elas, agenciadas⁵⁶. Tornava-me um vaso comunicante e passava a ocupar o lugar de agente articulador destes entres e saís.

Posto nos “entras e saís” das prisões, a imagem de vasos comunicantes, relaciona-se a de agente articulador assinalada por Strathern (2010) em sua elaborada descrição das relações de gênero na Melanésia. Para a autora, agentes articuladores são aqueles que agem por causa das justaposições de relações. Ou seja, que carregam em suas ações outros sujeitos. Sujeitos que, no argumento de Strathern, se tornam “pessoas” por meio das relações que ocasionam a ação daquele que ocupa a vez de agente articulador. Em suas palavras, agente é quem “a partir de seu próprio ponto de vista, age tendo em mente um outrem. Um agente surge como ponto de inflexão de relações” (Strathern, 2010, p.399).

Na prática cotidiana desta pesquisa, agir era necessariamente articular relações, linguagens e códigos desde pátios, bairros, celas, portarias, fóruns, pastorais e universidades. Quer dizer, a prática cotidiana implicava em articular fios que tramavam pontos de inflexão das relações. Identificação da universidade, carteirinha da pastoral

⁵⁶ Ao longo da próxima parte a articulação dessas redes e informações ficará mais clara.

carcerária, autorizações para pesquisa e, principalmente, o histórico das relações tecidas ao longo dos anos de trabalho de campo faziam de mim, se não uma justaposição de registros documentais e relacionais, antes um nó produzido pela costura dos mesmos. Uma pessoa de confiança.

É deste nó que falava Juliana, no balanço do pátio fazendo as unhas, de que falava o agente de segurança da portaria ao me dar a notícia da morte da vira-lata e também de que tratava Joaninha, na guarita da Penitenciária Feminina da Capital, ao entregar-me filipetas de Santo Expedito. Cada um, a seu modo, procurava me posicionar a partir das informações sobre minhas caminhadas até a prisão. Nesse sentido, caminhadas compõem-se em trajetórias nodulares, ou seja, percursos sistematicamente interrompidos pelas demandas de exame, ou melhor, pelos processos de revista.

O nó que me posicionava na trama das relações nas penitenciárias era, como não poderia deixar de ser, constante e circunstancialmente tensionado. Nada que, todavia, seja privilégio da antropóloga. Ao contrário, o processo de produção de entrelaçamentos que posicionam pessoas em determinados registros relacionais, amigos/inimigos, é o que move práticas e discursos produtores das instituições penitenciárias e que, por isso mesmo, depende das revistas minuciosas de todos os agentes articuladores dos trânsitos que colocam em contato dentro/fora dos muros. Ser um vaso comunicante é estar em constante posição de revista.

Mas, como elucidam os trabalhos de Antonio Rafael Barbosa (2006) e Vera Telles (2011), as prisões possibilitam tráfego de informações e a constituição de redes de relações, fofocas e controles que as atravessam chegando, inclusive, aos bairros. A circulação de pessoas entre as unidades penitenciárias abre caminho para o estabelecimento de múltiplas redes. Ou, nas palavras de Antonio Rafael, “a prisão não é apenas um lugar de onde os que estão ali tentam sair a qualquer preço; ela mesma opera, enquanto instituição, sobre linhas de fuga” (2005: 37), nesse sentido, por mais que uns estejam em posições mais privilegiadas de trânsito do que outros, no limite, todos os sujeitos articulados pela prisão estão em constante trânsito: todos são vasos comunicantes. E, em movimento, todos são suspeitos e revistados por todos. A caminhada é sempre tensa.

II.i. Fazer família: das substâncias dos corpos (in)dignos

Pela primeira vez ia entrar em uma prisão brasileira⁵⁷ pela fila da visita familiar. A espanhola Marta Tellez havia sido transferida da Penitenciária Feminina da Capital para o Centro de Progressão de Pena do Butantã. Com pouco mais de quarenta anos de idade e cumprindo a sua terceira prisão em distintos países, Marta iniciava o cumprimento de sua sentença no Brasil em regime semiaberto. Eu retornava de uma viagem a Madri durante a qual conheci sua irmã e seu cunhado. Marta queria saber de sua família, de sua casa. Eu queria saber de Marta. Combinamos por cartas que ela me colocaria em seu rol de visitas familiares, só assim poderia ir visitá-la no Butantã já que meus registros, tanto como pesquisadora quanto como agente pastoral, limitavam minhas entradas às Penitenciárias Femininas da Capital e de Santana. Assim foi. Após um mês da transferência de Marta, pude enfim visitá-la tendo em mãos minha cédula de identidade nacional (original e xérox), comprovantes de residência e de antecedentes criminais. Munida destes papéis e de dois *tupperwares* transparentes recheados com as saladas e frutas frescas que Marta me pedira, peguei a estrada em direção à Rodovia Raposo Tavares, quilômetro 19,5.

Em Butantã, os portões principais estavam abertos. Teria de passar pelos guichês para entregar meus documentos e depois passar pela revista.

O domingo já havia amanhecido quente e o sol ardia aos que, como eu, esperavam para entrar na penitenciária às nove horas da manhã. A fila não estava grande. Diferente do que costumeiramente via ocorrer nas penitenciárias masculinas ou, ainda, na Penitenciária Feminina de Santana, onde familiares começam a acampar na entrada desde quinta feira para guardar bons lugares na fila e assim terem mais tempo de visita aos domingos com filhas, esposas, maridos, mães, pais,⁵⁸ em Butantã as pessoas chegavam aos poucos e vagarosamente. Conheciam-se, mas não se falavam muito. Todos levavam sacolas transparentes parecidas com aquelas que armazenam edredons a venda nos mercados. Só eu levava apenas os dois *tupperwares*. Na minha frente, uma senhora carregava em uma mão a sacola com potes contendo macarrão, frango frito, frutas, almôndegas e na outra, um

⁵⁷ Após ir à Brians com Padre Jesus, fui colocada no rol de visitas de algumas meninas presas em *primero grado* naquela prisão. Parte do campo em Barcelona foi feito por meio das visitas a elas.

⁵⁸ Sobre visitas em penitenciárias, especificamente em masculinas, sugiro ver as descrições etnográficas e análises primorosas de Karina Biondi, 2009.

menino de aproximadamente dois anos. Chegamos ao primeiro guichê onde entreguei a papelada necessária para me afirmar no rol das visitas de Marta. A agente de segurança que recolheu os documentos informou-me que poderia entrar naquele dia, porém, para as próximas vezes teria de aguardar a confirmação de autorização da minha entrada pela direção da unidade que iria, caso minhas visitas fossem deferidas, produzir uma carteirinha com a qual eu deveria apresentar-me aos domingos naquele mesmo guichê, carteirinha que a senhora da minha frente e o senhor logo atrás de mim já a entregavam.

Passamos pelo vão de uma porta onde havia só o batente. Na sala seguinte havia uma esteira de raios-x e um detector de metais. Entregamos as sacolas e os potes a uma das agentes de segurança responsáveis pela revista daquele dia. Ela os abria e revistava toda a comida. Depois era a nossa vez. A mesma agente de segurança nos encaminhava, um por um, aos vestiários que ficavam atrás do balcão e da esteira de raios-x. Homens para um lado, mulheres para outro. Naquele ponto, como já sabíamos que teríamos de fazer, tiramos todas as peças de nossas roupas. A senhora que continuava segurando o menino, também tirou as roupas e a fralda dele. Nuas, entregamos nossas roupas à agente de segurança que iria revistá-las, enquanto isso, individualmente, cada uma entrou em uma das pequenas cabines de alvenaria fechadas com cortinas verdes escuras. A mesma cor do uniforme das presas em regime semiaberto no estado de São Paulo.

No chão, o espelhinho sem moldura e com manchas de oxidação. A agente de segurança que havia ficado com minhas roupas afastou a cortina e entrou na cabine. Pediu que eu ficasse de frente e levantasse os braços, depois de costas. Por fim, pediu-me que agachasse sobre o espelho e abrisse as pernas o máximo possível. “Agora tosse!”; eu tossi; “mais uma vez”; tossi; “de novo”; tossi. Ela entortou a cabeça como se procurasse alguma coisa ainda mais dentro de mim e pediu que todo o processo recomeçasse. Repeti, agachei e tossi mais três vezes sobre o espelho enquanto segurava minhas pernas e meu corpo totalmente abertos. Ela enfim ficou satisfeita. Disse que poderia me vestir enquanto entregava minhas roupas. Vesti-me. Quando saí da cabine para buscar as saladas e as frutas prometidas a Marta, a agente de segurança para quem eu havia entregado os documentos no primeiro guichê me abordou: “acho que eu te conheço”; “pode ser”, respondi; “você já fez visita aqui?”; “não, é a primeira vez”; “mas você já fez visita em outras unidades. Você não

é da Pastoral Carcerária?”; “sim, sou”; “olha só, hoje você pode entrar, mas depois vai ter de decidir. Ou é família, ou é pastoral. As duas coisas não pode!”; assenti e agradei. Fui em direção ao pátio onde Marta me esperava.

Mariza Peirano (2011) alerta para o fato de serem os documentos objetos indispensáveis. Afinal, como atestar quem somos sem estarmos de porte de provas materiais que demonstrem que somos, realmente, quem dizemos ser? Provas cabais carregam carimbos e assinaturas específicas. No dia de minha visita familiar à Marta eu portava um documento nacional de identificação emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e dois comprovantes: um atestava que eu possuía residência fixa e contas pagas em meu nome, outro atestava a ausência de antecedentes criminais. Estes mesmos documentos já haviam sido entregues por mim à Pastoral Carcerária para o processo de emissão da minha carteirinha de voluntária nas penitenciárias femininas da Capital e de Santana. Cédula que, por sua vez, vinha não mais com a assinatura e os timbres da Secretaria de Segurança Pública, mas sim com a assinatura e os carimbos da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo as quais também marcavam as carteirinhas que a senhora à minha frente e o senhor atrás de mim, na fila da visita familiar da Penitenciária Feminina do Butantã, levavam.

Carteirinha da Pastoral e carteirinha de visita familiar podiam depender dos mesmos papéis para serem emitidas, mas agregavam outros registros em seus usos (Ferreira, 2013). Enquanto a carteirinha da Pastoral identificava voluntárias e prestadoras de “serviços religiosos e/ou humanitários” (tal como especificado no verso da cédula), a carteirinha de visitas familiares identificava aqueles que possuíam vínculos com uma pessoa em cumprimento de pena na instituição penitenciária que pleiteava visitar. As identificações diferenciadas pelos tipos de usos a serem feitos dos mesmos papéis – carteira nacional de identidade, comprovante de endereço, atestado de antecedentes criminais -, implicavam em processos de revista diferenciados na portaria de entrada da penitenciária.

Como descrito no capítulo anterior, os processos de revista nas visitas feitas às unidades prisionais em porte das carteirinhas da pastoral ou da universidade (esta sempre acompanhada dos comprovantes de autorização para realização da pesquisa assinados pelo

secretário de administração penitenciária e pela juíza corregedora) carregavam, entre si, gradações de intensidade acerca do que seria vasculhado. Como pesquisadora, meus documentos eram registrados em meio às páginas do livro preto, meus pertences retirados da mochila e rapidamente examinados enquanto que meu corpo atravessava um detector de metais desligado. A revista, de outro modo, era feita pelo que a agente penitenciária Joaquina me inquiria no portão de acesso ao pátio externo dos pavilhões de moradia da Penitenciária Feminina da Capital, já que os “cafofos” permaneciam espaços a mim interditados quando as visitas eram feitas por meio dos documentos universitários e de pesquisa.

Atravessar os portões das prisões portando a carteirinha da Pastoral Carcerária em São Paulo por outro lado, significava ter cadernos lidos, objetos radiografados e o corpo submetido ao detector de metais ligado e em pleno funcionamento. Roupas, tamanhos de brincos, anéis também eram fiscalizados chegando a serem, por vezes, objetos interditados de entrarem. Como na portaria de Brians, em Barcelona, o corpo passava pela revista por meio de procedimentos outros que não a revista íntima. De mesmo modo, os acessos aos espaços da prisão se diferenciavam. Ser voluntária, ou agente pastoral, significava caminhar mais livremente por pavilhões de moradia que pelos edifícios administrativos ou pelas salas de aula das unidades, espaços por mim acessados mais tranquilamente quando a entrada se dava por meio dos materiais da “investigação acadêmica”.

Em porte da carteirinha, ou do nome no rol de visita familiar na Penitenciária Feminina do Butantã, a revista abarcava outras técnicas de exame. Os mesmos papéis eram entregues sob a égide das mesmas assinaturas e carimbos, mas não só eles e os objetos eram revistados. De fato, estes eram, naquela ocasião, minuciosamente vasculhados. *Tupperwares* eram abertos e as comidas que armazenavam, remexidas. Bolsos das calças, roupas eram amassadas e reviradas. Tudo era radiografado e, por fim, os corpos não passavam somente por maquinários que detectavam metais ou por interditos específicos. Mas eram despídos, escancarados e apreciados seguindo uma ritualística de movimentos. Abres e feches de braços, peitos, pernas, vaginas, anus, pênis. Tosses e secreções dos corpos postos sobre o espelho roto eram examinadas diante dos olhos apalpadores das agentes de segurança que, ao final, trabalhavam com o objetivo de “qualificar, medir,

avaliar” (Foucault, 1979: 135) e por fim, distribuir os sujeitos aos espaços dos pavilhões de moradia da prisão segundo resultado dos exames feitos em cada orifício dos corpos nus agachados sobre o espelho. A recusa ou a dificuldade em passar pelos processos de revista (pessoas com dores nas costas e com limitações para fazer os agachamentos, por exemplo) implicava na interdição total da entrada à prisão.

A distinção nos processos de revista e nos usos feitos dos mesmos papéis decorre da qualificação dos sujeitos feita por meio das gradações dos vínculos mantidos com quem está dentro da prisão, mais do que pelos acessos a seus espaços. Como voluntária ou agente pastoral, os acessos às celas, pavilhões, corredores são mais amplos do que como visita familiar, pois reza a boa etiqueta da cadeia, o “proceder”, que visitas familiares fiquem restritas a conversar e se relacionar com aqueles que os colocaram no rol. Como visita familiar à Marta, portanto, eu estava restrita aos espaços a que ela poderia me levar, às conversas a que ela poderia/queria oferecer. Como agente pastoral, por outro lado, eu poderia acessar múltiplos corredores, pátios e “cafofos” e conversar com várias pessoas no intervalo de duas ou mais horas passados por entre os pavilhões de moradia das penitenciárias.

Os argumentos lançados pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, de serem as revistas íntimas a que familiares estão submetidos nos portões de entrada das prisões, procedimentos que respondem à “manutenção da segurança” ou à tentativa de interdição da entrada de objetos proibidos dentro (e fora) das prisões – tais como armas, telefones celulares, cocaína e maconha – são, portanto, desvelados pelo simples fato de serem familiares, os únicos visitantes a passarem por esse tipo de revista.

Segundo dados publicados no boletim produzido pela Rede Justiça Criminal em 2014,⁵⁹ dentre 270.871 visitantes familiares de nove prisões nas quais estava incluído o Centro de Progressão Penitenciária do Butantã, foram registrados somente oitenta e oito casos de tentativas de entradas nas prisões portando aparelhos celulares (quarenta e três) ou

⁵⁹ Rede Justiça Criminal é um coletivo de organizações que defendem uma “justiça criminal mais justa” e “questionam as práticas de encarceramento em massa”. A rede é composta pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Instituto Sou da Paz, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Associação pela Reforma Prisional, Justiça Global Brasil, Conectas Direitos Humanos, Instituto dos Defensores dos Direitos Humanos e pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP. Ver: <http://redejusticacriminal.org/>

drogas (quarenta e cinco). Este número representa 0,034 % do total de visitantes considerado para a realização da pesquisa. Segundo o relatório, não houve registros de tentativas de entrada nas prisões com armas e menos registros de que drogas e celulares estivessem encaixados nas vaginas e ânus dos visitantes do que em roupas e comidas. Neste mesmo boletim, a Rede Justiça Criminal argumenta que outros visitantes, tais como advogados, voluntários e tantos outros não passam pelos procedimentos de revista íntima, dado que expõe a pressuposição fundamental das revistas: a de serem os familiares dos detentos sozinhos, responsáveis por levar armas, drogas e celulares para as prisões (Rede Justiça Criminal, 2014: 3). Pressuposição insustentável frente ao fato de serem as apreensões de drogas e celulares dentro das unidades prisionais pesquisadas, quatro vezes maiores que as apreensões feitas entre visitantes familiares de presos⁶⁰.

As diferentes técnicas de revistas a que meu corpo foi submetido nas várias formas pelas quais eu entrei no campo, portanto, respondem aos múltiplos posicionamentos de reconhecimento acionados por documentos que, em cada situação específica, colocavam em relevo uma gradação particular da minha relação com as pessoas detidas nas prisões. Tomada por antropóloga, detentora de algum tipo de conhecimento, a revista passava pelas ritualísticas de perguntas (ver capítulo I) tais como, “qual é mesmo seu nome?”, “conheces tal pessoa?”, “sabes de que eu falo?”. Questões que pretendiam colocar em jogo a troca de informações e que desafiavam a produção do saber pelo sujeito externo à instituição o qual carregava, na mochila, assinaturas e carimbos de gente tão importante como a Juíza Corregedora. De outro modo se dava a revista nos guichês de entrada como agente pastoral. Nestes, havia maior controle dos objetos com os quais eu pleiteava entrar, maior controle

⁶⁰ Está em tramitação o projeto de lei que acrescenta artigos à LEP (Lei de Execução Penal) para impedir as revistas vexatórias em todos os estabelecimentos penitenciários brasileiros. Ver: PLS nº 480 de 2013, autora Ana Rita. http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=115328
Em São Paulo, em 12 de agosto de 2014 foi sancionada a lei 15. 552 que proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais (Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2014/lei-15552-12.08.2014.html>). A revista vexatória, contudo continua sendo aplicada aos visitantes de estabelecimentos prisionais paulistas até o momento da escrita desta nota, maio de 2015. Tal informação decorre de conversas recentes com interlocutoras desta pesquisa que, em cumprimento de liberdade condicional seguem visitando suas mães e seus maridos em unidades prisionais paulistas. Sobre este dado, sugiro ver também: “Apesar de proibida, revista vexatória continua ocorrendo nos presídios paulistas”, in: Rede Brasil Atual, 26 de março de 2015. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/03/apesar-de-proibida-revista-vexatoria-continua-pratica-comum-nos-presidios-paulistas-1235.html>

das minhas roupas e acessórios. Afinal, o que se punha agregado à carteirinha da Pastoral Carcerária eram as revistas de minhas relações como “defensora dos direitos humanos” das presas. Relação que não me equalizava a quem cumpria pena, mas que me colocava em antagonismo ao trabalho dos agentes de segurança que asseguravam o encarceramento. A revista não era necessariamente rígida, mas antes tensionada pelo fato de serem agentes de segurança e agentes pastorais pontos divergentes de um mesmo processo de produção das práticas prisionais (Godoi, 2010).

Como visita familiar, contudo, o antagonismo era produzido pela radicalização da diferença que atravessava as relações estabelecidas entre funcionários prisionais e presos nestas instituições. Entrar em uma penitenciária por meio do rol de visitas familiares significava carregar no corpo um vínculo de comprometimento com aqueles que esperam no pátio, para os quais se levam as comidas, com quem são trocadas cartas e afetos. Ser mãe, avó, esposo, pai, irmã, amiga significa aqui, ser a extensão do corpo condenado e não alguém que o defende, como um advogado, ou alguém que o investiga, como o antropólogo. Ser família é estar em posição de justaposição ao preso na relação com os funcionários da prisão. É eclipsá-lo e, portanto, fazê-lo presente (Strathern, 2010) no cubículo da revista íntima.

Naquele domingo, a vagina que abaixava sobre o espelho era a vagina de uma amiga de Marta, espanhola condenada por tráfico internacional de drogas. Não era minha vagina que estava exposta, antes era a de um corpo produzido pela relação estabelecida entre Marta e eu. Uma relação específica não atravessada pelos documentos que nos identificavam como voluntária ou pesquisadora e presa ou sujeito de investigação. Ali, os mesmos documentos nos entrelaçavam, faziam de nós “irmãs”, “família”.

Aos domingos, as filas das visitas que são montadas diante das penitenciárias femininas (e arrisco dizer, masculinas) de São Paulo, abarcam expressões, palavras e todo um idioma produzido sob a égide de relações familiares que não são completamente dependentes de certidões que comprovem “graus de parentesco”.⁶¹ As filas das visitas

⁶¹ No Capítulo I, Artigo 22, Parágrafo IV do Regimento Interno Padrão das instituições penitenciárias de São Paulo conta: “receber visitas do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos e outras comuns de ambos os sexos, com estrita observância às disposições deste Regimento” (SAP, 2010). Este trecho explicita uma constante nos manuais que regulam as rotinas prisionais, a de que a despeito de haver um regimento padrão

montadas aos domingos em frente aos portões de entrada das penitenciárias femininas a que visitei como antropóloga, voluntária e “família”⁶², são compostas por sujeitos identificados não só pelas carteirinhas de visitantes, mas pelos sacos contendo roupas, pelos potes que guardam comidas, pelos corpos que esperam a hora de tirar as roupas. São estes – corpos, potes, sacos e carteirinhas – substâncias que, tramadas, produzem redes de familiaridades.

A cena e a rotina da revista projetada aos corpos dos “visitantes comuns” – como são classificados nas letras do Regimento Interno Padrão dos Estabelecimentos Prisionais do Estado de São Paulo aqueles que diariamente são chamados por funcionários/as e presas/os de “visitas familiares” – enfoca o exame dos orifícios, dos buracos e das dobraduras dos sujeitos revistados em seus fluídos, suas tosses, suas secreções. Em nenhum outro procedimento de revista os corpos são tão requisitados. Pode-se dizer que, nas revistas feitas em voluntários e pesquisadores, são demandados registros de papéis que lastreiem as relações institucionais e pessoais daqueles: se filiados à Pastoral Carcerária ou a outras organizações religiosas e de defesa de Direitos Humanos; se autorizada pela juíza corregedora e pelos demais superiores a fazer a pesquisa. Pode-se dizer que estas revistas passam por outras formas de controle e de informações que, todavia, não acionam de modo tão radical o corpo como objeto de investigação.

Em análise sobre os usos táticos do corpo nas disputas políticas travadas entre presos políticos e agentes da instituição penitenciária da Irlanda do Norte na década de 1970, Feldman (1991) argumenta que no espelho utilizado para o exame retal, aplicado aí aos condenados e não a seus familiares, o que se faz ver é o efeito ritual de reorganização

para todas as unidades, na prática, existem precedentes para que autorizações dependam das diretrizes e interpretações de cada diretoria de cada unidade penitenciária específica. Durante as visitas feitas à Penitenciária Feminina de Santana junto à Pastoral Carcerária, não era incomum que reclamações acerca das interdições de visitas chegassem a nós. Em algumas dessas ocasiões, a reclamação passava pelo fato de esposa e marido estarem presos, sendo que apenas um dos dois cônjuges tinha mãe ou pai vivo (na maior parte das vezes, mãe) e que esta havia se responsabilizado em levar os filhos do casal para visitá-los nas prisões. A interdição da visita em algumas unidades, majoritariamente masculinas, ocorria em decorrência do responsável pelo menor visitante não ser parente do preso, fato que impedia a visita dos filhos destes ao longo de toda pena. Por meio de interdições e deferimentos pouco padronizados, regula-se exercícios de paternidade (mais que de maternidade) nas penitenciárias. Falei mais sobre certidões e documentos que comprovem graus de parentesco e visitas na segunda parte da tese. Para Regimento Interno Padrão das Unidades Penitenciárias do Estado de São Paulo, ver http://www.sifuspesp.org.br/files/u1/ovo_Regimento_interno_nas_unidades_prisonais.pdf.

⁶² Visitei também como família o Centro de Ressocialização de Itapetininga.

das hierarquias de força nas quais estão postos quem observa e quem é observado. Segundo este autor, o espelho de inspeção retal é o objeto que teatraliza a centralidade da observação recaída a determinados corpos (e de que modo) na organização prisional. Por meio desta inscrição, Feldman não pretende elucidar posicionamentos de opressão/dominação, antes o autor procura ilustrar que os feixes incididos sobre o espelho refletem as cadeias relacionais que produzem tanto os corpos nus dos prisioneiros quanto os corpos uniformizados dos guardas. Ambos resultantes dos efeitos acumulativos de trocas entre forças a eles aplicadas. Em sua análise o corpo é, portanto, um ponto de transações nas quais estão incluídas as estabelecidas entre os dois sujeitos refletidos no espelho durante o processo de exame retal. Assim são os corpos expostos no cubículo da revista íntima da Penitenciária Feminina do Butantã. O espelho que reflete ânus, vaginas e pênis, também refrate os olhos atentos do observador. São estes os corpos das relações que transformam “visitas comuns” em “visitas familiares”. Nós transacionais solicitados diversamente pelos rituais de exame que produzem e organizam a prática prisional.

Documentos e comprovantes encaminhados ao guichê de entrada aos domingos, assim, visibilizam informações distintas daquelas que os mesmos papéis fazem ver em outros guichês e outros dias de visita. Comidas, roupas, cartas, dinheiro enviados para as prisões, nesse registro, fazem as vezes das substâncias que fluem por meio das relações e que, portanto, transformam visitas em familiares. Produzem toda uma gramática familiar que reconhece “irmãs”, “primos”, “cunhadas”, “maridos” e “esposas” na caminhada da pena. Neste processo de fazer família importa o modo como as trocas de substâncias organizam sujeitos em aliados e inimigos tornando-os “irmãosde caminhada”, “amores da vida”, “maridos”, “esposas” e, principalmente, “pessoas”.

É desse processo de personificação dos sujeitos de que falam as histórias que entrelaçam substâncias e relações, que organizam os sujeitos, por meio da gramática cotidiana que aciona um idioma familiar e que reconhece aliados e inimigos, “pessoas” e “vermes”. Narrativas que, de outro modo, aparelham o cotidiano das penitenciárias de São Paulo, suas práticas ordinárias e seus processos de revista.

Teve um companheiro que o cachorro mordeu o testículo dele e saiu arrancando... Cena horrorizante. Maior cena horrorizante mesmo. Veio um PM e executou ele. Eu chorava, em pânico. Eu só pensava, vai chegar a minha vez, agora vai ser eu (...). A cena era horrorizante. Começamos a lavar o pavilhão, puxando com rodo aquele monte de sangue. Pedaco de carne, pedaco de companheiro seu, pedaco de ser humano ali no meio da água misturada com sangue, sangue de vários homens. Vários companheiros se infectaram com doenças, tava todo mundo nu. Você imagina? Os caras encapuzados e você indefeso, nu como veio ao mundo? (Zeni & Du rap, 2002:18).

Nem consigo te dizer o que foi. Passar o dia do lado de fora sem saber se teu marido tá vivo, tá morto. A gente não era mais os mesmos depois daquele dia. Meu marido saiu em liberdade, mas você sabe que ele caiu doente e morreu no hospital. Ele ficou doente, não aguentou ver tanto sangue dos companheiros que ele viu escorrer no inferno. Ele não morreu no dia dois de outubro, mas eu sou uma viúva do Carandiru. Ele morreu no massacre! (Caderno de campo – narrativa de Lúcia sobre o Massacre do Carandiru).

Desembarcar pelas catracas da estação de metrô Carandiru, caminhar pelas alamedas do Parque da Juventude. Visitar as penitenciárias paulistas implica na escuta de narrativas sobre acontecimentos na Casa de Detenção no dia dois de outubro de 1992. Dia do Massacre do Carandiru. Narrativas que soam como ecos, vêm contaminadas pelos silêncios, pelo indizível (Das, 1999), pelos fantasmas que testemunham acerca da vida e passam a fazer parte de sua produção (Cho, 2008). Como descrever, afinal, a morte de todos os que ocupavam as celas do primeiro andar e de pelo menos sessenta por cento dos presos do segundo andar do pavilhão nove daquela prisão? Como falar sobre a estratégia possível de fazer-se de morto arrastando outros corpos para cima de si e tornar-se, assim, invisível aos olhos de quem carregava fuzis e cachorros excitados pelo cheiro de sangue? Como falar da nudez perante o aparamento e as vestimentas de proteção dos policiais da Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar)? Por fim, fala-se.

Os trechos elegidos para serem expostos acima abordam o acontecimento por meio de narrativas fragmentadas, não lineares, mas compostas como mosaicos montados a partir de peças quebradas (Leite, 2005). Forma sob a qual se faz possível falar o inexprimível. Fragmentos, contudo, se colam pela substância que permanentemente escorre, coagula e mistura as narrativas. Sangue que não se sabe de quem é. Sangue pelo

qual o marido caiu doente. Sangue que fez “viúvas do Carandiru”. Se os ditos do massacre se montam pelas quebras do indizível, o sangue permanece em relevo nas costuras narrativas possíveis e cotidianas sobre o acontecimento. Relevo sublevado pela morte.

É da morte que falam as narrativas do massacre. É do luto que trata os silêncios. Luto compartilhado pelos sujeitos da violência policial. Companheiros de cela, pavilhão, prisão. Suas mães, esposas. Luto compartilhado por aqueles que, em alguma medida, passam a se reconhecer (Butler, 2010a) pela dor da violência empreendida por agentes policiais, representantes do Estado. A violência do massacre, se contada por quebras, produziu, todavia, outras linearidades idiomáticas.

Karina Biondi (2009) alerta para o fato de serem as histórias sobre o “surgimento” do Primeiro Comando da Capital polissêmicas⁶³. Segundo a autora, não há linearidades narrativas que conformem o “aparecimento” do Comando nas prisões paulistas. Por mais polissêmicas que sejam as narrativas históricas acerca do PCC, contudo, falas e escritas revelam que a “família” é tramada a partir de narrativas que agregam o Massacre do Carandiru como acontecimento nefrágico. Mesmo Biondi inicia suas descrições acerca do Comando a partir de narrativas do massacre. José Douglas Santos Silva (2014), em sua dissertação de mestrado sobre litígio e homicídios em uma cidade fictícia criada a partir de etnografia realizada em cidades da zona oeste da região metropolitana da Grande São Paulo, ilustra, por meio das falas de seus interlocutores, o alinhavo feito entre massacre e PCC. Alinhavo que diferencia um passado de “guerra entre ladrões” (antes do PCC) do tempo de “paz entre bandidos” e guerra contra os inimigos, contra os “vermes”os “coisas”, ou seja, os policiais. O massacre, nesse sentido, se apresenta como um “acontecimento” que dispõe das relações de forças e que permitiu rearranjá-las,

⁶³ A autora também argumenta que, após a publicação do livro de Josmar Jozino *Cobras e Lagartos* (2004), a versão contada pelo autor (publicada) consolidou-se como a “verdadeira” história do surgimento do PCC. Diferente de outras versões, a de Jozino data o aparecimento do Primeiro Comando da Capital como um coletivo de presos preocupados em defenderem-se mutuamente, em 1993, um ano após o massacre portanto, na Casa de Custódia de Taubaté. De acordo com a versão de Jozino, Primeiro Comando da Capital era o nome de um dos times de futebol de presos, numa ocasião, em uma briga decorrente do jogo contra o Comando Caipira, ocorreram mortes de dois integrantes deste time. Os integrantes da equipe do Primeiro Comando da Capital, temendo represálias vindas dos agentes de segurança da Casa de Custódia de Taubaté, uniram-se em um pacto para enfrentarem possíveis punições.

inclusive no que concerne aos termos que passaram a ser empregados para nomear as relações (Foucault, 1984: p.28).

Se histórias são passadas de modo pouco congruente, a gramática pela qual os vínculos nas penitenciárias tem se dado, a partir das palavras⁶⁴ do Partido, é mais unívoca no que tange as classificações de proximidade dos aliados atravessadas por certa ordem familiar. Irmãos e irmãs são aqueles integrantes “batizados” do PCC, reconhecidos como membros do coletivo, “primos” e “primas” são aqueles que “correm junto” com o “Comando”, que reconhecem e entendem os códigos sem, contudo, terem sido “batizados”, “cunhadas” e “cunhados” são casados com “irmãos”, “irmãs”.⁶⁵ A gramática familiar que nomeia *quem é quem* perante os ordenamentos do PCC pessoaliza, faz pessoa os sujeitos postos em relação (Strathern, 2010) nas redes de aliados que entrelaçam as penitenciárias – e os bairros – de São Paulo. Este processo, contudo, é imbricado pela produção daqueles nomeados como “coisa” ou “vermes” e que delineiam as fronteiras sobre quem pode ou não ser morto, sobre que morte é digna ou não de ser chorada (Butler, 2010a).

O trecho do testemunho de André Du Rap, citado acima, é nesse registro exemplar. A imagem do corpo nu, dos pés descalços pisando no sangue por onde escorrem pedaços de corpos que poderiam ser dele, é posto em antagonismo radical a imagem do “cara encapuzado”, aparamentado, fardado, armado. Nas descrições de André Du Rap e de Lídia, o sangue e os corpos produzem representações que unificam e diferenciam os sujeitos. A aparamentação com que os policiais são brevemente descritos é afrontada pela riqueza de detalhes a qual os corpos nus e os seus pedaços estão relacionados. Pedaços que, de outro modo, são acionados por Lídia para informar a transformação que ocorre por meio

⁶⁴ Palavra é um dos termos relacionados às relações de poder no Primeiro Comando da Capital. Trata-se de quem “tem palavra”. Ter palavra, aqui, significa ser considerado nas decisões do Partido. Quem “tem palavra” é consultado sobre problemas, litígios e estratégias. Alguém que “tem palavra”, geralmente, é “irmão”. Falarei mais sobre a relação entre palavra e PCC no quarto capítulo.

⁶⁵ Em conversa informal, Fabiana Andrade contou-me que uma de suas interlocutoras da pesquisa de doutorado em andamento no PPGAS da USP, sobre narrativas de sofrimento que organizam redes de ajuda às mulheres vítimas de violência, se tornou “cunhada” durante as visitas a seu namorado em uma penitenciária masculina. Namorado que, contudo, não era “irmão do PCC”. Fabiana me dizia como a atuação política de sua interlocutora que ajudava os presos da unidade com informações e mobilização para aquisição de remédios, comidas, dentre outras coisas, fez com que ela passasse a ser reconhecida como “cunhada”, quer dizer, casada com o “Comando”, sem envolvimento com o “crime”, o “movimento”. O caso encontrado por Fabiana, ilustra polissemias dos próprios termos e dos meios, ou substâncias, através dos quais sujeitos podem se tornar “família”.

do “sangue que escorria no inferno” e que carregava com ele afetos em justaposição. Seu marido não morreu no dia dois de outubro, mas eles não eram mais os mesmos depois daquele dia. Seu marido morreu em dois de outubro através das mortes de seus companheiros. Lídia é, portanto, mais uma “viúva do Carandiru”. As falas destacadas acima são produtoras de afeição não só em relação a André Du Rap, mas também aos seus companheiros dilacerados, aos que adoeceram contaminados pelo sangue e pelo horror, aos companheiros mortos e, ainda, aos que vivem a falência de seus pedaços, suas partes, aos que como Lídia, “não podem ser mais os mesmos depois daquele dia”.

As falas de Lídia e Du Rap ecoam as descrições de Allen Feldman (1991) sobre a “greve da limpeza” feita por presos políticos em uma penitenciária masculina da Irlanda do Norte. Nesta, os prisioneiros que protestavam contra o uso dos uniformes prisionais optavam por permanecerem nus a se vestirem como os condenados por “crimes comuns”. O grupo ficou conhecido como *The Blanketmen* por usarem, permanentemente, apenas os cobertores da prisão. Deste protesto decorreram fortes violências empreendidas a seus corpos pela recorrência e uso da força nos exames retais aplicados durante o banho. Como resposta a este procedimento os *Blanketmen* iniciaram uma “greve de limpeza” que implicava no não banho e no uso de subterfúgios como sacolinhas de descarte das fezes que eram atiradas pelas janelas das celas. Com o tempo, tais janelas foram fechadas pelos funcionários da prisão. As descrições de Feldman no tocante da greve da limpeza são primorosas em demonstrar a circularidade da violência que era empreendida pelos guardas da instituição e, ao mesmo tempo, era recepcionada pelos presos e por eles recolocada em circulação através dos usos táticos que faziam de seus próprios corpos. Nesse registro, o argumento de Feldman ilustra como o corpo é utilizado como arma, além, claro, das consequências perversas que este uso tem para os prisioneiros. Significativo dizer, ainda, que o autor elucida como nas narrativas destes, a convivência com os excrementos, com a fome, com a sujeira era esticada e resignificada. Naquele contexto, estar imerso em uma cela nas quais as paredes eram, intencionalmente, pintadas com suas fezes era menos hostil do que ser encaminhado a uma cela limpa. Os usos táticos das fezes e da urina a que Feldman chama atenção ecoam fortemente nas descrições do sangue escorrendo sobre escadas e pavilhões do Carandiru. Em ambas as situações, as substâncias escatológicas dos

corpos unificavam os sujeitos em afetos que fluíam e modificavam as edificações prisionais. A merda com que os presos irlandeses pintavam as paredes brancas de suas celas escorria tal como o sangue no qual pisavam marido de Lídia, seus companheiros e amigos de Du Rap. Usar o sangue e as fezes como elementos de reconhecimento era menos hostil do que submeter-se aos desígnios dos corpos encapuzados dos quais queriam diferenciar-se.

Butler (2010a) tece suas reflexões acerca da guerra tomando-a como dispositivo regulador de afetos. A autora parte do questionamento sobre o que diferencia vidas entre “dignas” ou não de luto. Ela desenvolve seu argumento através do que chama de “marcos de inteligibilidade da vida”. Estes marcos, ou enquadramentos, produzem concepções sobre o que é vida e, portanto, limites que diferenciam vivos de mortos, mas principalmente, normas por meio das quais é possível reconhecer vida nos outros. Fundamentar o argumento por meio do uso da imagem de produção de enquadramentos que oferecem subsídios para o reconhecimento da vida, permite a Butler ilustrar que as fronteiras daquilo que é emoldurado e definido podem ser (re)ajustadas, afinal, alguma coisa sempre excede o enquadramento⁶⁶. No que tange as marcações das falas expostas acima, a vida é reconhecida nos sujeitos nus, nos pedaços de carne, nos pedaços de seres humanos jogados no meio da água misturada com sangue. Sangue de vários homens, de várias vidas que morreram pelos assaltos dos “caras encapuzados”. Estes últimos, marcados aqui, como vidas irreconhecíveis. Os aparatos dos policiais encapuzados, mas principalmente, o empreendimento de força lançada por eles contra os companheiros no pavilhão, faz impraticável reconhecê-los como vidas. Antes, são eles ameaças diretas a própria vida.

As nomeações de vínculos que balizam as relações no Primeiro Comando da Capital, nesse registro, respondem aos processos de produção de enquadramentos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos como vidas ou não. “Irmãos”, “cunhadas”, “primos”, antepõem-se aos “vermes”, aos “coisas”, aos “caras encapuzados”. Expressões que pessoalizam, que fazem pessoas (e não pessoas) por meio das relações por elas estabelecidas. Nesta gramática familiar, os termos são ilustrações dos ardis que atravessam

⁶⁶ “Algo excede al marco que perturba nuestro sentido de realidad; o dicho con otras palabras, algo ocurre que no se conforma con nuestra establecida comprensión de las cosas” (Butler, 2010a: 24).

as definições de que vidas são dignas de luto e quais não o são. Mais do que isso: que vidas são matáveis e que vidas devem ser preservadas.

É, ainda segundo Butler, pela preservação da vida que os afetos são produzidos. As práticas de manutenção implicam na formação de redes de codependência que colocam os sujeitos imbricados de tal modo que a morte de uns pode significar a perda de partes constitutivas de outros, afinal, “se sobrevivo, é só porque minha vida não é nada sem a vida que me excede” (Butler, 2010, p.72)⁶⁷. Essa percepção depende que os sujeitos postos nestas relações sejam reconhecidos frente aos marcos de inteligibilidade da vida: sejam reconhecidos como vidas.

É isso que está em jogo nos enquadramentos, elegidos aqui, para falar dos processos de fazer família. A descrição da revista íntima relaciona-se às narrativas expostas sobre o massacre do Carandiru, pois são todas expressões de vínculos produzidos em meio às disputas acerca do que é vida e, portanto, em meio a técnicas de regulação dos afetos que passam, necessariamente, pelos controles das substâncias trocadas para a sua manutenção. As narrativas de Lídia e Du Rap expõem marcos de inteligibilidade que pessoalizam todos aqueles que constituem laços de codependência e, ao mesmo tempo, despessoalizam os que ameaçam a existência desta rede de afetos. Os policiais, nesse registro, são ameaças à vida, são “coisas”, são “vermes”. Mas é esta mesma lógica que fundamenta o enquadramento das vaginas no espelho do cubículo da revista íntima. Lá, em decorrência das relações afetivas com quem espera nos pavilhões, os corpos não são vidas, mas antes pedaços a serem examinados. Corpos nus expostos diante dos fardados agentes de segurança aparamentados pelos guichês de entrada na prisão. Na relação produzida no cubículo da revista vexatória, nenhum nem outro são pessoas.

Este mesmo marco de inteligibilidade permitiu (permite) o massacre do Carandiru. Este agregava sentidos que não enquadravam Du Rap, seus companheiros, marido de Lídia e ela própria como vidas dignas de serem preservadas pelos agentes do estado. Ao contrário, os policiais entraram no Carandiru aparamentados para a guerra contra vidas consideradas, ali, indignas de luto. Vidas matáveis. Os marcos sempre são (re)arranjados e, nestes rearranjos, o PCC passa a ser ordenado a partir de uma gramática

⁶⁷ “Si sobrevivo, es sólo porque mi vida no es nada sin la vida que me excede”.

que dispõe sobre a vida, sobre as substâncias e logo sobre os afetos que a mantém. Ao invés de ser enquadrado como um coletivo que ameaça de morte a vida dos outros, o Comando é um dos dispositivos que faz família nas penitenciárias paulistas. Mas é somente um deles. Minha relação com Marta Tellez, por exemplo, não era atravessada pelos vínculos do “Partido”, mas era, como eles, ordenada pelas nomeações de laços de afeto através dos termos de um idioma que faz família, idioma ordenador dos vínculos atravessadores das instituições prisionais. Se o sangue escorrido pelas galerias do Carandiru foi substância transformadora dos sujeitos imbricados nas redes do PCC, as cartas, as saladas, os jumbos e as visitas faziam de mim “irmã de caminhada” de Marta. Transformavam meu corpo e faziam de mim, família.

“Mas assim não podia ser”, era o que me dizia a agente de segurança na portaria do Centro de Progressão de Pena do Butantã. Frente às categorizações que produzem “pessoas” e “vermes”, eu não poderia transitar, tão tranquilamente entre suas fronteiras. Ao menos na portaria, teria de escolher. Ou “Pastoral” ou “família”, os dois não podia ser. Sentadas no pátio, comendo salada e frutas, Marta e eu decidimos: nos guichês das portarias, eu seria pastoral. Nos encontraríamos na rua, em minha casa, onde ela ficaria ao menos por alguns dias hospedada. Seguiríamos trocando cartas, substâncias, fazendo afetos e antropologia.

II.ii. Nas trocas da estrada: notas sobre a antropólog(i)a na caminhada

Já em liberdade condicional, Marta me acompanhava nas visitas à Rosa que, também espanhola, havia cumprido pena em regime fechado na Penitenciária Feminina da Capital até ser transferida para o Centro de Ressocialização de Itapetininga, a cento e cinquenta quilômetros da cidade de São Paulo, para terminar de cumprir parte de sua sentença em regime semiaberto. Naquela quinta feira, era véspera de domingo de páscoa e seria também, a primeira saída temporária de Rosa. Após quase três anos presa, Rosa passaria quatro dias fora da penitenciária. Fomos Marta e eu, com o meu carro, buscar Rosa nos portões do Centro de Ressocialização onde a encontramos com mais duas amigas que também cumpriam pena ali, para quem oferecemos carona. Rosa iria ficar em Sapopemba, na casa da família de Lola, com quem havia casado na prisão após o término do relacionamento de Manuela com a filha de Lídia. Uma de suas amigas era do bairro de Vila

Luzita em Santo André, bem próximo de minha casa, a outra era da baixada santista e precisava pegar o ônibus no terminal Jabaquara para poder voltar para casa e rever sua filha a quem não via havia um ano.

Com o carro cheio, voltamos para a estrada. As quatro mantinham os vidros abertos, deixavam os cabelos soltos e tiravam fotos. Faziam planos para os dias da saída. Planos de festa, de bailes *funks*, de compras, de namoros. Planos que faziam da mãe da baixada santista querer ficar na capital para poder sair com as amigas. As festas e as compras dissipavam as saudades que ela dizia estar sentindo de sua filha. Mas as amigas mantinham-na firme: “você vai ver sua filha primeiro!”; “vem no sábado à noite pra gente ir ao baile, mas primeiro vem a família!”. Alguns quilômetros rodados na estrada foram suficientes para que a moça santista repensasse seu retorno à penitenciária no final do período da saída temporária. “Vou sair, vou curtir, depois vou pra casa. Não volto mais pra aquele lugar não gente. Não consigo!”, dizia ela enquanto Rosa, Marta e a minha vizinha de Santo André mantinham o firme propósito de fazê-la retornar à prisão. Afinal, depois do fim da pena ela teria a vida pela frente sem ter de dever nada à justiça, e faltava tão pouco para o fim, argumentavam.

O trajeto da estrada era sonorizado pelas minhas escutas atentas aos esforços de manterem-se firmes umas às outras, esforços que respondiam a necessidade de suportar as “tentações da rua” e manter a “caminhada reta”, visitar a família, voltar à prisão, terminar de cumprir a pena. Os bailes *funks* viriam com o tempo. Eram ali, mais uma vez, umas os “pedals” das outras para a efetivação do difícil projeto de terminar a sentença e seguir com a vida na rua, no “mundão”.

Mas enquanto o vento batia nos cabelos e as vozes discutiam em alto som os planejamentos dos dias que brevemente passariam, o carro enfraqueceu. Perdeu velocidade até obrigar-nos a parar no acostamento bem diante de um boteco da estrada onde, em frente, estacionavam caminhoneiros. As cinco desceram do carro sem entender muito bem o que faríamos e como arrumaríamos o carro. Após muito olharmos para o capô aberto e recebermos inúmeras opiniões dos caminhoneiros, resolvemos telefonar para o guincho do seguro do carro o qual, junto, traria um táxi para levar, cada uma das quatro garotas que eu levava no carro aos seus destinos. A comemoração foi geral, afinal, nenhuma teria de tomar

ônibus ou metrô chegando a São Paulo, pois segundo o atendente que recebeu minha chamada telefônica, todas iriam ser levadas até a porta de suas casas mesmo que esta fosse numa cidade do litoral. Problemas mecânicos e de trajetos resolvidos, entramos no boteco para tomar cerveja, fumar um cigarro e comer.

Todas pediram porção de torresmo para acompanhar a cerveja gelada, só eu fiquei no queijo quente ao que Rosa insistia em me pagar já que eu havia ido buscá-las a quilômetros de distância de minha casa, meu carro havia quebrado na estrada e teria de pagar o conserto. Contestei à Rosa que eu havia considerado aquela uma atividade de trabalho de campo da pesquisa e que, portanto, poderia utilizar os recursos da FAPESP, agência financiadora de meu trabalho, para pagar a gasolina, o pedágio e, inclusive, o queijo quente, que Rosa não precisaria se preocupar. Respondi, ainda, que fazia questão de pagar a rodada de cerveja para comemorar seus dias de liberdade. Foi quando Marta, que havia ficado escutando nossa conversa atentamente, tirou de sua bolsa um caderninho encapado com o brasão do Corinthians, colocou-o sobre a mesa e me entregou uma caneta batendo com a outra mão sobre o caderno dizendo: “vamos, vamos, pergunta o que você quiser que hoje a gente vai te falar tudo!”. Gargalhávamos enquanto abríamos o caderninho e escrevíamos, juntas, o campo daquele dia. Mas o táxi e o guincho chegaram. Nos separamos. Fui com o guincho enquanto elas aproveitavam o fresco do ar condicionado daquele carro de luxo que as levariam até seus endereços.

No caderninho do Corinthians, presente de Marta, ficaram as linhas escritas a dez, ou a muitas mais mãos que carregaram o trabalho de campo desta pesquisa. Mãos que cultivaram ciclos de trocas e ajudas permeadas por acessos a informações, cartas, “jumbos” e dinheiro⁶⁸. Ciclos atravessados por vínculos produzidos no/pelo trabalho etnográfico os quais, de outro modo, eram pautados por categorias de diferenciação agenciadas nessas mesmas relações. Como analisa Adriana Piscitelli (2011) em seu texto sobre os acionamentos e agências da “brasilidade” nas relações tecidas pelas brasileiras no mercado do sexo (e matrimonial) europeu, as categorias de diferenciação são articuladas pelos

⁶⁸ Falarei sobre as reciprocidades ao longo de toda tese, no que tange à Rosa, parte das ajudas passavam pelo fato de que sua mãe, Raimunda, enviava dinheiro e lista de compras para mim que comprava todos os produtos e enviava à Rosa como jumbo semanal. Raimunda, também me recebia em sua casa durante minhas viagens à Espanha. Sobre Rosa e Raimunda, direi mais no quinto capítulo da tese.

sujeitos em seus vínculos. Estes, tramados por embaralhamentos de estratégias financeiras e afetivas que não são excludentes umas às outras. No que tange a cena forjada por Marta, a qual a impulsionou junto de Rosa e suas amigas a escreverem o campo daquela tarde de quinta feira comigo, estavam sendo articuladas trocas diversas tecidas, inclusive, pelo dinheiro posto, ali, na lógica de um mercado de informações. Diriam o que eu quisesse em retribuição a cerveja e a carona. Para tanto, acionavam uma das múltiplas categorias que nos atravessavam na constituição de nossas relações. Na mesa do boteco, era eu a antropóloga e elas as presas que me diriam tudo.

Entrar por múltiplas portarias em um campo multissituado implica em ser produzida no campo a partir de marcos de relações polissêmicas. E, por mais que possa parecer, nenhuma marcação é excludente de outra. Ser amiga, “irmã de caminhada” e voluntária da Pastoral Carcerária não é deixar de ser antropóloga. A intenção deste capítulo foi a de analisar as especificidades que me tramaram no campo como um vaso comunicante implicado por redes de reciprocidades e ajuda. A iniciativa de Marta em entregar-me objetos com os quais, recorrentemente, me viam caminhar pelos pavilhões das prisões por onde iniciávamos nossas conversas, foi a explicitação dos sentidos fundos que costuravam tramas de comunicação dos meus (nossos) “entras” e “sais” por portarias, revistas, estradas.

A figura da antropóloga não é exatamente nova nos corredores penitenciários. No que tange as galerias das penitenciárias de Barcelona, a presença da antropóloga(o), seguida por sociólogos(as), psicólogos(as), pedagogos(as), é recorrente e significativa. Mais de uma vez, ao me apresentar como antropóloga às funcionárias das equipes de reabilitação das prisões catalãs recebi, em troca, a resposta simpática: “eu também sou antropóloga!”. Mais do que isso, no momento da minha pesquisa na Catalunha, o cargo de “subdiretor de tratamento”, ou seja, o agente responsável por supervisionar os técnicos que “observam e estudam os presos (educadores, assistentes sociais, etc.)”,⁶⁹ era preenchido por um antropólogo. A princípio espantava-me a familiaridade com que as pessoas em situação de prisão em Barcelona lidavam comigo quando eu me apresentava como antropóloga. De pronto, elas já sabiam o que esperar dos trâmites da pesquisa. O meu estranhamento

⁶⁹ Texto original: “Subdirector de Tratamiento: Es el encargado de supervisar a los equipos técnicos que observan y estudian a los presos (educadores, asistentes, etc.)”. Retirado de <http://www.infoprision.com/funcionarios-y-junta-de-tratamiento>. Tradução minha.

dissipou quando eu pude ver um dos extensos questionários a elas aplicados ao longo de toda a pena. As perguntas que eu as fazia eram quase as mesmas das que estavam ali descritas e sistematizadas para definirem graus de aprisionamento, prognósticos para progressão de pena e outros dados imprescindíveis para o funcionamento prisional⁷⁰.

Em outra ocasião, na Penitenciária Feminina da Capital, ao convidar uma mulher reincidente com mais de sessenta anos de idade e vinte de prisão para participar da pesquisa, escutei: “eu não vou participar de pesquisa nenhuma! Não sou laboratório não senhora! Já estou muito velha pra sentar diante de um gravador e falar mal do sistema”. Deu-me as costas. Eu não era novidade, minha presença carregava todas as pesquisadora(e)s – antropólogas, sociólogas, psicólogas, criminólogas – para as quais aquela senhora já havia prestado contas dos anos passados na prisão. Para as quais ela já havia falado sobre suas atividades de trabalho, sua história pregressa, suas relações afetivas, familiares, falta de atendimento médico, jurídico, suas dificuldades durante o cumprimento de pena. “Falado mal do sistema”. Meu corpo e meu caderninho a tira colo carregavam as “ólogas” com as quais haviam se habituado a falar. E era assim que também me agenciavam. Era esse jogo iniciado, se não pela curta caminhada da antropóloga, pela longa e tensa caminhada da antropologia nos corredores prisionais que, todavia, entrelaçavam outros muitos ciclos de reciprocidade e vínculos.

Pra (re)fazer Indiana Jones

No pátio do primeiro pavilhão, raio ímpar, Penitenciária Feminina de Santana, senti alguém cutucando o meu ombro. Olhei para trás e vi três meninas. Uma começou: “eu disse a ela que você é antropóloga, ela não acredita”; “sou antropóloga sim”; “tá, mas o que é isso? Você pode dizer se eu sou louca ou coisa assim?”; “eu não! Nem pretendo. Aliás, é tudo o que eu não quero fazer”; “mas então o que um antropólogo faz?”, a terceira garota entrou na conversa; “é tipo o Indiana Jones! Ele era antropólogo não era?”. Eu, me vendo nessa enrascada respondo; “não é bem tipo Indiana Jones...”, “ah, mas então você não pode dizer se eu sou louca? Você pode conversar comigo?”, “Posso sim, é só o que eu quero

⁷⁰ Especificamente sobre o uso da palavra “inquisidor” no que tange as técnicas de investigação antropológicas, assim como sobre as implicações das relações estabelecidas entre produção documental e escrita de historiadores e antropólogos ver Guinzburg, 1991.

fazer, conversar com você”. Patrícia pegou em meu braço e me chamou para dentro de sua cela. Entramos com cuidado para não pisarmos no colchão arrumado no chão do cubículo e nos sentamos na “pedra” sobre a qual sua cama de se sustentava. Pregadas na parede, estavam fotos de sua filha, de seu ex-marido e de sua mãe. Aos pés da cama, uma Bíblia recheada de papéis com anotações de telefone, endereços, cartas.

Mostrando-me as fotos, Patrícia me contou chorando muito como tinha matado, com facadas, a amante do pai de sua filha. “Fui premeditada mesmo. Entrei na casa dela com a faca na mão. Queria matar ela! Gostei de enfiar a faca nela. Mas isso foi naquela hora, na adrenalina, agora eu não consigo nem lembrar daquela cena. É muita culpa, muita culpa! Vou viver com isso, não consigo me matar. Liga para ele, pede pra ele trazer a minha filha pra me visitar. Eu vou me matar se ele não fizer isso, fala pra ele que eu vou me matar! Fala para ele que eu estou louca! Eu estou louca? Fala pra mim, eu estou louca?” Eu não sabia o que dizer. Mas logo não precisei falar nada. Flora, a menina que tinha dito que ser antropóloga era “tipo Indiana Jones”, entrou na cela onde também morava e nos chamou para ver o jogo de dominó que acontecia no pátio. Olhei para Patrícia que, ainda chorando, aceitou o convite.

Passamos a manhã assistindo àquele jogo de dominó sobre o qual eu pouco sabia, para o qual eu não era convidada. Frente àquela mesa eu fazia às vezes de uma curiosa estrangeira, uma exploradora para a qual regras, gestos, palavras deviam ser desvendados. Diante do jogo de dominó era eu a desajeitada forasteira que necessitava de ajuda para entender tudo o que acontecia ao meu redor (Wagner, 2010). Cada peça batida na mesa, cada piada direcionada à oponente do jogo me era, impacientemente, explicado por Flora e Patrícia. Diante do desajuste do meu corpo naquela situação, só podia pensar que eu era mesmo Indiana Jones. Uma figura embaraçada na imagética da exploração, da aventura, do estrangeirismo e de certo cientificismo. Figura dependente dos “mapeamentos” que levam aos “tesouros nativos”.

Patrícia e Flora me mapeavam os acontecimentos do jogo de dominó, me levavam à sua cela, me ensinavam a caminhar pelo pavilhão, mas ao mesmo tempo, me pediam explicações. Pediam que eu as dissesse, afinal, o que é ser antropóloga e, mais precisamente, Patrícia me pedia para dizer se ela era ou não louca. Havia ali o

estabelecimento de um ciclo de reciprocidade do qual não poderia me furtar. Reciprocidade permeada, necessariamente, pelos sentidos atribuídos à antropologia e, principalmente, à antropóloga tanto na roda de conversa em que a figura de Indiana Jones foi resgatada, quanto no cenário de súplica feita por Patrícia para que eu a respondesse se, afinal, ela era ou não louca.

Sentadas em sua cama, em sua cela, Patrícia parecia colocar em minhas mãos a definição de quem ela era, sendo que, ser louca, era a possibilidade de não ser culpada. Ser louca era, portanto, estar a salvo da culpa com a qual ela teria de viver. Patrícia me colocava, assim, em um processo de trama específico. Sou eu, antropóloga que frequentava os pavilhões da penitenciária em companhia da Pastoral Carcerária, o sujeito ideal para a produção da definição de Patrícia como louca ao invés de culpada e, principalmente, para fazer chegar esta informação ao seu ex-marido, pai de sua filha: “diz pra ele que eu sou louca!”.

Patrícia me acionava como ferramenta de comunicação entre ela e seu ex-marido, entre ela e sua filha. Mais uma vez, Patrícia me acionava como “vaso comunicante”. O acionamento de Patrícia, contudo, era atravessado pela inflexão específica que identificava minha condição na prisão: uma “missionária” da Pastoral Carcerária que é antropóloga. O estranhamento quanto ao que é ser antropóloga era desvanecido pelo agenciamento de Patrícia que sabia o que fazer com estas informações. Nesse registro dizer que “ser antropóloga é ser tipo Indiana Jones” não parecia mais um equívoco.

A importância em analisar este acionamento para caracterizar a “antropóloga” está no fato de ser esta uma figura tensionada por saberes e poderes assimétricos que, assim como na mesa de dominó, são postos em jogo.

Uma boa jogadora de dominó é aquela que sabe colocar na mesa a pedra certa na hora certa. Para fazê-lo, ela deve manejar bem o conhecimento que tem acerca das regras e saber reconhecer nas jogadas das suas oponentes, as potenciais pedras que cada uma detém. Jogar bem dominó, portanto, implica em ter domínio sobre as suas próprias pedras e, também, as pedras dos outros para que se possa saber o que e quando colocar na

mesa⁷¹. Nesse sentido, jogar dominó parece demandar movimentos estratégicos similares àqueles que Foucault descreve em *Vigiar e Punir* (2001) no que tange as táticas de produção da verdade sobre um crime.

Segundo o autor, o processo que leva a decretar como “criminoso” um “suspeito” demanda provas produzidas a partir de testemunhos com mais ou menos valia – o testemunho de um policial, por exemplo, pode ser suficiente para a comprovação de um crime (Nadai, 2012) -, ou ainda, a arma utilizada e o corpo da vítima. Na ausência destes artefatos que elaboram o dossiê criminal, têm-se o corpo do próprio acusado que pode, ou não, confessar o ato. A confissão entra como um dos elementos estratégicos da passagem de identificação de um suspeito como criminoso e, para consegui-la, é necessário colocar o suspeito em relação a quem irá inquiri-lo. Na sala de interrogatórios, suspeito e inquisidor negociam que peças colocam ou não na mesa. Que fatos são silenciados e sobre quais acontecimentos são lançadas palavras e gestos específicos. Cada um dos oponentes nesta relação se lança de diferentes artifícios, o inquisidor pode torturar física e psicologicamente o suspeito que, por sua vez, tem a possibilidade de manter-se calado (Foucault, 2001: 37).

As ponderações de Foucault a respeito da produção da verdade sobre o suspeito: se criminoso ou permanentemente suspeito, têm como base a disputa entre saberes e poderes do inquirido e do inquisidor. Não há uma verdade a ser escavada pelo inquisidor, antes há uma verdade acerca do suspeito que o inquisidor quer construir e, para tanto, empreende ferramentas e técnicas interrogatórias para as quais ele está treinado. Se tomarmos como pressuposto que o inquisidor é aquele que possui os artefatos que o posicionam como um delegado retentor de armas, sala de interrogatório, carimbos e títulos juridicamente reconhecidos, percebemos uma assimetria de poder no jogo da produção da verdade. No limite, ao interrogado resta aceitar a verdade que lhe imputam ou ficar calado e não colaborar como prova para o decreto de sua culpabilidade. Mas esta estratégia pode representar, até mesmo, sua morte.

⁷¹ No trabalho de Adalton Marques (2009) os jogos de cartas – tranca, truco e poker – aparecem como fio condutor das análises sobre “proceder” dos “ladrões”. Faço, aqui, apenas uma menção de suas sofisticadas considerações sobre o tema por considerar, inclusive, que o uso acima da cena do jogo de dominós não é compatível ao modo como Marques utiliza as narrativas e descrições dos jogos em sua dissertação. Ainda assim, chamo atenção para seu trabalho que, de outro modo, serviu de inspiração para a observação mais atenta dessa parte do trabalho de campo.

Não era a morte ou a vida das jogadoras de dominó que estavam em disputa na mesa do pátio da Penitenciária Feminina de Santana, tratava-se de um jogo para, antes, “matar o tempo da pena”, passar mais um dia no presídio, “tirar a cadeia”. Na cela de Patrícia, porém, se não estávamos ela e eu em combate pela produção de uma única verdade a ser imputada, violentamente, a mim ou a ela, estávamos ainda assim, jogando estrategicamente com a relação entre saber, poder e produção de verdades. Melhor dizendo, Patrícia me chamava para jogar, acionava seus saberes sobre a prisão, sobre os processos de classificação dos sujeitos – próprios das instituições penitenciárias e jurídicas – e das figuras missioneiras / acadêmicas que, com certa recorrência, a visitavam. Por fim, à Patrícia pouco importava compreender o que é “ser antropóloga”, a ela interessava que eu, portadora desse título, atestasse ao ex-marido e a ela que tudo só havia acontecido em decorrência de um elemento estranho: a loucura.

Em sua cela, Patrícia me inquiriu. Ela fez a vez da inquisidora que demandava de mim, agente articuladora das técnicas científicas, a produção de uma verdade específica que a esquadrinhasse. A assimetria de poder, aparentemente óbvia em favor da figura detentora de títulos, registros e carimbos foi invertida por Patrícia que reelaborou o jogo do saber-poder. Era ela que sabia qual o melhor resultado para o jogo de composição da verdade, e assim entregava em minhas mãos a decisão de ser ou não louca. Para tanto, me levou em sua cela, me mostrou suas fotos, me explicou as regras do jogo. Entregou-me os “tesouros nativos” esperando que eu a retribuísse com um laudo a ser informado a seu marido. Patrícia não precisava saber da minha definição do que é ser antropóloga. Ela já o sabia. Na nossa relação, eu era Indiana Jones.

O elo entre antropologia e técnica prisional é antigo e tenso. Retomando Nicholas Dirks (2001), arrisco dizer que este foi um dos “crimes da antropologia”: a inegável cumplicidade com a formulação de embasamentos teóricos para a invenção das “classes perigosas” – a partir da criação de conhecimentos específicos sobre os “contextos” de raça, classe e gênero das mesmas – e os recorrentes desenvolvimentos de expertises técnicas para exame e aprisionamento dos sujeitos assim classificados. No Brasil, a relação da antropologia com a produção de discursos sobre as “classes perigosas” e o decorrente

direcionamento de forças policiais a elas foi analisada por Mariza Corrêa (2001). Em *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*, Corrêa ilustra como as determinações de quais sujeitos se tornariam objetos de estudo da antropologia e da medicina legal brasileira fora, no início do século XX, fundamentadas pela teoria da degeneração de que falavam o naturalista Louiz Agassiz e o psiquiatra August Morel. Os adeptos dessa teoria procuravam entender o crime como efeito de características tais como raça, condição social e condutas sexuais. Os argumentos de Agassiz e Morel permitiam reforçar as noções da hierarquia das raças e dos gêneros amplamente positivadas pela ciência do século XIX reproduzidas pela antropologia, criminologia e medicina legal brasileiras através das figuras de Raymundo Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto e Lemos de Brito. Pensar no desenvolvimento da criminologia no Brasil, portanto, implica em pensar no modo como “verdades” científicas foram introduzidas ao contexto social brasileiro do século XIX.

A historiografia de Mariza Corrêa ilustra como a produção dos discursos sobre as “classes perigosas” foram fundamentadas pelas produções acadêmicas europeias que intersectavam raça e sexo no processo de classificação dos sujeitos como perigosos, violentos, degenerados, criminosos. Sua pesquisa lança luz sobre o papel que a antropologia teve na formulação de tecnologias de produções corporais que relacionavam procedimentos de exame aos chamados “objetos antropológicos”: “chumaços de cabelo e recortes de pele dos índios” (Corrêa, 2006: 133), por exemplo.

Não é pouco dizer que os projetos que idealizaram e construíram as instituições penitenciárias no Brasil foram tributários da “antropologia patológica” ou “criminal”, que tem em Cesare Lombroso um dos seus principais expoentes (Salla, 2006; Andrade, 2011). Mais do que isso, em minha dissertação de mestrado (Padovani, 2010) discuto a atualidade destas teorias que não só compuseram o arsenal teórico-metodológico da construção da Penitenciária Feminina da Capital e da Penitenciária do Estado – atual Penitenciária Feminina de Santana - como, contemporaneamente, vem sendo reverberada em falas, relatórios e decisões de juízes acerca da vida das pessoas em situação de prisão.

Até meados da década de 1980, os chamados “laudos interdisciplinares”, produzidos por assistentes sociais, psicólogas e diretoras das penitenciárias, contavam com

a chamada “ficha de descrição física”. Estas eram extensos questionários preenchidos pelos funcionários da prisão que elegiam, dentre trinta e duas subcategorias descritivas – tais como “canhoto”, “lábios leporinos”, “cabelos carapinha”, “masculinizada”, “gogó avantajado” – quais eram as mais adequadas para caracterizar a pessoa que acabava de chegar à prisão para cumprir pena. Esta ficha descritiva é tributária dos “objetos antropológicos” de que falava Nina Rodrigues. Na prisão, o corpo permanece em exame por meio de técnicas, agora chamadas “policiais”, mas que em algum momento foram herdadas de uma antropologia específica (Nadai, 2012) que pulula nos corpos, nos imaginários e nas técnicas de exame que esquadrinham pessoas.

De modo similar, é o que aponta o estudo de Carolina Grillo (2008) que, ao analisar diferenças conferidas aos mercados ilegais de drogas da “favela” e da “pista” - quer dizer, mercados agenciados pelos moradores dos morros e mercados agenciados pelos “playboys” dos bairros de classe média do Rio de Janeiro - explora o modo como aos primeiros são atribuídos termos como “traficantes” e “bandidos”, aos quais está fortemente agregado o emprego da violência, enquanto que aos meninos brancos, “residentes do asfalto”, são relacionados termos como “empreendedores” e “passadores de drogas” sem carga de violência evidente, portanto. A autora lembra, ainda, que “a ressocialização” dos comerciantes de drogas das classes médias, é mais facilmente aceita pelo público do que a dos vendedores de drogas das bocas nos morros⁷². Traficante do morro é sempre bandido.

As análises de Grillo remetem aos apontamentos feitos por Foucault (2001) no que concerne a diferenciação entre “ilegalidades” e “delinquência”. Segundo o autor, a instituição prisional é o aparelho de poder que desempenha o papel de gerir ilegalidades e diferenciá-las acerca de qual delas é crime e quais não o são. Por meio dessa argumentação, Foucault chama atenção para um aspecto central da justiça penal moderna: a tensão

⁷² João Guilherme Estrella é a personagem principal do filme “Meu nome não é Jonny” (2008) interpretado por Selton Mello e dirigido por Mauro Lima. Para ilustrar o argumento de Carolina Grillo, atento às diferenças estabelecidas entre a personagem deste e a de Zé Pequeno do filme “Cidade de Deus” (2002), interpretado por Leandro Firmino e dirigido por Fernando Meirelles e Katia Lund. Enquanto Zé Pequeno é negro, cresce sem família, no morro e comete uma série de assassinatos brutais quando ainda era criança; a personagem de Selton Mello é um menino branco da zona sul carioca, boêmio, muito querido pelos amigos. Um jovem inconsequente que, por fim, responsabiliza-se por todos os danos causados pelos seus atos. João Guilherme Estrella passa dois anos na prisão (na ficção e em sua vida), Zé pequeno por sua vez, é assassinado por garotos de, aproximadamente dez anos, deixando implícito assim, a continuidade dada por eles ao controle da venda de drogas no morro.

produzida pela presunção da igualdade, presente no discurso jurídico, e a particularidade das classificações dos sujeitos. Nesse registro, a prisão, mais do que uma estrutura penal igualitária, se define por um aparato da diferenciação que localiza os indivíduos em relações assimétricas de modo que a delinquência passa a ser equalizada às ilegalidades produzidas como crimes “das classes populares” que, “degradada pela miséria”, pela “falta de recursos e de educação”, não sabem “permanecer nos limites da probidade legal” (Foucault, 2001, p.229). Em seu argumento, Foucault impõe uma circularidade entre a produção do saber sobre os “malfeitores” e a corporificação deste pelos prisioneiros que, por sua vez, travestem e parodiam as “descrições pitorescas” feitas sobre os “delinquentes”. Este movimento circular justifica a prisão como método repressivo, ao mesmo tempo em que cria “identidades” por meio de táticas de “sujeição criminal” que são subjetivadas pelos indivíduos “criminosos” na figura do “bandido” (Misse, 1999).

É sobre este sujeito criminoso, degradado pela miséria, vivente na barbárie da violência, a que Flora chama atenção ao acionar, em contraposição, a figura de Indiana Jones no pátio da prisão. Nesse caso, meu corpo é produzido pela justaposição das figuras dos juristas brancos, missionários cristãos, cientistas “donos das verdades” sobre, se não os povos colonizados dos séculos passados, os bárbaros encarcerados da atualidade que povoam os noticiários televisivos: “bandidos sem escrúpulos”. Ser “tipo Indiana Jones” é, nesse registro, ser situada frente a uma carga histórica de posicionamentos assimétricos de poder-saber que configuraram a prisão. É, portanto, ser tramada frente à figura do “bandido” produzida pelos discursos das “classes perigosas”. Figuras que são, aqui, agenciadas.

Naquela roda de conversa, assim como na cela de Patrícia, sou eu a personificação das personagens salvadoras do progresso (McKlintok, 1995), são elas paródias dos bárbaros sem alma, textualizados nos relatórios antropológicos coloniais / nos prontuários prisionais. Mais do que eu, elas sabem me reconhecer, me identificar e tramam a mim segundo trocas estratégicas que me especificam como “vaso comunicante” específico. O laudo informal a que Patrícia pede que eu valide e entregue a seu marido, é tecido a partir de um jogo secular de produção de “corpos bárbaros” e “civilizados”. Corpos encarcerados e examinadores. Corpos edificadores das políticas prisionais.

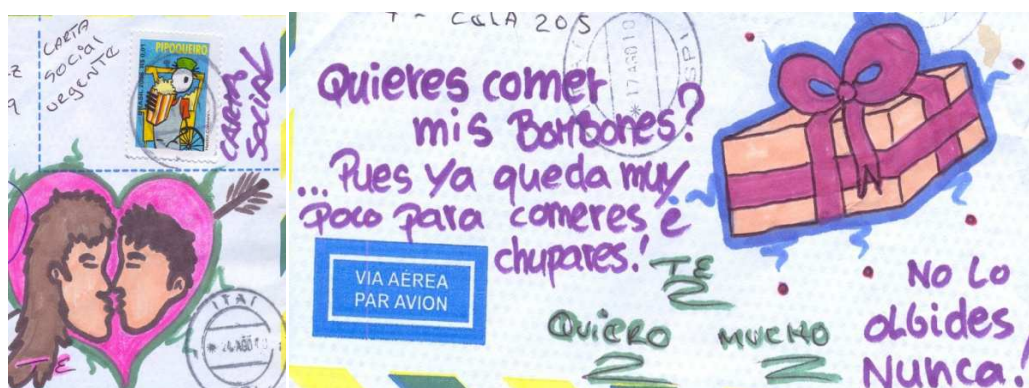
Por meio de figuras atravessadas por classe, raça, gênero – como são as “bandidas perigosas” e “Indiana Jones” – Patrícia (assim como Marta e Rosa) colocam-me em um jogo de mercados costurados por trocas de informações e produções de verdades textuais ou orais a serem repassadas nos mais variados “foras” das prisões. Arranjos dependentes, por vezes, da carga de barbárie e sangue com a qual Patrícia monta sua narrativa do assassinato da amante do pai de sua filha. Sem esta, a negociação de Patrícia perde força. Ela precisa ser bárbara para ser salva pelo laudo da loucura.

De modo mais sutil e com a cumplicidade dos anos passados juntasem trabalho de campo, é o que fez Marta ao pôr na mesa o caderninho do Corinthians. Ela agenciava ali os atributos de “quem investiga” e “quem é investigada”. Atributos perpassados pelos artefatos de saber-poder tais como papel e caneta, artefatos postos em jogo na relação que embaralha, confunde e rearranja redes de afeto pelas trocas articuladoras do exame antropológico. Exame tão historicamente perverso como aquele apalpador da agente de segurança no cubículo da revista íntima. Exame que, de outro modo, coloca corpos em relação e torna antropóloga e sujeito de pesquisa em Natália e Marta: pessoas inevitavelmente tramadas pelas assimetrias de poder-saber que estão, aí, permanentemente em jogo. Jogo de vínculos que elaboram camadas justapostas nos encontros, nas trocas. Camadas que são sublevadas, estrategicamente, segundo cada situação. Afinal, se for como diz Strathern (2010: 223-224), enquanto ao observador externo as trocas parecem ser feitas por dois atores que, sozinhos, constituem a relação, estes sabem que a reciprocidade se faz pelo mascaramento de outras muitas camadas sobre as quais a cena aparentemente simplória da troca está produzida.

É sobre os governos capilares dos laços e as camadas dispostas nas tramas de relações agenciadas para produção de provas e papéis, laudos documentais ordinários que falarei nos dois capítulos a seguir.



Parte II. Dos corpos dos papéis: Cartas de amor e documentos de relações.



Desenhos retirados de correspondências enviadas por Eduardo Deán desde a Penitenciária de Itaí à Marta Tellez na Penitenciária Feminina da Capital. Eduardo Deán e Marta Tellez são personagens do terceiro capítulo a ser exposto nesta parte.

A estima atribuída às cartas no cotidiano prisional feminino tem sido descrita em diversos trabalhos contemporâneos sobre o tema. A dissertação de Mirella Alves de Brito (2007) discorre brevemente, acerca das implicações para a vida cotidiana das mulheres detidas no Presídio Feminino de Florianópolis em caso de, durante uma revista, serem encontradas “cartas comprometedoras” (dentre outros “objetos proibidos”) nas celas daquela prisão. Natália Bouças do Lago (2014), por sua vez, descreve como o tempo da pena, assim como as esperas por visitas e pela liberdade são partilhadas por meio de correspondências trocadas entre suas interlocutoras com seus familiares e com a própria pesquisadora. No que tange a argumentação de Lago, as cartas são instrumentos de produção das redes de contato permeado pelo próprio exercício da escrita que produz as personagens, a penitenciária, os bairros, ou cidades de onde e para onde são remetidas/endereçadas as letras. É nesse mesmo registro de que fala Bruna Bumachar (2014) ao tratar da comunicação entre suas interlocutoras, estrangeiras presas na Penitenciária Feminina da Capital com suas famílias em países do continente africano. Neste caso, as análises de Bruna são atravessadas, ainda, por considerações acerca de artefatos tecnológicos como são telefone, internet além das “vídeo-cartas”, filmes de suas interlocutoras enviando recados para seus familiares que Bruna foi entregar pessoalmente. Nesta etapa de seu trabalho, há uma análise significativa acerca das camadas e extensões das presenças/ausências do corpo. Camadas para as quais Megan Comfort (2007) já chamou atenção ao analisar a vivência das relações amorosas entre homens presos e mulheres livres na Califórnia. Nas primorosas descrições de Comfort, as cartas tomam a dimensão dos corpos e fazem a vez possível das relações sexuais.

Tens de perceber, as cartas do Rashid são como encontros. Tenho de me preparar. Tenho de lhes dar o espaço próprio. Antes de ler as suas cartas tomo um longo banho com perfume de manga. Acendo umas velas à volta da banheira e incenso de sândalo, faço a minha própria serenata com canções da Nina Simone (trecho de entrevista exposto no artigo de Megan Comfort, 2007: 1062).

Sabrina Rosa Paz (2009), por sua vez, produz sua etnografia do Presídio Estadual do Rio Grande do Sul através da exposição de cartas e “catataus”, bilhetes trocados entre as alas masculinas e femininas daquela instituição prisional mista. Por meio

destes materiais, Paz descreve o cotidiano das relações afetivas na prisão gaúcha e ilustra que amizades e amores tecidos intramuros oferecem suporte aos que têm suas redes afetivas “consanguíneas”, ou externas à prisão, “fraturadas” (Paz, 2009: 52). Por mais que Sabrina Paz centralize suas análises nas trocas de correspondências, portanto, ela pouco atenta, como faz Natália Lago e Bruna Bumachar, para os efeitos que a circulação destes papéis e artefatos têm para o estabelecimento da comunicação entre “fora” e “dentro” da prisão.

É desta porosidade de que fala o trabalho de Adriana Taets (2012). Neste, a comunicação é uma problemática a ser gerenciada por quem fiscaliza as cartas que entram e saem das penitenciárias femininas do estado de São Paulo. Em sua dissertação sobre as trajetórias de duas agentes de segurança penitenciárias, Taets se debruça na prática de suas interlocutoras em ler, esmiuçar, vasculhar e censurar, por meio das correspondências endereçadas às prisões, as vidas íntimas daquelas que estavam presas e, consequentemente, a de seus familiares, seus correspondentes, suas redes sexuais e de afeto.

O argumento oficial era o de ser preciso ler as cartas para ter acesso a algum plano de fuga, resgate etc. (...). Na prática, no entanto, o que se apresentava era um mecanismo de poder expresso pelo controle da vida íntima das presas. A leitura das cartas visava, principalmente, saber o que estava acontecendo com as presas de forma a controlar a sexualidade dentro do presídio. A grande maioria das cartas era escrita por namorados das presas, eles também presos, e com isso o conteúdo de tais cartas versava, principalmente, sobre sexo. A leitura das cartas era uma forma de censura para dizer o que era e o que não era permitido. Eram as guardas quem definiam o que era decente e o que era indecente neste caso. Uma carta descrevendo um ato sexual com penetração vaginal era considerada decente, por isso passava pela censura da guarda responsável. A descrição de sexo oral era barrada, já que era avaliado como algo indecente. (Taets, 2012:104).

A partir das descrições de Taets, dos toques sexuais justapostos nos papéis de que fala Comfort e das observações feitas, principalmente por Mirella Alves de Brito e Natália Lago, é possível tomar a carta como objeto produtor (e produzido) da tensão entre agenciamento e regulação: comunicação e exame. Tensão que alinhavam processos de estado por meio dos quais a prisão se faz como ponto de *checkpoint* (Jeganathan, 2004).

Assim como a revista íntima descrita no segundo capítulo desta tese, a leitura das cartas feitas pelas agentes de segurança, às quais Taets faz referência, objetiva vasculhar corpos, vaginas, ânus, mas visa principalmente, tomá-los como partes de relações. O controle do teor das cartas não procura regular sobre pedaços de corpos abstratos, mas sim gerir acerca de quais partes, com que corpos, pode haver relação. O processo se faz tal como o da revista íntima, mas a justaposição da relação, aqui, não é posta sobre o espelho que repousa no chão do cubículo, antes sobre as letras rabiscadas em um papel que transita: que “entra” e “sai”.

Cartas (como os visitantes) são vasos comunicantes que medeiam prisão e mundo: demarcações dessa fronteira. Como argumenta Gabriel Feltran (2011), fronteira, por mais que mantenha o sentido de divisão, é antes “uma norma de regulação dos fluxos que atravessam, e, portanto, conectam aquilo que se divide” (p.15). Acionar fronteira, assim, significa olhar para os processos de revista e exame, a que corpos e papéis estão submetidos nas portarias das prisões, como técnicas de regulação dos canais comunicantes dos “dentros/foras” da prisão.

No cotidiano prisional, carta é a materialização da porosidade institucional e, na medida em que tem a forma de um papel embrulhado por envelope impresso com nomes, endereços de remetentes/destinatários, data de postagem, carimbo do e, principalmente, de qual correio – se da mesma cidade a qual o remetente declara em seu logradouro -, é também, registro documental dos fluxos que a atravessam. As cartas cristalizam em marcas à caneta, de pendengas familiares a gozos anais que, por sua vez, serão penetrados pelas leituras curiosas das agentes de segurança ocupadas em gerir as substâncias e os laços em trânsito por aqueles postos de fiscalização. Substâncias às quais, por outro lado, funcionárias também são enlaçadas através da censura e, porque não, da empatia, dos risos, dos afetos que podem deixar soltar ao lê-las (Taets, 2012: 120).

As substâncias que fluem das cartas distinguem-se, entretanto, da tosse e da vagina revistadas, pois podem ser arquivadas nos “mocós” das celas de cada uma das pessoas em situação de prisão. Podem ser circuladas, xerocadas e destacadas para fazer ver casos, casamentos e filiações de modos distintos daqueles que são apontados no rol de visitas. As cartas fazem ver a relação: as promessas de amor, as angústias das saudades, as

fotos dos filhos crescidos, os gozos das penetrações proibidas. As cartas fazem ver outras camadas das secreções. Atam exames aos toques que permitem produzir “marcos de inteligibilidade da vida” (Butler, 2010a) entre pessoas em cumprimento de pena e àquelas que as leem/escrevem. As cartas personalizam as relações.

Adriana Vianna (1995) chamou atenção para o caráter personalizador das cartas em suas análises sobre a troca de correspondências entre membros do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais na Primeira República - SPIILTN. A partir da análise de um arquivo composto por noventa e quatro cartas, a autora as localiza em um duplo registro: o de aparato administrativo de um estado tutelar e fixador das populações (no caso população indígena), e o de possibilitador de canais de comunicação entre funcionários de diferentes posições hierárquicas dentro do SPIILTN. Em seu artigo, Vianna explora os borrões entre formalidade/informalidade carregados nas correspondências que terminam por produzir um acervo documental específico a partir do qual é viável analisar não só a própria rotina de comunicação entre os agentes de estado como, também, os compromissos por eles firmados, não necessariamente de modo evidente, mas antes por meio das relações que se consolidavam através da frequência das escritas e do estabelecimento de laços mais estreitos.

O enredo trazido por Adriana Vianna a partir da leitura das cartas trocadas pelos funcionários do SPIILTN lança luz ao exercício de exame das cartas trocadas entre prisões/bairros feito, a princípio, pelas agentes de segurança penitenciária, mas que, como ilustrarei nos capítulos a seguir, alcança outras relações por meio de controles capilares, não precisamente, atravessados pelo estado. Os argumentos de Vianna permitem ilustrar que cartas, como papéis arquivados, se tornam documentos de vínculos que negociam e subvertem hierarquias. Na presente etnografia, cartas arquivadas, ou “mocosadas” em “cafofos”, são acionadas como parte dos registros documentais que descrevem ou legibilizam (Das e Poole, 2004), casos e casamentos enredados por nomes firmados nos cadernos pretos em que estão escritas tanto visitas como entradas de “jumbos” e, claro, de epístolas.

Cartas são utilizadas como registros documentais em vários contextos, mas a especificidade destes acervos está em fazer ver imbricações entre formalidade e intimidade

que tecem e negociam relações de poder (Thomas e Znanieck, 1927). A troca e a fiscalização das cartas destinadas às presas nas penitenciárias emaranham processos de estado direcionados a população fixada pelo aparelho estatal punitivo e a personalização dos sujeitos de revista que passam a ter não somente vagina e ânus refletidos no espelho, mas corpos e histórias penetráveis pelas palavras e desenhos impressos nos papéis. Palavras que registram compromissos e afetos que personalizam sujeitos.

É para a transmutação de corpos – a priori irreconhecíveis dentro de determinados “marcos de inteligibilidade da vida” – em sujeitos tramados por afetos, que Butler chama atenção em Marcos Guerra (2010a). No tocante de suas reflexões sobre os poemas de Guantánamo, a autora expõe que ao menos vinte e cinco mil poemas escritos por Shaikh Abdurraheem Muslim Dost, detido naquele campo, foram confiscados e destruídos antes de chegarem às mãos de advogados e agentes de direitos humanos. Ainda segundo Butler, a prática de censura e destruição dos poemas escritos por pessoas presas ali é amplamente empregada pelo policiamento daquela prisão. Prática justificada por meio da alegação de que “a poesia ‘apresenta um risco especial’ para a segurança nacional em decorrência de seu ‘conteúdo e formato’” (Butler, 2010a: 86).⁷³ A segurança é, também, a alegação “oficial” a que Taets chama atenção para a prática de fiscalização e censura das cartas que chegavam às mãos das agentes de segurança das penitenciárias femininas antes de alcançarem a quem aquelas letras estavam destinadas: as presas.

Diante da justificativa que aciona a segurança nacional, Butler propõe analisar o caráter “incendiário” dos poemas questionando, inclusive, se o risco que eles representam estaria no fato de estes exporem torturas ou críticas explícitas ao sistema punitivo norte-americano. A autora, contudo, elucida uma qualidade ainda mais subversiva destes. Os poemas escritos pelos presos de Guantánamo sublevavam a capacidade de sobrevivência tecida pelos sujeitos da tortura e do encarceramento por meio das palavras que comunicam. Mais do que isso, sublevam os afetos que permitem produzir em quem os lê empatia e reconhecimento possibilitando, assim, ser o escritor do poema compreendido frente ao

⁷³ “Cuando el Pentágono ofreció sus razones para la censura, alegó que la poesía ‘presenta un riesgo especial’ para la seguridad nacional a causa de su ‘contenido y formato’” (Butler, 2010, p.86).

mesmo “marco de inteligibilidade da vida”, quer dizer: ser reconhecido como vida, ser personalizado.

Butler chama atenção para o fato de que os poemas de Guantánamo comunicam e permitem produzir redes de solidariedade que conectam vidas através das palavras de uns e de outros. Dito de outro modo, para Butler os poemas são “vasos comunicantes” que as tênues porosidades de Guantánamo contatam. Assim são as cartas que trago aqui: “vasos comunicantes” produtores de redes de afeto. Não por acaso, tal como os poemas, as cartas passam por censuras nas portarias das prisões e, como aponta Mirella Alves de Brito (2007), podem ser inclusive confiscadas caso sejam consideradas “comprometedoras”, um risco para a segurança da instituição penitenciária.

Sem dúvida, cartas carregam informações. Mas como as interlocutoras de Adriana Taets revelam, o exame das correspondências é mais que uma prática de segurança. Assim como o confisco e censura dos poemas de Guantánamo, é antes um exercício de controle dos afetos das pessoas em situação de prisão. Afinal, afetos produzem incendiárias redes de ajuda e solidariedade por meio das quais é possível subverter as relações de poder e criar estratégias de sobrevivência. Estratégias que passam pela escrita, assimilam e tramam com técnicas de gestão e regulação dos afetos.

Nas histórias que trago a seguir, cartas são carimbos e certidões que comprovam, ou melhor, oficializam relações. São papéis que tornam legíveis e documentados casos e casamentos. Cartas são, portanto, a materialização das relações, mas são, também, os artifícios dos vínculos de afeto que agenciam escapes, linhas de fuga (Deleuze, 1996) a estas mesmas regulações. Como certidão de casamento, contrato de união estável, são as cartas de amor nas prisões, signos e significados. São cartas e são documentos.

Se muito é falado sobre cartas na gestão das relações que são atravessadas pela prisão, pouco se tem analisado a trama que articula produção e exposição dos documentos nos guichês e na dinâmica de atendimento das instituições prisionais. Como Rafael Godói (2015) argumenta, as bibliografias recentes que abordam agências e gestão da vida nas prisões focam relações estabelecidas através do Primeiro Comando da Capital (Biondi,

2009; Marques, 2009; Lima, 2013) ou entre as redes familiares e de ajuda dos próprios presos (Lago, 2014; Cunha, 2002; Comfort, 2011). No tocante das referências que levam em conta os processos de estado na análise, estes aparecem, como chama atenção Godoi (2015), por meio de elementos da ausência ou inoperância de um “Estado repressor”. Outras referências, como a de Antônio Rafael Barbosa (2005) e Bruna Bumachar (2014) que analisam os fluxos da gestão prisional levando em conta aparelhos estatais e as relações afetivas que os atravessam, falam de documentos a partir dos usos destes no cotidiano penitenciário. Um dos objetivos desta segunda parte da tese é ampliar as análises que têm sido produzidas por estes autores problematizando o lugar que os papéis têm nos arranjos articulados pelos sujeitos em suas relações com a prisão.

Adam Reed (2006), por exemplo, ao analisar os documentos de inclusão em uma instituição penitenciária de Papua Nova Guiné, chama atenção para a articulação das palavras e o modo como estas podem ser, ao mesmo tempo, objetos de fixação e expansão da comunicação entre presos e funcionários. Ele procura analisar os espaços e itens disponíveis nestes papéis que são, ou não, recorrentemente preenchidos durante a escrita dos documentos. Nestes, onde são utilizados jargões jurídicos e em quais itens é possível escrever a partir de gírias utilizadas pelos presos. Mais do que isso, Reed questiona os sentidos estéticos das fichas de inclusão à penitenciária ponderando, através destes papéis, sobre as possibilidades de agenciamento que são impressas ali. Certamente, Adam Reed é o autor que, ao propor analisar a circulação de objetos na penitenciária (Reed, 2007), termina por olhar mais atentamente para o processo de produção de documentos prisionais os problematizando frente às relações de poder da penitenciária em que faz seu campo.

De modo similar, foi o que fez Rafael Godoi (2015). Principalmente a partir da circulação dos Extratos da Vara de Execução Criminal (VEC) – um documento que informa sobre os encaminhamentos de um pedido de benefício, geralmente progressão de regime ou liberdade condicional, num processo de execução penal – Godoi tem produzido análises a partir dos fluxos documentais e da produção destes chamando atenção para o como tais escrituras falam tanto da expertise das pessoas presas e de seus familiares em manejar a linguagem operada pelos agentes de estado, como do próprio funcionamento da instituição penitenciária a qual, segundo o autor, funciona por meio do agenciamento de

mobilidades e fluxos postos em tensão com a prisão. Suas descrições ilustram como documentos que articulam progressão de pena são enviados desde a prisão, pelos próprios presos, via correio ou, ainda, são circulados por meio de redes compostas por agentes pastorais, familiares de pessoas em cumprimento de pena e defensores públicos. As descrições de Godoi sobre a circulação de documentos entre “dentro e fora” da prisão, assim como os arranjos tramados por toda uma rede que os faz transitar, coadunam com os dados aos quais chamei atenção em outro momento (Padovani, 2013): se cartas podem ser, nas prisões, articuladas como documentos que comprovam as relações, os documentos são muitas vezes circulados através de correspondências. No cotidiano das relações prisionais, cartas e documentos se embaralham através de seus trânsitos e seus arquivamentos.

Desta forma, se nesta apresentação da segunda parte da tese, cartas e documentos são postos quase em separado, no cotidiano no qual as vidas são gestadas nas prisões, os papéis são embaralhados e guardados numa mesma caixa dentro da cela. Isso não só porque papéis são arquivados (ou enviados) juntos, mas antes porque as letras das cartas e dos documentos falam da feitura ordinária dos vínculos tecidos através das prisões. A análise dos usos feitos destes papéis trata de como relações são produzidas, escritas, documentadas e agenciadas nas negociações com os aparelhos que movem as instituições punitivas.

Os documentos a serem acionados para a escrita dos capítulos que seguem, por mais que sejam embaralhados aos extratos de execução criminal ou os pedidos de livramento condicional de que fala Godoi, estão postos em outras escalas de negociação (Revel, 1998). As análises expostas nesta tese recaem sobre papéis articulados em processos de negociação para progressões da pena a serem publicada pelos tribunais judiciais paulistas e catalães. Documentos que tramam relações e, portanto, (in)viabilizam progressões de pena, saídas temporárias, visitas. São eles declarações escritas de próprio punho que asseguram a estadia de alguém durante os dias a ser passado fora da prisão, que “afiançam” (Vianna e Farias, 2011) a veracidade das conjugalidades, que tricotam sobre a legitimidade das relações amorosas(sexuais) vividas por presas/presos de São Paulo e Barcelona. Documentos de alcova que gestam segredos e que falam sobre fluídos. Ou, como já diria Foucault (1979: 136), documentos que geram tecnologias

políticas da vida, que tocam ao sexo, suas relações postas em camadas, por ser este elemento articulador de corpos e de populações: seus fluxos, suas fixidez.

Nos capítulos a seguir, proponho analisar as tramas tecidas entre regulação e agência das relações por meio de cartas e documentos tomados, aqui, como objetos privilegiados para o exame destas mediações. O interesse em enfocar cartas e documentos está ancorado na importância que estes objetos têm como mediadores através dos quais são tramadas e tensionadas regulações e articulações na vida cotidiana das prisões. As histórias a seguir contam sobre como cartas de amor e registros de relações afetivas são processados em trâmites atravessados pelos medos de expulsão ou pelas vontades de imigrar compartilhados por espanholas presas em São Paulo e brasileiras presas em Barcelona (capítulo III). Como também, são produzidos e tramitados nas tensas negociações com o Primeiro Comando da Capital que, de outro ou de similar modo, regula as relações das personagens do quarto capítulo. Os dois capítulos a seguir tomam como objetos de apreciação os modos como cartas e documentos são articulados cotidianamente pelas pessoas vinculadas à instituição prisional.

III. Enredando muros e fronteiras: cartas e documentos de migração entre prisões de São Paulo e Barcelona

Expulsão é a retirada compulsória de um estrangeiro do território nacional motivada pela prática de um crime que tenha cometido no Brasil ou por conduta incompatível com os interesses nacionais. Uma vez expulso, o estrangeiro está impedido de retornar ao nosso país, incidindo na sanção do artigo 338 do Código Penal, exceto se for revogada a Portaria que determinou a medida. A expulsão, via de regra, ocorre quando um estrangeiro comete um crime no Brasil e é condenado por sentença transitada em julgado.

O Processo administrativo para fins de expulsão está regularizado pela Lei n.º 6.815, de 1980. Diz o Estatuto do Estrangeiro, Lei n.º 6.815/80, com redação dada pela Lei n.º 6.964/81, em seus artigos 65 e 71:

“Art. 65 – É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.”

“Art. 71 – Nos casos de infração contra a segurança nacional, a ordem política ou social e a economia popular, assim como nos casos de comércio, posse ou facilitação do uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou de desrespeito a proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro, o inquérito será sumário e não excederá o prazo de quinze dias, dentro do qual fica assegurado ao expulsando o direito de defesa.”

O Juiz, a Polícia Federal ou o Ministério Público informam o Ministério da Justiça que o estrangeiro cometeu um crime e é autuado o processo administrativo para fins de expulsão. Por despacho do Diretor do Departamento de Estrangeiros, é determinada a instauração de inquérito administrativo para fins de expulsão. O inquérito, visando a expulsão de estrangeiro está regulamentado pelo artigo 103 e parágrafos do Decreto n.º 86.175/81, tratando-se de procedimento administrativo de colheita de informações que devem ser encaminhadas pela Polícia Federal com relatório conclusivo, ao Ministério da Justiça. Após receber o referido inquérito, se este estiver devidamente instruído, é feita a análise de mérito objetivando verificar se o expulsando não se encontra amparado pela legislação brasileira tendo se tornado inexpulsável. Sobre este assunto, convém ressaltar o que já é jurisprudência passiva perante o Supremo Tribunal Federal, bem como é o que preceitua o próprio Estatuto do Estrangeiro no seu artigo 75, inciso II, alínea “b” e o § 1º:

*“Art. 75 – Não se procederá a expulsão:
I – Se aplicar extradição inadmitida pela lei brasileira; ou
II – quando o estrangeiro tiver:
a) cônjuge brasileiro do qual não esteja divorciado ou separado, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado a mais de 5 anos; ou
b) filho brasileiro que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente.
§ 1º - Não constituem impedimento à expulsão a adoção ou o reconhecimento de filho brasileiro superveniente ao fato que a motivar.*

Caso se verifique que o estrangeiro é passível de expulsão, é encaminhado um parecer conclusivo ao Ministro da Justiça, a quem cabe decidir sobre a expulsão, por delegação do Presidente da República. Convém ressaltar que a Portaria expulsória é condicionada, via de regra, ao cumprimento total da pena ou à liberação do estrangeiro pelo Poder Judiciário. *Para a expulsão ser efetivada, o estrangeiro tem que cumprir a pena ou ser beneficiado com o livramento condicional da pena e ser liberado pelo Juiz da Vara de Execuções Criminais* (Site do Ministério da Justiça – Estrangeiros – Medidas Compulsórias – Expulsões, grifos meus).

Todas as pessoas estrangeiras presas em território brasileiro, acusadas de cometer um crime tipificado pelas leis nacionais, respondem, além do processo penal – por tráfico internacional de drogas, por exemplo – um processo administrativo de expulsão movido pelo Ministério da Justiça. Este processo, por mais que pretenda ser uma regulamentação padrão, apresenta em sua prática efeitos individualizados, principalmente, no que tange ao tempo – medido em dias, meses ou anos – que demora a sair, ou não, o decreto de expulsão. Disso resulta que parte das interlocutoras dessa pesquisa, estrangeiras presas na Penitenciária Femininas da Capital, conseguia obter progressão de pena ao regime semiaberto, ou liberdade condicional e terem os decretos de expulsão lavrados apenas depois de terem sido deferidos os benefícios, mas parte não.

Dessa particularização nos processos decorre que sentenciados estrangeiros com o decreto de expulsão deferido antes do fim da pena dependem da interpretação que cada juiz de cada comarca tem do decreto. Se o juiz entender que o deferimento da expulsão resulta na ilegalidade da permanência do sentenciado em território nacional, este provavelmente terá de cumprir a totalidade de sua pena em regime fechado, dentro da penitenciária, único espaço legal para sua permanência. Ordinariamente, a interdição de progressão das penas para regimes semiaberto, aberto e liberdade condicional⁷⁴ abre precedente para novos processos movidos pelas defensorias públicas e advogados particulares demandando o reconhecimento dos direitos de progressão do regime das penas. Processos que se acumulam e tornam ainda mais morosos os seus julgamentos.

⁷⁴ Regime aberto e liberdade condicional são diferentes formas de cumprimento de pena. Segundo artigo 36 do Código Penal, o regime aberto se caracteriza pela condição de albergado do sentenciado que passa o dia fora do albergue penitenciário onde deve pernoitar. Na prática, contudo, pela ausência de casas de albergados no Estado de São Paulo, o regime aberto é equalizado a prisão domiciliar na qual o sentenciado deve comparecer a cada dois meses na vara de execução criminal de sua comarca para justificar atividades de trabalho e/ou estudos para fins de remição de pena. A liberdade condicional, por sua vez depende de determinadas condições. É obrigatória, a obtenção de ocupação em um trabalho formal e é proibido frequentar bares, por exemplo. Em liberdade condicional tudo depende das regras que cada juiz determina a cada pessoa em cumprimento de pena. As condições judiciais podem ser modificadas no curso do livramento para atender aos fins da pena e à situação do condenado (ver artigo 144 da Lei de Execução Penal). Concedido o livramento, o juiz deverá especificar as condições a que este ficará subordinado sob pena de revogação do benefício. Ao fim do período deste livramento, se não houver violação de nenhuma das condições impostas pelo juiz, tem-se o fim da pena. Como elucida Rafael Godoi (2015), a progressão de regime nunca é automática, mas depende da mobilização de diversas redes de ajuda e documentos.

Ao longo dos anos de pesquisa etnográfica em prisões e redes de egressos estrangeiros na cidade de São Paulo, acompanhei situações em que o deferimento da progressão para regime semiaberto, já ganho, fora revogado em decorrência do decreto de expulsão ter sido publicado pelo Ministério da Justiça durante um período de saída temporária. Disso decorreu, por exemplo, que uma italiana sentenciada no Brasil por comércio internacional de drogas, segundo o entendimento da juíza responsável pela comarca a que seu processo de execução criminal estava atrelado, foi considerada foragida no decorrer dos dias de sua “saidinha”, dias em que tinha direito de permanecer fora da prisão. Ao reapresentar-se nos portões da penitenciária no final do período de saída temporária, foi automaticamente regredida ao regime fechado onde permaneceu até cumprir a totalidade de sua pena. A despeito disso, outros estrangeiros com expulsão decretada têm direitos de progressão de pena e liberdade condicional reconhecidos por juízes que delegam de modo pouco padronizado direitos e regulações prisionais aos sentenciados pela justiça nacional. Dado curioso consequente desta personalização jurídica é o acúmulo de pedidos de transferências para comarcas de juízes que, habitualmente, reconhecem o direito de cumprimento da pena em regime semiaberto e liberdade condicional para estrangeiros com ou sem expulsão decretada.

De mesmo modo, a política prisional catalã também não reconhece como imigrantes regulares os estrangeiros egressos. Estes, ao saírem do sistema prisional entram em uma rede que intersecta (ir)regularidades, (i)legalidades e (i)legitimidades. Passam a alimentar os mercados e trabalhos sexuais e do comércio interno de drogas. Mercados contra os quais as políticas e polícias catalãs (e espanholas) procuram exercer incisivas ações de repressão e controle (Piscitelli, 2013). Nesse registro, os Centros de Internamento de Estrangeiros, ou CIEs, são dispositivos exemplares das ações e pretensões antimigratórias dos governos da Espanha e da Catalunha. Nestes Centros, ficam internados estrangeiros detidos em situação irregular no país à espera de serem expulsos. O internamento pode chegar a sessenta dias e, nem sempre, a expulsão, de fato ocorre⁷⁵.

⁷⁵O processo de expulsão para o país de nacionalidade, no caso para o Brasil, está sujeito às leis espanholas e também brasileiras. A entrada no Brasil depende do porte de algum tipo de documento, passaporte ou autorização de retorno emitido pelo consulado. Em situações nas quais o passaporte do brasileiro irregular na Espanha foi extraviado ou perdido, o processo depende que este brasileiro declare que deseja retornar ao

A ponderação sobre processos de aprisionamento e liberdade de brasileiras na Catalunha e de espanholas em São Paulo implica na apreciação das políticas espanholas e brasileiras contra a imigração (Bosworth, 2011). Políticas que, não necessariamente, alcançam o objetivo de conter fluxos migratórios já que, como as histórias a serem expostas neste capítulo ilustram, o aprisionamento pode se tornar, ao longo da pena, uma via de entrada para o processo migratório na Espanha e no Brasil. Dito de outro modo, durante o cumprimento da pena, relações amorosas, familiares, de trabalho, entre tantas outras, são reformuladas tanto “aqui” quanto “lá”, o que possibilita mudanças de perspectivas para as interlocutoras dessa pesquisa que, por vezes, decidem ficar na Espanha ou no Brasil mesmo que irregularmente. Essa decisão está vinculada ao empreendimento de empenho e dinheiro em aluguéis de quartos, casas e redes de ajuda e confiança. Esforço atribuído pelas interlocutoras desta pesquisa ao fato de terem um marido, uma namorada, um noivo que conheceram na prisão, ou com quem entraram na prisão e com quem querem ficar. A liberdade ganha ares de espera pela saída daqueles que permanecem presos.

As narrativas e trajetórias das personagens que trago a seguir, ilustram que os trânsitos decorrentes do comércio de drogas podem não estar diretamente relacionados a uma intencionalidade em migrar, mas que a prisão e o tempo da pena abrem possibilidades e perspectivas migratórias às quais são, recorrentemente, vinculadas às trocas sexuais, afetivas, de ajuda e mercado matrimonial. “Querer ficar” no país em que se cumpre pena, mesmo depois da liberdade, é a transposição da prisão para a migração. Transposição tecida sutilmente nas narrativas que elucidam como, através dos vínculos de afeto travados dentro das penitenciárias, projetos de liberdade são ressignificados a partir da “prisão”.

Brasil, já que o Consulado do Brasil só emite a autorização de retorno com o consentimento da pessoa que irá retornar ao país. Caso o brasileiro não faça essa declaração de consentimento, o Consulado não emite a autorização de retorno e as autoridades espanholas não podem seguir com a expulsão. Além disso, a expulsão implica que o pagamento das despesas com passagens aéreas fique ao encargo do país que expulsa, no caso, a Espanha. Com a crise econômica, o número de expulsões diminuiu significativamente. Caso não seja efetivamente expulso, após passar sessenta dias de internamento nos Centros de Internamento para Estrangeiros, a pessoa detida retorna para as ruas da Espanha com um atestado de expulsão emitido pela Espanha. Estes dados foram retirados de entrevista realizada com funcionários do Consulado Geral do Brasil na Catalunha. Sobre processos de expulsão em Portugal, bem similares com o que descrevo nesta nota, ver Togni, 2014.

III.i Marta Téllez e Eduardo Deán: escrevendo documentos, tramando familiaridades.

Eu, Natália Corazza Padovani, portadora do Registro Geral nº 12345678-X, antropóloga, casada com Douglas Gonçalves, portador do Registro Geral nº 87654321-X⁷⁶, artista plástico, domiciliada em Santo André, SP, declaro que a reeducanda Marta Téllez, matrícula nº 123456, vive em união estável com o reeducando Eduardo Deán, matrícula 654321.⁷⁷ Declaro, ainda, saber que Marta e Eduardo se conheceram na Espanha, país de onde são naturais, quando ambos tinham dezesseis anos e que, desde então, têm mantido um relacionamento amoroso conjugal estável.

Santo André, junho de 2011. Assinatura da declarante com firma reconhecida por semelhança.

Enviada à Secretaria de Administração Penitenciária e à Unidade Penitenciária de Itaí, ambas do Estado de São Paulo, a declaração exposta acima documenta duas conjugalidades: a minha com Douglas Gonçalves e a de Marta Téllez com Eduardo Deán. Sobre a primeira não há nada a ser declarado, apenas atestado e, sobretudo, identificado. Sobre a segunda há o esforço em fazê-la legível e, especialmente, em legitimá-la. Atestar e identificar a conjugalidade da declarante (no caso, a minha), nesse registro, é parte de um esforço em produzir uma declaração que crie relevo sobre a relação conjugal civilmente reconhecida. Sublinhá-la sobre qualquer outra forma de relação. Na declaração de uma das partes do par, dois são os declarantes.⁷⁸ Mais do que isso, a afirmação que engloba no texto a legitimidade conjugal e heterossexual de quem declara, objetiva validar outra

⁷⁶ Os números de Registro Geral são fictícios.

⁷⁷ Marta Téllez e Eduardo Deán são personagens do romance *Mañana em la batalla piensa en mí*, de Javier Marías. Tomo emprestado seus nomes para narrar a história de outra família de Madri. Na história contada por mim, Marta Téllez não morre como ocorre com Marta Téllez de Marías. Aqui, Eduardo Deán também está distante, mas não porque viaja a trabalho, antes porque está preso em unidade penitencial distinta da unidade em que está presa Marta Tellez. Na relação desta Marta Téllez e deste Eduardo Deán não existem documentos matrimoniais, filhos ou casa. Na relação de Marta Téllez e Eduardo Deán de Marías o casamento é legítimo e legibilizado por todas as instâncias. Em ambas as relações, entretanto, o adultério e a promiscuidade são a permanente presunção com as quais o casal tem de lidar. As matrículas citadas são, claramente, fictícias.

⁷⁸ Baseio-me, aqui, no texto de Viveiros de Castro e Ricardo Benzaquen, *Romeu e Julieta e a Origem do Estado* (1977) que trata, entre outras coisas, de uma capacidade “unificadora” do “Amor” quando pensado como fundamentador do Estado Moderno. Parto, também, das considerações de Strathern em *O Gênero da Dádiva* (2010) sobre a metáfora da “eclipse” que fala de trocas que contém relações, mesmo que as oculte. No caso do documento produzido para, e por, Marta Téllez e Eduardo Deán, considero que as conjugalidades são englobadas umas nas outras para produzir o efeito de unificação, contenção das relações de modo a estabelecer legitimidade de uma relação pela outra.

conjugalidade também heterossexual: a de Marta Téllez e Eduardo Deán, espanhóis presos em São Paulo.

De mesmo modo, a irmã de Marta e a mãe de Eduardo enviaram declarações semelhantes à produzida por mim. As correspondências que chegam da Espanha foram firmadas e registradas por um cartório espanhol e possuem a prensa do carimbo de reconhecimento de veracidade do Consulado Geral do Brasil na Espanha em Madri. Às declarações que enviaram sogra e cunhada estão indexadas, ainda, fotos do casal durante festas de família. Os documentos pouco contam sobre Marta Téllez e Eduardo Deán, apesar de certamente os identificarem por meio de suas matrículas, de seus nomes expostos por extenso e de seus rostos gravados em fotografias antigas.

Nas breves e secas linhas, está declarada uma temporalidade específica da relação. Uma temporalidade que, assim tramada, objetiva atestar a conjugalidade estabelecida entre as personagens desta história. A relação é tecida por meio dos usos de um tempo específico: a adolescência de Marta e Eduardo.

Iniciada na Espanha, longe das prisões paulistas, a relação de duas pessoas presas passa a ser certificada pela trama da história pregressa de uma juventude que é pintada a partir da presunção da inocência de dois jovens europeus, brancos e heterossexuais. Sobre a relação de Marta e Eduardo, o dispositivo da heterossexualidade, anunciado por meio de palavras que atentam para o tempo e, portanto, para a estabilidade da relação, é acionado nos textos dos documentos assinados por uma antropóloga (que tem como objeto de pesquisa redes de afeto, relações amorosas e conjugais nas penitenciárias femininas de São Paulo) e pela família. Documentos que firmam pela veracidade da relação.⁷⁹ Marta, Eduardo e a família da Espanha tramam, em uma narrativa coerente, a história conjugal do casal. Empreendem esforços na escrita e na burocratização da mesma para que as relações sexuais, afetivas, amorosas de Marta e Eduardo, se transformem em uma única relação familiar repositória de direitos reconhecidos pelo conjunto de aparelhos de estado que atravessam a instituição prisional.

⁷⁹ A assinatura da antropóloga, nesse registro, é como um laudo. O lastro documental tramado por Marta, Eduardo e pela família da Espanha, preocupa-se em não vincular a conjugalidade à prisão. Não há dentre as testemunhas, como ocorrem com outras declarações produzidas nas prisões, uma colega presa, uma parceira de cela. Há a família, a especialista e o casal.

A produção desses documentos partiu da progressão da pena de Marta que, após ter cumprido aproximadamente dois anos de prisão em regime fechado, teve reconhecido o direito de cumprir o restante da condenação em regime de semiliberdade. Em termos práticos, Marta poderia passar alguns dias pré-determinados fora da prisão. Ao contrário do que ocorreu com muitas das companheiras espanholas que Marta conhecera na penitenciária, seu decreto de expulsão nunca chegara e, assim, enquanto o Ministério da Justiça permanecia silencioso a seu respeito, ela poderia seguir planejando sua vida fora da prisão, dentro das fronteiras nacionais brasileiras. Nos dias de saída temporária da penitenciária, dormiria em casa de amigas ou de custódia e, se conseguisse um emprego “na rua”, poderia sair para trabalhar e voltar para a prisão só para dormir. O cumprimento de sua pena em regime semiaberto permitia também, ao menos em tese, que Marta visitasse Eduardo durante os dias que passasse fora da prisão. Para que ela satisfizesse seu desejo de visitá-lo, todavia, precisava comprovar o “vínculo familiar” com Eduardo.

Não há na Lei de Execução Penal de 1984 uma referência específica que vincule a visita à manutenção dos laços familiares. No texto da lei, na seção “Dos Direitos”, artigo 41, tópico X tem-se: “Constituem direitos do preso: visitas do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”. Seção e parágrafo, diretos e simples possibilitam, contudo, polissemias que são acionadas por regimentos da Secretaria de Administração Penitenciária e pelo entendimento subjetivo de diretores das prisões e, também, de presos e presas.⁸⁰ “Manter os laços familiares”, assim, é o objetivo que tem sido posto em relevo pelas escritas das regulações da visita como ilustram a passagem do primeiro parágrafo do ofício 2191/2001 sobre visitas íntimas em penitenciárias femininas de São Paulo e o artigo 102 da resolução 144, de junho de 2010, publicada pela Secretária de Administração Penitenciária:

- A visita, em especial a visita íntima, tem por *finalidade manter e fortalecer as relações familiares* com a pessoa privada de liberdade (Primeiro parágrafo do ofício 2191/2001, p.6. Grifos meus.).
- Art. 102 – Para que alguma visita seja cadastrada no rol de visitas do preso, deve haver a apresentação dos seguintes documentos:
I- concordância, por escrito do preso, sobre a conveniência ou não

⁸⁰ Sobre possibilidades de agência abertas a partir de polissemias da lei, ver: Foucault, 1984.

da visitação;
 II- *comprovação da condição de ser cônjuge, companheira ou do grau de parentesco;*
 III- cópia da carteira original de identidade do visitante;
 IV- cópia da carteira original do cadastro de pessoas físicas;
 V- *cópia do comprovante de residência dos últimos 06 (seis) meses;*
 VI- duas fotos recentes e iguais;
 VII- *certidão de antecedentes criminais* (Resolução 144 de 29/06/2010 da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Grifos meus.).

São as letras dos ofícios e das resoluções publicadas pela Secretaria de Administração Penitenciária, mais do que as palavras da Lei de Execução Penal, que opõem, portanto, família a crime. Nestes textos, visitas são formuladas como ferramentas que “mantém e fortalecem relações familiares” comprovadas por documentos e especificadas pela negatividade de antecedentes criminais. As relações de conjugalidade e familiaridade de Marta e Eduardo, nesse sentido, configuram uma aparente contradição no marco jurídico descrito pelos parágrafos de ofícios e regimentos. A que esta relação heterossexual, europeia, branca e, principalmente, lastreada por artefatos familiares, atende nas prisões paulistas? Como demarcar o direito familiar a partir da conjugalidade de duas pessoas presas?

A incoerência ilusória em que parece estar classificado o casamento de Marta e Eduardo é, entretanto, muito menos obscura e muito mais ordinária do que possa parecer. Casais heterossexuais, compostos por brasileiros, espanhóis, bolivianos, com ou sem filhos, incham as caixas de correios de prisões femininas e masculinas com cartas trocadas entre pessoas presas nas duas instituições. Esposas e maridos, amasios, pais e mães que respondem a familiaridade reconhecida pelo estado, familiaridade que a Secretaria de Administração Penal preocupa-se “em manter e reforçar” de acordo com os textos que publica, não atendem, necessariamente, a uma pressuposta oposição ao crime e à prisão.

O esforço em documentar, legibilizar e legitimar a relação de Marta e Eduardo pretende dar conta de um entendimento de familiaridade específico. De uma familiaridade descolada da prisão, de retirar a conjugalidade da incongruência jurídica e atestá-la como relação familiar digna do reconhecimento de direitos. O empenho de Marta, nesse sentido,

ultrapassava a documentação timbrada, firmada e carimbada. Em sua fala, classificava seu casamento com Eduardo como “diferente das relações daqui”, “um amor de verdade”. Marta defendia seu casamento, preocupava-se em demonstrá-lo como “sólido”, “verdadeiro”, “diferente dos relacionamentos por cartas que as presas têm com correspondentes”: “Como você pode dizer que ama alguém sem conhecer essa pessoa, sem sentir a pele”. Para Marta sua relação com Eduardo era um “amor puro”, enquanto as relações que ela testemunhava na prisão eram “passatempos”, “loucuras”, “paixões fora da realidade”. “Não são amor”. Nas palavras de Marta os casamentos da prisão não eram “de verdade”, pois “não se trai quem se ama”.

Eu nunca traí o Eduardo, a gente já fez tudo junto. Usou droga, traficou, mas nunca se traiu. Já ficamos presos na Espanha, no Brasil e em outros lugares que nem posso te contar, mas a gente continua junto. Ele pode até me trair, mas eu não acredito. Se ele me trai, prefiro não saber. Mas acho que não. Ele se preocupa comigo, se estou comendo, me cuidando, se estou usando droga na cadeia. A gente se cuida.

Marta trabalhava sua narrativa no sentido de diferenciar sua relação com Eduardo dos demais casos, namoros, casamentos da prisão. Ao fazê-lo, ela, simultaneamente, convergia e divergia com o empreendimento da Secretaria de Administração Penitenciária em definir laços familiares dignos do direito da visita. Marta produzia um lastro documental e narrativo preocupado em atestar, por um lado, a temporalidade e a oficialidade da relação, e, por outro, o “amor” e a “fidelidade” que a fundamentava. Ela impregnava a narrativa sobre seu casamento com evidências do companheirismo e cuidado que Eduardo nutria por ela e que ela por Eduardo, mesmo que esses relevos fossem calcados em histórias pregressas e de antecedentes criminais recheados por aventuras avaliadas pelos aparelhos do estado como crimes transnacionais. De todo modo, Marta se esforçava em provar que seu casamento não era fugaz, que extrapolava e mantinha-se a despeito de todas as contingências da prisão. Que era um “amor puro”, pois não se deixava contaminar pela cadeia, pela traição. Contra as suspeitas, Marta respondia com cartas.

Carregando um bloquinho de envelopes coloridos, cuidadosamente abertos na lateral e amarrados por um elástico de dinheiro, Marta veio ao meu encontro; queria me mostrar as cartas que havia recebido de Eduardo naquele mês. Sentamos em uma das mesas do pátio da Penitenciária Feminina da Capital e começamos a ler as correspondências. Rimos das caricaturas, flores e bombas desenhadas nos envelopes. Por meio de cada uma das ilustrações, tínhamos pistas do teor das cartas: se carinhosas, eróticas, bravas. Uma flor penetrada por um caule grosso, uma bruxinha de cinta liga voando em uma vassoura mágica, um presente com bombons... Marta queria me mostrar a carta que trazia uma bomba no envelope. Carta de briga. “Essas são as melhores!”, ela dizia. Na carta, Eduardo reclamava que tinha recebido uma foto de Marta, retirada durante a festa do dia das mães pelo fotógrafo contratado pela unidade penitenciária.

Bem, queridíssima Marta. Para dizer a verdade, não sei por que você me enviou a sua foto. Se para me *fuder* ou me fazer mal. Me dei conta de que você está me enganando, e está tomando aquelas *merdas* de drogas que vendem aí. Eu, de minha parte, continuo forte, moreno e bronzeado e não com a cara de *nóia* que você está nessa maldita foto!⁸¹

A carta de Eduardo terminava com sua assinatura e o desenho de um homem forte moreno e bronzeado. Marta conta que teve de explicar a Eduardo que havia emagrecido, pois não se acostumava com a comida da prisão e que não estava usando drogas. Continuava: “viu como nos cuidamos? Ele me ama. Cuida de mim”. A “carta bomba” documentava o amor de Eduardo e Marta queria expô-lo para mim, a antropóloga que estudava “casos e casamentos” nas prisões femininas, de modo à publicizar o amor de Eduardo e legibilizar sua relação.

As correspondências trocadas entre Marta e Eduardo eram, portanto, mais que documentos. A flor, o caule, a bomba, a bruxa, a vassoura, denotavam códigos que ultrapassavam a linguagem litúrgica das papeladas jurídicas. Marta, certamente, as utilizava como provas da relação que mantinha com Eduardo, mas as carregava, também, junto ao

⁸¹ Marta me entregou grande parte das cartas que recebia de Eduardo para que eu as copiasse e as arquivasse. Eduardo e Marta autorizaram que eu as utilizasse como material de pesquisa. Significativo apontar que eu só tive acesso as cartas que Eduardo escrevia para Marta e não às que Marta escreveu para Eduardo. O texto da carta citada está em espanhol, eu o traduzi livremente e fiz algumas alterações de modo a preservar a identidade dos interlocutores que compõem as personagens Marta e Eduardo.

corpo. As cartas de Eduardo eram os toques, os beijos, as brigas, os gozos, as aflições, os medos, os suportes que Marta sentia em seu corpo. Pregava na parede da cela. Com as cartas de Eduardo, Marta vivia seu casamento e provava que ele existia dentro (fora) da prisão.

Após quase dois anos cumprindo pena em regime fechado, Marta conseguiu a progressão da pena para o regime semiaberto. Por fim, poderia visitar Eduardo. Precisaria, portanto, provar a existência e a legitimidade de seu casamento, de tramar a familiaridade demandada pela instituição prisional. Marta se muniu de cartas, ofícios, declarações firmadas e registradas que, em letras, papéis e carimbos, legibilizavam o matrimônio de Marta Téllez e Eduardo Deán. A papelada pretendia retirar a relação de Marta e Eduardo da aparente incongruência de serem casados e presos estrangeiros: família com antecedentes criminais transnacionais. O arcabouço documental que Marta carregava, abria negociação entre ela, a Secretaria de Administração Penitenciária (por meio de resoluções), a Juíza Corregedora, a Defensoria Pública e as Penitenciárias de Itaí e Feminina da Capital (nas pessoas de assistentes sociais, diretores e advogados).

A resolução 144 publicada pela Secretaria de Administração Penitenciária em 2010 não especifica que cônjuges ou familiares com antecedentes criminais devem ser proibidos de visitar seus parceiros, filhas, irmãos, mães presas. A resolução somente atenta para a necessidade de pedir o atestado de antecedentes criminais aos requerentes de visitas em prisões paulistas ⁸². Há, entretanto, a prática corriqueira do indeferimento da visita de todos os cônjuges egressos ou em semiliberdade, hetero e homossexuais, aos parceiros presos. A negação é cíclica. O pedido de visita é enviado, por vezes pelas assistentes sociais e psicólogas(os), da penitenciária de onde sairá uma das partes do casal, neste caso, Marta, para a penitenciária onde está a outra parte, ou seja, Eduardo. A unidade penitenciária de Eduardo alegou que Marta teria de pedir autorização da visita à Defensoria Pública que, por sua vez, acionou a Juíza Corregedora. Esta, de sua parte, declarou ser ofício de cada

⁸² Podemos pensar, inclusive, sobre o sentido de pedir a certidão de antecedentes criminais às visitas das penitenciárias paulistas. Sobre a transposição da “identidade criminosa” para familiares e visitas de pessoas presas, sugiro: Biondi, 2009, Feltran, 2009, Taets, 2012.

instituição prisional os deferimentos e indeferimentos das visitas.⁸³ Marta recorreu novamente às assistentes sociais da unidade em que cumpria o regime semiaberto, a Penitenciária Feminina do Butantã (ver capítulo II). As assistentes sociais então solicitaram que Marta as entregasse documentos que comprovassem sua relação conjugal com Eduardo⁸⁴.

Chegamos, por fim, as declarações produzidas por mim, pela família, por Marta e por Eduardo. Estes documentos foram compostos pelas assistentes sociais em um pequeno dossiê enviado ao setor de reabilitação e disciplinares da Penitenciária de Itai, onde Eduardo seguia preso em regime fechado. Após um período de análise, Marta conseguiu, finalmente, visitar seu marido: uma visita administrativa. Marta viajou de São Paulo à Itai para ficar por cerca de uma hora com Eduardo no parlatório, sala repartida ao meio por uma grade ou por um vidro, geralmente reservada aos atendimentos de advogados.

Após dois anos presos sem contato físico, dois anos passados trocando cartas, Marta e Eduardo se viram. Mas só se viram: entre eles havia um vidro, um agente penitenciário, dois portões de entrada, um detector de metais, duzentos e cinquenta quilômetros, documentos, deferimentos e indeferimentos. A visita administrativa deferia a visita, indeferia toques. O parlatório era o espaço da relação, devidamente documentada e legibilizada para/pelos aparelhos do estado, de duas pessoas presas. As cartas seguiriam correspondendo as mãos.

Entre correios e correrias

Cumprindo a pena em regime semiaberto, Marta teve direito a algumas saídas temporárias. Nestas ocasiões, foi ao consulado espanhol buscar roupas e objetos que ela e Eduardo levavam nas malas no dia em que foram presos, foi ao mercado comprar

⁸³ É emblemático dizer que ao longo da pesquisa de doutorado acompanhei a recorrência deste parecer da Juíza Corregedora. Das três vezes que acompanhei processos de pedidos de visitas de cônjuges egressos, três vezes este foi o parecer da Juíza, fato que permite questionar as razões pelas quais se faz crer que o caminho da demanda pela visita de egressos a cônjuges presos passe pela Defensoria Pública e Juíza Corregedora.

⁸⁴ A solicitação das assistentes sociais ilustra a tentativa destas funcionárias em administrar as demandas da instituição penitenciária, em ir ao encontro com os artigos da Lei de Execução Penal que valoriza relações familiares. Os esforços das técnicas do setor de reabilitação, contudo, dependem do entendimento particular da Lei, das resoluções e ofícios de cada diretor geral ou de disciplina/segurança de cada unidade penitencial específica.

shampoos, cremes, frutas, ovos, foi comer peixe. Enfim, foi realizar algumas das vontades irrealizáveis dentro das prisões. Mas Marta foi também à defensoria pública antes de entrar pelos portões da prisão no final de um dos finais de semana a que teve direito de passar na rua. Do lado de fora, Marta deixou caixas entupidas de roupas, cereais, pães, queijos, presuntos, chocolates e outras coisas que ela sabia que Eduardo sentia falta na prisão. Na segunda feira seguinte, fui ao correio levando uma das caixas em que Marta havia, cuidadosamente, arrumado as guloseimas para Eduardo.

Não era a primeira vez que ia ao correio enviar cartas endereçadas a prisões. Naquele dia, entretanto, carregava uma caixa recheada de alimentos a serem despachados por *sedex*⁸⁵ até um endereço sem logradouro, mas com nome de rodovia e quilômetro. Endereço de um lugar no meio da estrada, anotado em uma folha de papel branca grudada com cola e fita crepe na caixa embrulhada com papel pardo. Na fila do correio, bem a minha frente, havia três pessoas. Destas três, uma senhora e uma menina carregavam caixas como a minha. A atendente do balcão pesava as caixas e declarava um peso, sempre menor que um quilo e meio, peso máximo autorizado aos *sedex* que são encaminhados às prisões. A senhora e a menina despacharam uma a uma suas caixas. Foram embora em silêncio, não se falavam, não me falaram nada. As caixas não faziam de nós cúmplices, companheiras, as caixas, tão somente, faziam com que nos reconhecêssemos e, certamente, com que nos reconhecessem.

Era minha vez, coloquei a caixa no balcão e apoiei os cotovelos para ver o peso que a balança marcaria. Se mais de um quilo e meio, teria de abrir a caixa, tirar alguma coisa, fechá-la novamente para enviar o restante somente na semana seguinte. Tudo certo: um quilo quinhentas e quarenta e cinco gramas. A atendente olhou para mim e disse: “tranquila, pouquinho assim eles sempre deixam passar”. A rotina de atendimento fizera com que aquela funcionária dos correios criasse uma expertise acerca da logística de cartas e caixas enviadas a prisões. Percebendo minha apreensão me perguntou: “é a primeira vez que envia o jumbo?”, respondi que sim com a cabeça ao que ela continuou, “no começo é difícil, depois você se acostuma”. Não podia deixar de lançar um olhar de profundo

⁸⁵*Sedex* é o nome do serviço de envio e entregas expressas de encomendas e documentos dos Correios no Brasil.

agradecimento a ela. Naquele momento, eu era Marta, a menina e a senhora carregando caixas que levavam toques que não cabiam em cartas, levavam alimentos (Comfort, 2003 e 2007). Caixas que materializavam as relações justapostas que nos pessoalizavam.

Caixas que, portanto, também nos diferenciavam e nos colocavam em um marco de reconhecimento específico naquela fila do correio. De outro modo, era sobre esse processo de diferenciação e reconhecimento que recaiam as tramas de Cristal calcadas nas expertises de quem viveu na lagoa e, logo, não podia perder para sapo. Expertises de uma correria produzida nas tensões entre prisões e fluxos transnacionais.

III.ii. Quem mora na lagoa não perde para sapo: Cristal (i)ligibilizando relações.

“Eu hein, morar na lagoa e perder pra sapo? Não mesmo!”. Era o que dizia Cristal que não perdia nada pra sapo. Não perdia para as agentes de segurança penitenciária, não perdia para os assistentes sociais e psicólogos, para as outras presas, para sua família, para seu namorado... Frente à Cristal, todos eram sapos. E ela caminhava por entre muros, celas, fronteiras nacionais, comércio de drogas e mercados do sexo. Os muros das prisões não a impediam de andar.

A primeira vez que vi Cristal foi num dia de visita na Penitenciária de Brians, em Barcelona. Cristal, que estava cumprindo o final de sua pena de seis anos em terceiro grau na penitenciária Wad Raz, ia todos os finais de semana se juntar à fila do ônibus que saía da rodoviária às sete horas da manhã e seguia até a longínqua penitenciária de Brians. Foi nesta prisão onde Cristal passou mais de quatro anos presa em regime fechado. Foi onde, também, conheceu seu namorado. Era a ele quem Cristal ia visitar, e ela não estava sozinha. As saídas temporárias de finais de semana para maior parte das presas brasileiras em regime semiaberto significavam dias de visita à Brians. Eu as acompanhava. Pegava o ônibus com elas e passava o dia na fila de espera para que, enfim, elas pudessem passar vinte meteóricos minutos conversando com seus namorados por meio de um vidro perfurado.

O regime semiaberto nas prisões catalãs é bastante diferente do regime semiaberto paulista. Qualquer pessoa em regime semiaberto pode passar o dia na rua e voltar para almoçar, jantar e dormir na prisão. Caso tenha um trabalho formal “na rua”, fora

da prisão, a pessoa em cumprimento de pena pode passar todo o dia fora da penitenciária, voltando somente para dormir. Presos em regime semiaberto que trabalham (dentro ou fora da prisão), também têm direito de passar dez dias corridos fora da prisão voltando apenas no término deste período. Durante meu trabalho de campo na Espanha, foi comum sair com as meninas que cumpriam o semiaberto em Wad Raz para almoçar, jantar, beber e ir ao forró ou em festas e bares voltados para brasileiros migrantes em Barcelona. Muitas das interlocutoras dessa parte da pesquisa alugavam casas, ou quartos em casas de parentes de presos espanhóis ou colombianos, bolivianos; migrantes irregulares que conheciam na prisão. Dito de outro modo, um mercado de aluguéis para moradia se constituía a partir das redes de afeto e ajuda nas prisões mistas, masculinas e femininas, catalãs.

Quando falava sobre o período passado em cumprimento de pena na penitenciária de Brians, Cristal sempre destacava o “cinema”, atividade que reunia homens e mulheres presos: “Como sempre estava escuro era fácil de a gente fugir para o banheiro, ou até fazia as coisas ali mesmo. A gente combinava tudo e uma dava cobertura para outra, distraía os tutores”.⁸⁶ Foi em uma dessas sessões de cinema que Cristal conheceu seu “namorado peruano”, como ela sempre o chamava pouco referenciando ao seu nome. “Quando conheci o peruano no cinema, dei uma de difícil, né? Então só deixei ele pegar o número da minha cela. Aí, já viu... foi uma trocação de cartas só”. Cristal começou seu namoro com o peruano por meio das cartas que trocavam entre os módulos. Depois de algum tempo trocando cartas, ela pediu a seu tutor que autorizasse encontros *vis-a-vis*⁸⁷ entre eles e o namoro estreitou. Agora o “peruano” era “o peruano de Cristal”.

Diferente das penitenciárias paulistas, nas prisões de Barcelona visitas íntimas entre casais de presos, inclusive homossexuais, são permitidas. Não é necessário

⁸⁶ Tutor é o nome atribuído aos funcionários de uma das funções administrativas das prisões catalãs. Estes ocupam um cargo intermediário entre agentes de segurança e assistentes sociais. São educadores, pedagogos e psicólogos que acompanham a rotina da prisão de perto, como um agente de segurança, mas que não é responsável pela segurança e sim pelo “comportamento”. São os tutores que fazem relatórios aos assistentes sociais que, por sua vez, deferem ou indeferem castigos, benefícios e progressões de pena. Diferente do sistema prisional de São Paulo, o sistema prisional da Catalunha me parecia mais próximo da estrutura de órgãos de saúde pública e menos de órgãos policiais repressivos. Essa diferença nada diz sobre “eficácia”, “melhores condições” ou “eficiência” do aprisionamento.

⁸⁷ *Vis-a-vis* é o nome dado às visitas realizadas em uma sala, ou um quarto reservado, com banheiros. O *vis-a-vis* pode ser familiar ou íntimo, ou seja, conjugal.

comprovação dos vínculos familiares ou matrimoniais do casal. A única condição é que ambas as partes declarem desejo de terem o *vis-a-vis*. Cristal e o “peruano” fizeram o pedido e após três semanas puderam se encontrar no quarto da visita íntima.

As regras e regulamentações para as visitas nas prisões de Barcelona são bastante flexíveis. Para uma pessoa visitar um preso ou presa precisa, somente, da autorização deste último e de um documento com foto. Impressionava o número de brasileiras egressas do sistema prisional da Catalunha, em situação irregular na Espanha, que entravam para visitar namorados, namoradas, amigas e familiares portando o passaporte vencido há anos atrás. O processo espantava ainda mais se comparado ao procedimento rebuscado e sofisticado de deferimentos e indeferimentos às visitas que eu conhecia do Brasil, mas também espantava o paradoxo de aquelas estrangeiras, majoritariamente vindas de países da América Latina e em situação irregular na Espanha, terem livre acesso à prisão e, ao mesmo tempo, se esconderem nas ruas de Barcelona com medo da polícia que fiscalizava a imigração. Com medo de todo sistema da temida *extranjería*⁸⁸. Funcionários, voluntários e presos, com quem conversei sobre a prática de facilitação de visitas *vis-a-vis* nas prisões catalãs, diziam que assim era mais fácil controlar as penitenciárias: “Os presos ficam mais tranquilos”, me diziam. Esta suposta liberalidade das prisões de Barcelona eclipsava, portanto, artimanhas de controle muito capilares. Artimanhas exercidas pelas funcionárias das penitenciárias, mas também pelas presas. Foi por conta das artimanhas da rede de controle de informações e das trocas de cartas que o namoro de Cristal com “o seu peruano” terminou algum tempo depois que a conheci.

Na tarde em que Cristal iria assinar sua liberdade condicional, ela me ligou e perguntou se podia acompanhá-la e se, depois, poderíamos sair para comemorar. Respondi prontamente que sim. Claro! Cristal continuou: “Você está sabendo do bafão?”. Eu já sabia, havia recebido e-mails e ligações de outras presas brasileiras em *tercero grado* me avisando do final da relação de Cristal com o peruano. Ainda pelo telefone, Cristal disse, “durante a cerveja, te conto tudo”. Mais tarde, me encontrei com ela que contou o “bafão”.

⁸⁸ O termo *extranjería*, tal como utilizada pelas interlocutoras desta pesquisa, refere-se, principalmente ao policiamento de controle de imigrantes em situação irregular na Espanha.

Uma colombiana, também presa em Brians se interessou pelo namorado de Cristal. A colombiana enviava cartas e mais cartas ao peruano de Cristal que, depois de algumas investidas da colombiana, passou a responder as cartas. Cristal ficou sabendo do flerte entre a colombiana e seu namorado porque uma funcionária de Brians, que gostava muito dela, mostrou-a os registros de cartas recebidas e enviadas entre os módulos. A funcionária, segundo Cristal, queria alertá-la da traição de seu namorado (Trecho do caderno de campo de janeiro de 2012).

Os registros de cartas enviadas e recebidas e, principalmente, o fato de a funcionária da prisão avisar à Cristal sobre cartas “suspeitas” trocadas por seu namorado fora da relação, joga luz a uma rede de controle possibilitada pelas correspondências remetidas entre os módulos e para a ou da prisão. Essa rede de controle das informações, contudo, é sustentada por relações e fofocas, mais do que por registros. Cristal sabia disso e, por essa razão, estudava afinidades, palavras, roupas, gestos e, até mesmo, as correspondências que trocava.

No dia em que a conheci, dia de visita à penitenciária, Cristal vestia um jeans justíssimo, saltos altos e uma camisa xadrez aberta até o meio do peito que ela exibia com orgulho. Colocava as mãos sobre os seios, os ajeitava e dizia: “Ah, dei uma turbinada mulher!”. Na tarde que a encontrei para assinar sua condicional, contudo, quase não a reconheci quando ela saiu do metrô. Parecia mais baixa, vestia tênis e um moletom larguíssimo, as unhas não estavam mais cumpridas nem pintadas. Quando chegamos ao setor de reabilitação da secretaria de justiça da Catalunha, onde Cristal ia assinar o “divórcio”, como ela gostava de chamar sua liberdade condicional, logo fui apresentada por ela aos assistentes sociais que acompanhariam o processo: “essa é minha amiga brasileira, ela é antropóloga”. Cristal continuou: “eu disse para vocês que tenho amigos do Brasil e que eles nunca foram presos! Taí, minha amiga do Brasil é antropóloga”.

O modo como Cristal se vestia e como me apresentou dizia o porquê de a minha presença ser tão importante para ela naquele dia. Não estava certo que ela assinaria a liberdade condicional. Antes, Cristal precisaria provar aos funcionários da reabilitação que ela tinha “um círculo de relações e de suporte fora da prisão”, mais do que isso, era necessário provar que as redes de relação com a prisão eram frouxas. Assim o fez Cristal.

Quando inquirida pela assistente social sobre seu namorado preso, logo respondeu que havia se decepcionado muito com ele e que iria parar de visitá-lo. “Pode ver aí, eu nem escrevo mais para ele”. Duas horas depois, após longa deliberação das assistentes sociais que aconteceu a portas fechadas, Cristal assinou a liberdade condicional. Enquanto caminhávamos pela rua ela disse: “é fácil. Eu falo tudo o que eles querem que eu fale. Respondo tudo direitinho. Digo que tenho amigos no Brasil, escrevo para a minha família, digo que quero voltar para visitar minha mãe, eu hein! Só faltava essa, morar na lagoa e perder pra sapo!”.

Depois de tudo certo, “divórcio” assinado, Cristal me contou com detalhes o “bafão” do término de seu namoro.

É o seguinte, eu sou puta. Quando fui presa por tráfico de drogas, já vivia aqui pela Europa e, quando ia visitar minha família, trazia as coisas que eu vendia para os meus clientes. O peruano, coitado, não sabia de nada disso. No meu *tercero grado* já estava trabalhando, mas a tal colombiana ficou sabendo disso e escreveu para o peruano contando tudo. Aí ele quis terminar. Mas então eu pensei: Melhor mesmo, assim não tenho de ficar explicando a relação com ele na reabilitação. A tutora conta tudo lá aos assistentes sociais que a gente não está mais junto e pronto. Depois eu me entendo com ele. Me monto no decote, vou visitá-lo e falo que nunca mais vou fazer programa. Mentira né?!

Cartas, fofocas e documentos. Cristal montou a roupa e a “correria” para tramar a assinatura de seu “divórcio” com o sistema prisional catalão.

Ela armava um dossiê com papeladas, e palavras, que a possibilitavam continuar na Espanha trabalhando no mercado do sexo e de drogas. Trabalhando, durante as saídas temporárias do regime semiaberto em um apartamento alugado para atendimento de clientes que procuravam serviços sexuais, Cristal juntava dinheiro para comprar, do dono de uma cafeteria, holerites e comprovantes de pagamentos falsos. Esses documentos comprovavam que ela estava trabalhando legalmente em Barcelona, fato que a autorizava passar mais horas na rua. Mais horas na rua eram mais horas trabalhando e, portanto, mais horas recebendo o dinheiro necessário para a produção de documentos, de lastros da legalidade e da legibilidade da sua situação de migrante da Espanha. Cristal tramava a

partir das “margens do estado” (Das e Poole, 2004), se munia de legalidade imiscuindo lícito e ilícito em uma só “caminhada”.

“Caminhada”, “correria”. Palavras usadas nas prisões e periferias de São Paulo de onde e para onde as personagens que trago neste texto vão e vem. De onde e para onde transitam, caminham, correm. Se “caminhada” fala sobre a história pregressa do ladrão, a “correria” recai sobre sua atividade: aquilo que tem de ser feito para alcançar seu objetivo. Cristal mantinha a “caminhada” em passadas tranquilas para fazer a “correria” necessária e mudar sua documentação de presa para a de migrante regular. Caminhada de princesa que brinca, beija e faz carinho nos sapos que fazem correr a documentação precisa para sua permanência na Espanha onde Cristal quer viver e trabalhar.

A prisão de estrangeiras(os) tem dessas coisas, oblitera o fato de que prisão também é migração. Ofícios e ordens do estado documentam presos como presos, imigrantes como imigrantes.⁸⁹ Mas nos papéis que Marta, Eduardo e Cristal faziam correr estava escrito que fronteiras e muros podiam ser borrados pela grafia de cartas e documentos. No final, é dessa “correria” de que fala a declaração que Marta pede para eu escrever e do convite que Cristal me faz: da “correria” de produzir um documento, de firmar a relação, de migrar por trabalho, por amor, por lazer... De transpor a prisão.

III.iii. Enquanto o marido não vem: Luz e Marta sendo imigrantes “(i)legais”.

Este subcapítulo está dividido em duas breves narrativas etnográficas sobre Luz e Marta, personagens que não se conhecem, mas enlaçaram suas trajetórias em sentidos paralelos e geograficamente inversos. Ambas ficaram à espera de seus maridos presos. Ambas ansiavam pelos planos de liberdade que norteavam as suas estadias em provisórias condicionalidades de documentação e familiaridades. Ambas viviam em liberdade condicional.

⁸⁹ O Ministério da Justiça de Brasil faz o levantamento de estrangeiros presos no país enquanto que as prerrogativas sobre “imigrantes” são de atribuição do Conselho Nacional de Imigração, CNIg. Na Catalunha, os números são cruzados pelo Centro de Investigações da Secretaria de Justiça.

“Ser imigrante ilegal na Espanha é pior que ser um criminoso internacional!” Luz, nos fluxos entre prisões.

Em primeiro de março de 2012, quinta feira, cheguei a São Paulo após cinco meses de pesquisa de campo na Catalunha. Já no sábado seguinte, três de março, recebi uma ligação da irmã de Luz. Francisca me chamava desde sua casa em Piraporinha, bairro da cidade de Diadema. Ela queria saber de sua irmã, saber se Luz voltaria para casa, se estava bem, o que ela comia, se vivia com algum conforto e, principalmente, queria saber quem era o namorado por quem Luz dizia permanecer na Espanha. “Ela é como minha filha”, dizia Francisca, “eu a criei depois que nossos pais morreram”. Após tranquilizar Francisca pelo telefone, falar brevemente da relação de Luz com seu companheiro colombiano Carlos, a quem Luz tatuara o rosto no peito esquerdo, combinamos que nos encontraríamos na semana seguinte e que seguiríamos nossa conversa. Dias depois, porém, antes mesmo do nosso encontro, Francisca me telefonou novamente. Todas as suas inquietações estavam ainda mais latentes: Luz havia sido detida pela *extranjería* espanhola e, agora, estava presa em um Centro de Internamento para Estrangeiros, mais do que isso: Luz estava grávida. Estava presa em um CIE e grávida.

Ser pega pela *extranjería* e ser detida em um Centro de Internamento para Estrangeiros era o maior medo de Luz desde que ela saiu da prisão e decidiu permanecer na Espanha, mesmo irregular, para aguardar a liberdade de Carlos. No dia em que assinou sua liberdade, eu a aguardava no portão de saída da penitenciária. Luz, por sua vez, saiu da prisão apreensiva, olhava para os lados assegurando-se de que não havia nenhum *mosso d’esquadra*[policiais catalães]a esperando: “pronto, agora já estou ilegal. Só falta eu ir parar em um CIE depois de cinco anos na prisão”.

Durante o cumprimento da pena em regime semiaberto, Luz pesquisava na internet e jornais todo tipo de notícias acerca dos CIEs e procurava esclarecer suas amigas, também presas ou egressas do sistema penitenciário catalão, “imigrantes ilegais”,⁹⁰ dos riscos e das condições de vida em um CIE: “ser imigrante ilegal na Espanha é pior que ser

⁹⁰ O termo administrativo para nomear estrangeiros sem documentos de permanência no país é “irregular”, o termo utilizado para fazer referência a esta situação por grande parte das minhas interlocutoras, contudo, era “ilegal”.

um criminoso internacional! Na prisão a gente tem médico, banheiro, eu li que nos CIEs as pessoas não têm nenhuma estrutura”.

Dentre as notícias sobre CIEs que mais a impressionaram estava uma em que dizia sobre as condições sanitárias a que os internos dos CIEs estavam submetidos. Segundo a matéria, os imigrantes ilegais detidos nos centros tinham de esperar a hora certa para irem ao banheiro, já que não havia nenhum tipo de vaso sanitário em suas celas. “Algumas pessoas não aguentam e acabam fazendo tudo em saquinhos e jogando para fora da cela. É horrível!”. Dizia-me Luz enquanto me mostrava a reportagem que imprimira da internet.

Ao longo da pesquisa, os CIEs apareceram como um nó bastante específico de vetores das tensões que pautavam a vida das brasileiras que, como Luz, tinham de lidar, articular e negociar com probabilidades, prós e contras da permanência na Espanha ou do retorno ao Brasil. Os CIEs, sempre presentes nas falas das interlocutoras deste campo, representavam o antagonismo da opção em permanecer na Espanha após o ganho da liberdade. O fim do cumprimento da pena, nesse registro, relacionava-se diretamente com o fim de um estado de seguridade mantido pela instituição prisional. Dito de outro modo, a escolha feita por Luz, de sair da prisão em liberdade sem ir imediatamente ao aeroporto, tinha de ser ponderada frente à perda material dos documentos de identificação que permitiam sua livre circulação pelas ruas de Barcelona. A liberdade sem expulsão, nesse registro, era uma liberdade sem garantias de direitos que, por outro lado, eram assegurados pelo aprisionamento.

Mas Luz nem mesmo chegou a pensar na troca de sua liberdade condicional pela expulsão, opção oferecida pela justiça catalã a todos estrangeiros presos. Ela iria esperar, custasse o que custasse, pelo fim da pena de Carlos para que os dois, juntos, viajassem ao Brasil e passassem a residir próximos da família de Luz, perto de seus dois filhos mais velhos que haviam ficado com a tia dela em Diadema.⁹¹ Com a filha mais nova, Luz não tinha esperanças de reestabelecer uma relação materna.

⁹¹ Das dez principais interlocutoras da pesquisa realizada com brasileiras presas em Barcelona, seis eram moradoras do Estado de São Paulo, destas, somente uma não residia na grande São Paulo, mas em Santos. As demais vinham de Guarulhos, Diadema, Santo André e São Paulo capital.

Quando Luz foi presa, em dezembro de 2007, sua filha mais nova estava com oito meses. Além desta, ela havia deixado um filho de onze e uma filha de sete anos com seu ex-marido na casa em que haviam comprado em Diadema e onde, na garagem, mantinham uma pequena fábrica de fraldas junto a uma vendinha de salgadinhos e refrescos. A fabriqueta e lojinha pouco rendiam financeiramente e o casal queria pagar dívidas, aumentar a casa, melhorar o conforto da família que vinha crescendo. Juntos, decidiram que Luz faria a mesma viagem que uma de suas vizinhas havia feito. Viajou para Barcelona carregando cápsulas de cocaína no estômago, mas assim que desembarcou do avião, ainda na fila da imigração, foi barrada por uma operação policial que parava todos os brasileiros que haviam viajado naquele voo.

Eu acho que eles[os traficantes] me puseram para que me pegassem e passassem gente com mais droga. Porque logo na saída do avião a polícia já estava parando todos os brasileiros que desciam do voo e logo que pegaram meu passaporte já colocaram de baixo do braço e me disseram que achavam que eu levava droga na barriga. Me fizeram o raio-x, me levaram no hospital e já me fizeram assinar um documento, assim, uma confissão, dizendo que eu sabia o que levava e que toda responsabilidade era minha. Eles fazem a gente assinar a confissão antes mesmo do julgamento. Mas a parte pior é que quando eles *cogen*[detém] a gente, eles nos deixam direto no aeroporto. De lá eles levam a gente pro raio-x e pro hospital, pra tirar as *bolitas*[cápsulas de cocaína] e pra fazer aquela declaração. Eu fiquei três dias no calabouço do aeroporto. Lá eles não te dão comida, não te dão água, é um lugar sujo e não tem lugar pra tomar banho. É a parte pior. Eu vinha menstruada e fiquei três dias sem tomar banho, sem trocar absorvente. Eu deprimida, a única coisa que pensava era na minha filha. Eu no calabouço chorando só pensava, ah meu Deus, quanto tempo vou passar sem ver minha filha? Porque claro, quando você faz tudo, você não pensa no pior, você pensa que em uma semana tá de volta a casa, aí quando me pegaram, eu não queria saber de mais nada, só da minha filha. Meus outros filhos já eram mais velhos, mas a minha pequena nem sabe mais que eu sou mãe dela. Não me deixavam avisar minha família, não me deixavam avisar ninguém. Passei mais de um mês sem poder falar com minha família. Mas quando eu estava no calabouço do aeroporto eu conheci uma brasileira que estava detida por papéis, passaporte, essas coisas, e ela pensava que iam expulsar ela e aí ela levou o telefone da minha família apontado com a unha numa dessas bandejinhas comuns de isopor, sabe? A gente não tinha caneta, papel, nem nada. E ela com a unha marcou o telefone e

chamou minha família. Quando a polícia chamou minha família, a menina já tinha chamado e explicado minha situação. Soube pela minha família que a menina não foi expulsa. Que soltaram ela aí[na rua] com a carta de expulsão. Ela chamou minha família desde a Espanha (transcrição de entrevista feita com Luz em um café de Barcelona em novembro de 2011).

Como os prisioneiros de Guantánamo, que escrevem poesias com as marcas de unha ou de pedras em copos de isopor (Butler, 2010: 88), Luz fez circular seus afetos por meio das marcas a unha em uma bandeja. No calabouço, a bandeja de isopor era sua única forma de acesso à família deixada em Diadema, à sua filha pequena que com o tempo, aprendeu a chamar uma das irmãs mais velhas de Luz por mãe. No calabouço, Luz era um corpo preso, sem acesso a papéis e canetas, telefone, “nada, nada”. Seu passaporte havia sido apreendido e ela, antes mesmo de ter sido julgada, havia assinado uma confissão escrita em espanhol pelos policiais que a apreenderam. No calabouço, Luz pouco comia, bebia, tomava banho e sequer ia ao banheiro. Não podia acionar ninguém que estivesse fora dali. As restrições por ela descritas convergem com a imagem obscura de uma cadeia subterrânea, uma prisão sem escrita situada na fronteira: no aeroporto. Ao sair da penitenciária de Wad Raz, Luz sabia dos riscos de voltar a cair no calabouço que carregava agora o nome de CIE.

Quando foi presa, logo após os três dias passados no calabouço do aeroporto, Luz foi transferida para o módulo de presos provisórios em Wad Raz de onde, após um mês, telefonou para sua irmã Francisca.

Pois claro, a gente chega na prisão sem dinheiro, sem trabalho; eu não tinha nem pra comprar uma *tarjeta*[cartão] de telefone. Até que conheci o Padre Jesus e ele sempre dava tarjeta pras pessoas que não tinham trabalho, que eram assim... indigentes na prisão sabe? E aí ele me deu uma *tarjeta* pra eu chamar a Francisca. Uma tristeza, porque aí não podia falar nem eu, nem ela. A gente só chorava.

Durante o mês em que Luz ficou sem falar com sua família, seus filhos mais velhos foram acolhidos por sua tia e a mais nova, por uma das irmãs de Luz que a levou para viver com ela na cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo. O marido de Luz deixou a casa, a fabriqueta, a loja e o casamento em Diadema. Mudou-se para o centro da cidade de São Paulo. Separou-se de Luz. Em julho de 2008, Luz foi condenada a cinco

anos de prisão, uma condenação quase padrão no que tange aos casos de estrangeiras flagradas com porte de drogas nos portões de entrada da Catalunha. De todas as interlocutoras desta parte da pesquisa, apenas duas tiveram sentenças maiores que cinco anos: Maria, uma das mais velhas do grupo de brasileiras presas em Catalunha acusadas por tráfico internacional de drogas, e Cristal, acusada de gerenciar uma ampla rede do mercado de cocaína na Europa. Maria e Cristal foram sentenciadas em penas de nove anos.

Ao longo dos cinco anos em que passou por entre regimes fechado e semiaberto de Brians e Wad Raz, Luz aprendeu a falar espanhol e catalão com fluência. Na prisão, participou de programas de treinamento, promovidos pela empresa de teleatendimento Atento, e chegou a trabalhar com telemarketing durante o regime semiaberto. Foi também na prisão onde Luz conheceu Carlos. Colombiano, imigrante irregular, Carlos vivia em Barcelona trabalhando na construção civil quando se envolveu em uma briga de bar na qual uma mulher foi vítima de estupro. Todos os homens que estavam no bar foram presos, alguns sob a acusação de agressão outros sob a acusação de violação.

“As leis da Espanha são muito duras com os homens. Aqui, qualquer mulher fala o que quiser pra polícia e eles nem investigam. A palavra da mulher é a lei na Espanha. Qualquer uma pode inventar o que quiser”, era o que me dizia Luz e outras mulheres, presas ou visitantes em Brians, mães e companheiras de homens em cumprimento de pena acusados de falta de pagamento da pensão familiar, agressão física ou moral à ex-mulher, estupro. A opinião delas era compartilhada, também, por Padre Jesus e por funcionários das prisões. Acusado por estar no bar na noite do ocorrido, indiciado por agressão, Carlos foi sentenciado a uma pena de quinze anos⁹².

⁹² A opinião compartilhada por Luz e por Padre Jesus acerca das leis que gerem sobre crimes praticados por homens contra mulheres era bastante recorrente no cotidiano prisional. Muitas vezes, sentada nos bancos do hall de entrada de Brians ou tomando café com as mulheres em cumprimento em regime semiaberto em Wad Raz, escutei ou presenciei “debates” acerca dos “abusos das leis de violência contra a mulher”. Nestes, geralmente os homens eram apontados como vítimas das dissimulações de mulheres ciumentas. Não tenho, aqui, como tecer análises no tocante dessa questão que, em si, mereceria ser objeto de uma tese. Por ora, observo, ainda, que o estatuto dos homens presos sob a acusação de violação nas prisões da Catalunha parecia ser bem diferente do estatuto atribuído aos homens acusados de cometerem estupro em cumprimentos de pena nas prisões masculinas de São Paulo. Eles viviam nos mesmos pavilhões em que estavam outros presos e não sofriam, ao menos segundo suas companheiras, mães e o Padre Jesus, nenhum tipo de perseguição. Sobre o tema em São Paulo, ver Marques, 2009.

Cumprindo sua sentença em semiaberto, desde o quartinho alugado no bairro de Badalona Pompeu⁹³, na casa de uma senhora boliviana a quem havia conhecido por meio de uma amiga também presa em Brians, Luz me mostrava os papéis guardados em uma pasta branca decorada com desenhos de flores e corações de purpurina. As folhas embaralhavam resultados das avaliações publicadas pela junta de tratamento de Brians – nas quais sempre vinham impressos os melhores conceitos –, certificados de cursos profissionalizantes ou de idiomas que atestavam sua fluência em espanhol e em catalão, cartões de aniversário, natal, dia das mães remetidos à prisão de Barcelona desde Diadema, quase todos, por Francisca, mas principalmente, cartas de amor enviadas por Carlos à Luz. Cartas e fotos trocadas primeiro entre os módulos masculino e feminino de Brians e depois, de Brians à Wad Raz, para onde Luz foi transferida para o cumprimento do final de sua sentença. Como as cartas de Marta e Eduardo, as de Luz e Carlos vinham carregadas com desenhos e carimbos, estes últimos impressos nas portarias dos módulos prisionais e nos correios. Luz dizia que a única nota negativa atribuída a ela pela junta de tratamento havia sido decorrente de seu relacionamento com Carlos, “os tutores sempre me perguntam por que eu fico com ele, mas eu respondo, logo em català[catalão], que é problema meu e que eles não têm nada com isso”.

Os desenhos que Carlos enviava à Luz eram contornados com cola plástica colorida, quase sempre flores e corações. Não necessitavam de maiores explicações e não eram códigos já que, diferente das cartas nas prisões paulistas, correspondências trocadas por entre módulos e pavilhões em Catalunha não eram previamente lidas por tutores e agentes de segurança os quais, todavia, fundamentavam suas avaliações na frequência em que determinados remetentes escreviam para destinatários específicos e, de mesmo modo, se estes destinatários tornavam-se remetentes. O processo de fiscalização dos agentes penitenciários catalães era tecido, se não pela censura expressa em rasuras feitas a canetão preto sobre palavras “proibidas” (Taets, 2012), pelo exame moral da relação entre sujeitos avaliados através de suas nacionalidades, dos crimes pelos quais estavam sendo acusados, das atividades partilhadas por eles no cotidiano prisional, do “bom” ou “mau”

⁹³ Badalona Pompeu Fabra é um dos destinos finais da linha dois, lilás, do metrô de Barcelona. Badalona Pompeu é um bairro ocupado predominantemente por imigrantes. Falarei mais sobre as especificidades do bairro no sexto capítulo.

comportamento aos quais eram auferidos conceitos de “F” (péssimo) ao “A” (excelente) “como num colégio interno”, me explicava Luz.

Desse modo, “em catalá”, eram registradas notas acerca do relacionamento do casal nas pastas de prontuários internos que circulavam entre tutores e assistentes sociais os quais avaliavam, deferiam ou indeferiam progressões de pena e pedidos para vagas de emprego feitos ora por Carlos, ora por Luz. Ao contrário do que fazia Cristal ao acionar e subverter o processo de registros de entradas e saídas de cartas à Brians, Luz, ao responder, “em catalá”, que os tutores “nada tinham que ver com o seu namoro”, mostrava fluência no idioma, mas não na linguagem gestora da vida íntima e das relações tramada por processos fundamentados em escrita, notas e arquivos.

O processo de exame da penitenciária catalã produzia papéis boletins e certificados que eram embaralhados, tanto na pasta de Luz quanto nos registros dos tutores, com as cartas trocadas entre amantes, amigos, parceiros distribuídos em diferentes pavilhões da prisão e bairros de imigrantes de Barcelona. A gestão das relações em Brians passava pela profusão de escritas de cartas e documentos que, de todo modo, legibilizavam os vínculos de afeto ao mesmo tempo em que documentavam os sujeitos em cumprimento de pena. Certificava e profissionalizava sujeitos os quais estariam, fora da prisão, indocumentados. Era essa disparatada situação que assolava Luz ao sair em liberdade condicional dos portões da penitenciária de Wad Raz: o retorno ao calabouço da fronteira entre “legalidade/ilegalidade” promovido pela falta de documentação a que sua permanência na Espanha estava condicionada.

Enquanto seguíamos em direção à praia para comemorar sua liberdade com frisante e copos plásticos, Luz recebia ligações dos parentes de Carlos. Da Colômbia, eles queriam se assegurar de que ela estava em liberdade. Luz recebia, ainda, outras chamadas. Propostas de viajar pela Europa de ônibus levando drogas. Por cada viagem, ela receberia cerca de três mil euros. Desligava o telefone e dizia: “é, ilegal, só o que vão me oferecer vai ser levar droga ou trabalhar de puta. Eu queria trabalhar de cuidadora, não quero correr o risco de ser presa de novo!”. Consciente da perda de seguridade e legibilidade provida pela documentação prisional, Luz sabia que a saída pelos portões da penitenciária implicava em

seu embaraço numa rede de ilegalidades. Ainda assim, não pensara em romper com o acordo feito por ela e Carlos. O casal planejava viver no Brasil, mas haviam concordado que o primeiro a sair em liberdade esperaria o outro para “voltar a casa”.

Assim fez Luz. Seguiu vivendo em Barcelona no quatinho alugado em Badalona Pompeu, sobrevivendo do salário pago a Carlos pelo trabalho na oficina de serviços elétricos dentro de Brians e complementando os ganhos com vendas de pequenas quantidades de maconha. Luz não podia mais visitar Carlos todas as semanas, pois a passagem do ônibus que saía da estação de Sants até Brians custava pouco mais de sete euros ida e volta. Custo muito alto para passar vinte minutos conversando com Carlos através de um vidro perfurado. Sob as circunstâncias, o casal optou por reservar o dinheiro das passagens para os dias em que fossem autorizados *vis-a-vis*, quando Luz e Carlos poderiam permanecer mais de duas horas juntos em um quarto privado.

Sendo as visitas conjugais restritas a duas por mês, Carlos enviava o dinheiro que mantinha Luz no quatinho de Badalona Pompeu por meio de remessas via correio. Toda semana, ela buscava a quantia depositada numa agência dos correios. Para isso, Luz dependia, contudo, da ajuda de pessoas que estivessem regulares em Barcelona e que, portanto, pudessem apresentar seus documentos no guichê de atendimento. Em uma das idas ao correio, em companhia de uma amiga espanhola também egressa do sistema prisional, Luz foi abordada pelos *moscos d'esquadra* que pediram a apresentação de sua identificação. Naquele dia, Luz foi detida e levada para um CIE.

A chamada telefônica de Francisca trazia a notícia da detenção e da gravidez de Luz. Notícias de medos e realizações eram, assim, enredados em uma única ligação. Luz e Carlos desejavam ter filhos, ela chegou a ficar grávida durante o cumprimento de sua pena em regime fechado, porém, aos sete meses de gravidez descobriu que o feto estava morto. Luz teve de ficar com o feto por um mês mais em sua barriga até que fossem feitos os procedimentos médicos necessários para a retirada do bebê morto de dentro de seu corpo. Desde então, Carlos e Luz tentavam ter filhos. Utilizavam os recursos médicos da prisão para realizarem tratamentos de fertilidade e compravam caros remédios com parte do pagamento recebido por Carlos nas oficinas de trabalho da penitenciária. Detida em um

CIE, Luz pouco poderia comunicar-se com Carlos, corria o risco de ser expulsa e ter de aguardar a liberdade de seu companheiro no Brasil, mais do que isso, sem os cuidados médicos necessários, ela poderia perder o filho.

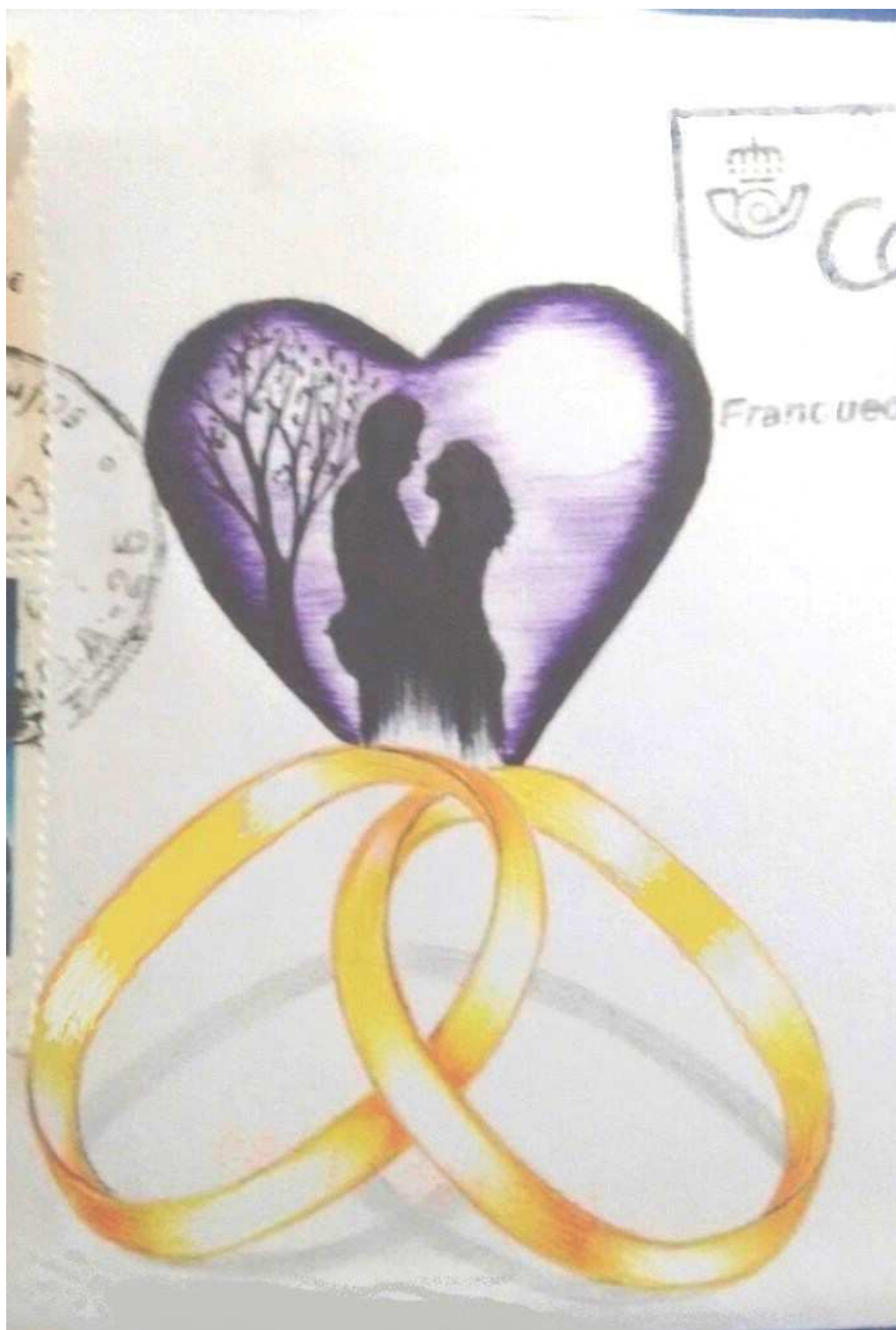
Assim como quando esteve detida no calabouço do aeroporto, Luz só havia conseguido falar com Francisca desde o celular de uma mulher que trabalhava como guarda dentro do CIE e que se compadeceu do fato de Luz estar grávida. A chamada foi feita às pressas e escondida, afinal, ela não poderia falar ao telefone estando detida naquela instituição de resguardo das fronteiras nacionais. Sem entender muito bem o que acontecia, Francisca me pedia ajuda para retirar Luz da situação de “imigrante ilegal” grávida em um país distante e reintegrá-la a uma rede de documentos e legibilidade civil só possível a partir do consulado e das “amizades” com brasileiros, mais particularmente, comigo: antropóloga de universidade pública de São Paulo, moradora de Santo André. As redes foram acionadas.

Entrei em contato com o consulado brasileiro em Barcelona, mas também com Guilherme Mansur,⁹⁴ amigo antropólogo que fazia parte de seu campo em Barcelona com ONGs e movimentos sociais envolvidos em protestos e manifestações contra as políticas antimigratórias espanholas. A ele passei informações acerca da situação de Luz e por meio delas, Guilherme acessou o CIE de Barcelona em que Luz dizia estar internada. Seu nome, contudo, não aparecia na listagem dos detidos. Luz passou cerca de duas semanas desaparecida, sem manter contato com Francisca e sem constar nas listas dos CIEs catalães.

Um mês após a primeira chamada telefônica que Francisca me fizera, Luz foi liberada do CIE em que seu nome não constava. De um telefone público avisou sua irmã de sua liberação com a carta de expulsão em mãos. Dias depois, Luz respondeu meus e-mails e mensagens via *facebook*, mas em suas respostas não foram incluídas quaisquer palavras sobre o período de internamento no CIE. Sobre este assunto, ela nunca quis falar. Luz era,

⁹⁴ Guilherme Mansur defendeu a tese intitulada *Migração e Crime: desconstrução das políticas de segurança e tráfico de pessoas*, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP em 2014. É pesquisador associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) do IFCH/UNICAMP e integrante do GT Migración, Cultura y Políticas da CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales). Durante os meses em Barcelona, Guilherme foi meu companheiro de trabalho de campo. Por várias vezes me acompanhou em atividades com as meninas (minhas interlocutoras da pesquisa) e por outras eu o acompanhei em reuniões e encontros de membros de ONGs preocupados com as situações a que imigrantes eram submetidos pelas políticas de migração espanholas e europeias.

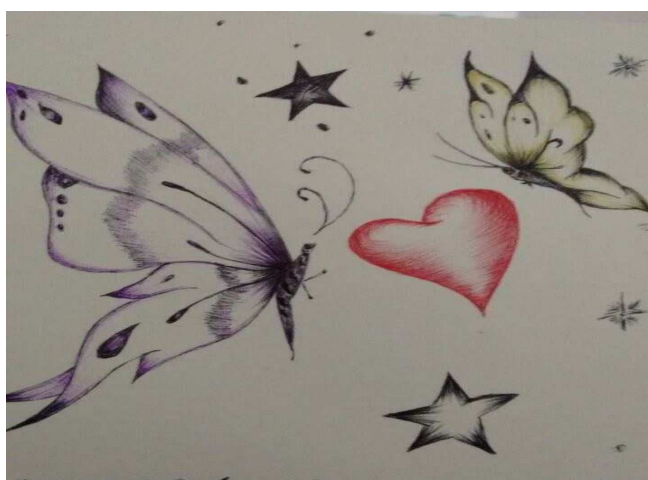
afinal, a brasileira detida por papéis no calabouço. Por fim, as letras calcadas na bandeja de isopor e nos complexos boletins escritos pela junta de tratamento penitenciária justapunham-se em uma mesma história tramada pelas legibilidades de indocumentadas.



Desenho de envelope de uma das correspondências enviadas por Carlos para Luz



Desenhos retirados de cartas enviadas por Carlos para Luz. A primeira ilustração faz referência ao dia em que Carlos soube que Luz estava grávida. Na carta, ele dizia que o bebê seria “endiabrado” como ele era quando criança. O segundo desenho refere-se à correspondência enviada por Carlos para avisar à Luz que seria transferido do módulo de *segundo grado* para o *primero grado*, ou seja, que estaria de “castigo”.



Desenho retirado de carta enviada por Carlos para Luz

Esperando o jumbo: Marta Téllez entre estradas, quatinhos e cafés.

É dos esforços em enredar documentos nas circunstâncias de não documentação que falam, também, as tramas de Marta Téllez.

Durante o regime semiaberto, em meio a saídas temporárias deferidas pelo juiz que, enfim, não recebera do Ministério da Justiça seu decreto de expulsão, Marta aprendera a criar familiaridade com o *rap* paulistano que escutava na penitenciária e do pop rock brasileiro que toca na televisão. Deliciava-se com pastel que comia nas feiras livres e trocou fácil sorvete por açaí. Por fim, adotara o Corinthians como time alternativo ao Real Madrid.

Dos meses que passei em Espanha, tirei uns dias para visitar a irmã de Marta em Madri. Professora do ensino de primeiro grau, casada e, na ocasião, grávida, era ela quem administrava as contas da casa que Marta e Eduardo haviam comprado com o dinheiro ganho por meio das viagens que fizeram pelo mundo carregando cocaína. Casa que haviam decidido vender. Tanto eu quanto sua irmã sabíamos que Marta e Eduardo não voltariam para Espanha. Dessa vez, a aposentadoria era iminente. Nas cartas enviadas à Madri, diziam estar, ambos, cansados das aventuras e dos riscos. Marta e Eduardo argumentavam que já estavam com mais de quarenta e cinco anos e que já haviam passado tempo suficiente em prisões para saberem que, agora, gostariam de parar. Sabiam que não poderiam parar na Espanha.

A Espanha está em crise, eu tenho mais de quarenta anos e uma ficha criminal suja. O que vou fazer por lá? Melhor ficar por aqui, arranjo um trabalho enquanto Eduardo está preso e depois, com o dinheiro que a gente tem guardado, vai pro nordeste e vive de vender água de coco. Por aqui, qualquer um pode vender lanche natural na praia. Na Espanha não é assim não. Lá a gente ia acabar indo preso de novo. Não quero mais ir presa. Eu quero poder ter um cachorro!

Ainda sem cachorro, sem água de coco, sem economias e sem marido, Marta assinou a liberdade condicional. Queria comer mandioca e tomar cerveja para comemorar. Guardara parte do dinheiro que havia ganhado trabalhando nas oficinas de trabalho da

Penitenciária Feminina da Capital⁹⁵. Daria para viver por uns seis meses pagando o aluguel de um quartinho na casa de uma brasileira que, como ela, acabara de sair da prisão, mas logo teria de arranjar trabalho. Recém-egressa do sistema prisional, estrangeira praticamente indocumentada, Marta não estava exatamente em posição de ser facilmente empregada. Com seu passaporte detido pela polícia federal, ela andava pela rua com a carteirinha da liberdade condicional. O melhor a ser feito seria criar um lastro de documentos falsos, “que fosse de argentina ou uruguaia”, e assim procurar emprego sem sequer temer a iminência da expulsão que, certamente, chegaria junto com o término total do cumprimento da sentença. Mas Marta sabia que, naquele momento, ainda não poderia fugir para algum país da América do Sul ou arranjar documentos falsos para trabalhar. Enquanto Eduardo seguisse preso, todos os seus passos poderiam interferir no já complicado processo de execução criminal de seu marido⁹⁶.

Por isso, espalhou cartazes em escolas, faculdades, padarias e *lan houses*, oferecendo aulas particulares de castelhano e, todos os dias, ia conferir seus e-mails em um café, com acesso à internet bem próximo a casa onde alugou o quartinho. Depois de testemunhar tantas respostas negativas, o dono do café ofereceu um trabalho à Marta com a

⁹⁵ Cerca de 80% das presas da Penitenciária Feminina da Capital trabalham produzindo artefatos hospitalares (como bolsas de soro), tapetes ou ainda, na limpeza, cozinha e manutenção da prisão. O pagamento mínimo pelo trabalho prisional estabelecido na Lei de Execução Penal é de um terço do salário mínimo. Na Penitenciária Feminina de Santana, contudo, é comum encontrar duas presas compartilhando uma vaga de emprego e, assim, um salário. O trabalho encarcerado em São Paulo é administrado pela Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel, ou FUNAP, que é vinculada a Secretaria de Administração Penal www.funap.sp.gov.br. Sobre trabalho prisional ver: Salla, 1991; Espinoza, 2003; Padovani, 2006 e Lago, 2014.

⁹⁶ Processo de execução criminal refere-se ao cumprimento dos direitos e deveres dos custodiados pelo estado em instituições penitenciárias. A execução criminal é balizada pela Lei de Execução Penal de 1894 e pelos regimentos e resoluções publicadas pela Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo. É esta Lei e são estes regimentos e resoluções que definem o que são faltas de conduta disciplinar, assim como os deferimentos e indeferimentos de benefícios tais como a progressão da pena para regime semiaberto e as datas das saídas temporárias. Quando duas ou mais pessoas são julgadas e sentenciadas em um mesmo processo criminal, como é o caso de Marta e Eduardo, suas execuções são relacionadas. Deste modo, se Marta fugisse do Brasil, por exemplo, era possível que Eduardo tivesse de cumprir toda sua pena em regime fechado dado que, em decorrência da fuga de Marta, recairia sobre ele a suspeição da fuga. Chamo atenção ao fato de, ainda que penas e execuções sejam relacionadas, não são as mesmas. O fato de Marta ter saído em liberdade antes de Eduardo evidencia esta diferença. Neste caso, Marta, tendo ficado presa em penitenciárias femininas que ofereciam empregos e cursos escolares, pôde reduzir sua pena com a remição por trabalho e estudos (a cada três dias trabalhados é subtraído um dia da pena). As penitenciárias masculinas oferecem menos vagas de emprego em proporção à população masculina presa no estado. Para Eduardo, portanto, era mais difícil reduzir a pena e ganhar benefícios.

condição de que ele não assinasse nenhum papel que comprovasse seu emprego. Na condição de egressa do sistema prisional, Marta transitava pelas bordas da migração, ora regular, ora irregular. Ela teria de cumprir o restante de sua pena no Brasil, logo, não estava irregular em território nacional. Mas nenhuma instituição ou agente de Estado provia documentos que a estabelecessem no Brasil. Na prática, Marta trabalhava, morava e vivia a partir de artifícios que não eram irregulares, mas ilegibilizados.

No esforço de legibilizar seu trabalho, assim como Cristal, Marta passou a produzir documentos para encaminhar a defensoria pública do Estado de São Paulo. Documentos que comprovavam que ela se sustentava e que tinha onde morar e como viver enquanto esperava Eduardo sair da prisão. Sim, porque nenhuma agência estatal ou instituição jurídica provia à Marta papéis que possibilitassem seu ingresso no mercado de trabalho formal. Como estrangeira em cumprimento de pena, ela não podia fazer sua carteira profissional, já que não tinha como reaver seu passaporte e, mesmo que tivesse, seu visto brasileiro estaria expirado. Marta era egressa, não cidadã. O processo de liberdade para estrangeiras presas, seja aqui ou na Espanha, pode significar a perda de certa seguridade social e legibilidade documental provida pela instituição prisional.

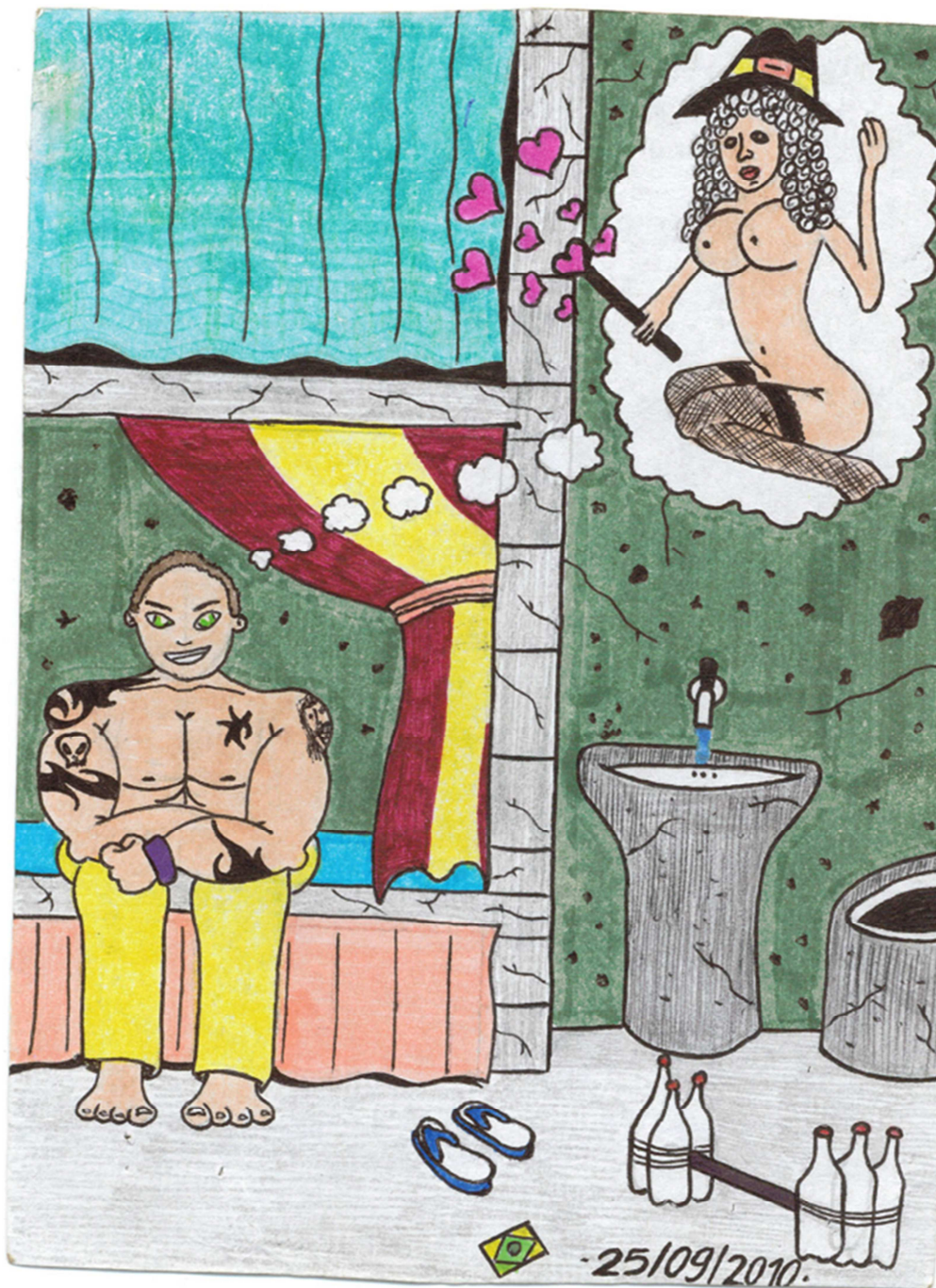
Mas ao mesmo tempo, agentes da justiça paulista, melhor dizendo, defensores e juízes, cobravam de Marta, e das demais estrangeiras em cumprimento de liberdade condicional, que comprovassem sua condição financeira para alugar uma casa ou um quatinho que seja⁹⁷. Se leis e processos de estado são produzidos, cotidianamente, a partir de incongruências, todas as interlocutoras da pesquisa, em São Paulo e em Barcelona, são produtos e produtoras destes disparates de estado. A partir das reflexões de Foucault (2008), é possível afirmar que somos todos produtos e produtores de incongruências estatais. Mas as personagens que trago neste capítulo desvelam essas incongruências, as fazem gritar. Elucidam com suas histórias e articulações, as incoerências ordinárias que balizam as instituições estatais. Sabendo disso, Marta seguiu trabalhando na chave possível

⁹⁷ A obtenção de “ocupação lícita dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho” consta dentre as obrigações do “liberado condicional”, quer dizer, das pessoas em cumprimento de liberdade condicional, segundo a Lei de Execução Penal de 1984, nº 7210, artigo 131, parágrafo 1º, item a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

do incoerente e digitava no computador da *lanhouse* recibos de aulas que eram assinados por vizinhos e amigos. Relações que a afiançavam perante a vara de execuções criminais.

Eu_____, portador do Registro Geral nº_____, declaro receber aulas particulares de língua espanhola de Marta Téllez, matrícula nº 123456.

Com o trabalho na cafeteria e os recibos das aulas de castelhano, Marta circulava pelas instituições estatais do sistema de justiça, pelos bancos onde depositava seu dinheiro (na conta de uma amiga) e, principalmente, pelos ônibus e estradas que a levavam ao parlatório da Penitenciária de Itaí. A liberdade de Marta era, como sempre, condicional. Assim eram seus trabalhos, suas moradias, seus documentos e, principalmente, suas visitas a Eduardo das quais decorria todo seu esforço para ser legibilizada de acordo com os limites da legalidade, das fronteiras nacionais e das margens das incongruências estatais. Todos os papéis produzidos por Marta eram reflexos dos encontros mensais ocorridos na sala envidraçada que a separava de seu marido, efeitos das cartas que os uniam e legibilizavam, se não legitimavam, seu casamento. Enquanto Eduardo não vinha, Marta esperava o cachorro, o nordeste, a água de coco e as economias. Como caixas de “jumbo”, tudo viria junto com os toques de Eduardo.



Desenho retirado de carta enviada por Eduardo para Marta. A ilustração é uma caricatura da cela na qual Eduardo passa seu tempo pensando em Marta com fantasia de bruxa. Além dos rachados nas paredes, o beliche de 'pedra', o peso para ginástica produzido com garrafas pet e cabo de vassoura, a torneira escoando água e o homem sentado vestindo calças amarelas (uniforme das penitenciárias de São Paulo) reproduzem, com rigor de detalhes, ambiente e artefatos da rotina da penitenciária. As 'cortinas', nesse sentido, chamam especial atenção. Chamadas de 'quieto', são elas que preservam a intimidade dos que compartilham uma mesma cela. O 'quieto' de Eduardo é a bandeira da Espanha. No chão, perto dos chinelos, uma pequena bandeira brasileira remete ao território em que ambos cumprem suas penas.



Desenho retirado de carta enviada por Eduardo para Marta. Os uniformes dos presos nele representados trazem as cores das bandeiras do Brasil e da Espanha. Triste, detido no Brasil, Eduardo se imagina feliz preso na Espanha: “ao menos lá receberia teus *vis-a-vis*”, escreve ele na carta fazendo referência as diferenças de regulação de visitas e visitas íntimas nos dois países.



Desenhos de cartas e envelopes das correspondências trocadas por Marta e Eduar

III. iv. Entre cartas e documentos: prisões, migrações e amores.

Sanja Milivojevic (2015) atenta para o fato de a mobilidade das mercadorias estarem justapostas à mobilidade das pessoas. A criminalização de mercados específicos – como os de drogas e sexuais – justapõem-se à criminalização das mobilidades das pessoas que possibilitam os fluxos dessas mercadorias e serviços. Bosworth e Aas (2013) argumentam, nesse mesmo sentido, que a compreensão da justiça criminal contemporânea é absolutamente correlata à produção de análises acerca das mobilidades e das políticas de controle das fronteiras. É nesse mesmo registro que Pickering, Bosworth e Aas (2015) se voltam para Georg Simmel (1983). Segundo elas, a figura do “estrangeiro”, por ele tecida, permite elaborar noções fundamentais para as análises acerca das tensões entre assimilação/rejeição, pertencimento/exclusão. Por meio do acionamento do ensaio de Georg Simmel, Pickering, Bosworth e Aas atentam para os múltiplos eixos destas articulações nas experiências dos sujeitos em circulação pelas fronteiras. As histórias de Marta, Cristal e Luz falam sobre a multiplicidade destes eixos. Personagens que, literalmente, carregam em seus corpos a justaposição entre criminalização da circulação de mercadorias e de suas mobilidades. As três personagens deste capítulo agenciam relações vivenciadas através do contexto prisional transnacional para produzirem segurança financeira e/ou documental.

O exame dos usos feitos dos papéis “em sua ocorrência rotineira” faz ver a “ação de entidades que concebemos abstratamente como nação, Estado, cidadania, democracia” (Peirano, 2006: 26). No que tange as histórias de Marta, Cristal e Luz, o exame dos usos que elas fazem dos papéis revela estratégias tangidas a partir dos processos de produção e fiscalização de fronteiras nacionais vivenciadas por meio das tramas entre mercados ilegais/legais, prisões e fluxos transnacionais. Frente a este entrelaçamento, falar de “ausência de documentos” é falar de uma forma de documentação específica.

A ausência de legibilidade vivenciada por Luz, a impediu de circular pelas ruas de Barcelona, mas não pelas instituições punitivas da Catalunha. Sem documentos, Luz seguiu visitando Carlos na prisão. Mais do que isso, seguiu tendo direito de ficar com Carlos duas vezes por mês em uma sala privada, direito de realizar o *vis-a-vis* conjugal. Este mesmo direito foi indeferido a Marta a despeito de todas as tramas documentais que

legitimavam sua conjugalidade com Eduardo. Marta não vivenciava a “manutenção dos laços familiares” na prisão por meio de uma conjugalidade classificada como suspeita e criminosa. Luz, por sua vez, só vivenciava conjugalidades, familiaridades e redes de ajuda a partir das instituições punitivas e dos ilegalismos a que suas tramas de relações, de imigrantes ilegais na Espanha, eram atravessadas. A ligação de Francisca, nesse registro, operou como o convite de Cristal. Ambas instrumentalizaram as relações numa “correria” de demandas para afastá-las da condição de “indocumentadas”.

O governo dos indivíduos se dá por meio do governo de suas relações. Processos de gestão das populações que esquadriham normais, patológicos, criminosos e suas decorrentes tipificações o fazem a partir do rastreamento de seus vínculos. Segundo Foucault (1979) a família é produzida como o lugar de fixação de laços afetivos, sexuais, e do “amor”. Sujeitos são, portanto, localizados segundo registros sanguíneos, nominais, familiares que os “identificam”. Lavrar o rastreamento dos vínculos perante instancias estatais, nesse sentido, significa obter documentação necessária para tal identificação. Comprovante de residência, nome do pai, da mãe, certidão de casamento são, assim, objetos de sujeição e de subjetivação que produzem as nominalidades dos sujeitos.

Veena Das e Deborah Poole (2004) lembram que o exercício de poder estatal, de gerencia e controle, está constituído por meio de procedimentos de escrita. Da produção de um “relevo” documental e estatístico que torna aparente algumas características e vínculos em detrimento de outros. Publicizar ou não as relações implica, nesse sentido, em empreender esforço de enunciação e escrita sobre elas. É disso que trata o termo legibilizar pensado a partir de Das e Poole, de fazer ver, de produzir um lastro documental que registre e possibilite mapear as relações que colocam os sujeitos em relevo: que os documentam, os tornam visíveis. Mas, ainda segundo Das e Poole, processos de produção de legibilidade sugerem produção de ilegibilidades, laços ou qualidades das relações que podem ser mantidas no sombreamento do que é posto em enfoque pelas letras, pelos carimbos e registros daquilo que é legibilizado. Fazer legível e/ou ilegível os vínculos é agenciar a tensão entre a documentação que permite a circulação por caminhos não rastreados. É fixar em um papel escrito identificações e registros de modo a, por meio destes, adquirir permissão para atravessar as fronteiras.

Nicole Constable, em *Romance on a Global Stage* (1999), ilustra, por meio de etnografia realizada com casais compostos por homens norte-americanos e mulheres filipinas, como demandas e aquisições ou indeferimentos dos vistos de permanência nos Estados Unidos, atribuídos às mulheres, são perpassados por fantasias – “contos de fadas” – que gerenciam as produções dos documentos e carimbos: marcas e papéis tecidos através da investigação das condutas dos sujeitos avaliados a partir de entendimentos acerca dos “bons valores familiares”. Segundo a autora, a boa mulher filipina, ou seja, “não muito nova nem muito velha”, solteira, quer dizer nunca antes casada, sem filhos, escolarizada e com lastro familiar identificável, possui mais chances de obter permissão para viver e, portanto, exercer a conjugalidade com um homem norte-americano também específico – com emprego e residência estabelecidos, não muito novo nem muito velho, branco e com um histórico matrimonial e de divórcio com mulheres norte-americanas, também, documentado e especificado.

O empreendimento de esforço dos casais em produzir narrativas, condutas, cartas e certidões e, por outro lado, as técnicas de avaliação dos agentes responsáveis pelos deferimentos ou impedimentos dos vistos de entrada e permanência nos Estados Unidos descritos por Constable possibilita analisar o enredamento de personagens que são colocados na baila desta produção documental. Personagens intersectados por narrativas coloniais, raciais e de gênero que fundamentam a reprodução e a proteção do território nacional e dos filhos da nação: futuras gerações geradas das relações presentes. Ou seja, as mulheres filipinas e homens norte-americanos sentados do outro lado do guichê impetrando pela legitimação e documentação estatal da relação que passa a ser, assim, positivamente lastreada pelo estado.

No Brasil, autores como Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), assim como, Gabriel Feltran (2011), têm produzido reflexões acerca da produção de reconhecimento dos sujeitos a partir de técnicas de estado que documentam relações. A etnografia de Gabriel Feltran produzida em Sapopemba, distrito da zona leste da cidade de São Paulo, por exemplo, ilustra que redes de informações utilizadas no mapeamento dos indivíduos nas periferias podem, não necessariamente, passar pela produção legítima de papéis que os documentem, mas sim, por relações interpessoais entre famílias e policiais que sabem quem

são e onde moram familiares de pessoas em cumprimento de pena ou com envolvimento com o comércio local de drogas. Nesse registro, famílias são “contaminadas” pelos atestados de antecedentes criminais de filhos, irmãos e vizinhos. De mesmo modo, Vianna e Farias ilustram, através da observação da rede de movimentos sociais de familiares vítimas de violência policial, a trama produzida cuidadosamente por mães, esposas, irmãos e advogados para identificarem os corpos mortos pela polícia como corpos de “sujeitos dignos de direitos”, honestos, trabalhadores, sem envolvimento com o “crime”. “Mãe de traficante não fica lutando por justiça” (Vianna e Farias, 2011: 98) é frase ilustrativa de como vínculos produzem identificações, perversas e/ou não.

Nos trabalhos citados, contudo, é possível apreender camadas discursivas de poder e de agenciamento que atravessam a produção de identificações que, por outro lado, são acionadas estrategicamente pelos sujeitos em suas negociações particulares com instituições de estado, ou ainda, em suas relações íntimas. Como explicita Nicole Constable, não é dizer que não haja agência, mas sim, não romantizá-la, ponderá-la frente a tensões e posições assimétricas de poder materializadas nos corpos dos sujeitos que, de outro modo, as articulam e as utilizam. É o que Piscitelli (2008) exemplifica em seu trabalho realizado com brasileiras nos mercados sexuais e matrimoniais na Espanha e na Itália. Nestes, atributos corporais socialmente reconhecidos a partir de posições de subalternidades raciais, sexuais, de gênero e sexualidade podem ser ressignificados nas relações como capitais corporais e simbólicos que (re)posicionam sujeitos nas relações segundo os contextos. Desta forma, mulheres brasileiras podem ser consideradas “carinhosas”, “afetivas”, “boas mães”, “boas donas de casa” em relações sexuais e de conjugalidade com homens brancos espanhóis e italianos. O mesmo também ocorre com as mães de vítimas de violência policial sobre as quais falam Vianna e Farias. Estas rearticulam atributos como “favelada”, “negra” e “pobre” os acionando no cotidiano de uma gramática que as substantivam como “boas mães que lutam por justiça” produzindo, assim, categorizações reconhecidas a partir de uma maternidade específica que intersecta classe e raça: “‘É essa filha da puta negra, pobre, moradora da comunidade (...) que vai botar vocês na cadeia’, gritou Celeste em frente à instituição onde seu filho foi morto” (Vianna e Farias, 2012: 95). Estes exemplos etnográficos permitem observar o

empreendimento de esforço e trabalho dos sujeitos em tornarem legíveis aos clientes, aos cônjuges, aos agentes de Estado apenas algumas especificidades das relações por eles tecidas cotidianamente e, portanto, complexificadas pelas camadas que as compõem.

O grito proferido pela personagem descrita por Vianna e Farias em uma “cena pública”, nesse registro, por mais que não seja escrito, trabalha no sentido de fazer ver a maternidade e a violência policial empreendida ao filho, de enunciar laços familiares inquestionáveis lastreados, inclusive, pelos documentos escritos do estado: certidão de nascimento, carteira de trabalho e atestado de óbito. Assim também são os documentos estrategicamente elegidos a serem apresentados pelos casais de que fala Constable ao agente de imigração norte-americana. Na cena pública e no guichê de atendimento do consulado, estão postas tensões entre o que deve e o que não pode ser tornado legível.

No que concerne esta composição etnográfica, fixar-se em relações documentadas pelas cartas trocadas com cônjuges ou com familiares através das prisões, significa aproximar-se com o que está fora dos muros. Receber cartas e alimentos vindos pelo correio tem a carga da produção do lastro das relações familiares, da comprovação de que alguém espera do lado de fora, que as relações não estão circunscritas à penitenciária. É sobre este lastro de relações que se debruçam os técnicos do setor judiciário catalão. Sobre a leitura dos laços familiares, conjugais e afetivos com o “país de origem”, por meio dos quais definem “bons” e “maus” prognósticos de estrangeiros presos na Catalunha (e no Brasil).⁹⁸ Quanto mais legíveis são estes vínculos, melhor é o prognóstico escrito nos prontuários, avaliações de psicólogos, assistentes sociais e tutores.

As relações que Luz documenta, visibilizam vínculos com o marido colombiano preso na Catalunha e com a filha que nasce na cidade de Barcelona em decorrência desta conjugalidade. Luz é, portanto, definida como brasileira, egressa do sistema prisional, grávida de um colombiano sentenciado por “agressão”, imigrante “ilegal”, com poucas relações com seu “país de origem”. O mau prognóstico de Luz decorre da visibilidade lançada sobre as relações que a fazem permanecer na Catalunha mesmo em situação irregular. Estas relações – anotadas cotidianamente pelos agentes penitenciários que registram o número do passaporte de Luz a cada visita feita a Carlos em

⁹⁸ Ver capítulo I desta tese.

Brians -, eclipsam seus laços com Francisca. Não por acaso, é no tocante de sua detenção em um CIE que Luz aciona vínculos familiares e de parentesco com Francisca os tornando, também, visíveis, legíveis e documentados pelos funcionários das instituições do governo catalão.

Cristal, por sua vez, trama legibilidade e ilegibilidade. Produz taticamente camadas de registros que a vinculam à família no Brasil, ao emprego formal na cafeteria de Barcelona e a desvinculam de seu namorado peruano preso em Brians. Cristal fala, escreve e veste “o que eles querem”. Aciona papéis que facilitam seu registro dentro do “bom prognóstico”. Papéis produzidos, contudo, por meio de seu trabalho no mercado sexual e no comércio de drogas. Cristal cria zonas de sombreamento sobre envolvimento sexuais e afetivos que possam relacioná-la ao “mal prognóstico” e joga luz sobre os papéis que apresenta no guichê da assistente social penitenciária a qual, por fim, atesta positivamente acerca de sua liberdade condicional: seu “divórcio”, sua separação com a instituição prisional e sua permanência regular na Espanha.

Por outros meios, é o que também faz Marta. Desde um posto de emprego informal, escreve recibos que a colocam em uma rede de trabalho documentada. Recibos que tornam possível a comprovação das condições necessárias para sua permanência no Brasil enquanto espera Eduardo sair em liberdade. Além disso, Marta se esforça em mostrar que sua conjugalidade está vinculada a uma rede familiar na Espanha. Ela cria laços firmes com seu país de origem por meio de escritas de cartas e documentos que intersectam família, matrimônio e “amor puro”. Intersecções balizadas ainda, pela vontade de migrar para, se não o Brasil, a um nordeste que acolha a ela, a Eduardo e ao cachorro. Nas vontades que Marta narra para a vida em liberdade dela e de sua família, a prisão é elemento central para a mudança da vida. Se Cristal quer ficar na Espanha para trabalhar no mercado do sexo, Marta quer ficar no Brasil para viver tranquilamente seu amor com Eduardo. Amor familiar enredado pelo mercado transnacional de drogas.

“Querer ficar” no país em que se cumpre pena, mesmo depois da liberdade, é neste sentido, a transposição da prisão para a migração. Transposição tecida sutilmente nas narrativas de interlocutoras desta pesquisa que, pelos vínculos de afeto e/ou de trabalho travados dentro das penitenciárias, ressignificam seus projetos de liberdade; ressignificam a

“prisão”. Afinal, a etnografia produzida através da prisão de estrangeiras(os) subleva o fato de que prisão também é migração. Fronteiras e muros podem ser borrados pela escrita que documenta relações e que registra destinatários e remetentes das “cartas de amor”.

Cartas e documentos registram e escrevem sobre as personagens expostas neste capítulo. São papéis que as fixam e/ou as permitem transitar. São camadas discursivas de legibilidade/ilegibilidade que, agenciadas segundo atributos e assimetrias de poder, produzem prognósticos a partir dos vínculos que, nas narrativas e trajetórias aqui descritas, são nomeados através da palavra “amor” e atravessados pela produção de documentação das relações. Documentação que possibilita o governo dos indivíduos pelas instituições de gestão das fronteiras e que, ao mesmo tempo, permite a criação de rotas alternativas à prisão. “Amor”, deste modo, pode ser pensado como parte da complexa trama que enlaça a produção de diferenças negociadas pelos sujeitos em meio aos processos de estado e de subjetivação dos vínculos e fluxos, cotidianamente, ressignificados. “Amor”, portanto, é pensado, aqui a partir dos seus usos êmicos e do modo como estes agenciam valores familiares e a legibilidade das relações nas negociações postas nos guichês de atendimento estatais. Pensado a partir do modo como tramas documentais de relações cotidianas possibilitam que os sujeitos sejam geridos e, por isso mesmo, criem escapes aos dispositivos de controle.

As histórias de Marta, Luz e Cristal falam sobre dispositivos de gestão das relações, suas agências e rotas de fuga. As trajetórias e narrativas expostas neste capítulo possibilitam desestabilizar noções pressupostas acerca de prisão, liberdade e fluxos. Por fim, Marta, Cristal e Luz escolhem permanecer em situações de tênue seguridade documental e financeira a atrelarem suas caminhadas ao enquadramento de uma total legibilidade e regularidade estatal. Liberdade, assim, relaciona-se aos usos do corpo, do dinheiro, do tempo e, também, aos usos feitos do “amor”.

A relação entre amor, prisão e liberdade foi se tornado central ao longo de todo o processo desta pesquisa. Em várias entrevistas a prisão aparecia como o espaço onde a “experiência do amor” foi efetivamente possível. Megan Comfort (2007), por sua vez, já chamou atenção para a relação estabelecida entre amor e prisão. Por meio das narrativas de algumas de suas interlocutoras, a autora aponta para como a prisão de seus maridos produz

a “devoção romântica e o desejo na relação, transformando o encarceramento do homem num prolongamento daquilo a que Laura Fishman (1990: 162) chama de ‘namoro renovado’” (Comfort, 2003:1056). De fato, como Jacqueline de Lima (2013) elucida, a manutenção dos vínculos conjugais através da instituição penitenciária demanda “sacrifícios” que atribuem sentidos de valor à “mulher” e à “família” do “preso”. Nesse registro, os elos afetivos são rearranjados e, também, reforçados pela prisão. O “amor” ganha, aí, espaço significativo na vida e nas narrativas das pessoas em relação com as instituições penitenciárias.

Ao processo de escrita das cartas, mais do que ao de suas circulações, é conferido, portanto, o esforço da manutenção e da produção dos afetos. Os amores são vividos nos tempos da escrita, da espera, da leitura e releitura das correspondências que carregam perfumes, cores, desenhos. É por meio dos desenhos de Eduardo que Marta vive seu casamento. O homem bronzeado, a bomba e o bombom são os toques que alcançam a pele inalcançada pelas mãos de Eduardo. De mesmo modo, é com estes toques que Marta recheia a caixa que eu posto no correio. A comida é o enlace que a faz presente na cela de Eduardo. As cartas são as substâncias por meio das quais Marta sente o corpo do marido para quem, por sua vez, ela envia alimentos gostosos.

Cartas e “jumbos” documentam relações. Os registros de seus recebimentos e envios legibilizam vínculos atravessados pela prisão. Mas cartas e “jumbos” são, ainda, substâncias das relações que fazem ver. É neste nó que se faz a profusão de camadas que fluem das caixas, envelopes e carimbos que voam pelo correio de prisão a prisão: no elo que as linhas escritas tecem entre processos documentais e gozos, prazeres, saudades, lágrimas. Presenças dos corpos que se fazem na ausência. Afinal, Luz está ausente, ilegibilizada desde o calabouço do aeroporto, mas suas unhas calcam o isopor da bandeja e fazem fluir suas saudades até Francisca quem, em outra ausência, faz Luz presente a mim pelo filho de Carlos concebido na prisão⁹⁹. Cartas e caixas e papéis são documentos e

⁹⁹ Sobre processos documentais e presenças corporais que se fazem nas ausências, no caso, dos corpos mortos, sugiro ver as análises que Adriana Vianna e Juliana Farias fazem dos sonhos, das intuições materializadas em dores nos corpos das mães de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro (Vianna e Farias, 2011). Ainda sobre o tema Michael Taussig (1988) aborda as presenças nas ausências que os sonhos com pessoas mortas ou desaparecidas produzem nas narrativas de terror colhidas na Colômbia das décadas de 1970 e 1980.

toques que enredam “amor”, prisão e liberdade em nós tramados em vários sentidos, criados pelas muitas escritas, calcados por outros tantos caminhos de fluidez e fixações.

É de outras caminhadas por que fluem afetos e disputas através deles de que se trata o próximo capítulo: de como cartas são agenciadas como documentos nas relações não só com os agentes de estado, mas também com “irmãs” e “irmãos” do PCC, outros personagens reguladores da vida nas prisões.

IV. Cartas na juntada: (re)escritas dos trâmites e provas de amor nas torres do Comando.

Os andamentos publicados pela Vara de Execuções Criminais vêm listados ao lado das datas em que ocorreram sempre dispostos de modo a deixar, no topo, o mais recente e em baixo o primeiro dos últimos sete movimentos do processo. À direita das datas seguem especificados os “tipos de incidente”, se “roteiro das penas” – quando o processo está em análise em alguma instância -, ou se “execução de pena” – quando não há demandas de benefícios ou de progressões/regressões de sentença a serem julgados. Logo após, os “tipos de andamento” – se em tramitação pelo ministério público ou pela defensoria pública e por quanto tempo permaneceu em uma ou em outra instância. Nesse registro, “autos no final para cumprimento” significa que o processo passou pelo Ministério Público e que este permaneceu com ele por um período determinado após o qual foi encaminhado ao juiz para apreciação, “autos conclusos”, e só então encaminhado para a Defensoria Pública. Por fim, “autos F.A.”, registra que nesta data foi pedido para ser feito o alvará de soltura, uma das decisões possíveis dos trâmites. Se o processo de execução penal terminou escreve-se “extinção da pena”. Este está pronto para o seu arquivamento. Se não, “aguardando o cumprimento das penas”. As observações trazidas no último quadro do VEC agregam informações (por vezes repetidas) acerca da localização dos autos e outras, como se há alguma decisão a ser publicada, ou ainda, se a pessoa que responde ao processo está foragida¹⁰⁰.

Firmado por sujeitos despersonalizados – juízes da vara de execução criminal, defensoria e ministério público – o VEC é a impressão formal que carrega o poder de saber, decidir e fazer ver, se não “a caminhada”, “os andamentos” processuais de cada pessoa presa.

Informações sobre os Andamentos do Processo da VEC

Data Andamento	Tipo Incidente	Tipo Andamento	Observação
26/02/1999	Roteiro das Penas	Autos no Arquivo	AUTOS NO ARQUIVO
24/02/1999	Roteiro das Penas	Autos no M.P.	AUTOS NO M.P.
13/11/1998	Roteiro das Penas	Autos no Setor de Sentença - Extinção	AUTOS NO SETOR DE SENTENÇA - EXTINCAO
06/11/1998	Roteiro das Penas	Autos Conclusos	AUTOS CONCLUSOS
19/10/1998	Roteiro das Penas	Autos no M.P.	AUTOS NO M.P.
14/10/1998	Roteiro das Penas	Autos F.A.	AUTOS NO S.P.D. - FA
28/09/1998	Roteiro das Penas	Autos Conclusos	AUTOS CONCLUSOS

Tipo Incidente	Tipo Andamento	Observação
Execução da pena	Autos no Prazo	PUBLICADO
Execução da pena	Autos no Setor de Publicação	
Execução da pena	Autos no Final para Cumprimento	PARA PUBLICAR
Execução da pena	Autos no Setor de Publicação	
Execução da pena	Autos Conclusos	
Execução da pena	Autos Aguardando Cumprimento de Penas	
Execução da pena	Autos no Setor de Publicação	

¹⁰⁰ Optei por não utilizar nos quadros de exemplos extratos da Vara de Execução Criminal com este tipo de observações, pois estas trazem números de processos que tornam identificáveis os sujeitos dos mesmos. Além disso, no segundo quadro de extratos, as datas dos movimentos foram retiradas por se tratar de um processo em aberto. Optei por retirá-las pensando em tornar, assim, inviável qualquer forma de identificação.

Era um sábado frio de julho de 2011 e o terceiro pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital estava agitado em decorrência das visitas de entidades religiosas. Naquele dia, minha entrada se deu na companhia de Irmã Margareth, uma missionária irlandesa da Pastoral Carcerária que vive no Brasil há muitos anos. Nossa entrada no pavilhão era, como sempre, coordenada. Enquanto a Irmã chamava “as meninas” para um “momento de reflexão religiosa”, eu as buscava segundo os nomes impressos nos extratos de andamento processual publicados pela vara de execução criminal de São Paulo, ou seja, nos “VECs” que haviam sido pedidos a mim, ou a outras agentes pastorais, no sábado passado, naquele mesmo pavilhão.

O extrato da VEC pode ser acessado e impresso pela internet no site do Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo. “Tirar a VEC” faz parte do cotidiano de todos os agentes pastorais e visitas em prisões paulistas (Godoi, 2015). A entrega destes extratos pela equipe da Pastoral Carcerária em visitas nas prisões femininas de São Paulo, entretanto, sempre foi razão de disputa. Enquanto as direções das Penitenciárias Femininas de Santana e da Capital alegavam que esta não é uma atribuição religiosa, a Pastoral argumentava que as informações sobre andamentos processuais são direitos das pessoas em cumprimento de pena e que a Pastoral Carcerária é uma entidade de atendimento religioso e humanitário. Nas palavras correntes das missionárias, “para cuidar da alma é necessário cuidar do corpo”.

A atuação e a relação entre missionárias da Pastoral Carcerária, presas e funcionárias das penitenciárias femininas (e masculinas) de São Paulo valeria ser, em si, objeto de tese (Rodrigues, 2002; Vargas, 2005; Dias, 2008). As tensões estabelecidas nestas relações eram tão complexas quanto eram as trocas de favores mantidas entre estas e as presas. Se por um lado as presas recebiam das mãos de agentes pastorais seus extratos do andamento da execução penal e tiravam dúvidas com os advogados da organização católica – os quais faziam visitas recorrentes às unidades penitenciárias -, por outro, frequentavam (e ajudavam a organizar) a missa e as rodas de oração oferecidas pelas madres e padres, muitas vezes, como forma de retribuição ao “atendimento humanitário” prestado pela Pastoral.

As missionárias evangelizadoras e os padres da organização, por sua vez, sabiam manejar o escambo entre “serviços humanitários” e presença nos eventos religiosos. Isso não quer dizer que presas e missionárias estabelecessem apenas vínculos estratégicos a partir da noção de “esconder-se por trás da bíblia” (Scheliga, 2000). Antes, a relação que parecia estar por trás da frase “para cuidar da alma é preciso cuidar do corpo”, falava da “caridade” que têm historicamente balizado atuações de várias igrejas direcionadas às populações como moradores de rua, das periferias, usuários de drogas e, também, pessoas em situação de prisão (Rui, 2012; Birman, 2012; Almeida 2004 e 2009). Como bem argumenta Deborah Fromm (2014) - fundamentada no clássico ensaio de Mauss (2003) sobre a dádiva -, a caridade presente nas ações de grupos religiosos ocorre por meio do “servir”, do “ajudar” e das doações, atos que nunca são desinteressados, mas que criam “uma relação assimétrica de poder entre aquele que dá e o que recebe” (p. 30). Assim era a entrega dos extratos da Vara de Execução Penal àquelas que aguardavam a chegada da Pastoral Carcerária todos os sábados: um escambo de informações, ajudas¹⁰¹ e presenças disputadas desde a portaria da prisão.

Na figura de seus funcionários fiscalizadores, a instituição prisional procurava definir o que é (e principalmente o que não é) “trabalho religioso” barrando, assim, o acesso a documentos centrais para a organização da vida durante o período da pena. As assimetrias constituidoras das relações nas prisões passavam, portanto, pelo fato de a direção penitenciária “dar” abertura para a atuação das igrejas naquelas instituições de modo a poder regular o objeto destas ações¹⁰². De mesmo modo, passava pelo fato de a Pastoral Carcerária “ajudar” as presas a terem acesso a informações sobre suas situações

¹⁰¹ Mais uma vez, vale lembrar as análises de Adriana Piscitelli (2011) produzidas a partir dos usos do termo “ajuda” no campo etnográfico sobre mercados sexuais/matrimoniais em Fortaleza, Barcelona e Itália. Os argumentos de Deborah Fromm, produzidos a partir da etnografia na “cristolândia”, área de atuação da Igreja Batista direcionada aos usuários de crack da região central da cidade de São Paulo, ilustra que os mesmos enlacs produzidos entre dinheiro, afetos e interesses, para que chama atenção Piscitelli, atravessam trocas não transacionadas pelo sexo. A “ajuda” de que fala Fromm é emaranhada por dinheiro, interesses e afetos que atravessam usos do crack e intervenção religiosa.

¹⁰² A Lei de Execução Penal nº 7.210 de julho de 1984, Capítulo II, Seção VII explicita que é direito das pessoas em cumprimento de pena a assistência religiosa com liberdade de culto. As disputas entre organizações religiosas e agentes de estado, contudo, são estabelecidas no embate do que é “religião” e do que é “assistência religiosa”. Sobre o assunto ver Gonçalves, Coimbra e Amorim (2010).

jurídicas podendo, conseqüentemente, cobrar por suas participações em missas e rodas de orações quando elas não aparecessem nestes eventos.

Relações de poder são sempre assimétricas, negociáveis e situacionais (Foucault, 2001). No tocante das relações entre agentes de estado, voluntários da Pastoral Carcerária e presas nas penitenciárias femininas da cidade de São Paulo, tais assimetrias eram disputadas, dentre outras coisas, pela entrada ou interdição de papéis que traziam impressas as informações dos processos de execução criminais desde fora da prisão para dentro dela.

Mas a descrição de disputas referentes à entrada ou não dos extratos emitidos pela Vara de Execuções Criminais aqui, não tem como objetivo falar da atuação da Pastoral Carcerária como entidade religiosa ou de atendimento humanitário.¹⁰³ Antes visa expor contendas e trocas que atravessam a distribuição dos VECs pelos agentes pastorais ilustrando, assim, a centralidade deste papel nas relações que se estabelecem dentro das prisões. Afinal, como comprovantes dos últimos sete andamentos do processo criminal, os VECs contam parte da história processual e das decisões tomadas acerca desta por sujeitos “despersonalizados” que julgam, assinam e despacham deferimentos/indeferimentos para progressões ou regressões de pena. Decisões as quais incidem diretamente na vida das pessoas em cumprimento de sentença.

Chamar atenção para o campo de disputa que recai sobre os VECs, nesse sentido, tem como objetivo lançar luz aos usos de outros papéis que publicam o paralelo deste andamento processual. Papéis que informam, também por meio de marcas e registros, caminhadas a serem examinadas por outros processos “despersonalizados” (Biondi, 2009). As cartas, objetos de afetos, são no presente texto objetos de verificação das relações e das palavras que, ao serem impressas a caneta nas folhas circuladas pelo correio, são acionadas/escondidas em “debates”¹⁰⁴ ou em outras instâncias de gestão das relações.

¹⁰³ Cabe dizer que este tema extrapola o recorte analítico elegido para a produção desta tese. As imbricações entre prisão e religião são inúmeras, principalmente com o aumento de estrangeiros nas penitenciárias paulistas os quais levam, para dentro dos pavilhões, crenças e costumes muçulmanos e budistas, por exemplo. Reitero que o tema mereceria ser objeto de tese. Infelizmente não há, aqui, espaço para desenvolvê-lo.

¹⁰⁴ “Debates”, os quais passaram a ser convencionalmente chamados de “tribunais do crime” nas grandes mídias (ver: Feltran, 2010a), são discussões a partir das quais se intentam “saber” (produzir) “a verdade”

No presente capítulo, processos de estado e do PCC estão postos em relação através da aproximação dos usos e articulações de dois tipos de papéis: VECs e cartas. As descrições dos embates incididos sobre os extratos da Vara de Execução Criminal expostas acima foram acionadas, aqui, apenas para iluminar comparativamente as cartas que são produzidas e agenciadas pelas três personagens que protagonizam o capítulo: Adelina, Danielle e Denise. É por meio de suas histórias e, principalmente, das tramas relacionais imbricadas nas escritas e trocas de suas cartas que este capítulo será conduzido. A partir destas narrativas e trajetórias é que as análises acerca da justaposição entre formas de gestão estatais e das “torres do comando” serão tecidas.

Não poucas vezes, ao longo de todo o período de realização desta etnografia, o PCC foi comparado com os aparelhos jurídicos prisionais. Uma delas aconteceu no meu último ano de trabalho de campo quando várias das mulheres em cumprimento de pena na Penitenciária Feminina de Santana me pediram ajuda para tentarem encaminhar ao Ministério Público uma denúncia sobre os atrasos nos pagamentos dos salários feitos pelas oficinas de trabalho naquela prisão. Enquanto me apresentavam recibos de meses anteriores, nos quais mesmo os pagamentos atrasados não haviam sido feitos integralmente, reclamavam das funcionárias da prisão que, segundo elas, haviam se recusado a ouvi-las e auxiliá-las sobre o caso. Perguntei então se elas haviam apresentado o problema e todo aquele dossiê, cuidadosamente montado, às “irmãs do Comando” e qual havia sido o posicionamento delas. A resposta prontamente dada foi uma repetição de outras tantas que eu já havia ouvido antes.

Você já viu como anda a fila do fórum lá de cima? Tá maior que a daqui de baixo! E as irmãs não querem saber disso não. Só querem mesmo saber quem ficou com quem, quem tá de caso com quem, quem traiu o marido, quem tá de sapatão. É só fofoca senhora. A gente prefere fazer os corres sem passar pelo fórum, isso se a senhora não se opor, claro.

As localizações acionadas aqui, “fórum lá de cima” / “fórum aqui de baixo”, faziam referência à cela onde vivem as “irmãs do PCC”, geralmente localizada no último andar do prédio de moradia do pavilhão, e às salas de atendimento jurídico da unidade

sobre acontecimentos e atitudes que possam ter ido contra o “proceder” regulado pelo Primeiro Comando da Capital.

penitenciária localizada no térreo do pavilhão administrativo. A resposta dada coletivamente a minha pergunta por meio destas localizações, que diferenciavam e equalizavam PCC e aparatos administrativos penitenciários, encerrava impressões e narrativas colhidas em campo. Dados que me faziam olhar para a produção de justaposições entre processos jurídico-policiais e Comando de modo ainda mais atento. Dados que gritavam, inclusive, sobre as possibilidades de articulação política que passavam ao largo do fórum, fosse ele qual fosse – “o de cima ou o de baixo” – mesmo que estas articulações se direcionassem ao Ministério Público.

De mesmo modo, também não era a primeira vez que ouvia que a principal atribuição das “irmãs do Comando” na prisão feminina era “cuidar da vida das bandidas” e sabia que toda a tensão de Adelina, assim como as aflições de Danielle e articulações de Denise, personagens a serem apresentadas nas páginas a seguir, decorriam dos cuidados que eram dispensados às relações sexuais das mulheres presas e com algum tipo de envolvimento com os homens do Comando. Relações às quais, em outro momento (Padovani, 2010), vi ser objeto administrativo basal da manutenção e produção da instituição penitenciária feminina. Afinal, se na portaria da prisão o que estava em disputa era a definição do trabalho religioso e o cerceamento das informações processuais das pessoas em cumprimento de pena, dentro dos pavilhões as contendas eram produzidas pelas tecnologias de gênero (Lauretis, 1994) que têm, historicamente, produzido discursos “de verdade” acerca do que é ser “mulher” e, mais ainda, do que é ser “mulher bandida”. Discursos articulados pelos cerceamentos de práticas/prazeres/relações sexuais.

No embaralhamento desses processos de regulação e poderes relacionais, as personagens deste capítulo produzem artifícios argumentativos que acionam expertises calcadas tanto nos aparatos técnico-burocráticos de documentação, quanto nas sofisticadas tramas da argumentação oral, ferramenta significativamente valorizada nas negociações com o Comando, “nos seus trâmites”.

“Trâmites”, assim como “caso” – que pode se tratar do caso policial, do caso que está na justiça, e, também, do caso com a companheira de cela, o caso com o “correspondente”, o caso com a namorada – significam procedimentos documentais, judiciais, policiais, mas também os “trâmites da vida íntima”: contar ou não contar ao

marido sobre um caso, falar ou não à mãe sobre uma briga na prisão, um castigo, uma retaliação. São os “trâmites” que enlaçam/desenlaçam pessoas e histórias. “Fazer os trâmites”, nesse registro, significa refletir acerca da atitude, ponderá-la, mas também, seguir o protocolo e, de acordo com ele, pedir comprovações e esclarecimentos. Trâmites de processos de justiça que funcionam também com o PCC.

Em seus tensos “debates” ou na articulação dos “trâmites com as irmãs e os irmãos do Comando” – com as “torres do PCC” –, Adelina, Danielle e Denise faziam visíveis e invisíveis os movimentos das bocas, os sons e as letras impressas em cartas. Estas últimas que, nas mãos de Adelina, viravam documentos: complexos prontuários de comprovação da sua palavra a serem examinados em processos nem tão despersonalizados.

IV.i. Da caminhada reta por pés quebrados: Adelina, advogada da vida

Depois de entregar inúmeros extratos de andamentos da Vara de Execuções Criminais, fui ao pátio do terceiro pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital assistir ao jogo de vôlei que, costumeiramente, acontecia naquele horário. Sentada em um dos bancos de cimento, estava uma menina sozinha que gritava opiniões num processo divertido de quase arbitragem da partida. Perguntei se podia ficar ali com ela ao que me respondeu que sim.

Com os cabelos compridos pretos bem enroladinhos e presos em uma presilha de plástico, era Adelina. Assim que sentei, perguntou o que eu estava fazendo ali em pleno sábado, “se pudesse hoje eu ia estar em casa assistindo filme e comendo pipoca debaixo das cobertas!”. Contei a ela sobre a pesquisa e sobre minha atuação na Pastoral Carcerária e Adelina perguntou se eu tinha *facebook*. Pediu que eu escrevesse em um papel meu nome completo, tal como aparecia na página da rede social. Sabia o que ela me pedia. Queria saber quem eu era, queria me investigar por meio do *facebook* que ela, ou alguém desde dentro ou desde fora da prisão, iria acessar para saber se eu era mesmo quem dizia que era.¹⁰⁵ Anotei meu nome em um papel e entreguei à Adelina que levantou e pediu que eu a

¹⁰⁵ Alguns telefones que circulam dentro das penitenciárias tem acesso à internet, outros (ou grande parte) não. Parte das transações econômicas que envolvem aparelhos celulares dentro das prisões é o aluguel de minutos, créditos. Quando digo que alguém, desde dentro ou desde fora da prisão, iria acessar meu perfil no *facebook* é porque este acesso poderia ser feito via ligação telefônica para alguém fora da prisão com conexão à rede ou aluguel de minutos de um aparelho conectado à internet. Falei um pouco mais sobre artigos da Lei

esperasse um instante. Obedeci. Pouco tempo depois, Adelina desceu de sua cela carregando saquinhos e uma caixa de sapatos branca onde estavam guardadas cartas, cartões, fotos, desenhos, sentença publicada, extratos da VEC, números de processos ainda sem julgamento e também números de telefones. Juntos, aqueles papéis carregavam as escritas da vida de Adelina que era, assim, gestada na prisão. As cartas em que estavam escritas suas relações eram, necessariamente, embaralhadas aos documentos que legibilizavam seus processos criminais.

Os processos e andamentos, Adelina havia recebido de agentes pastorais, defensores públicos, assistentes sociais da prisão. As fotos e os cartões vinham de sua mãe. As cartas e os desenhos, Adelina recebera de seu marido, de seu irmão e, também, de outro homem com quem ela, por algum tempo, havia se correspondido e mantido uma relação através de correspondências. Marido, irmão e amante de Adelina estavam, como ela, presos. Os papéis que me mostrava teciam relações entre prisões, mas também, entre a rede de manutenção e produção das instituições penitenciárias: a casa de sua mãe, o fórum criminal, a Pastoral Carcerária, o pavilhão administrativo da unidade.

Fora da caixa, ainda sem registro a ser guardado nos saquinhos, estava outra relação de Adelina legibilizada pela tatuagem que ela carregava no antebraço. Esta a enredava aos “cafofos” da Penitenciária Feminina da Capital e a enredaria ainda, aos “trâmites” da Penitenciária Feminina de Santana para onde Guinú – “sapatão” com quem Adelina começara a namorar durante sua estadia no terceiro pavilhão da PFC e de quem o nome ela havia tatuado no braço – havia sido transferido.

Adelina foi presa ao tentar entrar com drogas na Penitenciária de Getulina, prisão masculina onde seu marido cumpria pena sob a acusação de furtar carros. Durante sua prisão, ela passou a responder também, como cúmplice em processos de assaltos e furtos nos quais seu marido era réu. Quando a conheci, ela estava presa há pouco mais de três anos e não sabia ao certo quanto tempo mais de pena teria para cumprir já que ainda esperava pelo final dos julgamentos de processos que respondia como corréu. Sua incerteza

de Execução Penal e do Código Penal que proíbem porte e uso de aparelhos celulares na prisão ainda neste capítulo. Sobre o uso de tecnologias nas prisões femininas, sugiro ver Bumachar, 2012.

sobre os anos que ainda teria de passar na cadeia, contudo, não a afligiam, ao contrário. Desde o pátio da prisão, Adelina dizia estar feliz.

Sentada nos banquinhos do terceiro pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital, Adelina contava-me sobre seu caso com Guinú – “sapatão conhecido na prisão, como você nunca ouviu falar dele?”, me perguntava – e sobre seu casamento com o antigo parceiro de “tacadinhas” (Ver nota de rodapé 19). Casamento o qual Adelina mantinha sem muito entusiasmo. Ela dizia não se importar muito em saber se seguia mesmo casada com ele após os anos passados na prisão, mas que também não queria tomar a iniciativa de pôr fim à relação de tanto tempo por meio das cartas que enviava a seu marido sem muita recorrência, “ele até me manda mais cartas, escreve quase sempre, mas eu respondo uma aqui, outra ali...”.

Adelina mantinha seu casamento via trocas esparsas de correspondências que não eram suficientes para rechear os saquinhos e a caixas que me trazia ao pátio. Estes eram preenchidos com os papéis de seus casos em andamento na justiça, suas trocas com irmão e mãe, seu caso mantido com o amante. Este último sim, findado em prol do namoro com Guinú por quem Adelina pleiteava ser também transferida para a Penitenciária Feminina de Santana, - o que aconteceu pouco tempo depois de nosso primeiro encontro, no banco do pátio do terceiro pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital.

A transferência de Adelina à PFS inviabilizou nossos encontros por meses, pois minha entrada na unidade de Santana, sempre por intermédio da Pastoral Carcerária, era circunscrita a um pavilhão a cada dois meses. Ou seja, durante dois meses eu ficava inscrita como voluntária em um pavilhão não podendo circular pelos demais espaços da prisão. Como Adelina e Guinú não estavam no pavilhão em que eu visitava, deixamos de nos ver e conversar. Só reencontrei Adelina em abril de 2012, após meu retorno do período de campo feito em Barcelona.

Depois de meses passados entre as prisões catalãs, voltei à rotina de visitas às penitenciárias femininas de São Paulo na qual estava inclusa a Penitenciária Feminina de Santana. Sozinha, em um dos raios da maior prisão feminina da América Latina, fiquei observando o movimento dos pequenos pacotes circulando, cobranças e mandos vindos de

celas fechadas e movimentadas pelo entra e sai incessante. Pernas andavam de um lado para o outro sem o uniforme, às vezes só de camisola. Meninas transitavam levando baldes, rodos, cestas de roupas limpas e sujas, tintura de cabelo, bacias e instrumentos para manicure e pedicure. Cenários, cheiros, temperaturas, idiomas; tudo era diferente das prisões de Barcelona. Mais ainda, tudo era diferente da prisão vizinha, a Penitenciária Feminina da Capital. Nenhuma prisão é igual.

Deitada no chão do pátio estava uma menina aparentemente incólume ao intenso movimento do comércio de mercadorias e serviços de limpeza e estética que acontecia a seu redor. Tomava sol com a camiseta levantada até o início dos seios e mantinha as calças dobradas de tal modo que deixavam a mostra suas pernas peludas em decorrência dos anos passados na prisão, anos sem muita depilação. Mais uma vez, era Adelina. Como no dia em que nos conhecemos, fui ao seu encontro e pedi para sentar-me a seu lado. Quando me viu, após meses sem nos comunicarmos, Adelina sorriu: “é você! Não acredito que vou poder falar com alguém!”. Desde nossa última conversa, ela não parecia mais tão feliz na prisão. Sua exclamação carregava apreensão e certo alívio.

Mais uma vez, Adelina queria mostrar suas cartas que agora eram razão de ansiedade. Aguardei enquanto ela entrava em sua cela e voltava ao pátio carregando a mesma caixa de papelão branco e outros tantos saquinhos. Ventava muito aquele dia e os papéis voavam enquanto ela tentava freneticamente me explicar que precisava falar com alguém. Precisava de ajuda para entender o que, afinal, estava acontecendo com a sua vida, ou melhor, com o seu casamento. “Nem acredito que você está aqui, que vou poder falar com alguém!”. E começou a falar sobre seu marido.

Lembra que eu não dava a menor para ele quando fui presa? Ele não era nada, era pobre, magrelo e feio. Fui na pedalada com aquele cara. Mandava carta, mandava foto e ele me mandava uns cigarrinhos pelo jumbo. Coisa assim... Caí no lesco com o Guinú! Olha só a tatuagem enorme que fiz do nome dele no meu braço! Mano, nem te conto do rolo dessa tatuagem... E não terminei com meu marido, mas também nunca me esforcei né? Ó quanta carta ele me enviou nesse tempo todo, eu respondia uma aqui, outra ali. Às vezes nem respondia. Mas aí, em julho recebi uma carta que me fez querer mudar tudo.

Enquanto falava, Adelina procurava a carta que dizia ser a certa, o que não a impedia de me entregar outras tantas correspondências pedindo que eu as lesse prestando atenção nas palavras. Nos “códigos do partido”, do Primeiro Comando da Capital. Quando achou a carta que procurava já tínhamos lido três outras, todas escritas por seu marido. Em algumas letras, alguns cantos das folhas, apareciam pequenos pingos ou desenhos para os quais Adelina apontava dizendo, “tá vendo só, são os símbolos do partido? É código, mano. Ele virou irmão!”. Essa era toda a questão de Adelina, razão de preocupação e ansiedade. Durante os anos passados dentro da prisão, seu marido, antes “magrelo, pobre e feio”, havia conseguido crescer dentro do PCC. Havia conseguido galgar posições de confiança e por fim tornar-se “irmão”. Ser “batizado” e reconhecido como integrante do coletivo.

Nas cartas que lemos, ele dizia que a vez deles estava chegando, que era para ela ter paciência, que se ela “pedalasse” com ele direitinho, ou seja, se ela mantivesse um bom comportamento dentro do pavilhão, não ficasse devendo para ninguém, não se correspondesse com outros homens nem caísse no “lesco”, quer dizer, se ela não se relacionasse sexualmente com ninguém dentro da prisão feminina, tudo iria dar certo. Que ele não iria abandoná-la bem naquele momento. Que ele não se esquecera dos anos passados junto com ela.

As letras de seu marido faziam Adelina sentir-se eufórica e temerosa. Era a vez de assumir aquele que por tanto tempo não havia deixado de enviar uma carta sequer. Era a vez dela se tornar “cunhada”. “É, porque as irmãs são tudo lagartixa dos irmãos né? Mas *nós* não! Cunhada é a mulher dos home! A gente é quem manda mesmo”. Dizia Adelina, ansiosa e incrédula de que ela e seu marido, magrelos, pretos e pobres estavam em vias de se tornarem “irmão” e “cunhada do partido”. Fato que a deixava, simultaneamente, orgulhosa e apavorada.

No processo de tornar-se “irmão”, ao qual seu marido estava inserido, todos os segredos sobre a vida de Adelina durante os quatro anos passados na prisão seriam, muito provavelmente, a ele revelados pelas “irmãs da prisão”. Afinal, “entrar para a família” implicava em “saber a caminhada” dos novos integrantes. Ela sabia que cedo ou tarde ele descobriria tudo por intermédio das “lagartixas dos irmãos”. Adelina resolveu então contar ela mesma sobre os acontecimentos de sua vida nos últimos anos. Mandou uma carta

falando de todos os seus casos com mulheres, de Guinú (com quem terminou a relação assim que começou a receber as cartas de seu marido escritas com os tais “códigos do Partido”) e, também, do homem com quem Adelina trocava cartas por cigarros, fotos... Era a resposta a esta carta que ela tanto queria me mostrar.

Em linhas escritas com canetas de várias cores, ele dizia, em vermelho e letras garrafais, estar “decepcionado mesmo”. Mas em azul e letras corridas, dizia que, apesar de tudo, iria perdoá-la com a condição de ela “manter a caminhada” a partir dali. Por fim, a carta terminava com a frase grifada: “Para provar teu amor, você vai passar uns venenos por uns tempos”. Era isso que Adelina queria falar com alguém. Queria conversar sobre para tentar entender de que “venenos” as letras do marido que ela não via há tantos anos falava.

Você me ajuda a entender? O que você acha? Porque ó, eu não posso perguntar essas coisas para as irmãs. Ó, sei que de uns tempos pra cá, eu tinha uma dívida de quinhentos reais e nem me puseram no vermelho, nem vieram me cobrar. Eu outro dia enfiei o dedo na cara da irmã e ela nem relou a mão em mim. Mas aí, disseram que tiraram umas fotos da minha tatuagem [mostrando o braço onde estava escrito o nome de Guinú] e mandaram por SMS pra ele. Mano, fizeram isso! E tem também essa menina que descobri que meu marido estava escrevendo para ela. E ela é bonitona! E eu com a perna peluda e o cabelo quebrado. Porque, véio, na rua eu não sou esse bagulho não. Na rua eu sou bonita pra caralho! Aí acho que ele começou a pedalar com essa menina que mora com as irmãs daqui entendeu? E ela é bonita, nunca lescou, tem toda a caminhada certinha. Bandida mesmo. Eu tô pirando? Meu marido fala que tá só comigo, mas eu sei que ele também tá correndo com ela entendeu? Eu sei. Todo mundo sabe. Ela mora com as irmãs! Ela vive na torre. Aí eu fui pros trâmites! Pedi pra irmã botar todo mundo na linha e ir pros trâmites! A irmã riu da minha cara. Mas aí eu enfiei o dedo na cara dela e disse que se ela não queria resolver problema de pé quebrado que nem tinha de ter virado irmã. E aí que tá! Ninguém toca em mim. Ninguém me bate, mano! Aí eu fico pensando que meu marido tá falando que tá me esperando para eu sair da cadeia e ir lá visitar ele e ele raspar meu cabelo! Entendeu? Ao mesmo tempo fico pensando que ele já podia ter mandado me baterem aqui... Véio, tô com medo de tudo. Tá foda, tô ficando doida mesmo. Esse homem tá me deixando louca. Eu preciso saber logo se vou morrer ou se virei cunhada.

Do chão do pátio da Penitenciária Feminina de Santana, escutava a fala nervosa de Adelina. Ela sentada de costas e eu de frente para o grande prédio dividido por janelas com grades que iam do térreo ao quinto andar: um dos raios ímpares ou pares de um dos três pavilhões da PFS. A seu modo, Adelina me contava que estava devendo dinheiro na prisão e que, ainda assim, deixavam-na continuar comprando o que ela quisesse, ou seja, que não haviam a colocado “no vermelho”. Que, mesmo tendo “enfiado o dedo na cara da irmã” e, assim, desrespeitando-a, seguia inteira, sem apanhar ou sofrer qualquer tipo de retaliação. Com as cartas de seu marido nas mãos, Adelina tentava compreender qual era o “veneno” destilado em decorrência dos segredos que ela havia o levado. Queria saber, afinal, se o destino dela era morrer ou se havia, enfim, “virado cunhada”, “mulher dos home”, bem mais do que “as lagartixa dos irmãos”, portanto.

Adelina tinha os pés cansados, ou em suas palavras, quebrados. “Pé quebrado de caminhadas tortas”, disso se trata a expressão. Se manter a caminhada reta implicava em andar na fina linha da boa conduta da “bandida”, mãe e esposa heterossexual, Adelina tropeçara e caíra com os pés nas navalhas. Em sua história pregressa existiam amores com mulheres, cartas trocadas por cigarros, favores, namoros, casos. Adelina ouvia falar que, “mulheres de pés quebrados” como ela, “mulheres de caminhadas tortas”, tinham os cabelos e as sobrancelhas raspados: marca da traição. Uma “cobrança”, uma retaliação às esposas que traem os maridos. Mas mais do que isso, Adelina ouvira falar que mulheres como ela, “de caminhadas tortas, pernas peludas e cabelos quebrados”, não podiam desafiar “a torre”. Sequer “subiam na torre” sem que tivessem algum “trâmite” para resolver.

Nas etnografias de Karina Biondi (2009) e Gabriel Feltran (2010b), torre é definida como uma posição política relacional existente no PCC a qual não pode ser “confundida com ‘chefia’ ou ‘gerência’ já que não responde a um modelo piramidal de organização” (Feltran, 2010, p: 63). Tanto Biondi como Feltran, portanto, deslocam a palavra “torre” de qualquer arranjo facilmente localizável numa arquitetura do Comando. Nas descrições das pessoas em cumprimento de pena nos pavilhões da Penitenciária Feminina de Santana, entretanto, “a torre” era apontada e situada pelas presas em termos arquitetônicos. Havia quem “vivesse na torre”, quem “pudesse ou não subir” à torre e, principalmente, era “a torre” referência que definia quem sentava de frente ou de costas

para as janelas do pavilhão durante uma conversa no chão do pátio. A “torre” de que falava Adelina e outras pessoas que circulavam pelos pavilhões da PFS, era a cela onde moravam as “irmãs do Comando”, as responsáveis pelas orientações, fiscalizações e decisões que ordenam condutas e cotidianos das presas: “o fórum lá de cima”.

Ao longo de todas as minhas visitas à unidade prisional de Santana, foi comum que as interlocutoras me pedissem para se sentarem de costas para “a torre” para contarem seus segredos. Elas sentavam-se de costas e eu de frente. Este não era um ato simbólico, mas protetivo. Pediam que a nossa disposição em relação aos edifícios dos pavilhões fosse assim para que ninguém pudesse “ler seus lábios”, deduzir suas palavras. Nesse registro, as estratégias para escapar do “controle da torre” assemelhavam-se às formas de esquiva produzidas cotidianamente em relação às agentes de segurança e funcionárias da prisão. Tanto nas negociações com a “torre” quanto com a “polícia”,¹⁰⁶ era necessário saber usar (ou silenciar) as palavras e ferramentas corretas. Percebendo isso, Adelina passou a usar artifícios que conhecia desde suas negociações com os agentes de outro aparato jurídico, do fórum e da prisão.

Adelina, ao “pedir para a irmã botar todo mundo na linha e ir pros trâmites”, demandava explicações a todos os envolvidos nos últimos acontecimentos de sua vida por meio de uma “acareação”, “um debate”. Deste modo, convocava a presença simultânea das “irmãs do Comando”, da mulher com quem ela acreditava que seu marido estava tendo um caso e, claro, do seu marido – este presente através de um aparelho celular ligado no modo viva-voz – em uma mesma cela.

Ela intentava assim, esclarecer se seu marido era, ainda, “seu marido” como ele dizia ser nas cartas – as quais Adelina levava em mãos –, ou se estava mantendo um relacionamento com ela e com a “menina que mora com as irmãs e que tinha a caminhada toda certinha”. O resultado da solicitação de Adelina, contudo, a deixara ainda mais confusa. Não havia esclarecimentos fáceis “nos trâmites” do Primeiro Comando da Capital.

¹⁰⁶ Nas falas das pessoas em cumprimento de pena, todas aquelas que estão “do lado de lá da grade”, que têm “a chave” e a “caneta” para “abrir ou fechar a cadeia”, eram referenciadas pela palavra “polícia” independente de serem ou não policiais. Polícia, nesse registro, é utilizada como referência de diferenciação entre quem está preso e os agentes dos dispositivos de estado que os enviam para, e os mantêm na prisão. A utilização da palavra polícia para referir-se aos funcionários da prisão já foi bastante ilustrada por autores como Biondi (2009), Marques (2009) e Barbosa (2005).

A solicitação de Adelina terminou com a palavra dada por seu marido, na presença das irmãs e da suposta amante dele, de que ambos continuavam casados e que ele não mantinha relações ou correspondências com mais nenhuma pessoa que não fosse ela, Adelina. Ao mesmo tempo, enquanto contava sobre o “debate”, Adelina me dizia que por várias vezes o telefone havia sido retirado do modo viva-voz e que ela e seu marido haviam falado apenas os dois ou, ainda, apenas ele e a “amiga das irmãs”.

Mano, era muito estranho. Ele falava comigo pelo telefone, depois falava com ela, aí voltava pro viva-voz. E quando ele falava com ela, eles ficavam de risinho. Ela dava umas risadinhas, uns sorrisinhos. Aí eu pedia pra passar o telefone e perguntava - quê cês tavam falando aí? – ele dizia que nada, que tava falando pra ela que tava comigo. Botava a culpa na bateria do aparelho pra tirar do viva-voz, mano... Aqui não é bagunça! Ele falou que tá comigo, tem de correr comigo e deixar isso no claro. Ainda tô no veneno, num vô aguentar ficar assim não véio.

Uma semana após nossa conversa sobre as (não) resoluções decorrentes do “trâmite” demandado por Adelina, retornei à Penitenciária Feminina de Santana onde a encontrei. Naquele dia, ela disse ter criado uma forma de, se não “sair do veneno”, ao menos se proteger dele. Para tanto, Adelina iria precisar de minha ajuda. Ela decidiu que antes de enviar qualquer carta para seu esposo iria xerocá-la, deste modo, poderia montar um dossiê com as duas partes da conversa registrando, assim, as suas palavras e as palavras dele. Tal ideia veio depois que Adelina recebera uma carta de seu irmão, também preso, mas em uma “cadeia do Comando” diferente da que estava o seu marido. Nesta, ele a apresentava para seu amigo de cela e dizia que, como Adelina estava solteira em decorrência do término recente de seu casamento, ele gostaria de apresentá-la para o seu amigo. “Um cara bom, tá entendendo? Ele vai proteger a gente. Ele tá cuidando de mim aqui. Quero muito que você conheça ele, tá entendendo?”.

Frente ao recebimento dessa carta, Adelina começou a se perguntar acerca de quem havia dito a seu irmão que ela estava separada do marido o qual, por sua vez, insistia em manter o casamento. De mesmo modo, questionava se tudo aquilo, as conversas feitas durante “o debate” fora do modo viva-voz e a carta que recebera de seu irmão, não era parte “do veneno” que teria de passar para “provar o seu amor” pelo esposo. Mas para além de seus questionamentos, eram as palavras usadas por seu irmão que mais a afligiam. Afinal,

porque ele dizia que estava sendo cuidado por seu parceiro de cela? Do que seu irmão precisava ser protegido?

Ao ler a carta que vinha do irmão, Adelina telefonou para sua mãe com vistas a saber mais da situação dele dentro da prisão¹⁰⁷. A mãe então disse estar muito preocupada. Segundo ela, alguns parceiros da cela em que o irmão de Adelina vivia, o acusavam de ser homossexual e não ter avisado nada aos demais presos sobre isso. As acusações dos parceiros de cela de seu irmão implicaram na transferência dele para a cela de um dos “faxinas” do PCC naquela cadeia, quer dizer, dentre outras coisas, de um dos responsáveis pela mediação de conflitos naquela unidade¹⁰⁸.

Como Boldrin (2014), Dias (2011) e Biondi (2009) chamam atenção, homossexuais em cumprimento de pena nas prisões masculinas “do Comando” (ou de outras “facções”, como explicita mais especificamente Dias), são interditados de dividirem copos, talheres ou outros utensílios cotidianos que possuam a carga simbólica da “contaminação” (Douglas, 2012; Feldman, 1991). As etnografias destes autores elucidam ainda, que mesmo a presença de homossexuais no “convívio”, ou seja, nos pavilhões de moradia, é tensionada nas falas de seus interlocutores (Biondi, 2009: 110 – 111). Deste modo não é incomum que celas, pavilhões exclusivos ou até mesmo, no caso das “monas”,¹⁰⁹ o encaminhamento a penitenciárias neutras - “cadeias onde não existem membros ativos de facções” (Boldrin, 2014: 15) – sejam práticas recorrentes.

¹⁰⁷ A prisão em que o irmão de Adelina estava não “estava no ar”, quer dizer, não havia aparelhos celulares possíveis de serem conectados naquele momento que viabilizasse a comunicação de Adelina diretamente com seu irmão. Seja pelo uso do bloqueio de sinais de telefonia instalado ou por algum controle mais rígido da entrada e do uso dos aparelhos, algumas unidades prisionais ficam contingencialmente “fora do ar”. Nas falas de minhas interlocutoras havia um fluxo e uma constante atualização das penitenciárias que estavam “no ar” ou “fora do ar”.

¹⁰⁸ “Faxina”, assim como “torre” e “piloto”, é mais um dos nomes atribuídos aos postos políticos do PCC. Ser “faxina” significa estar em uma posição de responsabilidade e confiança em relação ao Comando. Parte das atribuições dos “faxinas” é distribuir a comida entre as celas dos pavilhões, intermediar a comunicação entre presos e funcionários da unidade e, também, perguntar aos recém-chegados à prisão se eles têm algum problema com alguém que está preso na mesma unidade para, assim, evitarem / intermediarem os conflitos. Significativo observar, contudo, que nas prisões femininas onde fiz campo, apenas muito dificilmente encontrei a palavra “faxina” atribuída àquelas que tinham estas responsabilidades. Nestas, a palavra “setor” era mais recorrente. Nesse registro, a palavra “faxina” utilizada pela mãe de Adelina era facilmente cambiada pelo termo “setor” nas palavras da filha. Sobre os “faxinas” no PCC ver: Marques (2009), Biondi (2009) e Mallart (2014). Sobre os “faxinas” postos no cotidiano de uma prisão em contexto bem anterior ao PCC ver: Ramalho (1979).

¹⁰⁹ Travestis e gays que corporificam atributos femininos (Boldrin, 2014).

A acusação lançada ao irmão de Adelina, de ter “escondido sua orientação sexual” era, portanto, a acusação de ele ter exposto os demais presos à contaminação a ela. Nesse registro, o “faxina” de seu pavilhão o aceitou como parceiro de cela na condição de que o irmão de Adelina aprendesse a “se portar” segundo as ordenações do “crime”. Ao saber das condições em que estava seu irmão, Adelina decidiu respondê-lo e, ao mesmo tempo, escrever uma correspondência para o “faxina” por quem seu irmão dizia estar sendo ajudado, além claro, de enviar uma carta para seu marido na qual o colocava a par de toda a situação. Antes de enviar as cartas, porém, Adelina pediu-me que as xerocasse e as reentregasse em minha próxima visita à penitenciária. Deste modo, ela ia produzindo arquivos que pudessem comprovar todas as palavras trocadas por ela nessas tensas relações.

Então, tô te escrevendo para passar que recebi uma carta muito estranha do meu irmão dizendo que ele tá sabendo que eu tô solteira. Seguinte, como ele sabe que eu tô solteira se o que eu sei é que eu tô casada? Ele quer me apresentar um cara aí, o nome dele é_. Puxa a caminhada. Parece que é irmão, faxina. Porque o que cê me disse é isso, certo? É meu marido, não é isso? Então como sou tua mulher, tô passando a caminhada toda certinha, correto? Porque o cara tá dizendo aí que eu tô solteira e que ele vai cuidar de mim e do meu irmão... Como meu marido que você é, sei que você vai fazer a pedalada de cuidar do meu irmão, correto? Porque tão falando que meu irmão faz umas coisas que quem é do crime não faz. Então se você me ama e eu sou tua neguinha gostosa, tu vai cuidar do meu irmão, correto? A gente é tudo da mesma família! Num tô na pedalada com o maluco não, tô te passando que recebi essa carta muito estranha e te falando que o maluco tá dizendo por aí que eu tô solteira e que vai cuidar de mim e do meu irmão. Tô na caminhada certinha porque sou tua mulher e tu é o amor da minha vida. Tá sabendo né? Eu tô nessa mesma caminhada contigo, entendeu? Tô querendo saber, que cê pode fazer pra ajudar meu irmão?¹¹⁰

Com o tempo, Adelina aprendeu a escrever cartas e a produzir provas de fidelidade, amor e compromisso. A guardar todas as cartas que recebia e as que escrevia por meio de cópias feitas antes de enviá-las aos destinatários. Mas mais do que isso, Adelina empreendia em cada ponto de interrogação, em cada vírgula, artimanhas retóricas que

¹¹⁰ Excerto retirado de uma das cartas de Adelina enviadas a seu marido. Procurei manter, nesta reprodução, a grafia mais próxima possível das palavras de Adelina, algumas alterações foram feitas para facilitar o entendimento do leitor e, também, para retirar possibilidade de identificações.

intentavam fazer com que os destinatários de suas palavras escrevessem aquilo que ela almejava. Adelina tornou-se uma articuladora das palavras. Mas mesmo através dessa expertise, ela não conseguiu “sair do veneno” como almejava.

Seu marido retornou sua carta dizendo não conseguir fazer nada em prol do irmão de Adelina o qual, segundo ele, estava em vias de ser transferido para uma “prisão neutra”. Na correspondência, seu marido dizia ainda, para ela não responder mais nem as cartas de seu irmão ou do “faxina”, pois eles ainda estavam casados e seu irmão não só havia escondido que era gay como também estava “passando a caminhada errada” – mentindo sobre o relacionamento de Adelina e seu esposo – para os irmãos da prisão onde ele estava detido.

A resposta que Adelina recebeu de seu marido resultou num cansaço que a fez pensar em desistir de seu casamento e de toda a euforia frente à possibilidade de “virar cunhada”. Ela não queria mais todo “este veneno” que implicava em tantos esforços retóricos, documentais e estratégicos. Adelina queria ir para casa.

Junto de seu irmão mais novo, Adelina foi criada por sua mãe em uma cidadezinha do interior do estado de São Paulo na divisa com Mato Grosso do Sul, região de alta rotatividade de caminhoneiros. Sua mãe trabalhava na estrada, numa zona de prostituição onde Adelina e seu irmão se acostumaram a passar as noites e a brincar. Ela contava que aos dez anos ela conheceu o “tio do caminhão”. Um homem que gostava dela e que ela gostava também. “Ele era carinhoso, eu saía para comer com ele, ganhava roupas, arrumava o cabelo. Eu gostava dele”. Assim, Adelina me contava que ela e seu irmão faziam, quando crianças, pequenos programas com os caminhoneiros os quais, em troca, os davam brinquedos novos, sapatos e os levavam para comer.

Meu irmão não é gay Natália. Não é isso. Ele não gosta de dar o cú. Ele já fez isso. Ficou traumatizado. Ele é traumatizado! Eu sei disso, mas ele não é bicha mano! Ele é home! Já pensou o que é prum home saber que já fez isso? Ele traumatizou mano. Isso come a mente dele. Eu preciso sair daqui pra poder ajudar ele e a minha mãe. Ela tá desesperada porque não consegue mandar um jumbo pra ele. Porque cê sabe né? Eu me viro, mas meu irmão mano, ele é traumatizado. Ele depende muito da minha mãe. Tá vendo né? Minha vida dá um livro! Escreve aí...

Por fim, Adelina não estava mais feliz na prisão como quando a conheci. Os “venenos” que passaram a regular sua vida referiam-se não só “a sua caminhada”, mas também a de sua família. Afinal, ela era filha de uma prostituta de estrada, irmã de um menino que, como ela, fazia michês quando crianças. Em suas palavras, sempre em negociação, seu irmão “não era bicha”, mas sim “traumatizado”. Por meio da produção retórica de seu irmão como “vítima” de situações traumáticas (Fassin e Rechtman, 2009), Adelina procurava “limpar a sua caminhada” da homossexualidade da qual seu irmão era “acusado”. Homossexualidade que, naquele momento, parecia ter uma carga muito maior de contaminação do que os seus próprios casos com mulheres, seu relacionamento com Guinú dentro da prisão. Mas, ainda assim, seu irmão dependia dela e de sua mãe. Família a qual Adelina acionava, agora, frente ao não êxito em articular laços familiares com o homem que insistia dizer ser seu marido.

Diante deste quadro, Adelina tomou a decisão de escrever uma carta dando fim ao seu casamento. Segura do que fazia, sequer me pediu para tirar uma cópia desta correspondência. Para ela, as duas possibilidades haviam se esgotado: certamente não morreria, mas também, não iria “virar cunhada”. Ela só não imaginava que ao receber a carta contendo o pedido de separação, seu marido iria solicitar mais um “debate” no qual estariam presentes ela, as irmãs e ele, por meio do aparelho celular. Quando chamada para ir para “a linha”, ela foi preparada. Levava em mãos todo o dossiê no qual continham registradas as palavras dele, as dela e as de seu irmão. Palavras/letras que, naquela instância de produção da autoridade, estavam postas assimetricamente em relação à oralidade de seu ex-parceiro.

A “palavra final” foi a de que Adelina havia “caminhado pelo certo” apenas depois de saber que seu marido poderia ser “batizado pelo Comando”. E as cartas que ela levava em mãos atestavam somente isso: sua mudança de conduta posterior a ascensão de seu companheiro. Mais ainda, eram provas cabais de que ela não havia conseguido sustentar sua relação. No “veneno de trâmites” incertos, Adelina respondia não só pelos tropeços anteriores, mas pelos usos assimétricos que poderiam ser feitos dos registros documentais por ela produzidos. Afinal, era disso que se tratava, do complexo jogo de produção de sujeitos de autoridade da palavra. E este Adelina havia perdido a despeito de

toda sua expertise em produzir documentos. O “debate” terminou com “uma voadora na barriga” e dois chutes na altura dos joelhos de Adelina que apanhou “por uns três minutos”. Cobrança bem mais leve do que a que ela já havia esperado anteriormente¹¹¹.

Na semana seguinte do último “trâmite” que Adelina havia tomado parte, a encontrei ainda reclamando de dores na barriga e andando mais devagar do que o comum. Nesse dia, contudo, sentamos ela, eu e mais duas meninas com as costas apoiadas para a parede olhando de frente para o edifício de moradia do pavilhão. Diante de todas as janelas dos cinco andares do prédio, falávamos sobre o final da história de Adelina e das vezes que Catarina, uma das meninas sentadas ao nosso lado, havia apanhado do marido. Falávamos, em fim, “de frente para a torre”, de uma vida ordinária que não era agora por ela regulada.

Naquelas mesmas horas falávamos, ainda, sobre as informações impressas nos extratos da Vara de Execução Criminais que eu havia levado para elas. O regime aberto de Adelina estava em trâmite no Ministério Público e ela sabia que logo poderia ir para casa. Afinal, tinha sido absolvida de alguns dos processos que respondia como corréu de seu ex-marido. Enquanto discutíamos sobre a situação de seu processo, um dos advogados da pastoral carcerária que escutava a nossa conversa tomou-a por colega de trabalho presa pelas contingências da vida. No final daquele dia de visita, ele estava certo que Adelina era, como ele, bacharel em direito e a chamou de doutora. “Doutora, não é? A senhora é advogada não é mesmo?”; “Sou, sou doutora doutor! Sou formada no direito da vida. E você senhor, tem certeza que é advogado?”. Zonzo com a resposta, ele ainda tentou contestar, mas rindo disse que não, não tinha.

Perto de Adelina o único certo era que todos os pés eram quebrados.

Também são histórias de “tropeços na caminhada” as de Danielle e Denise. Por fim, mesmo os pés das pilotas do pavilhão e de suas redes familiares poderiam ter, em suas

¹¹¹ O tempo contado aqui em três minutos faz referência ao “Peguê”: uma surra aplicada coletivamente às pessoas que, de alguma forma, foram contra as regulações de proceder do Comando. A utilização do peguê como punição a uma pessoa que não agiu segundo “o certo” é decidida em “debates” que envolvem, no caso das prisões femininas, as “irmãs do PCC” presas na unidade e, quase sempre, o telefone celular que coloca “na linha” o irmão de alguma penitenciária masculina a dar o aval definitivo. O tempo do “peguê” é, geralmente, calculado em quinze minutos e trinta e três segundos fazendo referência ao 15.3.3, outro dos nomes do PCC. Dizer que Adelina apanhou não mais que três minutos, nesse registro, implica em uma diferença entre um “peguê” e uma “cobrança leve” a qual Adelina foi sujeitada.

histórias pregressas, alguns tropeços. Os resultados, porém, nunca seriam iguais por jamais poderem ser despersonalizados.

IV. ii. Joias da família: trançando comandos entre irmãs/ãos.

Desde que Danielle havia sido transferida para a Penitenciária Feminina de Santana que eu tentava em vão falar com ela. Danielle assumira ali, um dos postos de “disciplina” do pavilhão e não tinha mais tempo para conversar no pátio, não podia mais fazer fofoca fumando um cigarro, sentada no balanço. Agora ela sempre estava ocupada resolvendo umas “fitas”, uns “trâmites”. Lembrava-me que, quando a conheci, em outro sábado no pátio de outra penitenciária, ela me disse que não queria ser “pilota”, não queria ser encarregada de administrar as relações, os comércios e os problemas das presas de seu pavilhão. “É muita responsabilidade, muita pressão”. Danielle gostava de escrever cartas e as escrevia a seu marido e para mais alguns outros homens. Para cada um deles, Danielle tinha um nome, uma vida e uma foto diferente. Assim mantinha-se ocupada e apaixonada por tantos homens ou até, pelas mulheres que ela construía. Vivia cada caso com o tesão de toda uma única história. E assim era, mas assim não poderia ser na família da qual ela era parte em sangue e em contrato: o Primeiro Comando da Capital.

Danielle é irmã de Denise, ambas são irmãs de alguns “dos homens do PCC”. As duas, desde pequenas, iam visitar primos, tios e vizinhos na cadeia. Era no pátio que elas brincavam de balanço. No pátio de uma das prisões foi, também, onde Danielle conheceu seu marido, pais de seus três filhos, amigo de seus irmãos. Com ele se casou e dele engravidou durante saídas temporárias, liberdades condicionais, fugas. Enquanto marido, irmãos, tios e primos estavam presos, Danielle tocava o negócio da família. Era ela quem pesava a mercadoria, fazia a contabilidade e distribuía papелotes de cocaína que saiam de sua casa no interior do estado para serem levados às varias cidades de São Paulo. Denise, por sua vez, trabalhava em lojas de roupas do centro da cidade enquanto seu marido consertava motos na garagem da casa. A irmã mais nova da família, assim como seu esposo, procurava manter-se distante da empresa doméstica mantida por Danielle, seus irmãos, seu cunhado e sua cunhada, a advogada da família.

Denise buscava criar a filha recém-nascida longe de fóruns, delegacias e penitenciárias. Mas isso não significava deixar de visitar os irmãos nos períodos em que eles estavam em outras prisões que não a Penitenciária de Presidente Bernardes, unidade de Regime Disciplinar Diferenciado¹¹² de onde e para onde seus irmãos eram, por vezes, transferidos. De mesmo modo, Denise seguia sendo a melhor amiga de Danielle. Morando em uma pequena cidade a pouco mais de quatrocentos quilômetros da capital, as irmãs estavam sempre juntas. Assim foram presas: juntas na casa de Danielle, em uma quinta-feira, enquanto preparavam o almoço.

Havia tempos que a polícia grampeara os telefones da irmã mais velha e, nos fundos da casa, escondidos na edícula, encontraram quilos de cocaína e a balança que incriminariam ambas além do marido de Denise que, naquele dia, almoçava com elas. Danielle assumiu a posse de toda a droga, mas ainda assim, Denise e seu marido foram presos como cúmplices. Era a terceira prisão de Danielle que, dessa vez, foi condenada a pouco mais de quatorze anos de prisão. Era a primeira vez que Denise e seu marido eram presos. Ela foi sentenciada a quase três anos, “cadeia de poeta”, como diria Danielle. O esposo de Denise, por sua vez, foi condenado a cumprir cerca de cinco anos, pois além de estar junto das irmãs na casa em que a droga e a balança foram encontradas, sua voz constava em registros de escutas telefônicas que partiam de uma das prisões onde estavam, naquele momento, seus cunhados: irmãos de Denise e Danielle, além do marido da irmã mais velha.

Para esta mesma prisão ele foi, também, encaminhado para cumprir a pena sob a acusação de formação de quadrilha e envolvimento com o tráfico de drogas. Denise e

¹¹² O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) foi sancionado pela Lei 10.792 de 01 de dezembro de 2003 a qual altera a Lei de Execuções Penais – 7.210 – de 11 de junho de 1984 ao elaborar o “programa individualizado da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório”. Este programa refere-se ao regime de prisão fechado, em cela individual, com visitas semanais de duas horas e no máximo duas pessoas, sem contar as crianças, com banhos de sol diários de, também, duas horas. Segundo o artigo 52 da Lei, “§1º O regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade e §2º Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório ou o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando”. Como a própria letra da lei esclarece, o Regime Disciplinar Diferenciado tem como objetivo isolar pessoas acusadas de envolvimento com coletivos ou grupos de presos, chamados de “organizações criminosas, quadrilha ou bando”. Sobre RDD ver: Marques, 2008; Furukawa, 2008; Godoi, 2010; Dias, 2011; Salla, Dias e Silvestre, 2012.

Danielle foram levadas ao segundo pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital o qual era então chamado pelas pessoas presas nos demais pavilhões da unidade, assim como pelas agentes pastorais e funcionárias da unidade como o “QG do PCC” (ver capítulo I). Foi onde conheci as irmãs, no pátio do pavilhão dois da Penitenciária Feminina da Capital. No dia em que nos conhecemos, durante uma visita como agente da pastoral carcerária, falei a elas sobre minha pesquisa em andamento na mesma unidade. As duas irmãs pediram para serem incluídas na lista de voluntárias a participarem das entrevistas, o que aconteceu na semana seguinte, quando nos encontramos em uma das salas de aula da escola da PFC para seguir com as nossas conversas.

Denise e Danielle adoravam conversar. “É bom falar as coisas para você: eu falo em voz alta o que ninguém pode ouvir e consigo pensar melhor”, me dizia Danielle quase sempre, depois de nossos encontros durante os quais ela contava de seu marido, mas, também, de seus muitos amantes mantidos, apenas, por meio de troca de correspondências.

Danielle na escrita: palavras de esquivas e envolvimento com a família

Ao ser presa, Danielle foi indicada pelos irmãos do Comando (pelos seus irmãos) para se tornar a “disciplina” do pavilhão dois da Penitenciária Feminina da Capital. As meninas que “pilotavam”, geriam a convivência do pavilhão antes da chegada de Danielle, conversaram com ela e perguntaram se ela gostaria de assumir o “setor”, uma função administrativa no interior do pavilhão, mas Danielle se esquivou, cuidadosamente, de todas as propostas.

Só quero tirar minha cadeia¹¹³ sossegada. É muita responsabilidade essa coisa de disciplina, setor. Tem que cuidar da vida dos outros. Tô tirando a terceira cadeia e tô afim de só arrumar um trampo [trabalho] e ficar de boa. Matar a pena [terminar de cumprir a sentença] e sair daqui. Meu marido vai ter liberdade antes de mim, não posso ficar na cadeia. Sabe o que dizem né? Liberdade do homem com a mulher na cadeia é o fim do casamento. Meu irmão mesmo. Oh só, minha cunhada correu com ele tudo certinho quando ele tava preso, ia visitar, pagava jumbo... Aí ela foi presa. Ele saiu agora da prisão,¹¹⁴ faz uns três meses. Já tá casado com outra na rua

¹¹³“Tirar a cadeia” é uma forma de dizer sobre o tempo a ser passado dentro da prisão. O cumprimento da pena. “Tirar a cadeia”, ao mesmo tempo, agrega uma conotação de malandragem, de ter jogo de cintura para não deixar a cadeia “tirar de você”.

¹¹⁴ Ao todo, Denise e Danielle têm sete irmãos. Cinco homens e outras duas mulheres.

e minha cunhada nem sabe. Tá na cadeia pensando que é casada ainda. E ela é uma mulher bonita! Já é da família... Mas quem é que vai falar pra ela? Vou ficar louca com meu marido na rua e eu aqui. Vou ficar pensando nisso o tempo todo. Eu já tô sofrendo de ansiedade de saber que ele vai sair antes que eu. Não tem jeito. E ele nunca ficou na rua e eu na cadeia. A gente sempre foi preso juntos e eu sempre saí da prisão antes. Agora vou só matara cadeia, sem envolvimento.

Para Danielle, “matar a cadeia”, matar o tempo da sentença de modo a poder sair da prisão o mais rápido possível para, assim, reencontrar seu marido na rua, significava arrumar um trabalho dentro da penitenciária para remir um dia de sua sentença a cada três dias trabalhados.¹¹⁵ Significava não se envolver com a administração do pavilhão para não incorrer no risco de sofrer alguma sindicância por falta grave¹¹⁶ e, deste modo, perder tanto o tempo de remição da sentença acumulado quanto boas possibilidades de progressão de pena. Claro que para alcançar seu objetivo de sair o quanto antes da prisão, Danielle não poderia participar dos mercados de drogas dentro dos pavilhões para evitar acumular processos criminais que aumentariam, ainda mais, sua pena.

Seguir esta caminhada acética – do trabalho para a cela, da cela para o trabalho – implicava em produzir formas de escapar da rotina que não representassem obstáculos para o objetivo de “matar a cadeia sem envolvimento”. Foi assim que Danielle começou a escrever cartas. Escrevia cartas a seu marido, seus filhos, sua mãe e, também, escrevia cartas para outros homens que estavam em cumprimento de pena em unidades

¹¹⁵ Segundo a Lei de Execução Penal 7.210 de 11 de julho de 1984 – Seção IV Da Remição. Artigo 126 O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: I - 1(um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1(um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. A Redação da Lei foi alterada pela Lei 12.313 de 19 de agosto de 2010, esta nota segue o que está desde então.

¹¹⁶ Segundo a Seção III da Lei de Execuções Penais, subseção II: As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções. Já as falta grave, que podem ser desde incitar uma rebelião até ofender um funcionário da prisão, constam listadas na LEP. Estas implicam na perda do tempo de pena remido por meio de trabalho ou estudo, além do trancamento do processo durante todo o tempo em que a falta está em sindicância – investigação, julgamento e trâmite – pelo juiz da vara de execução. Neste período não há possibilidade de serem pedidas progressões de pena do regime fechado ao semiaberto, por exemplo. Caso a falta grave seja cometida por um sentenciado em regime semiaberto (ou aberto) ele é regredido ao regime fechado. Cabe apontar ainda, que as sanções por falta grave não implicam, necessariamente, em novas sanções penais, quer dizer, na abertura de novos processos criminais. A não ser que a falta grave seja crime como é, por exemplo, a venda de cocaína e maconha dentro dos pavilhões.

penitenciárias diferentes da que estava o seu esposo e os seus irmãos. Com estes correspondentes Danielle trocava desenhos eróticos e palavras grifadas pelos canetões pretos das censuras das/dos agentes penitenciários. Aos seus destinatários, Danielle remetia gozos, fantasias, penetrações. Tocava-os e era tocada por eles. Ela transava pelas cartas que circulavam de prisão em prisão numa rede de amantes epistolares. Mas Danielle tomava cuidado para que esta não fosse descoberta. Além de ter um nome para cada um de seus amantes, pedia ou comprava fotos das meninas que achava mais bonitas dentro da prisão de modo a enviar uma imagem diferente de corpos rostos que passavam a ser, naquelas relações, seus. Danielle produzia personagens por meio das quais tirava a cadeia em gozos e casos.

Assim, claro que eu não amo eles né. Mas tem uns que querem começar um namoro mais sério, sabe? Querem namorar, fazer planos pra depois da prisão, saber de mim, da minha família. Aí eu termino, paro de responder. Acha? Eles querem namorar por carta, fala que ama, mas nem sabe quem é que tá do outro lado! Sou gordinha, baixinha, mãe de três filhos! Mas eu pego aí umas fotos de umas meninas, umas estrangeiras, umas meninas bonitas. Pra um moço eu mandei a foto da minha irmã. Você viu né? Ela é loira, branquinha... cê sabe. Ah, eu não levo assim muito a sério. Mas levo uns mais que outros. Tem um que mexe comigo, minha irmã que me segurou pra eu não falar meu nome de verdade pra ele, contar tudo. Nossa, eu queria muito! Mas minha irmã me segurou. É difícil... Tô casada há doze anos, mas junto, junto mesmo, os dois fora da prisão, a gente só ficou três anos. E sabe que nem é estranho quando a gente se vê? Sempre parece que a gente se viu ontem. Já ficamos vários anos só falando por carta e era normal. As meninas daqui falam que ficar casada por carta é bom porque elas pensam mais antes de falar [escrever], podem apagar antes de mandar, mas eu não faço assim. A gente briga como se tivesse morando junto. Minha irmã fala: 'Danielle, aproveita que tá presa e para de brigar com ele, pensa antes de escrever', mas não consigo. Pra mim sempre é igual.

No casamento de Danielle, as cartas eram “como se tivessem morando juntos”. Elas que compunham, em sua narrativa, o cotidiano e a gramática possível da relação estabelecida entre duas pessoas que, casadas há doze anos, alternaram períodos nos quais ambos estavam presos, ou ele estava preso e ela na rua, ou ainda, quando não por muito tempo, os dois estavam “em casa”. Na fala de Danielle, as cartas não eram objetos de um

período ou de uma contingência sobre a qual se empreendia tempo e produção de “devoção romântica”, de “desejo da relação”. As cartas trocadas entre Danielle e seu marido não transformavam o casamento, vivenciado através da prisão, num “namoro renovado” (Comfort, 2007) tal como suas amigas argumentavam ao dizerem que “gostavam de ficar casada por carta” porque conseguiam pensar melhor antes de escrever e apagar antes de enviar. As cartas que ela e seu marido escreviam eram, antes, objetos de “estar morando juntos”, de estar juntos, “é igual”.

Diferentes eram, portanto, as cartas que ela trocava com seus amantes. Nestas, Danielle empreendia tempo de escrita para tramar se não uma devoção romântica, um desejo de relação. Uma relação montada em palavras e nomes agenciados, inclusive, por meio do mercado de fotos a que Danielle recorria para, enfim, concretizar sua intenção em tirar a cadeia. Desta forma, “matava o tempo” da pena por meio dos casos tramados na tangente de seu casamento e, também, na tangente dos registros de recebimentos e envios das correspondências. Processos documentais a que as cartas eram submetidas.

Danielle não só negociava fotos, mas tinha de negociar os nomes “verdadeiros” de seu pavilhão. Nomes de pessoas que pudessem receber as cartas de seus correspondentes sem que, com isso, fossem criadas pendengas com maridos, namorados, namoradas daquelas que lhe emprestavam/alugavam os nomes e/ou os corpos por meio das fotografias. Em troca de favores, como por exemplo, minutos de uso do seu aparelho de celular, Danielle pedia emprestado para umas os nomes, para outras, as fotos. Tramava personagens por meio de atributos e corpos que ela considerasse desejáveis – “branquinhas”, “loiras”, “magras”, “bonitas” – e nomes aptos a receberem cartas. Produzia um mercado para possibilitar suas trocas sexuais. Transações cuidadosamente tecidas por meio de redes de confiança, já que ela sabia que as malhas de controle das relações nos pavilhões não eram mantidas, apenas, pelos agentes de segurança e assistentes sociais da prisão.

Porque você sabe... cadeia de homem é cheia de mulher! Prima de um, amiga do outro. Sempre dá pra eles terem um casinho com a vizinha do amigo. Aí eu mando carta para as meninas que vão visitar algum homem que está preso na mesma prisão que meu marido e elas me mandam cartas contando tudo. Se ele tá recebendo visita de alguém, se ficou de idéinha com a visita do amigo. Mas se a gente se vira nos trinta para ficar bem informada, eles nem

precisam vigiar a gente. Em cadeia de mulher sempre tem cagueta, ninguém sabe quem é, mas tudo o que acontece aqui chega à cadeia masculina. Não tem como fugir. A gente tem medo de ficar com alguém, fazer alguma coisa aqui dentro, mas a gente faz.

As falas de Danielle vinham carregadas de tensões e, também, expertises sobre como “se virar nos trinta” para administrar os riscos. Afinal, mesmo tomando todos os cuidados possíveis para a produção/manutenção de suas relações sexuais e familiares, Danielle sabia dos riscos. Administrava o tempo de sua pena por meio do não envolvimento com os negócios ilegais dentro da prisão, do controle dos rastros que suas cartas poderiam produzir dentro e fora do pavilhão, mas também, administrava seu casamento por meio de redes de informações que transcendiam a relação com seu marido. Rede tecida através de cartas trocadas entre ela e outras mulheres: visitas da prisão onde estava seu esposo. Danielle administrava toda uma intensa gama de produção de papéis que falava sobre ela e, portanto, sobre suas relações por meio das quais ela gerenciava prisão/liberdade.

Se, por um lado, “matar a cadeia” sem se envolver era não assumir as responsabilidades de pilota do pavilhão, por outro, era o percalço de “tirar a cadeia” em meio a uma rotina de trabalho/prisão que em nada aprazia Danielle. A produção das mulheres e a escrita de histórias que a possibilitava trocar cartas com outros homens que não o seu marido era, nesse registro, um escape possível. Um prazer que Danielle considerava administrável.

É difícil não ficar com ninguém aqui dentro, é uma tentação... Agora, eu acho que namorar por carta é diferente. Não tem sexo de verdade, ninguém se pega de verdade. Sabe, assim? Meu marido vai brigar comigo? Ninguém nem encostou em mim!

Nesse ponto, Denise e Danielle discordavam. Enquanto a irmã mais velha ponderava, estrategicamente, sobre a fantasia a que estavam agregadas as trocas de correspondências, dizendo que estas, por não serem relações “de verdade”, não poderiam ser consideradas uma traição, a caçula dizia: “traição é sempre traição”. Foi o que considerou, também, o marido de Danielle quando ficou sabendo dos casos epistolares de sua esposa. Informação que chegou a ele não por meio de “caguetagem”, tal como Danielle temia, mas antes pelo próprio intenso processo de transferências das pessoas em

cumprimento de pena de uma prisão para outra e, claro, da intensa circulação de papéis que atestava as relações estabelecidas entre estas.

Um dos correspondentes de Danielle foi transferido para a mesma prisão onde estava seu marido, seus irmãos e seu cunhado, esposo de Denise. Ocorre que aquele era, justamente, o correspondente a quem Danielle havia enviado a foto de sua irmã que carregava, nesta relação, outro nome que não o de Denise. O homem com quem Danielle trocava cartas, por sua vez, não se furtou de mostrar para os amigos da prisão para onde ele havia sido transferido o retrato da “namorada”, além de compartilhar com eles parte das escritas e desenhos registrados naqueles papéis coloridos. Não demorou muito para que um dos parceiros de cela do correspondente de Danielle reconhecesse a semelhança das fotos da namorada de seu amigo em comparação as da esposa de outro homem a cumprir pena naquela mesma unidade: o marido de Denise.

O parceiro de cela do correspondente de Danielle levou o caso à família das irmãs presas na PFC, quer dizer, levou o caso aos “irmãos do PCC” que estavam naquela prisão. Estes, após “debaterem o caso” entre eles e o homem que portava uma foto de Denise, “colocaram na linha”, ou seja, telefonaram para as irmãs do pavilhão dois da Penitenciária Feminina da Capital com o objetivo de esclarecer o ocorrido. Naquelas circunstâncias, as suspeitas recaíam não sobre Danielle, mas sobre Denise e esta convenceu a irmã de que ela não poderia mais mentir, mesmo porque, Denise não poderia entregar as artimanhas de Danielle nem tampouco assumir as consequências delas. Por fim, Danielle admitiu que havia mantido mais de uma relação por correspondência. Ela resolveu assumir não só a única que havia sido descoberto como todas as demais para, desse modo, evitar que outros casos viessem à tona e ela sofresse ainda outras retaliações. Contou que havia enviado a foto de Denise com outro nome tentando, assim, não se comprometer, mas também não comprometer a irmã.

Em um dos dias de visita ao segundo pavilhão junto a Pastoral Carcerária, encontrei Danielle aflita. A revelação de seus segredos fez com que seu marido se sentisse traído e ele queria a separação. Mas não só isso, o esposo de Danielle, assim como seu correspondente, pedia que ela fosse punida de alguma forma, que a dessem um “peguê”

(ver nota de rodapé 111), raspassem seus cabelos, que o vingassem. As negociações foram longas e demandaram conversas via telefones celulares que conectaram a PFC à unidade penitenciária masculina onde estavam quase todos os homens da família de Danielle.

Nas chamadas telefônicas, postas em viva-voz para que as “irmãs do segundo pavilhão” e os “irmãos da cadeia masculina” pudessem ter clareza de tudo o que estava sendo dito, Danielle argumentava que, “de fato”, nunca havia traído seu marido, pois as cartas não passavam de brincadeiras e os tais homens nem a conheciam. Ela reconhecia o erro de ter mentido e “brincado com os sentimentos” daqueles com quem ela trocava cartas, mas também articulava outros expedientes de defesa ao questionar acerca da situação conjugal dos homens que a escreviam – “quem disse que eles não têm uma mulher que faz visita e leva jumbo todo domingo?”. Deste modo, Danielle tornava implícito o questionamento sobre a rede de envio de cartas de seus irmãos e, mais ainda, de seu marido. Invertia a possibilidade de acusação e redimensionava sua escrita de correspondências às quais não poderiam ser extensamente acionadas no argumento de seu correspondente, já que este também buscava preservar sua intimidade e suas palavras. As únicas cartas agenciadas no “debate” como provas de acusação eram as que Danielle havia enviado.

Ao contrário de seu ex-correspondente, Danielle já sentia não ter mais espaço de reserva. Todo o processo de “investigação e julgamento” por qual ela passou expôs sua vida sexual a todas as meninas do pavilhão dois. Danielle dizia se sentir com “o nome jogado na Medina”. Seus segredos mais íntimos haviam sido não só revelados como publicizados e eram objetos de especulações, piadas, fofocas por entre os corredores do “QG do PCC” daquela Penitenciária Feminina da Capital, prisão por onde ela não se sentia mais à vontade para caminhar. Os gozos de Danielle haviam sido expostos por seus “irmãos de Comando” e “irmãos de sangue”. Mas não foi só esta substância que, por fim, calou os apelos de seu marido e, também de seu ex-amante epistolar, para que cortassem seus cabelos ou a “dessem um peguê”, toda “a caminhada” de Danielle foi primordial na negociação de qual seria o desfecho dessa falta.

Além de ser irmã dos “homens do Comando”, Danielle nunca havia deixado faltar nada a seu marido durante os períodos em que ele estava preso e ela solta. Era ela,

também, que gerenciava o negócio da família desde a rua. “Em sua caminhada”, Danielle havia tropeçado por um subterfúgio que nem era “traição de verdade”. Afinal, “apenas cartas” tinham sido trocadas, ninguém havia “tocado” Danielle. Este argumento e, certamente, os laços familiares de Danielle a protegeram das retaliações físicas. Ela não foi espancada, nem cortaram seus cabelos. Mas, além de seu nome ter sido “jogado na Medina”, Danielle foi, ao menos por um tempo, afastada de todos os lucros resultantes dos negócios da família. O que significava, naquele contexto, parar de receber o jumbo que a avó enviava às duas irmãs todas as semanas. Jumbo o qual Denise, por sua vez, não deixou de dividir com a irmã em nenhum momento.

Do mais, dias após a resolução do “debate”, uma blitz no segundo pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital foi de modo certo ao “mocó” onde Danielle escondia seu telefone celular. Em decorrência deste “flagrante”, ela ficou trinta dias de castigo, quer dizer, numa cela isolada sem direito de caminhar livremente pelas dependências do pavilhão. Denise acompanhou todo o período de isolamento da irmã. Enviava bilhetes a ela e permanecia, quando possível, do lado de fora da cela de Danielle conversando com ela.¹¹⁷

As irmãs não poderiam saber como “a polícia” sabia do lugar exato em que a mais velha guardava seu aparelho celular. Não poderiam “apontar o dedo” pra ninguém porque seria chamar “bandido de cagueta”, uma acusação muito forte que possivelmente teria consequências significativas na vida(morte) de quem fosse acusado de “caguetagem”: de “fechar com a polícia”. Mas as irmãs desconfiavam que a denúncia tinha vindo do marido de Danielle em conluio com alguma menina presa no mesmo pavilhão que elas. Não valia a pena esmiuçar o caso. Danielle e Denise consideravam que aquela era a menor das punições.

O celular encontrado sob a posse de Danielle, a implicou na abertura de uma sindicância por falta grave que paralisou o andamento de seus processos de execução criminais em um ano à sua sentença já bastante longa. Além disso, a abertura de sindicância

¹¹⁷ A cela de castigo da Penitenciária Feminina da Capital ficava, naquele momento, no andar térreo de cada pavilhão, em frente a sala administrativa das agentes de segurança. Separadas por uma parede e por grades, Denise e Danielle conseguiam conversar desde que ambas quase gritassem. Ficar ao lado da cela do castigo quando uma amiga, irmã ou namorada está presa ali é, segundo minhas interlocutoras, prática recorrente e configura parte do cotidiano de quem firma elos de afeto nas prisões.

por falta grave dentro da prisão anulou os dias remidos que a irmã mais velha havia conquistado por meio de seu trabalho e sua acética rotina de “matar a cadeia”¹¹⁸. Mas, apesar disso, findados os trinta dias em que Danielle passou no castigo, seu marido voltou a lhe escrever e seu casamento foi reestabelecido. Pouco a pouco, os casos de Danielle deixaram de ser assunto na “Medina”.

Mais ou menos um ano depois, ela foi transferida para a Penitenciária Feminina de Santana onde a reencontrei quando voltei de Barcelona. Lá, ela assumiu a “pilotagem” de um dos pavilhões da maior penitenciária feminina da América Latina. Por fim, era ela a responsável por “cuidar da vida das bandidas”. Seus planos de “não se envolver” e “tirar a cadeia” o mais rápido possível haviam sido frustrados em decorrência dos artifícios de prazer que criara para se esquivar da rotina ascética estabelecida entre trabalho e cela nos dias da prisão. Não havia mais o que fazer. Danielle era, em muitos sentidos, “irmã” e “mulher bandida”. Como tal, não poderia se esquivar do envolvimento, fugir de suas responsabilidades.

Já sua irmã Denise, seguira “tirando sua cadeia de poeta” na Penitenciária Feminina da Capital. Lá se apaixonara por Patrick, “sapatão” sul-africano preso sob a acusação de tráfico internacional de drogas. Por ele, Denise – que passara a vida se esquivando dos negócios da família e, ainda assim, fora presa – decidira terminar seu casamento, o qual nunca havia sido registrado em cartório, para poder documentar sua nova relação. E assim o fez: tudo por escrito. Terminou seu casamento por meio de cartas, registrou sua união com Patrick em um documento.

Denise e Patrick nas tramas de papéis e sussurros que (não)fazem ver as relações

Em julgamento histórico, o Supremo Tribunal Federal decidiu ontem, de forma unânime, que não há diferença entre relações estáveis de homossexuais e heterossexuais. Os ministros disseram que ambas formam uma família. A decisão dá a casais gays segurança jurídica em relação a direitos como pensão, herança e compartilhamento de planos de saúde, além de facilitar adoção de

¹¹⁸ Segundo o Inciso da Lei 11.466 de 28 de março de 2007 que altera o Artigo 50 da Lei de Execução Penal 7.210 de 11 de julho de 1984: Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

filhos. Mesmo assim, os casais podem ter de ir à Justiça para ter tais direitos reconhecidos (*STF aprova união gay em sessão histórica*, in: Folha de São Paulo, sexta feira, 6 de maio de 2011, grifos meus)

No dia 5 de maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal brasileiro reconheceu a legalidade das uniões civis homossexuais. Os cartórios passaram a ser obrigados a registrar tais uniões e, desta forma, direitos de compartilhamento de herança, pensão, plano de saúde e outros, entre cônjuges do mesmo sexo, foram reconhecidos pelo Supremo. Nas prisões femininas paulistas em que fiz campo, o dia 5 de maio de 2011 pode ser pensado como um marco representativo das demandas por direitos relacionais/sexuais postas há muitos anos nas mesas das funcionárias que administravam as penitenciárias: os pedidos para a realização de visitas e visitas íntimas homossexuais dentro das prisões.

Em minhas observações, costumava pensar que os juízes do Supremo Tribunal Federal, ao promoverem regulação jurídica às relações homossexuais, ponderavam sobre demandas específicas a temas patrimoniais e de família que passavam ao largo do problemático cerceamento do direito as visitas mantido em algumas unidades prisionais. Não surpreendentemente, nos dias que seguiram aquela quinta feira de maio de 2011, assistentes sociais, psicólogas e diretoras de penitenciárias femininas questionavam aos coordenadores do Centro de Políticas Específicas¹¹⁹ da Secretaria de Administração Penitenciária: “afinal, o que fazer com as declarações de união estável homossexual amontoadas em suas mesas?”, “Como proceder ao pedido de visita íntima homossexual?”, “O que responder para duas presas que demandam o direito de casar dentro da prisão?” (Padovani, 2011: 210).

Como analisei em outro momento,¹²⁰ a decisão do STF lançou às funcionárias técnicas das penitenciárias uma pendenga a ser resolvida por elas dentro do cotidiano

¹¹⁹ O Centro de Políticas Específicas (CPE), vinculado à Coordenadoria de Reintegração Social da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), foi criado em fevereiro de 2009 com a atribuição de “desenvolver, implantar e coordenar políticas e ações voltadas para grupos específicos de idade, gênero, etnia, orientação sexual e deficiências em todos os setores da SAP”. Como parte de suas atribuições, o Centro promove encontros, seminários e “reuniões técnicas” para debater temas concernentes às “populações específicas” ou “diferenciadas” presas no sistema penitenciário paulista. Ao longo de todo período do trabalho de campo participei de várias destas reuniões. Ver: <http://www.reintegracao-social.sp.gov.br/acoes-reintegracao.php>

¹²⁰ Em artigo intitulado “No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital” (2011) analisei, especificamente, as disputas e negociações tramadas entre

administrativo de cada instituição. E, frente a esta, elas queriam saber como proceder às demandas que, reconhecidas como legítimas pelo Supremo Tribunal Federal, incitaram uma profusão de papéis: de atestados das relações homossexuais estabelecidas por presas. Relações às quais elas teriam de gerir.

Expor brevemente a profusão de escrita sobre relações homossexuais nas penitenciárias femininas incitada pela decisão do STF implica, aqui, em especificar o contexto no qual a história das personagens deste subcapítulo se situa. A vontade de Denise e Patrick em constituir uma união estável, naquele momento, passava pelo intenso movimento de cartas que atravessavam os lados de fora e de dentro da prisão contendo, cópias de atestado de residência, certidões de nascimento e procurações assinadas. Documentos que compunham os processos tramitados na Defensoria Pública para que as partes dos casais que haviam, ou não, se conhecido dentro da prisão pudessem, assim, constituir uma união civil homossexual e demandar os mesmos direitos de visitas, comuns e íntimas, que os casais heterossexuais tinham, ao menos em tese, acesso naquela unidade penitenciária.

Claro que, como o terceiro capítulo desta tese ilustrou, casais heterossexuais com antecedentes criminais também não acessavam todos os direitos de manutenção dos laços familiares e matrimoniais. No que tange às relações homossexuais, contudo, mesmo casais nos quais uma das partes não tinham antecedentes criminais, a demanda por visitas (comuns e íntimas) era, muitas vezes, impossibilitada por ser incompatível com o arsenal documental demandado pelas assistentes sociais de cada unidade penitenciária. Em se tratando de casais que haviam se constituído dentro da prisão, a dificuldade era ainda maior. A estes, mesmo visitas administrativas eram, recorrentemente, negadas e, além

peças presas, funcionárias(os) do corpo diretivo daquela penitenciária, da defensoria pública e do Centro de Políticas Específicas da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo. Optei por não agregar o artigo como capítulo da presente tese por considerar que aquele foi fundamentado em dados de campo decorrentes tanto de minha pesquisa de mestrado, quanto de um momento bastante pontual do primeiro período da pesquisa de doutorado. A inserção de tais dados etnográficos em um capítulo aqui, demandaria grande esforço para a atualização dos mesmos. Afinal, como procuro evidenciar no primeiro capítulo desta tese, as organizações e regulações que incidem sobre a gestão da vida das pessoas presas nas penitenciárias femininas em que fiz campo são constantemente rearranjadas. Tendo isso em conta, não é possível dizer que os regimentos internos à Penitenciária Feminina da Capital para as visitas e visitas íntimas homo ou heterossexuais seguem sendo as mesmas que eu encontrei entre os anos de 2008 à 2012. Sobre o tema, além do artigo já mencionado, sugiro ver parte das análises expostas em minha dissertação de mestrado, Padovani (2010) e, também, Lima (2006).

disso, não era incomum que uma das companheiras estivesse sentenciada a uma pena muito longa enquanto outra estivesse cumprindo uma sentença de dois anos, por exemplo, de tal modo que, enquanto uma delas ainda estivesse presa em regime fechado a outra já teria terminado de cumprir a pena total. Ainda assim, mesmo em liberdade (total, não condicional), a visita da companheira egressa à que ainda estava presa era, não raro, vetada pelo corpo diretivo da prisão.

Um dos casais de interlocutoras da pesquisa de mestrado e do início do processo etnográfico para o doutorado passou, por exemplo, mais de dois anos sem se ver, apenas se falando diariamente por telefone celular e por cartas. A relação permaneceu assim até que o regime semiaberto daquela que seguia presa fosse deferido. Para estas personagens, o dia 5 de maio de 2011 representou uma esperança de terem seus direitos afetivos homossexuais reconhecidos.

Para Patrick e Denise, este dia representou a vivência de um contexto de efervescência de produção documental dos vínculos conjugais estabelecidos entre presas. Contexto no qual elas estavam, (a)efetivamente, inseridas não só por meio do testemunho de muitos casos de amigas e parceiras de pavilhão que demandavam o direito de receberem visitas de suas cônjuges, como pelo temor de estarem elas sujeitas àquelas mesmas condições. A este receio estava agregado ainda, o fato de Patrick ser estrangeiro, o que o imbricava no processo de expulsão do Brasil com o fim do cumprimento de sua pena. Nesse registro, a produção documental de sua relação com uma brasileira apresentava-se como uma articulação estratégica para ao menos tentar conseguir sua permanência no país¹²¹.

A história de Patrick e Denise é atravessada, portanto, por circunstâncias imbricadas na abertura de possibilidade em fazer um atestado de conjugalidade, nos aparatos de controle da circulação pelas fronteiras nacionais (a que Patrick estava submetido) e, também, nos de gestão dos vínculos conjugais(sexuais) a que Denise estava inserida. É no emaranhado de forças e possibilidades que justapõe aparelhos estatais e o

¹²¹ Falarei mais detidamente sobre esta questão no quinto capítulo.

Primeiro Comando da Capital, que a relação de Denise e Patrick se faz (im)possível, (in)visível e (in)audível.

Denise é brasileira, Patrick sul-africano. Conheceram-se dentro do pavilhão dois onde, ao longo de quase toda a pena de Denise, moraram juntos. O casal decorou a cela com fotos das famílias de ambos, desenhos enviados pela filha de Denise e cartas da avó de Patrick. Aos sábados, dias em que eu fazia visitas aos prédios de moradia da PFC junto da Pastoral Carcerária, era comum encontrar os dois deitados em um colchão de solteiro que traziam da cela para o pátio a fim de passarem a tarde tomando sol e comendo chocolates. Patrick, em particular, sempre guardava um ou dois doces para mim. Atencioso, aprendera a identificar quais eram meus bombons ou balas favoritos e sempre os tinha reservado.

Com Denise, suas atenções eram primorosas. Patrick não só trabalhava nas oficinas da penitenciária como fazia bicos de cabelereiro no pavilhão para, assim, poder comprar os melhores cremes, os sabonetes mais cheirosos e as melhores guloseimas para a companheira que estava, por sua vez, sempre bem vestida, maquiada, com unhas e cabelos arrumados. Somado ao suporte de Patrick, Denise ainda recebia os “jumbos” semanais de sua avó com roupas, comidas e outros artigos de higiene pessoal. “Jumbo” o qual, depois da transferência de Danielle para a Penitenciária Feminina de Santana, poderia dividir apenas com Patrick. Além disso, em nenhum momento Denise deixou de trabalhar na oficina de produção de artigos hospitalares – a Embramed – em funcionamento na Penitenciária Feminina da Capital.

A vida do casal se ajeitara na prisão. Patrick cumpria o fim de uma longa pena por tráfico internacional de drogas e Denise tinha pouco mais tempo que ele para terminar de cumprir sua “cadeia de poeta”. Frente a isso, a irmã mais nova de Danielle enviou uma carta a seu marido dando fim ao casamento que, por sua vez, nunca havia sido registrado em cartório. Por fim, ela queria se casar com Patrick, ou seja, o casal queria assinar um atestado de união estável. Na carta que enviou ao ex-marido, contudo, Denise não esclareceu as razões pelas quais queria se separar. Apenas disse que estava muito difícil manter o casamento à distância e que preferia não dar continuidade aquela relação. Que não

tinha vontade de escrever cartas todos os dias contando sobre a vida que levava nos pavilhões e que estava cansada de esperar pelas correspondências dele.

A esta carta, Denise recebeu a resposta de seu, agora, ex-marido, dizendo que ele não sabia e não queria saber as razões dela para o pedido de separação. Que, se era isso que ela queria, assim seria feito. As letras do pai da filha de Denise, contudo, grifavam que era para ela não esquecer que o tempo da pena seria curto. Que houvesse o que houvesse dentro da prisão, tudo terminaria, mas o que ambos tinham nunca deixaria de existir, “não esquece que a gente tem uma filha e uma vida lá fora! A gente é uma família!”. Denise guardou a carta de seu companheiro e não contou nada para Patrick. Os planos continuavam os mesmos.

Algumas semanas depois, Patrick e Denise mostraram-me um papel, escrito de próprio punho, no qual ambas diziam estar vivendo em relação estável dentro da prisão. A folha copiava as declarações enviadas à Defensoria Pública por aquelas que demandavam visitas íntimas de suas companheiras egressas àquela unidade penitenciária. Sobre as linhas azuis desenhadas sobre o papel branco arrancado de um caderno brochura, estavam especificados nomes, números de documentos e endereço de Denise e Patrick. Este último já não vinha mais no plural. O endereço de Patrick passara a ser o mesmo que o da avó de Denise. O papel que me mostravam, esclarecia que seria aquela a direção para onde ele iria após o término do cumprimento de sua pena em regime fechado.

O casal pediu-me para que eu digitasse as informações postas naquela folha e, assim, as passasse para uma lauda em branco impressa com letras não escritas na prisão, mas do computador de minha casa. Pediram-me ainda, que eu assinasse a declaração como uma das testemunhas, já que uma amiga do casal, também presa na Penitenciária Feminina da Capital, firmaria o documento como segunda testemunha. Aceitei fazer o que elas me pediram, mas as expliquei que aquele papel não teria qualquer validade jurídica e que, segundo o artigo 75 do decreto 98.961, que dispõe sobre “expulsão de estrangeiro condenado por tráfico de entorpecentes e drogas afins” (ver capítulo três), a mesma só não ocorre se “o estrangeiro tiver: cônjuge brasileiro do qual não esteja divorciado ou separado, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado há mais de 5 (cinco) anos”. Deste modo, a produção daquele atestado não atenderia a principal razão informada

pelo casal para a sua escrita, a tentativa de barrar o processo de expulsão do país que Patrick respondia junto do seu processo criminal. Ainda assim elas insistiram na produção daquele papel que foi guardado dentro da cela do casal, o qual tinha, agora, uma comprovação escrita do relacionamento.

Mesmo que tal comprovação não tivesse, naquele momento, nenhuma validade perante o Ministério da Justiça, instância responsável por mover ou arquivar o processo de expulsão contra Patrick, a folha de papel contendo nomes, números e assinaturas representava, segundo Denise, uma forma dele ter um endereço fixo no Brasil para onde poderia ir durante as saídas temporárias que teria direito após o deferimento de sua progressão de pena para o regime semiaberto. “Porque pra nós brasileiras é mais fácil. A gente tem aonde ir quando sair daqui. As estrangeiras não. Elas ficam em hotel, em abrigo. Eu não quero que ela¹²² [Patrick] passe por isso sabe?”. De fato, a progressão de Patrick para o regime semiaberto e sua transferência para a Penitenciária Feminina do Butantã não demorou em acontecer. Poucas semanas depois do casal ter assinado a declaração de união que eu havia digitado no computador de minha casa, Patrick foi embora. Na Penitenciária Feminina da Capital, encontrei Denise bastante abatida no pátio do pavilhão.

Eu tô toda apaixonada. Eu amo ela [o Patrick]. Quando ela não tá no quarto me dá umas saudades! Era muito melhor com ela do que era com meu marido, sabe? Eu gosto de conversar. E no meu casamento eu falava “vamos discutir a relação?”, e ele respondia “não tô a fim de conversa!”. Nossa, eu pensava assim, que ele não queria saber de nada de mim. Ele é uma pessoa que não tem diálogo. Tipo, a mente dele é uma mente muito moleque. Ele não tem a mente de homem. Ele não pensa no futuro, ele só quer falar de carro, de moto. Acho que agora ele tá com outra mulher eu acho. Meu irmão me escreveu falando que ele se envolveu com uma mulher. Agora, a mente dele é muito bobeira! O Patrick não. Tipo, eu ficava ansiosa pra sair daqui por causa da minha filha. Aí, quando eu queria chorar ele falava “chora, chora, pode chorar”. A gente conversava sobre tudo sabe? Faz muito tempo que não tem uma notícia boa. Não vejo meu processo andar! Aí agora ele vai embora! A gente chorou tanto, Natália! Agora ele tá lá e eu tô esperando. Tô muito ansiosa. Nossa!

¹²² Denise alternava os usos dos pronomes “ela” / “ele”, femininos / masculinos, em suas narrativas sobre Patrick. Ela respeitava, contudo, o nome masculino que seu/sua companheira havia adotado.

Depois da transferência de Patrick, a relação passou a se dar via cartas e também por meio do provimento de sustento material e comprovante de endereço. Afinal, ao ter a saída temporária autorizada pela juíza corregedora, Patrick não precisou ficar em nenhum abrigo ou hotel, mas pôde ficar na casa da avó de Denise. O atestado que ambos insistiram em fazer e que carregava as assinaturas das duas partes do casal era, agora, mais um dos documentos que caíam sobre a mesa das assistentes sociais da PFC com o pedido de visita de Patrick à Denise durante os dias de sua saída temporária.

Patrick havia aberto uma firma para reconhecer sua assinatura em um cartório na mesma cidade em que vivia a família de Denise. Após agregar carimbos e selos ao termo assinado por ele, por Denise e por outras duas testemunhas, Patrick tirou cópias autenticadas da folha que ia ganhando, cada vez mais, ares de documento. Eram agora, Denise e ele, novos demandantes do direito pela manutenção do vínculo homoafetivo. Eram eles mais nomes amontoados nas pilhas de papéis que chegavam às funcionárias técnicas da prisão.

Já era quase outubro de 2011. E enquanto os processos de demandas por visitas, de expulsão e criminal de Patrick e Denise tramitavam, eu parti para o período de campo passado em Barcelona. Assim que voltei, encontrei sobre a minha escrivaninha todas as cartas que havia escrito à Denise. Havia sido todas devolvidas. No envelope, um carimbo vermelho na área do destinatário anunciava: “alvará de soltura”! A marca impressa duramente no envelope me fez palpitar de felicidade. Corri para o telefone e chamei o número da casa da avó de Denise e Danielle esperando escutar as boas novidades. A voz da senhora idosa do outro lado da linha atendeu a chamada com a pronta advertência vinda em sussurros: “só não pergunte por Patrick!”. Denise atendeu ao telefone e seguimos nossa conversa como se Patrick não tivesse existido. Falamos da filha e do, novamente, marido dela que também havia saído da prisão. Após alguns minutos de conversa, contudo, Denise sussurrou: “escuta, ninguém pode saber da minha história com Patrick. Não pergunte dela! Não pergunte para ninguém sobre ela! Ela foi embora. Meu marido e meus irmãos nem podem sonhar que eu fiquei com mulher dentro da cadeia!”.

De supetão, o sussurro parou e deu lugar a voz em um tom normal. Continuamos nossa conversa falando da filha de Denise e de seu casamento, dessa vez,

heterossexual. Ela havia conseguido emprego em uma papelaria e, para que seu marido pudesse começar a trabalhar como entregador de pizza, eles tinham comprado uma moto através de um financiamento. “Somos uma família, Natália. Estamos felizes. Graças a Deus.” Desligamos o telefone e, desde aquele dia, nunca mais tive notícias de Patrick que também havia recebido a liberdade condicional de modo que eu estava inviabilizada de encontrá-lo em alguma unidade penitenciária¹²³. Já de Denise recebi ainda outra carta. O envelope carregava uma folha de fichário rosa com desenhos da fada sininho.

Com saudades para Natália,
Espero que esta carta te encontre com saúde e paz juntamente com seus familiares.
Graças a Deus, estou bem! Não deu certo. Minha mãe, minha avó e minhas irmãs achavam meu namoro com Patrick normal. Mas meus irmãos homens não quiseram nem entrar no assunto quando souberam que tinha uma amiga sapatão passando uns dias aqui em casa. Não aceitaram bem. Meus irmãos são muito machistas Natália. E meu marido ganhou a apelação.¹²⁴ Ele saiu bem antes da prisão. Eu fiquei tão feliz! A gente tem uma filha, a gente é uma família! Eu não sei se fiz certo, não sei mais onde ele [Patrick] está. Não quero mais saber. (...) Minha irmã [Danielle] está bem. Foi para Santana. Não tá aprontando mais nada. Graças a Deus! Espero que você tenha tido uma ótima viagem! Muitos beijos, com carinho, Denise.¹²⁵

¹²³ Recentemente reencontrei Patrick por meio do *Facebook*. Ele segue vivendo irregularmente no Brasil e não pretende retornar para a África do Sul. Na cidade onde vive atualmente, no interior do Mato Grosso do Sul, ninguém sabe que ele esteve preso, nem mesmo sua atual companheira com quem Patrick divide a casa.

¹²⁴ Apelação é um recurso processual que questiona a primeira decisão de um julgamento (primeiro grau), uma sentença proferida, por exemplo. Neste caso, o réu pode recorrer a uma segunda decisão. Pedir que outro juiz “reveja” o processo e mude ou anule a sentença (segundo grau). Ver Código de Processo Penal Decreto-Lei nº 3689 de 03 de outubro de 1941. Capítulo III, Da Apelação, artigo 593.

¹²⁵ As mudanças do excerto da carta que recebi de Denise foram feitas apenas nos nomes e na retirada de informações que poderiam identificar as personagens de Denise, Patrick e Danielle.

IV. iii. Nas tramas das palavras: da regulação dos afetos nas gestões do estado e dos comandos

Entre os sussurros e as falas, entre as escritas visíveis assinadas e carimbadas e as cartas escondidas por Denise, Adelina e Danielle estavam paralelismos e confluências de processos regulatórios recaídos aos corpos e às relações, promovidos pelos aparatos estatais e do Primeiro Comando da Capital.

Se as histórias de Adelina e Danielle falam de escritas e palavras a serem postas em “debate” com o PCC, o caso de Denise e Patrick incide sobre artimanhas de negociação com as instâncias estatais e familiares, também tramadas através de articulações de informações. Por fim há, tanto nos processos de estado quanto nos da torre, a permanente negociação em abrir ou não informações postas em impressões oficiais, como são os extratos da vara de execuções criminais, mas também, nos papéis correntes onde as redes de afeto, assim como os escapes a elas, se fazem visíveis.

Nesse registro, as disputas acerca do que é “trabalho religioso”, empreendidas nas portarias das penitenciárias femininas, falavam menos sobre religião do que dos processos de gestão das informações. Os acessos ou o cerceamento dos informes de andamento impressos nos VECs eram, assim, regulados pelas posições assimétricas em que estavam agentes do estado, integrantes das organizações religiosas e presas. Também é sobre gestão de informações postas em jogos relacionais assimétricos que falam as histórias das personagens deste capítulo. Desde o *facebook* acessado por Adelina para saber, afinal, se eu era mesmo quem dizia ser, passando pelo mercado de nomes e fotos tramado por Danielle, chegando enfim, aos sussurros de Denise sobre sua relação documentada com Patrick: todas recaem sobre o manejo de informações, seus acessos ou cerceamentos frente a duas redes de gestão da vida que correm, ao mesmo tempo, embaralhadas e paralelas.

Danielle e Denise articulavam com o paralelismo dos aparatos de controle estatais e do PCC através do fazer ver, ou não, informações específicas. Era disso que se tratava, por exemplo, os esforços de Danielle em produzir trocas de cartas possíveis que tramavam tanto com os cadernos de registros das correspondências que entravam e saiam das unidades prisionais, quanto com o cuidado em não escrever para a penitenciária onde estava seu marido e seus irmãos. O agenciamento de Danielle frente aos dois aparatos

regulatórios das relações esbarrou, contudo, na transferência de um dos seus correspondentes para a penitenciária onde estavam “os homens” da sua família.

A partir desses fluxos, dos sujeitos e dos papéis, os processos de gestão das relações a que Danielle estava arrolada se embaralharam, e ela passou a ser cobrada pelos dois. Foi a “debate” e terminou presa em uma cela de castigo respondendo sindicância por porte de celular. Sanções que, em sua narrativa, estavam vinculadas pela manobra que seu marido soube fazer das ferramentas disponíveis pelo PCC e pela instituição prisional. Manejo que levou aos agentes de segurança da Penitenciária Feminina da Capital a informação certa acerca de onde estava o telefone móvel de sua esposa e, ao mesmo tempo, que revelou a toda “Medina” informações da vida íntima de Danielle.

Denise, por sua vez, foi mais bem sucedida ao invisibilizar sua relação com Patrick de seus irmãos e, ao mesmo tempo, invisibilizar de Patrick a carta que recebera de seu marido – na qual ele dizia que ocorresse o que ocorresse dentro da prisão, fora, eles seriam uma família. Denise produziu frente a cada instância de gestão das relações, os papéis por elas demandados. Afinal, antes de firmar a declaração na qual atestava viver em união estável com Patrick, escreveu a seu marido findando com seu casamento. Dessa forma, ela não teria o porquê ir a “debate”, pois seu marido não poderia alegar que estava sendo traído. De mesmo modo, o papel ao qual Patrick ia, cuidadosamente, depositando sinais de oficialidade, não chegaria aos “irmãos homens” de Denise. O que chegou a eles, por meio de outras redes de informações, foi que havia uma “amiga sapatão de Denise” estava na casa da avó da família. Informação sobre a qual “nem quiseram saber” desde que o fato fosse rapidamente silenciado, invisibilizado. Assim o fez Denise quem, mesmo sem saber se fez o certo, ficou feliz por permanecer com a sua família. “Graças a Deus!”.

A estratégia assumida por Adelina, de expor todas as informações sobre as faltas que constavam em sua história pregressa, também era articulada com a produção de visibilidades/invisibilidades acerca de sua boa conduta de mulher casada. As informações produzidas por ela, diferentes das articuladas por Denise e Danielle, eram cooptadas por toda uma rede de posições políticas da qual Adelina era dependente tanto para a validação das informações que suas palavras carregavam, quanto para a manutenção/suporte de sua vida e da vida de seu irmão. Estes eram os termos que envenenavam Adelina. Termos que

representavam uma assimetria radical dos lugares de enunciação (Foucault, 1979; 1984) ocupados por ela, por seu marido e pelas irmãs que, postas no “debate”, não eram “lagartixas dos irmãos”, mas sim, detentoras dos aparatos tecnológicos (aparelhos celulares) e das expertises retóricas necessárias para o manejo das informações e da produção “da verdade” resultante dos “debates” a que ela estava submetida.

Debates sobre igualdade e diferenças: reduzindo a termo as assimetrias

“Debates” são discussões a partir das quais se intenta “saber” (produzir) “a verdade” sobre acontecimentos e atitudes que possam ter ido contra o proceder regulado pelo Primeiro Comando da Capital. Os “debates”, como ilustra Karina Biondi (2009), são da ordem do “campo da argumentação oral”. Nestes, as palavras são os objetos por meio dos quais “busca-se chegar ao mais tênue dos estados: a total transparência sem rupturas” (Biondi, 2009:100). Seguindo essa lógica, as palavras nos “debates” do PCC são centrais. Mas não só. As etnografias de Adalton Marques (2009) e José Douglas Silva (2014) elucidam a relação entre “ter palavra” e “ter proceder” nos ordenamentos do Comando. Ter palavra pode ser agir segundo a “total transparência” de que fala Biondi, ou seja, conseguir provar que os cumprimentos das ações seguem àquilo que se falou: “ter proceder” é, nesse sentido, cumprir com as palavras proferidas e escritas. Afinal, “palavra de malandro não faz curva”.

As cartas trocadas por Adelina, Danielle e Denise carregavam tramas de palavras que podiam ser acionadas pelos sujeitos em “debate” como ferramentas que atestavam (ou não) o argumento oral posto em discussão. Desse modo, as correspondências de Danielle foram acionadas por seus irmãos, seu marido e por um dos seus amantes epistolares como provas de que ela havia faltado com a palavra. Faltado com o “proceder” de mulher casada ao corresponder-se com outros homens por meio da criação meticulosa de personagens fictícias. A este argumento, contudo, Danielle postulou retoricamente as assimetrias de gênero com as quais lidava cotidianamente. Afinal, quem garantia que seu marido não trocava correspondências com outras mulheres como ela via seus irmãos fazerem?

Mais do que isso, os artifícios retóricos produzidos por ela recaíam sobre o fato de que, a despeito desta falta pequena, “afinal, ninguém nem tocou em mim”, ela sempre havia sido uma boa esposa ao acompanhar os percalços e prisões de seu marido por meio de “jumbos” e visitas. Deste modo, Danielle rearranjou as assimetrias ao destacar todo suporte material e emocional, “a ajuda” (Piscitelli, 2011), que nunca deixou de dar a seu esposo. Do “debate” a que Danielle foi submetida, produziu-se a verdade de que ela havia cometido faltas, mas que estas não poderiam ser maiores do que toda sua longa caminhada ao lado de seu esposo. Por fim, Danielle seguia sendo uma boa “mulher bandida”, casada e de “proceder”. Verdade que resultava do bom manejo feito por ela das palavras articuladas tanto por meio da retórica oral, quanto da prensa escrita.

De modo bastante similar, as cartas de Adelina reuniam em um dossiê documental as suas comprovações de que ela estava mantendo sua palavra de atuar segundo o “proceder” de “esposa fiel”, tal qual seu marido demandara. Adelina, contudo, não conseguia ser ela detentora das palavras que produziriam a verdade decorrente dos “trâmites”. Diferente de Danielle, Adelina não ocupava qualquer posição política dentro do Comando e, ainda, era uma mulher de “pés e cabelos quebrados” que carregava vínculos familiares atravessados pelo trabalho de prostituta de sua mãe, pela homossexualidade de seu irmão. Nesse registro, mais do que para Danielle, as cartas eram para Adelina vias de acesso à palavra, ferramentas de informes dos seus andamentos.

Adelina buscava utilizá-las tal como fazia com as certificações permanentemente demandadas pela polícia, ou seja, suas cédulas de identidade, seus registros de antecedentes criminais. Ela tentava tramar com as cartas em sua analogia aos documentos, mas como Groebner (2007) chama atenção, estes apenas “identificam” os sujeitos por que são fundamentados na palavra do emissor de autoridade. As cartas de Adelina, nesse sentido, poderiam ser utilizadas por ela como recursos argumentativos, jamais como atestados de suas relações/suas palavras. Estes seriam, assim como foram, produzidos pelos agentes emissores da verdade nos “debates”: as “irmãs” e o seu marido.

Como Gabriel Feltran já analisou (2010a; 2010b), nas últimas décadas o PCC ascendeu como instância de autoridade jurídica nas periferias de São Paulo. No que tange às práticas de policiamento da vida e das relações nas penitenciárias do estado, Biondi

(2009) e Marques (2009) chamaram atenção para como as questões mais cotidianas passam a ser orientadas pelo Comando por meio da figura de seus “irmãos” e integrantes. São eles que examinam e definem resoluções sobre pendengas ou demais problemas decorrentes das relações entre presos fundamentados, segundo Biondi, por um “ideal de igualdade” que equaciona a todas as pessoas em situação de prisão, sem deixar de reconhecer/produzir diferenças entre eles. Nas palavras da autora

O ideal de igualdade atravessa todos esses planos e pode ser considerado um grande responsável pela manutenção do PCC em movimento. É o ideal de igualdade que concede aos participantes do PCC certa liberdade de manifestar suas vontades justamente quando retira o estatuto de obrigação que limita os impulsos criativos. Na medida em que uns não podem limitar as ações dos demais sem prejudicar o ideal de igualdade, estabelece-se uma concessão para diferir. Mas, se por um lado, permite diferir, por outro lado, aciona mecanismos para compensar as diferenças que não cessam de aparecer. Um desses mecanismos é a desindividualização das decisões que, como descrevi acima, “não podem ser isoladas”. Opera-se um descolamento, uma dissociação das posições políticas de quem as está ocupando, quando as decisões não são atribuídas a este ou àquele irmão, mas às torres, ao Comando. Temos, com isso, decisões que não são resultados de iniciativas individuais, mas de manifestações coletivas que se expressam por meio das políticas do PCC divulgadas por meio dos salves. Com isso, irmãos atuam como operadores de um PCC que lhes é superior e no qual espelham suas ações (Biondi, 2009: 171).

O ideal de igualdade do Comando de que fala Biondi, e que em seu argumento resulta de/em uma organização coletiva “maior que seus operadores”, aparece, nos dados de campo produzidos a partir das etnografias em prisões femininas de São Paulo, bastante próximos de fundamentos políticos calcados na “universalidade dos direitos” mantidos por meio da “capa de neutralidade técnica” de seus operadores (Vianna, 2014: 55). Ao longo de sua dissertação de mestrado, Biondi retoma as ponderações de Antônio Rafael Barbosa sobre o fato de que “nunca se está mais dentro do Estado do que numa prisão” (Barbosa, 2001: 173). Deste modo, a autora reconhece a relação entre o PCC e aparatos de justiça estatal já que o Comando decorre dos processos de estado que produzem a prisão. Meu argumento, contudo, pretende ilustrar que o “ideal de igualdade”, sobre o qual repousa grande parte da prática do Primeiro Comando da Capital no argumento desta autora, está

balizado no “ideal de universalidade de direitos” que regula a produção “neutra” / “técnica” dos protocolos, relatórios e despachos publicados no site do Tribunal de Justiça. Fundamentos que são tensionados cotidianamente pelas diferenças e assimetrias produzidas pelos próprios aparelhos estatais postos, na ordem dos discursos de autoridade, como dispositivos de igualdade.

Como o próprio Foucault já argumentou (2001), o triunfo da forma-prisão na modernidade deve-se, sobretudo, ao fato de o encarceramento apresentar-se como um castigo balizado por um ideal igualitário que quantifica a pena de acordo com o tempo de privação da liberdade, “considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem” de todos os indivíduos (Foucault, 2001: 14). Por meio do desenvolvimento de sua exposição acerca de processos de esquadrinhamento dos sujeitos, contudo, o autor elucida que a prisão, mais do que resultado do reconhecimento da universalidade dos direitos que interdita como punição, é um dispositivo de diferenciação (sujeição e subjetivação): “uma fábrica de criminosos”.

Ao ser reiterado por meio de práticas que produzem diferenciações, o ideal de igualdade subleva a justaposição entre processos de estado e do PCC na regulação ordinária da vida e das relações das pessoas presas. A “palavra”, aí, aparece como mecanismo central para os dois aparatos jurídicos. Afinal, como Das e Poole (2004) elucidaram, se “a maior parte do estado moderno está construído a partir de práticas de escrita” (p. 25), grande parte das práticas do Comando está fundamentada na “palavra”.

Os dados etnográficos de José Douglas Silva (2014), produzidos a partir de narrativas sobre “políticas estatais e criminais” na zona oeste da região metropolitana de São Paulo, ilustram que as posições políticas do PCC são arranjadas através do entendimento de “quem tá na palavra”, quer dizer, quem está com respaldo e aparatos de decisão/mediação entre as partes de um conflito. Nesse registro, mesmo que resoluções e políticas do Comando decorram de mecanismos preocupados em não produzir líderes individuais, mas sim operadores de um “coletivo superior”, e que “estar com a palavra” seja produto da ocupação de arranjos situacionais, como argumenta Biondi (2009), são esses operadores organizados segundo a distribuição de postos de autoridades fundamentados em quem tem ou não “palavra”.

De modo similar é o que argumenta Adriana Vianna (2014). A autora, ao se debruçar na produção de documentos pelos agentes do aparelho judiciário dos quais a definição de guarda de crianças e adolescentes resulta, analisa a autoridade de quem os escreve. Assistentes sociais, advogados e juízes são, nesse registro, autores de textos que “reduzem a termo” (Lowenkron e Ferreira, 2014) toda uma profusão de falas que são manejadas por meio da expertise dos agentes especializados do estado em fazer de dramas singulares, “atos burocráticos capazes, portanto, de certa padronização e dotados de suposta neutralidade racional” (Vianna, 2014: 56).

Ao fazer a relação entre “posições políticas que têm palavra no PCC” e postos jurídicos estatais de produção de documentos, não ignoro as especificidades de ambos os processos. Afinal, enquanto reduzir a escrito implica no acúmulo de papéis a serem arquivados em prateleiras e prontuários que cristalizam biografias e fichas criminais (Nadai, 2012), os registros dos “debates” são orais. As resoluções são tomadas através da expertise em argumentar por meio da fala, não da linguagem técnico-burocrática mimetizada por funcionários dos aparelhos estatais. Isso não quer dizer, contudo, que as resoluções produzidas oralmente nos “debates” deixem de produzir os “visíveis e invisíveis – ou audíveis e inaudíveis” de que fala Adriana Vianna (p. 54).

Tanto quanto os documentos e resoluções publicadas nos sites das muitas varas do Tribunal de Justiça, a palavra final nos aparatos de gestão das relações do PCC determina “a verdade”. Em ambos os processos, o que está em jogo é a produção de uma verdade a qual, ao ser definida, lança sombra sobre as polissemias que a construíram. “E de que falam tais processos senão de complexos jogos sociais de produzir autoridades?” (Vianna, 2014: 49).

No que tange aos dados do campo apresentados neste capítulo, a justaposição entre os aparatos jurídicos estatais e do Primeiro Comando da Capital se faz por meio das práticas dos agentes que ocupam postos – de trabalho e / ou políticos – situacionais nomeados de modo despersonalizado. Postos os quais, entretanto, os fazem detentores de registros, formulários, aparelhos celulares e palavras que os definem como autoridades que determinam “a verdade” acerca dos andamentos múltiplos de dramas vividos nas salas dos fóruns e nas celas das prisões. Dizer isso não significa considerar o PCC como “uma cópia

mal feita do Estado” (Biondi, 2009: 54), antes significa voltar o olhar para os emaranhados que justapõem processos polissêmicos de regulação dos corpos e das relações dentro das prisões.

Enfocar para a articulação feita através das cartas nos processos de gestão das relações do PCC permite olhar mais atentamente para as assimetrias produzidas por estes. Como os extratos publicados pela Vara de Execuções Criminais, as cartas informam as histórias e agregam a elas observações sobre a localização e a data do envio desta ou daquela correspondência a qual ganha, neste contexto, certos elementos de autoridade.

Laura Lowenkron e Leticia Ferreira (2014), ao etnografarem processos de produção de inquéritos sobre tráfico internacional e de desaparecimento de pessoas pelos policiais federais e civis do Rio de Janeiro, ilustram a importância que “seguir os papéis” tem em suas pesquisas antropológicas feitas dentro do aparato judicial/policial. As autoras argumentam que “como diz o jargão jurídico, ‘o que não está nos autos não está no mundo’, de modo que uma investigação [policial] não documentada é como se não tivesse existido”. (Lowenkron e Ferreira, 2014: 84). Não é o que ocorre com os “debates” do Comando. Palavras não documentadas são, nestes, reconhecidas como parte do mundo a ser levado em conta. Mas isso não significa que a ferramenta de explicitar por meio da escrita os implícitos (Goody, 1987) seja ignorada neste processo. O jargão policial ao qual Lowenkron e Ferreira se referem poderia ser traduzido para a análise proposta neste capítulo da seguinte forma: “o que não está nas cartas está no mundo, mas o que está nas cartas pode ser posto em relevo sobre o mundo”.

A questão que se coloca, e que atravessa tanto as análises de Lowenkron e Ferreira quanto as decorrentes dos dados de campo desta pesquisa, é: quem pode, sobre que termos e em quais contextos podem ser postas cartas, ou autos, sobre o mundo?

Como argumenta Gabriel Feltran (2010c), ao se debruçar sobre discursos e práticas, as etnografias possibilitam uma “equação compreensiva entre igualdade e diferença, em sua normatividade” (p.578). Deste modo, o autor propõe que os “estereótipos” de categorização, tais como “quem é moreno”, “quem é branquinho”, “quem é viado” (p.574), sejam levados a sério pela análise etnográfica, pois estes organizam normativamente o cotidiano e o coloca, ainda, em relação a outro plano normativo para o

qual estas clivagens seriam inexistentes: o plano jurídico-político que considera a todos “igualmente” como cidadãos. As histórias de Adelina, Danielle e Denise são exemplos da potência analítica da etnografia para a qual Feltran chama atenção.

As três personagens centrais deste capítulo articulam suas práticas a partir da coexistência dos planos normativos de categorizações das diferenças e da igualdade político-jurídica. Os “debates”, a que Adelina e Danielle participam, estão fundamentados na ideia de que é necessário haver uma discussão para que todas as partes do conflito possam ter os mesmos direitos de fala. Ao mesmo tempo, como dispositivo de igualdade, “o debate” leva em conta nas suas ocorrências categorizações que diferenciam os sujeitos discursivamente. É o que ocorre, também, com escritas e encaminhamentos de papéis às instâncias jurídicas estatais de reconhecimento de direitos. Denise, Patrick e suas muitas colegas da prisão articulam com distinções homossexuais para demandarem a igualdade de acesso às visitas comuns e íntimas reguladas através do dispositivo da heterossexualidade normativa e compulsória (Rubin, 1993).

É no nó das tensões entre diferenças e (des)igualdade que têm incidido grande parte das etnografias sobre instituições e processos de estado. Os trabalhos de Regina Facchini (2005) e Silvia Aguião Rodrigues (2014) ilustram como os grupos de militância homossexual têm, historicamente, articulado as demandas por acesso a direitos considerados universais por meio dos usos radicais das especificidades que diferenciam lésbicas, gays, bissexuais¹²⁶. Diferenças profundamente intersectadas por atributos de classe e raça em corpos socialmente identificados como transexuais, travestis, mulheres, homens. De mesmo modo, as pesquisas de Larissa Nadai (2012) e Fabiana Andrade (2012) elucidam que o atendimento semanticamente igualitário da Delegacia de Defesa da Mulher da cidade de Campinas, é atravessado por categorias de diferenciação materializadas nos corpos daquelas que chegam para prestar (ou não) queixas. As vítimas de “violência doméstica”, argumentam as autoras, são produzidas não “apenas” através dos depoimentos por elas oralizados, mas pelas roupas que vestem, pelas cores dos cabelos, pelos usos ou ausência de

¹²⁶ Adriana Vianna e Paula Lacerda (2004) argumentam que a criação de sujeitos de direitos especiais/diferenciados é um processo histórico e político bastante amplo, que ocorre no final do século XX, visibilizado por movimentos políticos de demandas sexuais os quais, têm como fundo, a produção de “direitos humanos” frente às especificidades dos sujeitos.

maquiagem. Ser vítima, portanto, implica na performatividade das especificidades socialmente atribuídas a esta categoria normativa (Vianna e Farias, 2011).

No tocante dos dados de campo apresentados acima, “preto, pobre e magrelo”, “bonita pra caralho”, “gordinha, baixinha e mãe de três filhos”, “loira e branquinha”, “sapatão famoso” e “estrangeira/o” aparecem como diferenças que ordenam as relações e os sujeitos sem que sejam visibilizadas nas resoluções das verdades que definem, por fim, quem é “cunhada”, quem é “pilota” e quais relações produzem vínculos familiares.

Materializadas nos corpos por meio das “pernas peludas”, dos “cabelos quebrados”, das “unhas feitas” e, principalmente, por meio dos vínculos familiares, sexuais e afetivos, as diferenças de classe, gênero e sexualidade incidem diretamente nos resultados das disputas acerca de quem é ou não “mulher bandida”. Assim como a constituição da “vítima de violência doméstica”, a categorização sobre ser “mulher” no Comando se faz através de negociações assimétricas gestadas não só pelas expertises retóricas, mas pelas performatividade das especificidades socialmente atribuídas às “bandidas”.

Focar a análise no campo normativo da igualdade, portanto, implica em lançar sombra para a difusão das diferenças que fazem funcionar os aparatos jurídico-policiais. Afinal, são estes que gestam sobre as categorias de diferenciação produtoras de fronteiras entre os sujeitos. Dizer isso não significa considerar que distinções produzam *apartheids*, mas sim compreender, como faz Gabriel Feltran, que onde fronteiras são acionadas, existe tensão, contato e motilidade (Tilly, 1998). Especificidades (e (des)igualdades) são postas nas práticas das relações cotidianamente produzidas pelos sujeitos sentados dos “dois lados do guichê”:¹²⁷ o agente do estado e o cidadão a ser atendido. Estas também são profusões narrativas reduzidas a termo.

Não poderia, entretanto, terminar este capítulo sem antes enfocar a categorização da diferença que está de modo latente, estabelecendo fronteiras entre os

¹²⁷ Retiro a expressão “dos dois lado do guichê”, da frase repetida por Adriana Vianna em conversas informais, debates e mesas: “do outro lado do guichê também é bagunça”. Ao dizer isso, Adriana, genialmente, articula teorias como as de Abrams (2006) e Mitchell (2006), elucidando que no ato de entrega e recolhimento de formulários, processos, atestados, estão postos dois sujeitos em relação. Lançar luz sobre a relacionalidade estabelecida entre agentes de estado e “cidadãos de direitos” não implica em desconsiderar as assimetrias aí estabelecidas, antes, implica em produzir espaços analíticos acerca destas.

sujeitos nas regulações jurídicas do PCC postas no presente relato etnográfico. Não é possível reduzir a termo tão evidente justaposição regulatória entre estado e Comando.

Entre escritas de estado e Comando na zona cinzenta de acesso ao amor e à família.

Em *Romeu e Julieta e a Origem do Estado*, Viveiros de Castro e Ricardo Benzaquem de Araújo (1977) propõem uma análise da peça de Shakespeare a relacionando com a célebre obra política de Maquiavel, *O Príncipe*. Viveiros de Castro e Araújo argumentam que se Maquiavel trata da moralidade política como descolada das moralidades familiares feudais e religiosas a centralizando na figura do Príncipe, em *Romeu e Julieta*, o amor é colocado em oposição ao direito. Este último, parte do âmbito nominal, tradicional, familiar. A ideia do ensaio é olhar para como “sentimentos e emoções” são, no “Estado moderno ocidental”,¹²⁸ postos em oposição às “estruturas normativas”. Por meio desta oposição entre “afeto” e “direito”, os autores procuram elucidar um duplo caráter do amor, simultaneamente individualizante e generalizante: são, a princípio, indivíduos específicos que se amam, mas que passam a compor uma relação onde se constrói “não dois indivíduos, mas um verdadeiro *indivíduo dual*” (151). Deste modo, *Romeu e Julieta* são rebatizados, refutam seus nomes, suas redes de relações sociais: “Não me chames Romeu... mas sim o Amor” (p.150). Este amor, individual e generalizante, transgressor das interdições sociais é carismático, apresenta-se como um ato de liberdade (Viveiros de Castro & Araújo, 1977: 158). Para os autores, este amor centraliza o poder estatal ao retirar das famílias a força política. O amor separa os indivíduos da sociedade, diferencia as “famílias” do “Estado” que passa a ser o protetor das “escolhas afetivas” individuais.

O Amor de *Romeu e Julieta*, de que falam Viveiros de Castro e Benzaquem Araújo, por mais generalizante que seja é fundamentalmente heterossexual. Este é o amor fundante dos processos de estado. Levar isso em conta não implica, entretanto, em desconsiderar o carisma implícito nas disputas travadas socialmente pelos direitos ao amor

¹²⁸ A expressão “Estado moderno ocidental” não é, assim, utilizada por Viveiros de Castro e Araújo que, entretanto, falam, ao longo do texto, em Estado, ocidente (ou ocidental) e tratam de textos classicamente situados como marcadores de uma transição política feudal para outra, “moderna”. Uso esta expressão, portanto, na tentativa de situar o objeto do texto aqui citado. Entendo, contudo, que cada palavra que compõem essa complexa expressão pode ser amplamente apreciada.

e à família homossexual (Uziel, 2006; Mello, 2006; Miskolci, 2007). A produção documental que Denise e Patrick insistiam em fazer, por exemplo, estava inserida num contexto afetivo lavrado pelas demandas por visitas, íntimas ou não, tramadas desde uma luta carismática em prol da manutenção de laços de amor fortemente atrelado à noção de casamento. O reconhecimento das Uniãos Civis Homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal, assim, referia-se ao reconhecimento do amor como sentimento capaz de constituir laços matrimoniais monogâmicos e higiênicos.

Nesse sentido, do mesmo modo que o amor pode ser tomado como designação genérica, também o é a violência que se impõe ao que não é considerado amor: a violência empreendida na lógica móvel que define zonas de legitimidade e ilegitimidade das relações sexuais. Enquanto se legitima o amor, a família e a união civil homo(hetero)sexual, mantêm-se ilegítimas relações não conformadas ao casamento, ou, nas palavras de Butler, “o campo sexual é pensado de tal modo que a sexualidade é pensada em termos de casamento e o casamento é pensado em termos de aquisição de legitimidade” (Butler, 2003, p. 226-227).

Partindo de Foucault, Judith Butler (2010b) argumenta que o poder jurídico é um mecanismo, uma tecnologia produtiva por meio da qual todas as práticas que tentam ir “além das normas” são reguladas. Deste modo, normas de gênero, de sexualidade e conjugalidade contêm em si oposições a elas: nada, portanto, está fora da norma. Para a autora, as demandas de regulação da vida íntima presentes nos discursos do movimento gay produzem e mantêm, ativamente, definições de onde a sexualidade pode ou não estar. Mais do que isso, retroalimentam regulações estatais que tendem a configurar parâmetros de personalidade e de sujeitos de acordo com normatividades de especificações sexuais (Foucault, 1979).

É também nesta zona normativa sexual onde os aparentes paralelismos dos aparatos jurídico-regulatórios estatais e do Primeiro Comando da Capital se justapõem. Em ambos há a preocupação de produzir “perfis”, “caminhadas”, balizadas por históricos e vinculações sexuais normalizadas/normalizadoras. Este é o ponto de convergência entre as histórias de Adelina e Danielle, assim como, de ambas ao contexto de profusão documental em que estava inserida a relação de Denise e Patrick.

Adelina e Danielle produziam perfis de suas caminhadas sexuais por meio de processos de escrita e retórica que as legitimassem perante os agentes do PCC e, assim, as possibilitassem ascender ou permanecer vinculadas à “Família” como mulheres, heterossexuais, casadas. Legitimação que as conformavam (ou não) a uma rede privilegiada de campos de ação (Tilly, 1998). As diferenças entre as histórias de Adelina e Danielle falam sobre posicionamentos distintos tramados pelas intersecções de classe, raça, gênero e sexualidade, mas também por suas vinculações a redes relacionais e familiares que conectam, a cada uma delas, diferentes possibilidades de agências (Mahmood, 2001; Piscitelli, 2008).

A caminhada de Danielle, assim, era tramada em sua argumentação nas negociações com os “irmãos” (posto aqui em sentido amplo) segundo uma coerência que localizava suas práticas sexuais e seus vínculos afetivos dentro da rede familiar matrimonial heterossexual. A falta de Danielle foi, nesse sentido, articular seus prazeres/gozos fora desta ordenação das relações. Mas mesmo esta falta pôde ser regulada em sua retórica como um escape possível e coeso frente às atribuições de gênero a ela vinculadas. A produção de “perfis (auto)imaginados” (Beleli, 2012) por Danielle, articulava atributos sexuais, raciais e de classe socialmente complexificados pela exposição de elementos de consumo e “capital” estético (Bourdieu, 2007) tais como ser “loira”, “alta”, “magra”, “estrangeira”, “bonita”. Em suas narrativas, os perfis vinculavam-se a um imaginário que escapava das (por vezes penosas) atribuições elencadas a ser “mãe de três filhos” e “casada”. Atribuições corporificadas em sua autodescrição como “baixinha e gordinha”.

Posto nesse registro, as artimanhas de Danielle coincidiam com a de uma mulher cansada de sua rotina que decide produzir rotas alternativas a ela por meio das tecnologias digitais disponíveis nas redes sociais.¹²⁹ A tecnologia a sua disposição eram as cartas que, na convergência do que Iara Beleli (2012) ilustra ocorrer com o site de

¹²⁹ Como referência a esta imagem aciono, aqui, a peça de teatro de Contardo Calligaris “O homem da tarja preta”. Nesta, um homem, morador do bairro Jardins da cidade de São Paulo, alto executivo, casado e pai de um filho, navega por chats de encontros eróticos por meio do perfil de uma mulher criada por ele. O personagem da peça busca sentir os prazeres vividos por meio do perfil “(auto)imaginado” de uma “mulher vadia”, que gosta de “ser comida com força” por homens “alfas” que gostem de práticas sexuais masoquistas. Outras imagens que podem ser acionadas da produção de lugares de escapes, aí por mulheres de classes médias intelectualizadas das décadas de 1920 e 1960 e não relacionadas às mídias digitais, são o romance de Vigínia Woolf, *Mrs. Dalloway* e o conto de Doris Lessing, *O quarto 19*.

relacionamento *Par Perfeito*, estavam vinculadas ao mercado de consumo de fotos, nomes e cigarros. Tal tecnologia de escrita provia para Danielle certo “lugar” de liberdade dentro da prisão. Certo lugar a ela acessível e por ela regulado. De mesmo modo ocorria com Denise e Patrick.

Nas palavras da irmã caçula de Danielle, “presa, ela se sentia mais livre para experimentar uma relação homossexual”. A carta que o marido de Denise a enviou como resposta a seu pedido de término do casamento e que a realocava às redes familiares – “ocorra o que ocorrer dentro da prisão, somos uma família” – sentenciava os caminhos por onde Denise sabia que teria de, senão seguir, ao menos se articular. Estes caminhos não a deixavam infeliz e a informavam sobre como agenciar “ajudas” e “amores” fora/dentro da prisão. O amor que Denise sentia por Patrick só poderia ser sentido dentro dos pavilhões, lugar onde as rotas de fuga às regulações familiares em que ela estava enredada eram, mais facilmente, manejadas. De mesmo modo, era apenas na prisão que Denise e Patrick poderiam oferecer um ao outro, suportes materiais e emocionais os quais produziam a relação que, naquele contexto, queriam documentar.

O desejo da documentação da relação incitado por Patrick (mais do que por Denise) era, nesse sentido, empreendido com o objetivo de fazer-se ver aos processos de estado. De ser por eles regulado e legitimado acessando assim direitos familiares aos quais estavam arroladas, nas narrativas do casal, as visitas e a permanência de Patrick no país. O fazer-se ver aos aparatos regulatórios estatais das relações sexuais estava, portanto, vinculado à abertura de possibilidades de agenciamento frente aos mesmos. A crítica de Butler (2003 e 2010b) aos movimentos homossexuais, nesse registro, é tensionada pelas articulações que os sujeitos fazem para serem inseridos na zona de legitimidade estatal e, assim, terem como manejar suas demandas e ações desde “‘dentro’ e ‘fora’ do Estado” (Vianna, 2013).

Como argumentei em minha dissertação de mestrado (Padovani, 2010), a sexualidade é ponto nefrágico da gestão dos corpos sujeitados(subjetivados) pela instituição prisional. Os processos de normalização e desvio dos sujeitos implicados numa concepção biologizante da vida social que articula o sexo em uma ordem econômica e definidora das utilidades (re)produtivas e inutilidades estéreis, são fundantes das

penitenciárias. O discurso criminológico é construído sobre a base do “dispositivo da sexualidade” (Foucault, 1979). É nesse mesmo registro que recai o destaque dado por Foucault à palavra “população” em suas análises sobre poder do estado e aparatos gerenciadores os corpos e das relações. Trata-se de “uma biopolítica da população” fundamentada na vontade de saber sobre os corpos que ela produz, encarcera e coloca em discurso por meio das escritas que informam e registram saberes. Ironicamente: “acreditamos que nisso está nossa liberação” (Foucault, 1979:149).

E por hora, não será mesmo libertador ser enquadrado? Não seria este um mecanismo estratégico das demandas articuladas por Patrick, Denise e suas colegas de pavilhão? Não seria este o mecanismo estratégico que Adelina tentou manejar frente ao aparato jurídico das “torres do Comando”? A luta pelo direito às visitas homossexuais na Penitenciária Feminina da Capital, em que estava inserida a produção documental de Denise e Patrick, era uma batalha travada no artil das regulações das sexualidades, no artil do desejo pela legitimação dos aparelhos estatais. De mesmo modo, a peleja de Adelina com a montagem documental de sua “caminhada” era um desejo de reconhecimento pelos dispositivos de poder do Comando. Isso não é pouco. A demanda política por legitimação ou pelo reconhecimento é a demanda pelo enquadramento.

Inseridas na capilarização e agenciamento das tensas urdiduras entre interditos sexuais e tramas de saber-poder sobre eles, as histórias de Adelina, Danielle e Denise recaem sobre a produção de corpos e relações pelo dispositivo da sexualidade e pelas tecnologias de inscricuras/escrituras, como são as cartas e os documentos, que mapeiam os sujeitos. É por meio destes jogos que os vínculos das três, personagens deste capítulo são examinados e enquadrados. Mas se as irmãs conseguiam, mais facilmente, tramarem com as tensões dos interditos. Adelina deixa de querer escapar a eles quando vislumbra em sua “caminhada” a chance de ser “normalizada” (Butler, 2010b) perante a um aparato regulatório. A produção documental com vistas à ascensão em uma rede de relações familiares/comerciais socialmente marcadas por atributos de poder e privilégios, a que Adelina objetivava, não colocava em questão regulações e normalização dos corpos, do sexo, dos gêneros. Antes a batalha de Adelina era travada nas tramas destas mesmas regulações das sexualidades, nas urdiduras do desejo pela legitimação dos aparatos

jurídico-regulatórios distintos/justapostos aos recorridos por Patrick e a sua produção de escritas de documentos. A tensão que se coloca é entre zonas de legitimidade e de ilegitimidade estabelecidas em meio a relações reconhecíveis e outras sobre as quais não se pode escrever. Tensão entre corpos identificáveis e aqueles normativamente imensuráveis.

Os matrimônios tramados por Danielle e Denise eram mensurados e reconhecíveis pelos aparatos jurídicos reguladores da vida e das práticas sexuais dos sujeitos nas prisões. Suas produções escritas e retóricas eram, nesse sentido, atravessadas pelos controles e, ao mesmo tempo, pelas possibilidades de escapes a eles. Assim, se as artimanhas de Danielle foram cooptadas pelas redes de gestão das relações do PCC, isso não a implicou em um arranjo relacional nas margens da legitimação e do reconhecimento. Ao contrário, logo Danielle foi regulada pelos mecanismos dos aparelhos jurídicos do Comando e assim rearranjada em outra posição. Assumiu o posto que não queria assumir: o de “pilota” de um dos pavilhões da Penitenciária Feminina de Santana. “Posição de grande atribuição de responsabilidades”.

Denise também foi rearranjada por e na sua rede familiar. As ferramentas de documentação de seu casamento com Patrick logo foram cooptadas e refeitas no sentido de serem atribuídas à sua união com o marido, amigo dos irmãos. Adelina, por sua vez, se não conseguiu, a despeito de todos seus esforços, ascender à rede de relações e reconhecimento de que partilhavam Danielle e Denise, ao menos escapou de seus aparatos regulatórios. Logo, ela foi remanejada por outras instâncias de identificação. Estas a fizeram portadora da carteirinha de “egressa do sistema prisional em cumprimento de liberdade condicional”. Adelina voltou para casa e passou a trabalhar na estrada, como antes fazia sua mãe. Agenciou seu campo de possibilidades segundo as atribuições que a identificavam.

Já Patrick, desapareceu aos olhos daquelas que configuravam a rede de suas relações sociais, seus vínculos escritos. Em liberdade, fora da prisão, não há mais como identificar Patrick. Seu nome sem registros se perdeu na zona cinzenta do reconhecimento civil. Nesta, liberdade e controle, direitos e violência são permanentemente tensionados e negociados por um duplo nível de discursos separados apenas precariamente. Afinal, as retóricas impressas em papeladas jurídicas e cartas normalizam e equalizam direitos e demandas, mas isso não significa que estas circulem incólumes aos gozos e às substâncias

que compõem o outro nível difuso e capilar do discurso, apreendido somente nos relatos e experiências das relações humanas (Das, 1999).

É acerca destas que trata a terceira e última parte da tese: das redes de afetos (re)configuradas por meio das experiências prisionais. Das vivências de “amores” e como estes são, segundo as interlocutoras da pesquisa, seguidamente atravessados pelo agenciamento de direitos decorrentes do reconhecimento jurídico de seus afetos, de articulações com legibilidades/ilegibilidades dos vínculos e também, decorrentes de negociações nos mercados e atividades ilegais. Na zona cinzenta em que Patrick não pode mais ser encontrado, estão outras personagens que agenciam as informações e os saberes no permanente jogo que encadeia “amor”, mercado, prisão e migração à intangível liberdade.

Parte III

De casos e casamentos: tramando afetos entre prisões, mercados e liberdades



Foto da frente da Penitenciária Feminina do Butantã em um dia de saída temporária – a fotografia foi saturada e recortada para evitar identificações.

Era mês de agosto e os portões da Penitenciária Feminina do Butantã começavam a ser abertos para o período de saída temporária do feriado do dia dos pais. Logo começariam a sair quem as avós, as mães, os filhos, as amigas, os irmãos e pais, as namoradas, os maridos e os cachorros, trazidos por todos estes nas coleiras, esperavam do lado de fora. A grande maioria dos que esperavam haviam chegado cedo à frente da penitenciária e compravam alguma coisa para comer e beber nas muitas peruas e barracas de comércio ambulante de alimentação que eram improvisadas nas calçadas da via marginal da Rodovia Raposo Tavares. Aquelas que saíam da prisão vinham aos poucos, em levas de aproximadamente vinte, distribuídas por número de pavilhão e ordem alfabética do nome. As que tinham nomes iniciados com a letra “A”, por exemplo, eram as primeiras a sair de seus pavilhões. As saídas atravessariam toda a manhã até o início da tarde assim: entre letras e números contados nas horas de esperas.

Algumas saíam vestidas de calças verdes escuras e camisetas brancas – o uniforme da prisão para cumprimento de pena em regime semiaberto. Outras vestiam calças jeans, blusinhas, chinelos: roupas com as quais haviam sido presas, que tinham sido a elas enviadas por meio dos jumbos semanais ou, ainda, por elas compradas/trazidas depois de outros dias de saídas temporárias ou de trabalho. As roupas vindas de fora da prisão, e que não se adequavam ao uniforme da penitenciária, eram armazenadas “na inclusão” da unidade, quer dizer, junto do setor administrativo onde são guardados os pertences que as pessoas em cumprimento de pena trazem consigo para a prisão e que não podem entrar para o convívio dos pavilhões. Como a unidade penitenciária do Butantã é voltada para sentenciadas em regime semiaberto, seu setor de inclusão é bastante volátil. Muitas das pessoas presas ali trabalham durante o dia e voltam para a prisão à noite. Estas podem ter, por exemplo, telefones celulares os quais devem ser resgatados e devolvidos no setor de inclusão todos os dias pela manhã – antes de ir ao trabalho – e à noite – antes de voltar para a cela de moradia.

Não era incomum que caixas e sacolas contendo roupas novas, vindas pelo correio ou das mãos das presas trabalhadoras, fossem acrescidas aos armários do setor de inclusão daquela penitenciária nos dias que antecediam os dias das saidinhas. Afinal, todas aquelas que estavam em cumprimento de pena em regime semiaberto se preparavam para o

dia da saidinha. Mesmo que não tivessem roupas diferentes das do uniforme prisional, a maioria atravessava os portões da penitenciária com os cabelos escovados, com algum penteado novo e com as unhas pintadas. Investimento estético feito dentro dos pavilhões a ser, normalmente, pago do outro lado dos portões. Do lado de fora.

Todas atravessavam os portões à procura daqueles que as aguardavam. Os encontros eram envolvidos por gritos emocionais mantidos entre gargalhadas e/ou choros silenciosos acompanhados por longos e apertados abraços. Depois e simultaneamente àquele momento, antes de todos irem em direção aos carros, motos ou pontos de ônibus, eram feitas, ainda, reuniões e rodas que uniam aquelas que haviam acabado de sair pelos portões da prisão. Elas se juntavam em uma grande feira de redistribuição das roupas, cremes, cigarros e dinheiro que a família havia levado ou que havia sido sacado do pecúlio: dinheiro acumulado pelo trabalho produzido dentro/fora da penitenciária, desde uma oficina interna ou de um trabalho fora da prisão.

Em uma gritaria organizada pelos muitos papéis retirados de bolsos e bolsas, sobre os quais nomes e valores de credoras e devedoras estavam discriminados, as recém-saídas cobravam e pagavam dívidas por faxinasfeitas nas celas umas das outras, lavagem e consertos de roupas, de feitura de desenhos a serem enviados por cartas, mas principalmente, serviços de cabelereiro e manicure. Todo o mercado de serviços produzido dentro dos pavilhões da prisão se estendia para a calçada da marginal da Rodovia Raposo Tavares. Este não era, contudo, o limite das cobranças e pagamentos de dívidas contraídas no dia-a-dia da convivência nos pavilhões. Em dia de saidinha, não era incomum ver egressas(ou amigas de egressas daquela penitenciária) nos portões da prisãopara cobrar por dívidas antigas contraídas durante o cumprimento da pena de quem hoje “estava em casa”. Outros arranjos também eram feitos. Vizinhas ou amigas, presas em uma mesma unidade penitenciária, combinavam de ir a um baile funk ou ao Brás para comprarem roupas acertando, assim, que durante estes encontros as dívidas seriam pagas. Mas o movimento na frente dos portões da prisão primava pelo imediato pagamento das dívidas. Se aquele não fosse o último momento para os acertos, era o limite para grande parte dos arranjos financeiros da cadeia.

Ao mesmo tempo, com as malas abertas na calçada, roupas eram trocadas por produtos ou doadas em um bazar frenético de transações e cuidados. Meninas, antes vestidas com o uniforme da cadeia, iam logo se travestindo por trás de uma tenda improvisada com lençóis e cobertores ou atrás dos automóveis estacionados na via. As peças de roupas do uniforme eram mantidas em mãos e malas para serem levadas às casas onde seriam lavadas e dobradas: preparadas para data do retorno à prisão. Enquanto antigas peças de uniforme, roupas velhas que haviam ficado guardadas por anos na inclusão penitenciária, assim como shampoos e cremes comprados na prisão eram encaminhados para as amigas que nada tinham trazido desde lá de dentro, umas diziam às outras, “Deus que me perdoe, mas eu não quero olhar para isso aqui nunca mais na minha vida!”, “pega o que você pode precisar”. Entre roupas e produtos de beleza rodavam também, de mãos em mãos, números de telefones, bilhetes e abraços de despedida alinhavados com os sussurros que desejavam que todas ficassem bem, que aproveitassem os dias, que tivessem forças para voltar.

As amigas, irmãs, mães, filhos/as, pais e cachorros que aguardavam do lado de fora, esperavam que todas as etapas daquele primoroso processo fossem concluídas. Só assim todos poderiam ir embora sabendo que teriam de voltar quatro dias depois, no final do período de saída temporária da prisão, levando de volta aquelas que estavam sendo, agora, buscadas. Por fim, deixavam a frente da prisão carregando tudo e todas que haviam atravessado seus portões a arrastando para o lado de fora. Afinal, quem entra na cadeia, ao sair, não leva consigo “apenas” cheiros, sons e imagens. Se a cadeia muda a vida de quem com ela se relaciona, o faz por meio dos vínculos nela tecidos e para fora dela arrastados. Nesta última parte da tese, estamos a sair da prisão.

Os dois capítulos e o desfecho que compõem esta sessão final falam de processos de saída da prisão, de “voltar para casa” a qual passa a ser ressignificada por meio das experiências e relações tecidas na cadeia. Sair da prisão/voltar para a casa, aqui, não são postos como pontos dicotômicos. A cena descrita acima, por mais que parta de expectativas e encontros produzidos por quem está do lado de lá e de cá dos portões, fala dos fluxos que colocam em relação dentro/fora por meio de redes de reciprocidade e afetos que são vivenciados através das entradas/saídas.

É disso que tratam os bazares montados na calçada em frente à Penitenciária Feminina do Butantã em dias de saidinhas. Da circulação transacional na qual a troca das mercadorias é justaposta às trocas afetivas que não ocorrem na tangente ou em oposição, mas sim, ao mesmo tempo. As rodas, tendas e contabilidades discriminadas por quem acaba de sair da prisão colocam em um mesmo circuito reciprocidades, mercados e cuidados. Transações que, embaralhadas, produzem teias de afetos mantidas nas fendas das prisões e liberdades. Sobre estas fendas recaem narrativas e vivências de casos e casamentos tramados por entre mercados e arranjos i/legais, i/regulares. Nesse sentido, o frenesi do movimento articulado na justa saída da prisão tramava com o que Simmel (2004) chamaria por “redes de relações recíprocas” que multiplicam e complexificam os emaranhados por meio dos quais são feitas trocas econômicas de caráter racionais e produzidos vínculos amorosos e de amizade. Afinal, se no bazar tudo é negociável, também o são as produções de elos afetivos reiterados nos interstícios das entradas/saídas da penitenciária.

Num evidente diálogo com o trabalho de Ruggiero e South (1997), no qual os contínuos entre atividades irregulares e ilegais das cidades são descritos a partir da imagem do “bazar”, ou seja, a partir da imagem de um grande mercado no qual tudo é passível de ser negociado e barganhado, os bazares montados em frente à Penitenciária Feminina do Butantã em dias de saidinha descrevem outros contínuos. Nestes mais do que roupas, dívidas, shampoos e cremes estavam sendo barganhados, distribuídos, vendidos. Antes, estavam sendo agenciadas ali, distinções de classe calcadas tanto nas marcações de dívidas e serviços prestados, quanto na doação e recebimento de peças velhas das roupas ou dos artigos de higiene pessoal e cosméticos comprados dentro da prisão. Mercadorias elaboradas através de categorias de diferenciação agregadas ao que é adquirido “fora” e ao que é acessível desde “dentro” da prisão. Mercadorias às quais estão justapostos vínculos entre quem sai pelos portões da penitenciária e quem espera em frente deles. Afinal, ter acesso a determinados produtos implicava em estar inserida às redes de relações que suportam a compra e o ingresso destes à penitenciária. O bazar que era montado em frente à Penitenciária Feminina do Butantã articulava, assim, com mapeamentos de teias relacionais.

Nesse registro, esta última sessão da tese dialoga com análises elaboradas por autoras que vêm ilustrando como em seus campos empíricos, redes familiares, de ajudas, de amor e sexuais são tramadas aos mercados os quais, por sua vez, não são considerados desde perspectivas estreitas. Adriana Piscitelli (2011b), Viviana Zelizer (2009) e Elizabeth Bernstein (2007) são algumas destas que têm elaborado tais problematizações a partir dos “mercados sexuais”. Elas chamam atenção para como múltiplos alinhavos entre “dinheiro, poder e sexo” (Zelizer, 2009:139) não atravessam somente a prestação de serviço sexual pago, como a prostituição ou apresentações eróticas feitas por *strippers*, por exemplo, mas também, os casamentos e a produção da “intimidade” (Bernstein). Nesse sentido, Piscitelli argumenta que o mercado do sexo deve ser considerado por meio do jogo de oferta e demanda que intercambia sexo por dinheiro, mas também, por outros benefícios (Piscitelli, 2011a; 2011b). A autora não reduz o mercado sexual à prostituição, antes para ela mercados e relações sexuais, as quais podem ou não ser produtoras de laços de afeto e intimidade, são interpenetrados uns pelos outros.

É desta interpenetração que fala, também, Isadora Lins França (2010) em sua tese. Nesta, a autora relaciona processos de produção de subjetividades e de categorias vinculadas à homossexualidade ao consumo de roupas, lugares e músicas específicas os quais, produzidos e produtores de diferenças, inscrevem corpos em possibilidades mais ou menos privilegiadas de arranjos sexuais. Estas inscrições, sempre circunstanciais e relacionais são, ao mesmo tempo, manejadas pelos sujeitos como elucida a etnografia de Piscitelli (2008) com mulheres brasileiras inseridas nos mercados sexuais e matrimoniais da Espanha e da Itália. Estas articulam positivamente a categoria de “brasilidade” à qual são agregados atributos de raça e classe fortemente vinculados com certa expertise não só de práticas sexuais como também do cuidado doméstico. Atributos agenciados pelas interlocutoras da autora para ascenderem no trabalho sexual e/ou em casamentos transnacionais.

As pesquisas sobre mercados sexuais apontam, portanto, para as intersecções entre transações, práticas de consumo, teias de reciprocidade e produção de afetos. Intersecções sobre as quais recaem as análises de Elizabeth Povinelli (2006 e 2011) e Eva Illouz (2009) sobre o amor. Povinelli (2011), por exemplo, argumenta que as literaturas

clássicas e de referências para pensar reciprocidade estão atravessadas, de uma forma ou de outra, pelo léxico do amor. Segundo esta autora, às dádivas de que fala Mauss (2003) estão tramadas assimetrias de poder dependentes da persuasão e da sedução; do processo de espera e do fazer esperar que produz o aumento do desejo pelo objeto da dádiva: “o objeto amado” (Povinelli, 2011: 223). Para Povinelli, as teorias sobre reciprocidade são teorias sobre produção de afetos e, de mesmo modo, todas as análises que recaem sobre afetos, inclusive sobre o amor, são sobre práticas de fazer redes de reciprocidade. O amor de que fala Povinelli não existe fora das relações, portanto. Para ela, assim como para Le Breton (2009), o amor não pode ser pensado como uma afecção do desejo sem que a própria linguagem deste seja ponderada frente a ordenamentos políticos travados nas assimetrias de gênero, sexualidade, classe, raça, nacionalidade (Povinelli, 2006: 10).

Se Povinelli articula o amor numa trama de teias de reciprocidade, Eva Illouz (2009) ilustra, por meio da análise do “mercado cultural de massas” – como filmes norte-americanos, livros de autoajuda, campanhas publicitárias e destinos turísticos românticos –, que a produção de ideias acerca do que significa ser “bem sucedido no amor” está balizadas em imagens que (re)produzem padrões de consumo específicos. Estes fomentados por ordenamentos normativos da heterossexualidade, do acesso a determinados capitais culturais e de distinção (Bourdieu, 2007) – como carros, restaurantes, roupas e músicas – e pela estética racial branca amplamente explorada pela indústria cultural e Hollywood. Illouz argumenta que noções sobre “sucesso no amor” estão calcadas numa normatividade implicada na adequação estética heterossexual, brancas e de práticas de consumo. Partindo das análises desta autora sobre o mercado da “utopia romântica” é possível articular o amor com processos de governamentalidade das populações (Foucault, 2008). Pois este, assim como os dispositivos de gênero (Butler, 2010) e sexualidade (Foucault, 1979), passa a ser agenciado como regulador das relações, dos corpos e da gramática que fazem alguns vínculos dizíveis e outros indizíveis.¹³⁰

¹³⁰ É exatamente a partir deste nó entre sexualidade, gênero e amor que Elizabeth Povinelli (2006) desenvolve, por sua vez, a análise exposta em seu livro intitulado “O império do amor”. Ao longo da leitura deste, a autora argumenta que é por meio do “amor” que as “sociedades liberais” e “pós-coloniais” se consolidam. Segundo ela, as assimetrias do liberalismo são produzidas nas fissuras dos binarismos discursivamente postos entre “liberdades individuais” e “constrangimentos sociais”. Para Povinelli, o amor é onde tais binarismos se encontram e se articulam de tal modo que passam a serem desconstruídos e/ou

No que tange as descrições etnográficas e análises a serem expostas nesta última sessão da tese, interessa evidenciar como grande parte da literatura sobre “ajudas”, “amor”, “mercados sexuais e matrimoniais” tem desvelado que enlaces são produzidos cotidianamente entre transações econômicas e afetivas. O que vale destacar da teoria de Povinelli sobre o amor aqui, é que ele não existe fora de qualquer rede de relações e reciprocidades. O amor é tecido a partir de uma gramática normativa, logo o amor é político. De mesmo modo, são os enlaces descritos através da cena do dia de saidinha da Penitenciária Feminina do Butantã. Estes emaranham, em um grande bazar no qual tudo é negociado e trocado, distinções, amores, amizades, assimetrias. Dinheiro, roupas, cremes, números de telefones, abraços, choros e desejos de boa sorte são transacionados entre as fissuras da “prisão” e do “mundão”, entre as dívidas contraídas em um que são arrastadas ao outro junto com os seus vínculos.

Esta terceira parte da tese é, portanto, sobre os embaralhamentos do amor e das redes de afeto aos mercados e teias de trabalhos ilegais, irregulares, que são articulados nos entres/saís das prisões e liberdades. É sobre como amores são tramados desde as fissuras que conectam “dentro”/“fora” e emaranhados à múltiplas formas de transações. Estamos a sair da prisão sem, com isso, deixar de leva-la ao mundão.

O campo sobre o qual trata esta parte da tese foi produzido entre idas e vindas de São Paulo à Espanha. Como já explicitado no primeiro capítulo, um período de trabalho de campo mais longo foi feito em Barcelona entre os meses de outubro de 2011 a março de 2012. Em setembro de 2013 voltei para Espanha para um período de quinze dias nos quais visitei brasileiras que haviam ficado presas em Barcelona e que, livres, seguiam vivendo na Catalunha. De mesmo modo, em ambos os períodos, visitei famílias de espanholas presas em São Paulo. Em setembro de 2013, passei alguns dias na casa de Marta Téllez e Eduardo Deán, casal de espanhóis que haviam ficado presos em São Paulo e que depois de livres retornaram à Espanha.

reificados aí. Se para Foucault (1979) é o dispositivo da sexualidade e para Butler (2010) a gramática de gênero heteronormativa, para Povinelli é o amor a chave analítica dos processos de governamentalidade das populações.

As análises do quinto capítulo decorrem da etnografia feita com duas redes familiares, uma brasileira e outra espanhola, que passaram a se relacionar a partir do casamento estabelecido, na Penitenciária Feminina da Capital, entre as duas filhas destas famílias. O sexto capítulo enfoca a produção de vínculos e arranjos articulados entre mercados de drogas e transações sexuais e/ou matrimoniais pelas brasileiras que se conheceram durante o cumprimento da pena nos módulos femininos das Penitenciárias de Brians e Wad Raz. Por fim, um desfecho expõe apontamentos etnográficos acerca da “volta para a casa” de Marta Téllez, Eduardo Déan e Luz, uma das brasileiras que ficou presa em Barcelona.

V. O terreiro de Almodóvar: amores nos (des)caminhos de duas redes familiares.

Hola mi amor! Que bom receber sua carta! Natália, tenho tantas coisas para te contar! Ganhei meu semiaberto! Não vejo a hora de ter minha saidinha para grudar no computador e falar com a minha mãe! Não vou mais pedir transferência para a cadeia para onde foi Lola. Não vale mais a pena. Vou esperar para sair e vou encontrar com ela na rua. Quanto a sua pergunta da última carta, de se quero ficar no Brasil: Sim! A resposta é sim! Quero muito ficar com Lola, quero fazer a união estável com ela. Você me ajuda? *Não vão ser os muros da prisão que vão impedir de fazer o que meu coração mandar!* (excerto de carta enviada por Rosa a mim. Grifos meus).

Lendo a carta de Rosa, não paro de pensar em qual seria a reação de sua mãe que ansiava pelo retorno da filha mais nova desde um apartamento do conjunto habitacional construído em uma rua sem saída na pequena cidade de Calatayud, província de Zaragoza, Espanha. Raimunda, mãe de Rosa, esperava o retorno de sua filha desde o dia em que ela a telefonou para avisar de sua prisão no Brasil. Na época, Raimunda achava que a filha havia ganhado passagens para passar as férias no litoral brasileiro ao ter se inscrito em uma promoção das lojas de sandálias da marca *Havaianas*. A mãe pensava que, depois de duas semanas, sua filha voltaria para casa. Mas ela não voltou.

Visitei Raimunda algumas vezes durante minhas viagens à Espanha para fazer trabalho de campo. Dormia em sua casa, almoçávamos e saíamos para tomar café. Na casa de Raimunda, espalhados por entre os cômodos, ficavam pequenos altares com fotos de Rosa e velas sempre acesas. Enquanto espalhava a fumaça que soltava do cigarro marcado por seu batom vermelho, Raimunda falava que sua vida havia parado no dia em que Rosa foi presa: “um parêntese”. De fato, depois de ganhar um presente de natal que eu havia comprado para ela, Raimunda me agradeceu e o guardou ainda embrulhado: “não tem natal, não tem festa enquanto Rosa não voltar”.

Raimunda separou-se do marido, pois dizia que não teria mais tempo para nada, apenas para cuidar da situação e da vida de Rosa: “Eu erreí muito. Nunca poderia ter me casado novamente, ainda mais com um homem mais novo que eu. Deixei de prestar atenção na minha filha. Quando ela voltar, vou ser só dela”.

Antes de ir morar em Calatayud, Raimunda vivia em Barcelona junto do pai de seus três filhos, dos quais Rosa era a mais nova. Ela contava que seu marido era violento,

espancava a ela e a sua filha mais velha. Após uma dessas ocasiões, Raimunda aceitou o convite de uma amiga para viver e trabalhar como enfermeira em Calatayud. Deixando quase tudo o que tinha na casa em que vivia com o ex-marido, Raimunda juntou algumas roupas e economias para fugir junto de seus três filhos e começar uma nova vida naquele povoado no interior da província de Zaragoza. Rosa tinha então seis anos.

Com o tempo, Raimunda se estabilizou na cidade onde conseguiu comprar um apartamento de quatro cômodos por meio de um programa habitacional do governo espanhol. Neste, foram morar além de Rosa e seus dois irmãos, Raimunda com seu companheiro na época: um homem romeno quinze anos mais novo que ela¹³¹. Raimunda contava que Rosa não aceitou seu segundo casamento. “Ela deixou de me respeitar. Brigava comigo porque eu tinha me separado do pai dela para ficar com um homem mais novo”. Aos treze anos, Rosa voltou sozinha para Barcelona. A princípio foi morar com o pai, mas logo se mudou para a casa da avó, mãe de Raimunda, que ainda vivia na capital catalã. Mãe e filha nunca mais voltaram a morar juntas e Raimunda tinha certeza que a culpa de Rosa ter sido presa era dela.

Por tudo isso, ao ler a carta de Rosa dizendo que “sim!”, que queria permanecer no Brasil, não podia deixar de pensar em Raimunda. Ao final, a prisão não era um parêntese na vida da filha, antes assim era definida pela mãe. Era Raimunda quem sempre falava “do hiato”, “dos espaços vazios da casa”. Rosa havia sido acusada e presa, Raimunda estava estagnada a sua espera sentindo-se culpada. Nas cartas e visitas que eu recebia e fazia à Rosa, falávamos de prisão, mas também, da Espanha, das saudades, de sua liberdade, seus planos, vontades, amores, tatuagens. Rosa estava na prisão, mas a pena que cumpria também alinhavava a narrativa de sua vida, “os muros da prisão não a impediam de fazer o que seu coração mandasse”. E ela queria ficar no Brasil. Os anos passados pelos

¹³¹ De acordo com dados publicados no site da prefeitura de Calatayud, a população da cidade em 2011 era de 20.837 habitantes, destes 3.605 eram romenos. A região onde está Calatayud recebeu, até 2008, significativo contingente populacional de migrantes frente à densidade demográfica da cidade. Migrantes que vinham, principalmente, de outras regiões de Espanha e de países do leste europeu como a Romênia. Desde este ano, entretanto, a população vem decrescendo de modo bastante representativo. Calatayud foi bastante afetada pela crise econômica iniciada em 2008. Ver: http://www.calatayud.es/informacion_ciudadano e “Calatayud pierde casi mil habitantes con la crisis económica: La cuarta parte de los parados en esta ciudad son inmigrantes” in: Fabián Simón, 30/07/2012 ABC.es <http://www.abc.es/20120727/local-aragon/abci-calatayud-pierde-habitantes-crisis-201207271018.html>

trânsitos entre as penitenciárias paulistas mudaram as perspectivas de vida da menina que antes, mentia para mãe.

A prisão de Rosa era mais uma das muitas histórias alinhavadas pelo encarceramento transnacional e a migração. Nesse registro, sua carta como tantas outras, falava dos trâmites para a produção de relações que legitimassem sua permanência no Brasil – “quero fazer a união estável com ela, você me ajuda?”. Sua escrita enunciava processos de imigração “por amor” (Girona, 2007) e enredava duas periferias distintas. A carta de Rosa alinhavava os subúrbios de uma “Espanha” situada na pequena cidade de Calatayud – no meio do caminho entre Barcelona e Madri – ao distrito de Sapopemba, zona leste da cidade de São Paulo, onde morava toda a família de sua então companheira Lola. Era para este distrito que Rosa planejava ir após o ganho de sua liberdade. A filha de Raimunda tramava seus amores – por sua mãe e sua companheira(os) – num fluxo transnacional que conectava São Paulo e Calatayud desde as periferias, prisões e redes familiares das duas cidades nas quais estavam inscritos os trânsitos e as prisões de Rosa e Lola.

Justapostos a estes eram, ainda, as redes familiares de ambas: de Lola em Sapopemba e de Rosa em Calatayud. Redes rearticuladas pelos amores de suas filhas, sobrinhas, irmãs, mães. Era a esta justaposição que minha imaginação recorria enquanto eu lia a carta de Rosa. Não podia deixar de lembrar Raimunda e pensar que ela, ao olhar para a janela e ver a bucólica paisagem agrícola de Calatayud com suas plantações de peras, maçãs e oliveiras, questionava inconformada sobre a filha: “O que ela foi fazer naquele lugar horrórico? Naquele lugar pobre? Cheio de gente?!”. A mãe de Rosa impressionara-se quando, ao pesquisar na internet sobre São Paulo, soube que ali moravam mais de onze milhões de pessoas. O contraste com a população de Calatayud era chocante, afinal, neste povoado viviam cerca de vinte mil pessoas e a população decrescia a cada ano em função da crise econômica.

Por mais que não tivesse emprego ou dinheiro em Calatayud, para Raimunda era São Paulo o “lugar pobre” onde sua filha estava presa. Como argumenta Paula Togni (2014), as periferias são sempre significadas através das relações que os sujeitos tecem com os lugares e também pelo modo como as intersecções entre nacionalidade, gênero, raça,

classe são materializadas e manejadas em cada contexto. Para Raimunda, São Paulo era a prisão e suas aflições produziam imagens sobre Rosa perdida numa “multidão de gente pobre num lugar feio”. Ela falava comigo sobre um “Brasil”, sobre uma “São Paulo”, como se eu não fosse “de lá”. E de fato eu não era. Eu, antropóloga branca que viajava à Espanha e a visitava em sua casa, não era parte da São Paulo que Raimunda produzira através das informações por ela coletadas sobre a maior cidade de um país “pobre” da “América Latina”.

Cidade que, para Rosa, era cheia de trabalho e oportunidades. “Aqui só fica sem serviço quem quer. É impressionante! Sempre tem alguma coisa pra fazer”, falava a filha de Raimunda enquanto atravessava missangas em um fio de nylon para fazer colares que seriam vendidos em uma lojinha de bijuterias na Vila Prudente, outro bairro da zona leste de São Paulo bastante próximo do endereço da família de Lola. Para Rosa, sua mãe nunca iria entender as razões de ela “querer ficar no Brasil”. Era isso que ela me dizia quando, já em liberdade, dançava em um baile *funk* na Cidade Tiradentes e gritava para transpor o som alto: “não dá para minha mãe vir me visitar aqui. Imagina minha mãe aqui?! Ela nunca ia entender! Mas eu não quero outra coisa da minha vida, Natália. Eu me encontrei aqui... Eu amo isso aqui! Você sabe... Eu amo isso aqui!”.

Rosa amava Lola, o *funk* e as periferias da São Paulo que conhecera e por onde, após sua liberdade, aprendera a caminhar para trabalhar e se divertir. Os amores de Rosa, contudo, representavam rearranjos na vida de Raimunda e, também, na família e na vida de Lola.

O campo sobre o qual este capítulo se debruça parte dos trânsitos entre periferias e prisões, mas o enfoque dado aos dados etnográficos aqui analisa, principalmente, como estes trânsitos são produzidos e rearranjados pelo “amor”. Este é um capítulo sobre como os amores enredados nos fluxos entre prisões e periferias rearranjam a vida das personagens conectadas a duas redes familiares: a de Rosa em Calatayud e a de Lola em Sapopemba. O eixo central do capítulo é, portanto, não uma personagem, mas o modo como todas elas narram e vivem seus amores.

O relato etnográfico exposto acima é uma ilustração destes rearranjos. Se Rosa quer ficar no Brasil por amor à Lola, Raimunda organiza a narrativa de sua vida (Das, 1999) contando-me que deixou Barcelona em decorrência de uma relação conjugal violenta e que a prisão de sua filha só ocorreu por consequência de sua falta de cuidados como mãe. Falta esta que, em sua fala, recaía diretamente sobre o fato de ela ter vivido um “amor” e de ter se “casado novamente” com um homem mais novo e romeno. Por outro lado, em suas descrições, Rosa sequer lembrava o marido da mãe, apenas contava-me acerca de suas razões para vir ao Brasil, mas mais ainda, dos motivos que a faziam querer permanecer no país após a sua liberdade. Causas estas que “sua mãe jamais entenderia”.

Os modos como Rosa e Raimunda organizavam suas trajetórias em uma narrativa coerente, alinhavavam relações, frustrações e cuidados ao amor que diziam sentir uma pela outra e ao amor que sentiam por outras pessoas. Amor este emaranhado em atributos de raça, classe, sexualidade, geração e gênero tão fortemente visibilizados, tanto por meio das marcações do “homem romeno mais novo”, do “lugar pobre e cheio de gente” quanto através do *funk* que Rosa falava amar dançar na Cidade Tiradentes. Para Raimunda e Rosa, o amor era a força motriz que levou filha para cadeia e que fez com que esta não quisesse mais “voltar para casa” ou “para a casa da mãe”.

David Schneider (1980), em seu clássico estudo sobre parentesco feito a partir das histórias de famílias estadunidenses em meados do século passado, ilustrou a relação tecida entre amor e a produção de redes familiares no “sistema de parentesco” norte-americano. Schneider analisa que, neste, o amor instituído por lei, ou seja, aquele estabelecido através do casamento entre um homem e uma mulher, carrega o que é necessário para “fazer o amor” decorrente dos laços de sangue, a “substância material” que sustenta a “construção cultural” do parentesco. Em Schneider, portanto, amor e parentesco são ligados através do ato sexual entre esposas e maridos. Ato este, ainda segundo o autor, somente possível pelo estabelecimento de um vínculo artificial, mantido por lei e impulsionado pelo “amor erótico”: o matrimônio. A despeito das críticas amplamente feitas por autoras como Carsten (2004), Strathern (1992) e Piscitelli (2006) ao modo o como Schneider fundamenta suas análises no “sangue” como única substância produtora do parentesco e, conseqüentemente, na heterossexualidade compulsória sobre a qual recaem as

contundentes ponderações de Gayle Rubin (1993[1975] e 1984), para a discussão proposta nas análises desta tese, vale sublevar o fato de que, para Schneider, o amor tem a licença e é suposto que faça o mundo girar (Gell, 2011: 6).¹³²

Em Schneider o amor é, portanto, força motriz que arranja parentesco. Nas narrativas e trajetórias das personagens das histórias contadas a seguir, o amor é força motriz que rearranja redes familiares produzidas não só por meio do sangue, mas através de múltiplas relações emaranhadas entre afetos, sexos, mercados, reciprocidades. Nas trajetórias das personagens deste capítulo, ao amor é atribuído processos de ressignificação de prisões/liberdades. Sobre ele recaí o efeito de fazer girar os “mundões” das mães, filhas, tias, sobrinhas, maridos, irmãs, companheira/os e todos os possíveis sujeitos e agentes destas tramas alinhavadas por redes de afeto e mercados.

E é neste ponto que o “amor” de que falam as personagens que compõem este capítulo diverge do “amor” de que fala Schneider. Nas histórias trazidas aqui, os vínculos amorosos não são tecidos pela mediação de fluídos sexuais que fazem correr o sangue a produzir o parentesco. Antes são tramados, como adverte Carsten (2004), pelas muitas substâncias transformadoras das relações como são, nas redes tecidas pelas interlocutoras desta pesquisa, dinheiro, ajudas, comidas e religião.

Deste modo, o capítulo se debruça sobre descrições que são atribuídas ao “amor” por aquelas que entram/saem das prisões/periferias de São Paulo e Espanha. Os sons e escritas que o compõem decorrem do modo como as histórias tramadas nos pátios da prisão escorrem para a mesa posta na cozinha da casa da família de Lola, em Sapopemba, sobre a qual repousam computadores e celulares conectados com a Espanha por meio de aplicativos e redes sociais como *WhatsApp* e *Facebook*.

Por meio das descrições de narrativas e trajetórias de personagens que compõem duas redes familiares específicas, este capítulo fala das articulações dos sujeitos por meio do “amor”. Enquanto as redes familiares e afetivas de Rosa e Raimunda são tecidas através de trânsitos entre Calatayud, Barcelona e São Paulo, as tramas da família de Lola são balizadas pela história de migração de seus avós que edificaram a casa da família no distrito de Sapopemba desde onde hoje sua tia Mãe Bonita toca um terreiro de

¹³² “(...)in our own society love has license and is supposed to make the world turn round” (Gell, 2011, p. 6).

candomblé. As teias de relação de ambas as famílias são vivenciado através da prisão e também dos emaranhados entre mercados/trabalhos ilegais e lutas morais travadas por legitimidades/ilegitimidades e amores/desamores.

V.i. Pelos caminhos de Lola e Rosa

Em 2010, na Penitenciária Feminina da Capital, conheci Rosa e Manuela, ambas de Zaragoza. Duas espanholas acusadas de tentarem embarcar no Aeroporto Internacional de Guarulhos com pasta de cocaína na bagagem ou no corpo. Manuela logo saiu da PFC em liberdade e, tendo ficado presa durante os dois anos anteriores, conheceu uma penitenciária em que brasileiras ainda ocupavam significativamente celas, vagas de trabalho e de cursos na escola (ver capítulo I).

Durante o cumprimento de sua pena, Manuela então com vinte e cinco anos, conheceu a brasileira Lola que também cumpria pena na Feminina da Capital junto com sua mãe Lídia, ambas acusadas de coordenarem uma rede de comércio de drogas entre Brasil e Espanha. Assim como Manuela, Lola foi detida no aeroporto, mas no portão de desembarque, onde a polícia federal a aguardava após meses de investigação e rastreamento de suas chamadas telefônicas. Lídia, por sua vez, foi presa em casa, no bairro de Sapopemba, na cidade de São Paulo, junto de Bonita, sua irmã mais nova que respondia a acusação de cúmplice na ampla rede de comércio transnacional de drogas compartilhada por parte de sua família.

Após anos passados na Espanha, agora presa no Brasil, Lola conheceu Manuela por quem se apaixonou e com quem morou por pouco mais de um ano, ou até que sua companheira tivesse a progressão de pena para o regime aberto deferido e pudesse deixar a prisão. Ao sair, Manuela prometeu esperar Lola “do lado de fora” para que as duas pudessem voltar juntas à Espanha. A condenação de quatorze anos sentenciados à Lola, contudo, afligia as expectativas do casal. Manuela, sem contar a ninguém, depois de meses e já perto de ter o direito de receber sua liberdade condicional, voltou para Zaragoza e reatou com seu ex-marido com quem havia deixado sua filha durante os anos em que esteve detida no Brasil. Lola, ainda na Penitenciária Feminina da Capital, ao receber as notícias de Manuela brigou com presas e agentes de segurança e terminou indo para o castigo. Em

decorrência deste acontecimento, Lola perdeu sua vaga de emprego em uma das oficinas de trabalho da penitenciária. Vaga esta que assegurava a ela diminuição do tempo da prisão, já que, como explicitado anteriormente, a cada três dias trabalhados (ou três dias de frequência na escola) um dia é retirado da pena sentenciada.

O casamento de Lola tinha chegado ao fim com a liberdade e a fuga de Manuela para Espanha antes mesmo do término de seu cumprimento de pena em regime aberto. A vida de Lola dentro da prisão teria de ser rearranjada. Lola emagreceu e deprimiu-se ao pensar nos anos mais que ainda passaria presa enquanto escutava, por entre os corredores do pavilhão, que Manuela havia feito o certo. Que era mesmo melhor deixar para trás tudo o que remetia ao tempo de vida passado nas celas da prisão. Celas que Lola aprendera a chamar de “cafofo” e por onde havia “mocosado” os anos e anseios da vida no “mundão” com Manuela.

Com a passagem do tempo, Lola, que entrou na penitenciária magra e com os cabelos pretos, lisos e compridos, cortou os cabelos, passou a usar boné e engordou. Pedia para continuar a se chamar Lola, mas dizia que, agora, era uma “mulher masculina!”.

Sapatão eu não sou! Nunca fui homem! Essa coisa de ter nome de homem, não... assim, eu não sou homem! Sou mulher! Mas digo que sou assim, tipo uma mulher masculina!

O rearranjo da vida de Lola na prisão passou pela articulação de atributos de masculinidade bastante valorizados nas malhas das relações sexuais e, também, tensionados nas disputas de poder das penitenciárias femininas (ver capítulos I e IV). Lola imprimiu em seu corpo não só a carga deixada pelo amor por Manuela como também, os meios através dos quais ela reorganizou sua vida na prisão. Meios que acionavam atributos estéticos relacionados às masculinidades e que, portanto, a reposicionava frente às relações da prisão. Um ano depois da fuga de Manuela para Espanha, Lola caminhava de outro modo pelas escadas, pátios e corredores do mesmo pavilhão em que morou com a ex-esposa. O nome de Manuela, todavia, não deixava de ser presente em suas cartas enviadas a mim e em sussurros durante os nossos encontros entre os pavilhões e corredores da PFC. Lola, contudo, nunca mais falou o nome de Manuela em voz alta no convívio com suas parceiras de prisão.

Como fazem os interlocutores de Lila Abu-Lughod (1985) – beduínos que compartilham com a autora histórias e poemas sobre seus processos de divórcio, casamentos e relações amorosas –, por meio de seus sussurros e da forma como manejava tecnologias de gênero sobre seu corpo (Lauretis, 1987), Lola transitava por entre masculinidades/feminilidades. Produzia camadas em suas falas e práticas que negociavam com os audíveis (a alguns) e invisíveis (a todos os demais) de sua dor pelo término do relacionamento com Manuela. Como argumenta Abu-Lughod, entre os seus interlocutores os poemas compostos e cantados expressavam sentimentos de modo diferente daqueles expressos através da “linguagem ordinária”. Por meio dos poemas, outras camadas de afetos podiam ser expostas e, por esse mesmo motivo, o compartilhamento destes se fazia através de regulações de gênero e contextos sociais. Em suas palavras, a “poesia é o discurso da intimidade”, de modo que o seu compartilhamento produzia e respeitava clivagens das linhagens sociais marcadas por assimetrias de “poder, status e gênero” (Abu-Lughod, 1985: 252). Por outro lado, “o discurso ordinário é público, não íntimo e pessoal” (p. 253).¹³³

As cartas que Lola me enviava e nas quais seus sentimentos por Manuela eram escritos, assim como fazia ao sussurrar comigo e com algumas de suas companheiras de cela sobre as saudades que sentia da ex-esposa, falavam de uma camada discursiva em relação àquela que Lola explicitava por meio dos rearranjos impressos em seu corpo. Ambas produzidas por meio de contextos e atributos socialmente considerados femininos e masculinos.

Como Carolina Branco Ferreira (2012) ilustra em sua etnografia produzida através dos fluxos de frequentadores de grupos de autoajuda como *MADA* (Mulheres que Amam de Mais) e *DASA* (Dependentes de Amor e Sexo Anônimos), temas relacionados aos cuidados dos relacionamentos afetivo-amorosos estariam, recorrentemente, voltados às

¹³³ “Ordinary discourse is public, not intimate and personal” (Abu-Lughod, 1985, p. 253). Para a autora a relação entre poesia e discurso ordinário é produtora do “self” dos beduínos com quem ela faz campo. Seu argumento, ao articular a teoria de Goffman (2011) em a “representação do eu na vida cotidiana”, é de que por meio destas duas “formas de discurso” os beduínos não só se constituem como pessoas como produzem uma “cultura” na qual honra e perca são negociados através de âmbitos públicos e privados. Não pretendo retomar as análises da autora nesse sentido, o acionamento de Abu-Lughod decorre antes do modo como ela ilustra, em seu texto, os meios pelos quais visíveis/invisíveis, audíveis/inaudíveis são tensionados e postos em relação.

representações de feminilidade. A autora argumenta que as atribuições às mulheres do “tratamento de estados emocionais em geral” naturaliza “‘aptidões’ ligadas às feminilidades, tal como a competência emocional da mãe, do cuidado, do carinho e etc. Deste modo, certas prerrogativas aparecem ligadas às mulheres como mais hábeis e mais ‘sensíveis’ aos temas amorosos e afetivos” (Ferreira, 2012: 130). Em sua tese, Ferreira problematiza tais “prerrogativas” através de densas descrições das práticas dos grupos e narrativas sobre eles. A autora, contudo, não deixa de elucidar que as “irmandades”, quer dizer, os grupos de autoajuda, em suas “partilhas”, ou nas exposições e compartilhamentos do sofrimento, (re)produzem convenções (Wagner, 2010) – atribuições e (principalmente) adições – segundo diferenciações fundamentadas nos gêneros.¹³⁴

Por meio das regulações acerca de quem, com quem e como se pode desabafar sobre a perda de um amor, os estudos de Ferreira e Abu-Lughod ilustram que as regulações de compartilhamento de afetos, dores e sentimentos são, assim como a corporificação de atributos (Butler, 2008 e Preciado, 2008) atravessadas pelas tecnologias de gênero.¹³⁵ Os desabafos de Lola feitos em cartas e sussurros, assim como as mudanças que ela ia, paulatinamente, empreendendo sobre seu corpo, falavam de como o rearranjo de sua vida na prisão após a liberdade de Manuela era articulado não por meio de uma suposta “masculinização”, mas sim pelo manejo de atributos e práticas em seu corpo e suas narrativas.

Se, como argumenta Alfred Gell (2011), o amor se constitui no duplo processo de compartilhamento de informações entre os amantes e o eclipsamento destas entre os demais, Lola acionava de outros modos a lógica de fazer ver/ocultar informações. O rearranjo por ela articulado a partir do término de seu relacionamento com Manuela, explicitava sua superação ao mesmo tempo em que eclipsava o abandono sofrido. A dor do abandono, Lola compartilhava somente com poucas amigas e com sua mãe. Na rotina das relações sociais entre os pavilhões, ela expunha um corpo montado segundo os atributos de

¹³⁴ Para uma análise sobre a “feminização do amor” e a “superioridade das mulheres” para lidar com o problemáticas amorosas, sugiro, ainda, o trabalho de Francesca Cancian (1986) “The feminization of love”.

¹³⁵ Certamente o livro de Veena Das (2007), *Life and Words*, é uma das mais significativas análises acerca de como tecnologias de gênero regulam falas, silêncios, testemunhos. Os trabalhos de Abu-Lughod e Ferreira, entretanto, dialogavam mais claramente com o argumento específico desta parte da tese.

masculinidade alinhavados com o que era descrito como privilegiadamente desejável para a manutenção de trocas sexuais na prisão. As articulações que Lola fazia dos atributos de masculinidade a reinseria nas transações sexuais da penitenciária.

As pesquisas sobre mercados e transações sexuais (Piscitelli, 2011b; Zelizer, 2009; França, 2010) elucidam que articulações de atributos inscrevem sujeitos de modo diverso nos mercados sexuais. E é sobre esta articulação que recaíam as mudanças corporais que Lola imprimiu sobre seu corpo após o término de seu casamento com Manuela. Lola agenciou atributos de masculinidade aos quais na penitenciária feminina, como já explicitado nesta tese, são agregados sentidos como os de “tentação”/“ameaça”, e que fazem dos “sapatões” sujeitos privilegiados nos arranjos sexuais da prisão.¹³⁶ Mas mais do que isso, ao recusar ser reconhecida como “sapatão” e se atribuir a categorização de “mulher masculina”, Lola faz questão de elucidar que os seus rearranjos partem dos trânsitos entre atributos de gênero mais do que de sua fixidez.

Afinal, não só pelas masculinidades são articulados os mercados sexuais da penitenciária feminina. Se estes foram também agenciados por Lola, Rosa destacava-se frente às transações relacionais dentro/fora da prisão por meio das descrições de lugares que conhecia, das comidas que gostava e que recebia nos “jumbos” enviados desde Calatayud por sua mãe. Rosa produzia arranjos que a vinculavam ao consumo estético da Europa (Pelúcio, 2009). Por meio deste, ela tramava não seu retorno à casa da mãe em Zaragoza, mas a sua permanência no Brasil, mais precisamente, sua permanência nas periferias paulistanas e o consumo de outros lugares, outras estéticas, outras músicas.

De Calatayud às quebradas paulistanas: Os tráficos de Rosa

Em setembro de 2011 me despedia de Lola e Lúcia na Penitenciária Feminina da Capital. Iria embarcar para um período de cinco meses de pesquisa na Espanha. Anotava endereços de famílias catalãs, madrilêhas, valencianas. Carregava meu caderninho com

¹³⁶ Regina Fachinni (2008), em sua tese sobre trânsitos e trocas homossexuais entre mulheres da cidade de São Paulo, ilustra como na cena das “minas do rock” ser “*dyke* é cool”. *Dyke*, que em inglês tem uma carga pejorativa semelhante a que o termo sapatão pode ter em determinados contextos no Brasil, passa a ser relacionado a uma carga valorativa nas trocas e redes sexuais da cena do rock do centro da cidade. O trabalho de Fachinni é bastante emblemático no que tange ao modo o como corpos e atributos sexuais são postos em relação nas redes homossexuais de mulheres da metrópole.

nomes de ruas, números de telefones e indicações. Rosa era uma das que me passavam números e endereços, mas ela me falava também, sobre as lojas mais baratas, os bares mais badalados, os tatuadores conhecidos. Dizia-me dos lugares que gostava de frequentar em Barcelona, me dava dicas de viagem e desenhava mapas para garantir minha boa estadia na cidade em que havia vivido ao longo dos anos que precederam sua vinda e sua prisão no Brasil. Rosa me anfitriava em Barcelona desde o banco de cimento do refeitório no pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital.

Antes de eu ir, deu-me mais outra recomendação. Sussurrando, disse-me que estava tendo um caso com Lola e que ainda não sabia se elas estavam namorando, por isso, Rosa não havia contato a ninguém de sua família. Disse ainda que eu não poderia comentar sobre isso, nem durante meu encontro com Manuela que, após voltar para Espanha, fez amizade com Raimunda, mãe de Rosa. Sentada bem ao meu lado, Lola sorriu e, antes que eu saísse pelos portões da prisão naquele dia, pediu-me, falando baixo em meu ouvido, que procurasse por Manuela e tentasse conversar com ela. Ao final daquela visita, Lola ainda dizia amá-la e disposta a perdoá-la, mas queria saber se valia a pena. Queria saber se assumiria enfim, um relacionamento com Rosa.

Os sussurros e recomendações de Rosa e Lola geriam os segredos e informações das relações sobre a qual fala Gells (2011), mas também elucidavam a importância atribuída ao, com o desenvolvimento da relação, fazer ver o vínculo de modo a assumi-lo à família. Afinal, como Arendt (2005) ilustra, os vínculos de intimidade ganham estatuto de realidade quando a eles é agregado o reconhecimento público. As preocupações de Rosa e Lola estavam implicadas no fato de que levar ao conhecimento da família o relacionamento, significava atribuir a ele outro estatuto que não o de um “caso”, mas mais próximo ao de um “casamento”.

Já em Barcelona, tentei contatar Manuela pelo *facebook* e por telefone. Mas ela não respondia minhas chamadas ou minhas solicitações. Em silêncio, deixava claro que não queria mesmo saber de nada que havia permanecido no Brasil. Que ficassem lá os, agora inaudíveis, “cafofos”, romances e cartas trocadas com Lola. Afinal, Manuela também geria silêncios e informações à sua família na Espanha. Minha presença, ou o contato comigo, seria tensionada com os não ditos que permaneceriam frente a seu esposo e sua filha. Já

Raimunda, a mãe de Rosa, ansiava minha visita. Escrevia-me, chamava-me e dizia estar me esperando para um jantar especial que, por fim, foi marcado para uma noite chuvosa de outono.

Raimunda me esperava bem em frente à rodoviária de Calatayud, há quase quatrocentos quilômetros de distância de Barcelona. Encontrei-a segurando a neta mais nova com a mão esquerda e fumando um cigarro com a mão direita. Raimunda era uma mulher de longos cabelos louros, maquiada com batom bem vermelho, vestindo calças jeans justas e botas de saltos altos com as quais caminhou por todas as ruas e escadarias de paralelepípedos até sua casa. No caminho, mostrou-me a escola onde estudou Rosa e seus outros dois filhos. A igreja em que fizeram catecismo, crisma e o parque em que levava Rosa para brincar. A caminhada terminava num conjunto habitacional situado em uma rua sem saída onde, bem em frente, havia um terreno sem qualquer construção, com algumas macieiras e “muitos escorpiões”, dizia Raimunda.

Na casa de dois quartos moravam dez pessoas: Além de Raimunda, a avó, irmã e irmão mais velhos de Rosa com seus cônjuges e filhos (três crianças ao todo). Naquelas últimas semanas, um primo havia perdido o emprego em Barcelona, o que o obrigara a retornar para a pequena cidade de onde ele havia saído. Todos viviam com Raimunda, a única que estava, naquele momento, empregada no hospital local como enfermeira e fazendo bicos como cuidadora de idosos. Junto com o pagamento que a filha mais velha recebia pelo trabalho de final de semana em um restaurante de comida chinesa recém-aberto naquela cidade onde adegas da época medieval permaneciam em funcionamento, os ganhos de Raimunda mantinham a família na casa e Rosa na prisão.

Na sala de televisão, fotos de Rosa estavam dispostas em todos os móveis. Bem ao lado de cada uma delas, uma vela era mantida acesa. Em seu quarto, um pequeno altar com outras fotos e velas diante das quais Raimunda rezava pedindo para que Rosa voltasse a casa segura, saudável e, de preferência, o quanto antes. Na cozinha, o arroz fervia e, tendo chegado mais uma para jantar, Raimunda abria o pacote, pegava os grãos com as mãos e os jogava na panela. Era *paella* que ela fazia enquanto contava que se preocupava muito com a qualidade da comida no Brasil. “Lá vocês não tem variedade de comida. É só arroz, feijão e bife! Sempre que posso envio um presunto para Rosa, mas ela precisa comer frutas!”. Para

Raimunda, o Brasil era a prisão. Em meus pensamentos, lembrava-me das brasileiras presas em Brians: “no verão é gaspacho, no inverno carne de porco!”. Não havia mesmo variedade de comida naquelas prisões. Fazendo o jantar enquanto fumava, Raimunda perguntou:

E essa tal de Lola? Como ela é? Pergunto, porque Rosa se apaixona muito fácil! E eu não tenho problemas em ela querer ficar com mulher, mas se quiser, elas têm de vir para cá e se apresentarem para mim. Rosa pensa o quê? A sua família tem de vir primeiro!

Não havia nada que Raimunda não soubesse. As cartas (e as chamadas telefônicas) voavam bem mais rapidamente do que eu. Por meio de Raimunda, soube que Lola e Rosa estavam realmente juntas. Sua filha mais nova havia assumido o relacionamento mesmo a contragosto da família que aguardava o seu retorno junto com o seu antigo companheiro, Antônio, o qual seguia preso na Penitenciária de Itaipu em São Paulo: a penitenciária masculina para estrangeiros onde também estava Eduardo Deán, marido de Marta Téllez (ver capítulo III).

Antes de serem presos no Brasil, Rosa e Antônio moravam em um pequeno apartamento em Barcelona ocupado irregularmente e mantido com fiações de luz e encanamentos de água ilegais. O casal trabalhava em comércios da zona turística da cidade e vendia maconha e cocaína a alguns amigos que iam buscar a mercadoria na casa deles ou, melhor, que a usavam junto com eles. O comércio de maconha e cocaína feito por Rosa e Antônio atendia uma rede de clientes/amigos. Nesse registro, uso e venda da droga era significado por circunstâncias de encontros, festas e eventos. O modo como o casal articulava a venda e uso das drogas enredava mercados e afetos numa rede de amizades alinhavadas ao comércio das substâncias. Este enredamento é densamente demonstrado e analisado por Mauricio Fiore (2013) em sua etnografia sobre trajetórias do uso de substâncias psicoativas, produzida a partir de duas redes de afinidade do autor. Significativo notar que se o objetivo desta tese é analisar afetos imbricados, também, na rede do mercado de drogas por meio das experiências de prisão decorrentes desta, o objetivo da tese de Fiore era descrever conteúdos emocionais e de sociabilidade imbricados no uso das substâncias. Como Fiore e a descrição das práticas de comércio empreendidas

por Rosa e Antônio em Barcelona demonstram, comércio e consumo não são dois lados de um mesmo mercado, antes, são emaranhados de uma ampla rede de transações e afetos.¹³⁷

A oportunidade de viajarem ao Brasil surgiu quando Antônio e Rosa receberam de um dos seus fornecedores de cocaína a proposta para irem buscar a droga em São Paulo. Rosa e Antônio tinham vontade de conhecer o Brasil. Juntos, decidiram e aceitaram fazer o transporte da cocaína desde a “América do Sul” até a Espanha. Além de ganharem mais de quatro mil euros cada um, com a empreitada poderiam, ainda, passar duas semanas conhecendo praias como Guarujá, Ilha Bela e Paraty. Assim fizeram, porém, no dia do retorno foram flagrados pela polícia federal brasileira com mais de dez quilos da droga.

Enquanto a *paella* cozinhava nas panelas da casa de Calatayud, Raimunda contava-me que nunca se esqueceria do telefonema recebido por ela às quatro horas da manhã. Sua filha, chorando do outro lado da linha, soluçava ao tentar explicar o que havia passado. Rosa estava presa no Brasil e não voltaria a Barcelona no dia seguinte.

Na ocasião, Antônio assumiu a propriedade de toda a mercadoria e, durante o julgamento, disse que Rosa não tinha conhecimento do que ele levava na mala. Mas com isso, a juíza que julgava o processo apenas entendeu que ele era réu confesso e Rosa não. Fato que aumentou a pena da filha de Raimunda em dois anos em comparação à pena de Antônio. Ambos foram presos e, já na Penitenciária Feminina da Capital, Rosa tatuou o nome de Antônio na nuca tendo desenhado, logo abaixo, a frase “amor eterno”. Amor que foi com o tempo, arrefecido pelos casos vividos por Rosa antes de assumir seu relacionamento com Lola. Amor que atestava suas relações com uma Espanha para onde Rosa dizia não querer mais voltar. Amor de Lola, por sua vez, a tornava um bocadinho brasileira, a colocava no circuito de outros bairros, outras ruas, outras lojas, outras possibilidades de trabalho e familiaridade. Era esse amor que Rosa queria agora, por meio das cartas que enviava à mãe, fazer ver.

¹³⁷ Sobre o tema sugiro ver, também, Rui (2012).

Dos rearranjos de Rosa e Antônio, das saídas de Rosa e Lola, nos intermédios das prisões

Em 2011, Antônio saiu da Penitenciária de Itaipava para terminar de cumprir a pena em regime aberto. Tendo passado toda a pena em regime fechado na companhia de parceiros de cela espanhóis ou vindos de países como Bolívia, Colômbia e Peru, Antônio deixou a prisão sabendo falar, somente, algumas poucas palavras em português. Em mãos, carregava uma passagem rodoviária para a capital paga pelo governo de estado de São Paulo e o endereço do Centro de Atendimento ao Egresso e a Família: Rua Líbero Badaró, 600, Centro, São Paulo capital. Antônio nunca chegou a ir ao departamento da Secretaria de Administração Penitenciária desenvolvido ao atendimento social de egressos do sistema prisional.

A Rodoviária Barra Funda, o movimento do metrô, o vai e vem apressado das pessoas do centro da cidade o apavoraram. Em busca de um hotel barato e seguro, por indicação de uma atendente de um quiosque turístico da estação da Luz, Antônio foi para um *hostel* na Vila Mariana onde turistas com pouco dinheiro podiam se alojar em quartos coletivos. Foi em um destes quartos que Antônio permaneceu quieto em sua cama por mais de três dias. Seu silêncio chamou a atenção do dono da pousada que se disponibilizou a conversar com ele, ao que Antônio respondeu com um choro copioso.

Comovido com a história de seu hospede espanhol egresso do sistema penitenciário paulista, o dono do *hostel* o propôs um emprego e uma moradia. Encontrei Antônio em uma tarde fria nesta mesma pousada na Vila Mariana. Lá, ele trabalhava como gerente e morava em um pequeno quarto dos fundos. Junto de Antônio, estava também Pépe, outro espanhol recém-saído da Penitenciária de Itaipava que, com pouco mais de 70 anos, prestava serviços de manutenção e pintura ao *hostel* em que vivia Antônio.

O dono do estabelecimento, um jovem skatista que mantinha parte das paredes da pousada desenhadas com grafites de artistas paulistas, dizia não imaginar que admitir Antônio como funcionário o levaria a conhecer e contratar toda uma rede de espanhóis egressos do sistema prisional de São Paulo. Dizia não imaginar, mas também não se importar. Gostava de ouvir as histórias daqueles que lhe prestavam serviços e, muitas vezes, se hospedavam temporariamente em seu *hostel*. Naquele dia, sentados em uma das mesas do refeitório da pousada, Marta Téllez, Pépe, o skatista empreendedor e eu,

ouvíamos Antônio falar de sua liberdade enquanto dividíamos uma cerveja. Ele não queria falar de Rosa. Antônio queria casar com uma brasileira, uma turista carioca que conheceu trabalhando de trás daquele balcão. Queria legalizar sua permanência no país onde, a despeito da rede de serviços vinculada às instituições penitenciárias paulistas (como é parte o Centro de Atendimento ao Egresso e à Família), Antônio havia produzido sua própria rede de ajuda inserida não nos mercados ilegais, como o de drogas, mas antes no mercado dos serviços de turismo no qual ser espanhol carregava significações valorativas agregadas ao idioma castelhano e a sua própria nacionalidade “europeia”. Afinal, se Lola agenciava masculinidades que a reposicionavam nos arranjos do mercado sexual da penitenciária, Antônio articulava as intersecções entre geração, raça, nacionalidade e gênero para sua inserção em um mercado de trabalho regular ao qual ele não se inseria sozinho, mas levava seus companheiros de prisão numa trama de solidariedade formada entre espanhóis egressos do sistema prisional paulista. Por fim, Antônio, como Rosa, não queria voltar para Espanha¹³⁸.

Rosa ainda presa, também não lembrava mais de falar em Antônio a não ser para dizer que pensava em cobrir a tatuagem feita a partir do nome do antigo companheiro. No lugar, queria desenhar uma carpa. Nos braços, Rosa já trazia escrito o nome de Lola, mas dessa vez sem o amor eterno. Em 2012, teve deferido seu benefício para regime semiaberto, deste modo pôde passar os quatro dias de agosto referentes ao final de semana em que se comemora o dia dos pais na rua. Ao contrário de Antônio, Rosa teve quem a hospedasse.

Fui buscá-la em frente aos portões da prisão e ela foi para casa de Lola onde encontrou irmã, tia, primos e filho de sua atual companheira.¹³⁹ Assim como Antônio, Rosa queria se casar no Brasil e tentar legalizar sua permanência no país em que ficou presa por

¹³⁸ Tive apenas dois encontros com Antônio, ambos promovidos por Marta Téllez. Após nosso segundo encontro, Antônio mudou-se para o interior do estado de São Paulo para trabalhar como eletricista em uma empresa de construção. Emprego conseguido também por meio de seu trabalho no *hostel* da Vila Mariana. A trajetória de Antônio, assim como a de outros egressos dos sistemas prisionais paulista e catalão será objeto de análise da pesquisa a ser desenvolvida no processo de pós-doutorado. Esta objetiva apreciar trajetórias tramadas a partir de experiências intersectadas pela memória da prisão, pelas perspectivas do “mundão” e pelos fluxos migratórios internos e/ou transnacionais.

¹³⁹ O dia em que fui buscar Rosa nos Portões da prisão em que ela cumpria regime semiaberto está descrito no segundo capítulo da tese no subcapítulo *Nas trocas da estrada: notas sobre a antropólog(i)a na caminhada*.

mais de três anos. Mas a caminhada de Rosa, se a princípio menos assustadora que a de Antônio, foi sendo estancada pelos procedimentos de justiça do estado.

Ao serem presos, Rosa e Antônio passaram a responder, além do processo penal por “tráfico internacional de drogas”, pelo processo administrativo de expulsão movido pelo Ministério da Justiça (ver capítulo III). Quando encontrei Antônio, sua expulsão já havia sido decretada, mas isso não o impedia de terminar o cumprimento de sua sentença na rua, fora da prisão, trabalhando no *hostel* da Vila Mariana. Enquanto isso, ele agenciava caminhos, documentos, casamentos com a intenção de permanecer no Brasil. Por sua vez, Rosa soube da publicação de sua expulsão desde uma das celas do Centro de Ressocialização de Itapetininga para onde havia sido transferida, desde a Penitenciária Feminina da Capital, para terminar de cumprir sua pena em regime semiaberto. A saída temporária a que teve direito em agosto de 2012 seria a última. A juíza responsável pela comarca onde Rosa estava presa entendeu que, por já ter sua expulsão decretada, a espanhola, filha de Raimunda e companheira de Lola, estaria irregular em território brasileiro. Estaria “ilegal” fora da prisão, portanto.

Sem o reconhecimento jurídico do relacionamento com Lola, a expulsão de Rosa foi decretada em novembro de 2012. Neste período, o pedido para firmar a declaração de união estável entre ambas ainda tramitava no Fórum da Barra Funda em São Paulo. Declaração que, como já explicitado na segunda parte desta tese, nada poderia mudar na situação de Rosa. Ela ouvia dizer, contudo, que suas amigas estrangeiras conhecidas por entre os corredores da Penitenciária Feminina da Capital, saíam da prisão e, com o tempo, adquiriam documentos impressos com novos nomes, novas nacionalidades e sem antecedentes criminais. Era o que ela pretendia fazer no futuro, mas por ora, poderia apenas avisar a Lola sobre sua expulsão e a decorrente interdição às saídas temporárias durante o seu semiaberto.

A notícia da expulsão de Rosa chegou a Lola por carta. Uma carta escrita desde o Centro de Ressocialização de Itapetininga a mais de duzentos quilômetros de distância da capital paulista. Ao receber a notícia, Lola mais uma vez quebrou objetos de sua cela e desistiu de trabalhar. Se liberdade e fuga de Manuela haviam, no passado, levado Lola à cela de castigo da Penitenciária Feminina da Capital, agora era aprisionamento e expulsão

de Rosa que a aprofundavam ao edifício prisional da Penitenciária Feminina de Santana, para onde Lola e Lúdia tinham sido transferidas em março de 2012.

As ocorrências de mau comportamento registradas no prontuário de Lola fizeram com que o juiz da vara de execuções criminais da comarca a que seu processo estava atrelado pedisse, além dos costumeiros registros de trabalho e avaliações escritas pelas assistentes sociais, laudos criminológicos aplicados pelo psicólogo da unidade penitenciária. Os encontros com o psicólogo aterrorizavam Lola. Em nossas conversas, ela contava que tremia e gaguejava em frente ao profissional que a examinava. Segundo ela, seu nervosismo a impedia de “passar no exame criminológico” do qual, por sua vez, Lola dependia para conseguir progredir do regime fechado para o semiaberto. Por duas vezes o resultado do laudo criminológico de Lola foi negativo.

Desde a Penitenciária Feminina de Santana, Lola viu sua mãe ser transferida para a Penitenciária Feminina de Butantã. Lúdia, que cumpria uma sentença quatro anos maior que a da filha, teve sua progressão de pena para o regime semiaberto deferido antes mesmo que Lola conseguisse passar no exame criminológico. Enquanto Lúdia era transferida, Lola e Rosa mantinham-se presas em unidades penitenciárias diferentes. Ambas impedidas de saírem para o “mundão”, interditadas de circularem e de, assim, tramarem documentos com o objetivo de fixarem-se, em liberdade, no Brasil.

De minha parte, eu seguia seus fluxos, ou melhor, suas transferências que de outro modo, me diziam ser circulações forjadas pelos processos de fixação de suas situações: presas e pobres. Estrangeira e brasileira em uma relação homossexual que pouco tempo ou possibilidade havia para ser documentada em um casamento que autorizasse a circulação de Rosa para fora da prisão, por entre o “mundão” de Lola situado no distrito de Sapopemba, no Jardim São Roberto, Zona Leste de São Paulo.

Inconformada com a situação da filha, Raimunda entrou em contato com o consulado espanhol em São Paulo e por meio de um dos funcionários do consulado, conseguiu indicação de um advogado particular para representar Rosa no que ela precisasse. De imediato, a filha de Raimunda queria ser transferida desde o Centro de Ressocialização de Itapetininga para a Penitenciária Feminina do Butantã. Rosa sabia que

as estrangeiras que cumpriam pena em regime semiaberto em Butantã estavam tendo suas saídas temporárias deferidas. E, portanto, queria ser transferida para a cidade de São Paulo com vistas a terminar de cumprir sua pena onde pudesse ter seus direitos de “saidinha” e progressão para o regime aberto garantidos. Com a ajuda da família de Lola, Raimunda contratou o advogado o qual, por sua vez, conversava recorrentemente com Bonita, tia de Lola que cumpria pena em liberdade condicional em sua casa em Sapopemba.

Após um ano da primeira e única “saidinha” a que Rosa teve direito e de muitos Euros terem sido encaminhados por Raimunda à tia de Lola por meio de *Wester Unions*¹⁴⁰ para que ela pudesse pagar o advogado, Rosa conseguiu sua transferência para Butantã de onde não saiu para uma saída temporária, mas sim, para o regime aberto. Seu processo de transferência durou todo o período da pena em regime semiaberto. Em novembro de 2013, Rosa saiu da Penitenciária Feminina do Butantã sem dia certo para voltar. Em novembro de 2013, Rosa ganhava o “mundão” e tecia seus fluxos migratórios por amor(es) transnacionais enredados por meio da instituição prisional. Amor(es) de fluxos tramados pelas rotas do mercado internacional de drogas. Amor(es) fixado na condição ilegal a que foram estancados. Amor(es) levado pelas cartas que comunicavam um enlace sem documento. Amor(es) que, todavia, alinhavava e redirecionava perspectivas da vida de Rosa entre “dentros/foras”. Afinal, “os muros da prisão não a impedia de fazer o que seu coração mandasse”.

De Zaragoza à Cidade Tiradentes: seguindo as saídas de Rosa.

Era uma sexta feira quente de novembro de 2013. Às nove horas da manhã meu telefone celular começou a tocar. No visor aparecia “0034” antes da lista de números que indicavam que Raimunda me telefonava desde sua casa em Calatayud. Atendi a chamada. Do outro lado da linha, a voz de Raimunda embargava na tentativa de me contar que a

¹⁴⁰ *Wester Union* é uma instituição financeira que atua no serviço de transferência contábil em parceria com bancos locais como o Banco do Brasil. Para enviar remessas de dinheiro por meio do *Wester Union* não é necessário ter conta bancária, apenas ser residente no país de origem ou de destino do dinheiro e ser portador de um documento de residência válido. Pelo fato de não depender de aberturas de contas bancárias o *Wester Union* era bastante utilizado pelas interlocutoras dessa pesquisa – estrangeiras no Brasil e brasileiras na Espanha – para envio e recebimento de dinheiro. As duas operações, contudo, dependiam de pessoas que tivessem documentos de residência válidos. Uma amiga espanhola em Barcelona ou uma amiga brasileira em São Paulo, por exemplo. <http://www.bancowesternunion.com.br/Servicos/TransferenciaInternacional>

progressão para o regime aberto de Rosa havia sido deferida e que sua filha poderia sair da prisão naquele mesmo dia. Raimunda contava com o fato de que em breve a caçula estaria em sua casa junto com seus irmãos. “Ela vai fazer igual Manuela Natália, ela não precisa esperar sua *condena*¹⁴¹ terminar. Fala para ela voltar logo para a casa que a sua avó está a esperando para poder morrer em paz!”.

Junto das recorrentes súplicas de Raimunda para que algum “juízo fosse colocado na cabeça de sua filha”, ela pedia que eu fosse buscar Rosa na porta da prisão, “com você lá ela não vai se sentir tão sozinha”. Assim o fiz. Fui para frente dos portões da Penitenciária Feminina do Butantã para me encontrar com Rosa e, quem sabe, levá-la até a casa da família de Lola em Sapopemba. Mas ao chegar ao quilômetro 19,5 da Rodovia Raposo Tavares percebi que Rosa não estava sozinha como imaginava Raimunda.

O processo de transferência de Rosa desde o Centro de Progressão Penitenciária de Itapetininga para a Penitenciária Feminina do Butantã implicou em tempo de permanência e circulação por entre diferentes corredores e celas das duas unidades prisionais. Em meio a estes trânsitos, Rosa conheceu um grupo de meninas brasileiras da Cidade Tiradentes que, como ela, tinham entre vinte e vinte e cinco anos e estavam presas por envolvimento com o mercado de drogas. No dia em que Rosa teve seu regime aberto deferido, dia em que ela poderia sair definitivamente da prisão, parte dessa nova rede de amigas já estava livre e a aguardava, junto com seus irmãos e namorados, do lado de fora dos portões.

Nesse dia, Rosa não foi à Sapopemba e não deu detalhes sobre sua saída a ninguém da família de Lola. Rosa foi mesmo ao baile *funk* na Cidade Tiradentes para comemorar com suas amigas. Dias depois, Rosa me telefonou. Precisava de ajuda para ir buscar parte de suas coisas que haviam ficado na casa de Lola quando ela teve sua primeira (e única) saída temporária ainda em 2012. Fazia mais de um ano que Rosa não via ninguém da família de Lola que era, agora, sua ex-esposa.

Estou apaixonada! A gente fica na cadeia, coisa e tal, mas a hora que sai e vê um homem de verdade... ah, não quero outra coisa da minha vida! Ele leva café da manhã na cama para mim. Carinhoso,

¹⁴¹ *Condena* refere-se ao tempo da pena, da condenação.

gostoso! Vou morar com ele. Vamos nos casar. A gente já acertou tudo! Quem sabe até consigo ficar aqui no Brasil...

Dias depois de sua liberdade, Rosa decidiu morar na Cidade Tiradentes com Vítor, seu novo marido. Ele era um dos irmãos de uma das amigas que Rosa conhecera na prisão e que a esperavam em frente aos portões da unidade de Butantã. Vítor tinha um bar na Cidade Tiradentes e também trabalhava com instalação de internet no bairro. Junto de Vítor, Rosa já havia, inclusive, ido à polícia federal atualizar seu endereço. Ela agora vivia em Cidade Tiradentes junto de seu “homem de verdade”, não mais em Sapopemba junto da família de uma “mulher masculina”. Deste modo, Rosa rearranjava sua vida fora da prisão por meio de vínculos de amizade e amor tecidos dentro dela. Vínculos para os quais os atributos de masculinidade, impressos no corpo por Lola, se faziam interessantes quando articulados segundo a coerência sexo-gênero-desejo (Butler, 2010b). Fora da prisão, no baile *funk* da Cidade Tiradentes para onde Rosa ia sempre vestindo sainha e saltos altos, a rede de relações se produzia de modo a valorizar “mulheres” e “homens de verdade”. Mais uma vez, Lola teria de rearranjar-se nas malhas relacionais dentro/fora da penitenciária feminina. Acabava assim o casamento de Rosa e Lola.

V.ii. “Você sabe o que significa?”: partidos, torturas, santos e amores de Mãe Bonita e irmã Lídia.

Você sabe o que significa morar na Cidade Tiradentes? Você consegue perceber o que significa mostrar a carteirinha da condicional em uma abordagem policial e ainda dizer que vive na Cidade Tiradentes? Você entende o significado de levar comprovante de endereço da Cidade Tiradentes na Polícia Federal? – É tão ruim assim, Mãe? – Não quero dizer nada, você faz o que quiser da tua vida. O que você e a minha sobrinha têm ou tiveram não tem nada a ver comigo. As portas da minha casa estão abertas para você, mas se você fez essa escolha de morar na Cidade Tiradentes, casada com um cara que tem um bar na Cidade Tiradentes... *Você sabe o que isso significa?* – Ele é trabalhador, Mãe! Tem dois empregos, acabou de comprar o bar. Tem filho pra pagar pensão... Tô dizendo Mãe, ele é trabalhador! – Ele pode até ser trabalhador, mas para ter um bar na Cidade Tiradentes tem que ter conhecimento... Mas o que quero te dizer é que a hora que você se apresenta na polícia assim, toda *espanholita*, recém saída da prisão por traficar droga e diz que está casada com um dono de bar

da Cidade Tiradentes... *Você tem que saber o que isso significa* (trecho de conversa entre Rosa e Mãe Bonita).

Assim conheci Mãe Bonita. Já a conhecia de ouvir falar e conversar pelo telefone, mas não atinava o nome àquela pessoa que estava ali, bem a minha frente. Eu, sentada diante da ponta da mesa retangular embrulhada com uma toalha plástica manchada de café, assistia a conversa entre Mãe Bonita e Rosa. Mesa comprida. Mesa de família grande, sempre meio posta.

Atrás de mim, no terraço da laje, iniciava-se o *zumzumzum* de meninas que atravessavam os cômodos da casa para pegar – na mesma cozinha onde eu escutava o “choque de realidade” que Mãe Bonita dava em Rosa –, quiabo, fubá, azeite, cebola e pedaços de carne crua. Era dia de cantar para Xangô e se não quiséssemos participar, Rosa e eu teríamos de ir embora. Rosa apressava-se a despeito de todos os artifícios de Mãe Bonita para que permanecêssemos. Situação limite para Rosa. Aquela casa, no Jardim São Roberto, bairro do distrito de Sapopemba na zona leste de São Paulo, representava os laços com Lola, laços estes que ela, naquele momento, queria deixar na prisão.

Rosa havia guardado naquela casa tudo o que tinha e que gostaria de manter: calças, blusas, perfumes, cartas, documentos, agendas... Mas como ela sumira nos primeiros dias de sua liberdade, primas e irmã de Lola fizeram com que suas coisas também sumissem. Doaram ou queimaram todos os pertences de Rosa que, enfim, não tinha mais nenhuma peça de roupa. A única coisa que sobrara foi uma bandeirola do time de futebol de Barcelona que Raimunda havia mandado para a filha enquanto ela ainda cumpria pena na Penitenciária Feminina da Capital. Enquanto conversávamos, uma das netas de Mãe Bonita brincava com a bandeirola correndo e cantando pela casa. Constrangida com o que tinha acontecido, Mãe Bonita a oferecia ajuda para comprar coisas novas. Sentia-se responsável pela menina “espanholita” que após passar três anos presa entre três Penitenciárias Femininas de São Paulo, só queria ir para casa e encontrar “seu homem” na Cidade Tiradentes, distrito situado no extremo leste da cidade de São Paulo onde se concentra o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina.¹⁴² Mãe Bonita

¹⁴² O título do texto de apresentação do bairro da Cidade Tiradentes no site da prefeitura de São Paulo é: “Cidade Tiradentes: O bairro que mais parece uma cidade”. De fato, a primeira vez que Rosa foi à Cidade Tiradentes ela perguntava às amigas se ainda estavam em São Paulo. Só o distrito de Cidade Tiradentes tem

sabia o que isso significava e por isso arrumava um prato de comida para Rosa levar ao seu novo marido enquanto insistia que ela o trouxesse à sua casa para poder conhecê-lo.

Foi assim, seguindo as rotas traçadas pelos relacionamentos de Rosa que conheci Mãe Bonita, a tia de Lola que também passou três anos presa acusada por ser colaboradora nos crimes pelos quais sua sobrinha e sua irmã ainda respondiam penas. Mãe Bonita saiu da prisão em 2009, mas eu, que já fazia trabalho de campo na Penitenciária Feminina da Capital antes mesmo daquele ano, não a encontrara dentre os corredores da unidade. Ao longo de todo o cumprimento de sua pena em regime fechado, Bonita foi sistematicamente transferida de pavilhão e unidade prisional. “O principal instrumento de tortura do Estado hoje em dia é o bonde”, disse ela em uma longa tarde chuvosa em que passamos conversando na laje da casa onde Mãe Bonita e toda sua família segue vivendo por mais de quarenta anos. Nas paredes da casa, o reboco descascado atestava sobre as muitas camadas de tintas sobrepostas. Sinais de reformas de uma casa de família que já foi dividida, refeita, desfeita, reconstruída.

“Bonde” é o nome dado ao meio de transporte que transfere pessoas presas de uma unidade prisional para outra. Mas é também o nome do próprio processo de transferência. Funcionários do sistema penitenciário, por exemplo, falam que “levaram bonde” de um cargo ao outro, de uma prisão à outra. No que tange à materialidade da transferência dos presos, o “bonde” ganha ares de tortura pelo modo como o carro é conduzido pelos motoristas, policiais militares ou agentes do sistema prisional: geralmente muito rápido e sem freio em lombadas, buracos ou curvas e, também, pelo fato de as viagens serem feitas em um veículo fechado, sem janelas, no qual os passageiros vão, geralmente, algemados. Mas a tortura de que falava Mãe Bonita fazia referência, principalmente, ao processo de desocupação imbricado na prática do “bonde”, na prática das transferências recorrentes.

dez vezes mais a população de Calatayud onde Raimunda esperava o retorno de sua filha. Segundo a subprefeitura do distrito há, atualmente, mais de 200.000 pessoas vivendo na Cidade Tiradentes. Para acesso a mais informações ver: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_tiradentes/historico/index.php?p=94
Também sugiro: Santos, 2011; D’andrea, 2013.

Ser transferida de uma unidade prisional a outra implica em iniciar uma nova rede de relações com companheiras de cela, de pavilhão, e também, com advogados, assistentes sociais e funcionários da prisão. Implica ainda, em deixar um cargo de trabalho em uma penitenciária para voltar à fila de demandantes a vagas de trabalho em outra. Para a família, significa uma reorganização da rotina das visitas ao parente preso, pois os gastos com dinheiro e tempo devem ser recalculados de acordo com a distância de cada penitenciária desde o domicílio (Biondi, 2009; Godoi, 2010 e 2015). Nesse sentido, a casa de Mãe Bonita contrastava com suas narrativas sobre o período em que ela passou presa: período de circulação forçada, de bondes e transferências. A casa estava ali há mais de quarenta anos. Ocupava um território, um lugar específico de onde Bonita saiu para ir à prisão num processo de cumprimento da pena em constante trânsito.

Da casa do Jardim São Roberto: histórias de família de Mãe Bonita e Irmã Lídia

Pai e mãe deixaram o interior do estado do Paraná e chegaram a capital paulista trazendo suas filhas, Lídia com doze e Bonita com cinco anos de idade, em 1970. O pai – que trabalhava como marceneiro e jagunço nas fazendas de café da região norte de estado, fronteira com São Paulo – havia sido chamado para trabalhar como “investigador” da polícia militar em meio aos anos mais duros da ditadura. Em troca, recebeu um lote de terra numa rua sem saída do Jardim São Roberto¹⁴³, salário e “carteirinha” militar.

¹⁴³ O Jardim São Roberto é um dos bairros do distrito de Sapopemba, Zona Leste da cidade de São Paulo. O bairro faz fronteira com o Jardim Elba, também em Sapopemba. A história do Jardim São Roberto é atravessada pela história do Conjunto Habitacional Marechal Mascarenhas de Moraes, inaugurado em 1968 pela Companhia Metropolitana de Habitação. O Mascarenhas foi um dos primeiros conjuntos de casas populares da prefeitura de São Paulo. Sua construção foi acompanhada pela edificação de um conjunto de prédios também erguidos pela Companhia Metropolitana de Habitação da prefeitura. A população que inicialmente ocupou o bairro foi escolhida pela Companhia. Uma parte das casas foi reservada para os funcionários públicos da prefeitura municipal e outra parte foi destinada às famílias de polícias civis e militares. Uma terceira parte foi designada às famílias que haviam sido removidas de outras áreas, como a favela do Vergueiro, para a construção do Metrô de SP. Esta história é pouco contada por moradores de Sapopemba, interlocutores e amigos meus. Estes, por outro lado, falam recorrentemente de lugares em que predominavam, há tempos atrás, moradias de policiais. A importância de trazer esta história aqui, veio em decorrência das narrativas de Lídia e Mãe Bonita. Significativo apontar que esta rede familiar transita de modo intenso entre Jardim São Roberto, Jardim Elba (onde Lídia e sua filha mais nova foram morar) e Santo André (onde trabalham e fazem compras). Sobre a história de Sapopemba recomendo fortemente ver Feltran, 2011. Sobre a breve história de Mascarenhas ver Blog e depoimentos coletados pelo professor Moisés Basílio, morador do Conjunto Habitacional Marechal Mascarenhas de Moraes.
<http://mascarenhasmoraes40.blogspot.com.br/search?updated-min=2008-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2009-01-01T00:00:00-02:00&max->

A história é contada e recontada por Lúdia e Bonita: “Todas as noites vinha um carro preto buscar ele em casa e só o trazia de volta na manhã seguinte!”. Na família, todos sabem que o “investigador” impresso na carteirinha de trabalho do pai (do avô) queria dizer “torturador”.

O silêncio das noites em que o pai passava fora de casa enquanto a mãe orava nos galpões da Congregação Cristã do bairro foi, em meados da década de 1980, rompido pela saída de Lúdia da casa dos pais. A filha mais velha foi morar no centro da cidade levando com ela suas duas filhas, Lola e Cristina. Nessa mesma época, Bonita começava a se envolver com o Partido dos Trabalhadores. Envolvimento que primeiro a colocou em contato com a Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação, mas que depois a levou aos movimentos negros da região do Capão Redondo onde Bonita conheceu a mãe de santo que a preparou para, em 1987, abrir o seu terreiro de candomblé situado na mesma casa de onde o pai partia para suas soturnas investigações. Pai que, desgostoso dos encaminhamentos dados pelas filhas às suas vidas, em 1985 mudou-se para o interior de São Paulo sem, com isso, deixar de cobrar aluguel de Bonita que permaneceu vivendo com seu marido, Ukolo, na casa onde ela e Lúdia haviam crescido: a casa do Jardim São Roberto. Ukolo também era pai de santo e, com ele, Bonita teve seis filhos, todos nascidos entre 1984 e 1995.

Enquanto Bonita articulava trajetórias e reconstruía a casa por meio da religião, Lúdia havia se tornado gerente de uma das agências do Unibanco no bairro de Santa Cecília, região central da cidade de São Paulo. Por meio do cargo de gerência, Lúdia montou uma rede de aberturas irregulares de contas correntes para importantes comerciantes de cocaína que precisavam de meios para legalizar os ganhos recebidos no mercado de drogas. Lúdia abria “contas fantasmas” e “esquentava documentos” de pessoas mortas. Ela criava papéis e lastros que as reavivavam e as tornavam detentores de significativas quantias depositadas na agência do banco em que trabalhava. Os favores bancários prestados a rendia entradas em festas, viagens para lugares como Cancun, Las Vegas e Madri. Lola e Cristina passaram a morar nas idas e vindas entre a casa de Sapopemba, junto da família de Bonita, e no

[results=5http://www.museudaimigracao.org.br/cosmopaulistanos/eng/bairro/sapopemba/conjunto-habitacional-marechal-mascarenhas-de-morais](http://www.museudaimigracao.org.br/cosmopaulistanos/eng/bairro/sapopemba/conjunto-habitacional-marechal-mascarenhas-de-morais)

interior, perto do avô e da avó que as “mimavam” como podiam. Lola e Cristina ainda gostam de recordar das tardes passadas com o avô em meio à pequena horta da chácara e as idas à sorveteria da cidade.

A despeito dos seis filhos de Bonita, a irmã mais nova não se furta em dizer que Lola tornou-se a neta favorita dos avós, “amor, amor mesmo, meu pai só teve pela Lola. Ele tratava ela igual uma princesa. Nem ligava que ela gostava de brigar na rua que nem moleque. Quem é que entendia aquele homem?”. Enquanto as filhas de Lúdia eram mantidas pelo dinheiro da mãe e os mimos dos avós, Bonita e Ukolo tentavam sobreviver com os ganhos de uma pequena marcenaria montada junto do terreiro para complementarem a renda, pagarem o aluguel da casa cobrado pelo pai e, claro, para conseguirem manter os filhos que não paravam de chegar.

Imagina? Dois juvenzinhos *hippies*, cheio de ideias na cabeça? Menina, a gente não se precavia e não tinha condição de nada. Eu não parava de engravidar. Era um filho atrás do outro. Quando engravidei da Nanã, minha quinta filha, eu recusei a religião por desespero. Tentei abortar de todo jeito que conhecia. Tomei um monte de remédio, chá, cada coisa... Mas não adiantava, a bichinha ficava ali grudada em mim. Um dia, depois de tomar remédio, passei muito mal e corri pro hospital. A médica que me atendeu falou uma coisa que eu nunca vou esquecer. Ela disse ‘mãe, sua filha tá bem. Não aconteceu nada com ela, mesmo depois de tudo o que você fez. Pode ter certeza mãe, é uma menina, porque só mulher pra ter tanta vontade de viver’. E num é? Médica danada! Nasceu Nanã. E ela hoje tá aí. Olha só, de cabeça raspada.¹⁴⁴ Linda, saudável! Os orixás não deixaram eu matar minha filha. Depois disso, engravidei mais uma vez e já fiz laqueadura. Seis filhos é muita coisa...

Nanã foi a filha que passou a assumir atribuições de sucessão à Mãe Bonita no terreiro do Jardim São Roberto e, enquanto a mãe me contava de modo embaralhado sobre a história de sua família, Angélica, sua filha mais velha, fazia apontamentos e correções temporais baseadas no ano de nascimento de cada um dos filhos de Bonita e Ukolo. Nanã e Angélica ocupavam importantes posições na organização da casa: enquanto uma acompanhava os pais nos afazeres e manutenção do terreiro, era a mais velha que administrava as finanças e o cotidiano da casa. Angélica cozinhava, limpava e

¹⁴⁴ Ter a cabeça raspada no candomblé é o sinal de ter se tornado mãe de santo.

responsabilizava-se pelos cuidados com irmãos e netos mais novos. Era ela também quem visitava a mãe na prisão. Interrompida pelas inúmeras correções feitas por Angélica que auxiliava a contação da história sobre sua família, Mãe Bonita continuou.

Com seis filhos, Bonita e Ukolo passavam por dificuldades para manterem a casa, o terreiro e os filhos. Em um dos meses mais duros, Bonita pediu dinheiro emprestado à Lídia afirmando estar em sérias dificuldades para manter o terreiro e as contas. A irmã propôs então que Bonita abrisse uma conta no banco, emitisse talões de cheques e comprasse tudo o que pudesse com eles para depois sustar os cheques alegando roubo dos talões. Bonita e Ukolo seguiram as coordenadas de Lídia e, por fim, o fizeram mais de uma vez.

Foi tudo tão fácil que a gente quis fazer aquilo todo final de semana, mas não dava para fazer sempre com os mesmos talões de cheque, então passamos a usar cheques e documentos furtados que nos eram repassados. A gente comprava televisão, geladeira, máquina de lavar e depois vendia tudo. Só que tinha de dividir o que ganhava com quem nos fornecia os talões e os documentos.

O casal passou a manter a casa assim. Ela com as atividades do terreiro e ele com a dos talões de cheques roubados. Foi neste mesmo período em que a vizinha de frente da casa de Sapopemba começou a frequentar o terreiro de Mãe Bonita e a ajudar Ukolo com as operações que tinham passado a envolver, além dos cheques, cartões de créditos, crediários de lojas de departamentos...

Aos poucos a vizinha Déia tornou-se “parte da família”, a melhor amiga de Mãe Bonita e de Ukolo. A relação do casal logo abriu espaço para que Déia também passasse a ser casada com o eles. Por anos, Bonita, Déia e Ukolo compartilharam um casamento a três. Déia ajudou a criar os seis filhos que Mãe Bonita e Ukolo tiveram. E juntos, em meados da década de 1990, resolveram se mudar para Recife, para onde Bonita queria ir para seguir seus ensinamentos de candomblecista com uma mãe de santo pernambucana. Em Recife, abriram um restaurante, sem com isso, deixarem de trabalhar com talões de cheques e cartões de crédito. Por meio do que recebiam com ambos os trabalhos, mantinham a casa do Jardim São Roberto e a “mansão” alugada na capital pernambucana.

Sentados na mesma mesa em que conheci Mãe Bonita “dando o choque de realidade” em Rosa, em uma tarde de domingo Déia, Bonita e Ukolo me mostravam as fotos da casa em que viveram em Recife. “Casa com piscina, sauna, cada um tinha um quarto. A gente vivia muito bem. Toda noite tinha festa com buffet contratado! Ficamos conhecidos na cidade...”. Eu ouvia a história a muitas vozes enquanto via fotos de banquetes em volta da piscina na qual “as crianças” pulavam. Em Pernambuco, Mãe Bonita adotou ainda mais uma menina que passou a integrar a história da família contada e ordenada a partir das datas de nascimento de cada um dos filhos, dias que só Angélica podia afirmar com certeza.

Ao redor da mesa em que fotos, cervejas e lembranças eram espalhadas, estava sentado, bem ao lado de Déia, seu atual marido e, dormindo no sofá da sala da casa do Jardim São Roberto, o atual namorado de Mãe Bonita. Após o término do casamento dos três, o único que permaneceu solteiro foi Ukolo, “eu já tive minha cota de relação!”, dizia o Pai de santo. Em outro momento, quando estávamos sozinhas, Bonita dizia que com o tempo, se cansou daquele relacionamento. Que não se sentia mais parte de nada e que estava tão envolvida com “o caminho do autoconhecimento” tecido por meio do Candomblé que decidiu se afastar. Ainda em Recife, pediu para se separar de Ukolo e Déia os quais, por sua vez, acharam que o casamento não fazia sentido sem Mãe Bonita e optaram por romperem, em comum acordo, o matrimônio, mas não a família.

Em 1999, Bonita voltou para São Paulo na companhia, apenas, de Angélica. Mãe e filha mais velha retornavam para a casa do Jardim São Roberto, para o antigo terreiro o qual passara a ser sua mais importante fonte de renda naquele momento. Lídia, por sua vez, já não trabalhava mais no banco. As viagens e as festas haviam-na colocado em uma rede comercial ainda mais lucrativa: a da venda transnacional de cocaína entre Brasil e Espanha. A irmã mais velha havia ficado viúva de seu segundo marido o qual morreu doente no hospital depois de passar pela experiência do “massacre do Carandiru” (ver capítulo II).

Não fazia muito tempo em que Lídia voltara a viver no Jardim Elba, em uma casa alugada bem próxima da casa de sua família, da casa para onde Bonita havia voltado. A irmã mais velha estava agora casada com um traficante de drogas da região. Sua filha

mais nova, Cristina, morava com ela, mas Lola havia mantido como seu o endereço da antiga casa de Sapopemba onde seguiria vivendo junto de sua tia e sua prima Angélica. Mais do que isso, Déia também tinha voltado de Pernambuco e, agora, era Lola quem namorava com ela.¹⁴⁵

Naquele mesmo ano de 1999, Lola estava empregada como auxiliar de pedreiro e passou a trabalhar também com a mãe no mercado de drogas. Ukolo, por sua vez, foi preso em Pernambuco sob a acusação de estelionato. Angélica se dividia entre viagens para visitar o pai preso e os cuidados à família distribuídos entre seus irmãos, que haviam retornado de Pernambuco, e sua mãe quem intensificara suas atividades no terreiro. O tempo em que Ukolo passou na prisão não chegou a um ano completo e, assim que teve sua liberdade, ele também retornou para São Paulo. Retornou à casa de Sapopemba, no Jardim São Roberto. Casa construída e reconstruída pelos meandros das torturas e amores daquela família.

Era início da década de 2000 e o Primeiro Comando da Capital consolidava-se como uma importante presença no bairro da zona leste de São Paulo. Ao perceber isso, Lúcia propôs ao seu companheiro que entrassem para o coletivo, que passassem a participar ativamente do Comando o qual por fim, parecia ser um importante aliado no mercado de drogas. Em resposta a resistência de seu esposo em participar do “movimento” do PCC, Lúcia disse:

Você é homem, eu sou mulher! Você é que tem de fazer parte do Comando. A não ser que você queira que eu participe e que você passe a ser ridicularizado pelos irmãos!

As narrativas de Bonita, Lola e Lúcia sobre este episódio são unânimes: depois desse argumento, o marido de Lúcia não poderia deixar de se tornar “irmão do coletivo”, do Primeiro Comando da Capital. E a inserção de Lúcia na “família” do PCC levou ao terreiro de Mãe Bonita filhos de santo do Partido que iam consultar os Orixás sobre perspectivas de

¹⁴⁵ Lola e Déia namoraram por pouco menos de um ano. Tendo sido Lola minha primeira interlocutora dessa rede familiar, eu já havia escutado falar de Déia, mas esta era posta na narrativa da sobrinha de Bonita como “sua primeira namorada mais séria” e como a “ex-namorada” de seu tio Ukolo, a história só ganhou novos enredos a partir de minha inserção nesta rede por meio de outros interlocutores.

viagens, negócios, prisões, liberdades, processos antigos, dívidas... “A rede familiar do Comando” se espalhou para a rede familiar de consanguinidade, trabalho e religião de Mãe Bonita.

Por meio das consultas, ela ficava sabendo de grande parte das negociações de compra e venda de drogas, armas, carros, casas. De mesmo modo, suas filhas de santo foram sendo contratadas para levarem mercadoria à Espanha. O terreiro, construído na mesma casa do pai “investigador” da ditadura militar, foi se tornando, pouco a pouco, ponto de encontro e de consultas sobre comércio local/transnacional de cocaína. Negócio em franco crescimento. Tanto que Cristina deixou de trabalhar em Santo André, cidade vizinha ao distrito de Sapopemba, para cuidar da casa de sua mãe e Lola largou definitivamente os serviços de ajudante de pedreiro e mudou-se para Espanha, onde recebia aqueles que eram contratados por sua mãe para levarem a droga desde São Paulo até Madri.

Ukolo tocava o terreiro junto com Mãe Bonita. Sem Déia, ex-marido e ex-esposa seguiam vivendo juntos, mas sem compartilharem o mesmo quarto. Mãe Bonita tinha agora um novo companheiro e Ukolo, algumas namoradas. Todos vivendo e compartilhando do espaço da mesma casa.

Bonita contou-me que conheceu seu segundo marido por intermédio de Lúcia. A irmã o levou ao terreiro para uma consulta e Bonita, sem saber ao certo que lugar aquele homem ocupava na rede de comércio de drogas da qual sua irmã participava, disse ter se apaixonado por ele. Alguns meses depois, a irmã mais nova entendeu que Freitas, seu novo companheiro, era, em suas palavras, “cabeça do PCC na Cidade Tiradentes”. Freitas era “irmão” do Primeiro Comando da Capital e Mãe Bonita passou a ser a mãe de santo dele e de grande parte das pessoas daquele coletivo que, nas palavras da ex-militante do Partido dos Trabalhadores, “parecia ser um movimento político e comercial legítimo”. Mãe Bonita agregava ao Primeiro Comando da Capital a significação de um movimento de luta contra os excessos cometidos por agentes do estado que, como seu pai, atuavam violentamente na região em que ela, sua irmã, seus filhos e sobrinhas cresceram.

Mãe Bonita era testemunha de inúmeras invasões policiais às casas de vizinhos e frequentadores do terreiro. Ela sabia da dor pela qual Lúcia havia passado com a morte de seu primeiro marido em decorrência do massacre do Carandiru e de mesmo modo,

acompanhava as prisões de amigos e filhos de santo. Bonita não ignorava as condições abusivas da penitenciária em que Ukolo havia cumprido sua pena em Pernambuco. Todos estes fatos arraigavam sua posição contrária em relação aos processos de gestão das populações nas periferias que ela conhecia como sendo fundamentados, quase que exclusivamente, na instituição policial. A mesma instituição que edificara sua casa e que, portanto, tornara inviável a destruição dela a partir de ordens de despejo de sua família. Mas que ao mesmo tempo, despejava constantemente moradores de casas construídas no terreno do fim da rua sem saída. Terreno ocupado irregularmente por um movimento de ocupação com o qual sua filha, Angélica, se envolveu fortemente passando assim a confrontar policiais durante várias ações de despejo.

Neste panorama, Lídia e Mãe Bonita compunham uma rede de relações bastante específicas no Jardim São Roberto, relações que as localizavam numa trama de nós familiares, religiosos, afetivos e políticos. Nós fortemente atados, ainda, ao mercado transnacional de droga. Assim tramadas, Lídia e Mãe Bonita foram presas em 2006, mesmo ano em que o pai militar morreu em sua chácara, no interior do estado de São Paulo.

A prisão decorreu de três anos de investigações por meio de escutas telefônicas. Nestas, Lídia, Lola e seus parceiros de negócios pediam à Mãe Bonita, além da consulta aos orixás sobre as melhores datas para marcarem viagens e transações econômicas, bênçãos, banhos e trabalhos que pudessem abrir os caminhos daqueles que iriam viajar carregando a mercadoria desde São Paulo até a Espanha.

No dia em que Lola voltaria da Espanha para visitar sua família, prenderam Lídia e Bonita em suas casas e Lola no portão de desembarque do aeroporto de Guarulhos. As três, junto com outras quatro pessoas, foram acusadas de formação de quadrilha e tráfico internacional de drogas. Durante o julgamento, Bonita foi condenada por um processo que a enquadrava como colaboradora daquela rede de tráfico. Ela foi sentenciada em uma pena de seis anos por ser irmã de Lídia, mulher de Freitas, tia de Lola, mãe de santo do tráfico. Sentença forjada a partir de seus laços afetivos, seu conhecimento dos fatos e sua expertise em conversar com orixás. Processos descritivos da ambiguidade que a condenou. Sobre isso, observando a chuva que Oxum enviava para a laje de sua casa em uma das nossas longas tardes de conversa, Mãe Bonita respondeu:

Eu não fui condenada pelos homens. Fui presa por Xangô. Era a ele quem eu tinha que responder por ter passado tanto tempo vivendo do dinheiro do meu pai, do Ukolo, da Lídia... Não é justiça dos homens, menina. É justiça de Deus.

Mãe Bonita e a justiça de Xangô

Desconfie do fogo. Desconfie do fogo. O raio é a certeza de que ele queimará. Assim fala a música cantada em yorubá na roda de Xangô, orixá portador do machado da justiça. A música canta que o barulho dos trovões é o machado de Xangô caindo do céu para fazer justiça. Sentada, observando a forte chuva que Oxum fazia cair em sua laje, Mãe Bonita atribuía a Xangô e a seus trovões os encaminhamentos de sua vida que a levaram à prisão.

Na fala de Mãe Bonita, o dinheiro que primeiro vinha das torturas empreendidas por seu pai, depois dos esquemas com cheques e cartões que Ukolo fazia junto dela e de Déia e por fim, sua relação afetiva e religiosa com o mercado de drogas que mantinha financeiramente seu terreiro, era o fogo com o qual ela havia deixado se queimar. Desse modo, como mãe de santo, ela teria de responder ao orixá da justiça se quisesse dar seguimento a sua vida em liberdade. Em suas narrativas, o tempo passado na prisão decorria do machado de Xangô que a cobrava pelos recebimentos de dinheiro vindos de atividades ilegais e do uso de sua religião em prol do mercado de drogas.

O tempo passado na prisão afastara Mãe Bonita das atividades do terreiro que ficara fechado por todo o tempo de sua pena. Naïa ainda não havia “raspado sua cabeça” e Ukolo não conseguia mantê-lo sozinho. Antes, ele administrava a casa e preparava as comidas que Angélica levava à sua mãe nos dias de visita à prisão. Todas as atividades da casa estavam voltadas ao sustento da mãe na prisão e da família na casa.

Os filhos de Bonita e Ukolo abriram uma loja de peças de carros na Avenida Sapopemba enquanto Angélica e suas irmãs trabalhavam entre atividades de telemarketing ou como promotoras de divulgação de produtos em supermercados da região. Quando Mãe Bonita saiu da prisão, ela encontrou seu terreiro abandonado, suas filhas trabalhando em empregos formais “precários” (Freitas, 2010 e 2014; Hirata 2009) enquanto seus filhos seguiam transitando nas malhas das legalidades/ilegalidades, já que a loja vendia majoritariamente peças de carros roubados (Feltran, 2011; Hirata, 2010).

A retomada das atividades do terreiro, naquele contexto, representava para Mãe Bonita o rearranjo da vida familiar através da religião. O recomeço do terreiro sem que este fosse atravessado pelo dinheiro proveniente do mercado de drogas ou do estelionato. Com o tempo, as filhas deixaram os empregos para ajudar com o cotidiano da casa de santo de Bonita e Ukolo. Os filhos, contudo, permaneceram com a loja de peças de carros sem, com isso, deixarem de frequentar assiduamente o terreiro da família. As duas atividades, loja e terreiro sustentavam a casa do Jardim São Roberto, mas as tramas das ilegalidades em que estas poderiam estar inseridas deixaram de, com o tempo, incomodar Mãe Bonita quem por fim, já havia “respondido a Xangô” por seus “erros” através dos anos de prisão.

Henrique Takahashi (2014), em sua dissertação sobre o modo como o léxico religioso informa as letras e as narrativas estético-musicais dos *rappers* Racionais MC's, argumenta que o “inferno” aparece, tanto nas músicas que analisa quanto nos textos religiosos que estão sobrepostas naquelas, sempre em relação ao sofrimento. Ainda segundo este autor, se na “gramática” religiosa (Novaes, 2003) o inferno representa o território de distanciamento de Deus no qual o sofrimento é imposto eternamente, nas letras dos *raps* o inferno é “o local onde habitam pecadores, condenados e sofredores que não estariam abaixo da terra (como na teologia cristã), mas nas próprias periferias urbanas” (Takahashi, 2014: 68). Nas narrativas de Mãe Bonita - assim como em algumas das músicas dos Racionais MCs¹⁴⁶ -, a prisão era o próprio inferno, lugar de sofrimento que a afastava de sua prática religiosa.

No modo como Bonita organizava sua narrativa, sua prisão decorreu do fato de ela ter “brincado com o fogo”, ter se envolvido com mercados e, principalmente, ter sido sustentada pelo dinheiro trazido através do sangue dos que seu pai torturava, dos gozos vividos na “mansão de Pernambuco”, dos usos de sua religião em prol do tráfico de drogas. Para Bonita, não importavam se as práticas eram ilegais, mas sim se estavam legitimadas frente a uma moralidade pautada na justiça, não dos homens, mas de Xangô.

Como Kleinman (2006) argumenta, os sujeitos trabalham seus cotidianos segundo ordenamentos morais. Nesse registro, alguns acontecimentos são vividos de modo

¹⁴⁶ “Já ouviu falar de Lucifer? Que veio do Inferno com moral. Um dia, no Carandiru, não ele é só mais um, comendo rango azedo com pneumonia”. Racionais MCs, Diário de um Detento, 1997.

que os sujeitos são desvinculados daquilo que “realmente importa” a eles. Estes eventos que questionam a ordem moral do cotidiano são, ainda segundo Kleinman, “calamidades comuns”. A prisão de Mãe Bonita não era atribuída, em sua narrativa, ao fato de ela ter ultrapassado os limites da legalidade postos pela “justiça dos homens”, antes ela não respeitou os ordenamentos morais que pautavam sua vida religiosa. A prisão, nesse sentido, é o acontecimento desestabilizador do cotidiano de Mãe Bonita, mas é também por meio do qual ela reestabelece a ordem moral da sua vida. O evento de sua prisão seria uma “quebra moral” (Zigon, 2007) que impulsiona Mãe Bonita a rearranjar sua relação com os orixás e, consequentemente, o cotidiano de sua vida.

Na prisão, religião e família de Mãe Bonita foram, justamente, os nódulos de suas tensões no inferno prisional. Sobre estas, recaíram todas as contendas entre Bonita, “irmãs do PCC” e agentes do estado. Presa, Bonita não tolerava as práticas violentas que via ser empreendidas pelas funcionárias da prisão e integrantes do Comando. Em suas palavras, “por amor” Bonita lutava pelo o que considerava ser, se não legal, legítimo: “o fim da opressão”.

“Irmão paga, irmã recebe”: Dos certos e dos errados nas tramas religiosas e relacionais do Primeiro Comando da Capital.

Na prisão, Lola e sua mãe Lídia me falavam de Mãe Bonita, mas em suas narrativas ela não era Mãe, era só Bonita. Contando histórias desde dentro dos corredores, celas e pátios da Penitenciária Feminina da Capital, Lola e Lídia eclipsavam parte da nomeação atribuída à Bonita. Na prisão ela não podia ser Mãe, ou melhor, só podia ser um tipo de mãe específico que não passava por ser mãe de santo. Na prisão, Bonita só podia ser mãe de seus seis filhos de sangue e da filha adotiva que ficara em Pernambuco. Só podia ser tia de Lola, irmã de Lídia, mulher de Freitas. Este, por sua vez, “irmão do Partido”, integrante do Primeiro Comando da Capital.

Como Freitas, Lídia agora também era irmã: “partideira” ou “comandera”. Era Lídia quem prezava pela harmonia do convívio de um dos pavilhões da penitenciária. Nos sábados de visita religiosa, sábados em que eu as visitava junto à Pastoral Carcerária, sentada nos bancos postos ao redor de uma das mesas de cimento do refeitório, Lídia coordenava os trajés com que as meninas desciam de suas celas para o pátio. Mandava

subir as que estivessem vestindo pijamas, shorts, regatas e outras roupas que ela achasse impróprias para a permanência no pátio. “Pouca vergonha! Essas meninas pensam que estão na casa delas?”, dizia resmungando. Outras vezes (muitas vezes) não descia do pavilhão para me encontrar no refeitório. Ficava em sua cela “resolvendo as fitas” que surgiam entre as presas no convívio do pavilhão. Conflitos iniciados por diferenças de opinião, disputas por vagas de emprego, dívidas de cigarros por serviços prestados, mas principalmente, “briga de casal!”, dizia Lúdia enquanto apontava para Rosa e Lola: “Estas duas me dão um trabalho...”.

As atribuições de Lúdia em relação à “disciplina” do pavilhão, entretanto, não a impediam de questionar o que chamava de “novinhas do crime”.

As meninas hoje não têm proceder. Eu sou de outra época, do começo do Comando. A gente queria igualdade, tirar a pena tranquila, com dignidade. Essas menininhas novas que pilotam não entendem o que era para ser o PCC. E elas têm de agradecer a gente pelo PCC existir!

As considerações de Lúdia sobre as meninas, bem mais novas que ela, referiam-se ao contexto específico da Penitenciária Feminina da Capital: uma unidade prisional que, em 2008, já era quase majoritariamente ocupada por estrangeiras vindas de países como Angola, África do Sul, Bolívia, Tailândia e Espanha. Para estas, não fazia sentido atender as determinações da polícia e do PCC. Na Penitenciária em que conheci Lúdia, Lola, Rosa e pela qual, também passara Mãe Bonita, havia, em fins da década de 2000, um panorama de conflitos constantes entre estrangeiras e o PCC (Ver capítulo I).

Era sobre este panorama e suas decorrências de que falava Lúdia. Sobre a sua discordância com as inúmeras violações dos “direitos das presas estrangeiras” que não compartilhavam dos códigos do Comando. Lúdia dizia que as “novinhas do crime” não conseguiam lidar com desentendimentos entre elas e as estrangeiras e que, por isso, incorriam em ações violentas contra as presas não brasileiras. Para Lúdia, os abusos de algumas das pilotas do Partido na prisão não estavam de acordo com as noções que fundamentaram o Primeiro Comando da Capital, ideais que, segundo ela, objetivavam tornar mais dignas as condições da vida das pessoas durante o cumprimento das penas.

Assim também pensava Mãe Bonita que, diferente de Lúdia, não era “irmã do Partido”, mas sim esposa de um “irmão”. Bonita era “cunhada do PCC”, partilhava dos códigos e era reconhecida por meio de um posicionamento familiar que, por vezes, lhe atribuía ainda mais possibilidades de negociação que o de “irmã”. Por outro lado, Bonita não ocupava nenhum cargo de policiamento de conduta e mediações dos conflitos entre as presas nos pavilhões. Mais do que isso, por compartilhar da opinião de Lúdia em relação às atuações das “irmãs do PCC” para com as presas estrangeiras, Bonita as confrontava.

A irmã mais nova de Lúdia pedia que reuniões fossem feitas para discutir os acontecimentos, chamava “debates” e, durante estes, se posicionava veementemente contra as “pilotas” do Comando da Penitenciária Feminina da Capital as quais Lúdia chamava de “novinhas do crime”. De acordo com Bonita, seus questionamentos fizeram com que ela passasse a ser hostilizada e ameaçada pelas presas brasileiras da PFC as quais se apegavam ao fato de Bonita ser mãe de santo do candomblé.

Elas encheram um balde com água e colocaram três cabos de vassoura dentro do balde. Me chamaram e disseram: tá vendo isso aqui? É para amaciar teu couro sua macumbeira! Ah, eu fui para a briga... Me chamavam de macumbeira, não deixavam nem eu começar a cantar as minhas músicas. Além de tudo eram hipócritas! Dentro da prisão é tudo evangélica, mas vão aonde pedir conselho pro crime? Na Igreja? Era opressão, Natália. Eu não aguento opressão! Teve um dia que elas me batiam e mandavam a pomba-gira sair do meu corpo. Eu apanhava e gritava ‘i de igualdade pra vocês!’, enquanto levantava bem o dedo do meio.

A fala de Mãe Bonita elucida os embaralhamentos tecidos entre religião e crime nos ordenamentos morais que pautavam as relações e contendas da prisão às quais ela estava inserida. Tais emaranhados vêm sendo problematizadas por autores como Marques (2013), Teixeira (2011) e Vital da Cunha (2008). Todos estes ilustram que o “crime” (Feltran, 2011 e Marques, 2009) era, até fins da década de 1990, bastante imbricado no sincretismo entre catolicismo e religiões afro-brasileiras como o candomblé e a umbanda. Imbricação marcadamente registrada pelas imagens de “São Jorge/Ogum”, por exemplo, que sempre esteve “associado aos que estão na ‘guerra do crime’(seja a favor ou contra)” (Vital da Cunha, 2008: 30).

A partir do início dos anos 2000, como elucida Almeida (2004) por meio de dados coletados sobre a região metropolitana de São Paulo, ocorre um intenso fluxo das religiões católicas e afro para as religiões pentecostais. Acompanhando estes trânsitos, os sujeitos inseridos nas malhas do “crime”, também passam a articular toda uma “gramática pentecostal” (Novaes, 2003) que alinhava os ordenamentos de “certo e errado” nas relações entre “bandidos” (Vital da Cunha, 2008).

É sobre estes trânsitos que recaíram os conflitos travados entre as “novinhas do PCC” e Mãe Bonita. Dos trânsitos que produziram porosidades entre religiões pentecostais, católica e afro-brasileiras (Almeida e Rumstain, 2011), mas principalmente, no modo o como estes mesmos fluxos justapuseram os ordenamentos morais do “crime” aos dos pentecostais inclusive no que tange a vinculação das religiões afro-brasileiras ao “mal”, ao “Demônio” (Almeida, 2009).

Como Vagner Marques (2013) demonstra ao analisar a “dupla irmandade” de seu principal interlocutor de pesquisa – o qual é “irmão” na igreja e no PCC da Vila Leste, cidade de São Paulo – o vocabulário do Comando é hibridizado com as palavras da igreja e toda a carga que este léxico traz acerca do “bem” e do “mal”, do “justo” e do “perverso”. Marques ilustra,¹⁴⁷ assim, que “o irmão vira irmão” quando, durante um “debate do PCC”, por exemplo, aciona os ordenamentos morais pregados pelo pastor da Igreja evangélica que frequenta.

De mesmo modo, nas tensões estabelecidas entre Mãe Bonita e as “novinhas” estavam postos em disputas ordenamentos morais que articulavam, distinta e relacionalmente, os léxicos religiosos. Afinal, se Mãe Bonita dizia estar defendendo o que “era certo” – o fim da opressão às estrangeiras – as “novinhas” também articulavam “bem” e “mal” nessa guerra santa produzida por múltiplas camadas. Elas defendiam o Comando como única instância de direitos legítima e a decorrente radicalização da relação entre presas e funcionárias da prisão: as polícias. Nessa contenda emaranhada em assimetrias de poder narradas a partir do discurso político da igualdade (“i de igualdade pra vocês”), a qual carrega o fardo de ser um dos fundamentos políticos do PCC (ver capítulo IV), “bem”

¹⁴⁷ Sobre esta justaposição recomento fortemente, ainda, a dissertação de Takahashi (2014).

e “mal”, “certo” e “errado”, “Deus” e “Diabo” eram os múltiplos feixes de legitimidade tramados nos “trâmites” do(s) Comando(s).

Pensando nestes trâmites, Bonita chegou a considerar ser “batizada” pelo Partido para tornar-se “irmã do PCC” e poder articular “o certo” desde outro posicionamento político que, naquele contexto, fosse sobreposto à carga religiosa do candomblé. Bonita considerou “jogar água na cabeça”, ser “batizada” pelo Comando de modo que, assim, pudesse ingressar na “irmandade”.

Eu sempre fui simpatizante do comando, mas nunca tinha sido comandera, nem queria ser. Mas com tudo que estava acontecendo pensei em pedir para os irmãos *para jogar água na cabeça*. Aí o Freitas me disse que era para eu pensar bem porque *‘irmão paga, irmã recebe!’*. Ele me disse só isso e eu entendi o que ele queria dizer. Entendi o que significava ser irmã. Desisti.

A fala de Bonita faz referência a posições assimétricas que se antes estavam vinculadas à religiosidade passam, através da advertência de Freitas, a serem elencadas também às relações de gênero e de trabalho no Primeiro Comando da Capital. Dizer que “irmãos pagam e irmãs recebem”, implica em localizar os “irmãos” como detentores de um capital econômico e simbólico que os possibilita ordenar e demandar serviços das “irmãs” que, por outro lado, devem a eles, aos “irmãos”, satisfações de suas ações e atribuições. Nesse registro, chama atenção, ainda, o modo como as “irmãs” são chamadas pelas pessoas em cumprimento de pena em todas as penitenciárias femininas em que fiz trabalho de campo ao longo do doutorado: “as lagartixas dos irmãos”. A carga pejorativa imbricada no modo como as presas referem-se às “irmãs” desvela desrespeito, raiva, mas também reconhecimento das posições ocupadas por “mulheres” e “homens” no Comando. Sentidos que estão arrolados, tal como demonstrado no capítulo anterior, ao modo como as “disciplinas” do Partido controlam as relações de quem convive nos pavilhões de moradia das prisões femininas.

A narrativa de Bonita subscreve, portanto, que intersecções entre religião, gênero e família são articuladas nos arranjos relacionais do PCC. Afinal, foi Freitas, seu então marido, quem a avisou sobre “o que significa ser irmã”. O reconhecimento de conjugalidade com um “homem” do Primeiro Comando da Capital permitia, naquele

contexto, negociações e agências distintas às que estavam atreladas ao título de “irmã”. “Ser cunhada” era “ser mulher dos homens” e não “lagartixa dos irmãos” (como fala Adelina no capítulo IV), frases e nomeações que tecem linguisticamente arranjos familiares centrados numa figura masculina específica, no “homem de verdade” de que falava Rosa e suas amigas.

Os conflitos travados por Bonita com as “novinhas”, assim como a trajetória de sua irmã Lídia, denotam, contudo, contra a interpretação simplória de que o Primeiro Comando da Capital, como um “coletivo do crime” e “das periferias”, seja organizado a partir de “fundamentações familiares patriarcais”. Relações e disputas são muito mais complexas do que estruturas hierárquicas estanques, pois são produzidas cotidianamente dentro de redes que enlaçam instituições prisionais, famílias, mercados legais e/ou ilegais, vizinhança (pertencimento a um mesmo bairro, por exemplo), amizade e, no caso de Bonita, religião.

Devido a seu posicionamento controverso nas relações de poder da Penitenciária Feminina da Capital, Bonita era, recorrentemente, encaminhada ao castigo para responder por faltas disciplinares como brigas e falta de respeito aos funcionários da prisão. Em suas narrativas sobre Bonita, Lídia e Lola diziam que não conseguiam mais evitar que ela apanhasse ou fosse ao castigo. Bonita abalava os enredamentos que mantinham em harmonia as funções dos agentes do estado e do Primeiro Comando da Capital naquela penitenciária. Ao denunciar os abusos do coletivo, mesmo que fosse ao próprio PCC, Bonita ajudava a incitar um ambiente de desordem ao qual a direção da unidade prisional prezava em manter mesmo que fosse por meio da manutenção de pavilhões específicos para “estrangeiras” e para “brasileiras”. Solução que não agradava maior parte das pessoas em cumprimento de pena na Penitenciária Feminina da Capital, já que casais como Rosa e Lola eram constantemente formados e, além disso, muitas estrangeiras precisavam das brasileiras para aprender sobre a língua e as leis do país. Bonita tornou-se um problema para funcionárias da prisão e as agentes do crime: sua irmã e as “novinhas”.

Em 2007, Bonita foi transferida de unidade prisional. Saiu da Penitenciária Feminina da Capital e entrou em um processo de transferências entre unidades

penitenciárias que atrasaram, junto com os castigos recebidos por ela em decorrência de faltas disciplinares, a progressão de sua pena para o regime semiaberto.¹⁴⁸ Lídia e Lola deixaram a Penitenciária Feminina da Capital em 2012 quando, junto com quase todas as brasileiras em cumprimento de pena na unidade, foram transferidas para a Penitenciária Feminina de Santana.

V.iii. O terreiro de Almodóvar: embaralhando redes familiares e amores que (re)arranjam / (i)legitimam

Nas páginas acima descrevi sobre redes familiares que congregam muitas outras redes de relações. Redes que transbordam instituições prisionais e que se espalham pelos bairros da Zona Leste da cidade de São Paulo e da pequena cidade de Calatayud em Zaragoza. As redes familiares sobre as quais este exercício se debruçou é composta por pessoas que entram e saem da prisão, que tecem suas narrativas a partir de instituições policiais, prisionais e de envolvimento com mercado de drogas, mas não só. Elas acionam “amor” para falarem sobre as malhas relacionais que as localizam perante as instituições estatais e perante as próprias redes.

É desta localização, ou melhor, desse esquadrinhamento (Foucault, 1979) de que falava Bonita à Rosa ao perguntá-la sobre sua ciência dos “significados de morar na Cidade Tiradentes”. Rosa, por sua vez, respondia por outros meios que não a conversa com Mãe Bonita, que sabia o que significa morar na Cidade Tiradentes. Dançando *funk*, afirmava “não querer outra coisa da vida” e enredava-se em uma trama de ilegalidade e legitimidade já enunciada em seu argumento à Mãe Bonita. Afinal, Vítor era “trabalhador”, tinha dois empregos e não estava envolvido com o “crime”, mas isso não significava que ele não tivesse conhecimento. Assim, Rosa se casa com um “homem de verdade”, dono de

¹⁴⁸ A cada transferência, Bonita tinha de esperar mais um mês para que seu processo pudesse ser trabalhado pelos advogados e juízes que dependem da inclusão de dados da pessoa em cumprimento de pena preenchidos por funcionários de cada uma das unidades penitenciárias por onde ela passa. A hostilidade com que Bonita descrevia os processos de transferência, “do bonde”, se relacionavam ao modo o como Feldman (1991) descreve a transferência ou limpeza forçada da cela dos presos que faziam, em uma penitenciária da Irlanda do Norte, greve de sujeira para protestarem contra as condições a que estavam sendo submetidos. Nas circunstâncias descritas por Feldman, ser transferido ou limpo era deixar seus excrementos e, assim, deixar cheiros e substâncias que faziam os presos sentirem-se em segurança. A manutenção de um território seguro. A limpeza, ali, ganhava sentidos de incerteza e vulnerabilidade. Mesmos sentidos atribuídos por Bonita aos recorrentes processos de bonde, de transferências de unidades prisionais a que ela foi submetida.

um bar no bairro onde decide morar. Bairro marcado pelas imbricações tecidas entre “crime e estado” nos processos cotidianamente vivenciados nas fronteiras da i/legalidade (Hirata, 2010; Feltran, 2011).

Entre os frequentadores do bar de que Vítor era dono, estavam alguns dos traficantes da região, muitos deles seus amigos de infância, os quais ali se reuniam para ouvir músicas que iam do *funk* (às sextas feiras) ao samba (aos domingos). Neste estabelecimento comercial situado na garagem de um dos edifícios de moradia da Cidade Tiradentes, recorrentemente alugadas para os empreendedores do bairro, Vítor vendia cigarros e bebidas destiladas vindas do Paraguai, cervejas provenientes do mesmo fornecedor que as entregava no mercadinho localizado bem em frente ao bar, além dos tradicionais sacos de salgadinho *Fofura* comprados, majoritariamente, pelas crianças que passavam o dia brincando na rua. Durante o dia, Vítor trabalhava como instalador de internet “a rádio” de uma empresa que atende os bairros da zona leste e do ABC paulista desassistidos dos cabos de “banda larga” das grandes companhias de telecomunicações. A ausência de Vítor no bar durante o dia era preenchida por Rosa e suas amigas que usavam aquele espaço para a produção de bijuterias de miçangas que seriam vendidas em uma loja no bairro da Vila Prudente.

A breve descrição dos usos e funcionamentos do bar e do trabalho de Vítor e Rosa ilustra como o casal articulava com as tramas de serviços e mercados emaranhados nas relações entre legalidades e ilegalidades para, assim, produzirem meios de subsistência¹⁴⁹. Mas mais do que isso, ilustra que Rosa, “assim toda *espanholita*”, não só sabia o que significa viver na Cidade Tiradentes como sabia articular com informações e possibilidades disponíveis a uma espanhola, presa por tráfico internacional de drogas, egressa do sistema penitenciário paulista com intenções de migrar para o país onde havia sido presa.

Com o tempo, Rosa passou a produzir identificações documentais que, se ainda não regularizavam sua permanência no Brasil, legitimavam seus vínculos com o país ao mesmo tempo em que a desvinculam das relações iniciadas na Penitenciária Feminina da

¹⁴⁹ A análise sobre como pequenos estabelecimentos comerciais das periferias da cidade articulam ilegalismos e legalidades é bastante desenvolvida na tese de Daniel Hirata (2010).

Capital: relações homossexuais/amorosas/familiares que, anteriormente, facilitaram suas negociações com advogados e a garantiram hospedagem durante os dias de saídas temporárias da prisão. Em liberdade, porém, Rosa, “espanholita” moradora da Cidade Tiradentes, engravidou de Vítor e entrou com um processo na justiça para tornar regular sua permanência no país.

O que eles vão fazer? Separar a mãe do filho? Separar o filho do pai que é brasileiro? Agora não tem jeito. Eu vou ficar aqui. A gente vai casar *no papel* assim que meu filho nascer e eu conseguir legalizar minha situação aqui. Nem vou precisar fazer outro documento, tirar RG falso... E vou te falar, agora, se minha mãe quiser conhecer o neto dela, vai ter de vir pra cá, conhecer a nossa casa. Eu não vou correr pra Espanha agora que tá tudo dando certo! Fazer o que lá? Morar eu e meu filho na casa da minha mãe? Tá maluca...

Quando soube da gravidez de Rosa, Raimunda ainda tentou convencê-la de voltar à Espanha para, assim, “ter seu filho perto de sua família”, mas percebendo que Rosa não voltaria para Zaragoza, Raimunda desistiu de convencê-la. Em julho de 2013, quando voltei para Espanha para um breve período de campo, encontrei Raimunda vivendo não mais em Calatayud, mas em Mataró, uma cidade litorânea da província de Barcelona situada há trinta quilômetros da capital catalã. Raimunda havia deixado seus filhos e netos vivendo na casa de Calatayud e alugara uma casa de três cômodos para viver junto de sua mãe na cidade onde estavam morando, além de suas irmãs e sobrinhos, seu ex-marido. O “romeno mais novo” de quem ela havia se separado após a prisão de Rosa, havia se mudado para Mataró onde conseguiu um emprego em uma indústria na qual Raimunda, por intermédio do ex-companheiro, foi empregada como enfermeira de plantão para atender aos funcionários. Em sua casa, Raimunda mantinha, agora, fotos de todos os seus filhos e netos, mas não deixava nenhuma vela acesa.

As roupas de Rosa, que Raimunda mantinha guardadas nos armários, haviam sido doadas. Apenas poucas peças ainda estavam separadas aguardando a minha visita para que eu pudesse leva-las até a filha. Sobre visitá-la na Cidade Tiradentes, Raimunda dizia ter muito medo de pegar um avião até o Brasil. Deste modo, visitas e conversas entre mãe e filha seguiam acontecendo através do computador e dos celulares que conectavam, também, Raimunda à Mãe Bonita.

Por fim, mãe de Rosa e tia de Lola seguiam conversando através de *Facebook* e *WhatsApp*. Desde a mesa da cozinha da casa do Jardim São Roberto, Mãe Bonita contava sobre o jogo de búzios que havia tirado para Raimunda quem, por outro lado, contava à mãe de santo sobre os problemas que um dia havia tido com uma cigana que, certamente, havia fechado os caminhos dela. A conversa era atravessada pelo permanente *zumzumzum* que mantém o terreiro e a casa de Mãe Bonita. Naquele dia, Angélica fazia feijoada para os seus irmãos que logo chegariam da loja de peças para carros.

A rede de afetos estabelecida na prisão por meio do casamento entre Lola e Rosa escorria para fora da penitenciária. Rosa e Lola continuavam conversando esporadicamente por meio de ligações telefônicas feitas dentro/fora da prisão e haviam conseguido rearranjar a relação para um vínculo atravessado, também, pelos elos que eram paulatinamente formados entre os filhos de Mãe Bonita e Vítor. Lola e Rosa diziam que haviam passado por muita coisa juntas para deixarem de ser amigas. Por meio dos percalços vividos ao longo da “caminhada” compartilhada por elas na prisão, duas redes familiares haviam produzido tramas de vinculações atravessadas pelos fluxos de dinheiro, comidas, ajudas, cartas, chamadas telefônicas e amores transacionados entre Espanha e São Paulo.

Do mesmo modo, foi por meio dos rompimentos e rearranjos relacionais de Rosa e Lola que eu conheci Mãe Bonita. Não através de visitas à prisão, mas através dos portões da casa da família edificada por alinhavos entre instituições policiais, movimentos políticos, envolvimento religioso e arranjos ilegais de trabalho aos quais eram agregadas cargas simbólicas de legitimidade moral ou, ainda, de “justiça”.

Nas trajetórias e narrativas de Bonita e Lúcia a justiça – de Xangô e do Partido – era uma alternativa à violência empreendida pelos agentes do estado personificados tanto na figura do pai torturador da ditadura militar, quanto dos policiais que o primeiro marido de Lúcia viu assaltarem e matarem seus amigos e parceiros de prisão no massacre do Carandiru. À justiça de Mãe Bonita e Lúcia eram sobrepostas camadas de valores morais também atravessadas pelo envolvimento das irmãs com mercados e atividades ilegais. Uma justiça muito mais vinculada às ações dos movimentos sociais e do “crime”, partilhados pelas irmãs, do que dos sentidos de legalidade relacionados à prisão.

Sobre justiça, Boltanski (2000) argumenta que é uma competência de negociação manejada pelos atores para lidarem com suas “causas” fora do âmbito da violência. Em seus ensaios decorrentes da análise das cartas de denúncias enviadas pelos leitores ao jornal *Le Monde*, Boltanski ilustra o esforço empreendido pelos autores das correspondências em fazerem ver suas causas particulares como causas públicas. As causas, que Boltanski articula com a palavra inglesa *affair*, são, nesse registro, elementos elucidativos do esforço empreendido pelos sujeitos na produção de vinculação social. O que é sublevado na análise do autor não é, portanto, que valores são legítimos ou ilegítimos de serem acionados como causa, mas antes quais valores podem ser mobilizados como repertórios de justificação e que servem para a produção de um continuo entre causas particulares e causas públicas ao tramarem uma gramática universalista produtora de ordens legítimas de ação social.

Lídia e Bonita cresceram sob a égide de ações que consideravam ilegítimas. A casa em que cresceram foi construída por meio dos ganhos recebidos pelo pai por passar as noites empreendendo torturas violentas em corpos como os delas. Violência balizada pela legalidade da mesma força policial que cometeu os assassinatos do massacre do Carandiru que terminou por fazer morrer o primeiro marido de Lídia.

O terreiro de Mãe Bonita, a cocaína de Lídia e as reuniões do Primeiro Comando da Capital que eram feitas na casa do Jardim São Roberto antes da prisão das duas irmãs eram, nesse sentido, parte da composição de um continuo entre causas particulares e coletivas fundamentadas em preceitos morais balizados por discursos de legitimidade. Como Gabriel Feltran (2010a e 2010b) já analisou sobre o PCC, os “outros repertórios de justiça” das periferias da cidade de São Paulo se referem a toda gramática dos aparatos legais do estado ao mesmo tempo em que são produzidos em oposição a estes e às ações violentas, ilegítimas (Feltran, 2011), empreendidas pelos agentes do estado como são, por exemplo, os policiais.

As reuniões e o envolvimento de Lídia e Mãe Bonita com o Primeiro Comando da Capital por meio do mercado de drogas, do suporte religioso no terreiro do Jardim São Roberto e, claro, dos vínculos sexuais/afetivos, representavam sustento material, mas também, um posicionamento partidário em relação aos agentes de estado contra os quais as

irmãs se opunham desde que traduziram o significado da palavra “investigador”, impressa na carteirinha de trabalho do pai, para “torturador”.

No processo de produção de legitimidade contra ações violentas que tencionavam, ao mesmo tempo, legalidades e ilegitimidades, Bonita e Lídia tramaram a partir de ilegalidades e foram presas. Na prisão, entretanto, se deparam com atos de violência empreendidos pelas redes de sujeitos que elas consideravam ser partícipes de um movimento criminoso e político legítimo. Para Lídia e Bonita as ações de determinadas integrantes do Comando, ou “as novinhas do PCC”, perderam legitimidade quando criaram diálogos tácitos com funcionários do estado policial/punitivo para manter a “ordem” nos pavilhões da penitenciária por meio dos usos arbitrários da violência tal como faziam os agentes do estado por elas conhecidos. Usos legais da força interpretados, aqui, como ilegítimos.

Na fala de Mãe Bonita, a atuação das “novinhas do Comando” e dos agentes de estado eram ações de “opressão”. Opressão que ela dizia ter aprendido a não tolerar por meio do relacionamento de amor que havia cultivado com Ukolo e Déia.

Este casamento, por mais que no final tenha me feito mal, por mais que eu possa ter sofrido com ele, me ensinou a não tolerar opressão. Foi Ukolo, aquele preto hippie do caralho, que me ensinou que o amor é livre, que não cabe opressão onde tem amor. Fiquei intolerante para as relações de opressão que eu vi na prisão. Não esperava ver a opressão que eu vi na prisão de preso pra preso. Todo mundo na mesma situação. É desamor. É opressão.

Para Mãe Bonita, as violências cometidas pelas integrantes do PCC (assim como pelos agentes do estado) eram ações de opressão aos sujeitos postos “na mesma situação”, “de preso para preso”. Ela equalizava todas as pessoas que estavam presas e, portanto, não podia tolerar ações por ela consideradas abusivas as quais eram, em sua interpretação, intimamente relacionadas ao “desamor”. Na narrativa de Mãe Bonita, a experiência do amor partilhada através do casamento mantido com Ukolo e Déia, a fez aprender que “onde tem amor não cabe opressão”, pois “o amor é livre”. Dessa forma, ela enredava justiça e amor à legitimidade das ações sempre tramadas em oposição às relações de violência. Por meio de uma experiência de amor conjugal, Bonita articulava o

aprendizado de um “amor” através do qual qualquer relação de opressão passa a ser intolerável.¹⁵⁰

O modo como Mãe Bonita acionava amor, nesse registro, pode ser posto mais uma vez, em tensão ao argumento de Boltanski (2000) parcialmente exposto acima. Segundo este autor, não só a justiça é uma competência como é, também, o amor. A partir destas, ações e vinculações sociais são produzidas fora do registro da violência.

Boltanski diferencia o que chama de “formas de amor” para chegar, assim, à “Ágape”, uma concepção de amor vinculada à tradição cristã caracterizada pela noção da doação gratuita ao próximo. A forma de amor Ágape não leva em consideração qualquer equivalência, reciprocidade ou mérito para a doação, afinal Ágape é, no limite, “o amor de Deus”, impossível de ser retribuído, portanto. É nesse registro, ainda de acordo com Boltanski, que Ágape se distingue de “Eros”, o amor erótico dos amantes calcado no desejo e na dádiva. Como o autor argumenta, em “estado de Ágape” os atores não doam amor contando com a justeza e a reciprocidade deste ato. Para Boltanski, sendo a justiça o contrário, um registro de ação que leva em conta os méritos pessoais, a passagem entre as duas competências de produção de vinculações sociais e escape da violência, “Ágape” (amor) e “justiça”, ocorre quando os sujeitos em estado de Ágape se confrontam com a reciprocidade e a equivalência ou quando os sujeitos no registro da justiça confrontam a falta de reciprocidade e equivalência.

Esta alternância dos registros de competência implica que o argumento de Boltanski repousa sobre a ideia de simultaneidade da justiça, do amor e da violência que são postas em relação e são, portanto, cotidianamente agenciadas e tencionadas pelos atores. É sobre esta tensão que recai o trabalho de campo do autor que passa a analisar causas públicas nas quais os denunciante rejeitavam os veredictos tornando-as processos infundáveis. O argumento do autor sobre estas é de que o estabelecimento da justiça, aos olhos dos denunciante, dependia da restituição daquilo que havia sido perdido no regime do amor. Nesse sentido, tornava-se impossível interromper, para alguns, a disputa na

¹⁵⁰ Significativo apontar para o fato de que o modo como Mãe Bonita articula o “amor”, localizado numa relação de conjugalidade, é exatamente oposto às formas como muitas das feministas, na transição entre primeira e segunda ondas (Beauvoir, 1967 e Firestone, 1970) o analisavam. Para estas, o “amor” era elemento chave para a opressão dos homens às mulheres.

justiça. Isso não significa dizer que Boltanski não reconhece a plasticidade dos atores e a habilidade destes em articularem-se diferentemente em lógicas de ações distintas, antes implica em dizer que ele reconhece, em sua análise, as tramas entre os “registros das emoções” como uma competência também da justiça¹⁵¹.

Assim faz Mãe Bonita. A irmã mais nova de Lídia avalia sua relação com aparatos de justiça, estatais ou não, através de um amor vivenciado com outras duas pessoas. Uma união não reconhecida juridicamente que, entretanto, a ensinou “o que é o amor” de tal modo que a tornou apta a reconhecer ações de desamor. A não tolerar a opressão da violência. Ao contrário do “Ágape” de Boltanski, o amor de que fala Mãe Bonita é calcado em uma união conjugal pouco convencional na qual estão alinhavadas relações familiares, sexuais, de cuidados, religiosas e de parceria em atividades ilegais. Bonita não difere, portanto, Eros de Ágape e nem estes da justiça, antes compreende que “aprender o que é o amor” a imbricou no conhecimento de uma justiça maior que aquela gestada pelos agentes dos aparelhos jurídicos. Mãe Bonita relaciona amor a um aprendizado, a um sistema de conhecimento. Assim como faz ao acionar, em sua narrativa, a “justiça de Xangô” em contraste a “justiça dos homens”, Bonita alinhava saber o que é amor à intolerância para com as “relações de opressão”. Estas, afinal, contém o que é diametralmente oposto ao seu conhecimento: o “desamor”.

Se, como coloca Alfred Gell (2011), o amor é um “sistema de conhecimento”, nas falas de Mãe Bonita o amor é um aprendizado que se acessa, um sistema de conhecimento sobre o qual as ações da vida podem (e devem) ser balizadas. O amor de que fala Mãe Bonita é um conhecimento emaranhado na “liberdade” e na “igualdade”, pois onde existe amor não cabe opressão. Mãe Bonita fala sobre o amor como um sistema de conhecimento por ela produzido, ou aprendido, no embaralhamento entre os registros que Boltanski diferencia – Ágape, Eros e justiça. “Saber o amor”, segundo Mãe Bonita, é acessá-lo tanto através da justiça de Xangô e da sua prática religiosa, quanto por meio da vivência de seu casamento com Ukolo e Déia. Um amor compartilhado entre a mãe de santo, sua melhor amiga e o preto hippie do caralho.

¹⁵¹ Sobre o tema que coloca em relação emoções e suas articulações no âmbito da justiça, sugiro ver Birman e Leite (2004), Freire (2010), Vianna e Farias (2011) e Farias (2014).

É também sobre saber (ou não) o que é o amor que fala Lola após ver seus dois casamentos, com Manuela e com Rosa, acabados em decorrência da constituição familiar heterossexual que ambas suas ex-companheiras privilegiaram a despeito da relação conjugal produzida na prisão. Em uma das conversas que tivemos naquela mesma varanda da casa do Jardim São Roberto, já durante uma saída temporária de Lola durante o cumprimento de seu semiaberto, em 2014, Lola disse:

Quer saber, depois de tudo, acho que amar, amar mesmo, desse amor que minha tia fala por aí, desse amor que a Rosa diz que sente pelo Vítor... quer saber, acho que assim, amar, amar eu nunca ameie ninguém. Depois de tudo, vou te dizer uma coisa, *acho que eu não sei o que é amor*.

Como sua tia Mãe Bonita, Lola falava do amor como um sistema de conhecimento a ser aprendido. Nesse registro, se o amor era o que diziam ser sua tia, por um lado, e sua ex-companheira por outro, este era um saber que ela não tinha acessado, “eu não sei o que é amor”.

Os amores que ela dizia sentir, às vezes em sussurros, por Manuela e o amor que passou a dedicar à Rosa, não eram “livres” como queria o amor de que falava Mãe Bonita. Tampouco decorriam de relações “sem opressão”, “sem violência”. Os vínculos nutridos no cotidiano da prisão entre Lola e Manuela, entre Lola e Rosa eram, antes, tramados em meio a relações de poder assimétricas mantidas entre elas e os agentes do estado – como assistentes sociais, juízas/es das comarcas a que seus processos estavam atrelados e diretoras das prisões – e também entre elas e outras presas. Mais do que isso, os amores que Lola dedicara a Manuela e a Rosa foram atravessados tanto pelo abandono de Manuela quanto pelo processo de expulsão de Rosa. Ambos vivenciados por Lola a partir da violência de brigas com funcionárias da penitenciária ou com outras presas, da quebra de sua cela e, em consequência, da perda das vagas de trabalho que a mantinham na prisão além, claro, da demanda do juiz da comarca para que Lola passasse por exames criminológicos. Exames estes que terminaram por dificultar sua progressão de pena para o regime semiaberto.

O “amor” de Lola não era “livre” nem se opunha às relações de opressão que ela via e vivia na prisão. Antes, eram relações afetivas embaraçadas, ou até mesmo

produzidas, pela violência dos processos prisionais. Como ilustra Maria Filomena Gregori (1993), os vínculos afetivos, sejam eles conjugais ou até mesmo aqueles mantidos por colegas de trabalho em uma repartição, estão emaranhados em jogos relacionais produzidos pelas fendas que articulam violações, prazeres, amor, ódio, partilhas, abusos. Os amores de Lola referenciavam-se aos elos conjugais produzidos nos “cafofos” e corredores dos pavilhões. Conjugalidades tramadas a partir dos cuidados, prazeres e ajudas, mas também, dos percalços vivenciados, principalmente, pelos processos de prisão de estrangeiras no Brasil.

Sobre estes percalços recaiam a fuga de Manuela e os arranjos de Rosa a partir de seu casamento com Vítor. Se a primeira esposa de Lola desistiu do processo de migração para o país onde ficou presa e fugiu para Espanha antes de terminar de cumprir sua pena, Rosa, a partir dos vínculos tecidos dentro da prisão, produziu uma teia familiar que a suportavam fora dela financeira e, também, documentalmente. O casamento de Rosa com Vítor, “um homem de verdade”, tramava com a possibilidade de produzir um vínculo com o país capaz de ser articulado juridicamente e, portanto, regularizar a permanência dela no Brasil. Afinal, “que juiz separaria um filho de uma mãe ou de um pai?”. Assim como Mãe Bonita, Rosa agenciava os registros das emoções perante os aparatos jurídicos, mas o fazia não por meio da ideia de um amor livre que se acessa e que se opõe a todas as formas de violência. Tampouco o fazia pela representação de um elo conjugal. Antes, Rosa tramava com os aparatos de justiça por meio das emoções figuradas pela maternidade: um vínculo familiar afetivo que, como os trabalhos de Leite (2004), Lugones (2012) e Vianna (2014) têm ilustrado, carrega uma legitimidade privilegiada a ser manejada frente aos agentes de estado e os aparelhos jurídicos.

Rosa sabia que nenhuma lei assegurava o direito de sua permanência no país mesmo ela estando grávida ou tendo um filho durante o cumprimento de sua pena, mas ainda assim ela se afiançava no vínculo maternal produzido através de sua relação com Vítor. Por fim, Rosa já não era uma “toda assim espanholita” amasiada com o dono de um bar da Cidade Tiradentes, ela passava a ser uma espanhola egressa do sistema prisional paulista, mãe do filho de um dono de bar da Cidade Tiradentes. E que juiz iria separar uma família composta por mãe, pai e filho?

A lógica das tramas de Rosa faz retomar o modo como Schineider (1980) desenvolve suas análises sobre o amor expostas no início deste capítulo. Por fim, ela sabe que frente aos dispositivos do estado, seu amor para com Vítor seria insuficiente para legalizar sua migração para o Brasil, mas o amor compartilhado por ela e por Vítor a um filho em comum seria bem mais difícil de ser contestado na justiça. Isso não quer dizer que Rosa considerava, como faz Schineider, que o elo familiar era tecido apenas pelo sexo e pela maternidade. Ao contrário, toda a descrição etnográfica exposta neste capítulo ilustra que Rosa e Lola embaralharam e rearranjaram redes familiares a partir de diversas formas de relações afetivas. Antes os arranjos de Rosa fazem ver que relações tecidas através da heterossexualidade e da maternidade mobilizam repertórios de justificação tramados por uma gramática legalista produtora de vinculações socialmente consideradas mais legítimas que outras. Estas análises não questionam o amor que Rosa diz sentir por Vítor ou mesmo a felicidade por ela atribuída a sua gravidez e seu casamento. Antes, visam ponderar acerca de como o amor é acionado e agenciado pelas personagens que têm suas trajetórias emaranhadas às prisões, às periferias e às fronteiras entre legalidades e ilegalidades. Trajetórias marcadas pelas negociações com os aparelhos de justiça.

Nesse registro, o amor tal como articulado por Rosa (e em outro sentido por Mãe Bonita) se configura como um atributo¹⁵² que a distingue (Bourdieu, 2007) de uma espanhola egressa da prisão em situação irregular no Brasil. Mais do que isso, a rede familiar tecida por Rosa, através de seu amor por Vítor, trama com uma estética relacional vinculada ao êxito de sua trajetória romântica à qual é, ainda, intersectada atributos de classe e consumo.

Como Eva Illouz (2009) analisa, a publicidade relacionada à veiculação e venda de produtos – tais como automóveis, músicas, filmes hollywoodianos e folhetins românticos – infundem o amor ao ideal de sucesso, uma “utopia visual que combina a

¹⁵² Maria Gabriela Lugones quem, ao debater meu trabalho apresentado na Reunião de Antropologia do Mercossul em 2013, chamou minha atenção para o fato de o amor aparecer, em algumas de minhas narrativas, como um atributo intersectado a outras categorias de diferenciação tais como raça, classe, sexualidade. Agradeço a ela não só por esta, mas por inúmeras e profícuas conversas por meio das quais pude articular novas interpretações dos meus dados de campo.

fantasia romântica com certos elementos do sonho americano” (Illouz, 2009: 57).¹⁵³ Esta conceituação da autora permite pensar o amor como uma produção estética informada por atributos visuais da economia de mercado. Isso quer dizer que, segundo Illouz, o amor é vinculado às noções de conquistas financeiras e ascensão social que também são elencadas às promoções de direitos e ao reconhecimento jurídico das relações. Afinal, como Foucault (2001) já demonstrou, a justiça responde aos interesses de determinadas classes sociais segundo ordenamentos e relações de poder temporais. Ascender socialmente significa, portanto, estar mais facilmente enquadrado aos parâmetros legais que atendem a padrões estético-relacionais.

A partir dos argumentos de Illouz, é possível pensar que o amor heterossexual e reprodutivo entre dois jovens, mesmo que seja uma espanhola egressa da prisão e um dono de bar da Cidade Tiradentes, pode ser utilizado, mais facilmente, como ferramenta estética na produção de vínculos familiares que permitem o acesso a direitos. No que tange o casamento de Rosa com Vítor e a sua gravidez, a legalidade convergia com a legitimidade dos laços que foram por ela trabalhados como uma ascensão de classe social e a decorrente abertura de possibilidades para sua permanência legal no Brasil.

Rosa, grávida e ainda sem saber da decisão do juiz acerca de sua residência no país, me escreveu não mais uma carta remetida desde a prisão, mas uma mensagem de *facebook* escrita desde seu aparelho celular. Nesta, ela contava que estava de mudança. Vítor e ela iriam embora da Cidade Tiradentes para morar em uma casa construída nos fundos de um terreno localizado em Embu das Artes. Terreno comprado pelo irmão de Vítor que havia feito ali também a sua casa.

Hoje somos uma família feliz! Vamos morar em nossa casa própria que já tem uns quatro cômodos prontos. Tá tudo sem acabamento, mas agora, com o bebê pra chegar... a gente vai se mudar assim mesmo. E, ah, é um menino! Vai ter o mesmo nome do pai: Vítor Júnior!

A narrativa de Rosa se fazia aí, a partir do acesso à casa própria a qual estava intimamente relacionada ao fato de ela, agora, ser esposa e mãe “de um menino!”. Ser parte

¹⁵³ “La cultura de masas no crea el ideal del amor ni lo infunde en los actores sociales del período, pero sí transforma ese antiguo ideal en una “utopía visual” que combina la fantasía romántica con ciertos elementos del “sueño americano” (como la opulencia y la confianza en sí mismo)” (Illouz, 2009: 57).

de uma “família feliz” de mudança da Cidade Tiradentes para Embu das Artes. De outro modo, Raimunda também articulava sua relação amorosa com a produção de certa estética familiar coerente. Para a mãe de Rosa, a prisão de sua filha decorria de seu casamento com um homem mais novo e romeno. Vínculo o qual Raimunda considerava antagônico à maternidade que ela tinha deixado de cumprir. Antagônico à estética maternal que ela cuidadosamente trabalhava por meio das velas, dos altares, da luta na justiça, dos sacrifícios financeiros. Apenas depois que sua filha foi libertada e casou-se com um “homem de verdade” de quem engravidou, Raimunda pôde, enfim, voltar a amar o seu “romeno mais novo”.

Desde diversos “sistemas de conhecimento”, as personagens deste capítulo articulam amor, justiça, prisões e mercados. Sem pautarem o amor em relações de produção de parentesco, elas rearranjam teias familiares atravessadas pelas tensões entre legitimidade/ilegitimidade, legalidade/ilegalidade. Redes produzidas a partir das experiências prisionais de Rosa, Lola, Lídia, Mãe Bonita e, porque não dizer, Raimunda.

É disso que trata o terreiro do Almodóvar, de complexas tramas relacionais que se embaralham segundo distintos sistemas de conhecimento os quais, contudo, acionam o amor como força motriz de diversos arranjos possíveis. Arranjos transacionados pelas trocas e afetos produzidos entre o terreiro do Jardim São Roberto, as prisões paulistas, os mercados transnacionais de drogas chegando e o conjunto habitacional de Calatayud.

O próximo capítulo, também recai sobre afetos tecidos em redes e ilegalismos transnacionais. Sem terreiro e sem Almodóvar, as teias afetivas de que fala o capítulo seguinte são produzidas pelos mercados de drogas intersectados por trocas sexuais e matrimoniais por meio das quais brasileiras presas em Barcelona arranjam suas trajetórias.

VI. Mercados e afetos: das relações tecidas por brasileiras em Barcelona.

Fevereiro de 2012. Era meu último dia em Barcelona. Na noite do dia seguinte teria de voltar para Santo André. Como uma despedida, algumas das brasileiras em cumprimento de pena em *tercero grado* e liberdade condicional na Catalunha fizeram uma tarde de comidas no apartamento de Badalona Pompeu onde vivia Luz. Ela alugava um quarto no apartamento de uma senhora colombiana, tia de uma menina também colombiana que Luz conhecera no módulo II da Presó de Dones de Brians. Badalona Pompeu, um dos destinos finais da linha dois, lilás, do metrô de Barcelona, é um bairro ocupado predominantemente por imigrantes. Chegar aquele bairro significava passar a escutar pessoas falando em árabe, francês, inglês, romeno e em muitos outros idiomas do leste europeu ou do continente africano, além, claro do castelhano. Luz costumava dizer que em Badalona até a padeira era migrante, afinal, ela era andaluz.¹⁵⁴ O bairro chegava a ter alguma similaridade com as periferias paulistanas que eu conhecia. Como foi construído em morros, era cortado por escadarias feitas para a travessia de vielas. No alto de uma destas, estava o apartamento onde Luz sublocava um quarto da senhora colombiana, inquilina do imóvel de quatro cômodos. Era naquele apartamento onde tudo estava sendo preparado.

O dia de comidas foi organizado de modo que minha incumbência era levar as bebidas. Assim que cheguei carregando sacolas com cervejas, refrigerantes e frisantes, senti o cheiro de churrasco vindo da varanda. A senhora colombiana tinha um amigo uruguaio que se disponibilizou para assar as carnes que Cristal (ver capítulo III) havia comprado para compor o cardápio da tarde. Como todas estavam cientes que eu não comia carne, além do churrasco, Flor a cozinheira do evento, preparou um “baião de dois vegetariano” e para a sobremesa, fez quindins, tudo preparado com os ingredientes comprados por Marcela, Luz e Linda. Além disso, como Cristal não se conformava com a ausência de carne seca no prato principal, levou um punhado de charque que encontrou em uma das lojas de produtos brasileiros de Santa Coloma, distrito da região metropolitana de Barcelona que, atualmente,

¹⁵⁴A migração andaluz para a Catalunha é um fluxo amplamente conhecido desde antes do período da Guerra Civil Espanhola e do franquismo (1936). Este fluxo e pode ser comparado com o fluxo migratório entre o nordeste para o sudeste brasileiro. Sobre o tema ver Duarte, 2007.

abriga comunidades de imigrantes oriundos de diversos países, mas principalmente, da América Latina, como Brasil, Colômbia, Bolívia e Equador.¹⁵⁵ Com o charque comprado por Cristal, Flor preparou duas panelas de baião de dois, uma com e outra sem a carne seca.

Flor já havia trabalhado como cozinheira em um pequeno restaurante da Vila Brasilândia, bairro da zona norte da cidade de São Paulo para onde migrou desde o estado da Paraíba, na década de 1980. Na época ela tinha aproximadamente vinte anos, era casada e tinha um de seus quatro filhos. Os outros três nasceram já na cidade de São Paulo. Os quitutes da cozinheira eram conhecidos por todas as brasileiras que haviam ficado presas com ela em Brians, afinal, enquanto cumpriam a pena em *segundo grado*, Flor improvisava algumas comidas com os produtos que Cristal, então atendente do *Economato*,¹⁵⁶ o mercado interno dos estabelecimentos prisionais catalães, desviava por meio de sofisticados sistemas de registros de perdas das mercadorias que ela e uma “boliviana”, também encarregada das vendas pelo *Economato* haviam criado. Fora da prisão, não poucas vezes Flor tinha sido incumbida de cozinhar os pratos a serem preparados para as festas do grupo de brasileiras que haviam se conhecido dentro das prisões catalãs. Em troca pelo seu serviço de cozinheira, ela era a única desabonada das contribuições financeiras com os custos das festas nas quais conversavam, majoritariamente, sobre arranjos e manejos feitos por todas, mas principalmente por Crsital, no tempo em que passaram presas.

A gente escondia a comida no sutiã antes de deixar o turno do dia no *Economato*, aí registrava tudo no nome de uma menina que tinha acabado de sair da prisão ou então, pegava um produto mais perto de vencer a validade que a gente tinha pego antes e colocava no lugar. Lembra quando a *bota preta* [agente de segurança ou “tutora” da penitenciária catalão] me parou para conversar e eu cheia de coisa guardada no sutiã? [risos], e eu lá *si señora, no señora*, as bota pretas ainda gostavam de mim! Ah as brasileiras não passavam aperto não, Natália! A gente se virava e ia se ajudando!

¹⁵⁵ Em Santa Coloma são encontrados diversos serviços prestados “por brasileiros para brasileiros”. No distrito existem inúmeros salões de cabeleiros de brasileiras para brasileiras assim como mercearias com produtos específicos da culinária brasileira. Sobre o tema ver: Piscitelli, 2013; Mansur, 2014 e, também, *Análisis urbanístico de Barrios Vulnerables en España 08245 – Santa Coloma de Gramenet*. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/bbv/municipios/08245.pdf>

¹⁵⁶ *Economato* é um armazém de compras administrado pelas instituições prisionais catalãs (e espanholas). Dentro das penitenciárias da Catalunha, presos e presas têm um cartão por meio são feitas transações de compras e depósitos de dinheiro nas prisões. Através deste cartão, as pessoas em cumprimento de pena podem comprar, no *Economato*, cartões telefônicos, shampoos, roupas, comidas, dentre outros produtos.

As histórias de Cristal monopolizavam a roda que se fazia ao redor da comida que Flor e Luz iam depositando sobre a mesa. Era hora de comer.

A organização da festa dispunha sobre a mesa das comidas naquela tarde em Badalona Pompeu os entrecruzamentos entre mercados e a produção de redes de ajudas atravessadas pela prisão. A organização da compra e o preparo das comidas para aquela tarde levava em conta quem podia comprar os produtos e quem iria preparar os alimentos. Tal organização estava implicada em relações transacionais que articulavam dinheiros e serviços com os afetos tecidos entre aquelas que se conheceram na prisão e que, por meio dela, produziram uma “rede de brasileiras” que “vai se ajudando”. Deste modo, Cristal – personagem do capítulo III desta tese que, por meio do trabalho no mercado do sexo em Barcelona comprava holerites que a registravam no mercado formal de trabalho – foi quem comprou o produto mais caro a ser servido durante o dia: as carnes. Por sua vez, Marcela e Luz, ambas inseridas no comércio de drogas local, e Linda, então casada com um “velho catalão” que a sustentava, “se ajudavam” na compra dos outros produtos, menos caros, mas não menos necessários para o sucesso da festa.

O presente capítulo se debruça na análise das negociações que mulheres brasileiras presas na Catalunha fazem a partir dos atributos de gênero e de sexualidade vinculados às suas nacionalidades através da experiência prisional. Negociações que as possibilitam melhores condições de vida dentro da prisão ou ainda, a transmutação do encarceramento para a migração e a permanência na Espanha. Transações e trajetórias tramadas por meio de redes que embaralham mercados e afetos. Como chamam atenção Díaz-Cotto (2005) e Dolores Juliano (2012), as personagens trazidas neste texto acionaram o mercado transnacional de drogas como um meio possível de subsidiar suas vidas (Butler, 2009), assim como a de suas famílias e também, seus planos de “melhorar de vida” ou até, “aproveitar a vida” (Togni, 2014). Elas não necessariamente integravam redes de comércio de drogas, antes integravam as marcações que as posicionavam como privilegiadamente sujeitas às políticas de encarceramento transnacionais: mulheres, oriundas das classes mais pobres e racializadas segundo sua nacionalidade brasileira a qual as tornavam “latinas” aos olhos dos agentes de controle das fronteiras e dos agentes de segurança prisional.

Classificação que, por outro lado, as agregavam uma ampla rede de transações entre colombianas, bolivianas, equatorianos e espanhóis (catalães) através das diferenciações tecidas por meio da nacionalidade e não por meio da equalização genérica que carrega o termo “latina”. Tal identificação passava a ser utilizada como uma ferramenta articulada nas tessituras relacionais, mantidas dentro/fora da prisão, sustentadas por amizades, amores, comércio de drogas, serviços de cuidados e sexuais.

As trajetórias das mulheres sobre as quais o presente capítulo se debruça, falam dos processos de criminalização transnacionais que afetam sujeitos marcados por raça, classe, gênero, sexualidade e nacionalidade. Mas falam também, de como estas pessoas agenciam os mesmos atributos que as criminalizam de acordo com as suas possibilidades de ação (Constable, 1999; Piscitelli, 2013; Togni, 2014). Agências não mapeadas pelos esquadrinhamentos de prognósticos publicados nos relatórios sobre “estrangeiros presos na Catalunha” produzidos pelos aparelhos da justiça catalã (ver capítulo I). A importância de realizar pesquisa com estrangeiros presos em diversos contextos prisionais está em apreender como “políticas globais” (Wacquant, 2001) de criminalização são variavelmente agenciadas nas relações e trocas cotidianas estabelecidas dentro/fora das prisões (Kruttschnitt e Kennedy, 2013; Kruttschnitt e Husseman, 2008). Manejos os quais, no que tange aos dados desta pesquisa, articulam mercados (i)ligais atravessados pela constituição de redes vinculadas por trocas sexuais, dinheiro, afetos, prisão e migrações.

O presente capítulo conta a história de quatro das personagens brevemente citadas acima e também, a história de Maria, uma das primeiras brasileiras a ser presa em Barcelona acusada por “crimes contra a saúde pública”, ou seja, envolvimento com o comércio de drogas transnacional. Ela, no dia da tarde de comidas, já havia voltado para o Brasil. Por meio das trajetórias de Flor, Maria, Linda, Luz e Marcela, a intersecção entre mercados transnacionais e redes de ajuda atravessadas pela experiência prisional, assim como sua transmutação desta à migração na Espanha é analisada. O objetivo deste capítulo é o de analisar como as trajetórias das interlocutoras desta parte da pesquisa são atravessadas pelas tramas dos mercados (i)legais embaralhados por relações de afeto, sexuais e suporte material. Enredamentos narrados e vivenciados naquela tarde em que dinheiro e ajudas eram postos sobre a mesa na forma das comidas que Flor preparava na

cozinha do apartamento da “colombiana” onde vivia Luz e das carnes assadas pelo senhor uruguaio, amigo da “inquilina” do imóvel de Badalona Pompeu.



Foto da mesa da tarde de comidas preparadas por Flor, compradas por Cristal, Marcela, Luz e Linda.

VI.i. *Da prisão à liberdade: as trocas de Flor e Maria*

Preso aos quarenta e sete anos durante uma viagem que fazia com seu filho mais novo, na época com sete anos, Flor deixou outros três filhos no Brasil. Ela viajou para Barcelona levando cocaína amarrada no corpo. Sua intenção era a de entregar a droga e passar uma semana na Espanha como turista, mas Flor foi presa durante o processo de troca da mercadoria pelo dinheiro no quarto do hotel em que ficaria hospedada junto de seu filho. Não muito tempo depois, ela foi condenada a cumprir seis anos de prisão pelas leis criminais da Catalunha. O modo como ela narrava seu percurso na instituição prisional de Barcelona era emblemático.

Minhas irmãs já tinham feito várias viagens, mas eu não sabia de nada. Eu só via que elas estavam reformando a casa, comprando máquina de lavar, televisão, geladeira, tudo novinho. Eu era a única das irmãs que estava trabalhando, meu marido também trabalhava e minhas irmãs eram todas desempregadas, separadas, viúvas... Aí eu perguntei para uma delas, que sabe, a gente vivia tudo no mesmo quintal, então uma tarde eu fui perguntar para uma delas como elas estavam conseguindo fazer tudo aquilo. Aí ela me contou o que elas faziam quando ficavam uma semana fora viajando. E eu achando que elas iam pro interior visitar umas amigas! Eu disse para ela que eu também queria ir. Também queria viajar, conhecer a Espanha e comprar um monte de coisas. Mas a gente não imagina que vai chegar aqui e vai ficar presa. A gente sempre acha que vai dar tudo certo, que vai entregar a droga, pegar o dinheiro e voltar para a casa.

Mas aí, acontece isso. Olha menina, só posso te dizer que a hora que eu fui presa, na hora mesmo, fiquei até um pouco aliviada. Eu tinha viajado doze horas com aquilo tudo amarrado na minha barriga e nas coxas. Eu estava tão apertada para ir no banheiro... A hora que a polícia me viu desamarrando tudo do meu corpo e perguntou se eu tava bem, primeiro eu pensei, “nossa, que polícia delicada!”, porque a gente pensa que vai apanhar, ser torturado, que nem a gente ouve da polícia do Brasil, mas aí eu disse assim, em português mesmo porque não sabia falar nada em espanhol, “dona, eu só quero ir no banheiro”. Ela me ajudou a *despregar* toda aquela droga de mim e eu fui correndo no banheiro! Achei que depois disso eles iam só me mandar de volta para o Brasil, mas aí que eu entendi que eu estava mesmo presa.

Em sua narrativa, a entrada na prisão e a consequente separação de seu filho eram os mais tensos momentos do aprisionamento. Flor não sabia o que aconteceria com ele ou com ela, não entendia a língua, as leis e os regulamentos que determinariam seus “destinos”.¹⁵⁷ A partir da intervenção do Consulado Geral do Brasil na Catalunha e da decorrente permissão de retorno de seu filho ao Brasil e à sua família, a fala de Flor mudava de foco. Com as resoluções tomadas pela justiça catalã, era ela quem assumia postos de trabalho, celas e aprendia a trabalhar com aquilo que lhe havia sido determinado. “Depois da desgraça vem o prazer”, dizia Flor que passava a contar sobre seus namoros dentro da prisão e sobre como, por meio deles, “melhorou sua vida” dentre os corredores do Módulo II, *segundo grado*, da Penitenciária Feminina de Brians. Lá, por intermédio de sua companheira de cela, conheceu um espanhol que também cumpria pena e que estava empregado em uma das oficinas de trabalho que funcionavam na prisão. Flor começou a se relacionar com ele que passou a “ajudá-la” (Piscitelli, 2011) financeiramente. A relação passou a representar um importante incremento em seus ganhos financeiros.

Como, também explicitado no capítulo I da tese, as oficinas de trabalho dentro das penitenciárias catalãs eram descritos como fartos e muito representativos para a manutenção da vida cotidiana. Nos módulos masculinos, os salários podiam, ao menos até o início de 2012, ultrapassar mil euros, pagamento inalcançado nas oficinas de trabalho dos módulos femininos. A diferença entre os pagamentos pelos trabalhos dos módulos

¹⁵⁷ Como já explicitado no primeiro capítulo, “destino” é a palavra utilizada, nos prontuários assinados pela justa de tratamento do sistema penitenciário catalão, para identificar os resultados das avaliações criminológicas e comportamentais das presas (e presos).

masculinos e femininos era bastante significativa. As interlocutoras desta parte do campo declaravam receber entre setenta e quatrocentos euros. Os salários pagos pelo trabalho exercido dentro de Brians, principalmente dentro dos módulos masculinos daquela prisão, eram, portanto, fatores representativos do porquê de relacionamentos heterossexuais serem vinculados às estratégias de manutenção da vida por parte das mulheres em cumprimento de pena.

Por meio da ajuda oferecida por seu namorado espanhol, por exemplo, Flor podia adquirir alimentos, roupas, cosméticos e cartões telefônicos no comércio interno da penitenciária, produtos e serviços que a integravam nas redes de relações da prisão. Sem gastos com aluguel e contas mensais, ela alcançou uma condição de vida confortável. Condição que segundo ela, nunca havia experimentado fora da prisão, no Brasil, em um bairro de periferia da cidade de São Paulo. Todo o dinheiro que recebia, fosse através de seu namorado ou com seu pagamento de duzentos e quarenta euros pelo trabalho de lixeira do módulo, era para seu próprio uso. Flor não enviava dinheiro para sua família no Brasil como faziam tantas outras presas, dentre elas, Maria.

Para Maria, a experiência prisional significou um meio de ascensão econômica e social. Maria contava que, antes de ser presa no aeroporto de Barcelona acusada de cometer “crime contra saúde pública”, ela e seu filho mais velho estavam desempregados e ganhando, através de trabalhos temporários, cerca de seiscentos reais ao mês para sustentar toda família composta por Maria, sua mãe já aposentada e seus três filhos. Durante o cumprimento da pena na prisão catalã, Maria passou a trabalhar como encarregada de limpeza e serviços gerais chegando a receber até quatrocentos euros. Destes, guardava cento e cinquenta para os seus gastos pessoais e enviava todo o restante ao seu filho, montante que significava, naquele momento, aproximadamente seiscentos e cinquenta reais. Um dinheiro o qual era, entretanto, depositado todos os meses e que valia para sustentar a casa composta, agora, por uma pessoa a menos. As remessas financeiras feitas por Maria para sua família no Brasil, mais precisamente à Guarulhos, cidade da região metropolitana de São Paulo, eram agregadas aos recebimentos que seu filho mais velho conseguia com trabalhos temporários. Com parte do dinheiro que ela enviava desde a prisão catalã até o Brasil, seu filho tirou carteira de habilitação para trabalhar como

motorista de caminhão e passou a receber entre mil e quinhentos a dois mil reais por mês. A situação econômica de sua família mudou muito. Além disso, Maria, que era analfabeta, aprendeu a ler e escrever português e castelhano na prisão. Sua passagem pela instituição penitenciária catalã possibilitou que ela e seu filho qualificassem suas mãos de obra. Possibilitou que Maria aprendesse a ler e escrever em duas línguas.

A condição de bem estar econômico de que falavam Maria e Flor, entretanto, estava associada à vida na prisão em *segundo grado*, regime que entrelaçava aprisionamento a certa seguridade. A progressão da pena para o *tercero grado* teve distintas significações para cada uma delas.

Maria aceitou a proposta, feita pelo governo catalão a todas as pessoas estrangeiras presas, e trocou a liberdade condicional pela expulsão. Sua decisão resultou na transferência à penitenciária de Wad Raz, localizada próximo do centro da cidade de Barcelona. Transferência que permitiu à Maria ficar todos os dias “na rua” e retornar à prisão somente para almoçar e dormir, mas que a afastou de seu posto de trabalho na penitenciária de Brians. Maria passou a aguardar a data de sua expulsão sem trabalhar recebendo, somente, um pagamento de setenta euros mensais pelo serviço de retirada dos lixos dos pavilhões. Nesse registro, com a progressão da pena, Maria que não manifestou ao governo catalão nenhum tipo de projeto migratório, perdeu a seguridade que a prisão fechada lhe oferecia. Em sua narrativa, os dias em que ela podia passar integralmente na rua, os *dias de permiso*, eram passados sem ter onde comer e, principalmente, sem ter aonde ir ao banheiro: “às vezes compro um café em algum lugar só para fazer xixi”. Ficar sem banheiro para Maria era muito pior que ficar sem comer. Desse modo ela, que passava seus dias livres sentada nos bancos da Plaza Catalunya, conheceu o garçom de um restaurante indiano da região e começou a se relacionar com ele:

Nos dias de *permiso* eu me arrumo toda e vou até o restaurante fingindo que sou cliente, ele já sabe que não tenho dinheiro, então ele coloca dinheiro em cima da mesa, eu pego e peço alguma coisa para comer. Ele sabe que estou presa, mas eu não contei para ele que vou embora para o Brasil, ele pensa que vou casar com ele. Eu finjo que não entendo muito as coisas que ele fala e vou ficando com ele. É bom ter um lugar para ir nos dias do *permiso*. Isso não é errado, é?

Enquanto me contava de seu namorado indiano, Maria empreendia esforço em se justificar. Tentava diferenciar o “interesse” da “necessidade” com a qual procurou pontuar seu relacionamento com o “garçom indiano”.

Flor, por sua vez, não aceitou tão rapidamente trocar a liberdade condicional pela expulsão. Deixou essa decisão em suspensão esperando tomá-la no último momento possível, poucos dias antes de assinar sua liberdade condicional. Assim como Maria, Flor foi transferida para a penitenciária de Wad Raz de onde saía todas as manhãs e retornava, somente, para almoçar e dormir. Lá, conheceu outro preso, agora um catalão. Passou a relacionar-se com ele que, por sua vez, empregou-a como “cuidadora” de sua mãe, uma mulher idosa moradora do mesmo bairro em que se situa a penitenciária de Wad Raz. Com esse trabalho, Flor recebia cinquenta euros ao mês. Para ela, entretanto, o mais importante não era o pagamento, mas o fato de esta atividade a oferecer um lugar onde dormir, comer e passar os dias de *permiso*, natal e ano novo. Enquanto falava, mostrava fotos e presentes da família catalã que havia a “amparado”.

Em relação ao dinheiro, Flor dizia não passar necessidades. O fato de manter relações sexuais com o catalão de Wad Raz não impediu que sua relação com o espanhol, que conheceu em Brians e que seguia preso e trabalhando, persistisse. Todos os sábados, Flor acordava pela manhã e seguia até a estação ferroviária e rodoviária de Sants para pegar o ônibus que levava, por sete euros o trecho, familiares da cidade de Barcelona à distante penitenciária de Brians. Chegando a Brians, Flor seguia ao guichê do pecúlio e sacava da conta de seu namorado espanhol alguma quantia em dinheiro, entre vinte e duzentos euros dependendo da semana. Às vezes Flor sequer pegava o ônibus, pois seu namorado catalão, que também cumpria pena em *tercero grado* e, portanto, tinha dias de *permiso* como Flor, levava-a de carro até a porta da penitenciária de Brians pensando que sua namorada visitaria uma amiga.

Flor conseguia manter alguma seguridade econômica por meio dos relacionamentos sexuais e afetivos iniciados nas prisões e mantidos fora dela. A segurança econômica que Flor experimentava era, ainda, vinculada à liberdade. Flor dizia sentir-se livre estando presa. “No Brasil, sempre vivi para meu marido, meus filhos, minhas irmãs. Nunca vivi para mim. Aqui eu vivo só para mim”. Pelas possibilidades que a prisão catalã

ofereceu a ela, Flor não pretendia retornar ao Brasil. Enquanto cumpria sua pena em *tercero grado*, fazia planos de liberdade na Espanha, planos migratórios.

Os planos migratórios de Flor, contudo, podiam ser frustrados com a proximidade do dia em que ela assinaria sua liberdade condicional. Quanto mais próximo estava desse dia, mais ela se dizia angustiada. Em uma de nossas conversas, confessou: “não vou conseguir viver aqui com o que meus namorados me dão. Depois que cumprir a *condena*, onde vou dormir todos os dias?”. Flor sabia que não poderia morar com a família catalã que, enfim, não a acolhera por completo. Sabia que não teria possibilidades de alugar um lugar para morar e arcar com suas despesas. Sabia que a Espanha estava em crise e que ela, egressa do sistema prisional na condição de imigrante irregular, não conseguiria emprego.

A política prisional catalã permite que estrangeiros presos recusem a expulsão, mas ao fazê-lo, estes avalizam que estarão irregulares em território espanhol e que se pegos pela polícia em situação irregular poderão ser levados a um Centro de Internamento de Estrangeiros (CIEs), instituições onde ficam detidos estrangeiros sem papéis à espera de serem expulsos do país (ver capítulo III).

Sempre presentes nas falas das interlocutoras desta pesquisa, os CIEs representavam o antagonismo da opção em permanecer na Espanha após o ganho da liberdade. O fim do cumprimento da pena, nesse registro, relacionava-se diretamente com o fim de um estado de seguridade mantido pela instituição prisional. A decisão de sair da prisão em liberdade sem ir, imediatamente, ao aeroporto tinha de ser ponderado frente à perda material dos documentos de identificação que permitiam a livre circulação pelas ruas de Barcelona. A liberdade sem expulsão, nesse registro, é uma liberdade sem garantias de direitos que, por outro lado, eram assegurados pelo aprisionamento (Sudbury, 2005). Uma contradição produzida pelos próprios aparelhos de estado catalães.

Ainda assim, não eram os CIEs que mais faziam Flor ponderar sobre seu retorno ao Brasil. Uma de suas filhas estava grávida e insistia que a mãe retornasse para “casa”, em São Paulo, antes do nascimento do bebê. Flor não tinha mais argumentos contundentes que fizessem com que sua família compreendesse sua permanência na Espanha. A liberdade estava próxima e, com ela, os últimos dias que Flor tinha para assinar

o aceite de expulsão. Flor pensava que teria de voltar para sua vida de antes da prisão, para a vida em que vivia, não para ela, mas para seus filhos e agora, netos.

As angústias de Flor ilustram que, se por um lado, há uma perda de seguridade decorrente da libertação do sistema penitenciário catalão, por outro, habitando lugares de interstícios entre legalidade/regularidade e ilegalidade/irregularidade, há a possibilidade de planos e vivências de “liberdades” serem agenciados na tensão entre a “saída da prisão” e a “volta para casa”. No que tange a narrativa de Flor, “voltar para a casa” significava perder a “liberdade” adquirida em Barcelona mesmo que fora de uma trama de direitos que era a princípio, assegurada pela situação de prisão. “Voltar para a casa” a enredava em demandas tecidas por laços familiares que, asseguradas legal e legitimamente, faziam de Flor “presa à vida do marido e dos filhos”.

A narrativa de Linda também tenciona prisão, liberdade e direitos. Mais do que isso, Linda quem, por meio dos elos estabelecidos através da prisão experimentou, fora dela, condições de regularidade documental e econômica, dizia preferir “voltar para a casa” no garimpo clandestino a ficar casada em troca de ter onde morar e o que comer. Por fim, Linda só queria casar por amor.

VI.ii. Linda só queria casar por amor

Linda chegou ao aeroporto internacional de Barcelona em 2005 e, desde lá, seguiu para todos os procedimentos de prisão. Foi julgada e condenada a cumprir sentença sob a acusação por “crime contra a saúde pública”. Sete anos depois, a entrevistei em sua casa, em Barcelona. Um apartamento de três dormitórios onde Linda vivia com sua filha e o homem com quem ela havia casado: um senhor catalão de pouco mais de setenta anos, que registrou em seu nome a filha que Linda teve com um espanhol também preso em Wad Raz. Linda conheceu seu marido nos períodos de dias de *permiso* que tinha durante o cumprimento de sua pena em *tercero grado*. Ele trabalhava como garçom em uma cafeteria próxima da penitenciária de Wad Raz da qual Linda saía e voltava todos os dias. Ela estava grávida do namorado que havia conhecido em Brians e que se recusara a reconhecer a paternidade de seu filho. Presa, estrangeira, sem trabalho ou dinheiro, ela não sabia o que fazer. Um dia, o senhor catalão que testemunhava a vida de Linda desde seu posto na

cafeteria, propôs que eles se casassem. Ele era sozinho, nunca havia se casado nem tido filhos e começava a precisar de alguém que cuidasse dele. Linda, por sua vez, ao se casar com ele teria um lugar onde morar e poderia ainda, segundo a lei espanhola que regula sobre “direitos e liberdades” de estrangeiros no país, permanecer na Espanha regularmente para dar a luz à sua filha com tranquilidade.¹⁵⁸

Durante as cinco horas que passei entrevistando-a em seu apartamento, Linda pouco falou de sua vida na prisão catalã. Ela procurou, contudo, costurar em uma narrativa coerente sua vida no Brasil com a prisão na Espanha e o casamento com o velho garçom catalão, ou “o velho catalão” como ela costumava chama-lo. Para Linda, explicar-me toda a história de sua vida era necessário para que eu entendesse os motivos de sua prisão em Barcelona.

O garimpo da minha mãe

Eu lembrava que quando eu era criança, via minha mãe chegar na casa dos meus tios cheia de ouro, com arma na cintura. Eu achava aquilo o máximo. Eu queria ser a minha mãe, eu queria ir pro garimpo!

Linda foi deixada com seus tios quando tinha treze anos de idade em uma chácara no interior do estado de Roraima. Sua mãe trabalhava no garimpo situado entre as fronteiras do Brasil e da Venezuela e não podia levá-la com ela. Seus tios, entretanto, violentavam-na sistematicamente e Linda decidiu fugir de casa indo parar no centro de uma cidade vizinha onde passou a viver na rua, até que conheceu a dona de uma casa de prostituição que a acolheu. Linda começou a trabalhar na casa de prostituição ora limpando, ora atendendo algum cliente. “Eu não era obrigada a ir pra cama com ninguém, eu ia quando queria fazer mais dinheiro do que aquele que eu recebia pelo serviço de limpeza. Ninguém me obrigava a fazer nada”, frisava ela.

Em uma das vezes em que Linda decidiu atender os clientes da casa de prostituição em que trabalhava, conheceu o homem que seria seu primeiro marido. Um caseiro de fazendas pecuárias da região. Ele passou a ser cliente fixo de Linda com quem,

¹⁵⁸ De acordo com a Ley Orgánica 4/2000, de 11 de janeiro, sobre *derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social*, todos os estrangeiros que se casam com espanhóis têm o direito de residência adquirido. Este deve ser renovado por dois anos até que se torne permanente. A lei não diferencia, como faz a lei brasileira (ver capítulo III), estrangeiros que tiveram ou não passagem pelo sistema prisional. O texto da lei está disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2000-544>

por fim, ela se casou quando tinha quinze anos e ele pouco mais de vinte. Linda deixou a casa da mulher que havia a acolhido para morar com seu marido em uma das fazendas em que ele era empregado.

Ele me ensinou tudo que eu sei. Me ensinou a ler, escrever, a comer de talher. Eu amo ele até hoje. Ele foi tipo meu pai. Eu dizia pra ele que eu só ia abandonar ele no dia que eu encontrasse minha mãe. Que nesse dia eu ia embora com a minha mãe.

Com seu primeiro marido, Linda ficou casada por pouco mais de quatro anos, teve uma filha com ele e só se separou depois que sua mãe a encontrou por meio da lista telefônica. Linda tinha então dezenove anos e estava, segundo ela, gorda. Mas, em sua descrição, ela dizia que ainda assim decidiu deixar sua filha com o antigo esposo para ir viver com a sua mãe na zona do garimpo. A mesma para onde ela havia ido quando Linda tinha treze anos: na fronteira entre Brasil e Venezuela.

Eu era mulher de fazenda, nêga, vivia de comer, cozinhar, matar bicho. Não tinha disposição física para entrar no mato, ir para o garimpo, me enfiar na selva! Mas eu queria ir nêga! Aí minha mãe disse que se eu emagrecesse, ela deixava eu ir com ela. Passei tanta fome, fiquei mais de semana quase sem comer...mas eu emagreci e fui. Quando vi, estava lá no meio do mato que minha mãe abria, assim, a picada de facão. Eu estava tão feliz, nêga! Tão feliz... nossa! Chegando lá, me deu um ódio. Eu achava que o garimpo era uma cidade, uma coisa linda. Eu lembrava que quando eu era criança, via minha mãe chegar na casa dos meus tios cheia de ouro, com arma na cintura. Eu achava aquilo o máximo. Eu queria ser a minha mãe, eu queria ir pro garimpo! Mas quando eu cheguei lá, tanto sacrifício para eu chegar lá... quando vi o garimpo, fiquei com uma raiva! A vila do garimpo não era uma cidade, era só quatro pau e uma lona em cima! O garimpo era só lama! Quanto sacrifício pra chegar naquilo. Na lama! Minha mãe me deixou com meus tios pra ficar naquela lama?! Fiquei com muito ódio!

Apesar do ódio, Linda percebeu que “debaixo da lona tinha de tudo”, mercearias, lanchonetes e casas de prostituição. Decidiu então abrir um pequeno negócio de bolos. Ela os fazia e os vendia por pedaços, enquanto isso, sua mãe seguia nas atividades de coleta do ouro como “dona de balsa de garimpo de rio”. A balsa de garimpo de rio é uma estrutura de madeira motorizada com capacidade para sugar de vinte a sessenta gramas de ouro por dia. Uma balsa custa cerca de vinte e cinco mil reais e é composta por uma

“voadeira” (barco pequeno com motor), equipamento de mergulho e um motor acoplado a um tubo de ar de duzentos milímetros que puxa o cascalho e a areia do fundo do rio. Cada balsa emprega seis garimpeiros mergulhadores e uma cozinheira. Ser dono ou dona de balsa, nesse registro, significa ser o detentor da tecnologia necessária para a captação do minério. Significa também, ser o responsável pelo pagamento dos trabalhadores e pela manutenção dos equipamentos.

A imagem que Linda tinha da mãe, “carregada de ouro e com arma na cintura”, decorria da posição que ela ocupava no garimpo. Posição enredada por relações de poder e de risco, dado que a atividade de coleta de ouro exercida por ela ocorria em garimpos clandestinos, quer dizer, em áreas onde a exploração do minério não era permitida nem regulada pelos governos brasileiro ou venezuelano. O território fronteiriço, objeto de constante disputa e controle por parte dos aparelhos de estado, das populações indígenas e dos garimpeiros (Rodrigues, 2006 e Pereira, 1991) foi ainda, segundo a narrativa de Linda, ocupado no início da década de 2000 pelas forças nacionais venezuelanas que fecharam as atividades de coleta do ouro, expulsaram os garimpeiros do local e tomaram de sua mãe, e de outros donos de balsa, todos os equipamentos.

Linda e sua mãe ficaram, portanto, sem ter meios de subsistência. Expulsas da do garimpo, voltaram para a área urbana do estado de Roraima com a intenção de esperar que o exército venezuelano deixasse a região de mineração para que, assim, elas pudessem retornar para continuar a viver da atividade. Nesse período, Linda voltou a trabalhar na zona de prostituição, pois seria necessário sustentar ela, sua mãe e todos os funcionários da balsa de que sua mãe era proprietária. “Porque é assim, quando você é dono de balsa tem de dar de comer pros funcionários não importa o que tiver acontecendo”. Com o trabalho como prostituta, Linda mantinha a todos em um pequeno hotel da cidade e pagava também, as refeições diárias de todos eles. Pouco tempo depois, contudo, as forças nacionais venezuelanas deixaram o garimpo que reabriu de modo que sua mãe, seus funcionários e Linda puderam retornar à região. Dessa vez, Linda não deixou de trabalhar como prostituta na zona de coleta de ouro, de modo que ajudava sua mãe a juntar dinheiro para a compra de uma nova balsa, pois a antiga havia sido apreendida pelo exército venezuelano.

O incidente que fez Linda tomar a decisão de ir para Barcelona levando cápsulas de cocaína em seu estômago ocorre neste contexto. Em sua longa narrativa, Linda contava que sua mãe se apaixonou por um de seus clientes com o qual acabou se casando. O ex-cliente de Linda, então marido de sua mãe, entretanto, continuava a demandar pelos serviços da filha que, por sua vez, recusava atendê-lo. As investidas do esposo de sua mãe fizeram com que ela expulsasse a filha do garimpo. Após ser expulsa por sua mãe da vila dos garimpeiros, Linda decidiu que teria de juntar dinheiro suficiente para voltar ao garimpo como “dona de balsa” e, assim, ocupando um lugar de mais prestígio que o de sua mãe, matar o marido dela, seu ex-cliente e protagonista daquela peleja entre as duas. Linda procurou um traficante venezuelano e se ofereceu para viajar à Espanha carregando cocaína no estômago. Assim o fez por duas vezes antes de ser presa e passar três anos cumprindo pena entre Brians e Wad Raz em Barcelona.

Na tarde em que fui visitá-la na casa em que vivia com sua filha e o “velho catalão”, Linda ainda cumpria a pena em *tercero grado*, mas havia conquistado o direito de permanecer em prisão domiciliar por ser casada com um espanhol, por ter uma filha com menos de dois anos e por ter residência fixa. Linda, em oposição a toda sua trajetória entre Brasil/Venezuela, saiu da prisão com lastros documentais e de vínculos suficientes para assegurá-la os direitos de imigrante regular. A filha de Linda recebia um auxílio financeiro governamental e ambas passavam o dia em uma instituição na qual, enquanto Linda aprendia ofícios – como os de cuidadora, cozinheira e outros ligados ao mercado de trabalhos dos “cuidados” (Hirata, 2012) – sua filha era tutelada por professoras e recreadores. Mas a despeito de todo suporte material e de regularidade documental que ela experimentava, Linda planejava voltar ao Brasil. Mais especificamente, voltar ao garimpo. Sobre isso, ao ser, recorrentemente, questionada pelas amigas que conhecera dentro da prisão catalã, Linda sempre respondia:

Ah, cansei de casar pra ter onde morar, de casar pra ter alguma coisa em troca. Com esse velho então, não dá nem pra *tregar*! Levo mais de seis meses sem *dar* e o velho só dura cinco minutos! Não vejo a hora desse velho morrer! Cansei. *Ah nêga, eu só quero casar por amor!*

As histórias e narrativas de Linda (assim como as de Flor e Maria) possibilitam desestabilizar noções pressupostas acerca de prisão e liberdade muitas vezes imbricadas na ideia de “circuitos de precariedade” (Cunha, 2002). Permite, ainda, desestabilizar os prognósticos publicados no relatório sobre estrangeiros presos na Catalunha pelo departamento de justiça (ver capítulo I). Afinal, Linda era o estereótipo do “mal prognóstico”: ela não mantinha vínculos familiares com o Brasil, seu “país de origem”, e havia produzido toda uma rede familiar documentada que a fazia permanecer regularmente na Catalunha. Linda era a egressa do sistema prisional que havia se tornado a migrante indesejada que as políticas do estado catalão eram obrigadas a reconhecer, documentar e subsidiar. Ainda assim, ela dizia querer voltar ao Brasil, queria reencontrar sua filha mais velha e voltar ao garimpo de sua mãe. Em outras palavras, ela não parecia se importar em permanecer em situações de “desafiliação” ou “vulnerabilidade” (Castel, 1991) documental e financeira perante aos aparatos jurídico-regulatórios estatais. Linda não pensava em atrelar seu “destino” ao enquadramento de uma total legibilidade (Das e Poole, 2004) e regularidade estatal. Nesse registro, nas falas de Linda, liberdade relacionava-se a um “amor”. À imagem de uma conjugalidade liberta de trocas e ajudas (Hooks, 2001). A um ideal romântico (Illouz, 2009).

Linda e Ana: das redes de ajuda entre prisões e mercados do sexo transnacionais

Depois que voltei de Barcelona, segui minhas conversas com Linda através do *facebook*. Por meio desta rede social, ela me contou que havia saído da casa do “velho catalão” e deixado sua filha na casa de uma amiga para, assim, poder trabalhar no *piso*[casa]de prostituição de Ana a quem Linda havia conhecido dentro dos pavilhões de Brians.

No início da década de 2000, Ana saíra de Santo André, a mesma cidade da região metropolitana do estado de São Paulo onde eu moro,¹⁵⁹ para levar cocaína à Barcelona. Como tantas outras “latinas”, ela foi detida no aeroporto e levada à penitenciária

¹⁵⁹ Ana foi colega de escola do meu marido e, durante nossas conversas, percebemos que eu conhecia sua irmã do salão de beleza que fica ao lado de minha casa. Sobre estes enredamentos entre bairro e prisão que tramaram metodologicamente esta pesquisa, ver parte I da tese.

para cumprir pena por “crime contra saúde pública”. Durante sua pena, Ana conheceu uma proprietária de um apartamento onde mulheres de várias nacionalidades prestavam serviços sexuais. Apartamento onde Ana passou a trabalhar enquanto cumpria a pena em *tercero grado* e depois, em liberdade. Com o tempo e com o dinheiro ganho, Ana alugou seu próprio apartamento e, por meio dos contatos que tinha na prisão, oferecia abrigo e trabalho às brasileiras que, como ela, haviam sido presas por tráfico internacional de drogas. Mais do que isso, as redes de Ana permitiam que ela expandisse seu mercado e, assim, oferecesse a seus clientes, além de serviços sexuais, cocaína proveniente da “América Latina”.

Ao mesmo tempo, o apartamento de Ana servia de porto seguro para brasileiras que (como Maria) não tinham onde ficar nos dias de *permiso*. Brasileiras que não eram obrigadas a trabalhar com mercado sexual caso precisassem se hospedar em seu apartamento. “Elas fazem o que quiserem, não precisa ser puta. Se precisar de um teto, só peço para que cozinhem e limpem a casa, é uma troca, entende?”.

Conheci Ana dentro do módulo de *primero grado* da Penitenciária de Brians durante uma de minhas visitas à unidade junto do Padre Jesus (ver capítulo I). No momento da pesquisa, ela respondia pena por ser proprietária de um apartamento de prostituição que seguia em funcionamento sob a gerência de uma das brasileiras que Ana conhecera na prisão. Como ocorre no Brasil, o trabalho sexual na Espanha não é crime, mas assim é considerado todo o tipo de suporte a este trabalho (Juliano, 2002; Piscitelli, 2013; Tavares, 2014). Deste modo, manter uma casa, um apartamento ou um estabelecimento onde seja possível realizar encontros voltados aos serviços sexuais é considerado crime punido por prisão. Acusada de ser dona e de gerenciar um apartamento de prostitutas em Barcelona, Ana foi, portanto, presa pela segunda vez na Catalunha.

Caminhando entre as tênues fronteiras das legalidades e ilegalidades, Ana continuava a viver na Espanha, país para o qual havia viajado há quinze anos para uma ação comercial pontual. País no qual conheceu, também, o português com quem se casou para produzir, além dos lastros econômicos decorrentes do mercado sexual, os lastros documentais que a afiançavam e a permitiam ficar regularmente na Espanha. Por meio do mercado de drogas que conectavam Brasil e Espanha em um fluxo transnacional, Ana inseriu-se, através das redes de ajuda conhecidas na prisão catalã, no mercado do sexo

intersectado por acordos transacionais atravessados pelas tramas documentais que tecem legalidades/ilegalidades com permanências, prisões e liberdades.

Sua história, era enredada nas trajetórias de Linda e de outras brasileiras que a haviam conhecido desde os pavilhões das penitenciárias catalãs ou, ainda, por meio de informações que uniam redes de ajuda e mercados (i)legais constituídos por presas e egresas brasileiras do sistema prisional catalão. Linda recorreu a esta rede de ajuda, tramado por meio do mercado do sexo, para poder sair da casa do “velho catalão”. Para voltar a trabalhar e juntar o dinheiro necessário para retornar ao Brasil, à lama, ao garimpo de sua mãe. Para poder, quem sabe, “casar por amor”.

Em 2014, Linda voltou ao Brasil trazendo sua filha mais nova. Conseguiu reencontrar sua filha mais velha que seguia morando com o seu primeiro marido. Mãe e filhas foram para Roraima encontrar com a, agora, avó das filhas de Linda que sofria, naquele momento, de um câncer terminal. A mãe de Linda morreu sob os cuidados de sua filha que, após a sua morte, voltou ao garimpo e abriu uma pastelaria “bem de baixo da lona”.

VI.iii. Luz e Marcela: irmãs de caminhada entre as redes de afetos dos mercados ilegais

Uma das personagens do capítulo III desta tese, uma das principais interlocutoras desta pesquisa, Luz, brasileira da cidade de Diadema que foi presa em 2007 assim que desembarcou no aeroporto internacional de Barcelona, tornou-se com o decorrer dos anos que duraram este processo etnográfico, uma amiga com a qual eu não perdi o contato. Com ela mantive interlocução ao longo de todo o período da pesquisa para o doutorado por meio de e-mails, telefone e *facebook*. Como explicitado no terceiro capítulo da tese, Luz assinou sua liberdade em início de 2012 e, naquele mesmo ano, foi detida pela polícia de *extranjería* e levada a um Centro de Internamento de Estrangeiros de onde telefonou para sua irmã, Francisca. Luz estava presa em um CIE e estava grávida de Carlos, colombiano a quem conheceu enquanto cumpria pena no módulo feminino da prisão de Brians. Pouco tempo depois, Luz foi solta do CIE com uma carta de expulsão do governo espanhol. Ela não voltou para o Brasil e seguiu vivendo irregularmente em Barcelona onde Carlos permanecia preso.

Luz visitava Carlos duas vezes por mês, ou seja, sempre que o casal tinha *vis-a-vis*. O marido de Luz seguia trabalhando em uma das oficinas de trabalho de Brians e, com o salário, conseguia mantê-la no apartamento de Badalona Pompeu, pagar suas despesas e manter-se dentro da prisão. Para incrementar a renda, Luz vendia pequenas quantidades de maconha e haxixe por meio dos contatos que obteve com Marcela, sua companheira de cela em Brians quem passou a ser a “irmã de caminhada” de Luz.

A situação de Carlos e Luz mudou depois que ela foi flagrada tentando ingressar com um cigarro de maconha para dentro da prisão em um dia de *vis-a-vis*. Na ocasião, Carlos e os tutores da penitenciária acordaram que, em decorrência da gravidez de Luz, ele assumiria a posse da droga de modo que ela não precisaria passar por um novo processo criminal. As visitas de Luz a Carlos foram, contudo, proibidas pela administração da prisão e, além disso, ele foi regredido para o *primero grado* de modo a perder seu posto de trabalho no pavilhão de *segundo grado* em Brians. Carlos não podia mais sustentar Luz que, por sua vez, já estava com oito meses de gestação.

A filha de Luz nasceu em uma pequena cidade rural da província de Girona, situada a oitenta quilômetros de Barcelona. Foi nesta mesma cidade onde, em setembro de 2013, encontrei Luz vivendo em liberdade como imigrante irregular.

Nos e-mails trocados e nas chamadas telefônicas que mantínhamos enquanto Luz estava em Catalunha e eu em São Paulo, ela me dizia que estava vivendo com sua filha e com Marcela na casa de uma “senhora idosa”. Luz e Marcela diziam que a senhora as havia acolhido como um favor. As informações que me passavam eram carregadas de atributos de precariedade, falta de infraestrutura, de dinheiro e de alimentação. Minha viagem à comunidade catalã de Girona foi feita com base nestas informações. Ao chegar à pequena cidade, contudo, encontrei Luz e Marcela vivendo em uma propriedade rural equivalente a uma chácara, na qual havia criações de cabras, porco e carpas que conviviam com os cachorros e os gatos da casa além, claro, da imensa porca Sofia que, segundo Luz, era o animal de estimação favorito da dona da casa. Luz e Marcela dormiam cada uma em uma suíte individual equipada com banheira e, no caso de Luz, com todos os utensílios

necessários para os cuidados de sua filha. A casa era decorada com pinturas que retratavam uma família ou uma mulher austera e, ainda, com móveis dourados estilo “Luis XIII” e cortinas elaboradas em tecidos grossos floridos. A casa em que encontrei Marcela e Luz morando não condizia, ao menos a primeira vista, com suas narrativas.

Assim que cheguei à “chácara de Girona”, encontrei Luz sozinha com sua filha. Nem Marcela, nem a dona da casa estavam. Eu havia feito algumas compras no mercado local com intenção de levar a elas alguma comida, além de fraldas e produtos de higiene que atendessem suas necessidades e as da criança. Luz e eu fizemos o almoço com as compras que eu havia levado e, enquanto cozinávamos, Luz foi contando sobre a casa, sobre a dona da casa e sobre a relação dela com Marcela.

Marcela também havia sido presa acusada de cometer “crime contra a saúde pública”, contudo, diferente da maioria de suas parceiras de prisão, Marcela dizia que era “mula profissional”. Segundo sua narrativa, ela aprendeu a embalar as cápsulas de cocaína que levava no estômago quando tinha menos de vinte anos e ainda vivia com seus pais em Porto Seguro, no sul do estado da Bahia. Ela mesma embalava a droga que tragava para transportar durante as viagens de ônibus que fazia pelo nordeste brasileiro enquanto seus pais administravam um restaurante regional para os turistas que visitavam a cidade.

Quando seus pais decidiram se aposentar e se mudaram para Santos, cidade litorânea do estado de São Paulo, Marcela ficou morando sozinha em Porto Seguro “luxando”, ou gastando com festas e roupas todo o dinheiro que ganhava pelos transportes de cocaína que fazia de um ponto a outro da região. Marcela havia se inserido no mercado de drogas brasileiro por meio das demandas de consumo feitas pelos visitantes de um dos principais destinos turísticos do país. No início da década de 2000, passou a receber propostas para levar cocaína em viagens internacionais. Seus ganhos seriam maiores e, para tanto, ela teria de se mudar para São Paulo, de onde saía a maior parte dos voos para Europa, a qual passaria a ser seu destino. Aos vinte e quatro anos, Marcela mudou-se para Santos e voltou a viver com seus pais. Saía de casa mensalmente para viajar à Espanha levando cápsulas de cocaína do estômago. À sua mãe, Marcela dizia que era representante comercial de bebidas e que viajava a trabalho. Os anos passados por entre viagens pelo

nordeste e pela rota transnacional do comércio de drogas fizeram dela uma “mula profissional”.

Eu fui uma das primeiras a levar drogas no estômago. Na minha época isso tudo era novidade. Mas também eu nunca deixei nada cair[nunca foi presa, nunca perdeu parte da droga e sempre manteve seus contatos em segredos], sempre fui de confiança. (...) eu aprendi a embalar a droga e toda droga que eu levava, era eu que embalava. Nunca traguei cápsula que *nigeriano*¹⁶⁰ embala. Eles fazem serviço porco, eu nunca corri risco de estourar. (...) Sempre me chamavam para umas viagens mais difíceis e eu cobrava mais caro. Vamô dizer, eu fui me profissionalizando e também fui ficando autônoma. Cobrava pelo serviço de um jeito que dava pra eu guardar um dinheiro e fui conhecendo pra quem eu tinha de entregar a droga e de quem a droga era. Eu conhecia todo mundo. Então fui pedindo pra eles me pagarem em droga. Fui guardando a droga até ter uma quantia boa pra começar o meu negócio. Foi aí que eu fui presa! Com a minha droga na barriga que demorei tanto pra juntar. Caí com a minha droga em Barcelona. E era pra eu ter ido pra Holanda, o pessoal estava me esperando lá, mas eu mudei de ideia na última hora.

Assim conheci Marcela, enquanto ela cumpria pena em *tercero grado* na penitenciária de Wad Raz em Barcelona. Diferente de todas as demais brasileiras presas em Barcelona que integraram o quadro de interlocutoras dessa pesquisa, Marcela era homossexual e não se inseria na trama dos relacionamentos heterossexuais entre os

¹⁶⁰ Dados produzidos pelo Ministério da Justiça do Brasil e publicados pelo InfoPen em dezembro de 2012, indicavam que nas penitenciárias masculinas paulistas, sabidamente na Penitenciária de Itá para onde são encaminhados estrangeiros em cumprimento de pena, estavam presos, naquele momento, 345 nigerianos. Como brevemente exposto em vários pontos desta tese, aos “africanos”, mas principalmente, aos “nigerianos” são atreladas marcações de “perigo” e “poder”. Atributos fortemente relacionados à ideia de que estes partilham de uma importante rede de mercado transnacional de drogas que conecta países das Américas do Sul e Central com países europeus e africanos. Mais de uma vez, em trabalho de campo, ouvi sobre uma suposta ligação comercial e logística, produzida para o transporte de cocaína desde São Paulo para diversos países, estabelecida entre PCC e “os nigerianos”. Este tema mereceria especial atenção e problematização o qual não cabe fazer nesse momento. Por ora, vale destacar que para Marcela, os “nigerianos” representavam risco de morte atrelado ao “trabalho porco” o qual, em sua fala, está fortemente relacionado ao modo como Marcela articulava com atributos raciais. Os “nigerianos” estão presentes nas falas de interlocutoras presas no Brasil e na Espanha, recorrentemente, atrelados atributos de risco, como a falta de cuidado na embalagem da droga que será tragada. Pretendo, em uma possível sequência dada a esta pesquisa, olhar mais atentamente para estas redes que alinhavam narrativas entre prisões de estrangeiros e mercados de drogas em São Paulo de modo a analisá-las frente a categorizações de raça, nacionalidade, sexualidade e gênero, por exemplo. Para acesso aos dados do InfoPen Ver: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=&params=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D> Última visita 30 de abril de 2015.

módulos de Wad Raz e Brians. Ao contrário, nestas mesmas prisões ela conheceu Eliza, uma espanhola com quem manteve um relacionamento chegando, inclusive, a morar com ela dentro e fora da penitenciária. Por Eliza, Marcela não aceitou a expulsão proposta pela justiça catalã e acatou a condição de irregularidade atrelada a sua liberdade condicional.

Em liberdade, Marcela vendia porções de maconha e cocaína em uma pequena rede do mercado local de drogas em Barcelona. Eliza, por sua vez, trabalhava legalmente para manter o apartamento em que vivia com sua filha e Marcela, sua companheira. O relacionamento, contudo, terminou pouco tempo depois de Marcela ter assinado sua liberdade definitiva. Pouco tempo depois de ela ter firmado sua condição de imigrante “ilegal”.

Marcela e Luz conheceram-se enquanto cumpriam pena na penitenciária de Brians em Barcelona. Compartilharam a cela algumas vezes e, durante o regime semiaberto, ajudavam-se mutuamente com dinheiro, trabalho e alimentação. A gravidez de Luz, o término do relacionamento de Marcela e Eliza e a condição de imigrantes irregulares de ambas configuravam razões suficientes para que elas decidissem “ir morar de favor com a senhorinha de Girona”.

Durante o meu almoço com Luz, foi ficando claro que a “senhorinha de Girona” era o contato de Marcela quando esta era “mula profissional”.

A “senhorinha de Girona” recebia a droga que Marcela trazia da América do Sul e a repassava para dois outros contatos, “uma cigana e um taxista” (diziam elas), que eram responsáveis por distribuir a droga pelo norte da Espanha e pela França. Enquanto ouvia as histórias que Luz me contava, percebia que a casa, repleta por sinais de ostentação, fazia parte de um período áureo do envolvimento da “senhorinha” e de Marcela com uma rede de comércio de drogas que não existia mais. De fato, no decorrer da tarde a “senhorinha” chegou a casa em companhia de Marcela. As duas carregavam uvas em sacolas reutilizáveis de supermercado. Elas tinham visto as uvas no quintal de uma das chácaras vizinhas e, por tê-las achado “tão bonitas”, resolveram colher alguns cachos rapidamente, “antes que o dono da chácara as flagrasse”. As narrativas de necessidade que Luz e Marcela me contavam por e-mail e telefone, por fim, coadunavam com o cenário de

ostentação. Ambas se encontravam na sacola das uvas e nos animais criados pela “senhorinha”. Animais que ela, vegetariana, recusava-se a comer. Antes, dizia ela, havia os “resgatados” de situações “lamentáveis” em propriedades da região.

A “necessidade” de que me falavam Marcela e Luz, em nossas conversas a distância, era referente também, a vida em uma cidade rural, em uma casa “sem internet” (para acessar e-mail e *facebook* elas iam à *lanhouse* da cidade administrada por imigrantes que, como elas, estavam irregulares na Europa). A uma situação em que possibilidades de trabalho e de algum tipo de ganho financeiro eram bastante limitadas. Luz, em especial, dizia querer voltar para o Brasil o quanto antes. Ela, que havia combinado com Carlos que o esperaria sair em liberdade para voltar – junto dele – para o Brasil, enviava todos os dias e-mails à Organização Internacional para as Migrações (OIM) pedindo que a incluíssem no Programa de Retorno Voluntário o qual, por sua vez, dependia de um documento a ser produzido pela assistente social da prefeitura da pequena cidadela rural em que estava Luz. Funcionária pública que demandava que Luz a entregasse alguma carta da OIM que a esclarecesse acerca do processo. Por fim, a despeito das demandas da assistente social do povoado de Girona, Luz conseguiu receber as passagens de retorno ao Brasil por meio de uma ONG catalã de atenção ao imigrante.

Marcela também queria voltar, mas como os representantes da ONG disseram que, naquele momento, só conseguiriam comprar a passagem para uma delas, as amigas decidiram que seria melhor Luz voltar primeiro, “já que ela está com o bebê pequeno”, dizia Marcela enquanto segurava a filha de Luz no colo.

Em novembro, dois meses depois de minha visita a casa da “senhorinha de Girona”, busquei Luz no aeroporto de Guarulhos e a levei à casa de sua família em Diadema. Marcela demoraria mais seis meses para conseguir voltar. Atualmente, as duas estão no Brasil. Marcela em Santos e Luz em Diadema. Luz ainda está casada com Carlos e segue aguardando sua chegada ao Brasil. Mas estas são histórias que apontam para os fios a serem seguidos por uma pesquisa posterior e que serão apenas brevemente, ponderadas no Desfecho desta tese.

VI.iv. Nas tramas dos mercados, afetos e prisões transnacionais

Como analisa Adriana Piscitelli (2011), “ajuda é uma noção amplamente difundida no Brasil e também entre migrantes brasileiras/os no exterior” (p.550). Noção vinculada a outras, como cuidado e afeto, “ajuda” relaciona-se às práticas de trocas sexuais atravessadas pelo dinheiro o qual pode tomar a forma de favores, jantares, roupas, celulares e artigos essenciais para subsistência (Fonseca, 1996; Piscitelli, 2008; Cantalice, 2009; Togni, 2014). Ajuda, nesse registro, relaciona-se às noções de sexo transacional tal como utilizada por Mark Hunter (2010), sexo tático como conceitua Amália Cabezas (2009)¹⁶¹ ou ainda, às descrições de Viviane Zelizer (2009) sobre as trocas feitas por jovens da classe trabalhadora norte-americana do início do século XX de saídas, festas, viagens de férias, roupas por favores sexuais; trocas estas também descritas por Scott Fitzgerald no romance *O grande Gatsby*. Ainda segundo Adriana Piscitelli, as formulações destes autores oferecem subsídios para as reflexões acerca da ajuda por falarem de intercâmbios sexuais que, mesmo mercantilizados, não são identificados com o trabalho sexual. Nas relações de ajuda as partes não são cliente e trabalhadora,¹⁶² são namorados, amantes. São partes de um relacionamento no qual as trocas mercantis não são diretas, mas antes atravessadas por narrativas que acionam e negociam afetos e cuidados múltiplos.

São as trocas de afetos, cuidados e sexuais que estão postas na mesa em que Maria se senta e aguarda receber, de seu namorado indiano, o dinheiro necessário para tomar café e passar os dias do *permiso*. O dinheiro colocado discreta e cuidadosamente sobre a mesa, justapõe à mercantilização da relação de Maria com o garçom outras camadas vinculadas ao afeto, mas também à “necessidade” e ao decorrente amparo produzido por entre duas personagens bastante representativas: uma brasileira presa por envolvimento com comércio transnacional de drogas e um “garçom indiano”, tal como Maria o descreve.

Às relações de Flor, por sua vez, eram atreladas além da “necessidade” de que falava Maria, prazeres somente acessados a partir da experiência prisional que a

¹⁶¹ A etnografia de Mark Hunter (2010) é produzida a partir de intercâmbios sexuais na África do Sul nos quais os presentes tem uma posição central. Amalia Cabezas (2009), por sua vez, elabora estudos sobre turismo heterossexual nos países da Republica Dominicana e em Cuba analisando-os a partir de uma economia afetivo-sexual.

¹⁶² Por mais que está relação possa, também, ser problematizada. Ver: Piscitelli, 2008, 2009 e 2013; Kempadoo, 1999; McClintock, 1993.

possibilitou estes encontros sexuais. Prazeres enredados ao sexo, mas não só por meio de seu ato, antes por suas devolutivas – do dinheiro sacado do pecúlio do namorado espanhol à carona dada pelo namorado catalão até Brians. Particularmente ao que tange o namorado catalão de Flor, presentes, idas a restaurantes e o oferecimento de uma casa durante os dias fora da prisão estavam postos tacitamente no intercâmbio de outra camada a também ser levada em conta: a do “trabalho de cuidadora da mãe”. Esta atividade, produzida pela articulação entre “necessidade” e “cuidado”, ilustra quais diferenciações estavam sendo acionadas para a definição dos limites da relação que era estabelecida entre a “família catalã” e a “presa brasileira”.

Balizada por categorias de diferenciação, como raça e nacionalidade, o vínculo de Flor com a família de seu “namorado catalão” era firmada em sua condição de presa, já que ela não seria acolhida por eles depois do fim de sua pena quando estivesse irregular em território espanhol. O catalão não propôs se casar com Flor para que, assim, ela pudesse permanecer “legalmente” em Barcelona, mas a amparava no decorrer de sua sentença em troca de favores sexuais e de cuidados mercantilizados.

Por meio da dupla via da ajuda – a família ajudava Flor que ajudava a família – eram estabelecidos múltiplos vínculos sexuais, de cuidado e de afetos atravessados pelo dinheiro. Vínculos por meio dos quais Flor dizia sentir-se “livre” estando “presa”. Era, afinal, através deles que ela produzia os meios necessários para poder caminhar nas ruas de Barcelona amparada pelo dinheiro dado a ela por seu namorado espanhol, pela casa da família de seu namorado catalão e, também, pelo marco de inteligibilidade (Butler, 2010a) jurídico provido pelos documentos que a permitia estar na cidade catalã sem os riscos de internamento nos CIEs ou de expulsão. Nas palavras de Flor, seus namorados e a prisão a fizeram “ganhar o mundo”. Mundo inacessível desde sua experiência conjugal com o marido brasileiro, pai de seus quatro filhos, avô de seus netos. Família que esperava a “volta para casa” que Flor insistia em adiar mesmo sem justificativas que pudessem convencer sua filha mais velha, e grávida, da imprescindibilidade de sua permanência na Espanha.

A angústia que Flor dizia sentir quando pensava em “voltar para casa” ilustra que fluxos migratórios não são impulsionados unicamente por questões práticas, tais como

trabalho, ganhos financeiros ou, no contexto desta pesquisa, pelo impedimento em sair do país em decorrência de um processo criminal, mas sim, por uma trama de sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas experiências de mobilidade (Constable, 1999; Togni, 2014; Cheng, 2011). Nas narrativas de Flor, mobilidade e prisão são postas em relação. Mais do que isso, à prisão é atribuído o sentido de liberdade pelo fato de, apenas por meio dela, Flor poder “viver só para si mesma”, longe das obrigações que lhe eram conferidas quando “mãe e esposa” no bairro da Vila Brasilândia, em São Paulo. Por meio da prisão, Flor podia circular pelas ruas de Barcelona documentada como estrangeira em cumprimento de pena na Catalunha. A prisão lhe conferia mobilidade e, quanto mais se aproximava a liberdade, mais Flor sentia-se compelida a aceitar o “destino” de “voltar para a vida que não vivia para si”: “voltar para casa”. A partir das falas de Flor é possível, portanto, apreender as polissemias dos sentidos de “estar presa” e “voltar para casa”.

É dessas polissemias que falam as histórias de Flor e Linda. Estas ilustram que “bons e maus prognósticos”, indicados para avaliação dos estrangeiros presos no relatório produzido pelo departamento de justiça catalão, podem ser desmistificados. Enquanto à Flor eram atrelados registros de casamento e de maternidade – papéis que produziam os vínculos “familiares” e “com o país de origem” necessários à sua qualificação no “bom prognóstico” -, à Linda nada era atrelado. Linda não apresentava à junta de tratamento da penitenciária nenhum registro que comprovasse seus vínculos familiares com o Brasil. Ela não recebia cartas e não telefonava à sua família. Nada a vinculava ao Brasil. Ao contrário. Linda casou-se com um catalão que, segundo a certidão de nascimento, era pai de sua filha. Linda era a personificação da estrangeira presa com pouco ou nenhum vínculo com seu país de origem capaz, portanto, de estabelecer vínculos na Catalunha. Linda era o “mau prognóstico” e, ainda assim, ao contrário de Flor, “voltar para casa” era o que ela mais queria.

Linda queria voltar a uma casa inacessível aos aparelhos de estado que esquadrinhavam “bons” e “maus prognósticos” entre os estrangeiros presos. Uma casa na “lama”, na fronteira. Uma casa construída pelos vínculos estabelecidos nas redes de afeto dos mercados ilegais. Linda queria tanto “voltar para casa”, para “o garimpo de sua mãe”, que deixou a casa do “velho catalão” para trabalhar no mercado do sexo em Barcelona.

Mercado que havia conhecido por meio das redes de informação que corriam pelos corredores de Brians e Wad Raz.

Nas bibliografias brasileiras sobre ajuda, fala-se de diversas formas possíveis dessas relações geralmente estabelecidas entre “homens e mulheres em posições desiguais em termos de classe ou pelo menos de acesso a recursos econômicos e muitas vezes também em termos de idade e ‘cor’” (Piscitelli, 2011: 553). Claudia Fonseca (1996), por exemplo, descreve a imagem do “velho que ajuda”. Segundo a autora, o “velho” representa um meio de mobilidade social para “garotas de camadas populares” que podem ou não trabalhar no mercado sexual. A imagem do “velho que ajuda”, trazida por Claudia Fonseca, coaduna com a relação que Linda mantinha com seu esposo, o “velho catalão”.

Por meio de seu casamento com o “velho catalão”, Linda obteve documentos necessários para sua permanência legal na Espanha, uma casa onde criar sua filha e ainda, o direito de terminar de cumprir sua pena em regime domiciliar. A trajetória da relação estabelecida por Linda com o “velho catalão” foi a de uma união matrimonial fundamentada em um acordo de ajuda. O “velho” não tinha casa, não tinha filhos, trabalhava de garçom nas imediações da prisão onde também alugava um quarto para morar. Casar com Linda significava a possibilidade de constituir uma família e de ter alguém que “cuidasse dele quando ele não pudesse mais trabalhar”. Para Linda, por outro lado, era um meio de se estabelecer em Barcelona junto de sua filha, fora da prisão. A relação transitada para o registro do matrimônio era constituída pela reciprocidade entre trocas sexuais, de cuidados e de subsídios para a manutenção da vida. Afinal, o “velho catalão” podia até não ser um “velho rico”, mas era o “velho que sustentava” Linda e sua filha em um apartamento de três quartos no distrito de Santa Coloma, socialmente reconhecido como “latino” ou “vulnerável”, em Barcelona.

Como as histórias das personagens deste capítulo ilustram, em contextos enredados por relações transnacionais as adjetivações dos namorados – “indiano”, “espanhol” e “catalão” – não podem ser desconsideradas. Os indicadores da nacionalidade são objetos de visibilidade das agências e hierarquias estabelecidas entre as relações que as permitiam ir, ou não, ao banheiro nos dias do *permiso*, ou até ficar ou não regularmente na Espanha. Nesse registro, o atributo catalão implicava no fato de ter uma casa, um emprego,

ser fixado em Barcelona. Qualidades bastante valorizadas entre as mulheres que cumpriam suas penas em *tercero grado* na penitenciária de Wad Raz e que, portanto, articulavam suas ações e vínculos segundo as possibilidades de melhores condições nos dias de *permiso*.

Seguindo o argumento exposto por Fonseca (1996), de ser o “velho que ajuda” um meio de ascensão social, e levando em consideração o contexto da experiência prisional transnacional a que Linda estava inserida, o casamento com o “velho catalão” representava uma significativa ferramenta de mobilidade social. Linda agenciou a relação até o momento em que assinou sua liberdade e pôde continuar na Espanha “legalmente” com sua filha. Quando Linda saiu da casa do “velho catalão”, sua filha tinha pouco mais de dois anos. Idade que ela julgou suficiente para deixá-la com uma amiga enquanto trabalhava no apartamento de prostituição que conhecera por meio da “rede de brasileiras” presas em Brians.

Diferente das descrições acerca das relações de ajuda feitas por Adriana Piscitelli, que fala de turistas europeus brancos e mulheres brasileiras em Fortaleza, ou mesmo das trocas sexuais de que trata Zelizer, as relações de ajuda estabelecidas por Flor, Maria e Linda se dão por meio das redes de afetos e conhecimentos atravessados pela experiência prisional transnacional. Esta, se enredada por intersecções de classe, raça, gênero e nacionalidade, é também produzida por e produtora de territórios das cidades que não são mensuráveis geograficamente, mas antes constituídos pelas relações e mobilidades nos mercados ilegais/legais (Ruggiero & South, 1997; Hirata, 2010). Nesse sentido, o café em que o velho catalão trabalhava, o restaurante em que o namorado indiano de Maria era garçom, o piso de prostituição gerenciado por Ana e suas parceiras, o ponto do ônibus para Brians na estação de Sants e a Carrer Pamplona no caminho para Wad Raz produziam um mapa por meio do qual as pessoas fluíam por entradas/saídas dos portões das instituições prisionais catalãs.

Parte desse mapeamento era, para Linda, o garimpo para onde ela pretendia voltar. A partir desses territórios possíveis de fluxos, Linda agenciava sua ideia de “amor”, um amor diferente do que tivera por seu primeiro marido que a criou como “um pai”. Um amor que não fosse produzido pela “necessidade” de ter onde morar ou de receber algo em troca. Uma ideia de amor formulada a partir da negativa das relações de ajuda e do mercado

sexual. Uma “utopia romântica” balizada pela estética familiar fundamentada em atributos das “classes burguesas” tal como aponta Illouz (2009).

O amor pelo qual Linda dizia querer casar contrapõe-se aos afetos produzidos por Luz, Marcela e a “senhorinha de Girona”. Daniel Hirata (2010) ao analisar trajetórias pessoais que lidam, cotidiana e simultaneamente, com mercados legais e ilegais nas periferias da grande São Paulo, fala de trajetórias que descortinam uma “economia política dos ilegalismos” por meio de deslocamentos das “fronteiras do formal e do informal, do lícito e do ilícito”. Como Hirata e Telles (2011) argumentam, saber caminhar por entre estes imbricamentos significa, dentre outras coisas, ter clareza dos riscos corridos em cada situação. Clareza relacionada à tessitura de uma rede de confiança que configuram as engrenagens desses mercados: pessoas que produzem e gerenciam toda logística implícita no transporte e venda da cocaína, por exemplo.

É dessa rede de confiança multifacetada de que fala a história de Luz, Marcela e sua relação com a “senhorinha de Girona”. Um vínculo atravessado por códigos imbricados em mercados ilegais, ou “criminosos”, que produzem redes de afeto. Se as histórias de Flor, Maria e principalmente Linda enredam trocas sexuais, de cuidados e dinheiro, a trajetória das “irmãs de caminhada” Marcela e Luz é tecida pelo estabelecimento de um elo mantido pelas trocas de cuidados e de dinheiro profundamente calcadas no mercado transnacional de drogas. Elo por meio do qual Marcela decide adiar sua volta ao Brasil, “ao seu país de origem”, contrariando mais uma vez as avaliações dos prognósticos do relatório do departamento de Justiça Catalão.

Se Marcela queria voltar a ver sua mãe e seu pai, ela também não poderia deixar de amparar Luz no momento em que esta estava “carregando sua filha no colo”. Marcela não poderia deixar de cuidar de quem, junto dela, construiu ao longo dos anos passados na prisão e de trabalho no mercado de drogas, um vínculo “familiar” mantido em meio às situações de “necessidade” mesmo que dentro da casa decorada com os símbolos da ostentação do dinheiro arrecadado com a venda de cocaína.

Laços de ajuda mútua enredados por trocas de afeto, cuidados e dinheiro, são laços nutridos pela manutenção da vida dentro/fora da prisão, dentro/fora dos mercados

ilegais. São relações definidas pelos vínculos do ordinário, criadas pelas trocas das “substâncias” compartilhadas ao longo da vida cotidiana: a comida, o dinheiro, os segredos, os afetos. Criadas tal qual pelo *relatedness* de que fala Carsten (2004).

Nas histórias contadas aqui, trajetórias são atravessadas por tramas de mercados que balizam e embaralham relações de afeto, redes de ajuda, de trabalho e de sustento material. Marcela e Luz, por exemplo, têm nas relações tecidas por meio dos mercados de drogas, transnacionais ou locais, uma rede de amparo que as acolhe, mas pela qual elas também se sentem responsáveis. De mesmo modo acontece com Linda que, em diversos momentos, é subsidiada pelas relações tecidas por meio dos mercados do sexo, do ouro e das drogas. No que tange a Flor, é a partir das relações estabelecidas em sua experiência na prisão de Barcelona que ela se sente livre e “ganha o mundo”. Flor transforma os sentidos da prisão e do “voltar para casa” por meio de suas trocas sexuais, de cuidados e de dinheiro. Assim também o faz Maria que altera as condições de vida de sua família através do dinheiro e dos estudos acessados desde dentro da penitenciária.

As narrativas de Marcela, Luz, Flor, Maria e Linda permitem que olhemos para como o embaralhamento entre prisão, mercados (i)legais e dinheiro produzem relações de nutrição e alteração de trajetórias e sentidos atribuídos a palavras como “mundo”, “liberdade”, “amor”, “família”. Afinal, elas fazem das trocas ordinárias para a manutenção da vida, substâncias de transformação da mesma. Trocas de cuidados que tecem afetos em meio à circulação do dinheiro nos mercados ilegais e nas prisões transnacionais que as mobilizam e que, por elas, são mobilizadas.

É também sobre afetos tecidos através de mercados ilegais e seus rearranjos frente ao tempo passado em prisões de São Paulo e de Barcelona que recaem as descrições etnográficas expostas no Desfecho que encerra a tese.

Desfecho

Mañana en la batalla piensa en mí: as “voltas para a casa” de Marta Téllez, Eduardo

Deán e Luz

Em setembro de 2013 voltei para Espanha. Fui à Girona visitar Marcela e Luz na casa da “senhorinha” e à Mataró conhecer a nova casa de Raimunda. Flor e Linda já não estavam mais na Espanha. Ambas haviam, enfim, retornado ao Brasil. Flor para a Vila Brazilândia na zona norte da cidade de São Paulo e Linda para o garimpo de Roraima. Naquele mesmo mês, fui ainda à Madri encontrar Marta Téllez e Eduardo Déan. O casal de espanhóis havia decidido retornar à Espanha após passar oito anos longe do país. Destes, três haviam sido passados nas penitenciárias da Argentina, os outros cinco, entre prisões e tramas de migração ilegais de São Paulo.

Entre o expresso da meia noite e os perros callejeros: nostalgias e expertises de Eduardo e

Marta

Como estavam habituados a fazer, Marta e Eduardo haviam ido para Argentina buscar pasta de cocaína e a transportarem até a Europa. O casal vinha trabalhando com o transporte da mercadoria há muitos anos. Mesmo fazendo tantas viagens e carregando quantidades significativas de cocaína em suas bagagens - “a gente nunca viajava por menos de dez quilos cada um, o normal era quinze quilos. Menos não valia a pena!” – nem Marta nem Eduardo haviam sido presos fora da Espanha até aquele ano de 2006. Ano em que ambos foram detidos pela polícia Argentina no aeroporto de Buenos Aires.

O casal cumpriu três anos de prisão em regime fechado em instituições penitenciárias portenhas. Após estes, saíram em liberdade e expulsos daquele país sem dinheiro ou mercadoria para voltarem. Ao invés de utilizarem o bilhete da passagem aérea pago pelo governo argentino naquela ocasião, optaram por fugir para o Brasil onde acionaram uma rede de mercado de drogas de São Paulo com a qual recorrentemente negociavam. Após três anos presos na Argentina, passaram três semanas em São Paulo descansando e organizando uma nova viagem à Espanha por meio da qual poderiam arrecadar ao menos parte do dinheiro gasto ao longo dos anos em que passaram presos na Argentina. Após três semanas, porém, foram novamente presos. Dessa vez, pela polícia federal brasileira no aeroporto internacional de São Paulo.

Marta passou quase dois anos presa em regime fechado e um em regime semiaberto nas Penitenciárias Femininas da Capital e do Butantã de onde saiu para terminar de cumprir sua pena em regime aberto e liberdade condicional no país em que Eduardo seguia preso. O esposo de Marta ficou cinco anos detido na Penitenciária de Itaí. Ambos sabiam que o tempo da pena poderia ter sido maior caso não tivessem negociado com os policiais que os prenderam para poderem diminuir, no registro do flagrante, a quantidade de droga que levavam na bagagem. Marta contava que, além do dinheiro que carregavam, os policiais levaram também os óculos, perfumes, bolsas, roupas, relógios e outros pertences do casal que poderiam ter algum valor. De fato, em 2010, quando Marta teve seu semiaberto deferido pela justiça brasileira, fomos recolher as coisas que ela e Eduardo carregavam na bagagem na ocasião da prisão e que haviam sido encaminhadas ao consulado espanhol pelos policiais federais. Lá, encontramos apenas uma fronha que Marta chacoalhou com a abertura voltada para o chão. Desta, além de sacos vazios de batatas fritas e de outros salgadinhos industrializados, caíram algumas poucas peças de roupas e uma carteirinha de documentos. Ao vê-la Marta exclamou, “não acredito que eles pegaram tudo o que podiam e deixaram escapar bem essa carteirinha!”. Assim que Marta a abriu, cédulas de identidades de países como Argentina, Uruguai, Brasil e também Espanha caíram no chão. Em cada uma delas Marta tinha um nome e uma foto completamente diferente. Em algumas eu simplesmente não podia reconhecê-la. Aqueles eram registros documentais dos “bons tempos” em que Marta e Eduardo inseriam-se em uma ampla rede transnacional de mercado de drogas. Dos tempos em que eles ficavam “nos melhores hotéis” e “comiam nos melhores restaurantes”, lembrava-se Marta. Lembranças que destoavam do modo como os encontrei me esperando em uma das plataformas de desembarque da estação Atocha, em Madri, naquele setembro de 2013 em que voltei a fazer campo na Espanha.

Assim que desci do trem que me levou de Barcelona à estação de Atocha vi Marta e Eduardo do lado de fora da catraca que dava acesso aos trens de média e longa distância. Esperavam-me para passar uns dias na casa que haviam alugado em uma cidade da região metropolitana de Madri. Sem nem sairmos da estação, teríamos de pegar o trem

que nos levaria, em cerca de quarenta minutos, à Fuenlabrada. Durante a viagem, Marta perguntava-me sobre suas amigas que haviam permanecido em São Paulo. Perguntava-me sobre Rosa, sobre Lola e sobre a italiana Alexandra com quem ela havia dividido a cela por algum tempo. Ela também perguntava sobre o ex-namorado de Rosa, Antônio e sobre Pépe. Eduardo apenas escutava atentamente nossa conversa, mas não dizia muita coisa e segurava minha mala para que ela não caísse com os solavancos do trem.

Ainda no Brasil, quando Marta assinou sua liberdade condicional, ela não pensava em voltar à Espanha. Trabalhando em um café no bairro do Tatuapé, Marta conheceu uma carioca que coordenava pesquisas de opinião e de mercado. As duas ficaram amigas a ponto de Marta passar o carnaval na casa dela, no Rio de Janeiro. Ela fazia planos de produzir novos documentos que a identificassem como argentina para, assim, poder permanecer no Brasil, mais especificamente, no Rio de Janeiro, “ou no nordeste mesmo”, depois que Eduardo saísse da prisão. A nova amiga sabia que Marta havia ficado presa em São Paulo acusada de “tráfico internacional de drogas”, sabia também que Marta esperava a liberdade de Eduardo e que, após o final de sua sentença, ela estaria irregular no país. Que a única maneira de Marta e Eduardo permanecerem no Brasil seria por meio da produção de documentos que criassem outros registros de identificação para o casal. Ainda assim, a amiga estava disposta a empregá-la para aplicar questionários no centro da cidade do Rio de Janeiro. Mas a permanência de Marta em São Paulo, naquele momento, estava atrelada a prisão de Eduardo, de modo que trabalho, documentação e o seu estabelecimento em uma ou outra cidade não seria definido antes da liberdade de seu marido.

Em julho de 2013, passados quase cinco anos completos de prisão em regime fechado, Eduardo teve deferida a progressão de pena para regime aberto sem precisar passar pelo semiaberto. Marta me telefonou desde um telefone público da estação rodoviária Barra Funda para avisar que “sumiria” por uma semana para comemorar com Eduardo a liberdade, mas que logo me daria novas notícias. Assim foi, uma semana depois, Marta convidou a mim e a meu marido para um jantar no mesmo *hostel* na Vila Mariana onde Antônio e Pépe trabalhavam. O que eu não sabia, é que aquele seria um jantar de despedida.

Chegando ao *hostel*, encontramos a mesa posta com muita cerveja, macarrão e, de sobremesa, tortas de morango. Era a última noite do casal no Brasil. Marta já havia entregado as chaves do quartinho que alugava na casa de uma amiga brasileira, também egressa do sistema prisional, e não tinha ido mais ao trabalho desde o dia que encontrou Eduardo. Para o jantar, convidou algumas amigas e amigos que havia conhecido durante o tempo que passou no Brasil e dizia ser, aquela, uma festa para comemorar sua liberdade condicional e o regime aberto de Eduardo.

Apesar de feliz, Eduardo se dizia abatido e com muito medo de sair na rua. “A gente anda pelo centro da cidade e só vê os mesmos “nigerianos” e “bolivianos” que estavam na prisão”. Eduardo dizia que reconhecia na cidade toda a rede de comércio de drogas que conheceu desde dentro da Penitenciária de Itai e que tinha muito medo de caminhar pelas ruas de São Paulo, de ser abordado por um policial e que este, por qualquer motivo, o levasse de volta para a prisão: “só volto para aquele inferno dentro do caixão!”.

Os amigos de Eduardo e Marta, que também cumpriam pena em regime aberto ou liberdade condicional, o tranquilizavam dizendo que o medo era normal nos primeiros dias, mas que ia passar. Cada um contava suas histórias sobre os “primeiros dias de liberdade” após terem passado anos dentro da prisão. Pépe dizia estar muito bem trabalhando como pintor e pedreiro, Antônio contava de suas experiências como funcionário do *hostel* e sobre o novo emprego de eletricista que conseguira no interior do estado de São Paulo. Alexandra, a italiana amiga de Marta, explicava que estava trabalhando como vendedora, e outra amiga ainda, uma romena também egressa do sistema prisional paulista, dizia que estava trabalhando como garçone. Amigos do casal confortavam Eduardo dizendo a ele que logo ele estaria feliz como Marta estava no Brasil e que nem pensaria em voltar para Espanha. Às interjeições de seus amigos, Eduardo contestava que tudo o que ele queria era “voltar para casa”.

Após o jantar, Marta e Eduardo “sumiram” mais uma vez. Não estavam mais no *hostel* e nem respondiam e-mails ou telefonemas. Semanas depois, contudo, enviaram fotos, pelo *facebook* do casal, nas quais eles posavam na Plaza Mayor. Era o sinal de que haviam fugido e que estavam “em casa”, como queria Eduardo. Com o tempo, todos os amigos que estavam no *hostel* naquela noite ficaram sabendo que na manhã seguinte ao

jantar de despedida, Marta e Eduardo foram para a Rodoviária da Barra Funda onde compraram duas passagens rodoviárias até Foz do Iguaçu, no Paraná. Desde lá, atravessaram a pé a Ponte da Amizade chegando assim, ao Paraguai. Viajaram até a Bolívia onde foram ao consulado espanhol e, alegando terem sido assaltados durante uma viagem de turismo, pediram o passaporte de emergência para poderem retornar à Espanha onde a mãe de Eduardo os aguardava.

Passei três dias, em setembro de 2013, na casa de Marta e Eduardo que agora, viviam em Fuenlabrada em um apartamento de um quarto alugado. Conseguiram viver com a ajuda da mãe de Eduardo e com os recebimentos de novecentos euros referentes aos dois auxílios pagos pelo governo espanhol, durante um ano, a todos que saem de uma situação de prisão, seja ela na Espanha ou em outros países. O aluguel do apartamento representava pouco mais do valor do auxílio.

Eles haviam guardado algum dinheiro ganho durante os anos que passaram viajando por entre América do Sul e Europa carregando cocaína. Dinheiro com o qual, inclusive, haviam comprado o apartamento na Plaza Mayor, imóvel que acompanhei ser vendido pela irmã de Marta, quem a enviava periodicamente remessas de dinheiro quando ela ainda estava no Brasil (ver capítulo III). Perguntei à Marta se a reserva financeira ainda os estava ajudando a manter as contas da casa, mas ela me respondeu que todo o dinheiro havia acabado. Eles haviam o utilizado para arcar com as despesas da viagem de fuga, roupas novas e, ainda, com gastos de documentação para poder alugar o apartamento entre outros. Por fim, haviam comprado um carro, óculos novos para Eduardo e passado em consultas médicas assim que chegaram a Madri. O dinheiro guardado ao longo de anos por meio do trabalho do casal no mercado transnacional de drogas havia acabado.

Marta dizia que não queria ter voltado para Espanha, que sabia que estariam em melhores condições se tivessem permanecido no Brasil, mas me explicava que, ainda assim, estavam bem. Que se mantinham como dava e completava, “você sabe que nessa casa nada é comprado, né? Nem a gasolina do carro a gente compra”. De fato, assim que entrei na casa de Marta e Eduardo, vi que junto dos lençóis dobrados que haviam reservado para arrumar o sofá onde eu dormiria, havia um frasco de perfume grande e várias bijuterias, todas embrulhadas para presente. Marta dizia, “eu sabia que você ia gostar desse

perfume, então peguei um só pra você, as bijuterias você dá de presente pra sua mãe e para as suas amigas”. Além daqueles, outros perfumes, aparelhos eletrônicos, cremes cosméticos, roupas, e alguns outros objetos caros estavam dispostos em uma estante da sala como numa vitrine, “é a lojinha da Marta”, me explicou Eduardo ao que Marta completou, “voltei aos meus tempos de adolescência”.

Para incrementar os rendimentos do casal, Marta dizia ter decidido voltar a furtar lojas de departamento e supermercados como fazia quando era *niña*. Ela saía de casa ao menos duas vezes por semana, arrumada, maquiada e portando sua “bolsa especial”, toda forrada de alumínio de tal modo que inibia o disparo dos alarmes. Antes de decidir qual loja seria furtada, passeava por elas e estudava câmeras e esquemas de segurança, “teve uma loja que não tinha nada, em uma semana eu peguei mais de oitocentos euros de lá, na semana seguinte puseram dois guardas”.

Marta montava sua “lojinha” dessa forma e vendia os produtos “pegos” pela metade do preço que marcava na etiqueta. Para clientes mais assíduas, ela oferecia serviços sob encomenda. “De que outro jeito vamos viver aqui? Sem trabalho, com a ajuda da mãe dele e o auxílio do governo? É muito pouco. Não queria fazer isso, mas com a crise não tem trabalho. E eu não sou a única que tá fazendo isso não”.

Durante as noites, antes de dormir, Eduardo e Marta gostavam de assistir o noticiário que passava pela televisão e não era incomum que nestes passassem reportagens sobre furtos aos supermercados e às lojas de departamento. Uma das notícias que assistimos falava sobre um “idoso aposentado” que havia, como Marta, montado uma “lojinha” em seu apartamento com produtos que, antes da crise, eram consumidos corriqueiramente, mas que com a crise, passaram a ser considerados caros para o consumo cotidiano. O senhor aposentado da reportagem vendia queijos, iogurtes e chocolates pela metade do preço cobrado pelo mercado. Segundo a notícia, o movimento de compradores da “lojinha do senhor aposentado” incomodava um dos moradores do prédio que a denunciou para a polícia. A matéria do telejornal mostrava justamente o momento em que policiais invadiram o apartamento do “senhor aposentado” e desmontaram sua “lojinha” o levando preso. A reportagem desdobrava para outra matéria que abordava o aumento no número de casos de furtos a supermercados na Espanha. Os jornalistas chamavam atenção para a

relação desse aumento com a crise econômica e os decorrentes aumentos nas taxas de desemprego no país. A reportagem mostrava, ainda, imagens de câmeras de segurança nas quais pessoas eram flagradas colocando alimentos dentro de seus casacos e bolsas. Enquanto assistíamos ao telejornal, Marta lamentava a prisão do “idoso aposentado” e apontava para a televisão dizendo que “essas pessoas nunca fizeram nada errado. Elas não sabem fazer as coisas! É claro, vão ser presas. Olha só, dá pra ver que elas estão fazendo tudo errado. Por necessidade, não sabem fazer as coisas”. Marta lamentava e balançava negativamente a cabeça enquanto Eduardo brincava com ela: “eles não são profissionais como você *cariño*. Você podia montar uma escola profissionalizante, hã?”. Marta ria das observações de Eduardo enquanto culpava a crise e lamentava o fato de terem voltado para Espanha. “No Brasil a gente ia ter trabalho!”.

Nos momentos em que estávamos sozinhas, Marta confessava estar arrependida de ter voltado para Espanha enquanto também ponderava que Eduardo não aguentaria ficar longe de sua família. “Ele precisa de um tratamento, Natália. Ele precisa de terapia, de acompanhamento psicológico. Ele está com depressão”. Marta arrependia-se de não ter tentado convencer Eduardo de seus planos de permanência no Brasil, mas ao mesmo tempo ponderava sobre a necessidade de seu marido em rever sua mãe e seu pai. “A gente fala das condições de prisão femininas, mas a prisão masculina é um inferno. A gente não sabe o que é aquilo!”.

Sobre os anos passados na Penitenciária de Itaí, Eduardo dizia que foi o pior pesadelo de sua vida, que tinha de “dormir com os olhos abertos” e que teria enlouquecido se não tivesse feito ginástica todos os dias. “No começo me colocaram numa prisão do PCC que tinha uma organização, assim, a vida era um pouco melhor... Mas depois quiseram colocar todos os estrangeiros juntos, me transferiram para Itaí. Aquilo é um inferno! Um inferno!” Segundo Eduardo, com o passar do tempo, a penitenciária masculina exclusiva para estrangeiros passou a reproduzir os estereótipos das prisões norte-americanas.

Africanos só andavam com africanos, latinos só com latinos... Qualquer coisa era motivo de briga. Tinha de dormir com os olhos abertos porque nunca sabia se alguém ia querer fazer mal pelas costas. Roubar uma comida diferente, qualquer coisa que alguém tivesse... Você sabe...

Eduardo seguia contando sua experiência, falando sobre a falta de recursos da penitenciária. Ele dizia, por exemplo, que os policiais que o prenderam tiraram dele seus óculos, “que eram de grife, coisa muito boa!”, e que na penitenciária não passou uma única vez por atendimento médico para pedir que fosse encaminhado ao oftalmologista. Durante os cinco anos em que passou preso, Eduardo, que é míope, ficou sem os óculos. Fato que o impedia de ler, estudar, trabalhar e assistir televisão com algum conforto. “Eu fazia ginástica e tentava comer só pra não ficar doente. Não podia ficar doente. Eu pensava que se eu ficasse doente ali eu ia morrer!”.

Os relatos que Eduardo me contava desde seu apartamento em Fuenlabrada coadunavam com as denúncias feitas por outros presos na Penitenciária de Itai por meio de cartas enviadas à Pastoral Carcerária e ao Observatório das Violências Policiais que, em 2008, tornou pública uma dessas cartas escritas coletivamente¹⁶³. Para Marta, o stress passado por Eduardo dentro da prisão o fez adoecer, ficar depressivo. Deste modo, ela tinha medo de Eduardo piorar caso eles não tivessem voltado para Espanha.

Na Espanha, contudo, Eduardo revivia a prisão. Se Marta gostava de assistir o noticiário noturno, o programa favorito de Eduardo era “Encarcelados” o qual passava no Canal 6 – *La sexta* –¹⁶⁴, e que abordava histórias de espanhóis presos em vários lugares do mundo. Além disso, Eduardo insistia para que eu assistisse com ele os filmes “O expresso da meia noite” e “Perros Callejeros”¹⁶⁵ enquanto Marta resmungava que não aguentava mais ver aqueles filmes, “por isso você fica deprimido! Só fica vendo essas coisas horrorosas!”. Mas Eduardo respondia dizendo que eu tinha de ver porque eram “retratos da realidade”, retrato da vida de Eduardo quando jovem, nas ruas de Madri e, por outro lado, retrato do que ele havia passado na prisão brasileira. Por fim, assistimos os dois filmes e,

¹⁶³ Tive acesso às cartas enviadas à Pastoral Carcerária enquanto atuava na instituição como voluntária. No que tange a carta coletiva tornada pública pelo Observatório das Violências Policiais ver: http://www.ovp-sp.org/denuncia_penitenciaria_itai_estrangeros_2.htm

¹⁶⁴ É possível saber mais sobre este programa e até mesmo assistir a alguns de seus episódios em <http://www.lasexta.com/programas/encarcelados/>

¹⁶⁵ *Perros Callejeros* é um filme espanhol de 1977 dirigido por José Antonio de la Loma. O filme fala de uma “gangue” de jovens, liderada por El Toret, que comete crimes nos arredores de Barcelona. *O expresso da meia noite*, por sua vez, é um filme de 1978 dirigido por Alan Parker que conta a história de Billy Hayes, um estudante norte-americano que viaja para Turquia com a namorada e que, na volta para os Estados Unidos, resolve tentar embarcar com placas de haxixe amarradas no corpo. Billy é detido no aeroporto da Turquia e passa anos em uma prisão turca que é retratada por aquela película, como degradante e enlouquecedora.

enquanto eles passavam, Eduardo ia os comentando, dizendo “é assim mesmo, é assim mesmo!”.

Durante um dos dias em que passei na casa de Marta e Eduardo, o casal me levou para passear por uma “Madri que eu só poderia conhecer com eles”. Primeiro fomos ao centro da cidade para que Eduardo me mostrasse os pontos em que costumava a trabalhar com a venda de heroína na década de 1990. Ele me mostrava ruelas próximas à estação de metrô Tirso de Molina e também ao Viaduto de Segovia onde, antes, existiam galpões em que a droga era comprada e dentro dos quais podia ser consumida. Foi dentro de um desses galpões que Marta e Eduardo começaram a namorar. Eles já se conheciam desde os dezesseis anos, tinham estudado juntos na mesma escola, mas se reencontraram quando Marta procurava heroína para consumir nos galpões em que Eduardo a vendia.

Contavam dos galpões com saudosismo e Eduardo acrescentava que “Madri não era nada parecida com isso que você vê hoje. Não tinha tanto turista, tanto policial pela rua, gente fazendo compras. O centro não era assim...”. Não chegava a dizer que Madri, “tal como eu a via”, não era uma cidade bonita, mas em sua voz e no modo como falava, Eduardo carregava certo rancor do processo de revitalização pelo qual passou o centro de Madri.

O “plano de ação para revitalização do centro urbano” da cidade, lançado em 2004 pelo departamento de urbanismo e habitação da prefeitura de Madri, tinha como principal objetivo “a promoção do uso residencial mediante a incorporação de jovens como residentes” daquela área. O plano cita a desocupação de edifícios que a prefeitura considerasse como de “infravivienda”, para assim evitar o “chabolismo vertical”, ou “favelização vertical”, da área central da capital espanhola. O objetivo era revitalizar a área por meio da promoção de “novos modelos de habitação e comércio” com vistas a consolidar aquela como uma região de “centralidade cultural” mudando assim, a imagem do centro urbano de Madri. O plano de revitalização teve como principal ação, portanto, a retirada dos usuários de drogas, moradores de rua, prostitutas e outras populações, tal qual aquelas que usavam os galpões para venda e consumo de heroína, das ruas do centro da

cidade.¹⁶⁶ Para Eduardo, o efeito concreto do plano de revitalização do centro urbano de Madri, iniciado em 2004 e posto em prática ao longo dos cinco anos subsequentes, era perverso. Não só o havia feito intensificar suas viagens para a América do Sul, como alternativa para as dificuldades impostas ao mercado de drogas local, como fez com que os seus amigos e toda sua rede de trabalho “sumissem” junto com as referências da cidade que ele carregava em sua memória e que esperava encontrar ao retornar “para casa” depois de anos passados entre os sistemas prisionais da Argentina e do Brasil.

Seguindo o passeio por aquela Madri que eu só poderia conhecer com Marta e Eduardo, fomos para a “maior favela de Madri”: “la Cañada Real Galiana”. Nesta, localizada na região metropolitana de Madri entre os municípios de Coslada, Rivas-Vaciamadrid e Madrid, vivem entre vinte a quarenta mil pessoas (Tonella, 2013). A Cañada Real Galiana é ocupada, majoritariamente, por ciganos e marroquinos e é, às vezes através da alcunha de “gallinero”, cenário recorrente de notícias dos cadernos policiais dos jornais impressos e de telejornais sensacionalistas¹⁶⁷.

Marta e Eduardo queriam me mostrar os barracos onde agora, vendia-se heroína, maconha, haxixe e cocaína. Chegando lá, deixamos o carro estacionado na entrada da favela que se estendia por um enorme terreno horizontal, no qual estavam além das barracas e pequenas casas de alvenaria, trailers de ONGs para o atendimento de usuários de drogas os quais podiam pedir ali, água, alimentos e, também, remédios.

Haviam muitos carros estacionados pelas ruas e Eduardo me dizia que eram quase todos de compradores. Chamava atenção os cavaletes que anunciavam estacionamentos e apontavam para galpões fechados com portões de ferro. Na frente de cada barraco e de cada galpão, ficavam ao menos dois homens armados. Marta e Eduardo diziam que aqueles eram estacionamentos dentro dos quais era possível comprar a droga e usá-la dentro do carro, com a segurança resguardada pelas pessoas que a tinham vendido, “um serviço parecido com o que a gente tinha no centro, dentro dos galpões”.

¹⁶⁶ O texto integral do “Plan de Acción para la Revitalización del Centro Urbano”, está disponível em <http://www.madrid.es/UnidadWeb/Contenidos/Publicaciones/TemaUrbanismo/MemoGest2009/5RevitalizacionCentroUrb/2plandeaccion.pdf>

¹⁶⁷ Há um link permanente de notícias sobre la Cañada Real Galiana no site do jornal espanhol El País. http://elpais.com/tag/canada_real/a/

As falas que Eduardo trazia para nosso passeio pela “Madri que eu só veria com eles” eram carregadas pelo tempo em que ele trabalhava com o mercado de drogas, o seu tempo de “perro callejero” que tanto o orgulhava e que significava o trabalho narrativo por meio do qual ele organizava sua vida. Nesse registro, a prisão de Eduardo no Brasil e na Argentina, os anos em que foi mantido longe das ruas de Madri, o deprimiam não só pelas condições degradantes a que fora submetido na Penitenciária de Itaí, mas principalmente pelo fato de que toda a sua Madri havia deixado de existir. Em suas palavras, seus amigos e companheiros de trabalho estavam todos “mortos, presos ou sumidos”.

Eduardo, por mais que a entendesse não se reconhecia na rede do comércio de drogas que me apresentava naquela Cañada Real Galiana. Aquele era um circuito do qual ele não partilhava, um circuito controlado pelos “ciganos”. De mesmo modo, não reconhecia as ruas de Madri por onde andavam os turistas porque não via mais andar por ali aqueles com quem ele estava acostumado a dividir as ruas da cidade que chamava “de casa”. A depressão de Eduardo decorria do stress passado na prisão, mas também da perda de contato com aqueles por quem ele pensava em voltar para casa. Das referências e pessoas que o faziam achar que voltar à Madri representaria melhor opção que permanecer no Brasil com uma nova identidade e novas redes de trabalho.

Eu não conheço mais ninguém, até tentei arrumar droga pra vender por aqui, fomos para Marrocos para buscar haxixe, tentar começar o negócio, mas está tudo muito diferente, Natália. Não confio em ninguém! Vou fazer o quê? Vir na favela e oferecer haxixe pra esse bando de cigano armado? Não dá, não dá. Não sei nem pra quem oferecer meus serviços.

A narrativa de não adequação de Eduardo às duas redes de comércio de drogas que ele encontrou ao sair da penitenciária paulista, a rede dos “nigerianos” do centro da cidade de São Paulo e a dos “ciganos” da Cañada Real Galliana, era fortemente calcada em atributos raciais, nomeados por meio de predicados nacionais os quais, para Eduardo, indicavam os limites daqueles com quem ele poderia produzir vinculações para a produção de uma nova rede de trabalho. Por fim, Eduardo falava da nostalgia de uma malha de comércio de drogas feita e controlada por espanhóis que apenas negociavam com os “latinos”, ou seja, com colombianos, brasileiros, argentinos e uruguaios. Em suas falas,

Eduardo impunha o limite claro da negociação com “nigerianos” e “ciganos” aos quais ele agregava noções de riscos, tal como “a falta de confiança”. As mesmas razões pelas quais Eduardo dizia querer ir embora do Brasil faziam, portanto, com que ele não encontrasse meios de recomeçar seus negócios na Espanha. Afinal, para quem ele iria oferecer os seus serviços? Eduardo era um “perro callejero” do mercado de drogas da Madri que não existia mais. Sua força de trabalho era inadequada para as novas tessituras produtivas do comércio de drogas.

Por fim, Marta o havia seguido a despeito de sua vontade de permanecer no Brasil onde, por sua vez, havia criado através do tempo passado na prisão e, depois, dos circuitos informais de trabalho por onde transitou, uma nova rede de ajuda, afeto, amigos. Ainda durante a escrita deste texto, falei com Marta pelo *facebook*. Ela e Eduardo seguiam sem trabalho e Marta havia acabado de decidir “parar com sua lojinha” devido aumento do policiamento em relação aos furtos de lojas e supermercados. Ela ainda se dizia arrependida de ter voltado para Espanha e escreveu: “Como queria voltar ao Brasil! Você sabe...”. Ainda assim, Marta e Eduardo seguiam (seguem) vivendo juntos no apartamento alugado em Fuenlabrada, afinal, “você sabe, só volto para o Brasil se o Eduardo voltar comigo. Não fico longe dele nunca mais!...” Seguiu escrevendo Marta.

De telefones, seguros e cartões de crédito: Luz e suas qualificações entre redes ilegais de trabalho

Se em julho de 2013 Marta e Eduardo me esperavam na plataforma de desembarque da estação Atocha em Madri, em setembro daquele mesmo ano era eu quem aguardava o desembarque de Luz no aeroporto internacional de Guarulhos. Após sete anos passados entre prisões, periferias, calabouços e uma chácara da zona rural da Catalunha, Luz “voltava para casa” carregando três malas e um carrinho de bebê no qual repousava sua filha mais nova. Filha que teve com seu marido Carlos a quem Luz conheceu na prisão. Filha concebida durante visitas íntimas à penitenciária de Brians, gestada durante a detenção de Luz no Centro de Internamento de Estrangeiros e durante sua inserção no mercado de drogas. Gestação enredada aos bairros e prisões de Barcelona (ver capítulos III e VI).

Após encontrar mãe e filha no mesmo aeroporto desde onde Luz havia viajado para Espanha sete anos antes, fomos de carro até Diadema, cidade da região metropolitana de São Paulo onde a esperavam tia, irmãs e os dois filhos mais velhos de Luz. Quando Luz viajou pensando em retornar ao Brasil em cerca de uma semana, deixou aos cuidados de uma amiga seu filho, na época com onze anos e suas outras duas filhas, que então tinham sete anos e oito meses. Esta última vivia agora, com uma de suas irmãs mais velhas no interior de São Paulo e, mesmo sabendo que sua mãe era Luz, não a reconhecia como tal. As duas só conseguiriam se reencontrarem em abril de 2015, quando toda sua família se reuniu em Diadema para as comemorações de páscoa.

Luz, antes de ir para Espanha, morava junto de grande parte de sua família Diadema. Cidade onde havia vivido por muitos anos com o ex-marido com o qual, inclusive, comprara uma casa na área de ocupação irregular de um dos maiores (e mais povoados) bairros da cidade, o Eldorado. Depois da prisão de Luz, seu ex-marido deixou a casa para viver no centro da cidade de São Paulo com seus pais. A casa onde o casal vivia e mantinha uma fábrica de fraldas ficou abandonada e foi ocupada por novos moradores. “Voltar para casa” significava para Luz ir morar com sua tia ou com alguma de suas irmãs no mesmo bairro de onde saíra anos atrás.

Antes de irmos para o endereço onde suas irmãs e tia dividiam um terreno no qual compartilhavam o quintal e mantinham suas casas, Luz pediu-me para passarmos em frente à casa que ela havia, dez anos atrás, comprado junto com seu ex-marido e onde ela vivia com seus três filhos mais velhos. A casa ficava em uma esquina e era grande. Já com alguns andares, ela seguia em construção para cima. Luz contava que quando ela e o marido a compraram, aquela era uma casa térrea de quatro cômodos contando com a garagem onde montaram o pequeno negócio familiar. Os anos haviam a transformado em uma das maiores residências da rua. Não havia mais o que fazer, aquela não era a casa de Luz.

Mas com exceção da casa, enquanto andávamos de carro Luz ia reconhecendo o bairro. No banco do passageiro e olhando pela janela do automóvel, ela dizia que muitas coisas permaneciam as mesmas. A padaria, a sede da escola de samba do bairro e, principalmente, os pontos de comércio de drogas eram todos facilmente reconhecidos por

Luz que procurava, entre as reuniões de meninos vestidos de bonés e moletom que se espalhavam pelas ruas, seu filho mais velho o qual estava agora, com dezenove anos. Assim que o vimos estacionamos o carro. Luz chorava e o abraçava enquanto dizia para mim “este é meu filho! Este é meu filho!”. Foi ele que nos recepcionou na esquina da rua onde ficava o terreno de casas da família de Luz. Foi ele quem também arrumou um jeito de estacionarmos bem em frente ao portão estreito que dava acesso à escada que nos levaria até o quintal onde estavam reunidas tia e irmãs de Luz, todas comendo cuscuz com leite e canjica enquanto preparavam sabão caseiro feito dos restos do óleo usado na cozinha.

Subimos Luz e eu carregando as malas e o carrinho com a bebê que estava irrequieta e curiosa. Ela não chorava, mas queria tocar em tudo o que via. A filha mais nova de Luz ria feliz com as interjeições de felicidade da família que, até então, ela desconhecia.

Depois de comer cuscuz e canjica e de conhecer a tia, as irmãs e os filhos de Luz, fui embora. Voltei para Santo André pela extensa Estrada do Eldorado. Após algumas semanas, voltaria a falar com Luz e iria visitá-la para conhecer a casa de dois cômodos que ela havia alugado nos fundos de uma viela a alguns metros de distância do terreno onde viviam suas irmãs e tia, as mulheres que compunham a rede familiar de Luz no Brasil.

Assim que chegou a Diadema, Luz se inteirou da vida de seus filhos que haviam permanecido no Brasil. Sua filha mais velha, que agora estava com quinze anos, vivia com o namorado de quem havia engravidado e feito um aborto logo em seguida. Ela não trabalhava nem estudava e Luz se incomodava com a situação. Gostaria que sua filha fosse morar com ela e “com a bebê” na casinha que havia alugado. “Assim eu posso trabalhar e ela cuida da bebê. Ela precisa voltar a estudar!”. Mas Luz, ao “voltar para casa”, chocou-se com o fato de sua filha mais velha não a “respeitar como mãe”. Sua relação com a filha era tensa e atravessada por conflitos. Enquanto a filha não a respeitava e se negava a ir morar com a mãe e a irmã mais nova, irmãs, tia e mãe do namorado com quem vivia sua filha cobravam de Luz um posicionamento. A cobravam para que ela assumisse a “responsabilidade pela criação da menina” que tinha desde os sete anos de idade, vivido circulando entre os cuidados de todas elas. Já seu filho mais velho, que tinha doze anos de idade quando Luz viajou para Espanha, logo começou a trabalhar junto da rede de mercado

de drogas do bairro. Tia e irmãs de Luz não reclamavam do menino que, desde “pequeno já levava dinheiro para casa”, que “nunca largou os estudos” e inclusive, havia feito cursos de informática que qualificaram sua mão de obra possibilitando-o ainda, ajudar com as contas da casa.

Aos dezenove anos, o filho mais velho de Luz mantinha um pequeno negócio de conserto de computadores no quarto em que vivia nos fundos do terreno onde tia e irmãs de Luz faziam o sabão caseiro e comiam cuscuz com leite. Orgulhoso, assim que Luz chegou ao Brasil, fez questão de mostrar que já havia construído um banheiro ao lado do quartinho e que pensava em expandir aquela pequena construção fazendo dali a sua casa. Além dos serviços de conserto e manutenção de computadores, o filho de Luz mantinha junto de alguns amigos, uma rede de captação e clonagem de dados bancários pela internet por meio da qual fazia compras em lojas virtuais e conseguia assim, ter acesso a determinados produtos que não conseguiria comprar de outro modo.

O filho de Luz presenteava a tia de sua mãe com geladeiras, micro-ondas e outros eletrodomésticos enquanto comprava para ele e para sua irmã pares de tênis, roupas além de celulares e *notebooks*. Sua expertise com computadores e com a internet o havia reposicionado nas tramas de trabalhos e atividades i/legais. Por meio destas, ele melhorava sua vida, seu quartinho e ajudava a sustentar a casa da tia que o cuidou desde o momento da prisão de sua mãe. De mesmo modo, assim como seu filho, Luz havia produzido através dos anos passados longe de sua família, certa expertise para lidar com a internet. Assim, já nas primeiras semanas depois de ter “voltado para casa”, foi integrada na rede com a qual o filho trabalhava e, por meio do dinheiro adquirido através destes trabalhos, ou melhor, destas “tacadinhas”, conseguiu alugar e mobiliar a casinha onde foi morar com a filha que havia tido com Carlos desde as malhas da prisão e da imigração ilegal na Espanha.

Mas além das atividades conseguidas por meio do filho, não demorou muito para que Luz, que havia feito cursos profissionalizantes oferecidos pela empresa de telemarketing *Atento* na penitenciária de Brians onde também se tornou fluente em castelhano, fosse empregada por uma grande agência de seguros para trabalhar como supervisora de teleatendimento do setor responsável pela América Latina. Em poucas semanas depois de “voltar para casa”, Luz havia sido inserida em redes de trabalho

formais/legais e informais/ilegais a partir das expertises que ela adquirira nos anos vividos entre periferias e prisões de Diadema e Barcelona.

Diferente de Marta e Eduardo, Luz ao “voltar para casa”, se não encontrou exatamente a mesma rede de mercado de drogas e de trabalhos ilegais em funcionamento, encontrou outra tramada por seu filho e seus amigos. Por meio da sua rede familiar, Luz foi logo assimilada pela complexa malha que intersecta ilegalidades/legalidades nas periferias da região metropolitana de São Paulo. Afinal, a expertise de seu filho com a clonagem de cartões de crédito era, muitas vezes, demandada por vizinhos e amigos para que estes também acessassem certas mercadorias a preços bem mais acessíveis, quer dizer, pelo valor cobrado pelo filho de Luz para fazer o serviço de compra. Nesse registro, as qualificações que Luz recebera na prisão catalã, como cursos de informática e de idiomas serviam para a rede de trabalho em que estava inserido seu filho. Nesta, ela trabalhou enquanto enviava currículos a empresas de telemarketing até conseguir um emprego formal/legal para a qual suas novas qualificações também eram interessantes.

“Voltar para casa” teve para Luz, implicações bastante diferentes daquelas que eu havia presenciado durante os dias passados entre a Madri de Marta e Eduardo. Luz reconhecia a Diadema desde onde havia saído. Mas mais do que isso, por meio das expertises adquiridas ao longo dos anos passados na prisão catalã, Luz conseguia se reinserir em redes e postos de trabalho os quais não teria acessado antes de ir para a Espanha. Para o seu empregador na área de telemarketing, Luz era uma mulher que não tinha antecedentes criminais no Brasil¹⁶⁸ e que havia vivido anos no continente europeu onde teria, inclusive, recebido treinamento profissional. Experiência que agregava à Luz certos atributos que a destacavam perante as demais concorrentes para os mesmos postos de trabalho por ela pleiteados. Ter vivido na Espanha era uma informação que Luz manejava positivamente em seu currículo de modo à invisibilizar suas experiências passadas entre prisões e percalços da imigração ilegal e visibilizando uma trajetória de trabalho e estudos

¹⁶⁸ Os antecedentes criminais são restritos ao país em que foi respondida a pena. No caso de Luz, que nunca havia sido presa no Brasil, nada constava em seus documentos que a desabonasse frente a um possível empregador. Além disso, o certificado de treinamento profissional emitido pela empresa *Atento* e por ela recebido desde dentro da prisão de Barcelona, não faziam menção ao fato de que aquela havia sido uma atividade de “ressocialização” ou “reintegração social” promovida pela administração penitenciária catalã.

no continente europeu. No currículo de Luz, a prisão na Espanha era tramada como um atributo que a diferenciava de acordo com categorias de classe vinculadas à ascensão social de ter vivido na “Europa” (Togni, 2014).

Não era com a mesma Europa que Luz destacava em seu currículo que ela seguia em permanente relação, contudo. A “volta para casa” de Luz não a tinha distanciado de seus elos afetivos produzidos dentro da penitenciária de Brians. Luz seguia em permanente contato com suas amigas que haviam ficado na Espanha onde trabalhavam nos mercados sexuais, de drogas ou galgavam melhores posições no mercado matrimonial por meio de arranjos relacionais com homens catalães, espanhóis, indianos. Mais do que isso, Luz seguia casada com Carlos, o colombiano que ela havia conhecido em Brians e de quem engravidara de sua filha mais nova.

A pena de Carlos terminaria somente em meados de 2017 e o casal planejava viver junto em Diadema. Luz e Carlos falavam-se diariamente por telefone além das recorrentes trocas de correspondências através das quais Luz enviava fotos, desenhos e notícias sobre a saúde da filha do casal que crescia no Brasil. Uma das preocupações de Luz era não deixar de falar em castelhano com a filha de modo que ela aprendesse os dois idiomas: o da mãe e o do pai, português e espanhol.

Mañana en la batalla piensa en mí: entre amores, trabalhos, afetos e cidades

Se Marta, a despeito de sua vontade de voltar ao Brasil mesmo que ilegalmente, não o fazia porque não poderia ficar “longe de Eduardo nunca mais”, Luz continuava mantendo seu casamento com Carlos entre dentro/fora dos pavilhões da penitenciária de Brians. A distância que Marta dizia estar de melhores condições de vida e das redes de afeto/ajuda produzidas a partir de sua experiência prisional em São Paulo – do trabalho no Rio de Janeiro ou no “nordeste mesmo” – também era vivida por Luz, mas no que tange ao seu casamento.

Marta não poderia ficar longe de Eduardo e Luz estava obrigada a manter-se distante de Carlos até o fim de sua pena e a chegada dele em São Paulo. As trajetórias de “voltar para casa” feitas por Marta e Luz eram paralelas e convergentes. Ambas mantinham seus casamentos, seus vínculos amorosos tecidos entre mercados locais e transnacionais de drogas, prisões, periferias e atividades ilegais. Era também por meio destas tramas que elas

batalhavam o sustento das casas para onde Eduardo quis voltar, para onde Carlos iria ao sair da prisão.

Mañana en la batalla piensa en mí é o título do romance de Javier Marías de onde os nomes de Marta Téllez e Eduardo Déan, atribuídos a dois dos interlocutores dessa pesquisa, foram retirados, mas é também expressão do que fazem Luz e Carlos, Marta e Eduardo em suas díspares trajetórias. As polissemias do “voltar para a casa” os atravessavam segundo intersecções de gênero, classe, raça, nacionalidade que implicam diferentemente em seus fluxos pela prisão. Às polissemias do voltar para a casa estão implicadas, ainda, possibilidades de reinserção nas redes que encontram, ou não, ao retornarem não necessariamente para casa, mas para “o(s) mundão(ões)”, seus lugares de mapeamento de possibilidades e redes afetivas.

“Voltar para casa” era para Luz e Marta, batalhar pelo sustento da vida. Nisso estava implicada também a batalha pela manutenção de seus casamentos e de seus vínculos familiares os quais, no caso de Luz, passavam pela batalha em refazer-se frente às atribuições de maternidade que lhe eram cobradas. Por fim, se a “cadeia muda a vida”, pois a partir dela são tecidos vínculos afetivos, a prisão também muda a vida articulada desde “o mundão”. Os anos passados nas penitenciárias de São Paulo e de Barcelona tiveram implicações nas redes de afeto, familiares e de trabalho tecidas por Marta e Luz “fora” das prisões. Os vínculos mantidos entre dentro/foras das prisões não poderiam ser considerados fraturados (Paz, 2009), mas algumas das redes, de fato, haviam se rompido em decorrência do tempo passado em *condena*. Se uma das filhas de Luz não a reconhecia como mãe, Eduardo deprimia-se por não mais reconhecer a Madri para onde tanto queria voltar e, mesmo junto de Marta, não conseguia mais estabelecer novas formas de relação com o mercado de drogas que funcionava a partir daquela cidade.

As descrições das experiências de Luz e Marta ilustram dentre outras coisas, que suas batalhas estão emaranhadas aos processos políticos e econômicos que foram articulados ao longo dos anos em que estiveram presas. Estes transformaram, ou não, as malhas produtivas a que elas estavam inseridas antes de viajarem para buscarem/levarem droga nos trânsitos transnacionais que conectam América(s) Latina(s) à Europa(s). Nesse registro, voltar para casa em setembro de 2013 em Diadema, mais precisamente ao bairro

Eldorado, era muito diferente de voltar para casa em julho de 2013 em uma Madri revitalizada.

Como Karina Biondi (2014) ilustra em sua tese de doutorado ao tratar sobre “o retorno dos irmãos” do PCC às “quebradas” ou às periferias de São Paulo, as voltas para cada “quebrada” diferem segundo as especificidades dos “irmãos” e das relações que estes tecem com os moradores dos bairros. As polissemias das experiências de voltar para a casa, já tão enfatizadas ao longo do sexto capítulo e deste desfecho, são tramadas, portanto, não só pelas intersecções em que os sujeitos que retornam estão embrenhados e por meio das quais produzem seus elos, mas também pelo modo como estas são postas em relação nos diferentes contextos das cidades/bairros/países para onde voltam.

Partindo de referências clássicas sobre as quais repousa grande parte da produção da antropologia urbana (Simmel, 2005; Ruggiero e South, 1997; Whyte, 2005) e nas quais a relação dos sujeitos e seus fluxos na/pela “cidade” são analisados (Perlonguer, 2008; Silva, 1993; Hirata, 2010), as descrições expostas nestes apontamentos etnográficos indicam uma possível continuidade da pesquisa sobre a qual tratou toda a presente tese. Pois se os elos produzidos entre fluxos e fixidez da prisão transformaram a vida no mundão, o que passa a ser tecido como mundão a partir das saídas da prisão? Mais precisamente, como estes vínculos, tão articulados às redes de trabalho e de sustento, passam a ser tramados na vida vivida agora, desde as “cidades”? Quais as implicações que as teias de relações vivenciadas a partir de bairros, cidades, garimpos têm na vida daquelas que deixam “a prisão para caírem no mundão”?

Seguindo a mesma rede de interlocutoras, mas enfocando suas “voltas para casa” – sejam estas em Cidade Tiradentes, Sapopemba, Vila Brasilândia, Madri, Roraima ou Diadema – a possibilidade de continuidade desta pesquisa está na análise dos vínculos afetivos e dos processos de fazer família a partir das “tramas da cidade” (Telles, 2011) as quais carregam a prisão em suas teias. Se toda a tese foi feita a partir das fissuras dos entras/saís desde “dentro” das prisões, o que muda quando o olhar é desde “fora” destas? Não mais o “mundão” que se articula desde as prisões, mas o mundão tramado a partir de suas saídas?

Por ora, vale apenas levantar os fios e terminar a tese costurando as tramas aqui tecidas.

Considerações finais: Pra não dizer que não falei de “amores”

Não matou nem roubou, mas foi presa em flagrante. Escondeu no *chateaux*, o bagulho do amante. O amante saiu e largou o embrulho. Quando a casa caiu tava lá o bagulho. Hoje a vida é na cela. Toma banho de sol. Acompanha a novela e também futebol. No dia de visita, sua mãe vai levar a criança bonita para ela abraçar. O amante saudoso nunca mais foi lhe ver. E ela nem tem direito a um pouco de prazer. E que venha o alvará pra essa pobre mulher, que um dia sairá se Deus quiser. (Música O Bagulho do Amante, Leci Brandão).

Meu marido é Zé Povinho [“trabalhador”, não envolvido com o crime]. Ficou um mês sem saber que eu estava presa. Eu falava pra ele que estava viajando. Na cabeça dele, eu trabalhava na Claro, mas também eu tinha tudo da Claro: uniforme, caneta, prancheta, crachá, até holerite... Ele me achava a maior patricinha do shopping, trabalhadora, boa pra casar. A gente não morava junto, verdade que ele nem era meu marido. Era um peguete de uns quatro meses. Mas quando ele soube que eu vim presa, queria me visitar, aí a gente fez o papel de amásio. Mas eu era a maior bandida, dormia com oitão de baixo do travesseiro, tinha balança, contabilidade, pó e bala, tudo na minha casa. Ele nunca sonhou em ganhar em um mês o que eu ganhava em um dia “trabalhando na Claro”. Agora, já falei pra ele, quis ficar comigo vai ter de ficar miudinho. Se pego ele me traindo na rua, mato ele, a mãe dele e a menina. Ele vem me visitar todo domingo. No começo ficava todo tímido, com medo de cadeia. Agora já conhece toda a bandidagem. Traz até recado de marido, mãe, vizinha para as meninas. Outro dia trouxe um pote de comida que uma família da rua pediu para entregar para alguém aqui de dentro. Aí eu disse, “vai ô bandido bananão, depois se é droga que tem nesse macarrão, eu não vou ficar na fila da visita não!”. Bandido bananão... quer prova de amor maior que me ajudar na cadeia? Maior prova de amor ficar na fila da visita, trazer comida todo domingo, cuidar do meu pai lá fora... Preciso te contar... maior prova de amor! Ele é o *meu bandido bananão*! (Caderno de campo. Abril de 2013. Penitenciária Feminina de Santana).

Era cantando a música “O bagulho do amante” que a deputada estadual do PCdoB Leci Brandão abria, em doze de junho de 2012, a audiência pública para debater “a situação das mulheres encarceradas” na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A sessão aberta contou com a presença de especialistas em direitos, integrantes de organizações da sociedade civil preocupadas com o tema e duas egressas do sistema

prisional. Naquela tarde, muito se falou sobre as condições degradantes a que as mulheres são submetidas durante o processo de suas execuções penais e principalmente, acerca do fato de ser o crescimento da “população encarcerada feminina” bastante decorrente do aliciamento a que as mulheres são submetidas por seus namorados e maridos envolvidos com o comércio de drogas. Nas falas feitas ao microfone da mesa da ALESP, uma situação era apontada como recorrente: a de cônjuges e filhos pedirem para suas esposas e mães “segurarem a droga”, ou seja, “segurarem o flagrante” que as levariam presas durante uma blitz policial. A audiência terminou com a fala de uma egressa que havia levado para a Assembleia Legislativa todos os seus quatro filhos os quais corriam pelas escadas encarpetadas. A egressa dizia que as condições de pobreza e falta de trabalho a que muitas mulheres, grande maioria “mães solteiras”, estavam submetidas nas periferias de São Paulo, “mas também de outros países”, as faziam recorrer ao mercado de drogas para poderem “alimentar seus filhos”. O ponto final de todo o evento foi dado por uma advogada que lembrou o que ela chamou de “conexão perversa” entre diversas redes de tráfico (todas gerenciada por homens), as redes de tráfico de drogas, de mulheres, de órgão e de armas. Segundo esta advogada, as mulheres eram “vítimas” destas redes. Eram elas aliciadas em vários sentidos. Afinal, “uma mulher é capaz de tudo pela sua família”.

Sob aplausos emocionados, Leci batucou mais uma vez sua música que, segundo uma assistente social ali presente, falava tudo o que seria necessário dizer sobre “mulheres presas” em tão poucas palavras e de modo tão simples. Por meio daqueles versos, as “mulheres presas” eram relacionadas a atributos de vitimização e ingenuidade que se opunham a sagacidade dos “homens” que “se aproveitavam” delas. A vantagem atribuída aos “homens” nestas narrativas referia-se ao fato de as mulheres se “apaixonarem pelos homens errados”, ou então de “amarem seus filhos a tal ponto que seriam capazes de fazer qualquer coisa por eles”. Nas falas proferidas durante a audiência aberta na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, as “mulheres presas” eram produzidas através dos “amores” vinculados ao “sacrifício”.

Ao longo de todos os anos em que fiz trabalho de campo em penitenciárias femininas, não poucas vezes escutei narrativas que teciam conexões entre “pobreza”, “amor” e “sacrifício”. Estas eram sempre acionadas por assistentes sociais e integrantes da

Pastoral Carcerária, por exemplo. Era assim que parte destas agentes me explicava como “a grande maioria das mulheres” era “levada” por seus companheiros a cometerem crimes. Nos pátios das prisões, bem longe das assembleias legislativas e dos pavilhões administrativos onde trabalhavam as assistentes sociais, ouvia presas falarem sobre seus “casos” com outras presas, sobre seus “casamentos” com seus maridos, esposas, namorados, namoradas, amantes... Nestes relatos, elas às vezes aludiam a como suas relações afetivas as tinham levado para a prisão e, por outro lado, sobre como alguns vínculos tornavam mais fáceis os cumprimentos das penas, sobre como por meio deles elas tinham perspectivas de moradia, auxílio material e suporte emocional “dentro/fora” da penitenciária.

E foi no último dia em que estive na Penitenciária Feminina de Santana, em abril de 2013, que conheci a “esposa do bandido bananão”. A história que ela me contava desde o pátio daquela prisão contrastava terrivelmente com a música cantada e chorada por Leci Brandão, pela advogada, pela assistente social e pela egressa que exibia seus filhos aos que ocupavam os assentos da ALESP naquela tarde. A “bandida” me contava que, antes de ser presa, ela vestia o uniforme de funcionária da empresa de telefonia Claro e saía da casa onde morava com o pai para ir, todos os dias pela manhã, ao apartamento onde guardava a cocaína que pesava, embalava e distribuía para o mercado de drogas de São Paulo. A “bandida” que “dormia com arma de baixo do travesseiro”, se fantasiava de “patricinha de shopping, trabalhadora e boa pra casar” com seu esposo “zé povinho” que, até então, era um “peguete”. Foi com a prisão da “bandida” que o “zé povinho” tornou-se, através do suporte dado à ela por meio das visitas, dos “jumbos” e dos cuidados que ele passou a ter com o seu pai, o “meu bandido bananão”. Afinal, quer maior prova de amor do que ir visitar cadeia todo domingo?

Ao longo de toda escrita desta tese as palavras da “esposa do bandido bananão”, assim como a canção de Leci Brandão, ecoavam. Por mais discrepantes que elas parecessem a primeira vista, algo havia em ambas que as conectavam. Na música e na fala “o amor” era acionado. Em uma era articulado como elementos de vitimização “da mulher” e em outra, articulado como a ferramenta privilegiada para a produção de arranjos inéditos na vida da “bandida”. Arranjos que a fazia produzir “amor” pelo “seu bandido bananão”, o

qual pagaria com a vida caso a traísse. Arranjos que a faziam produzir os cuidados de ensiná-lo como se portar em relação às outras visitas da cadeia, arranjos vinculados às comidas e as atenções que ela recebia dele e que fazia de sua prisão mais fácil. Por fim, era através de seu “encarceramento” que ela havia se tornado “esposa do bandido bananão”.

Sealing Cheng (2011), através de uma etnografia com mulheres filipinas em clubes e casas de prostituição da Coreia do Sul, argumenta que para estas o “amor serve como ‘arma dos fracos’” (Cheng, 2011: 135). Cheng descreve que para agenciarem melhores condições de vida e de relação com os soldados do exército americano, suas interlocutoras performatizam atributos de ingenuidade e pureza vinculados com a “virgindade” e a “necessidade” de estarem trabalhando nos clubes. Deste modo, a autora analisa que as trabalhadoras dos clubes para onde vão os soldados americanos em busca de diversão e serviços sexuais, rearranjam os discursos dos movimentos e políticas de oposição à prostituição e os agenciam através da performatividade de gênero feminino alinhavada às noções de “doçura sexual” e “busca pelo amor”. As interlocutoras de Cheng tecem, assim, relações com seus clientes de tal modo que eles passam a ser seus “namorados”. Clientes e trabalhadoras, segundo a autora, passam a jogar com o léxico e com a estética do amor. Em suas palavras, o “amor serve como uma ‘arma dos fracos’ para as filipinas que desenham símbolos e retóricas de amor como marcador moral para negociarem suas subordinações e agenciarem suas aspirações” (Cheng, 2011: 142).¹⁶⁹ Ainda segundo ela, o “amor” no contexto de seu trabalho de campo pode ser pensado como um idioma produzido pelas relações entre soldados e trabalhadoras filipinas que alinhavam e manejam, por meio dele, reciprocidades e assimetrias.

Como as histórias trazidas nesta tese elucidam, na prisão também se “joga com o amor” pensado aqui, como léxico e marcador moral. As personagens trazidas durante todos os caminhos destas páginas articulam seus amores retórica e simbolicamente com os agentes do estado, mas também com outros agentes de regulação das relações, com aqueles os quais se relacionam amorosamente e com as parceiras de cela, companheiras de pavilhão, com as “irmãs de caminhada”. Como as ponderações de Cheng permitem

¹⁶⁹ “Love serves as a ‘weapon of the weak’ for these Filipinas, who draw on the symbols and rhetoric of love as a moral framework to negotiate their subordination and pursue their aspirational projects” (Cheng, 2011: 142).

argumentar, o “amor” nos clubes da Coréia do Sul e nas penitenciárias femininas sobre as quais fala esta tese, é a dobradura (Strathern, 2010) entre regulação e possibilidades de agência. É ele objeto privilegiado da gestão da vida das pessoas presas, pois por meio do “amor” são emaranhadas vinculações que fazem família (inclusive os documentos que a legibiliza) e sexualidade (Foucault, 1979): a reprodução dos vínculos e a regulação dos prazeres.

É da produção familiar e do manejo das políticas de regulação dos prazeres que falam as histórias de Adelina, Danielle e Denise, por exemplo. Por meio da retórica do “amor”, as três personagens centrais do quarto capítulo rearranjam seus vínculos tanto em seus “casamentos” quanto em seus “casos”. No caso de Danielle, há o “jogo do amor” com seus amantes epistolares que, ao contrário do que fala a música de Leci Brandão, permitem a ela um momento de prazer o qual, entretanto, logo deve ser gestado pelos aparatos de controle das relações nos quais sua “família” está inserida. Mesma “família” e mesma rede que regula os vínculos a qual Denise responde ao deixar a penitenciária e, assim, deixar também Patrick. Se Danielle “joga” retórica e esteticamente o “jogo do amor” com seus amantes (como Adelina faz com seu marido), Denise “joga o amor” com Patrick desde o único lugar possível para a realização desta relação: a prisão. Neste sentido, a prisão se apresenta para Denise como um âmbito no qual passa a ser possível tecer um “amor” fora de sua rede doméstica, um espaço de “resistência” (Foucault, 2001) aos aparatos de controle as suas vinculações gestadas a partir de uma gramática familiar.

Gramática a qual é acionada por Marta, Rosa, Linda, Luz e Cristal em suas negociações não com o PCC, mas com agentes de controle das fronteiras do Brasil e da Espanha. Estas, ao fazerem ver ou invisibilizarem determinados vínculos, tramam retóricas e papéis que tanto podem deferir visitas aos seus maridos e regularizá-las como migrantes nos países em que cumpriram pena, quanto podem acarretar em suas detenções provisórias em um Centro de Internamento para Estrangeiros: um calabouço fronteiriço para onde Luz foi levada por manter seu “casamento” com Carlos legibilizado nos registros das prisões e na certidão de nascimento de sua filha. A retórica a que Luz acionava, contudo, era a de um “amor” que tudo resiste, um “amor verdadeiro” que permanece a despeito de prisões, fronteiras, calabouços e distâncias. O “amor” de Carlos e Luz se apresenta, assim, como

potente marcador moral: um “amor de sacrifício” tal qual aquele enredado nas falas e poemas cantados na Assembleia Legislativa de São Paulo. E quem pode contra este “amor”?

Retomando os argumentos de Cheng (2011), o amor romântico é produzido por uma gramática estética articulada a partir de noções de “pureza” que vinculam ideias de “monogamia” e “lealdade”. Este “amor puro”, livre de interesses materiais, é diferenciador. É um marcador moral que pode ser intersectado com atributos das “classes burguesas” (Illouz, 2009), mas também a outros relacionados a “sacralidade” (Cole, 2009) do sacrifício e do sofrimento com a qual a “pobreza” é recorrentemente vinculada. É com esta gramática do “amor” que Marta Téllez e Luz tramam suas batalhas. A luta pela manutenção de seus casamentos decorre de uma guerra em prol do “amor puro”. “Amor” ao qual Marta se refere desde dentro do pavilhão da Penitenciária Feminina da Capital de porte de todas as suas cartas, ou seja, de porte de seus documentos de cuidados do “amor” que atravessa a prisão. Este, no caso de Mãe Bonita e Lídia, atravessa as “prisões”. São seus “amores” que enfrentam a morte do marido e a opressão da violência. Os “amores” de Bonita e o “casamento” de Lídia são vínculos de justiça. Relações de resistência política.

Não é, contudo, com estes “amores” de luta com que jogam Flor, Maria e Linda. Elas, assim como fazem as interlocutoras de Cheng, “jogam” com a performatividade do “amor” em suas relações de “ajuda” que são articuladas nas margens dos mercados sexuais. Suas tramas de “amor”, de modo diferente das tramadas por Marta, Cristal e Rosa, são também inseridas em contextos políticos transnacionais. É com as assimetrias que podem existir entre um “velho catalão” e uma “presa brasileira em Barcelona” que elas jogam. No âmbito destas, elas manejam atributos de “desentendimentos”, “vulnerabilidades” e “ingenuidades” os quais as possibilitam melhores condições de vida. As tramas jogadas por Maria, Flor e Linda estão inseridas em uma rede de trocas e interesses emaranhadas nas tessituras de produções de afetos.

No que tange às ponderações de Jennifer Cole (2009) sobre as trocas sexuais e afetivas entre jovens de Madagascar, o “amor” é produzido pelos arranjos econômicos que atravessam as relações. Segundo esta autora, o discurso acerca de um “amor” fora do manejo das transações e reciprocidades decorre do processo de sua sacralização tecida pelas

“culturas euro-americanas” que se apegaram ao cristianismo para definirem “amor” como sentimento “gratuito” (Cole, 2009: 110). Cole, contudo, elucida como nos arranjos relacionais de Madagascar, o “amor” sempre decorreu das dádivas e das práticas de sustento.

É também através de práticas de sustento e dádivas que a “esposa do bandido bananão” produz sua retórica sobre “amor”. “Amor” este tecido desde dentro da prisão.

Por mais “puros” que sejam os “amores conjugais” de Marta e Luz por Eduardo e Carlos, ambas enredam retórica e esteticamente os seus amores em comidas e cuidados materiais transacionados através da instituição penitenciária e dos mercados ilegais. Afinal, por muito tempo foram os “jumbos” que Marta enviava a Eduardo e as remessas de dinheiro que Carlos encaminhava a Luz que “nutriam suas relações” com os toques intangíveis de serem controlados ou borrados pelas revistas feitas nas portarias das prisões. Por fim, eram as trocas materiais as maiores possibilidades de agência de seus “amores” frente aos aparatos de gestão das relações tecidos pelos agentes dos sistemas prisionais de São Paulo e Barcelona.

De mesmo modo eram as agências de reciprocidades de comidas, dinheiro e cartas que tramavam outros vínculos nunca chamados de “amor” em todos os anos de trabalho de campo. Os elos das “irmãs de caminhada”, entretanto, apresentavam-se como as tessituras potentes das porosidades da prisão. Por meio deles, a “caminhada” se fazia possível e a prisão um tanto mais prazerosa. As redes de afetos das “irmãs de caminhada” faziam famílias através de reciprocidades das substâncias que “mudavam a vida”. Por fim, se o amor de Lola por Rosa era um elo tecido por entre as tramas dos “amores da vida”, era também articulado pelos percalços da “caminhada” na cadeia. Percalços que atravessaram juntas e por meio dos quais suas redes familiares se reconfiguraram. Se não foram as redes familiares de Marcela e Luz rearranjadas por meio de seus enlaces, a vida de ambas foi suportada uma pela outra dentro e fora da cadeia. Cadeia que mudou a vida delas.

Os vínculos de afeto e “amores” produzidos dentro das prisões articulam a trajetória da pena que é arrastada para fora de seus muros e portões. A prisão viaja por entre fronteiras, por vezes transnacionais, através das relações que por ela são produzidas. Como bem demonstraram as canções e narrativas de dor expostas na Assembleia Legislativa de

São Paulo, as provas de amor do “bandido bananão” e os enlaces de “amores” e afetos descritos ao longo de todas estas páginas, a prisão é, desde sua organização semântica, produtora de relações. E as relações fazem família, pessoalizam sujeitos, mobilizam guerras e vermes. Por fim, a cadeia muda a vida.

Referências Bibliográficas

- ABRAMS, Philip. 2006. "Notes on the Difficulty of Studying the State". In: SHARMA, Aradhana e GUPTA, Akhil (Ed.), *The Anthropology of the State: A Reader*. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 112-130.
- ABU-LUGOD, Lila. 1985. "Honor and the Sentiments of Loss in a Bedouin Society". In: *American Ethnologist*. Vol. 12, Nº 2, May, pp. 245-261.
- ALMEDA, Elisabet. 2003. *Mujeres encarceladas*. Barcelona: Editorial Ariel.
- ALMEIDA, Ronaldo. 2004. "Religião na metrópole paulista". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n 56, pp. 15-27.
- ALMEIDA, Ronaldo. 2009. *A Igreja Universal e os seus demônios*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- ALMEIDA, Ronaldo e RUMSTAIN, Ariana. 2011. "Evangélicos no trânsito religioso". In: GEOERGES, Isabel; RIZEK, Cibele e TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Saídas de Emergência: Ganhar/Perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, pp. 377-393.
- ALMEIDA, Ronaldo. 2012. "Reordenamento do crime em Paraisópolis: do justiceiro ao traficante". Palestra apresentada durante o seminário interno CEM/CEPRAB, *Território, Crime e Ordenamento Social nas Margens da Cidade*. São Paulo, 18 de maio de 2012 (mimeo).
- ANGOTTI, Bruna Soares de. 2011. *Entre as Leis da Ciência do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ANDRADE, Fabiana. 2012. *Fios para trançar, jogos para armar: O fazer policial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- ANGEL-AJANI, Asale. 2005. "Domestic Enemies and Carceral Circles: African Women and Criminalization in Italy". In: SUDBURY, Julia (ed.) *Global Lockdown: Race, Gender and the Prison-Industrial Complex*. London: Routledge, pp. 3-17.
- ARENDT, Hannah. 2005. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BARBOSA, Antônio Rafael. 1998. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF.
- BARBOSA, Antônio Rafael. 2001. *Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política, PUC, Rio de Janeiro, 2(3), pp. 166-80.
- BARBOSA, Antônio Rafael. 2005. *Prender e Dar Fuga: Biopolítica, Sistema Penitenciário e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- BARBOSA, Antônio Rafael. 2006. "O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro". *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría*, v. 9, n.15, jan./jun., 2006, pp. 119-135.
- BEAUVOIR, Simone. 1967. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Vol. 2, São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- BELELI, Iara. 2012. "Amores on line". In: PELÚCIO, Larissa [et all] (orgs.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 53-70.
- BERNSTEIN, Elizabeth. 2007. *Temporarily yours: intimacy, authenticity, and the commerce of sex*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BIRMAN, Patrícia. 2012. "Cruzadas pela paz: Práticas religiosas e projetos seculares relacionados à questão da violência no Rio de Janeiro". In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 32(1), pp. 209-226.
- BIRMAN, Patricia e LEITE, Márcia Pereira (orgs.). 2004. *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: UFRGS.
- BIONDI, Karina. 2009. *Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC*. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- BIONDI, Karina. 2014. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. Tese de doutorado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- BODOQUE Puerta, Yolanda y SORONELLAS Masdéu, Montserrat. 2010. "Parejas en el espacio transnacional: Los proyectos de mujeres que emigran por motivos conyugales". *Migraciones Internacionales*. Vol. 5, pp. 143-184.
- BOLDRIN, Guilherme. 2014. *Monas, envolvidos e o crime: etnografia com Travestis e homossexuais em uma prisão paulista*. Monografia. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos.
- BOLTANSKI, Luc. 2000. *El Amor y la Justicia como competencias: Tres ensayos de la sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu Editores S.A.
- BOSWORTH, Mary. 2011. 'Deportation, detention and foreign-national prisoners in England and Wales'. *Citizenship Studies* 15(5), pp. 583-595.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- BRAMAN, Donald, 2004, *Doing Time on the Outside: Incarceration and Family Life in Urban America*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- BRAGA, Ana Gabriela Mendes e ANGOTTI, Bruna. 2015. *Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em*

- situação de prisão*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos, IPEA.
- BRANT, Vinicius Caldeira. 1994. *O trabalho encarcerado*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- BRITO, Mirella Alves de. 2007. *O caldo na panela de pressão: um olhar etnográfico para o presídio de mulheres de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Florianópolis.
- BUMACHAR, Bruna. 2011. “Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres”. *Cronos: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Natal: UFRN, v. 12, n.2, p. 75-95, jul./dez.
- BUMACHAR, Bruna. 2012. “Por meus filhos: usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas em São Paulo”, Cogo, Denise; ElHajji, Mohammed; Huertas, Amparo. (Org.). *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*. 1ed. Barcelona: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, v. 1, p. 449-468.
- BUMACHAR, Bruna. 2014. *Nem dentro, nem fora: uma etnografia das tramas maternas entre estrangeiras presas em São Paulo*. Texto de qualificação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (mimeo).
- BUTLER, Judith. 2003. “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”. In: *Cadernos Pagu* (21), Campinas- SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, pp.219-260.
- BUTLER, Judith. 2008. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, Judith. 2010a. *Marcos de guerra. Las vidas lloradas*. Barcelona: Paidós.
- BUTLER, Judith. 2010b. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.
- BUORO, Andréa Bueno. *Negociando a Dignidade Humana: os familiares dos presos e a percepção de Direitos Humanos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CABEZAS, Amalia. 2009. *Economies of Desire. Sex and Tourism in Cuba and the Dominican Republic*. Philadelphia, Temple University Press.
- CANCIAN, Francesca. 1986. “The Feminization of Love”. *Signs*, Vol. 11, No. 4, pp. 692-709.
- CANTALICE, Tiago. 2009. “Dando um banho de carinho!”: *Os caça-gringas e as interações afetivo-sexuais em contextos de viagens turísticas (PIPA-RN)*. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco.
- CARMO, Ines. 2008. *O impacto da prisão na conjugalidade*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Sociologia, Lisboa, Portugal.

- CARSTEN, Janet. 2004. *After Kinship*. Cambridge: The Press Syndicate of the University of Cambridge.
- CASTEL, Robert: 1991. "De l'Indigence à l'Exclusion, la Désaffiliation, Précarité du Travail et Vulnérabilité Relationnelle". In: DONZELOT, Jacques (ed.), *Face à l'exclusion. Le Modèle Français*, Paris, Esprit, pp 137-168.
- CASTRO E SILVA, Anderson Moraes. 2008. *Nos braços da lei. O uso da violência negociada no interior das prisões*. Rio de Janeiro: e+a.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de & ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. 1977. "Romeu e Julieta e a Origem do Estado", in: VELHO, Gilberto (org.) *Arte e Sociedade: Ensaio de sociologia e arte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, pp. 130-169.
- CHENG, Sealing. 2010. *On the Move for Love: Migrant Entertainers and the U.S. Military in South Korea*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- CHO, Grace M. 2008. *Haunting the Korean diaspora: shame, secrecy, and the forgotten war*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CLEMMER, Donald. 1958(1940). *The Prison Community*. New York: Holt, Rinehart, and Winston.
- COLE, Jennifer. 2009. "Love, Money and Economies of Intimacy in Tamatave Madagascar". In: COLE, Jennifer and THOMAS, Lynn. (Ed.). *Love in Africa*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 109-134.
- COMFORT, Megan. 2003. "In the Tube at San Quentin. The 'Secondary Prisonization' of women visiting inmates". *Journal of Contemporary Ethnography*, Vol 32 (1), pp. 77-107.
- COMFORT, Megan. 2007. "'Partilhamos tudo o que podemos': a dualização do corpo recluso nos romances através das grades". *Análise Social*. Vol. XLII (185), pp. 1055-1079.
- COMFORT, Megan. 2008. *Doing time together: Love and family in the shadow of the prison*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CONSTABLE, Nicole. 1999. *Romance on a global stage. Pen-pals, virtual ethnography and "mail-order" marriages*. Berkeley: University of California Press.
- CUNHA, Manuela Ivone da. 1994. *Malhas que a Reclusão Tece: Questões de Identidade numa Prisão Feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.
- CUNHA, Manuela Ivone da. 2002. *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*, Lisboa, Fim de Século.
- CORRÊA, Mariza. 2001. *As Ilusões da Liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.
- CORRÊA, Mariza. 2006. "Nina Rodrigues e a 'garantia da ordem social'". In: *Revista USP*, nº 68, p. 130-139, dezembro/fevereiro.

- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. 2013. *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- DAS, Veena & POOLE, Deborah. 2004. "State and its margins: comparative ethnographies". In: Veena Das & Deborah Poole(orgs.), *Anthropology in the margins of the State*. Oxford: James Currency. pp. 3-33.
- DAS, Veena. 2007. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press.
- DAS, Veena. 1999. "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, n° 40, pp.31-42.
- DELEUZE, Gilles. 1996. "O que é um dispositivo?". In: Gilles Deleuze, *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, pp. 83-96.
- DIAS, Camila Nunes. 2011. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- DIAS, Camila Nunes. 2008. *A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo: religião e violência na prisão*. São Paulo: Humanitas.
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. 2013. *Corpos e sexo bizarros; estéticas transgressoras no pornô*. Relatório Final, projeto de pós-doutorado FAPESP vinculado ao Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade - Pagu sob supervisão de Maria Filomena Gregori, (mimeo).
- DÍAZ-COTTO, Juanita. 2005. "Latinas and the War on Drugs in the United States, Latin America and Europe". In: SUDBURY, Julia (ed.) *Global Lockdown: Race, Gender and the Prison-Industrial Complex*. London: Routledge, pp. 137-153.
- DIRKS, Nicholas. 2001. "The Crimes of Colonialism": Anthropology and the Textualization of India". PELS, Peter e SALEMINK, Oscar (Orgs.). *Colonial Subjects: Essays on the Practical History of Anthropology*. Michigan: The University of Michigan Press, pp. 153-179.
- DOUGLAS, Mary. 2012. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva.
- DUARTE, Francisco Garcia. 2007. *El Ideal de Blas Infante en Cataluña: Propuestas para una Historia del andalucismo en la emigración*. Centro de Estudios Históricos de Andalucía (CEHA).
- DUARTE, Thais. 2013. "Sentimentos de cárcere: análise das narrativas de mulheres de presos sobre o amor". RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 34, pp. 191-218, Abril de 2013.
- DuRap, André & ZENI, Bruno (2002). *Sobrevivente André DuRap do massacre do Carandiru*. São Paulo: Labortexto Editorial.

- EDI ROCK. *Correria*. Edi Rock – CD Solo. São Paulo: 2001
- ESPINOZA, Olga. 2003. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo: o direito ao trabalho em uma prisão feminina*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de direito, Universidade de São Paulo – São Paulo.
- FACCHINI, Regina. 2005. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.
- FACCHINI, Regina. 2008. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- FARIAS, Juliana. 2014. *Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FASSIN, Didier e RECHTMAN, Richard. 2009. *The Empire of Trauma: An inquiry into the condition of victimhood*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- FELDMAN, Allen. 1991. *Formations of violence: The narrative of the Body and Political Terror in Northern Ireland*. Chicago: The University of Chicago Press.
- FELTRAN, Gabriel. 2011. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp; CEM; Cebrap.
- FELTRAN, Gabriel. 2010a. “The Management of Violence on the São Paulo Periphery: the repertoire of normative apparatus in the ‘PCC era’”. In: *Vibrant Review*, v.7, n.10, pp. 109-134.
- FELTRAN, Gabriel. 2010b. “Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo”. In: *Caderno CRH*. Salvador: vol. 23, nº. 58, pp. 59-73.
- FELTRAN, Gabriel. 2010c. “Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana”. In: *Revista de Antropologia da USP*. São Paulo: USP, vol.53, nº 2, pp. 565-610.
- FELTRAN, Gabriel e Cunha. 2013. *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora.
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. 2012. *Desejos regulados: grupos de ajuda mútua, éticas afetivo-sexuais e produção de saberes*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humana, Universidade Estadual de Campinas.
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. 2013. “‘Apenas preencher papel’: Reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoas e outros documentos”. *Mana*, 19(1), pp. 39-68.
- IORE, Maurício. 2013. *Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

- FIRESTONE, Shulamith. 1970. *A Dialética do Sexo: um estudo da revolução feminista*. New York: Bantam.
- FISHMAN, Laura, T. 1990. *Women at the Wall: A Study of Prisoners' Wives Doing Time on the Outside*, State University of New York Press, Albany.
- FITZGERALD, Scott. 1980. *O Grande Gatsby*. São Paulo: Abril Cultural.
- FONSECA, Claudia. 1996. "A dupla carreira da mulher prostituta". *Revista Estudos Feministas*, nº 1, pp.7-33.
- FONSECA, Claudia. 2000. *Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade.
- FOUCAULT, Michel. 1979. *História da sexualidade: A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel. 1984. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal
- FOUCAULT, Michel. 2001. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 24ª edição. Petrópolis, Editora Vozes.
- FOUCAULT, Michel. 2006. *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel. 2008. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France 1975-1976*. São Paulo: Martins Fontes.
- FRANÇA, Isadora Lins. 2010. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- FREIRE, Jussara. 2010. "Quando as emoções dão formas às reivindicações". In: COELHO, Maria Claudia e REZENDE, Claudia Barcellos. (orgs.) *Cultura e Sentimentos - Ensaios em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro, FAPERJ, pp.168-196.
- FREITAS, Taís Viudes. 2010. *Entre o tempo da produção econômica e o da reprodução social: a vida das teleoperadoras*. Dissertação Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- FREITAS, Taís Viudes. 2014. *Desafios da articulação entre vida profissional e familiar em trabalhadoras submetidas a horários flexíveis*. Exame de qualificação. Doutorando em Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas (mimeo).
- FROMM, Deborah. 2014. *Deus e o Diabo na terra do crack: uma etnografia da "cosmopolítica" batista*. Monografia. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos.
- FURUKAWA, Nagash. FURUKAWA, Nagashi. "O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo". In: *Novos estudos CEBRAP*, Dossiê Segurança Pública, pp. 21-41.

- GELL, Alfred. 2011. "On love". In: *LSE Research Online*, October. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/39003/>
- GIRONA, Jordi Roca. 2007. "Migrantes por amor. La búsqueda y formación de parejas transnacionales". *AIBR - Revista de Antropología Iberoamericana*, vol. 2, núm. 3, septiembre-diciembre, 2007, pp. 430-458.
- GOETTING, Ann. 1982. "Conjugal Association in Prison: Issues and Perspectives." *Crime and Delinquency*, 28, no. 1, pp. 52-71.
- GODOI, Rafael. 2010. *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GODOI, Rafael. 2015. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GOFFMAN, Erving. 2005. *Manicômios, conventos e prisões*. São Paulo: Perspectiva.
- GOFFMAN, Erving. 2011. *A Representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GOMES, Flávio. 2010. "Agassiz e as "Raças Puras" Africanas na Cidade Atlântica". MACHADO, Maria Helena P. T. e HUBER, Sasha (Orgs.). *(T)races of Louis Agassiz: Photography, body and science, yesterday and today./Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete Entretenimentos, pp. 54-71.
- GONÇALVES, José Artur Teixeira; COIMBRA, Mário e AMORIM, Daniela de Lima. 2010. "Assistência religiosa e suas barreiras: uma leitura à luz da LEP e do Sistema Prisional". In: *Intertemas*. Presidente Prudente, vol. 15, pp. 244-261.
- GOODY, John. 1987. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- GRANJA, Rafaela. 2012. "Intimidades em (des)conexão com a prisão: as relações amorosas de mulheres antes e durante a reclusão". *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0049_ed.pdf
- GREGORI, Maria Filomena. 1993. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra / ANPOCS.
- GREGORI, Maria Filomena. 2010. *Prazeres perigosos. Erotismo, gênero e limites da sexualidade*. Tese apresentada e defendida para o concurso de Livre-Docência do Departamento de Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- GRILLO, Carolina. 2008. "O 'morro' e a 'pista': Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas", in: *Dilemas*, pp. 127-148.
- GROEBNER, Valentin. 2007. *"Who are you?" Identification, deception, and surveillance in Early Modern Europe*. Nova York: Zone Books.

- GUINZBURG, Carlo. 1990/1991. "O Inquisidor como Antropólogo". In: *América, Américas, Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, n. 21 setembro-fevereiro, pp. 9-20.
- HIRATA, Daniel Veloso. 2010. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- HIRATA, Helena. 2009. "A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho". In: *Sociologias*, v. 21, janeiro/junho, pp. 24-41.
- HIRATA, Helena. 2012. "Genre, travail et care: l'état des travaux en France". In: *Revista Latino-Americana de Estudos do trabalho*. Vol 26, p. 37-56.
- HOOKS, Bell. 2001. *All about love: New visions*. New York: Harper Perennial.
- HUNTER, Mark. 2010. *Love in the Time of Aids. Inequality, gender and Rights in South Africa*. Bloomington, Indiana University Press.
- ILLOUZ, Eva. 2009. *El consumo de la utopía romántica: El amor y las contradicciones culturales del capitalismo*. Madrid: Katz Editores.
- IMAZ, Elizabete e MARTÍN-PALOMO, Tereza. 2007. "Las otras otras: extranjeras y gitanas en las cárceles españolas". In: BIGLIA, Barbara & SAN MARTÍN, Conchi (org.) *Estado de Wonderbra: Entretejiendo narraciones feministas sobre las violencias de género*. Barcelona: Virus Editorial, pp. 217-227.
- JACOBINA, Paulo Vasconcelos (2008). *Direito Penal da Loucura: Medida de Segurança e Reforma Psiquiátrica*. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União.
- JEGANATHAN, Pradeep. "Checkpoint: anthropology, identity, and the state". In: Veena, DAS & POOLE, Deborah (eds.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. pp. 67-80.
- JOZINO, Josmar. 2005. *Cobras e Lagartos*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- JULIANO, Dolores. 2002. *El espejo oscuro: La prostitución*. Barcelona: Icaria.
- JULIANO, Dolores. 2012. *Presunción de inocencia. Riesgo, delito y pecado en femenino*. Barcelona: Gakoa.
- KEMPADOO, Kamala. 2004. *Sexing the Caribbean. Gender, Race and Sexual Labour*. Abingdon, Routledge.
- KLEINMAN, Arthur. 2006. *What Really Matters: Living a Moral Life Amidst Uncertainty and Danger*. New York: Oxford University Press.
- KRUTTSCHITT, Candence & HUSSEMAN, Jeanette. 2008. "Micropolitics of race and ethnicity in women's prisons in two political contexts". In: *The British Journal of Sociology*. Vol. 59 (4), pp. 709-728.
- KRUTTSCHITT, Candence; DIRKZWAGER, Anja; KENNEDY, Liam. 2013. "Strangers in a strange land: coping with imprisonment as a racial or ethnic foreign national inmate". In: *The British Journal of Sociology*. Vol. 63 (3), pp. 478-500.

- LACOMBE, Andrea. 2005. “Pra homem já tô eu”: masculinidades e socialização lésbica em um bar no centro do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LAGO, Natália Bouças do. 2014. *Mulheres na prisão: Entre famílias, batalhas e a vida normal*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LAURETIS, Teresa de. 1994. “A tecnologia do gênero”. In: *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Iser.
- LE BRETON, David. 2009. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes.
- LECI BRANDÃO. *O bagulho do amante*. Eu e o samba. Rio de Janeiro: 2008
- LEITE, Carla Sena. 2005. *Ecos do Carandiru: Estudo comparativo de quatro narrativas do massacre*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LEITE, Marcia. 2004. “As mães em movimento”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira (Orgs). *Um mural para a dor: movimentos cívico religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 141-190.
- LESSING, Doris. 1957. “O quarto 19”. In: LESSING, Doris. *O quarto 19*. São Paulo: Editora Record.
- LEVERENTZ, Andrea. 2006. “The love of a good man? Romantic relationships as a source of support or hindrance for female ex-offenders”. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 43(4), 459-488.
- LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz. 2013. *Mulher Fiel: As famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciência, Universidade Federal de São Carlos.
- LIMA, Márcia. 2006. *Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- LOWENKRON, Laura e FERREIRA, Letícia. 2014. “Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers”. In: *Vibrant*, vol. 11 nº 2, pp. 75-111.
- LUGONES, Maria Gabriela. 2012. *Obrando en autos, obrando en vidas: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI*. Rio de Janeiro: E-papers/LACED/Museu Nacional.
- MAHMOOD, Saba. 2001. “Feminist Theory, Embodiment, and the Docile Agent: Some Reflections on the Egyptian Islamic Revival”. In: *Cultural Anthropology*, 16(2), pp. 202-236.

- MALLART, Fábio. 2014. *Cadeias Dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias dos jovens internos*. São Paulo: Terceiro Nome.
- MANSUR, Guilherme. 2014. *Migração e Crime: reprodução das políticas de segurança e da noção de tráfico de pessoas*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- MATEOS, Natalia Ribas; MARTINEZ, Alexandra. 2003. “Mujeres extranjeras en las cárceles españolas”, *Revista Sociedad y Economía*, 5, pp. 65-88.
- MARÍAS, Javier. 2006. *Mañana en la batalla piensa en mí*. Barcelona: Debols!llo.
- MARCUS, George. 1995. “Ethnography in/of the world system: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”. *Annual Review of Anthropology* (24), pp.95-117.
- MARQUES, Adalton. 2009. *Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- MARQUES, Adalton. 2008. “‘Faxina’ e ‘pilotagem’: dispositivos (de guerra) políticos no seio da administração prisional”. In: *Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia (UFRJ)*, vol. 25, 26, pp. 283-290.
- MARQUES, Vagner Aparecido. 2013. *O irmão que virou irmão: rupturas e permanências na conversão de membros do PCC ao pentecostalismo na Vila Leste – SP*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP.
- MAUSS, Marcel. 2003. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 183-314.
- MCCLINTOCK, Anne. 1993. “Sex work and sex workers: introduction”. *Social text*, nº 37, Winter, pp.1-10.
- MCCLINTOCK, Anne. 1995. *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge.
- MELLO, Luiz. 2006. “Familismo (Anti)Homossexual e Regulação da Cidadania no Brasil”. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 14, nº 2, Florianópolis, pp.497-508.
- MISKOLCI, Richard. 2007. “Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay”. In: *Cadernos Pagu* (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, pp.101-128.
- MITCHEL, Timothy. 2006. “Society, Economy and the State Effect”. In: Aradhana e GUPTA, Akhil (Ed.), *The Anthropology of the State: A Reader*. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 169-186.
- MILIVOJEVIC, Sanja. 2015. “Stopped in the traffic, not stopping the traffic: Gender, asylum and anti-trafficking interventions in Serbia”. In: PICKERING, Sharon &

- HAM, Julie. *The Routledge Handbook on Crime and International Migration*. London and New York: Routledge, pp. 287-301.
- MISSE, Michel. 1999. *Malandros, Marginais e Vagabundos & A Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. 2008. *Cartilha dos Conselhos da Comunidade / Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade*. Brasília: Artecor Gráfica e Editora.
- MONTEIRO, John. 2010. “As mãos manchadas do Sr. Hunnewell”. MACHADO, Maria Helena P. T. e HUBER, Sasha (Orgs.). *(T)races of Louis Agassiz: Photography, body and science, yesterday and today./Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete Entretenimentos, pp. 72-78.
- NADAI, Larissa. 2012. *Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- NEGRETTI, Natália. 2015. *Madá e Lena entrecruzadas, dois dramas em trama: entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP.
- NOVAES, Regina. 2003. “Errantes do novo milênio: salmos e versículos bíblicos no espaço público”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia (orgs.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar, pp. 25-33.
- PADOVANI, Natália Corazza. 2006. “A natureza da qualidade: considerações acerca das diferenças de gênero no trabalho prisional”, *Revista de Sociologia Jurídica*, 3. Disponível em: <http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-3/173-a-natureza-da-qualidade-consideracoes-acerca-das-diferencas-de-genero-no-trabalho-prisional>
- PADOVANI, Natália Corazza. 2010. “*Perpétuas espirais*”: *falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- PADOVANI, Natália Corazza. 2011. “No olho do furacão: conjugidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital”, *Cadernos Pagu*, 37, pp.185-218.
- PADOVANI, Natália Corazza. 2013. “Confounding Borders and Walls: Documents, letters and the governance of relationships in São Paulo and Barcelona prisons”. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, vol. 10, nº 2, jul-dez 2013. Brasília, ABA. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v10n2/natalia-corazza-padovaniconfounding-borders-and-walls/>

- PARREÑAS, Rhacel Salazar. 2002. "The care crisis in the Philippines: children and transnational families in the New Global Economies". In: Barbara Ehrenreich & Arlie Russel Hochschild (eds.), *Global woman, nannies, maids, and sex workers in the New Economy*. New York: Owl Books. pp. 39-55.
- PAZ, Sabrina Rosa. 2009. "A Caravana do Amor": *Um estudo sobre reciprocidades, afetos e sexualidade em um estabelecimento prisional que comporta homens e mulheres em seu interior, Rio Grande/ RS*". Dissertação de Mestrado. Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.
- PEIRANO, Mariza. 2006. "De que serve um documento?". In: *Política no Brasil: Visões de Antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, pp. 25-49.
- PEIRANO, Mariza. 2011. "Identifique-se! O caso Henry Gates versus James Crowley como exercício antropológico", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 26, Nº 77, pp. 63-77.
- PELÚCIO, Larissa. 2009. "Sin papeles pero con glamur: Migración de travestis brasileñas a España (Reflexiones iniciales)". *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*. v. 6, p. 170-197, 2009. Brasília, ABA. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v6n1/larissa-pelucio-sin-papeles-pero-con-glamur>
- PEREIRA, Alberto Carlos Lourenço. 1991. Garimpo e fronteira amazônica: as transformações dos anos 80. In: LENA, Philippe e OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (orgs.) *Amazônia: fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Cejup/MPEG, pp. 305-318.
- PERLONGUER, Néstor. 2008. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Perseu Abramo.
- PICKERING, Sharon, BOSWORTH, Mary, & AAS, Katja Franko. 2015. "The criminology of mobility". In: PICKERING, Sharon & HAM, Julie. *The Routledge Handbook on Crime and International Migration*. London: Routledge, pp. 382-395.
- PISCITELLI, Adriana Gracia. 2006. *Jóias de família: Gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- PISCITELLI, Adriana Gracia. 2008. "Actuando la "brasileñidade"? Tránsitos entre circuitos de turismo sexual y los mercados Del sexo y matrimonial europeos". *Encontro da Associação de Estudos Latino Americanos*, Rio de Janeiro, 11 a 14 de junho de 2008 (mimeo).
- PISCITELLI, Adriana Gracia. 2009. "Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial". *Horizontes Antropológicos*, v. 31, pp. 101-137.
- PISCITELLI, Adriana Gracia. 2011a. "Amor, apego e interesse: trocas sexuais, afetivas em cenários transnacionais". In: Adriana Piscitelli; Glaucia Oliveira de Assis; José Miguel Olivar (orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais*

- envolvendo o Brasil*. Campinas: UNICAMP/PAGU (Coleção Encontros), pp. 385-433.
- PISCITELLI, Adriana Gracia. 2011b. “‘Papéis’, interesse e afeto, relacionamentos amoroso/sexuais e migração”. In: AREND, Silvia Maria Favero; RIAL, Carmen Silvia de Moraes; PEDRO, Joana Maria (orgs.). In: *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Editora Mulheres, v. 1, pp. 103-129.
- PISCITELLI, Adriana Gracia. 2013. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- POVINELLI, Elizabeth. 2006. *The Empire of Love: Toward a Theory of Intimacy, Genealogy, and Carnality*. Durham, NC: Duke University Press.
- POVINELLI, Elizabeth. 2011. “Opposing the motion”. In: VENKATESAN, Soumhya [et al] (Ed.). *Critique of Anthropology*. The anthropological fixation with reciprocity leaves no room for love: 2009 meeting of the Group for Debates in Anthropological Theory, vol 31, nº 3, pp.221-226.
- PRECIADO, Beatriz. 2008. *Testo yonqui*. Madrid: Espasa.
- PUIG, Marta Ferrer & CAPDEVILA, Manel (orgs.). 2012. *Estrangers em centres penitenciaris*. Barcelona: Generalitat de Catalunya Centre d’Etudis Jurídics i Formació Especialitzada.
- RACIONAIS MC'S. *O diário de um detento*. Sobrevivendo no inferno. São Paulo: 1997.
- RAMALHO, José Ricardo. 1979. *A ordem do crime o mundo pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal.
- REDE JUSTIÇA CRIMINAL. 2014. “Boletim temático: revista vexatória”, Informativo Rede Justiça Criminal.
http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Informativo_JusticaCriminal_6_2014%20%281%29.pdf
- REED, Adam. 2006. “Documents Unfolding”. In: RILES, Annelise (ed.). *Documents: artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, pp. 158-177.
- REED, Adam. 2007. “‘Smuk is the king’: the action of cigarettes in a Papua New Guinea prison”. In: HENARE, Amiria; HOLDBRAAD, Martin; WASTELL, Sari (ed.). *Thinking Through Things: Theorising Artefacts Ethnographically*. New York: Routledge, pp. 32-46.
- REVEL, Jacques. 1998. “Microanálise e construção do social”. *Jogos de Escala: A experiência da microanálise*. Revel, Jacques (org.) Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, pp. 15- 38.
- RICORDEAU, Gwénola. 2012. “Between inside and outside: Prison visiting Rooms”. *De Boeck Supérieur / Politix*. 2012/1 No 97, p. 101-123.

- RICORDEAU, Gwénola. 2014. “Se dépouiller, se parer, mettre en scène et échanger: Les objets au parloir”. *Champ pénal*, vol. XI. Disponível em: <http://champpenal.revues.org/8841>
- RODRIGUES, Franciele. 2006. “Migração transfronteiriça na Venezuela”. In: *Estudos Avançados*, vol. 20 (57), pp. 197-207.
- RODRIGUES, Gilse Elisa. 2002. *Negociando crenças: um estudo antropológico sobre conversão religiosa em uma penitenciária feminina*. Dissertação Mestrado em Antropologia Social – PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- RODRIGUES, Silvia Aguião. 2014. *Fazer-se no ‘Estado’: Uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- ROSS, Fiona C. 2003. *Bearing Witness: Women and the Truth and Reconciliation Commission in South Africa*. London: Pluto Press.
- RUBIN, Gayle. 1993[1975] “O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘Economia Política’ do sexo. Tradução SOS Corpo. (Tradução do original: RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex. In: REITER R. (Ed.). Toward an Anthropology of women. New York: Monthly Review Press).
- RUBIN, Gayle. 1984. “Thinking sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”. In: ABELOVE, Henry [et al] (Ed.). *The Lesbian and gay studies reader*. London/New York, Routledge, pp. 143-178.
- RUGGIERO, Vincenzo & SOUTH, Nigel. 1997. ‘The late-modern city as a Bazaar’. *British Journal of Sociology*, 48(1), pp. 57-70.
- RUI, Tanielle. 2012. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- RUI, Tanielle, FRÚGOLI, Heitor, FELTRAN, Gabriel, FROMM, Debora. 2012 “‘Braços Abertos’ e ‘Sufoco’: sobre a situação na ‘Cracolândia’”. *Carta Maior* (11/2/2014). Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Bracos-Abertos-e-Sufocosobre-a-situacao-na-Cracolandia-/5/30235>
- SALLA, Fernando Afonso. 1991. *O trabalho penal: uma revisão histórica e as perspectivas frente à privatização das prisões*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SALLA, Fernando. 2006. *As Prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes; SILVESTRE, Giane. 2012. “Políticas penitenciárias e as facções criminosas: uma análise do regime disciplinar diferenciado (rdd) e outras medidas administrativas de controle da população carcerária”. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.17, n.33, p.333-351.

- SANTOS, Yumi Garcia dos. 2011. "Interrupções e recomeços: aspectos das trajetórias das mulheres chefes de família de Cidade Tiradentes". In: CABANES, Robert; GEOERGES, Isabel; RIZEK, Cibele e TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Saídas de Emergência: Ganhar/Perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, pp. 417-435.
- SCHELIGA, Eva Lenita. 2002. "*E me visitastes quando estive preso*": *Sobre a conversão religiosa em unidades penais de segurança máxima*. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHNEIDER, David M. 1980(1868). *American Kinship: A Cultural Account*, 2nd edition. Chicago, University of Chicago Press
- SILVA, José Douglas. 2014. *Se o irmão falou, meu irmão, é melhor não duvidar: políticas estatais e políticas criminais referentes a homicídios na cidade de Luzia (2001-2013)*. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- SILVA, Hélio. 1993. *Travesti, a Invenção do Feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ISER.
- SILVA, Helio e MILITO, Claudia. 1995. *Vozes do Meio-Fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- SIMMEL, George. 1983. "O estrangeiro". In: MORAES FILHO, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo: Ática, pp. 182-188.
- SIMMEL, George. 2004. *The Philosophy of Money*. London and New York: Routledge.
- SIMMEL, Georg. 2005. 'As grandes cidades e a vida do espírito'. *Mana* 11(2)pp. 577-591.
- SIMÕES, Francisco e ALARCÃO, Madalena. 2010. "O impacto da reclusão na conjugalidade e na parentalidade: perspectiva da companheira do recluso". *Ousar Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 5(3), pp. 49-61.
- SINHORETTO, Jacqueline, SILVESTRE, Giane & MELO, Felipe. 2013. "O encarceramento em massa em São Paulo". *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 25 (1), pp. 83-106.
- SOARES, Barbara Musumeci. e ILGENFRITZ, Iara. 2002. *Prisioneiras: Vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond.
- STRATHERN, Marilyn. 1992. *After Kinship in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- STRATHERN, Marilyn. 2010. *O Gênero da Dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, Editora Universidade Estadual de Campinas.
- SUDBURY, Julia. 2005. "'Mules', 'Yards', and Other Folk Devils: Mapping Cross-Border Imprisonment in Britain". In: SUDBURY, Julia (ed.) *Global Lockdown: race,*

gender, and the prison-industrial complex. London: Routledge Taylor & Francis Group, pp. 167-183.

- TAETS, Adriana Rezende Faria. 2012. *Abrindo e fechando celas: narrativas, experiências e identidades de agentes de segurança penitenciária femininas*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- TAUSSIG, Michael. 1988. "Terror as usual". A talk delivered at conference. *Talking Terrorism: ideologies and paradigms in a postmodern world*. Stanford University, Humanities Center, February 4-6.
- TAVARES, Aline Godois de Castro. 2014. *Zona de Poderes: notas etnográficas sobre as relações de poder na zona de prostituição de Campinas – Jardim Itatinga*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- TAKAHASHI, Henrique Yagui. 2014. *Evangelho segundo Racionais MC's: ressignificações religiosas, políticas e estético-musicais nas narrativas do rap*. Dissertação de mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos.
- TEIXEIRA, Cesar. 2011. *A construção social do "ex-bandido": um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- TELLES, Vera da Silva. 2011. "Illegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade". CABANES, Robert; GEOERGES, Isabel; RIZEK, Cibele e TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Saídas de Emergência: Ganhar/Perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, pp. 155-167.
- THOMAS, William I.; ZNANIECK, Florian. 1927. *The Polish Peasant: In Europe and America*. New York: Alfred. A. Knopf.
- TILLY, Charles. 1998. *Durable Inequality*. Berkeley: University of California Press.
- TOGNI, Paula. 2011. "Que 'brasileiras/os' Portugal produz? Representações sobre gênero, amor e sexo". In: Adriana Piscitelli; Glaucia Oliveira de Assis; José Miguel Olivar (orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: UNICAMP/PAGU (Coleção Encontros), pp. 385-433.
- TOGNI, Paula Christofletti. 2014. *A Europa é o Cacém. Mobilidades, gênero e sexualidade nos deslocamentos de jovens brasileiros para Portugal*. Tese de Doutorado em Antropologia. ISCTE/OUL, Lisboa.
- TONELLAS, Celene. 2013. "Precariedade urbana e vulnerabilidade social. O caso de Canãda Real Galiana, na Espanha". In: *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 35, n. 2, p. 141-148.
- UZIEL, Anna Paula et alii. 2006. "Parentalidade e Conjugalidade: Aparições no movimento homossexual". In: *Horizontes Antropológicos*, ano 12, nº26, pp.203-227.

- VARGAS, Laura Ordoñez. 2005. "Religiosidade: Poder e sobrevivência na Penitenciária Feminina do Distrito Federal". In: *Debates do NER*. Porto Alegre: jul./dez., pp. 21-37.
- VELHO, Gilberto. 2013. "Trajetória individual e campo de possibilidades". Gilberto Velho [Hermano Vianna, Karina Kuschmir, Cerso Castro (orgs.)], *Um antropólogo na cidade: Ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 125-138.
- VIANNA, Adriana. 2014. "Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais". In: CASTILHO, Ricardo Rodrigues; LIMA, Antônio Carlos de Souza e TEIXEIRA, Carla Costa (Orgs.) *Antropologias das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, FAPERJ, pp. 43-70.
- VIANNA, Adriana. 2013. "Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos". In: VIANNA, Adriana (org.) *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, pp. 15-35.
- VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. 2011. "A guerra das mães". *Cadernos Pagu*, 37, pp. 79-116.
- VIANNA, Adriana e LACERDA, Paula. 2004. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.
- VIANNA, Adriana. 1995. "Cartas de Rotina. Cartas de Compromisso". In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; GOLDMAN, Marcio; NEIBURG, Frederico (orgs.). *Antropologia Social: Comunicações do PPGAS*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, pp. 1-20.
- VITAL DA CUNHA, Christina. 2008. "Traficantes evangélicos: novas formas de experimentação do sagrado". São Paulo: *PLURAL*, v. 15, pp. 23-46.
- WACQUANT, Loïc. 2001. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*, São Paulo, Cosac Naify.
- WEBER, Max. 1982. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan.
- WHYTE, William Foote. 2005. *Sociedade de Esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- WOOLF, Virgínia. *Mrs. Dallaway*. 1980. Tradução de Mário Quintana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ZELIZER, Viviana. 2009. *La negociación de la intimidad*. México, Fondo de Cultura Económica.
- ZIGON, Jarrett. 2007. "Moral breakdown and the ethical demand: A theoretical framework for an anthropology of moralities". In: *Anthropological Theory*. Vol. 7(2), pp. 131-150.

Leis citadas.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade Cartilha Conselhos da Comunidade / Comissão para Implementação e Acompanhamento dos Conselhos da Comunidade. - Brasília – DF Brasília: Ministério da Justiça, 2008, 2ª edição.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Texto compilado. Lei de Execução Penal.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos DECRETO Nº 6.049, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2007. Aprova o Regulamento Penitenciário Federal.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI No 6.416, DE 24 DE MAIO DE 1977. Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-lei número 2.848, de 7 de dezembro de 1940), do Código de Processo Penal (Decreto-lei número 3.689, de 3 de outubro de 1941), da Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei número 3.688, de 3 de outubro de 1941), e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI No 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003. Altera a Lei no 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências.

ESPAÑA. Jefatura del Estado. Ley Orgánica 4/2000, de 11 de enero, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social. Última modificación: 26 de diciembre de 2013.

ESPAÑA. Ministerio de Fomento. Análisis urbanístico de Barrios Vulnerables en España. 08245 – Santa Coloma de Gramenet, 2010. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/bbv/municipios/08245.pdf>

MADRID. Plan de Acción del Área de Gobierno de Urbanismo y Vivienda, para la Revitalización del Centro Urbano, 2004. Disponível em: <http://www.madrid.es/UnidadWeb/Contenidos/Publicaciones/TemaUrbanismo/MemoGest2009/5RevitalizacionCentroUrb/2plandeaccion.pdf>

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. LEI Nº 15.552, DE 12 DE AGOSTO DE 2014. Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.

SÃO PAULO. Secretaria de Administração Penitenciária. Regimento Interno Padrão dos Estabelecimentos Prisionais do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.funap.sp.gov.br/legislacao/manual/Manual_de_proc_reg_interno.pdf

